Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG ECsA)

LAURA LYRIO GONÇALVES

VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: Agendas políticas para alimentação saudável com mulheres em movimentos sociais no Brasil e na Argentina

Brasília - DF

2024

Universidade de Brasília (UnB)

Instituto de Ciências Sociais (ICS)

Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG ECsA)

LAURA LYRIO GONÇALVES

VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: Agendas políticas para alimentação saudável com mulheres em movimentos sociais no Brasil e na Argentina

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG ECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para aprovação no Exame de Defesa de Tese de Doutorado e obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva.

Brasília - DF

2024

LAURA LYRIO GONÇALVES

VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: Agendas políticas para alimentação saudável com mulheres em movimentos sociais no Brasil e na Argentina

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG ECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para aprovação no Exame de Defesa de Tese de Doutorado e obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas.

Aprovada em 18 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Dra. REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA, UnB

Presidente

Dr. MOISES VILLAMIL BALESTRO, UnB

Examinador Interno

Dra. Juliana Amoretti, SNDSAPP

Examinadora Externa à Instituição

Dra. MICHELA KATIUSCIA CALAÇA ALVES DOS SANTOS , MDA

Examinadora Externa à Instituição

Dra. ELIENE NOVAES ROCHA, UnB

Examinadora Externa (Suplente)

Ficha Catalográfica

Gonçalves, Laura Lyrio
G635v Vozes feministas camponesas populares na soberania alimentar dos povos: Agendas políticas para alimentação saudável com mulheres em movimentos sociais no Brasil e na Argentina / Laura Lyrio Gonçalves; orientador Regina Coelly Fernandes Saraiva. -- Brasília, 2024.
628 p.

Tese(Doutorado em Ciências Sociais) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Soberania alimentar. 2. Feminismos. 3. Movimentos sociais. 4. Direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável e Políticas públicas. 5. Pensamento crítico latino-americano. I. Saraiva, Regina Coelly Fernandes, orient. II. Título.

Dedico este trabalho a todas as companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); a todos os movimentos sociais da CLOC e da La Vía Campesina; a todos os povos do campo, das florestas e das águas e; a todas as pessoas lutadoras e lutadores populares.

Dedico também ao Francis, meu companheiro; à Irany e Francisco, minha mãe e meu pai; à Doka, minha irmã; à memória de Maria Auxiliadora, Marina, Achilles e Geraldo, meus avós e; às futuras gerações, em especial, aos sobrinhos: Vinícius, Manoela, Ana, Pedro, Rhavi.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todas as companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por me acolherem e me ensinarem tanto sobre a luta pela transformação da sociedade a partir da força das sementes, da agroecologia e do feminismo camponês popular. Também agradeço a toda militância nos demais movimentos sociais no Brasil e na Argentina que possuem, todos, um lugar especial em meu coração e trajetória de vida como educadora popular. Por me ensinarem tanto sobre a luta social popular, a luta pela terra, a luta que democratiza o mundo, também agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC), ao Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST), à Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT), ao Ni Una Menos e à Fundación Plurales. Agradeço a todos os movimentos sociais que, para além do Brasil e da Argentina, se articulam na América Latina por meio da Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e se reúnem mundialmente em *La Via Campesina* (LVC), seguimos: Internacionalizemos a luta, internacionalizemos a esperança!

Agradeço especialmente a todas as companheiras de luta que participaram como colaboradoras de pesquisa e que, para mim, estão entre as pessoas mais lindas que pude conhecer, pela força que pude presenciar em suas caminhadas e pela generosidade em compartilhar seus saberes gigantescos e maravilhosos que contribuiram para esta tese e para minha formação como pessoa, cientista, trabalhadora e lutadora social: Iridiani, Rosângela, Juçara, Edcleide, Adriana, Isolete, Bárbara, Rita, Deolinda, Carina, Florencia, Mercedez, Maria Carolina, Estbalíz, Verônica e Eleonora. Também agradeço às professoras e companheiras que me acompanharam neste processo de construir a tese, qualificar, defender, fazer as revisões finais: minha querida orientadora Regina, Juliana, Rosa, Michela e Eliene e ao professor Moisés que também foi como um segundo orientador e uma retaguarda acadêmica e solidária nos tempos difíceis de fazer uma tese atravessada pelo contexto da pandemia. Um abraço especial aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília. E, também um agradecimento especial aos professores que estiveram comigo em etapas anteriores de minha formação: Elizabete Sanchez Rocha, Raquel Santos Sant´Ana e Estevão Chaves de Rezende Martins (em memória).

Também agradeço o carinho e apoio da minha família, as pessoas queridas para mim e entre as quais me sinto amada, meu ponto de partida (com raízes paulistas, mineiras e gaúchas) para a jornada da vida, um espaço de contínuos reencontros felizes: Irany, Francisco, Daniela (Doka), Marcos, Manoela, Vinícius. Gratidão também à toda família goiana nas pessoas de Tia Arminda, Arytha, Francine, Luciana, Ana Carolina, Alex. Também agradeço à família ampliada das amigas e amigos que a vida me trouxe: Sueli, Camila, Anita, Mirele, Consuelo e Márcio, Paulo, Dario, Romi, todos da CBJP, Observatório Político da CBJP e muitos mais que representam alegria, inspiração, força. Também aos felinos pelos momentos de fofura, os gatos: Vladimir, Coralina e Amendoim Galeano.

Por último, agradeço especialmente ao meu companheiro amado, Francis Barbosa Rocha, pelo seu amor, cuidado cotidiano, solidariedade, incentivo, diálogos sábios, momentos de alegria - andando de bicicleta, fazendo trilhas e caminhadas, nadando nas cachoeiras do cerrado berço das águas. Obrigada também por nossa partilha de luta, por carregar minha bandeira lilás do MMC assim como eu também carrego a sua bandeira vermelha do MST e por, juntos, carregarmos as bandeiras brancas da CLOC e verdes da *La Via Campesina*.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), a qual também agradeço.

Gratidão, saúde e alegria a quem estiver aqui comigo, nesta leitura, na construção compartilhada de saberes e práticas transformadoras para o bem viver. Celebramos todas as cores e bandeiras na luta popular, no esperançar coletivo e seguimos: *"é o povo em movimento contra as cercas da concentração, um sorriso de felicidade e a história na palma da mão"*. Como nos ensina a palavra de ordem do MMC: *Fortalecer a luta em defesa da vida: Todos os dias!*

“Com que pedras, sonhos, vontades,
com que mãos vamos reiventar
a imperfeita verdade
de nossas vidas?
A pedra da memória sorri enigmas
como quem domina o labirinto da história
e me interroga...”
(Pedro Tierra – A pedra da memória – Poemas do povo da noite)

RESUMO

A presente tese é uma pesquisa social interdisciplinar e histórico-comparativa sobre o tema da soberania alimentar dos povos na perspectiva da luta social feminista, camponesa e popular empreendida por mulheres organizadas em movimentos sociais no campo, contribuindo para a construção de políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável (DHANA), para a segurança alimentar e nutricional (SAN) e para o acesso à terra e agroecologia, no Brasil e na Argentina. Problematiza-se que, durante as primeiras décadas do século XXI, estes países lograram baixos índices de subnutrição e insegurança alimentar, porém, constatou-se também uma reversão neste cenário, impactando, sobretudo, a saúde das mulheres rurais e se agravando no contexto da pandemia de Covid-19. Portanto, busca-se interpretar as tendências estruturais que incidiram neste acontecimento na região latino-americana, a partir das experiências de vida das mulheres em movimentos sociais no campo e de seus processos sociais de construção de agendas políticas para alimentação e para outros temas com os quais esta pauta dialoga. Assim, empreende-se uma análise documental de relatórios e bases de dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e de publicações de movimentos sociais. Em sequência, desenvolve-se uma abordagem qualitativa com a sistematização e análise de conteúdo de dezesseis entrevistas realizadas por meio de questionário semi-estruturado, envolvendo oito mulheres no Brasil e oito mulheres na Argentina que participam de ações e organizações parceiras ou integrantes junto à Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e à *La Vía Campesina* (LVC) nos países estudados - tendo em vista o protagonismo destas articulações internacionais na construção política da soberania alimentar dos povos em escalas local/ comunitária, nacional, e internacional. Por fim, esta tese busca contribuir para novas teorias, práticas e metodologias junto ao pensamento social crítico latino-americano e às Ciências Sociais, refletindo sobre a dimensão da alimentação como trabalho e apontando para a existência do internacionalismo nas vozes feministas camponesas populares em luta social por soberania alimentar dos povos. Conclui-se que, ao se contraporem às desigualdades da sociabilidade capitalista, patriarcal, racista e imperialista, as lutadoras sociais feministas camponesas populares enfrentam a imbricação entre divisões social, racial, sexual e internacional do trabalho, cultivando novas relações socioambientais e novas relações internacionais em defesa da vida.

Palavras-chave: Soberania alimentar; Feminismos; Movimentos sociais; Direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável; Políticas públicas; Pensamento crítico latino-americano.

RESUMEN

Esta tesis es una investigación social interdisciplinaria e histórico-comparada sobre el tema de la soberanía alimentaria de los pueblos desde la perspectiva de la lucha social feminista, campesina y popular emprendida por mujeres organizadas en movimientos sociales del campo, contribuyendo a la construcción de políticas públicas por el derecho humano a una alimentación y nutrición adecuada y saludable, a la seguridad alimentaria y nutricional y al acceso a la tierra y a la agroecología, en Brasil y Argentina. Es problemático que, durante las primeras décadas del siglo XXI, estos países alcanzaran bajos índices de desnutrición e inseguridad alimentaria, sin embargo, también hubo una reversión en este escenario, impactando, sobre todo, la salud de las mujeres rurales y empeorando en el contexto de la pandemia de Covid-19. Por lo tanto, buscamos interpretar las tendencias estructurales que influyeron en este evento en la región latinoamericana, a partir de las experiencias de vida de mujeres en movimientos sociales del campo y sus procesos sociales de construcción de agendas políticas para la alimentación y para otros temas con los que dialoga dicha agenda. Se realizó un análisis documental de informes y bases de datos de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) y publicaciones de movimientos sociales. Posteriormente, se desarrolla un enfoque cualitativo con la sistematización y análisis de contenido de dieciséis entrevistas realizadas mediante un cuestionario semiestructurado, involucrando a ocho mujeres de Brasil y ocho mujeres de Argentina que participan en acciones y organizaciones amigas o integrantes de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y *La Vía Campesina* (LVC) en los países estudiados - teniendo en cuenta el papel protagónico de estas articulaciones internacionales en la construcción política de la soberanía alimentaria de los pueblos en las escalas: local/comunitario, nacional, y internacional. Finalmente, esta tesis busca contribuir a nuevas teorías, prácticas y metodologías en el pensamiento social crítico latinoamericano y en las Ciencias Sociales, reflexionando acerca de la dimensión de la alimentación como trabajo y señalando la existencia del internacionalismo en las voces feministas campesinas populares en la lucha social por la soberanía alimentaria de los pueblos. Se concluye que, al oponerse a las desigualdades de la sociabilidad capitalista, patriarcal, racista e imperialista, las luchadoras sociales feministas campesinas populares enfrentan la imbricación entre las divisiones sociales, raciales, sexuales y internacionales del trabajo, cultivando nuevas relaciones socioambientales y nuevas relaciones internacionales en defensa de la vida.

Palabras claves: Soberania alimentaria; Feminismos; Movimientos sociales; Derecho humano a la alimentación y nutrición; Pensamiento crítico latinoamericano.

ABSTRACT

This thesis is an interdisciplinary and historical-comparative social research about people's food sovereignty from the perspective of popular peasent feminism, understood as a social struggle undertaken by women organized in peasent social movements, contributing to the construction of public policies for the human right to adequate and healthy food and nutrition, for food and nutritional security and for access to land and agroecology, in Brazil and Argentina. It is problematic that, during the first decades of the 21st century, these countries achieved low rates of malnutrition and food insecurity, however, there was also a reversal in this scenario, impacting, above all, the health of rural women and worsening in the context of Covid-19 pandemic. Therefore, this thesis seek to interpret the structural trends that influenced this event in the Latin American region, based on the life experiences of women in peasent social movements and their social processes of building political agendas for food and other themes with which this agenda dialogues. A documental analysis is undertaken based on reports and databases from the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and on social movementes publications. Subsequently, a qualitative approach is developed with the systematization and content analysis of sixteen interviews carried out using a semi-structured questionnaire, involving eight women in Brazil and eight women in Argentina who participate in actions and organizations that are partners or members in Latin American Rural Organizations Coordination (CLOC) and *La Vía Campesina* (LVC) in the countries studied - taking into account the leading role of these international articulations in the political construction of people's food sovereignty in all scales: local/community, national, and international. Finally, this thesis seeks to contribute to new theories, practices and methodologies in Latin American critical social thought and in Social Sciences, reflecting on the dimension of food as work and pointing to the existence of the internationalism in popular peasant feminist voices in social struggle for the food sovereignty of the people. It is concluded that, the popular peasent feminists are struggling against the inequalities of capitalist, patriarchal, racist and imperialist sociability when they are in a social struggle against social, racial, sexual and international divisions of work. Women in peasent social movement are cultivating new socio-environmental relations and new international relations in defense of life.

Key words: Food sovereingty; Feminisms; Social movements; Human right to food and nutrition; Public Policy; Latin American Critical Thought.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Foto 01: Participando nas lutas sociais na capital federal do Brasil. Marcha feminista unitária do 8 de março de 2021, em Brasília (DF), junto com as companheiras do MMC. Acervo pessoal. 2021.....28

Fotos 02 e 03 – Mulheres camponesas da produção agroecológica de alimentos às mobilizações e lutas populares: Acervo pessoal. Círculo de cultura da educação popular no Assentamento Antônio Juvêncio em Padre Bernardo (GO), com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Brasil, 2018 e; Mulheres do MMC na Marcha unitária dos movimentos sociais populares para a posse do presidente Lula. Brasília, Brasil, 2023.....49

Gráfico 01: Trajetória da criação do marco legal das políticas públicas para alimentação e agricultura no Brasil (Análise de trajetória de políticas públicas em perspectiva comparada).....53

Gráfico 02: Trajetória da criação do marco legal das políticas públicas para alimentação e agricultura na Argentina (Análise de trajetória de políticas públicas em perspectiva comparada).....54

Quadro 01: Prevalência da subnutrição e insegurança alimentar na população em América Latina e Caribe (%).....56

Fotos 04 e 05: Mulheres construindo soberania alimentar dos povos. Círculo de cultura da educação popular com simbologias dos movimentos sociais. Assentamento Veredas II, Padre Bernardo – GO, 2019. Acervo pessoal..... 70

Imagem 01: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a solidariedade popular e a partilha de experiências entre as lutadoras sociais brasileiras e argentinas. Título: Entre irmãs e hermanas. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2024.....74

Imagem 02: Mapa político do Brasil. Fonte: IBGE.....77

Imagem 03: Mapas políticos da Argentina. Fonte: IGN.....78

Imagem 04: Mapa de áreas alimentares – Elaborado por Josué de Castro em "Geografia da Fome".....83

Quadro 02: Eventos históricos na trajetória da agenda política internacional para o direito humano à alientação e nutrição adequada e saudável; segurança alimentar e nutricional e; soberania alimentar dos povos. Elaborado pela autora. 97

Imagem 05: Bandeira da La Via Campesina.....113

Imagem 06: Bandeira da CLOC.....115

Imagens 07 e 08: Cartazes da Campanha Internacional da La Via Campesina "Basta de Violência Contra as Mulheres!" em português e em espanhol.....120

Quadro 03: Conferências, congressos e assembleias de mulheres de La Via Campesina e CLOC.....126

Imagem 09: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a diversidade das mulheres em movimentos sociais no campo. Título: Companheiras nas lutas populares, em defesa da vida no campo e na cidade. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023.....128

Quadro 04: Estudos de documentos publicados por organismos internacionais: FAO/ ONU.....137

Imagens 10;11;12: Acervo pessoal. Cartilhas e folders utilizadas em trabalhos de educação popular de base pelo MMC, MST e a Campanha contra a Violência no Campo..... 139

Quadro 05: Movimentos sociais e articulações entrevistadas.....141

Imagem 13: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese ao longo do Curso de Formação Nacional do MMC Diálogos Pedagógicos do Femismo Camponês Popular, abordando o mosaico de vozes como imagem-síntese da metodologia de sistematização e apresentação dos resultados de pesquisa. Título: Ciranda das mulheres camponesas em defesa da sóciobiodiversidade. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2021-2023.....150

Quadro 06: Colaboradoras de pesquisa.....154

Imagem 14: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Agroecóloga da libertação. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....156

Imagem 15: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Compañera de la comunidad. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....157

Imagem 16: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Irmã acampada transformadora. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....158

Imagem 17: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Anciana de las raíces originárias. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....159

Imagem 18: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Lutadora migrante da floresta. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....160

Imagem 19: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Trabajadora de la mirada comunista. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....161

Imagem 20: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Educadora da mística afro-indígena. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....162

Imagem 21: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Hija de la semilla rebelde. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....163

Imagem 22: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Jovem da romaria do cerrado. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....164

Imagem 23: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Lideranza por la vida y la salud. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....165

Imagem 24: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Revolucionária das flores transatlânticas. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....166

Imagem 25: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Militante de la memória, verdad y justicia. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....167

Imagem 26: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Candanga ancestral. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....168

Imagem 27: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Hermana valiente en marcha. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....169

Imagem 28: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Camponesa livre e socialista. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....170

Imagem 29: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Vecina vegetariana. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.....171

Fotos 06;07;08;09: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo com MCC, MNCI – Somos Tierra e UTT.Córdoba, Argentina, 2023.....269

Foto 10: Acervo pessoal. Encontro com militantes do MNCI – Somos Tierra na comemoração de 40 anos do MMC – Brasil. Chapecó, Santa Catarina, Brasil, 2023.....290

Imagem 30: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a importância da luta social contra o racismo e o racismo religioso em uma homenagem às Ayabás. Entregue de presente à amiga Anita Pereira Ferraz. Título: As Ayabás. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2022.....323

Imagem 31: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando lutas populares na capital federal. Título: Trabalhadoras do campo e da cidade, construindo lutas populares. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2021-2022.....334

Tabela 01: Dados sobre violência contra os povos e comunidades do campo, florestas e águas no Brasil durante as primeiras décadas do século XXI.....359

Fotos 11 e 12: Organização, formação e luta das mulheres em movimentos sociais no campo – Plantando a mística feminista camponesa popular - Reunião de Coordenação Nacional do MMC. 2022. Fonte: Acervo pessoal.....366

Imagem 32: Bandeira da CPT.....375

Imagem 33: Bandeira do MMC.....379

Imagem 34: Simbologia da Campanha Nacional Sementes de Resistência do MMC.....384

Imagem 35: Bandeira do MST.....385

Imagem 36: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a agroecologia e diversidade da alimentação saudável sendo cultivada nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Título: Centro de Formação do MST no Assentamento de Reforma Agrária Gabriela Monteiro. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2021.....428

Foto 13: Feiras agroecológicas construindo mercados locais, processo de formação política e redes de aliados na sociedade rumo à soberania alimentar dos povos. Acervo pessoal. MMC em atividade do 8 de março na Feira da Ponta Norte na capital federal. 2023.....448

Fotos 14; 15; 16; 17: Acervo pessoal. Pesquisa de Campo em Buenos Aires, Argentina, na Macrha das Madres Plaza de Mayo, referências na luta contra as ditaduras na Argentina e na America Latina. Suas marchas acontecem semanalmente toda quinta-feira até os dias de hoje. 2023.....451

Imagem 37: Bandeira do MOCASE.....455

Imagens 38 e 39: Bandeiras do MNCI -VC e MNCI – ST, respectivamente.....458

Imagem 40: Bandeira da UTT.....463

Imagem 41: Card do MNCI – ST relacionado à luta conjunta com Ni Una Menos.....465

Imagem 42: Logo da Fundación Plurales.....465

Imagem 43: Bandeira Ni Una Menos.....466

Foto 18: Encontro de bandeiras e militantes do Brasil e da Argentina. Acervo pessoal. Pesquisa de Campo com MOCASE e MNCI – VC. Militantes e companheiras do MMC (Brasil) e de MOCASE, MNCI – VC e UTEP (Argentina). Buenos Aires, 2023.....500

Imagem 44: Card “Feminismo Campesino y Popular” do Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), na Argentina.....519

Imagem 45: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a valorização das lutas do povos originários e das indígenas mulheres. Título: Em defesa da vida do povos originários, do corpo território das indígenas mulheres e do bem viver. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2020.....529

Imagem 46: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, arte síntese da tese. Título: A dimensão de trabalho na alimentação e as mulheres nas lutas sociais feministas, camponesas populares contra o patriarcado, o racismo, o capitalismo e o imperialismo. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2024.....539

Fotos 19;20: Acervo pesoal. Armazém da UTT-produção agroecológica e bandeira whipala. Buenos Aires. 2023.....542

Quadro 07: Estudo de documentos públicos e internos dos movimentos sociais.....567

Quadro 08. Trajetória presidencial em Brasil e Argentina.....571

Quadro 09: Prevalência da subnutrição e insegurança alimentar na população em Brasil e Argentina (%).....573

Tabelas de dados - Análises de trajetórias desenvolvidas pela autora com base em FAOLEX/DATABASE, sobre os marcos legais de políticas para alimentação e agricultura no Brasil e na Argentina.....574

Termos de Livre Consentimento Esclarecido e Participação em Pesquisa e Termos de Cessão de Uso de Imagem e Depoimento Para Fins Científicos e Acadêmicos.....581

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

ADR – Agricultura e Desenvolvimento Rural

ALBA – Aliança Bolivariana por Nuestra América

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

APIB -Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz

CCV – Comissão Camponesa da Verdade

CCVC – Campanha Contra a Violência no Campo: Em defesa dos povos do campo, da floresta e das águas

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CLOC - Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DESCA – Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DHANA - Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada e Saudável

ECOSOC – Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

GATT - Acordo Geral de Comércio e Tarifas/ *General Agreement on Tariffs and Trade*

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LPJ – Levante Popular da Juventude

LVC – *La Via Campesina*

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MCC – Movimento Campesino de Córdoba

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MNCI – ST – Movimento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra

MNCI – VC – Movimento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina

MOCASE – Movimento Campesino de Santiago del Estero

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

OIT – Organização Mundial do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

P4P – *Purchase for Progress*

PMA – Programa Mundial de Alimentação

RI – Relações Internacionais

SOBAL – Soberania alimentar

SAN – Segurança alimentar e nutricional

SERCUPO – Serviço de Cultura Popular

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional/ *Unites States Agency for International Development*

UTT – Unión de los Trabajadores de la Tierra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....22
Memorial: Caminhada junto aos movimentos sociais no campo.....22
Histórico e justificativa do tema.....29
Problematização.....50
Definições do objeto de estudo e perguntas de pesquisa.....67
Objetivo geral e objetivos específicos.....68
Hipóteses da tese.....69
Apresentação dos capítulos da tese.....71
Síntese da seção.....73

CAPÍTULO 1 – DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA AMÉRICA LATINA.....75
1.1 A fome e a insegurança alimentar como problemas sociais latino-americanos.....75
1.2 O sistema agroalimentar hegemônico a partir da revolução verde.....90
1.3 Trajetória da agenda política internacional para o DHANA, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos.....97
1.4 *La Via Campesina*: internacionalismo popular e lutas sociais do campo.....113
1.5 Síntese do capítulo.....127

CAPÍTULO 2 – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO E SUJEITAS COLABORADORAS DE PESQUISA.....129
2.1 Desenho de pesquisa nas Ciências Sociais: Elaboração de uma abordagem crítica, qualitativa e interdisciplinar.....129
2.2 Técnicas de pesquisa social: Pesquisa documental e pesquisa de campo com entrevistas e diário de campo.....136
2.3 Sobre a análise dos dados: Estudos latino-americanos em perspectiva comparada e análises de conteúdo.....142
2.4 Sujeitas colaboradoras de pesquisa no Brasil e na Argentina.....154
2.5 Síntese do capítulo.....172

CAPÍTULO 3 – VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NO BRASIL E NA ARGENTINA.....173

3.1 Feminismos camponeses populares, trabalho e saúde das mulheres no Brasil (Categoria I).....173

3.1.1 "*Fortalecer a luta em defesa da vida"*.....173

3.1.2 *"Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer"*.....204

3.1.3 *"Quando as mulheres avançam"* 218

3.2 Feminismos campesinos indígenas y populares, trabalho e saúde das mulheres na Argentina (Categoria I).....252

3.2.1 *"Poner la vida en el centro"*.....252

3.2.2 *"La vuelta al campo"*.....268

3.2.3 *"Semillas de los pueblos"*.....281

3.3 Reflexões no processo de pesquisa: Repensando teorias e epistemologias feministas.....291

3.3.1 Interpretações a partir das vozes feministas camponesas populares.....291

3.3.2 Mulheres e abordagens feministas latino-americanas.....300

3.3.3 Contribuições latino-americanas às abordagens imbricacionistas.....311

3.3.4 Mais de 500 anos de resistências indígenas, negras e populares.....321

3.3.5 Mulheres camponesas nas "perspectivas feministas para ampliar horizontes".....341

3.4 Considerações histórico-comparativas.....356

3.5 Síntese do capítulo.....365

CAPÍTULO 4 – VOZES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS NO BRASIL E NA ARGENTINA.....367

4.1 Lutas sociais pela terra e movimentos sociais no Brasil: Sementes de Alimentação, agroecologia, políticas públicas e internacionalismo (Categorias II; III; IV e V).....367

4.1.1 *"A luta é para valer!"*.....367

4.1.2 *"A terra guarda a raiz, da planta que gera o pão"*.....390

4.1.3 *"Internacionalizemos a luta!"*.....420

4.2 Lutas sociais pela terra e movimentos sociais na Argentina: *Semillas* de Alimentação, agroecologia, políticas públicas e internacionalismo (Categorias II; III; IV e V).....449

4.2.1 *"¡Arriba las whipalas!"*.....449

4.2.2 *"El campo que alimenta"*.....468

4.2.3 *“¡Internacionalizemos la esperanza!”*.....494
4.3 Reflexões no processo de pesquisa: Cultivando pensamento crítico latino-americano.....501
4.3.1 O pensamento social crítico latino-americano.....501
4.3.2 Crítica à dependência, ao racismo e ao colonialismo.....505
4.3.3 As lutas sociais latino-americanas contra a desumanização.....510
4.3.4 Expropriações nos corpos-territórios e lutas socioambientais.....514
4.3.5 Movimentos sociais populares: “A vida é o conteúdo da política”.....519
4.4 Considerações histórico-comparativas.....526
4.5 Síntese do capítulo.....540

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....543

REFERÊNCIAS.....551

APÊNDICES.....564

INTRODUÇÃO

Memorial: Caminhada junto aos movimentos sociais no campo

> *"Ajuntei todas as pedras que vieram sobre mim. Levantei uma escada muito alta e no alto subi. Teci um tapete floreado e no sonho me perdi. Uma estrada, um leito, uma casa, um companheiro. Tudo de pedra. Entre pedras cresceu a minha poesia. Minha vida... Quebrando pedras e plantando flores. Entre pedras que me esmagavam levantei a pedra rude dos meus versos."*
> *Cora Coralina – "Das Pedras" (Meu livro de Cordel)*

Minha caminhada junto às mulheres lutadoras sociais começou junto aos movimentos populares do campo em 2007, quando conheci o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Ribeirão Preto (SP).

Durante o período em que morei na cidade de Franca (SP), que integra esta região, cursei minha primeira graduação em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e fui integrante do grupo interdisciplinar de extensão universitária Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA). O grupo, existente até os dias de hoje, fundamenta-se no pensamento político-pedagógico de Paulo Freire e era coordenado por professoras e pesquisadoras do curso de Serviço Social, aberto a estudantes de todas as áreas para atuar junto às comunidades nos acampamentos e assentamentos rurais de reforma agrária, organizados pelo MST.

O NATRA foi o lugar de meus primeiros passos com os movimentos sociais populares, com a temática feminista e com a experiência de participar da luta social das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade; esta última a partir do encontro do Coletivo de Gênero e Ciranda do núcleo em 2007. Não menos importante, as atividades públicas e massivas nas ruas também foram experiências muito fortes para a compreensão prática da luta social, tal como vivenciadas em duas marchas de Campinas a São Paulo: a primeira em agosto de 2009, com o MST e a segunda, em março de 2010, com a Marcha Mundial de Mulheres. Até 2011, foram muitos os aprendizados no interior paulista sobre organizações e manifestações populares, palavras de ordem, rodas de místicas e educação popular, bandeiras e simbologias dos movimentos populares, luta social histórica pela terra no Brasil e na América Latina, entre outros elementos do esperançar coletivo.

A partir da generosidade do MST no acolhimento de estudantes do NATRA como camaradas na mesma luta social por direitos, pude compreender as imbricações entre questão

agrária, ambiental e urbana na prática concreta de ocupações em defesa dos territórios do aquífero Guarani[1], que vinham sendo contaminados por agrotóxicos utilizados pelo agronegócio na produção de cana-de-açúcar na região. Frutos desta resistência dos sem-terra são o assentamento de reforma agrária Mário Lago, em Ribeirão Preto, e todo aprendizado que pudemos vivenciar com as mulheres lideranças comunitárias da região.

Também foram muito importantes todos os Encontros Terra e Universidade e o IV Encontro Nacional de Violeiros no Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara – o Centro Pau D´Alho; os círculos de cultura da educação popular com as atividades de Cinema da Terra, de organização de bibliotecas comunitárias, festas juninas, assembleias com almoços coletivos, e assim por diante. Na longa caminhada de formação de cada nova geração de lutadoras e lutadores do povo, muitas sementes são plantadas em nossas vidas por muitas companheiras e companheiros generosos que se desafiam a tecer a partilha de experiências e saberes na simplicidade de cultivar encontros. Assim foi, a partir do NATRA e MST e, não menos importante, na oportunidade de conhecer a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), que participava ativamente dos Simpósios de Reforma Agrária do NATRA, que organizávamos na UNESP da cidade de Franca.

Minha contribuição pessoal, após esta fase da jornada, foi a elaboração da monografia de conclusão de curso intitulada *"Movimentos sociais e Relações Internacionais: a luta pela emancipação humana"*. Por meio deste trabalho, averiguei a predominância do reconhecimento teórico de Estados-nações e organismos internacionais como atores no cenário internacional e a concomitante falta de visibilidade da importância dos movimentos sociais na área. Porém, ainda que os Estados e os organismos internacionais sejam atores hegemônicos, as relações internacionais são também construídas pelas lutas sociais transformadoras das relações sociais, estruturantes de todas as dimensões da vida social - do nível local aos nacionais, regionais e internacional.

Deste modo, os movimentos sociais, comunidades, povos, grupos e classes sociais podem ser valorizados em sua participação política como atores das relações internacionais, a partir de novas perspectivas críticas epistêmico-metodológicas. Constatei a importância do desenvolvimento criativo de metodologias, abordagens e análises que se aprofundassem em sistematizar e interpretar as experiências e questões dos movimentos sociais na seara

[1] Mais informações em: Acampamento Mário Lago luta por políticas públicas e pela preservação do aquífero Guaraní. Mapa de conflitos – Injustiça ambiental e saúde no Brasil. ENSP – Fiocruz. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/acampamento-mario-lago-luta-por-politicas-publicas-e-pela-preservacao-do-aquifero-guarani/. Último acesso em: 08/02/2024.

internacional, me animando a continuar os estudos em cursos de pós-graduação. A partir de 2012, em Brasília, iniciei o mestrado no Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade Brasília (UnB), com um projeto sobre os impactos das políticas de reforma agrária de mercado do Banco Mundial na agenda política da luta social pela terra no Brasil, considerando as críticas dos movimentos sociais populares integrantes de *La Via Campesin*a à este projeto internacional do organismo financeiro multilateral.

Nesta fase da vida, então, também vivenciei uma transição em minha forma de participação junto aos movimentos sociais. A partir da experiência adquirida em um grupo universitário de extensão agrária e pesquisa junto aos movimentos sociais no campo (como era com o NATRA) para uma participação orgânica no movimento social Levante Popular da Juventude (LPJ). Construindo atividades de educação popular e cultura (agitação e propaganda) com a juventude na região do Distrito Federal e Entorno, com enfoque na construção de setores de mulheres jovens, fomos coletivamente plantando as primeiras sementes do LPJ na capital federal, continuando o MST a ser uma grande referência do campo popular, por exemplo, no papel do Centro de Formação Gabriela Monteiro, em Brazlândia, onde criamos Escolas de Formação Política da Juventude. Foram os primeiros passos em um novo contexto de resistências e lutas no bioma Cerrado - conhecido como berço das águas e também fortemente impactado por queimadas e contaminações oriundas do avanço das fronteiras do agronegócio (da soja e do eucalipto, principalmente) e das mineradoras.

Além do MST, destaco especialmente o aprendizado junto às companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) ligado a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), e da Marcha da Margaridas – as quais foram fundamentais no meu autoconhecimento como mulher jovem da classe trabalhadora e feminista popular desde aquele período. Em Brasília, novas descobertas sobre a unidade e diversidade das lutas sociais aconteceram, uma vez que companheiras e companheiros de diversas organizações e entidades sempre convidavam integrantes do Levante Popular da Juventude para construir ações conjuntas, sendo riquíssimos os vínculos com movimentos sociais do campo e da cidade, movimentos auto-organizados de mulheres e mistos, partidos e sindicatos urbanos e rurais integrantes de articulações mais amplas como o Campo Unitário, a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e *La Via Campesina*, a Frente Brasil Popular, entre outros.

Assim, participei do Levante Popular da Juventude até o final de 2017, articulando as frentes estudantis, territoriais (de áreas periféricas urbanas) e camponesas, construindo

coletivamente: acampamentos regionais e nacionais; escrachos[2] aos torturadores da ditadura militar em torno da pauta da Memória e da Verdade; marchas nas manifestações de junho de 2013, nas eleições de 2014 e contra o golpe de 2016, entre tantas atividades de um período muito intenso nas lutas sociais populares e democráticas no Brasil em que foi especialmente emocionante ser parte da juventude politicamente organizada. Em uma das marchas pela capital do país, durante este período, um momento foi inesquecível quando um grupo de idosos caminhou todo o percurso junto ao nosso grupo de batucada popular até o Congresso Nacional. Os idosos carregavam vários cartazes com os seguintes dizeres: *"Os jovens de 1964 estão juntos com os jovens de 2016"*.

Assim, entre tantos frutos especiais desta época está a elaboração de minha dissertação de mestrado *"O agrário na contemporaneidade: Banco Mundial, Via Campesina e o Estado Brasileiro"* e a participação no documentário *"O Direito Achado na Rua – Justiça de Transição – Volume 7"* (na UnB Tv)[3]. Na minha dissertação, a partir da leitura e interpretação de documentos do Banco Mundial sobre as políticas de reforma agrária de mercado pude refletir sobre as interações entre organismos internacionais financeiros e multilaterais, Estados-nações e movimentos sociais de luta pela terra e território. Constatei a tendência de financeirização das políticas públicas, da terra e dos bens comuns durante o avanço da globalização neoliberal no Brasil e em outros países periféricos, bem como a importância da resistência dos movimentos sociais campesinos rumo à transformação destas relações internacionais de assimetria de poder e desigualdades.

Toda comunidade, povo e movimento social popular que, em tempos de financeirização do capital, defende uma cultura em que a terra não é mercadoria e em que o território é comunitário para o acesso de todos aos bens comuns da natureza e à reprodução social de vidas com direitos e diversidade, está lutando em escala local e, simultaneamente, também em escalas nacional, e internacional, somando forças sociais em lutas históricas de muitas gerações passadas rumo a melhores condições de vida para si e para os que virão, rumo à transformação da ordem vigente capitalista, patriarcal, racista e também (neo) colonialista/neoextrativista/ imperialista. Portanto, despontaram como elementos de forte sentido social: a diversidade nos

[2] "Escracho aos torturadores da ditadura militar" é o nome de uma ação direta de denúncia pública da impunidade dos torturadores da ditadura militar no Brasil, este termo é uma construção política desenvolvida no âmbito do movimento social Levante Popular da Juventude (LPJ). Mais informações em: BRITO, Ana Paula. Escrachos aos torturadores da ditadura. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

[3] Mais informações em: Documentário O Direito Achado na Rua – Justiça de Transição – Volume 7. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GB75KS9I8pA . Último acesso em: 08/02/2024.

movimentos e lutas sociais, suas dinâmicas multi-escalares nas suas agendas políticas e suas memórias fruto de suas experiências e acúmulos coletivos intergeracionais.

Com a conclusão do mestrado em 2014 e munida de novos aprendizados e experiências, pude vivenciar também uma trajetória de atuação profissional junto a associações nacionais comprometidas com a defesa dos direitos humanos. Primeiramente, em 2014 e 2015, atuei junto à Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB), ligada ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), buscando a superação das violações de direitos humanos oriundas das construções de barragens por empresas mineradoras e hidrelétricas, muitas das quais corporações multinacionais. Em seguida, entre 2015 e 2017, trabalhei junto à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), onde se consolidou meu interesse em cursar Serviço Social como uma segunda graduação, ainda em andamento.

No final de 2017, concluindo os anos de juventude após uma década de atuação política, acadêmica e profissional junto aos movimentos sociais populares, aceitei pela primeira vez um convite para publicar sobre algumas experiências e sentidos políticos já amadurecidos no campo da educação popular e do feminismo, reunidos no artigo *"Mulheres do projeto popular e participação democrática desde a juventude da classe trabalhadora: trabalho de base e unidade feminista popular do campo e da cidade"*, parte de um livro organizado pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP), da PUC Minas, intitulado "*Religião, política e transformação social: Experiências de fé"*. O convite veio do Observatório Político da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o qual também atuo a alguns anos e que teve grande impacto na minha formação política e pessoal.

Por fim, em 2018, trabalhei junto à Associação Nacional das Mulheres Camponesas (ANMC), entidade ligada ao Movimento de Mulheres Camponesas, movimento social feminista camponês e popular com o qual comecei a atuar logo em seguida ao fim da fase de jovem -adulta no LPJ. Meu primeiro contato com o MMC havia sido em 2012, quando as primeiras companheiras deste movimento vieram para Brasília (DF) iniciando as preparações para o I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, em 2013. Nos anos subsequentes, também tive a alegria de participar de diversos *Encontros do Feminismo Camponês Popular* no Centro de Formação Luiz Cañas, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em Luziânia (GO), os quais com toda certeza fortaleceram minha formação política, autoestima e autonomia para encontrar meu caminho de contribuição política, profissional e científica. Tenho aprendido com as mulheres camponesas a cultivar um viver sem medo de continuamente mudar e buscar espaços e processos coletivos que cada vez mais realmente

propiciem meu autoconhecimento junto ao entendimento da realidade social em movimento, com melhores condições de responder aos desafios cotidianos que perpassam meus vínculos comunitários e os territórios onde vivo.

Em 2019, iniciei o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, no Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), da Universidade de Brasília (UnB), estudando o tema da soberania alimentar dos povos em diálogo com o feminismo camponês popular e o pensamento crítico latino-americano. Sobrevivendo à pandemia de Covid-19 – com perdas e adoecimentos familiares – durante governos conservadores e violentos[4], que o povo recentemente derrotou nas urnas durante a eleição de 2022, ano em que também foi lançada a *"Campanha contra a Violência no Campo: Em defesa dos povos do campo, florestas e águas"*[5] uma construção coletiva da qual sou grata por ter conhecido muitas companeiras e companheiros especiais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um vínculo de admiração que desabrochou nos Encontros das Mulheres do Cerrado, organizados pela CPT – Goiás.

Vamos aprendendo cada vez mais sobre a responsabilidade de todos e do Estado para com a defesa da vida das camponesas sem violência no campo e nas periferias, sem violências domésticas contra as mulheres – seja as que estão nas hortas e roçados, plantando territórios de resistência agroecológica e de cultura popular, ou as muitas filhas e netas da roça cujas famílias migraram para as periferias urbanas em busca de trabalho e estudo devido à falta de democratização do acesso à terra e ao alimento, mas que também se identificam com esta luta e são parte desta caminhada à sua maneira. Nos identificamos com o feminismo camponês popular e com a agroecologia como propostas fundamentais para novos projetos de sociedade, novos projetos de país, novos projetos de vida planetária vinculados à mística da terra.

Compreendi, a partir da formação política junto ao MMC, que a história da minha família esteve sempre entrelaçada com a história da luta social pela terra; compreendo que do quintal produtivo cultivado pela minha avó paterna Maninha para nutrir seus treze filhos, brotou alimento e um forte sentido político e social do qual sou herdeira; entendo que cada trabalho de cuidado para alimentar a vida, realizado de geração em geração por minhas avós, por minha

[4] Após o golpe político de 2016, o Brasil vivenciou o governo de Michel Temer (2016- 2018) e o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). A partir de 2023, inicia-se mais um governo de Luís Inácio Lula da Silva.

[5] Mais informações: *Campanha contra a Violência no Campo é lançada com adesão de mais de 50 entidades***.** Comissão Pastoral da Terra – Nacional. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/6126-campanha-contra-violencia-no-campo-e-lancada-com-adesao-de-mais-de-50-entidades. Último acesso em: 08/02/2024.

mãe, por mim e minha irmã, vem tecendo novas relações sociais e internacionais de autonomia, autodeterminação dos povos nos territórios e soberania alimentar.

Para mim, todos estes anos de estudo, luta social, trabalho e educação popular são momentos intensos de novos saberes cultivados junto com as companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e outros movimentos populares na unidade do campo e da cidade. Quando dialogamos nas rodas da educação popular, sentimos que podemos ser, viver, existir, brilhar, como dizia Paulo Freire: esperançar e ser-mais. Neste sentido, a iniciativa de desenvolver esta pesquisa partiu da necessidade de aprofundar minha compreensão sobre as experiências vividas e os desafios e problemas sociais encontrados na realidade social na qual fazemos a intervenção enquanto lutadoras sociais e profissionais. Também se trata de contribuir para elaboração de estudos que possam ser publicados e amplamente acessados por todas as pessoas que tem interesse nas bandeiras de luta dos movimentos populares, que querem mudar o mundo e estreitar laços, pois, muito do que aqui está escrito são interpretações e sínteses a partir de acúmulos de muitas trajetórias de vidas, gerações e encontros coletivos à serviço do bem (com)viver de toda a humanidade. Nossa contribuição vai *"quebrando pedras e plantando flores"* – como versava Cora Coralina pelas terras do Goiás - sempre que encontra significados coletivos junto aos trabalhos e participações plantados por diversas companheiras nos movimentos sociais populares.



Foto 01: Participando nas lutas sociais na capital federal do Brasil. Marcha feminista unitária do 8 de março de 2021, em Brasília (DF), junto com as companheiras do MMC. Acervo pessoal. 2021.

Histórico e justificativa do tema

"América Latina de sangue e suor, eu quero pra ti um dia melhor
Este povo que sofre pela mesma razão, gritar por liberdade numa nova canção.
América, América sou tua filha e digo: Um dia quero ser livre contigo.
América do velho e do novo, construindo a história na luta do povo
Numa guerra de força contra o imperialismo, que dos povos da América é o grande inimigo
América minha quero te ver um dia, teu povo nas ruas com a mesma alegria
Gritar a vitória no campo e cidade, e empunhar a bandeira da liberdade."
Uacir Strapozzan – América Livre (Caderno de canções do MMC)

Quando abordamos o tema da alimentação saudável, podemos partir do pensamento agroecológico de Ana Primavesi (2016) que, em *"Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio"* nos ensina que:

> Apenas com solos sadios teremos plantas sadias. (...) Planta sadia e em pleno vigor não é atacada por nenhuma doença ou praga. Assim, o alimento de alto valor biológico é a base para uma vida com saúde, (...) o meio ambiente pode ser recuperado. Reflorestando áreas estratégicas, produzimos mais alimentos em uma área menor. Além disso, com mais florestas, o clima fica mais estável, com menos oscilações, as chuvas regulares voltam com as matas e os rios caudalosos. A humanidade terá menos fortunas mirabolantes, mas bem-estar para todos. (...) Um alimento biologicamente integral nutre o material e o espiritual das pessoas, garantindo uma era de saúde integral, paz, amizade e bem-estar. (PRIMAVESI, 2016, p. 200-201)

Assim, a alimentação saudável, além do ato de ingerir um alimento é também uma relação sócio-ambiental saudável e, portanto, relacionada a um trabalho[6] de produção e reprodução da vida. Ademais, enquanto um direito humano à alimentação, construído a partir das lutas sociais, é um dever do Estado.

Nos estudos sobre o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável (DHANA) identifica-se que durante muito tempo a causa de sua violação foi atribuída

[6] Sobre o conceito de trabalho nesta tese, consoante Sérgio Lessa (2012): "Na investigação ontológica de Lukács, o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho. A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais). A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens. Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si. (...) tais atividades sempre se articulam ao trabalho. Essa relação, contudo, em nada esmaece a distinção essencial entre os atos de trabalho e o restante da práxis social, o primeiro permanecendo, com todas as mediações necessárias, o momento fundante do ser social. Nesta acepção de 'intercâmbio material eternamente necessário' do homem com a natureza, o trabalho é uma categoria distinta do trabalho abstrato, produtor de mais-valia (Marx, 1983).". (LESSA, 2012, p. 25-26).

simplesmente à uma suposta baixa capacidade produtiva face ao crescimento da população mundial em geral, uma perspectiva que se mostrou equivocada, tal como demonstrado por Josué de Castro (1968) em *"Geopolítica da fome"*. O autor refutou este argumento e também diversos sensos comuns como os de que a fome fosse um problema de "áreas limitadas", algo natural "que faz parte da vida" ou culpa individual da "falta de esforço para trabalhar e produzir". Ele afirma que:

> É difícil, pois, comprender à primeira vista que essa imensa massa continental, que ocupa o hemisfério ocidental, não produza os recursos alimentares indispensáveis ao adequado abastecimento de suas populações. E nem ao menos se pode justificar o fato pela existência de um excesso de população, porque a América é uma das áreas de mais baixa densidade demográfica do mundo (...). E se não se pense que a fome, na América, esteja limitada a umas quantas áreas pouco extensas da porção mais pobre do continente. Longe disso. (CASTRO, 1968, p. 135)

Assim, Castro explicou que a fome tem raízes estruturais, é consequência de desigualdades sociais relacionadas à concentração fundiária e às monoculturas para exportação, que geram escassez de terras e de alimentos nos povos e nações. Neste sentido, iniciamos nossa reflexão acerca do contexto histórico baseando-se na literatura sobre a industrialização latino-americana, visando compreender as contradições no desenvolvimento das dinâmicas de produção e distribuição de alimentos na região que fazem perdurar a tendência história de violação do direito à alimentação.

A industrialização latino-americana foi um processo social que ocorreu durante as primeiras décadas do século XX, em um período marcado por significativos eventos internacionais, tais como: a Primeira Guerra Mundial (1914-1928), a crise financeira de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Outro aspecto importante deste período foi a criação dos primeiros organismos multilaterais globais[7] que contribuíram para a conformação de uma nova ordem internacional (SARAIVA, 2007). Os primeiros foram os organismos e acordos financeiros, em 1944: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT). Posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), de 1945 em diante.

[7] Sobre a criação dos primeiros organismos multilaterais globais ver: SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação de uma nova ordem internacional. In: _____ (Org.). História das Relações Internacionais contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

A obra *"Subdesenvolvimento e revolução"*, de Ruy Mauro Marini (2012) analisou o processo da industrialização latino-americana em perspectiva comparada e elucidou que uma aceleração da industrialização ocorreu na região durante os anos 1930 e 1940[8] . No caso brasileiro, correspondeu ao período do governo de Getúlio Dornelles Vargas e, no caso argentino, ao período do governo de Juan Domingo Perón - sendo o peronismo, até os dias de hoje, um elemento marcante na política argentina. Neste contexto político, conhecido como "populismo" (MARINI; 2012), as primeiras políticas sociais começaram as ser implementadas pelo poder público estatal no Brasil e na Argentina. O Estado se tornava o ator central de incentivo tanto à indústria pesada de base quanto ao desenvolvimento socioeconômico nas economias agrárias latino-americanas, em uma coalizão dominante entre burguesia industrial e burguesia agroexportadora, sempre em disputa pelo predomínio político em seus países.

Nas mudanças estruturais que ocorriam e em meio às tensões destes governos de coalizão, as lutas sociais operárias, sindicais, rurais, entre outras, foram avançando em organicidade e conquistas políticas importantes para melhoria das condições de vida do povo e acesso a direitos, num acirramento social de onde advém, sob pressão popular, as políticas sociais. Tal configuração foi abrindo caminho para o período subsequente que ficou conhecido como "projeto desenvolvimentista", conforme apresentado por Amado Luís Cervo e Clodoaldo Bueno, no livro *"História da política exterior do Brasil"* (CERVO; BUENO, 2011).

Este processo histórico fora analisado em perspectiva comparada não só pelo teóricos marxistas da dependência, mas também no âmbito do pensamento cepalino, como nos trabalhos do brasileiro Celso Furtado (1976), que na obra *"A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos"*, explica como a industrialização latino-americana pode ser compreendida em três fases: 1. A industrialização induzida pela expansão das exportações; 2. A industrialização induzida pela substituição de importações; 3. A industrialização de base conduzida pela ação estatal.

---

[8] O autor afirma que: "O pacto estabelecido entre burguesia agroexportadora e burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, portanto, o conflito de interesses no interior da coalização dominante. (...) Essas tensões resultavam, em última instância, dos movimentos do polo econômico vinculado ao mercado interno, em sua progressiva busca por se libertar da dependência do polo externo e impor seu predomínio. A aceleração que, durante a Segunda Guerra Mundial, produz-se no processo de industrialização latino-americano – e que lança novos países, como a Venezuela, ao caminho percorrido desde os anos 1930 por Argentina, Brasil e México – reforça consideravelmente o polo interno e cria as condições para uma luta mais aberta pelo predomínio dentro da coalizão dominante. Nesta luta, a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas urbanas, que haviam aumentado consideravelmente no período anterior, nos marcos de um jogo político normalmente conhecido como "populismo". (...) Historicamente, e do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, esta situação corresponde ao fim da etapa da industrialização substitutiva de bens de consumo não-duráveis, e leva à necessidade de implementar uma indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital." (MARINI, 2012, p. 57)

Furtado (1976) também explica que Brasil, Argentina, Chile e México seguiram processos de industrialização similares, primeiramente estimulados por sua especialização produtiva na exportação de produtos primários a partir das chamadas vantagens comparativas (oferta de terras agricultáveis, água, sol, bens naturais, etc.), que fomentaram o que o autor denomina como o "modelo clássico de desenvolvimento da América Latina – integração no sistema de divisão internacional do trabalho (...)" (FURTADO, 1976, p. 137).

Em *"O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais"*, Raúl Prebisch (1962), uma das principais referências argentinas no pensamento cepalino sobre relações centro-periferia (em escala mundial), apresenta, então, as contradições da divisão internacional do trabalho[9]. Ele apontou como esta dinâmica não possibilita a plena e autônoma industrialização das economias periféricas e, por meio de processos como a deterioração dos termos de troca no comércio exterior, tampouco propicia uma partilha equitativa das riquezas socialmente produzidas entre as nações, uma dinâmica que aprofunda as desigualdades capitalistas da divisão social do trabalho[10].

[9] Ele define como: "Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX (...) cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. (...) Duas Guerras Mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial. A discussão doutrinária, todavia, está muito longe de haver terminado (...) é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. (...) A falha dessa premissa consiste em ela atribuir um caráter geral àquilo que, em si mesmo, é muito circunscrito. (...) se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. (...) Existe, portanto, um desequilíbrio patente e, seja qual for sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho." (PREBISCH, 1962, p. 71-72).

[10] Sobre a divisão social do trabalho, as classes sociais e o capitalismo, consoante Ivo Tonet e Sérgio Lessa (2008): "(...) visava-se proritariamente a produção de objetos de consumo (valores de uso) do próprio produtor e apenas o excedente era trocado. Com o desenvolvimento do comércio e da propriedade privada, essa relação se inverteu. As necessidades comerciais tornaram-se prioritárias e a produção deixou de estar voltada para as necessidades de quem produzia para atender ao lucro comercial. Esse processo introduziu novas diferenciações entre os homens. Por exemplo, surgiram as classes sociais e, com elas, as contradições sociais antagônicas. Do mesmo modo, se impôs na sociedade uma divisão do trabalho cada vez mais intensa, fazendo com que as relações mercantis tivessem um peso cada vez maior. (...) Com o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo, essa situação se agravou ainda mais. A essência da sociedade burguesa é a acumulação privada de capital e isso só é possível se os homens viverem em uma sociedade submissa às exigências do processo global de acumulação de capital. Ele, portanto, passa a ser o referencial decisivo (...). Ser bem sucedido é quase sinônimo de ter se tornado rico. No plano social, os homens são reduzidos à força de trabalho, que nada mais é do que uma mercadoria como outra qualquer. (...) O capital, portanto, é uma relação social criada pelos homens e que domina toda a sociedade. Esta se torna uma sociedade capitalista, alienada." (TONET; LESSA, 2008, p. 97-98).

Portanto, partindo destas referências de estudos comparados do pensamento social crítico na América Latina, esta tese pensa a particularidade latino-americana como uma dimensão importante da realidade social em que se identifica o problema social das violações do direito humano à alimentação na região.

Assume-se como objeto de análise sociológica as agendas políticas das mulheres em movimentos sociais no campo, em luta social por direitos como à alimentação, à terra e à agroecologia. A alimentação saudável é, então, um ponto de partida para uma análise das agendas políticas feministas camponesas populares, as quais extrapolam os limites do tema da alimentação em si e também abarcam discussões sobre trabalho, participação política, saúde das mulheres, enfrentamento às violências, entre outras.

Entende-se como parte do processo social de construção de tais agendas políticas as ações coletivas de lutas sociais, de incidências políticas e também de desenvolvimento de consciências críticas e práticas alternativas de produção e cuidado com a vida que partem dos cotidianos nos territórios de resistências das sujeitas colaboradoras de pesquisa no Brasil e na Argentina. Conforme é possível apreender na fala de uma entrevistada:

> Mesmo quando eu não estou na roça, que ia fazer o trabalho do plantado, trazer água e separar as sementes, eu estou trabalhando com agroecologia de uma outra forma, né, na produção de teorias, na formação, no espaço de formação, entre outros espaços. (...) O governo não está dando brecha para a gente trabalhar, não tem recurso para as mulheres levar e vender a sua roça. Mas as mulheres estão se auto-organizando junto com as instituições não governamentais para fazer essa pressão, né, que aí a gente fez vários projetos também disso, que era contra a fome e na solidariedade entre os povos, onde as mulheres tinham as suas produções adquiridas por recursos de projetos de organizações (...) a gente ia e fazia processo de formação com as mulheres da periferia e dizia "ah, vocês estão passando fome não é porque vocês não querem trabalhar. Vocês estão passando fome por um sistema maior". A gente fez esse processo de formação de agentes populares de saúde, levando as hortinhas de plantas medicinais para as periferias, levava a doação dos alimentos. E hoje a gente tem algumas bases de camponesas urbanas, que são os quintais produtivos da periferia. (...) A gente tem o feminisno camponês popular que é esse feminismo, arregrado nessa identidade de luta de defesa da vida, da promoção da agroecologia enquanto um projeto político de sociedade, que é ousado, né. É um projeto político, de sociedade, de produzir alimento saudável, com história e identidade nos povos e comunidades tradicionais e nas especificidades das mulheres, que dá importância nas mulheres nesse processo de produção e de alimentação do mundo. Uhum, e de acessibilidade, né, de uma comida acessível para todo mundo, no prato de todo mundo, enchendo as barrigas de todo mundo, protegendo a mãe natureza, que é quem nos dá a possibilidade de comer que sem comer a gente não é nada, não é? Então, é, é ousado pensar essa proposta do Movimento de Mulheres Camponesas, não é? Na agroecologia, como um projeto de sociedade e de classes trabalhadoras, de enfrentar a inflação, o sistema orgânico estrutural do

> próprio capitalismo racista, na derrubada do maquinário dos latifúndios. (Educadora da mística afro-indígena)

O modelo produtivo no campo e o projeto de desenvolvimento hegemônicos nos países da região latino-americana não têm contemplado as necessidades humanas - como o direito à alimentação saudável -, sendo pertinente estudar as alternativas agroecológicas e feministas camponesas populares em construção. Pois, como dizia Ana Primavesi (2016): "Chegamos ao limite do que a natureza pode suportar sem problemas. Hoje, não é mais uma alternativa produzir de uma maneira menos agressiva. É o único meio para sobreviver." (PRIMAVESI, 2016, p. 196). As experiências agroecológicas, como meios de sobrevivência e bem viver para toda a humanidade e para a natureza e como projeto de sociedade e de desenvolvimento saudável e sustentável, se contrapõem à presença de modelos produtivos destrutivos nos territórios e nos cenários políticos da América Latina, acerca dos quais é relevante compreender como se constituíram historicamente.

Ainda na primeira metade do século XX, foi a partir da elevação da renda interna nos países da região, oriunda das exportações primárias, que uma parte da produção industrial de manufaturas passou a ser desenvolvida pelas próprias sociedades nacionais de forma complementar às importações (PREBISCH, 1962). Com o advento das duas grandes Guerras Mundiais e da crise financeira de 1929, houve uma crise da capacidade produtiva e exportadora das economias centrais, o que limitou significativamente a oferta de produtos para as importações demandadas pelas economias periféricas, gerando a segunda fase que ficou conhecida pela substituição de importações (FURTADO, 1976).

No período de pós-guerra, inaugurou-se a terceira fase – conforme interpretado por Celso Furtado -, em que o Estado agiu fortemente em "concentrar investimentos em setores básicos, da recuperação ocasional do setor exportador e da introdução de capitais e tecnologias estrangeiros (...). Contudo continuou-se a falar de substituição de importações." (FURTADO, 1976, p. 134). Ou seja, existem dois modelos mais amplamente reconhecidos durante o processo de industrialização latino-americana, como: o modelo induzido pela expansão das exportações e o modelo induzido pela substituição de importações. Porém, na análise comparada de Celso Furtado, o segundo modelo pode ser dividido em duas etapas distintas, sendo sua segunda metade correspondente à indução pela ação estatal.

Portanto, identifica-se o papel central do Estado para a consolidação do processo histórico de industrialização nas economias latino-americanas e para a construção de políticas públicas e políticas sociais. Toda esta dinâmica não se deu apenas como consequência das

relações de exportação e importação no mercado internacional, mas como resultado de uma perspectiva de projeto político daquele período, com seus alcances e limitações, voltado ao fortalecimento da autonomia e da soberania nacional em meio à nova ordem internacional que surgia, ainda que, conforme veremos na tese, em um contexto de capitalismo dependente[11] (FERNANDES, 1975).

Cervo e Bueno (2011), acerca da história das relações internacionais na América Latina e da história da política exterior brasileira, elucidam que, na passagem para a segunda metade do século XX, a centralidade do Estado-nação na organização das relações sociais domésticas e das relações internacionais passa por intensas transformações. Tais mudanças são oriundas do desenvolvimento significativo do multilateralismo e de organizações internacionais após a Segunda Guerra Mundial e se desdobram nos marcos das novas disputas de poder político, ideológicas e militares em escala global, as quais polarizavam projetos políticos antagônicos, capitalistas e socialistas, entre os países e no interior das sociedades nacionais.

Nos marcos da bipolaridade entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no cenário internacional, marcado pelas tensões durante a Guerra Fria, a região da América Latina foi um dos palcos da disputa geopolítica entre as duas grandes potências da época. Fazem parte deste contexto a Revolução Cubana (1959) e a Crise dos Mísseis (1962), bem como a iniciativa brasileira da Operação Pan-Americana (1958) nos marcos da Política Externa Independente (PEI) durante o governo de Juscelino Kubtschek no Brasil.

Em contrapartida, a fim de estabelecer a América Latina como área de influência geopolítica do bloco capitalista hegemonizado pelos EUA, os estadunidenses lançaram, em 1961, como parte de sua política externa para a região, tanto a Aliança para o Progresso como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional/ *Unites States Agency for International Development* (USAID), nos moldes de uma estratégia de valorização da economia capitalista por meio de programas bilaterais de cooperação internacional (CERVO; BUENO, 2011). O endividamento externo e o aprofundamento da dependência externa das economias

[11] Conforme Florestan Fernandes (1975) explica em *"Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina":* "À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produto da 'expansão civilizatória ocidental', isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. (...) A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultura e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas." (FERNANDES, 1975, p. 11-12).

latino-americanas foram desdobramentos do período, reproduzindo a inserção subordinada das economias latino-americanas no cenário internacional[12].

Assim, um dos principais projetos internacionais de interesse estratégico da política externa estadunidense foi a Revolução Verde, primeiramente implementada nos países periféricos do globo durante a década de 1960, enquanto meio de construção da hegemonia dos EUA no cenário internacional. Contando com o apoio de organismos internacionais como o Banco Mundial e a USAID, a Revolução Verde impactou consideravelmente o desenvolvimento industrial e social dos países da América Latina e de outras regiões afetadas, ademais, com ulterior comprometimento também de sua sustentabilidade ambiental, por meio de programas denominados como de agricultura e desenvolvimento rural (ADR)/*agricultural and rural development* e de redução e alívio da pobreza/ *poverty alleviation*.

Na obra *"Terra e Modernidade: A reinvenção do campo brasileiro"*, Sérgio Sauer (2010) define a Revolução Verde e seus rebatimentos nos dias de hoje como um processo de incorporação de insumos industriais pela agricultura que consistiu em uma mudança da base tecnológica a partir de inovações químicas e biológicas como fertilizantes químicos e pesticidas, os quais possibilitaram a produção agrícola de monoculturas em larga escala (SAUER, 2010) e induziram às migrações da população para as áreas urbanas. Ainda que os fluxos migratórios para as áreas urbanas sejam vistos muitas vezes apenas como uma dinâmica social voluntária ou espontânea em direção ao "progresso e desenvolvimento", também ocorreram a partir da deterioração dos meios de vida no campo e das expropriações e violências no meio rural.

Neste trabalho, o autor também ressalta que foram complexos industriais construídos para a produção de armas químicas que passaram a produzir insumos para o setor agrícola ao redor do mundo, em uma artificialização crecente das formas de cultivo, como também se averigua nas biotecnologias, especialmente de engenharia genética, tal como as sementes transgênicas que aprofundam a lógica antibiodiversa da monocultura (SAUER, 2010). Assim, pode-se perceber o impacto do complexo industrial militar no sistema agroalimentar hegemônico e no meio ambiente sob orientação dos interesses geopolíticos dos Estados Unidos, uma imbricação entre capitalismo e imperialismo. Estas contradições foram também apontadas

[12] Por exemplo, no tocante ao Brasil: "A confiança que inspirou no exterior o seu plano ortodoxo de estabilização financeira facilitou, logo após o início de seu mandato [governo Jânio Quadros], a obtenção da renegociação da dívida com os Estados Unidos, com o FMI e com oito países europeus (...). anunciaram a obtenção pelo Brasil de 600 milhões de dólares do Banco de Exportação e Importação; 170 milhões do Tesouro norte-americano; 100 milhões da futura Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID); e 300 milhões do FMI (...) garantia da aprovação de novos créditos para financiamento de projetos de desenvolvimento econômico." (CERVO; BUENO, 2011, p. 338).

por literaturas clássicas no pensamento ecológico como Rachel Carson (2010) em *"Primavera Silenciosa",* que destacava os direitos de saber e decidir da população face a este novo cenário:

> Com a possibilidade da extinção da humanidade por uma guerra nuclear, o problema central de nossa era se tornou, por conseguinte, a contaminação de todo o meio ambiente com substâncias de incrível potencial danoso – substancias que se acumulam nos tecidos das plantas e dos animais e que chegam a penetrar nas células germinativas para destruir ou alterar o próprio material da hereditariedade do qual depende a forma do futuro. (...) Estamos correndo todo esse risco – para quê? (...) É à população que se pede que assuma os riscos (...). A população precisa decidir se deseja continuar no caminho atual, e só poderá fazê-lo quando estiver em plena posse dos fatos. Nas palavras de Jean Rostand "a obrigação de suportar nos dá o direito de saber". (CARSON, 2010, p. 24 – 28)

Não menos significativo, no contexto em que se implementava a Revolução Verde e se desdobrava o projeto desenvolvimentista na região via financiamento externo, também ocorreram uma série de golpes políticos nos países da América Latina, os quais inauguraram cruéis ditaduras militares durante as décadas de 1960 a 1980. Entre os países que vivenciaram os golpes e ditaduras estão Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Peru, entre outros, denotando que se tratou de uma estratégia geopolítica implementada para o conjunto da região e não um acontecimento isolado, em um país em específico do continente, conforme evidenciou Eduardo Galeano (2014) sobre este triste período em *"As Veias abertas da América Latina"*[13]. Assim, os golpes políticos são também golpes econômicos-ecológicos nos territórios dos povos, comunidades e biomas.

[13] Ele diz que: "As atas do Congresso dos Estados Unidos costumam registrar testemunhos irrefutáveis sobre as intervenções na América Latina. Mordidas pelos ácidos da culpa, as consciências procedem às catarses nos confessionários do Império. Neste últimos tempos, por exemplo, multiplicaram-se os reconhecimentos oficiais (...), que o governo dos Estados Unidos participou diretamente, mediante suborno, espionagem e chantagem, da política chilena. A estrtatégia do crime foi planejada em Washington. Desde 1970, Kissinger e os serviços de informações prepararam cuidadosamente a queda de Allende. Milhões de dólares foram distribuídos entre os inimigos do governo legal da Unidade Popular . Foi assim, por exemplo, que os proprietários de caminhões conseguiram sustentar sua longa greve, que em 1973 paralisou boa parte da economia do país. A certeza da impunidade afrouxa as línguas. Na ocasião do golpe de Estado contra Goulart os Estados Unidos tinham no Brasil sua maior embaixada no mundo. Lindon Gordon, o embaixador, treze anos depois reconheceu para um jornalista que, já tempo antes do golpe, seu governo vinha financiando as forças que se opunham às reformas. (...) Ao cumprir seu primeiro ano de vida, a ditadura argentina do general Videla tinha recebido 500 milhões de dólares de bancos privados norte-americanos e 415 milhões de duas instituições (Banco Mundial e BID), nas quais os Estados Unidos tem influência decisiva. Os direitos especiais de giro da Argentina no FMI, que era de 64 milhões de dólares em 1975, tinham subido para 700 milhões um par de anos depois. Parece saudável a preocupação do presidente Carter com a carnificina que tem vitimado alguns países latino-americanos, mas os atuais ditadores não são autoditadas, eles aprenderam as técnicas de repressão e a arte de governar nos cursos do Pentágono nos Estados Unidos e na zona do Canal do Panamá." (GALEANO, 2014, p. 355-356)

Ademais, durante a década de 1970, existiu uma aliança internacional das ditaduras dos países do Cone Sul, chamada Operação Condor (1975)[14], voltada a ações de repressão e terror de Estado e apoiada pelos Estados Unidos que, conforme previamente mencionado, buscavam a hegemonia geopolítica na região latino-americana não apenas por meio de programas de cooperação internacional mas também por meio do que denominavam como "combate à subversão" (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Portanto, uma série de violações de direitos humanos foram cometidas para aniquilamento da oposição política, então denominada genericamente como "subversão" pelo ponto de vista do imperialismo estadunidense (MARINI, 2012). Por meio de criminalizações, torturas, assassinatos, e desaparecimentos, se expressava na particularidade latino-americana o paradigma do Estado de contra-insurgência (MARINI, 2008); Estado de exceção (BORÓN, 2003); e Estado Burocrático-Autoritário (O'DONNEL; 2015) - conforme trabalhado por diferentes autores brasileiros (como Ruy Mauro Marini) e argentinos (Atílio Borón e Guillermo Alberto O´Donnel[15]) no âmbito do pensamento crítico latino-americano.

Assim, a presença do Estado na região latino-americana tem sido central não apenas no desenvolvimento da produção primária e da industrialização, mas, à serviço da superexploração da força de trabalho e da acumulação de lucros no capitalismo dependente (sobretudo, à serviço dos interesses das elites internacionais), também se fazendo presente na repressão política a alternativas contestatórias da ordem social e internacional excludente.

Portanto, no período de transnacionalização e financeirização do capital nas economias latino-americanas, a cidadania, a participação popular e democrática e os direitos humanos estavam suspensos, os caminhos do diálogo social e da educação popular estavam censurados

[14] Para mais informações sobre a Operação Condor durante as ditaduras dos países do Cone Sul ver: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da CNV: Volume I, Parte II. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Último acesso em: 08/02/2024.

[15] O autor nos explica em *"Antecedentes teóricos e históricos para el estudio del Estado burocrático autoritário"*: Si bien las fronteras reales de la sociedad en la era de exportación de productos primarios ya eran mucho más borrosas que en los capitalismos centrales, a partir de la introyección del capital transnacional en la estructura productiva urbana fue claro que la sociedad se había estirado bastante más allá de lo que supuestamente demarcaba el respectivo Estado. La franja superior de esta burguesía contiene numerosos centros de decisión que no pueden sino hallarse afuera del territorio que el Estado pretende acotar. (...) Por la misma razón, el Estado pierde verosimilitud como síntesis activa de la nación. Esto ahonda un hiato que es específico del capitalismo dependiente altamente transnacionalizado en su estructura productiva. (...) El Burocrático-Autoritário es un tipo de Estado autoritario cuyas principales características son: Es, primaria y fundamentalmente, el aspecto de la sociedad global que garante y organiza la dominación ejercida a través de una estructura de clases subordinada a las fracciones superiores de una burguesía altamente oligopólica y transnacionalizada. Dicho de otra manera, su principal base social es esta gran burguesía. (...) Es un sistema de exclusión política de un sector popular previamente activado, al que somete a severos controles tendientes a eliminar su previa presencia en la escena política, así como a destruir o capturar los recursos (especialmente los cristalizados en organizaciones de clase y movimientos políticos) que sustentaban dicha activación. (...) Dicha exclusión trae aparejada la supresión de la ciudadanía y de la democracia política. Es también la prohibición de lo popular (...). (idem, p. 14-17).

e os sujeitos da luta social estavam presos, violados e silenciados, exterminados, exilados. A deterioração das condições de participação e luta social durante os regimes de exceção, criminalização, repressão, tortura e extermínio das militâncias políticas também impediu o contraponto social ao projeto de avanço das dinâmicas agroexportadoras da Revolução Verde.

Ou seja, se durante a primeira metade do século XX, os países latino-americanos vivenciaram processos sociais de industrialização na imagem de que a busca pelo desenvolvimento via crescimento econômico levaria ao progresso e à cidadania no âmbito da sociabilidade capitalista, todavia, reforçaram-se arcaicos traços latifundiários, autoritários e excludentes de nossa formação socio-histórica[16], tal como abordara Octavio Ianni (2004) em *"Origens agrárias do Estado brasileiro"*:

> Desenvolveram-se as forças produtivas, tais como capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho, planejamento governamental, violência estatal. Dinamizaram-se as relações capitalistas de produção, com a crescente e generalizada industrialização da agricultura. Também a urbanização espraiou-se pelo campo. (...) As transformações, às vezes profundas, não implicam crescente homogeneização das relações de produção e forças produtivas, em termos de subsetores da agricultura, ou regiões da eocnomia rural. Ao contrário, criam-se e recriam-se as desigualdades e os desequilíbrios. Assim é que persistem e repetem-se diferentes formas de organização social e técnica da produção. São diversas as formas de subordinação do trabalho ao capital. (...) As noções de latifúndio, unidade camponesa, unidade familiar produtora de mercadoria e empresa agropecuária expressam formas particularmente importantes de organização da produção. (...) O desenvolvimento desigual e combinado, que permeia o subsistema econômico brasileiro, produz e reproduz também as desigualdades regionais (...). Há uma profunda articulação entre a acumulação capitalista, o Estado forte e os "espaços" econômicos, demográficos, sociais, políticos, geopolíticos e outros representados pela Amazônia e o Nordeste. (IANNI, 2004, p. 168-170)

Assim, mesmo antigos problemas sociais como a fome nunca foram resolvidos plenamente apenas a partir da industrialização e da urbanização, uma vez advinda uma nova ordem internacional e uma nova base tecnológica para a produção agrícola que promoveram a reprodução social de desigualdades estruturais e aprofundaram as assimetrias regionais internas nos países, as quais nem as novas políticas sociais criadas na primeira metade do século XX

[16] (...) à medida que se intensificava a industrialização e a urbanização, expandia-se o capitalismo no campo. (...) À medida que se "formou" o setor industrial, no âmbito do subsistema econômico brasileiro, a agricultura passou a ser cada vez mais subordinada às exigências do capital industrial. Ao "formar-se" o capital industrial no Brasil, o que ocorre é a interiorização de uma parte desse capital, que exercia predomínio sobre a agricultura brasileira a partir de fora. Na prática, o campo passa a articular-se, tanto ao capital localizado no Brasil como ao localizado nos centros dominantes estrangeiros. Assim, o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo implica crscente expropriação do trabalhador rural. (...) Há uma acumulação primitiva, de cunho estrutural, que expressa e realiza certas modalidades de expropriação de produtores autônomos, monopolização das terras nas mãos de grandes proprietários, expansão do mercado, etc. (IANNI, 2004, p. 160-161)

poderiam sanar. Deste modo, as construções políticas de novos projetos de sociedade e de desenvolvimento rural, a partir das lutas sociais, direitos e soberanias dos povos, se tornariam cada vez mais necessários para a América Latina.

Conforme se observa nas análises de trajetória de criação dos marcos legais de políticas para alimentação e agricultura, durante a segunda metade do século XX, mesmo após o início da criação das políticas sociais na região latino-americana, ainda não é possível constatar atividade significativa de criação de políticas públicas para o campo, uma vez que as lutas sociais existentes em torno da pauta – como as empreendidas pelas Ligas Camponesas, no Brasil, e pelas Ligas Agrárias, na Argentina, por exemplo – estavam excluídas dos espaços institucionais e, aliás, colocadas na clandestinidade, criminalizadas e violentamente perseguidas, exiladas, deslegitimadas e reprimidas por meio da aniquilação de suas lideranças e militantes políticos. Conforme elucidaram Ana Carneiro e Marta Cioccari (2011) em *"Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos"*:

> (...) resgatar a memória do que ocorreu no campo durante o regime militar é contar uma história que, pelas características próprias à área rural, foi construída em grande medida no anonimato, em geral ignorada pelos documentos oficiais. Não apenas devido às experiências da clandestinidade política, como ocorreu na área urbana, mas, sobretudo, porque foi ocultada sob o cotidiano de uma histórica relação de opressão e humilhação dos representantes do latifúndio contra os lavradores, os posseiros, os trabalhadores da terra. A violência política no campo desenvolvera-se, muitas vezes, longe dos instrumentos institucionais legais e da consciência de classe que faria valer os direitos dos trabalhadores no campo, mas somente em alguns momentos é rompido o silêncio em seu entorno. (...) justamente um dos aspectos da opressão que sofre o camponês é também o esforço para silenciar a sua voz, para que ela não chegue aos jornais, à televisão, ao rádio, para que em torno dela não se criem redes de solidariedade. (...) indícios de participação política podiam ser suficientes para o enquadramento na perigosa categoria de "comunistas" e "subversivos", sinônimos de "inimigos da nação" – de forma que daí em diante não prcisava muito oara que se tornassem perseguidos e presos políticos aos quais se aplicavam penas tão cruéis quanto inimagináveis. Em algumas circunstâncias o silêncio é instrumento de resistência. Em outras, é a força das palavras o que as torna proibidas pelo sistema opressor. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 23-24)

Poucos sindicatos rurais, tal como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), conseguiram permanecer na legalidade e atuavam por meio de processos judiciais de solicitação de regularização fundiária, fundamentados no Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e no Estatuto da Terra (1964) - estes últimos como desdobramentos dos conflitos sociais no campo e das disputas políticas em torno de projetos distintos de reforma

agrária, modernização do campo e continuidade do latifúndio e da exploração monocultora (BRUNO, 1995). Além disso, mesmo a luta social sindical dentro da legalidade foi atravessada com brutalidade pela violência do período, tal como se expressa no assassinato da sindicalista rural Margarida Maria Alves, em Alagoa Grande, na Paraíba, assim como de muitas outras camponesas e camponeses sindicalizados ou não, que se somam aos setores sociais que vivenciaram a repressão política: estudantes, operários, indígenas, religiosos, entre outros.

Sobre as mulheres camponesas, conforme citado por Ana Carneiro e Marta Cioccari (2011) acerca do anonimato, muitas não tinham documentação e, portanto, são poucas as que se tem registro: Margarida Maria Alves, Elizabeth Teixeira, Josefa Paulino da Silva Pureza, Raimunda Ramos, Aparecida Pereira, Maria José Santos, Rosa Geralda da Silva, Dirce Machado, Darcilene Pereira Faria. Este resgate é uma empreitada que requer mais passos de memória, verdade, justiça e reparação no campo para encontrar um desfecho apropriado e respeitoso.

Buscando transformar esta realidade de desigualdade, em 1988, a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR/Sul) vai elaborar os primeiros subsídios da *Campanha de Documentação "Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos"* lançada nacionalmente entre 1995-1997 pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) - que se tornou o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Em 2004, fruto desta luta, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. O MMC seguiu protagonizando lutas importantes como pela previdência social rural e o salário maternidade das mulheres camponesas, promovendo o reconhecimento e valorização do trabalho e da cidadania no campo. No trabalho *"Mulheres camponesas na luta por seguridade social: saúde, previdência e assistência social"*, Rosângela Piovizani Cordeiro (2018), traz um entendimento importante sobre as mulheres camponesas e a classe trabalhadora:

> O modelo do agronegócio é o modelo de destruição da natureza e da exploração do trabalho, e nesse sentido traz a extinção da classe camponesa. Afirmar-se camponesa é um ato de resgate da cultura e da memória histórica de resistência e luta de um povo, e de dar unidade de classe às trabalhadoras e trabalhadores do campo, classe esta discriminada e negada por grande parte da sociedade brasileira. Assim, a camponesa e o camponês contituem a classe trabalhadora do campo e estão em unidade com a classe trabalhadora da cidade. (CORDEIRO, 2018, p. 193)

Nos passos de luta e afirmação das mulheres camponesas, também a partir dos anos 2000, uma das principais ações de luta unitária das mulheres rurais no Brasil - construída a cada

quatro anos a partir da auto-organização das mulheres nos sindicatos rurais mistos que compõem as federações sindicais rurais e a CONTAG, em conjunto com as mulheres dos movimentos sociais do campo e outros movimentos feministas - é a chamada *Marcha das Margaridas*, em memória de Margaria Maria Alves. A partir de processos coletivos de trabalho de educação popular de base e de formação política nos territórios, as lutadoras sociais nos movimentos sociais no campo se unem para construir declarações e reivindicações de políticas públicas e direitos para em seguida realizar mobilizações massivas como grandes marchas nas ruas da capital federal do Brasil. Desta forma, estão cobrando o Estado, incidindo politicamente nos rumos dos governos, dialogando com toda a sociedade e se afirmando como sujeitas de direitos construtoras de políticas, planos e programas públicos, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e o Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais. Suas formas e simbologias de lutas demonstram as conexões e continuidades históricas profundas nas resistências de mulheres camponesas de diferentes gerações, em seus sentidos e críticas às desigualdades estruturais da formação sócio-histórica de suas nações e da região latino-americana.

Não menos relevante, acerca das desigualdades estruturais, as ditaduras militares na América Latina, com a supressão da oposição política, haviam inaugurado um período de intensa inserção das economias dependentes na nova ordem internacional, financeira e de globalização neoliberal – em que o caso chileno é um dos primeiros exemplos a partir do 11 de setembro de 1973. A financeirização desenhada pelos organismos multilaterais financeiros criados pelo Acordo de Bretton Woods (1944) ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi também alicerce da hegemonia estadunidense na América Latina e no cenário internacional. Desta forma, as sociedades nacionais latino-americanas viveram um avanço inflacionário sem precedentes, com esgotamento das reservas públicas dos tesouros nacionais e ampliação do endividamento externo, o que viria implicar em novos limites econômicos aos anseios e processos de democratização mesmo após os regimes de exceção.

Posteriormente, nos últimos anos da década de 1980, com o fim do período das ditaduras militares houve a criação de novas constituições federais compromissadas com a garantia dos direitos humanos e com o paradigma do Estado social (BOSCHETTI, 2020) e do Estado democrático e de direito (LYRA FILHO, 1982). Durante os anos 1980, em muitos países da região, foram incluídos nos novos pactos constitucionais as responsabilidades dos Estados-nações para com os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), uma vez que na arena internacional multilateral já havia sido firmado o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), desde 1966. No entanto, expressando uma

contradição, ainda que muitos de seus Estados fossem signatários destes novos pactos, tratados e regimes internacionais de direitos humanos, isto não se traduzia em relações sociais de direito na vida prática, concreta, cotidiana das populações dos países da região latino-americana, algo em que as novas constituições buscavam intervir, forjadas no fôlego das lutas sociais e democráticas contra as ditaduras militares e sob a retaguarda da ainda existente bipolaridade internacional entre os projetos capitalista e socialista - representados respectivamente no antagonismo das potências da época: EUA e URSS.

Na década de 1980 na Argentina, por sua vez, já em 1985 foi criada a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), houve julgamento e condenação de responsáveis por condutas criminosas na ditadura militar. Porém, até hoje na Argentina existem organizações de busca por familiares desaparecidos, como as Madres de Plaza de Mayo, devido às práticas criminosas de sequestro de crianças e de ocultação de cadáveres que ocorreram na ditadura argentina.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 ficou conhecida como Constituição Cidadã quando a luta social pelo fim da ditadura criou uma correlação de forças a qual possibilitou que, mesmo com minoria parlamentar dos setores populares, importantes lutas do povo se expressassem na nova constituição. Por exemplo, quando em contraponto às desigualdades oriundas da concentração fundiária e da grilagem de terras são criados regimes fundiários constitucionais: a. o regime que designa e destina terras para produção agropecuária, subordinadas à função social produtiva, ambiental e trabalhista (Art. 186 da CF); b. o regime de terras indígenas (Art. 231 da CF) e das terras quilombolas (ADCT Art. 68) cuja função é a reprodução social dos povos e culturas ancestrais; c. o regime dos parques e reservas naturais de caráter contínuo para reprodução da natureza (Art. 225 da CF); d. o regime de terras de domínio da União (Art.20 da CF) reunindo situações fundiárias diversas - terras de fronteira, terras devolutas, terrenos de marinha, superfícies aquáticas, entre outras (DELGADO, 2018).

Também no Brasil, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi publicado em 2014, tendo sido realizadas medidas de reparação como pedidos públicos de desculpas e indenizações às vítimas, porém, sem julgamento e condenação dos torturadores da ditadura militar. Até hoje, no Brasil, existem organizações e articulações de luta por memória, verdade, justiça e reparação como a Comissão Camponesa da Verdade[17] e a Campanha contra a Violência no Campo: Em defesa dos povos do campo, das floerestas e das águas.

[17] Comissão Camponesa da Verdade. Disponível em: https://comissaocamponesa.org/ . Último acesso em: 08/02/2023.

Antes da virada do milênio, durante a década de 1990, se observou o começo de um novo ciclo aprofundado de alinhamento dos países latino-americanos aos chamados programas de ajustes macroeconômicos e às medidas tributárias, estipulados pelas cláusulas de condicionalidade da crescente dívida externa, elaborada a partir de organismos financeiros multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com a queda do Muro de Berlim e a Conferência de Washington, em 1989, seguidas pelo fim da URSS, em 1991, encerra-se o período da bipolaridade da Guerra Fria e começa o período que ficou conhecido como globalização neoliberal - com plena hegemonia dos EUA no cenário internacional –, cujos desdobramentos são vivenciados até a atualidade, conforme explicou o argentino Atílio Borón (2003) quando disse que o: "(...) último aspecto que quisiéramos examinar en estas páginas es el relativo al debilitamiento sufrido por nuestros países a causa del efecto corrosivo de las políticas del Consenso de Washington. Estas, lejos de haber consolidado nuestras nacientes democracias, operaron en un sentido exactamente inverso, y las consecuencias las estamos pagando hoy." (BORÓN, 2003, p. 30).

É importante salientar que nesta década entra em cena o paradigma do Estado mínimo neoliberal (ROJAS, 2012) (HARVEY, 2005), onde os orçamentos públicos dos Estados são capturados pelos mecanismos financeiros do capital e pelos interesses privatistas das corporações multinacionais, limitando o espaço político para avanço das agendas de políticas sociais e de direitos humanos muito reivindicadas nas lutas sociais por democracia e transformação social que durante os anos 1980 exigiram o fim das ditaduras militares e o acesso à cidadania. Ainda que houvesse melhores condições para a participação e o diálogo social devido à retomada dos direitos civis e políticos nos países latino-americanos, na década de 1990, suas arenas econômicas e políticas estavam capturadas e privatizadas pelas medidas de ajuste estrutural que incidiam sobre os orçamentos, patrimônios, instituições e serviços públicos. Assim, a agenda de políticas para alimentação também não avançou significativamente neste período.

Por sua vez, em meio aos duros limites estruturais impostos às sociedades latino-americanas pelo modelo neoliberal durante a década de 1990, mudanças também aconteceram no âmbito das lutas e movimentos sociais após a retomada das eleições democráticas, dos direitos civis e políticos, da liberdade de mídia e imprensa impulsionada pelo advindo da internet e da informática durante a terceira revolução industrial. Se durante os anos 1980, o movimento operário e sindical dinamizou as lutas sociais na região, a exemplo das greves gerais do ABC paulista e as greves rurais pernambucanas no Brasil, a reestruturação produtiva acabou por impactar de forma desmobilizadora estes instrumentos. Então, justamente ao longo dos anos

1990, os povos, comunidades e movimentos sociais do campo se destacaram nas lutas sociais na região e contribuiram para fomentar novas abordagens e projetos de desenvolvimento que possibilitariam ganhos importantes em termos de direito humano à alimentação e direito à terra.

Estas inovações nas lutas por direitos não ocorreram livres de violência repressora. Um exemplo da repressão aos sujeitos da luta social durante esta época é a memória dos lutadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que tombaram pelo Massacre de Eldorado do Carajás, no estado do Pará, em 17 de abril de 1996. A data de 17 de abril tornou-se uma data de mobilizações para o conjunto de todos os movimentos sociais ligados a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e à *La Via Campesina* (LVC), sendo internacionalmente reconhecida como Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária.

Os processos de reestruturação produtiva e de flexibilização das leis trabalhistas impactou, sobretudo, a qualidade de vida e as condições de mobilização e luta social da classe trabalhadora e dos sindicatos, porém, os movimentos sociais, comunidades e povos do campo que se organizavam desde as dácadas anteriores, trouxeram ao debate público na região, durante a década de 1990, seus temas fundamentais como a criação dos assentamentos rurais de reforma agrária, a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, o direito à diferença e à autodeterminação dos povos indígenas, as reivindicações dos movimentos socioambientais e agroecológicos.

Um exemplo desta inovadora efervescência política foi quando às vésperas dos anos 2000, quando muitos países da região latino-americana construíam comemorações dos 500 anos do "descobrimento" das Américas, as lutadoras e lutadores sociais latino-americanos rechaçaram esta leitura conservadora e, em 1989, fizeram em resposta o primeiro encontro da *"Campanha de 500 anos de resistência indígena, negra y popular"* que foi um ponto de partida importante para a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e para as primeiras conferências e primeiros congressos internacionais da *La Via Campesina* e da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC).

Conforme se apreende na obra *"Feminismo Campesino Popular: Acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendientes de la CLOC/LVC"* (CLOC, 2024), elaborado pela Articulação de Mulheres da CLOC/ *La Via Campesina*, este também foi um período de ampliação para novos protagonismos de mulheres, juventudes, diversidades raciais e étnicas, diversidades sexuais e de gênero, entre outras. Nota-se que, para as mulheres em movimentos sociais no campo, a luta feminista camponesa popular é fruto da luta pelas sementes crioulas, pela terra e os bens comuns da natureza e pela agroecologia, os quais são também elementos centrais relacionados à construção da soberania alimentar e da

autodeterminação dos povos e da autonomia das mulheres e dos sujeitos do campo. São caminhos para suprir as necessidades humanas imediatas (como erradicar a fome) e também para transformar a ordem social de desigualdades, violências e destruição socioambiental:

> El Feminismo Campesino Popular es construido por mujeres campesinas, pescadoras, indígenas y negras. Surge para nombrar las luchas de las mujeres latinoamericanas y caribeñas, y se extiende al mundo entero para dar unidad a la diversidad. Tenemos diversas formas de vivir, diferentes tipos de relación con la naturaleza, pero compartimos la lucha por la autonomía de la mujer, el derecho a vivir sin violencia, la agroecología, la soberanía alimentaria, la defensa de la tierra, el territorio y la naturaleza como elementos fundadores de la nueva sociedad que queremos construir. La evolución en la participación política de las mujeres del campo en América Latina está íntimamente relacionada con la rebeldía expresada en el levantamiento indígena, campesino y popular y la unidad de lucha que se construye para hacer frente a los conquistadores, los gobiernos aliados y/o sometidos, en su intento de celebrar los 500 años del "*descubrimiento*" y saqueo a nuestra América. Durante los cinco años en que se llevó a cabo la Campaña de Resistencias y Unidad continental de los sectores del campo y los pueblos indígenas, las mujeres marchamos a la par en este proceso que nos convocó a mirar en la historia el camino recorrido en las luchas y resistencias de nuestros pueblos, por la defensa de la tierra y los territorios como un baluarte esencial para el desarrollo de nuestra vida campesina. (CLOC/ LVC, p.43-44)

Muitas lutas do campo ganharam maior visibilidade e apoio social neste período, porém, não são lutas sociais novas, mas sim, históricas, por exemplo, no enfrentamento ao latifúndio, às monoculturas e às expropriações nos territórios dos povos e comunidades. Ademais, para além de classes trabalhadoras no campo, agricultores familiares, colonos, sindicatos rurais, entre outros, no meio rural também existem resistências que são ancestrais, como as de povos indígenas e de comunidades quilombolas e tradicionais.

As lutas sociais dos povos, comunidades e movimentos do campo na região latino-americana são fruto das contradições sociais do colonialismo europeu nos territórios das Américas, onde já viviam os povos originários, os quais lutaram aguerridamente contra as expropriações pré-capitalistas e coloniais e lutam até hoje no âmbito da sociabilidade capitalista. Deste modo, as autorias indígenas são importantes referências para as lutas sociais na América Latina, por exemplo, quando Graça Graúna (1999) em *"Canto mestizo"* indaga: "No deserto das cidades, uns cavaleiros sonham, mas sonham só, seduzidos pela mais-valia. De resto, lugar nenhum no coração para encantar Dulcinéias. Onde o herói contra os moinhos?" (GRAÚNA, 1999. p. 45)

Assim, também é uma referência importante para as lutas sociais no campo e na cidade, a visibilização e valorização da luta dos movimentos negros, dos feminismos negros e das

mobilizações antirracistas posto que a luta social das pessoas e povos negros advém de sua resistência e enfrentamento contra a escravatura, as torturas e expropriações coloniais e racistas até mesmo de seus próprios corpos e filhos. As lutas sociais de povos e comunidades negras empreenderam revoltas populares pelo direito de ser e pelo direito à terra, resistindo face ao apagamento e genocídio, conforme nos ensina Ana Mumbuca (2020) em *"O voo das abelhas da terra"* quando afirma: "Pelo olhar contra-colonialista, escrevo (...). Quilombo é um conjunto de vidas em defesa contínua sustentada em compromissos do compartilhar ancestral e cosmológico. Quilombo é a força das rebeldias contrárias a todas as ordens opressoras. Não pedimos e nem pediremos libertação, pois fomos e somos construtores das nossas próprias liberdades." (MUMBUCA, 2020, p. 3).

No século XXI, dentre as inovações democráticas importantes que ocorreram nos países latino-americanos também estão as promovidas pelas lutas populares nos países que se afirmaram como Estados plurinacionais, como Equador (em 2008) e Bolívia (em 2009), abrindo caminhos para novas abordagens jurídicas na região que frutificariam no denominado novo constitucionalismo latino-americano (WOLKMER; CAOVILLA, 2015), reconhecendo o caráter plurinacional das sociedades nacionais e dos Estados-nações e até mesmo os direitos da natureza e das gerações futuras, entre outros aspectos. Na tese *"A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, e a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB)",* Juliana Amoretti (2010) elucida que:

> (...) a política de extermínio fracassou e o povo saqueado, agredido e ameaçado, contra-ataca. Gritam eles: *Qué nos devuelvan las tierras!* Mas não aceitam a lógica desta sociedade branca ocidental. E terminam os seus discursos repetindo em multidão: *Jallalla Tawantinsuyo! Jallalla Abya Yala [como chamam o território da América Latina]!* (...) os povos não aceitam simplesmente que o sagrado da natureza seja vendido como mercadoria. Na Bolívia, o enfrentamento entre o sagrado e o mercado pode acabar em gigantescas insurreições populares, onde a água, o gás e a terra são defendidos pela população, com a própria vida. Daí ressalta-se a importância de aprender com a sabedoria dos povos que vivem em harmonia com a Mãe Terra. Os modos de viver e relacionar-se respeitando a natureza são abandonados na sociedade ocidental capitalista (...). A concepção da terra como elemento sagrado e religioso é criticada por defensores do "livre mercado" que apresentam a privatização de recursos naturais como solução para o problema de desenvolvimento econômico dos países. Os dirigentes contam como a reverência à Pachamama é hostilizada pela oligarquia branca e pela elite de Santa Cruz. (...) A construção do Estado Plurinacional não significa o mero reconhecimento dos povos ou a inclusão em um Estado que reproduz a ideologia neoliberal e o colonialismo interno. (...) Há elementos políticos na soberania dos povos extremamente vinculados à sua cultura que, distantes de

> reproduzir a lógica capitalista propõe formas distintas de saber, de poder e de viver. (...) Colocam o racismo e o classismo no mesmo patamar de preconceito, segregação e destruição de sua cultura milenar. A soberania dos povos indígenas na América Latina, enquanto projeto libertador, não pode realizar-se na repetição de modelos de revolução dos operários europeus. (AMORETTI, 2010, p.250-251)

Neste sentido, é importante reconhecer que as dimensões de gênero, étnicas e raciais da vida social são também dimensões da luta social que hoje em dia também se deparam com os desafios de enfrentar, por exemplo: o neoliberalismo e a mercantilização e financeirização da vida; as guerras e as fomes promovidas pelos imperialismos; o avanço dos fundamentalismos religiosos, dos conservadorismos, da desinformação nas mídias e negacionismos da ciência e da história. Na diversidade de sujeitos no meio rural e nas sociedades nacionais, estão trabalhadoras, mulheres, juventudes, povos originários, comunidades negras e quilombolas e demais comunidades tradicionais, sujeitos da diversidade sexual e de gênero, entre outros, cujas experiências de vida e luta social são relevantes para o conjunto das lutas sociais no meio rural e urbano e para a democratização das sociedades brasileira, argentina, latino-americanas, do sul global e periferias globais.

Portanto, na literatura sobre os movimentos sociais contemporâneos vamos identificar novos protagonismos e sínteses, mas, reafirma-se que muitas inovações nas lutas e conquistas de direitos são frutos de resistências seculares que em determinados contextos ganham novo fôlego e criam novas saídas para antigas encruzilhadas sociais como expropriações, latifúndios, fome[18] e insegurança alimentar[19]. Em *"Por um feminismo camponês e popular"*, as autoras Iridiani Sebert, Lizandra Guedes e Kelli Mafort (2022) afirmam que:

> "A construção do feminismo camponês e popular – que vem das diversas lutas de camponesas, indígenas, mulheres negras do campo e assalariadas – constrói soberania e autonomia em diversos sentidos. (...) é a contribuição das

[18] Conceituando fome: "(...) a palavra fome tem um significado bem diferente (...) Num caso, ela significa apetite, vontade de comer, um fenômeno instintivo, como, por exemplo, a respiração. Sem este instinto não teríamos o impulso, a motivação para nos alimentarmos. (...) refere-se a fome [também] num outro sentido, como sinônimo de subalimentação. Aqui não se trata mais de institnto, do apetite, mas sim do fato de que este institno não é satisfeito. (...) como subalimentação, fome é impossibilidade de comer, de satisfazer este instinto. Além de lembrar ao leitor sobre este duplo significado da palavra fome, quero chamar atenção para uma particularidade do instinto do apetite: diferentemente de todos os outros, este é o único instinto cuja satisfação exige uma atividade econômica: a produção e a distribuição de alimentos. (...) Portanto, o estudo da fome exige sempre a associação de duas disciplinas: as ciências sociais e econômicas, que procuram responder por quê os individuos tem fome (...) e as ciências biomédicas, que analisam as consequências da subalimentação sobre o organismo humano. (ABRAMOVAY, 1998, p. 10-11).

[19] Conceituando insegurança alimentar: Trata-se da ausência de segurança alimentar, que é "quando todos possuem, a qualquer momento, um acesso físico e aconômico a um alimento suficiente, sadio e nutritivo que lhes permita satisfazer suas necessidades energéticas e suas preferências alimentares para levar um vida sadia e ativa." (FAO, 1996 apud FAO, 2009, p. 12).

> mulheres do campo para avançar na construção de um projeto popular, com soberania dos povos sobre seu território e sobre os rumos políticos de seu país, onde as mulheres do campo e de toda classe trabalhadora sejam protagonistas neste processo de libertação e nesta outra sociedade que buscamos construir". (SEIBERT; GUEDES; MAFORT, 2021, p.413-414)

Com base nas perspectivas apresentadas, nesta tese estudam-se experiências e lutas sociais nas agendas políticas feministas camponesas populares das mulheres em movimentos sociais integrantes e parceiros da CLOC/ *La Via Campesina*, por meio das quais se constrói politicamente a soberania alimentar dos povos [20] , os direitos sociais, o internacionalismo popular e outros temas, em um processo que visibiliza e valoriza os saberes e práticas destas lutadoras sociais como elementos de uma abordagem feminista própria que contribui para a transformação das relações sociais de desigualdades.





Fotos 02 e 03: Mulheres camponesas da produção agroecológica de alimentos às mobilizações e lutas populares: Acervo pessoal. Círculo de cultura da educação popular no Assentamento Antônio Juvêncio em Padre Bernardo (GO), com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Brasil, 2018 e; Mulheres do MMC na Marcha unitária dos movimentos sociais populares para a posse do presidente Lula. Brasília, Brasil, 2023.

[20] Conceituando soberania alimentar: "(...) princípio capaz de materializar a produção, o acesso e o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos, estando na sua essência a autonomia dos povos em decidir o que plantar e como plantar, fazendo com que – nos seus território – sejam desenvolvidas estratégias que , em alguma medida, desestruturem a atual "ordem" do sistema capitalista, que reproduz a lógica do alimento como mera fonte de lucro." (BEZERRA, 2021, p.714-715).

Problematização

"Sou um pedacinho de muitos
sou quem caminha e vira o caminho
Eu sou pelo que fomos
Para além do que fizeram com nós."
Ana Mumbuca – Existência poética

Após décadas do início da industrialização latino-americana, em um processo social de avanços, retrocessos e transformações das forças produtivas, acompanhada da contradição da violência e repressão à participação política, na década de 1990 houve a implementação de programas macroestruturais neoliberais (ROJAS, 2012) nos países da região, instituindo um modelo de Estado mínimo que atravessou a busca pela cidadania depois das ditaduras militares.

Assim, uma série de limitações ainda estavam presentes quando, após a virada para o século XXI, anseios populares se projetaram na eleição de governos que se apresentavam como alternativas ao neoliberalismo e que foram caracterizados por parte da literatura do tema como a "nova esquerda latino-americana". Na perspectiva desta tese, é pertinente considerar leituras críticas sobre este período, por exemplo, como a do trabalho *"Hegemonia e restrição do espectro ideológico: a nova esquerda latino-americana e seus significados"*, em que Camilo Negri e Hans Carrillo Guach (2017) explicam que:

> Um dos resultados aparentes do período de abertura dos mercados ao capitalismo global, na América Latina, foi a ascensão de governos identificados, de distintas formas e intensidades, com a esquerda do espectro ideológico. Em sua maioria, os novos governantes declaravam disposição para implementar políticas de redistribuição de renda e desenvolver o estado de bem-estar social, em oposição à desigualdades persistente dos países da região e, principalmente, às políticas neoliberais implementadas alguns anos antes. O ciclo neoliberal aparentava se encerrar com o fracasso das suas reformas econômicas, das ideias que as sustentavam e, principalmente, das condições de sua implementação nas democracias latino-americanas. A ideia de confluência ideológica, ainda que ocultando diferenças significativas entre os governantes, apontava para alguma unidade, regional e à esquerda, que indicaria possíveis mudanças na cultura política e nas instituições da região. Apesar das políticas econômicas adequadas ao mercado desenvolvidas pelos novos governos e de ser uma região marcada por paralelismos (...). As recentes crises econômicas, políticas e sociais vividas pela maioria dos países da região, entretanto, indicam haver uma primeira reversão da onda de esquerda. (...) Na Argentina, após 12 anos de governos Kirchner, Maurício Macri do Partido Proposta Republicana é eleito em 2015. (...) No Brasil, mesmo antes do impeachment efetivo de Dilma Rousseff, o plano de redução das funções sociais do Estado é retomado. (NEGRI; GUACH, 2017, p. 15-16).

Deste modo, nos instrumentos políticos de organização das classes populares, tendo sido eleitos novos governos progressistas, ansiava-se cada vez mais pela plena cidadania a ser construída por meio do avanço das lutas populares impulsionando o paradigma do Estado social (BOSCHETTI, 2020) e do Estado democrático e de direito (LYRA FILHO, 1982), uma vez que em programas eleitorais e em discursos à população, tais governos comprometiam-se com medidas de redistribuição de renda e com o avanço do bem-estar social.

No Brasil, o período da chamada "nova esquerda latino-americana" correspondeu aos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 e 2007) e Dilma Roussef (2011 e 2015) do Partido dos Trabalhadores (PT) e, na Argentina, correspondeu aos governos de Nèstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner (2007 e 2011), do Partido Justicialista. Denotando sua dimensão regional, não restrita apenas ao Brasil e à Argentina, também fazem parte deste contexto a eleição de Evo Morales (2005) na Bolívia, Rafael Correa (2006) no Equador, Fernando Lugo (2008) no Paraguai, Tabaré Vazquéz (2004) e Pepe Mujica (2010) no Uruguai, Michele Bachelet (2006) no Chile, Hugo Chávez (1998 e reeleição em 2006) na Venezuela, Daniel Ortega (2006) na Nicarágua, e Maurício Funes (2009) em El Salvador (NEGRI; GUACH, 2017).

Não menos relevante, cabe citar que muitos destes países compartilharam papéis importantes no fomento da integração regional durante este período, por meio do desenvolvimento de diferentes blocos regionais e iniciativas multilaterais alternativas. No âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), buscou-se avançar nos marcos da cooperação sul-sul durante os governos da nova esquerda latino-americana, inclusive por meio de iniciativas para fortalecer a agricultura familiar e camponesa na região como a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) e o Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Gênero na Agricultura Familiar no Mercosul. Outros exemplos foram a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nuestra América (ALBA). Ademais, transcendendo a dimensão regional latino-americana, também faz parte deste contexto de avanço do multilateralismo a partir dos países do sul global, entre outras iniciativas, o surgimento do bloco dos BRICS (2009) com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e, um pouco mais tarde, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) dos BRICS.

Tratou-se de um período de avanços importantes, por exemplo, no Brasil: quando se buscou ampliar a participação social por meio da criação de conselhos públicos; quando se buscou democratizar o acesso ao ensino superior por meio da criação de mais universidades públicas, institutos federais e políticas de cotas raciais; quando se buscou assegurar o direito à alimentação e fortalecer a agricultura familiar e camponesa por meio de iniciativas como o

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Porém, não foram governos a serem idealizados, livres de contradições, por exemplo, quando se considera o avanço do fundamentalismo e do racismo religioso e do conservadorimo na sociedade, também quando se reconhece que foram insuficientes as iniciativas de reforma agrária e de demarcação dos territórios indígenas, quilombolas e das demais comunidades tradicionais no contexto de avanço das fronteiras do extrativismo exportador e do modelo do agronegócio. Estas contradições, relacionadas ao avanço do neoliberalismo na América Latina, são explicadas por Negri e Guach (2017) da seguinte forma:

> (...) o histórico processo de restrição ideológica das democracias e a ressignificação do conteúdo associado à esquerda na América Latina apontam para o deslocamento do espectro ideológico para a direita e assim, não sustentam a hipótese de abertura ideológica. Nesse sentido, uma parte da nova esquerda latino-americana, comprometida com as políticas econômicas alinhadas ao mercado, ideologicamente constituídas sob a hegemonia liberal e dispostas ao jogo eleitoral, não cultivou ideias contra-hegemônicas ou críticas ao capital. Outra parte, entretanto, alimentou críticas ao capital e justificou a proposição de políticas econômicas utilizando argumentos contra-hegemônicos. (...) Na América Latina, o pensamento neoliberal e os eventos sociais, políticos e econômicos decorrentes ocorreram em contextos históricos diferenciados. No Chile, na década de 1970, sob a ditadura de Augusto Pinochet; no Brasil, na década de 1990 (...). Se por um lado, a nova esquerda se beneficiou do aparente fracasso do neoliberalismo, constituindo-se como opção mais popular na maioria dos países da região, por outro, afetada pelo fim da experiência soviética, os desafios tradicionais se diluíram nos discursos das novas lideranças políticas. Propostas de mudanças socioeconômicas contrárias ao livre mercado, à propriedade privada ou à exploração do trabalho assalariado, que constituíam a práxis da esquerda, perderam radicalidade e dificilmente se convertem em políticas de governo da nova esquerda. E tendem, ainda, a se diluir em seus discursos, principalmente nos momentos em que o eleitor está próximo de escolher seu candidato. A condição hegemônica alcançada pelo capitalismo e pela democracia, contudo, teve impacto distinto nos extremos do espectro ideológico tradicional. Na América Latina, onde uma direita mais radical é vinculada aos regimes autoritários, o liberalismo ressurge das próprias cinzas por meio do discurso neoliberal. No outro extremo, a esquerda latino-americana que sobreviveu ao fim dos regimes militares, se distanciou de tradições ortodoxas ou radicais e se deslocou ideologicamente, apoiando propostas mais afeitas ao livre mercado em prol da governabilidade democrática. (NEGRI; GUACH, 2017, p. 17-20)

Neste sentido, todos estes elementos confluíram para lutas populares, novos governos e o início de uma fase de mudanças nas agendas políticas e nos indicadores sociais latino-americanos. Porém, ainda que tais transformações desafiassem a continuidade de parte das desigualdades na região, os governos ainda estavam em grande medida alinhados à lógica do mercado e do capital, de modo que a ausência de mudanças estruturais ainda mais profundas

implicaram que as inovações logradas não se consolidaram a longo prazo, foram desmanteladas. É o que esta tese problematiza no tocante à questão da subnutrição e da insegurança alimentar.

Durante as primeiras décadas do século XXI, as mudanças no perfil dos governos políticos da região também implicaram no avanço da agenda política para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável (DHANA), por meio da construção de novos marcos legais para políticas públicas relacionadas à alimentação e agricultura.

Buscando evidenciar as trajetórias de políticas públicas relacionadas à alimentação e agricultura no Brasil e na Argentina, durante o desenvolvimento desta tese, foi analisada a base de dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) chamada FAOLEX DATABASE. O conjunto das legislações ali reunidos sobre cada país foi quantificado por ano[21], de modo a empreender uma análise de trajetória dos marcos legais de políticas públicas para alimentação e agricultura no Brasil (1945-2021) e na Argentina (1945-2022), a qual demonstra os picos de inovação e mudança durante os governos[22] da nova esquerda latino-americana, seguidos por quedas abruptas que representam o desmonte institucional e o retrocesso de direitos.

O resultado destas trajetórias, conforme indicado pelos relatórios que serão aqui apresentados a seguir, publicados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura/ *United Nations Food and Agriculture Organization* (FAO), foi a redução dos indicadores de subnutrição e insegurança alimentar na região, seguida pelo retrocesso das conquistas logradas.

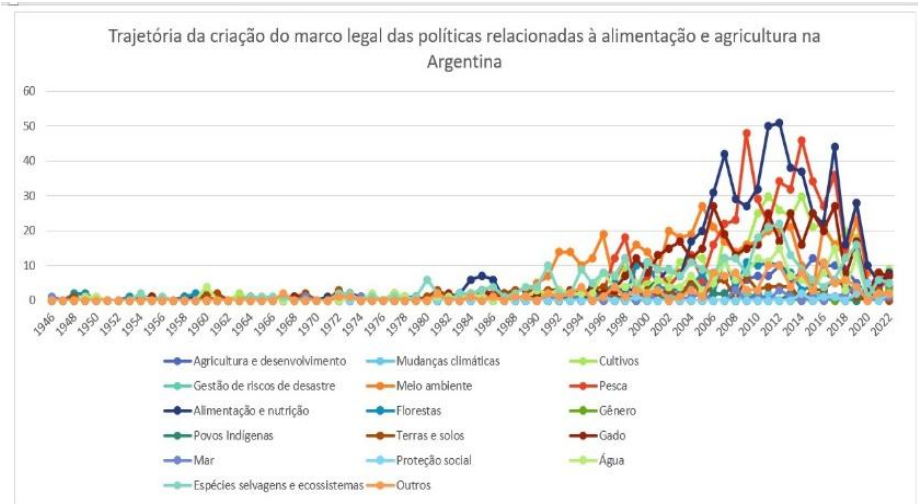
Gráfico 01: Trajetória da criação do marco legal das políticas públicas para alimentação e agricultura no Brasil (Análise de trajetória de políticas públicas em perspectiva comparada)



Fonte: Gráficos elaborados pela autora.

[21] Tabelas disponíveis nos anexos da tese.
[22] Tabela com sequência de governos no Brasil e na Argentina disponível nos anexos da tese.

Gráfico 02: Trajetória da criação do marco legal das políticas públicas para alimentação e agricultura na Argentina (Análise de trajetória de políticas públicas em perspectiva comparada)



Fonte: Gráficos elaborados pela autora.

Na edição do relatório *"The State of Food Insecurity in the World"* de 2014 (FAO, 2014), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura publica um capítulo sobre lições aprendidas a partir da análise de países individuais, chamado *"Strengthening the enabling environment to improve food security and nutrition: lessons learned from the analysis of individual countries"* (FAO, 2014). Nesta publicação, o Brasil é um dos países apresentado como caso exemplar na garantia da segurança alimentar e nutricional. Tendo logrado reduzir pela metade tanto a proporção da população em situação de fome quanto os números absolutos de pessoas em subnutrição, naquele ano o Brasil atingiu esta meta nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio/ *Millennium Development Goals* (ODM/MDG) e da Cúpula Mundial de Alimentação/ *World Food Summit* (WFS), uma importante conquista que ficou conhecida como *"a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome publicado pela ONU"*[23].

De acordo com a FAO, entre as causas que possibilitaram a configuração do Brasil como um caso exemplar de mudança nos indicadores está a construção de uma agenda governamental que conferiu centralidade à inclusão social e à segurança alimentar e nutricional, articulando fortalecimento do arcabouço legal de políticas para alimentação e nutrição com aumento dos investimentos nesta áreas. Também são citados outros fatores, dentre eles o avanço na

[23] Para mais informações, ver notícia: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014 . Último aceso em: 08/02/2024.

cooperação e coordenação das políticas e o aumento da renda familiar per capita que articulou redução da fome com redução da pobreza extrema em áreas urbanas e rurais (FAO, 2014).

Sobre a região latino-americana, consoante o relatório *"The State of Food Insecurity in the World"* de 2015, publicado pela FAO (FAO, 2015), os indicadores de proporção de pessoas em subnutrição em relação à população total na região da América Latina e Caribe demonstram uma fase contínua de diminuição: 14,7% nos anos de 1990-1992; 11,4% nos anos de 2000-2002; 8,4% nos anos de 2005-2007; 6,4% nos anos de 2010-2012 e 5,5% no período de 2014-2016 (referente somente ao ano de 2014). Porém, alguns anos depois, no relatório *"The State of Food Security and Nutrition in the World"* de 2018 (FAO, 2018), os indicadores de proporção de pessoas em subnutrição em relação à população total na região da América Latina e Caribe demonstram um primeiro novo aumento para 6,1% nos anos 2015-2017 e no relatório *"The State of Food Security and Nutrition in the World"* do ano de 2019 (FAO, 2019), os indicadores apontam para a confirmação desta tendência ascendente com 6,5% no período 2016-2018. Isto pode ser observado de forma mais sistematizada no quadro a seguir:

Quadro 01: Prevalência da subnutrição e insegurança alimentar na população em América Latina e Caribe (%)

Período de tempo (Ano de publicação do relatório)	Prevalência Subnutrição	Prevalência Insegurança alimentar grave	Prevalência Insegurança alimentar grave e moderada
2020-2022 (2023)	6.7	13	39
2019-2021 (2022)	7.8	12.3	37.3
2018-2020 (2021)	7.7	11.3	34.8
2017-2019 (2020)	7.2	9.4	31.7
2016-2018 (2019)	6.5	-	-
2015-2017 (2018)	6.1	-	-
2014-2016 (2015 e 2020)	5.5	7.2	25.9
2010-2012 (2015)	6.4	-	-
2005-2007 (2015)	8.4	-	-
2000-2002 (2015)	11.4	-	-
1990-1992 (2015)	14.7	-	-

Fonte: Quadro 01 elaborado pela autora a partir de dados dos relatórios da FAO/ONU – *"The state of food insecurity in the world"* (2015) e "*The state of food security and nutrition in the world"* (dos anos 2018 a 2023).

Na edição deste mesmo relatório em 2020, a FAO (FAO, 2020) começa a apresentar também os primeiros dados sobre a prevalência de insegurança alimentar grave e a prevalência de insegurança alimentar grave e moderada na população, desde a inserção destes novos indicadores em segurança alimentar no ano de 2013 (FAO, 2013). De forma sucinta, na situação de insegurança alimentar grave uma pessoa sofre privação de alimentação por um dia ou mais e na situação de insegurança alimentar moderada a pessoa sofre redução na quantidade, qualidade e variedade de alimentação, vivenciando também incertezas na capacidade de obter alimentação e descontinuidades do acesso a todas as refeições ao longo do dia - devido à insuficiência de renda ou de condições para acesso a uma dieta saudável (FAO, 2018) que vão além da renda.

Deste modo, na região da América Latina e Caribe: os indicadores de subnutrição apontam para 7,2% nos anos 2017-2019; os indicadores de prevalência de insegurança alimentar grave apontam para 7,2% no período de 2014-2016 e para 9,4% no período de 2017-2019 e; os indicadores de prevalência de insegurança alimentar grave e moderada são de 25,9% para os anos de 2014-2016 e de 31,7% durante os anos de 2017-2019 (FAO, 2020). Portanto, se até o período de 2014-2016 averiguou-se uma redução nos índices de subnutrição na região da América Latina e Caribe, a partir do período de 2015-2017 começa a reversão das conquistas logradas, antes mesmo do contexto da pandemia global de Covid-19, conforme se constata no aumento dos indicadores de subnutrição e também nos novos índices crescentes de insegurança alimentar grave e insegurança alimentar grave e moderada (FAO, 2020).

No relatório *"The State of Food Security and Nutrition in the World"* de 2021, averigua-se para o período de 2018-2020: o índice de 7,7% de porcentagem da população em subnutrição; os indicadores de 11,3% de porcentagem da população em insegurança alimentar grave e; os índices de 34,8% da população em insegurança alimentar grave e moderada. Neste relatório, a FAO reconhece que a pandemia global de Covid-19 foi "o topo de um iceberg mais alarmante", tendo em vista que, em realidade, serviu para expor as vulnerabilidades do sistema alimentar hegemônico vigente, as quais seriam causadas por três fatores principais que, ademais, podem coexistir simultaneamente em um mesmo país: os conflitos, as mudanças e extremos climáticos e as crises e desacelerações econômicas (FAO, 2021)[24]- causalidades que, na perspectiva desta tese, serão mais profundamente sistematizadas a partir da pesquisa de campo.

[24] O relatório afirma que: "The COVID-19 pandemic is just the tip of the iceberg, more alarmingly, the pandemic has exposed the vulnerabilities forming in our food systems over recent years as a result of major drivers such as conflict, climate variability and extremes, and economic slowdowns and downturns. These major drivers are increasingly occurring simultaneously in countries, with interactions that seriously undermine food security and

Por último acerca dos indicadores sobre América Latina e Caribe, na edição de 2022 dos relatórios anuais da FAO (FAO, 2022), encontra-se o dado de 7,8% de porcentagem da população em subnutrição durante os anos de 2019-2021, acompanhado de 12,3% de porcentagem da população em insegurança alimentar grave e 37,3% da população em insegurança alimentar grave e moderada no mesmo período. Por fim, no relatório da FAO, em 2023, os indicadores de proporção de pessoas em subnutrição em relação à população total na região da América Latina e Caribe apontam uma primeira nova redução para 6,7 % no período 2020-2022, e, no entanto, os dados sobre insegurança alimentar grave e insegurança alimentar grave e moderada ainda apontam para o aumento da situação de violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável. Em 2020-2022, os indicadores de porcentagem da população em insegurança alimentar grave atingem 13% e os dados de insegurança alimentar grave e moderada abrangem 39% da população latino-americana e caribenha.

Neste ponto, cabe problematizar que as macroanálises em escala global empreendidas por organismos multilaterais - como a FAO e outras agências da ONU, por exemplo – tem indicadores relevantes como pontos de partida para as pesquisas sociais, porém, nos estudos histórico-comparativos, para além da descrição do panorama geral busca-se apreender com mais profundidade as causalidades e correlações que operam nos processos sociais em questão. Observa-se que nos relatórios da FAO há uma ampla apresentação e descrição de dados quantitativos sobre os países, porém, com interpretações e explicações mais sucintas, em relação às quais é importante que os estudos acadêmicos possam contribuir para avançar, tendo em vista a complexidade dos problemas sociais em pauta. O alcance de baixos índices de fome, subnutrição e insegurança alimentar durou breve período de tempo nos territórios da América Latina e Caribe, sem que estes problemas sociais jamais tenham sido plenamente erradicados. Ou seja, constituindo uma mudança que, infelizmente, sofreu reversão a arcaicos cenários de violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável que flagelam os povos da região.

A existência destes cenários de fome já havia sido identificada pioneiramente por Josué de Castro (1968) na obra *"Geopolítica da Fome",* como um sinal da *"falência da lenda do El-dorado"* criada pelos colonizadores europeus do século XVI - a qual versava sobre uma América Latina paradisíaca e de fartura mas que se mostrou distante da realidade de vida da população. Conforme será problematizado ao longo da tese, então, justamente a lógica da

nutrition" (FAO, p. 25, 2021). Disponível em: https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf . Último acesso em: 08/02/2024.

espoliação de corpos e territórios na região possui intrínseca relação com a situação social de escassez de acesso à terra e aos alimentos adequados vivida pelos povos.

Nota-se que as publicações e ações da FAO têm discutido a necessidade de transformação de sistemas alimentares, sobretudo, após o contexto da pandemia, o que requer, na perspectiva desta tese, uma abordagem qualitativa e crítica sobre as experiências locais de produção de alimentos, de construção política e de luta e participação popular no contexto de mercantilização e financeirização da terra, dos alimentos e dos bens comuns da natureza, considerando também as desigualdades sociais de classe e entre meios urbano e rural, de gênero e de raça e etnia.

Foram as lutas populares contra o neoliberalismo que criaram novas correlações de forças as quais propiciaram a eleição de governos que se apresentavam como alternativas ao paradigma neoliberal e que fomentaram novas políticas públicas e programas sociais para acesso aos direitos e à cidadania. Por exemplo, quando se considera a relevância dos movimentos piqueteros na Argentina, na virada do século, e dos movimentos camponeses e sem terra no Brasil, desde os anos 1980 e 1990, criando novas abordagens e projetos de desenvolvimento rural que se contrapunham ao modelo da revolução verde. De acordo com Sérgio Schneider (2010) em *"Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate"*:

> Durante muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas às intervenções nas regiões rurais pobres (...). Esta foi a tônica da intervenção no meio rural do Brasil e de outros países na América Latina no período conhecido pela vigência da ideologia da revolução verde (...). Somente a partir da década de 1990, uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o desenvolvimento rural passou a ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens. A partir deste período, as políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento rural reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970. Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para a agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados, negros. (SCHNEIDER, 2010, p. 512)

Assim, as variações nos indicadores sociais de segurança alimentar e nutricional são fruto de mudanças nas agendas políticas relacionadas às condições de luta social e não simplesmente como resultado de mudanças de governos e de ações institucionais

implementadas “de cima para baixo”, pois, conforme já mencionado, os governos da nova esquerda latino-americano não foram livres de contradições, limites e posteriores retrocessos. As mudanças nas agendas políticas e sociais latino-americanas durante os governos da nova esquerda latino-americana se passam quando o projeto desenvolvimentista buscou ser resgatado após um cenário de intensa abertura aos mercados capitalistas e financeiros internacionais, pendendo esta fase à políticas neoliberais e de coalizão de classes e não de reformas estruturais profundas e críticas à sociabilidade capitalista (NEGRI; GUACH, 2017).

Buscava-se conciliar as reivindicações das classes populares com os interesses privados das classes proprietárias no interior dos países e com os interesses privados e especulatórios das classes burguesas internacionais, agora profundamente globalizadas e inseridas na lógica da financeirização econômica. Isto se desdobrou na consolidação de um modelo extrativista-exportador (SVAMPA; 2008) ou neoextrativista (SVAMPA, 2019), conforme elaborado pela socióloga argentina Maristela Svampa, o qual se tornou o projeto político e econômico hegemônico na região, já historicamente inserida de forma subordinada na divisão internacional do trabalho, geradora de expropriações e superexploração da força de trabalho.

São expressões deste modelo o surgimento e expansão do agronegócio e o avanço de grandes empreendimentos energéticos, mineradores e de construção civil na região, com impactos nos territórios e nos meios de vida das comunidades do campo, florestas e águas – não apenas financiados via inciativa privada internacional, mas também via investimentos públicos e acordos bilaterais e multilaterais entre os países que promovem um desenvolvimento conservador e excludente baseado em uma concepção de soberania estatal dependente, que parece esquecer que a soberania é dos povos. Assim, problematiza-se a importância de pensar projetos de desenvolvimento saudáveis, sustentáveis, baseados na perspectiva agroecológica e na soberania alimentar dos povos, como os oriundos das experiências de vida das lutadoras sociais feministas camponesas populares na América Latina.

A conformação política de um sistema agroalimentar hegemônico que produz escassez, fome e inseguranças alimentares ao mesmo tempo em que constrange as alternativas dos povos, sobretudo, das mulheres rurais, opera na reprodução de uma sociabilidade de dominação e desigualdades profundas, mas que vem sendo enfrentada por meio de lutas sociais e resistências populares que esta tese busca descrever e interpretar à luz da sistematização das vozes de mulheres integrantes de movimentos sociais do campo - pensando tais processos sociais de enfrentamento de forma mais aprofundada do que apenas uma visão de “esquerda como sinônimo de governos progressistas” ou uma explicação do aumento da insegurança alimentar como resultado de “conflitos políticos em geral”.

As mulheres em movimentos sociais no campo fomentam ações transformadoras tais como: a produção agroecológica de alimentos saudáveis e diversificados; a construção de mercados locais na perspectiva de uma relação direta entre produtoras rurais e consumidores das áreas urbanas; a participação política para a soberania alimentar dos povos em que sementes e alimentos não são mercadorias à serviço da acumulação de lucros. Conforme elucidado por Islandia Bezerra (2021), em *"Soberania e segurança alimentar e nutricional"*:

> A soberania alimentar é uma definição que se originou no movimento da Via Campesina, mais especificamente em 1996, e foi referendada no Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em 2001. A sua proposta nasceu como estratégia de enfrentamento às políticas neoliberais, nas quais predomina o poder decisório das grandes corporações do sistema agroalimentar mundial, que, por sua vez, impõem aos países uma série de medidas que fragilizam (e muitas vezes acabam com) a autossuficiência dos povos. Atrelado a isso, essas políticas [neoliberais] também atuam para a diminuição do papel regulador do Estado. (...) para os movimentos do campo (e alguns da cidade) a soberania alimentar passa a ser um princípio capaz de materializar a produção, o acesso e o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos, estando na sua essência a autonomia dos povos em decidir o que plantar e como plantar, fazendo com que – nos seus territórios – sejam desenvolvidas estratégias que, em alguma medida, desestruturem a atual "ordem" do sistema capitalista, que reproduz a lógica do alimento como mera fonte de lucro. (BEZERRA, 2021, p.714-715).

Assim, percebe-se o antagonismo de concepções entre o alimento como bem comum necessário à vida humana e o alimento como mercadoria à serviço da acumulação de lucros, visões que atravessam as agendas políticas para o direito à alimentação, posto que correspondem a forças sociais e projetos sociais distintos nas arenas políticas. A incapacidade de lograr a redução da subnutrição e da insegurança alimentar como tendência a longo prazo se desdobra no mesmo período de tempo da ascensão de governos conservadores após o advento da fase da nova esquerda latino-americana na região, iniciando um contexto de intensa polarização política no âmbito das sociedades nacionais (NEGRI; GUACH, 2017). O conservadorismo político, o negacionismo científico e histórico, o fundamentalismo e racismo religioso avançaram ainda mais na América Latina, associados a campanhas de desinformação e ódio promovidas por grupos, partidos e governos de extrema direita, próximos do ideário fascista, também produzindo efeitos deletérios à saúde da população, sobretudo, no contexto da letargia da ação estatal no tocante à vacinação na pandemia de Covid-19.

No Brasil, este revés nas lutas populares remonta ao golpe de 2016 seguido pelos governos Temer (2016) e Bolsonaro (2019) e, na Argentina houve a eleição de Macri (2015) e,

mais recentemente, Milei (2023)[25], os quais significou um retrocesso geral nas agendas sociais e de direitos humanos por meio da descontinuidade de políticas e programas sociais, desmonte institucional, captura dos orçamentos e patrimônios públicos para inicitivas privadas, fechamento de conselhos de participação e diálogo social, criminalização e repressão policial de ações diretas pacíficas de menifestação popular.

Com o desencadeamento da crise sanitária de Covid-19, a partir de 2020, as condições de sobrevivência e de participação política popular se deterioram consideravelmente para os grupos, classes e movimentos sociais populares urbanos e rurais, incluindo os povos e comunidades do campo que vivenciaram desde o sofrimento das perdas de entes queridos durante a pandemia até o aumento do desemprego e do preço dos alimentos e dos combustíveis (necessário ao transporte para abastecimento alimentar).

Também se observou, no caso brasileiro, que o Estado sob o governo de extrema-direita esteve ausente no levantamento de dados oficiais sobre o quadro de insegurança alimentar e subnutrição da população, de modo que foi o surgimento de iniciativas da própria sociedade civil no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema que atuou nesta lacuna. Este foi o caso, por exemplo, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) que publicou duas edições do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil (VIGISAN)[26]. Na publicação de 2021, com dados levantados em 2020, averiguou-se que apenas 44,8% da população brasileira vivia com segurança alimentar e nutricional, posto que 34,7% vivenciava insegurança alimentar leve, 11,5% vivenciava insegurança alimentar moderada e 9% vivenciava insegurança alimentar grave. No ano seguinte, 2022, com a publicação dos dados sobre a situação da segurança alimentar no Brasil em 2021, identificou-se a continuidade do aumento da violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável no país: apenas 41,3% da população vivia em segurança alimentar e nutricional, enquanto 28% vivenciava insegurança alimentar leve, 15,2% vivenciava insegurança alimentar moderada e 15,5% vivenciava insegurança alimentar grave. Os movimentos sociais populares reunidos na articulação Campo Unitário[27], utilizaram amplamente as informações dos inquéritos produzidos pela Rede PENSSAN para a elaboração de manifestos e denúncias públicas à sociedade civil e à comunidade internacional,

[25] Este "refluxo" conservador não é uma especificidade latino-americana no continente, conforme se constatou, por exemplo, no avanço da extrema direita nos Estados Unidos com o recrudecimento da violência racial e contra migrantes e refugiados (SKOCPOL, 2004) e com a eleição de Trump (2017) pelo Partido Republicano após dois mandatos de Barak Obama (2009 e 2013) pelo Partido Democrata.
[26] Disponíveis em: https://olheparaafome.com.br/. Último acesso em: 08/02/2024.
[27] Instância de articulação, incidência e luta política conjunta de movimentos sociais do campo e sindicatos rurais.

bem como em suas ações de solidariedade, comunicação e educação popular durante as campanhas eleitorais de 2022[28], sempre procurando evidenciar as contradições sociais na questão alimentar. Conforme afirma uma das entrevistadas de pesquisa:

> O Brasil, por exemplo, passou a importar produtos que era o Brasil autossuficiente, inclusive exportava o feijão, que é algo básico do prato do brasileiro. Então a gente passou a importar alimentos porque agora você passa a dar prioridade àquilo que dá dinheiro e não àquilo que é uma demanda social, né, de autonomia, de no caso uma demanda prioritária de segurança alimentar e nutricional, que é produzir alimentos, então você vai ter é toda uma cadeia preocupada muito mais com o lucro, com as commodities, com exportação, com bolsa de valores, com o mercado do que com questões de dignidade humana, com questões básicas de direitos humanos, como o direito à alimentação, né, então, sem dúvida, isso tem um impacto isso na verdade é o que gera um processo de desigualdade social e um processo também de pobreza, empobrecimento e de fome, porque o Brasil é um grande produtor rural e tem grandes potenciais de produção de alimentos, então como é que você explica um país assim tendo milhões de pessoas passando fome? Então isso origina esse lugar de fome, de empobrecimento, de desigualdade social, de exploração, né, dos trabalhadores, das mulheres, enfim então, isso para mim é o que origina, que dá origem a essa situação, né. (Agroecóloga da libertação)

Durante o contexto da crise social agudizada na pandemia de Covid-19, muitas ações de doação de alimentos articuladas com processos de trabalho de educação popular de base foram promovidas pelos movimentos sociais populares e contaram com a participação política e o trabalho produtivo das mulheres rurais organizadas nestes instrumentos de luta social. Este foi o caso da distribuição de marmitas da terra, de cestas verdes da reforma agrária e de cestas agroecológicas dos movimentos sociais articulados na *La Via Campesina* no Brasil - como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Estas ações coletivas eram simultaneamente iniciativas de solidariedade popular entre o campo e a cidade e eram formas de diálogo com a sociedade para denúncia do desmonte das políticas e programas públicos de agricultura familiar e camponesa – como o PAA e o PNAE – que vinham acontecendo durante os governos Temer e Bolsonaro.

Na Argentina, a solidariedade e a luta social também esteve ativa nas ações dos chamados *verdurazos* e *feriazos*, promovidas pelos movimentos sociais camponeses e índigenas na Argentina, como a Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT), o Movimiento Nacional

[28] Mais informações em: Plataforma de governo dos povos do campo, da floresta e das águas para ganhar as eleições e governar o país. Disponível em: https://mst.org.br/2022/09/13/campo-unitario-lanca-plataforma-de-governo-para-acabar-com-a-fome-no-pais/ . Último acesso em: 08/02/2024.

Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI) e o Movimiento Nacional Campesino Indígena - Somos Tierra (MNCI-ST). Inicialmente criadas como ação direta de diálogo com a população na denúncia do alto preço dos alimentos durante o governo Macri, posteriormente, foi continuada em muitos momentos no contexto da pandemia e aumento da carestia.

A volta dos altos índices de insegurança alimentar não se deve simplesmente à uma falta de capacidade técnica e política dos países da região latino-americana em elaborar políticas públicas para alimentação e agricultura, uma vez que, já haviam demonstrado sua capacidade técnica e política durante a redução dos índices em períodos prévios. Neste sentido lógico, observa-se a ocorrência da dificuldade de sustentação política das ações desenvolvidas, a longo prazo, como políticas de Estado, que se mantivesem como prioridade na cultura política dos países, independentemente da transição de governos de esquerda e direita. Tais retrocessos de conquistas populares se devem a processos de mudança nas correlações de forças sociais, as quais também se expressam nas mudanças de governos nas sociedades, mas, não é apenas a transição de governos que causa conquistas ou violações de direitos como o DHANA e outros.

Os dados e informações cotejados, conforme foi apresentado, indicam que tampouco pode-se justificar o aumento do problema social da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar nos territórios latino-americanos com base apenas no advento da pandemia global de Covid-19, posto que os dados demonstram que o quadro de retrocesso evidenciado pelos indicadores teria começado antes de 2020 e, portanto, estaria relacionado a erosões[29] constitucionais, desmontes institucionais e descontinuidade de políticas e programas sociais que caracterizam as práticas políticas de governos conservadores eleitos na região. Tais correlações e causalidade levam em consideração tendências políticas nos países da região que, no entanto, não tem sido problematizadas nos relatórios dos organismos multilaterais e que, portanto, requerem o desenvolvimento de análises aprofundadas acerca dos aspectos contraditórios dos processos sociais em curso.

Por exemplo, no tocante à relevância da perspectiva feminista camponesa popular, no relatório *"The State of Food Security and Nutrition in the World"* do ano de 2023, publicado pela FAO, afirma-se que existe uma lacuna de gênero na segurança alimentar e nutricional em todo o mundo. Isto é, em 2021[30], 28,6% das mulheres no conjunto dos países do mundo

[29] Erosão, sinônimo de desgaste, utilizado para elucidar proceso de desgaste do solo. Neste sentido, "erosões constitucionais" e "erosões dos regimes fundiários constitucionais" significa desgastes e desmontes institucionais, e retrocessos dos direitos constitucionais adquiridos por meio das lutas socais e procesos democrático, conforme elaboração de Guilherme Delgado em "O agronegócio e a política brasileira". (DELGADO; 2020).

[30] Consoante a FAO: "Food insecurity is more prevalent among adult women than men in every region of the world. The gender gap in food insecurity at the global level widened considerably in 2020 and 2021 in the wake

vivenciava insegurança alimentar grave ou moderada enquanto 24,8% dos homens estavam na mesma situação (FAO, 2023). Assim, os dados demonstram que, proporcionalmente, a insegurança alimentar é maior entre as mulheres do que entre os homens.

Em uma publicação de 2009 de *La Via Campesina*, intitulada *"Las luchas del campesinado em el mundo"*, também se articula a perspectiva de gênero com a perspectiva de classe para afirmar que as mulheres camponesas são *"oprimidas como mujeres y como campesinas"*, em uma opressão múltipla:

> Se calcula que actualmente hay más de mil millones de personas atrapadas em la pobreza absoluta. Según el Fondo de las Naciones Unidas para las Mujeres (UNIFEM), el 70% de ellas son mujeres. Además, se estima que **7 de cada 10 personas que mueren de hambre en el mundo son mujeres y niñas**. (...) Las mujeres siguen siendo las encargadas de las tareas domésticas, de la crianza de niños y niñas y del cuidado de las personas mayores, sin que esta labor sea reconocida como trabajo ni remunerada por ello, quedando invisible la relación que existe entre la economía del cuidado y sus aportes a la vida económica. En el mundo rural, la FAO reconoce que el 70% de la producción alimenticia mundial es aportado por las mujeres. Sin embargo, esta aportación no sólo no es reconocida, sino que contrasta con el hecho de que sólo el 1% de la propiedad y tenencia de las tierras está a nombre de campesinas. El respeto a los derechos sexuales y reproductivos es lesionado cotidianamente tanto en el ámbito privado como en el espacio de lo público, lo cual va acompañado de una permanente y sistemática violencia política, social y económica hacia la mujer, impulsada y sostenida por los Estados. La violencia machista es la mayor responsable de la mitad de las muertes violentas de mujeres en el mundo. (LA VIA CAMPESINA, 2013, p 20).

Desta forma, visibiliza-se que as mulheres são também predominantemente o setor que mais alimenta e, contraditoriamente, as que mais vivenciam as situações sociais de fome e pobreza no mundo. Ademais, a passagem acima também evidencia como nos documentos e lutas das mulheres em movimentos sociais no campo, se articulam as lutas contra as desigualdades de acesso à alimentação, à terra e à renda com o enfrentamento às violações dos direitos sexuais e reprodutivos e às violências contra as mulheres. Assim, a construção das relações sociais de alimentação saudável tem a alimentação como ponto de partida para experiências críticas mais amplas que extrapolam a pauta da alimentação em si.

---

of the COVID-19 pandemic, as women were more affected by job and income losses and bore a larger responsibility for additional, unpaid caregiving duties. Women living in rural areas were even more likely to be food insecure, as job and income losses were much higher for women than for men particularly in agrifood systems. In 2021, the gender gap reached 3.8 percentage points, with 28.6 percent of women in the world being moderately or severely food insecure compared with 24.8 percent of men." (FAO, 2023, p. 25). Disponível em: https://www.fao.org/3/cc3017en/cc3017en.pdf . Último aceso em: 08/02/2024.

Não menos relevante, problematiza-se que apesar da maior parte da população mundial residir no meio urbano continua existindo maior prevalência proporcional da subnutrição e insegurança alimentar no meio rural. Em 2022[31], no conjunto dos países do mundo, 26% das pessoas que vivem em áreas urbanas sofem insegurança alimentar grave e moderada, enquanto o mesmo problema social acomete 28,8% das pessoas que vivem em áreas peri-urbanas e 33,3% das pessoas que vivem em áreas rurais (FAO, 2023). Assim, proporcionalmente, a insegurança alimentar é maior entre a população que vive nas áreas rurais e nas áreas peri-urbanas do que entre a população que vive nas áreas urbanas. Nos dados particulares à região da América Latina e Caribe, estes dados são ainda mais altos: 32,1% da população que vive em áreas urbanas sofre insegurança alimentar grave e moderada, enquanto o mesmo problema acomete 38,6% da população que vive em áreas peri-urbanas e 40,4% da população que vive em áreas rurais (FAO, 2023). Portanto, proporcionalmente, na região da América Latina e Caribe, a insegurança alimentar é maior entre a população que vive nas áreas rurais e peri-urbanas do que entre a população que vive nas áreas urbanas. Ademais, os índices de insegurança alimentar na região latino-americana é maior do que os índices do conjunto dos países do mundo em geral.

Neste ponto, então, é importante destacar: ainda que os índices de insegurança alimentar sejam proporcionalmente maior no meio rural não significa simplesmente que "a fome é maior no meio rural", pois, é preciso considerar que a maior parte da população mundial vive em áreas urbanas e, em números absolutos, a população urbana em situação de insegurança alimentar é maior. Isto também foi evidenciado pelo mais recente estudo *"Agenda 2030: Objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável"*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), em 2024, o qual também abordou as desigualdades raciais:

> (...) houve redução dos níveis de fome em 2023, embora o país ainda se encontre com nível de insegurança alimentar grave, com 0,9 p.p. acima do que foi observado em 2013. Em 2018 eram 10,3 milhões de pessoas com insegurança alimentar grave. Em 2023 o número de pessoas nessa situação se reduziu para 8,6 milhões. Desse quantitativo, 7 milhões estavam em áreas urbanas e 1,6 milhão em áreas rurais. Embora, em termos absolutos, existam mais pessoas com insegurança alimentar grave nos centros urbanos, o percentual de domicílios rurais nessa situação era de 5,5 %, enquanto era de 3,9 %, em 2023, nas áreas urbanas. Ao se considerar a situação do domicílio, observa-se que, **ao longo de toda a série histórica, as áreas rurais sempre**

[31] Consoante a FAO: "Moderate or severe food insecurity affected 33.3 percent of adults living in rural areas in 2022 compared with 28.8 percent in peri-urban areas and 26.0 percent in urban areas. The prevalence of severe food insecurity was 12.8 percent in rural areas, 11.6 percent among peri-urban residents, and 9.4 percent among urban residents." (FAO, 2023, p. 24). Disponível em: https://www.fao.org/3/cc3017en/cc3017en.pdf . Último acesso em: 08/02/2024.

> **apresentaram índices piores de segurança alimentar**. Em 2018, 64,9% dos domicílios urbanos e 53,6% dos rurais estavam em segurança alimentar. A insegurança alimentar moderada e grave atingia 11,6% dos domicílios urbanos e 19,3% dos rurais (IBGE, 2020). Em 2023, apesar da meloria nos indicadores de segurança alimentar e de leve redução na desigualdade entre os domicílios urbanos e rurais, 65,5% dos domicílios rurais estavam em segurança alimentar, enquanto esse percentual era de 73,3% nos domicílios urbanos. Os dados de 2018 revelaram que os **indivíduos declarados pretos ou pardos apresentavam 33,4% a mais de chance de estarem em insegurança alimentar** de qualquer nível em comparação aos indivíduos que se declaravam brancos. Considerando-se os dados de 2023 – embora 42% dos responsáveis pelos domicílios fossem de cor ou raça branca-, cabe ressaltar que, entre os domicílios com segurança alimentar, os responsáveis de cor ou raça branca representavam 46,9 %. Para os de cor ou raça preta, a proporção de domicílios em segurança alimentar era de 10,7%, mesmo representando 12% dos domicílios. Para os de cor ou raça parda, 41% dos domicílios estavam em segurança alimentar, ainda que 44,7% dos responsáveis pelos domicílios fossem pessoas de cor ou raça parda. (IPEA, 2024, p. 8-9)

A partir dos dados acima, conclui-se que a subnutrição e a insegurança alimentar são problemas sociais que requerem ação pública tanto no meio urbano quanto no meio rural e, não é um dado falso que haja uma prevalência proporcional de maiores índices de insegurança alimentar no meio rural, ainda que esta possa ser uma questão invisibilizada na sociedade tendo em vista que a maior parte da população mundial - e em países como Brasil e Argentina, particularmente - vive em áreas urbanas. Ademais, os dados também demonstram que o racismo incide sobre o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável (IPEA, 2024), uma vez que pessoas declaradas pretas e pardas vivenciam maiores índices de insegurança alimentar do que pessoas declaradas brancas. Por este motivo, considera-se nesta tese que é importante ouvir as vozes de mulheres em movimentos sociais no campo na América Latina, considerando sua diversidade e visando compreender as práxis transformadoras desenvolvidas para enfrentamento de desigualdades patriarcais, racistas, capitalistas e imperialistas que incidem sobre o problema social da fome na região, com vistas à construção política da soberania alimentar dos povos para o pleno acesso ao direito à alimentação saudável por todas as pessoas.

Definições do objeto de estudo e perguntas de pesquisa

"Fortalecer a luta em defesa da vida: Todos os dias!"
"Na sociedade que a gente quer: Basta de violência contra a mulher!"
Palavras de ordem do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

A partir da problematização, ensejada após a contextualização e justificativa do tema de pesquisa, esta tese assume as seguintes definições: Comprende a fome e a insegurança alimentar e nutricional como problemas sociais e reconhece que, mundialmente, prevalecem proporcionalmente sobre as mulheres, as populações e comunidades rurais e os povos e nações da periferia global, atravessados por desigualdades patriarcais, racistas, capitalistas e desigualdades internacionais; define como objeto de análise científica e sociológica as experiências, lutas sociais e construções de agendas políticas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos na região latino-americana; e, em seu recorte de caso, elenca como sujeitas colaboradoras de pesquisa as mulheres em movimentos sociais no campo no Brasil e na Argentina.

Neste sentido, também determinam-se as seguintes perguntas de pesquisa: Quais experiências de vida e de lutas sociais as mulheres brasileiras e argentinas desenvolvem a partir de seus movimentos sociais populares no campo para a construção do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável em seus países e na região latino-americana? De que modo estas experiências e lutas sociais constróem processos sociais e internacionais de criação de novos marcos legais nas agendas políticas[32] para alimentação? Como os processos sociais e internacionais de construção das agendas políticas para alimentação se assemelham e se diferenciam no Brasil e na Argentina e quais seus desdobramentos nas relações sociais e internacionais? E, por fim, quais tendências histórico-estruturais da particularidade latino-americana podem ser visibilizados a partir do estudo comparado das experiências de vida e lutas sociais das mulheres em movimentos sociais no campo em Brasil e Argentina e como incidem nas relações sociais e internacionais de direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar dos povos?

[32] Nesta pesquisa utiliza-se o conceito de agendas políticas para alimentação saudável, de modo que não visa o aprofundamento específico na interpretação de cada uma das políticas públicas existentes em cada país analisado, e também se permite fazer conexões que extrapolam para outras pautas para além da alimentação em si.

Objetivo geral e objetivos específicos

“

“Pois, repetindo as palavras de um ancestral, ele dizia: ‘Quando o último peixe estiver nas águas e a última árvore for removida da terra, só então o homem perceberá que ele não é capaz de comer seu dinheiro.’”
Ailton Krenak – A vida não é útil

- Objetivo geral:

Analisar em perspectiva histórico-comparada as experiências e lutas sociais feministas camponesas populares de mulheres em movimentos sociais no campo, participantes do processo social e internacional de construção de agendas políticas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos em Brasil e Argentina, nas primeiras décadas do século XXI.

- Objetivos especificos:

Compreender de que maneira experiências, lutas e construções políticas de mulheres em movimentos sociais no campo contribuem para a formação das agendas políticas para alimentação no Brasil, estudando a literatura do tema e realizando pesquisa de campo para coleta de dados e análise em diferentes regiões do país.

Entender como experiências, lutas e construções políticas das mulheres em movimentos sociais no campo contribuem para a formação das agendas políticas para alimentação na Argentina, estudando a literatura sobre o tema e realizando pesquisa de campo para coleta de dados e análise em diferentes regiões do país.

Identificar semelhanças e diferenças entre as realidades sociais brasileira e argentina e seus desdobramentos nas relações sociais e internacionais, para promover uma noção aprofundada do tema que considera a diversidade de expressões nacionais e locais do problema social geral.

Apreender e interpretar tendências histórico-estruturais da particularidade latino-americana no processo social e internacional de enfrentamento às desigualdades de acesso ao direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar dos povos.

Hipóteses da tese

"Cambia el sol en su carrera cuando la noche subxiste
Cambia la planta y se viste de verde en la primavera
Cambia el pelaje la fiera, cambia el cabello el anciano
Y así como todo cambia, que yo cambie no es extraño
Pero no cambia mi amor, por más lejo que me encuentre
Ni el recuerdo, ni el dolor de mi pueblo y de mi gente
Lo que cambió ayer tendrá que cambiar mañana
Así como cambio yo en esta tierra lejana."
Mercedes Sosa – Todo cambia

A partir das definições de pesquisa com base na contextualização, justificativa e problematização do tema de pesquisa, foram apresentadas as perguntas e objetivos geral e específicos. A partir destes últimos, hipóteses foram delineadas para averiguação no estudo:

As mulheres rurais e as mulheres em movimentos sociais no campo, ainda que constituam uma categoria social com incidência de subnutrição e insegurança alimentar, são sujeitas do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável com diversidade de experiências de vida, de lutas sociais e de construções políticas, cuja participação cultiva políticas públicas e direitos, além da atuação em campanhas eleitorais em seus países. Por exemplo, elas estão presentes nas atividades de comunicação e educação popular, nas ações de promoção da saúde e agroecologia, nas ações de solidariedade campo-cidade, nas articulações unitárias e internacionalistas, entre outras que podem ser apreendidas pela pesquisa de campo e sistematizadas pela tese. As experiências de vida, as lutas sociais e as construções políticas das mulheres em movimentos sociais no campo, analisadas na perspectiva das teorias e epistemologias feministas, são oriundas do cotidiano de trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidados das mulheres, ainda que socialmente invisibilizadas e desvalorizadas, mas já possuindo uma dimensão política nas esferas familiar e comunitária/local, e ganhando amplitude nas ações participativas em escalas nacional e internacional. Neste sentido, é possível compreender a alimentação em sua dimensão de trabalho e evidenciar o internacionalismo das lutadoras sociais feministas camponesas e populares, destacando suas contribuições para o enfrentamento de múltiplas desigualdades e sistemas de dominação que se imbricam na sociabilidade contemporânea. Isto é, para o enfrentamento ao patriarcado (e a divisão sexual do trabalho), ao racismo (e a divisão racial do trabalho), ao capitalismo (e a divisão sócio-técnica do trabalho) e, não menos importante, ao imperialismo (e a divisão internacional do trabalho).

O estudo histórico-comparado dos processos sociais e internacionais de construção da agenda política para alimentação nas realidades sociais brasileira e argentina propicia

sistematizar, compreender e intercambiar experiências de resistência popular e de transformação social entre movimentos e lutadores sociais. Além disso, é possível compreender de forma mais aprofundada algumas tendências histórico-estruturais da formação sócio-histórica destes países e da particularidade latino-americana: os latifúndios e monoculturas e também as expropriações e os desmontes contínuos de territórios, direitos, políticas, programas e instituições públicas conquistados pelas lutas populares. Tais tendências podem ser identificadas como fatores causais das situações de violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável das populações nestes territórios, a partir das sistematizações dos relatos das mulheres em movimentos sociais no campo. A descrição, categorização e interpretação de dados primários produzidos a partir da pesquisa social com mulheres em movimentos sociais no campo em torno do tema da alimentação contribui para analisar dinâmicas sociais mais amplas como a luta social pela terra, a mercantilização e financeirização da terra e dos bens comuns, a luta sociambiental, a agroecologia, as relações sociais e internacionais de dominação e expropriação, propiciando a construção de novas contribuições teóricas, práticas e metodológicas no âmbito das lutas populares, do pensamento social crítico latino-americano, dos aportes feministas e das Ciências Sociais.





Fotos 04 e 05: Mulheres construindo soberania alimentar dos povos. Círculo de cultura da educação popular com simbologias dos movimentos sociais. Assentamento Veredas II, Padre Bernardo – GO, 2019. Acervo pessoal.

Apresentação dos capítulos da tese

"Ela desfiava as lembranças como uma reza estranha e antiga,
Comum a todos que em algum momento chegaram em romaria (...)"
Itamar Vieira Junior – Torto Arado

Na sequência desta seção introdutória, a tese se desenvolve em quatro capítulos, seguidos das considerações finais, das referências e dos apêndices. No Capítulo 1, intitulado *"Direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável na América Latina"* apresenta-se de forma mais aprofundada a discussão do problema de pesquisa. Estuda-se sobre a fome, a insegurança alimentar, a revolução verde e o sistema agroalimentar hegemônico, assim como a alimentação saudável, os determinantes sociais da saúde e a agroecologia. Analisa-se a trajetória da agenda internacional para o DHANA, a segurança alimentar e a soberania alimentar, explicando seus conteúdos. Por fim, apresentam-se momentos importantes na trajetória da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e da *La Via Campesina* (LVC), destacando a relevância destas articulações na construção de conferências, assembleias e campanhas internacionais, ou seja, democratizando a participação no cenário inernacional a partir de ações do local ao global enquanto um internacionalismo popular e de base e uma referência relevante para compreender os movimentos de luta social na região latino-americana.

No Capítulo 2, nomeado *"Percurso teórico-metodológico e sujeitas colaboradoras de pesquisa"*, apresentam-se reflexões sobre os fundamentos teóricos-metodológicos que foram importantes para o percurso de construção desta tese, identificando sua abordagem qualitativa na escuta das vozes das mulheres em movimentos sociais no campo, a maioria integrante de movimentos que se articulam na CLOC e na *La Via Campesina* e também algumas que são de movimentos sociais parceiros junto às lutas sociais contestatórias da ordem social excludente. Apresentam-se as técnicas de pesquisa utilizadas, bem como os elementos e procedimentos da análise dos dados coletados que se baseiam na análise de conteúdo, no diário de campo com expressões imagéticas da autora e nos estudos histórico-comparados. O roteiro de entrevistas que foi desenvolvido pela autora para o desenvolvimento desta tese está disponível nos Apêndices. Por fim, também são apresentadas as sujeitas colaboradoras de pesquisa que por meio de suas participações nas entrevistas possibilitaram a realização do presente estudo.

Nos Capítulos 3 e 4 está a apresentação dos conteúdos sistematizados a partir da análise dos dados primários coletados por meio das entrevistas desenvolvidas durante a pesquisa de campo no Brasil e na Argentina. Por meio das degravações integrais dos áudios das entrevistas,

seguidas da pré-análise, foram empreendidas a unitarização, categorização, descrição e interpretação das correlações entre trechos que se encontravam difusos em momentos diferentes de cada entrevista, de cada entrevistada, de cada país. A apresentação dos conteúdos nestes capítulos é o resultado final de toda sistematização das falas das entrevistadas e da reorganização descritiva e interpretativa dos dados brutos a fim de construir um diálogo com quem lê o trabalho. Ou seja, não é apenas a interpretação de uma outra fala pincelada das entrevistas e nem apenas uma descrição de tudo que cada entrevistada falou, meramente reunidos em sequência, posto que foi empreendido um processo interpretativo de recomposição do conjunto das falas, como um mosaico. Esta foi uma escolha metodológica na elaboração da tese. As categorias construídas nesta pesquisa foram: I. Trabalho, participação e saúde das mulheres; Feminismos e Diversidades; II. Lutas sociais pela terra e movimentos sociais no campo; III. Alimentação e agroecologia; IV. Políticas públicas; V. Internacionalismo. Tendo em vista que a Categoria I foi o tema mais abordado pelas entrevistadas, com maior volume de conteúdos, a ela foi destinada um capítulo específico, o Capítulo 3 e, as demais categorias foram apresentadas no Capítulo 4. Isto posto, no Capítulo 3, intitulado *"Vozes feministas camponesas populares no Brasil e na Argentina"*, são apresentados os conteúdos da Categoria I no Brasil e, na sequência, são apresentados os conteúdos da Categoria I na Argentina. Também compondo o capítulo, estão reflexões teóricas instigadas pelo processo de pesquisa com a Categoria I, que constituiu a seção *"Repensando teorias e epistemologias feministas"*. Encerrando o capítulo, são ensejadas considerações comparativas cujo objetivo é evidenciar algumas diferenças de trajetórias entre Brasil e Argentina relacionadas aos temas trabalhados no âmbito ca Categoria I.

Por último, no Capítulo 4, *"Vozes na soberania alimentar dos povos no Brasil e na Argentina",* são apresentados os conteúdos das categorias II, III, IV e V no Brasil, seguido pela apresentação dos conteúdos destas mesmas categorias referente à Argentina. São igualmente ensejadas algumas reflexões teóricas instigadas pelo processo de pesquisa com as categorias II, III, IV e V, constituindo a seção *"Cultivando pensamento crítico latino-americano"*. No final do capítulo são ensejadas considerações comparativas entre Brasil Argentina, evidenciando suas particularidades de trajetória. Concluindo o trabalho, são feitas as *"Considerações Finais",* retomando o percurso da tese, as perguntas e hipóteses de pesquisa desenvolvidas na seção introdutória, o fechamento da jornada deste trabalho e possíveis implicações e continuidades de estudo para futuros momentos e futuras pesquisadoras e pesquisadores interessados no tema.

Síntese da seção

"Abajo las reformas! Arriba las whipalas!"
Palavra de ordem indígena - Tercer Malón Por la Paz na Argentina

Nesta "*Introdução"*, o objetivo foi apresentar os elementos que constituíram a pesquisa, no que foi empreendido ao longo do doutorado para a elaboração deste estudo, disponibilizando elementos a partir dos quais serão desenvolvidas as discussões dos capítulos da tese.

Primeiramente, o "*Memorial"* apresentou a autora, suas motivações e trajetórias acadêmicas, políticas e profissionais que constituem o pano de fundo que fundamentou a iniciativa de realizar esta pesquisa.

Na sequência, apresentou-se *"Histórico e justificativa do tema"* o qual buscou evidenciar que as dinâmicas de industrialização, desenvolvimento e democratização nos países latino-americanos foram insuficientes para a garantia do acesso ao direito humano à alimentação pela população. Porém, isto não se deve a uma baixa produção de alimentos em relação ao crescimento da população, mas às relações sociais de desigualdade.

Na *"Problematização"* evidenciou-se, portanto, que existem violações ao direito humano à alimentação nos países da região que cabem ser mais profundamente estudados por meio de pesquisas sociais, tendo em vista, inclusive, sua incidência sobre as mulheres, o meio rural, os povos e nações da periferia global e sua relação com as desigualdades patriarcais, raciais, capitalistas e imperialistas.

Neste sentido, em *"Definições e perguntas de pesquisa"* define-se a fome e as inseguranças alimentares como problemas sociais e define-se como objeto de estudo as experiências, lutas sociais e construções políticas das mulheres em movimentos sociais no campo no Brasil e na Argentina.

Em *"Objetivo geral e objetivos específicos"* apresentam-se as metas da tese, voltadas à análise de conteúdo histórico-comparada das experiências e lutas sociais feministas camponesas e populares das mulheres em movimentos sociais no campo, sujeitas no processo de construção de novas agendas políticas para o DHANA, a segurança alimentar e a soberania alimentar dos povos, no Brasil e na Argentina, nas primeiras décadas do século XXI.

Foram apresentadas *"Hipóteses da tese"*, onde se destaca o papel das mulheres em movimentos sociais no campo para a construção do direito à alimentação, considerando que suas lutas sociais e construções políticas partem de seu cotidiano de trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidados. Ademais, busca-se comprender as tendências histórico-estruturais

na região latino-americana que consubstanciam esta realidade social de violação e luta pelo direito à alimentação. Por fim, foi disponibilizada breve *"Apresentação dos capítulos da tese",* preparando para a continuidade da leitura.



Imagem 01: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a solidariedade popular e a partilha de experiências entre as lutadoras sociais brasileiras e argentinas. Título: Entre irmãs e hermanas. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2024

CAPÍTULO 1 – DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA AMÉRICA LATINA

1.1 A fome e a insegurança alimentar como problemas sociais latino-americanos

"Que feito surpreendente faz a comida no nosso organismo!
Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo,
depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. (...)
E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?"
Carolina Maria de Jesus - Quarto de despej)

Carolina Maria de Jesus (2014), em *"Quarto de Despejo: Diário de uma favelada"*, ao descrever sua experiência cotidiana de vida em uma favela na periferia da cidade de São Paulo, escreve sobre muitos temas que perpassam a busca pelos meios de vida para si e para seus filhos. Dentre seus relatos, estão passagens que explicam suas sensações, sentimentos, ideias e estratégias de sobrevivência ao se deparar com as situações sociais de fome, revelando de forma pioneira o lado humano da pessoa que sofre com a violação do direito à alimentação e dos demais direitos sociais básicos e fundamentais à vida. A autora escrevia que:

> A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. (...) Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido. (...) Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. (...) Eu não vejo eficiencia no Serviço Social em relação ao favelado. Amanhã não vou ter pão. (JESUS, 2014, 39-41)

Carolina Maria de Jesus contextualizava na luta do povo oprimido a necessidade de comer e a dor de sua impossibilidade por causa das desigualdades que ela descreveu em seus diários durante a década de 1950. Outra autora brasileira que possui uma escrita potente sobre o tema em pauta é Helena Silvestre (2021). A partir de sua identidade de mulher afroindígena na periferia paulista, em *"Notas sobre a fome",* a autora elabora de forma sensível ao sofrimento causado pelas marcas da fome nos corpos da classe trabalhadora e sua vontade de viver:

> O tempo não é uma medida absoluta; o tempo se imprime de maneira diferente em corpos com fome. Os corpos que atravessam a fome são cheios de sulcos nos rostos queimados, são corpos debilitados pela desnutrição e ainda assim exibem a força de quem acostuma os músculos ao trabalho pesado e ao fígado de boi ou a moelas cozidas. Nossos corpos não sabem a homogeneidade da coloração sobre a pele. Eles conhecem paletas que vão do desbotado das casas mofadas às variações esbranquiçadas pelas lombrigas; a depender de onde estamos, de que mal trabalho padecemos e das surras da vida e de suas cicatrizes (...). A força física que exibimos como trabalhadores braçais, devoradores de pratadas pouco discretas, é a confirmação do desejo de viver se esticando em todas as direções, caçando em que agarrar a vida quase sempre por um fio, quase sempre a ponto de escapar calabouço abaixo. (...) Na verdade, cada corpo procura a alquimia possível para suportar o fardo dos dias (...)". (SILVESTRE, 2021, p. 44-45)

As narrativas de Carolina Maria de Jesus (2014) e de Helena Silvestre (2021) são atuais e denotam a importância de que sejam ampliados e aprofundados os estudos sobre a fome, a subnutrição e a insegurança alimentar, inclusive nas Ciências Sociais latino-americanas, e que, sobretudo, estes possam contribuir para subsidiar a construção de novas agendas políticas que erradiquem completamente tais mazelas. No entanto, a partir das leituras destas referências, foi ficando mais evidente que esta tese quer compreender os processos sociais de construção da alimentação saudável, para além da fome.

Conforme se tem discutido acerca do contexto histórico da questão alimentar nos países latino-americanos, ao fim do período colonial, a dependência externa oriunda da dominação política dos povos e territórios colonizados em nome dos interesses das coroas europeias foi substituída por uma dependência externa histórico-estrutural para com as economias centrais dos países hegemônicos na geopolítica mundial. Neste processo, o desenvolvimento do capitalismo dependente nos países que foram colonizados foi então subordinado aos interesses externos em dois sentidos: à transferência de tecnologia obsoleta das economias centrais para a industrialização periférica e, sobretudo, ao cumprimento dos papéis de fonte de fluxos de capital e de matérias-primas e bens primários de baixo valor agregado às economias centrais (BORÓN, 2003). Estas dinâmicas conformaram especializações das economias dos países e posições heteronômicas no sistema produtivo e geopolítico internacional (FERNANDES, 1975), cujas implicações esta tese busca compreender de forma mais detalhada. À luz destas considerações, entende-se que o estudo comparativo dos casos de Brasil e Argentina visa apreender a fome como um problema social latino-americano e identificar a existência de uma dimensão regional comum nas agendas políticas alternativas para o DHANA, partindo de movimentos sociais brasileiros e argentinos. Elencou-se uma dupla de países que, além de terem passado por processos semelhantes de industrialização e desenvolvimento, têm um histórico de parceria

estratégica político-econômica no continente americano a partir do bloco Mercado Comum do Sul (Mercosul), na área do Cone Sul. Apesar de suas primeiras similaridades e proximidades aqui mencionadas, cada sociedade nacional possui também suas características próprias que se evidenciam nas diferenças de suas trajetórias de luta social e de criação de políticas públicas, de modo que se busca entender por meio da análise comparativa o que são diferenças ou semelhanças, especificidades de cada um ou particularidades regionais latino-americanas em ambos, e quais experiências de resistência popular e transformação social podem ser compartilhadas pelas lutadoras sociais.

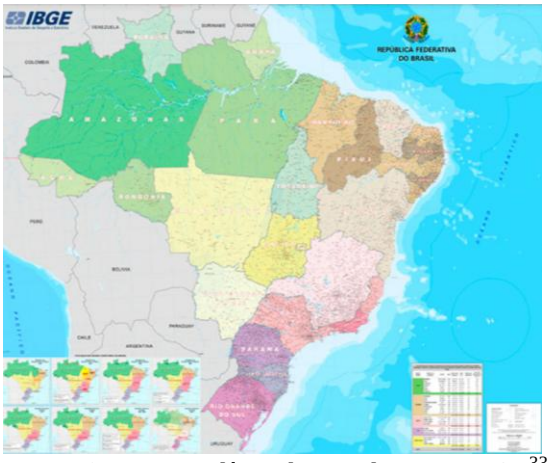


Imagem 02: Mapa político do Brasil. Fonte: IBGE[33].

O Brasil, neste cenário complexo, foi um dos países que se tornou referência global na implementação de uma agenda política para "erradicação da fome e fortalecimento da agricultura sustentável" conforme definido no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 2 (ODS 2). Buscou articular de forma integrada o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável (DHANA) com a melhoria das condições de acesso à terra, permanência e produção nos territórios locais – por meio de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos. O país apresenta um quadro[34] similar ao panorama regional geral apresentado na Introdução da tese, com redução dos índices de subnutrição (até 2018-2020) e redução dos índices de insegurança alimentar (até 2016). Porém, a partir do período de 2017 a 2019 já se pode constatar aumento da insegurança alimentar e, a partir do período de 2019 a 2021 averigua-se aumento da subnutrição. Recentemente, com os dados de 2023, o Instituto de

[33] Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa político do Brasil. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35604-ibge-lanca-nova-edicao-do-mapa-politico-do-brasil-2. Acesso em: 28 de junho de 2023.

[34] Disponível nos anexos da tese para consulta: Quadro: Prevalência da subnutrição e insegurança alimentar na população em Brasil e Argentina (%).

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) já afirma que “entre 2018 e 2023, a condição de segurança alimentar da população brasileira melhorou de 63,3% para 72,4% dos domicílios. Apesar dessa melhoria, o nível de segurança alimentar em 2023 mostrou-se 5 p.p. inferior ao observado em 2013.” (IPEA, 2024, p. 8).

Por sua vez, a Argentina apresentava um quadro que se diferenciava do panorama geral da América Latina e Caribe, possuindo índices menores de subnutrição do que a média da região e, inclusive, menores do que o Brasil. No entanto, a partir do período de 2016 a 2018 pode-se identificar um aumento dos índices de insegurança alimentar na Argentina, em relação aos dados referentes ao período de 2015 a 2017, pois, antes deste período não há dados sobre a segurança alimentar e nutricional. A partir do período de 2017 a 2019 nota-se pela primeira vez que os índices de insegurança alimentar na Argentina são superiores à média regional latino-americana e caribenha, seguindo em ascensão até o último período correspondente aos anos de 2020 a 2022. Ainda que os índices de subnutrição na Argentina mantenham-se abaixo de 5% e estejam abaixo da média latino-americana e caribenha, ademais, denotando uma queda do período 2018-2020 a 2020-2022, os dados de insegurança alimentar grave e de insegurança alimentar grave e moderada estão acima da média da região e seguem crescentes.

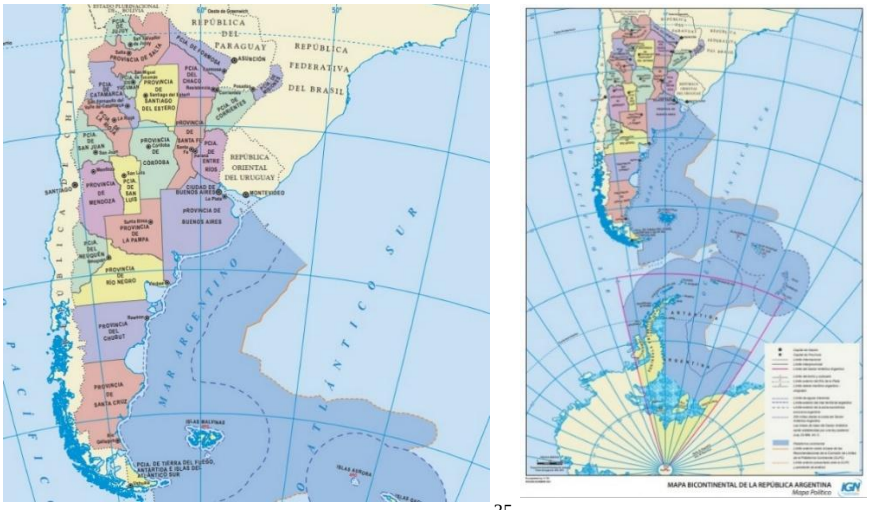


Imagem 03: Mapas políticos da Argentina. Fonte: IGN.[35]

Por meio das análises emprendidas nesta tese, confirma-se que foi justamente no período de 2016 a 2018 em que os índices de prevalência da subnutrição e da insegurança alimentar começam a subir na Argentina, confirmando neste país a correlação entre governos

[35] INSTITUTO GEOGRÁFICO NACIONAL (IGN). Mapas murales y provinciales. Disponível em: https://www.ign.gob.ar/AreaServicios/Descargas/MapasProvinciales. Acesso em: 28 de junho de 2023.

conservadores e neoliberais com o aumento da violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada da população. É interessante observar que no período 2018-2020, que inclui o primeiro ano do governo de Fernández, mesmo no contexto da pandemia de Covid-19 se identifica uma pequena queda nos índices de insegurança alimentar grave que continuam em ascensão até 2022. Por sua vez, no Brasil, após a eleição de Macri no país vizinho, a primeira mulher presidenta na história brasileira foi destituída de seu cargo por meio do golpe de 2016, o qual conduziu Temer à presidência. Na sequência, em 2018, Luís Inácio Lula da Silva sofria práticas de *lawfare* que o criminalizavam e o impediam de concorrer às eleições daquele ano, o que viabilizou a eleição de Bolsonaro, cujo governo não garantiu assistência adequada do Estado às pessoas em situação de pobreza e desigualdade, de forma evidenciada pela demora na vacinação da população no período da pandemia global de Covid-19, para citar um exemplo. Por meio das análises empreendidas nesta tese, confirma-se que, justamente nos período de 2017 a 2021, os dados de prevalência da subnutrição e da insegurança alimentar na população brasileira começam a ascender, retrocedendo nas conquistas em segurança alimentar e nutricional que haviam sido logradas no país a partir das lutas populares e a construção de novas políticas, programas e direitos. Isto também confirma, no Brasil, a correlação entre governos conservadores e neoliberais com o aumento da violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada da população.

Esta análise propicia a confirmação científica de que, não apenas em um país isolado, mas em países distintos e com trajetórias específicas de tratamento político dos problemas sociais alimentares, prevalecem enquanto tendência particular da região a correlação entre a eleição de governos conservadores e neoliberais nos países e o aumento da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar em suas respectivas sociedades nacionais, uma relação de causalidade na região latino-americana que nos relatórios da FAO estão invisibilizadas. A averiguação desta hipótese por meio deste estudo constitui um passo importante para confirmar que o crescimento dos tristes indicadores de subnutrição e insegurança alimentar foi iniciada em momentos prévios à pandemia de Covid-19 e foi por ela aprofundada. Na situação de fome e má alimentação às quais foram submetidos os povos brasileiro e argentino, suas condições de saúde e imunidade também estavam deterioradas em termos de condições adequadas para sobrevivência durante o contexto de uma pandemia global. Assim, quando pensamos os motivos pelos quais os Objetivos de Desenvolvimento Sustsentável (ODS) não serão atingidos conforme planejado na Agenda 2030, incluindo aí a erradicação da fome no mundo, um de seus fatores causais é o avanço do conservadorismo e do neoliberalismo que vem sendo combatidos

pelas agendas políticas das mulheres em movimentos sociais no campo, sendo pertinente aqui maior reflexão sobre conteúdos importantes na questão alimentar.

Na Introdução da tese já foram inseridos alguns conceitos básicos para nossa reflexão, tais como sobre a fome, a insegurança alimentar e a soberania alimentar apresentados na contextualização histórica, justificativa e problematização. Neste primeiro capítulo, portanto, também se busca aprofundar a discussão dos conceitos fundamentais que substanciam a questão alimentar em foco, um debate que não poderia ser esgotado somente numa seção introdutória.

Este estudo identificou que a alimentação possui mútliplas dimensões, significados e sentidos no tocante à cultura, à saúde, às reivindicações políticas, às práticas cotidianas, às tradições religiosas, entre outros aspectos, seja nas relações interpessoais de cada indivíduo ou seja das relações sociais e históricas de grupos, classes, movimentos, povos, etc. Consoante o Ministério da Saúde (2014; 2012) no Brasil, as definições de "alimentação" e "alimentação saudável" perpassam a compreensão de que:

> Alimentação é mais que ingestão de nutrientes. Alimentação diz respeito à ingestão de nutrientes, como também aos alimentos que contém e fornecem os nutrientes, a como alimentos são combinados entre si e preparados, as características do modo de comer e às dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. Todos esses aspectos influenciam a saúde e o bem-estar. (...) Em face das várias dimensões da alimentação e da complexa relação entre essas dimensões e a saúde e o bem-estar das pessoas, o conhecimento necessário para elaborar recomendações sobre alimentação é gerado por diferentes saberes. (...) O acesso a informações confiáveis sobre características e determinantes da alimentação adequada e saudável contribui para que pessoas, famílias e comunidades ampliem a autonomia para fazer escolhas alimentares e para que exijam o cumprimento do direito humano à alimentação adequada e saudável. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 23)

> Uma alimentação saudável é aquela que reúne os seguintes atributos: é acessível e não é cara, valoriza a variedade, as preparações alimentares usadas tradicionalmente, é harmônica em quantidade e qualidade, naturalmente colorida e segura sanitariamente. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012a, p. 15)

Neste sentido, como esta tese se contextualiza no campo das Ciências Sociais, o olhar para o tratamento deste assunto geral é desde um ponto de vista sociológico, histórico-comparativo e crítico que, portanto, busca comprender as tendências estruturais que incidem na contradição entre as práticas sociais de alimentação e as situações sociais de fome, subnutrição e insegurança alimentar, em uma reflexão a partir das experiências de construção do direito humano à alimentação adequada e saudável (DHANA), que pode ser definido como:

> (...) direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma **vida livre do medo, digna e plena** nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012b, p. 70)

Reconhece-se que a defnição de fome é também mediada por concepções da ordem do senso comum que fomentam compreensões equivocadas e incompletas. A fome e a insegurança alimentar requerem serem entendidas em suas dimensões de problemas sociais coletivos que, sendo violações de direito humano, deterioram as condições das vidas humanas a partir da impossibilidade de acesso à alimentação saudável. Consoante Ricardo Abramovay (1991), acerca da fome, da subalimentação e subnutrição e sobre as contribuições de diferentes áreas científicas na compreensão destes fenômenos sociais, observa-se que:

> A palavra fome tem um significado bem diferente (...). Num caso ela significa apetite, vontade de comer, um fenômeno instintivo, como, por exemplo, a respiração. Sem este instinto não teríamos o impulso, a motivação para nos alimentarmos. (...) Mas como subalimentação, fome é a impossibilidade de comer, de satisfazer este instinto. (...) atenção para uma particularidade do instinto do apetite: diferentemente de todos os outros, este é o **único instinto cuja satisfação exige uma atividade econômica: a produção e a distribuição de alimentos**, seja ela a simples coleta feita por uma tribo do neolítico, ou a produção de salsichas em lata por uma multinacional. (...) as ciências sociais e econômicas procuram responder por que os indivíduos tem fome, e as ciências biomédicas analisam as consequências da subalimentação sobre o organismo humano. (ABRAMOVAY, 19991, p. 10)

Destaca-se a reflexão de Abramovay (1991) de que o instinto do apetite é o único instinto que requer uma atividade econômica para sua satisfação, existinto, portanto, relações sociais de produção e distribuição de alimentos, as quais nos propiciam inferir que a alimentação possui como uma de suas dimensões fundamentais o trabalho. A alimentação como trabalho tem sido pouco discutida na literatura sobre o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável e, na perspectiva que esta tese busca sistematizar, tal reflexão consiste em um elemento fundamental das lutas sociais feministas camponesas populares na construção política da soberania alimentar dos povos e no conjunto das agendas políticas, estudos e práticas sociais para alimentação saudável.

Pode-se compreender a fome, a subalimentação e subnutrição e a insegurança alimentar como diferentes expressões da ausência da alimentação saudável: inanição, regimes alimentares e dietas inadequados, carências e deficiências alimentares quantitativas e qualitativas que caracterizam a fome total e a fome parcial ou específica. A fome é um fenômeno quantitativo

quando a alimentação não supre a quantidade de calorias necessárias ao gasto energético do organismo e também é um fenômeno qualitativo quando há desequilíbrio nas dietas e regimes alimentares por meio da ausência de substâncias como proteínas, vitaminas e minerais que precisam ser absorvidas pelo organismo humano para sua vida saudável (ABRAMOVAY, 1991). Ademais, a fome vai se revelar como um fenômeno social (CASTRO, 2022). Por estes motivos, além da construção política do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável (DHANA), existe a definição da segurança alimentar e nutricional cujo enfoque qualifica mais profundamente este direito, definindo os conteúdos alimentares e nutricionais e as relações sociais que precisam estar plenamente garantidos para a existência de uma realidade social de não violação ao DHANA. Em *"PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição"*, o Ministério da Saúde define:

> Segurança alimentar e nutricional: de acordo com a Lei nº 11. 346, de 15 de setembro de 2006, consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 77)

Assim, consoante a FAO (2023), deve-se reconhecer então que os contextos que não se qualificam como de segurança alimentar e nutricional constituem situações de insegurança alimentar que podem apresentar gradações diferentes, porém, todas igualmente preocupantes e prejudiciais à saúde. As situações de insegurança alimentar grave são aquelas em que uma pessoa não acessa alimentação por um dia dia ou mais; as situações de insegurança alimentar moderada são as situações em que uma pessoa tem a quantidade e qualidade da alimentação comprometida e; a insegurança alimentar leve é quando se identifica incertezas no acesso à alimentação seguinte. Também a partir deste entendimento sobre a existência de diferentes tipos de fome, em suas obras, Josué de Castro interpreta o território brasileiro em cinco áreas alimentares distintas: Amazônica; Nordeste açucareiro; Sertão nordestino; Centro-oeste e Extremo sul. As regiões Amazônica e Nordeste açucareiro sendo definidas como áreas de fome endêmicas, isto é, permanentes. A área do Sertão nordestino foi identificada como área de epidemias de fome e, por último, as áreas Centro-Oeste e Extremo sul como áreas de subnutrição. Pode-se averiguar este conteúdo no mapa abaixo:

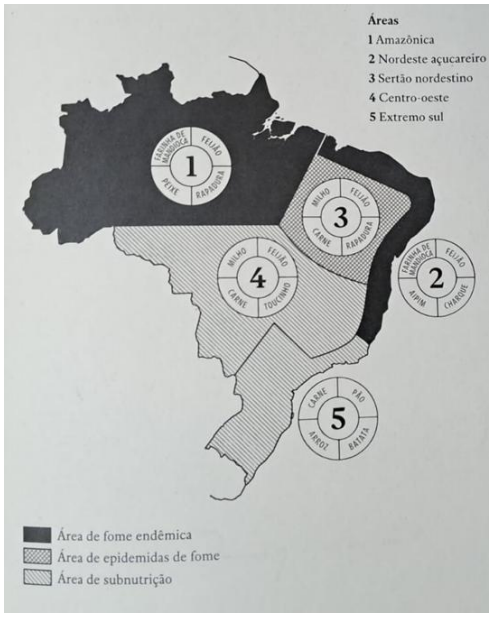


Imagem 04: Mapa de áreas alimentares – Elaborado por Josué de Castro em *"Geografia da Fome"*[36].

A fome, portanto, possui incidências e configurações diferentes nas diversas regiões do Brasil, influenciada pelos biomas em alguns casos, mas, sobretudo, pelo modelo produtivo politicamente definido ao longo dos processos histórico-sociais em cada território, cujo modelo hegemônico tem sido o agrário-exportador, latifundiário e de monocultura.

Desta forma, podemos afirmar que a fome, a subnutrição/subalimentação e a insegurança alimentar são fênomenos sociais (CASTRO, 2022) na medida em que não se limitam à dimensão da vida individual. Possuem uma dimensão como problemas sociais porque são desafios à reprodução da vida humana e social e podem ser causadas por processos e tendências históricas e estruturantes da própria vida social em que os sujeitos, grupos e povos estão inseridos. Vida social esta que não é tampouco reduzível à ordem individual como escolhas, hábitos e capacidades de cada pessoa e nem à ordem da natureza como características biológicas e geográficas do solo e do clima. Ou seja, ainda que possam existir situações de fome cujas causas são de ordem individual e natural, não se pode ignorar as tendências histórico-estruturais de ordem social que também constituem uma relação de causalidade. Conforme definição de Josué de Castro (1984) em *"Fome, um tema proibido":*

> A noção que se tem, correntemente, do que seja a fome é, assim, uma noção bem incompleta, e este desconhecimento por parte das elites europeias, da realidade social da fome no mundo e dos perigos que este fenômeno representa para a sua estabilidade social, constitui uma grave lacuna tanto para a análise dos acontecimentos políticos da atualidade, que se produzem em diversas

[36] Mais informações em: CASTRO, Josué. *Geografia da fome* – O dilema brasileiro: pão ou aço. São Paulo: Todavia, 2022.

> regiões da terra, como no que se refere à atitude que os países da abundância deveriam ter face aos países subdesenvolvidos, permanentemente perseguidos pela penúria e pela miséria alimentar. (...) gostaríamos de tentar apresentar uma visão realista da fome enquanto calamidade social (...) são computados nesta cifra não apenas os casos de fome total, de verdadeira inanição, mas também os casos mais frequentes e muito mais generalizados de fome parcial, de fome oculta ou específica, resultante da carência no regime normal, de certos princípios nutritivos indispensáveis à vida. (CASTRO, 1984, p. 51-52)

Tendo em vista que o problema social da fome pode muitas vezes ser tratado de forma incompleta, para superar esta lacuna é pertinente aprofundar ainda um pouco mais nas contribuições de Josué de Castro (2022; 1984; 1968a; 1968b). Seus trabalhos relacionam-se com os elementos da formação social e histórica dos países da América Latina e Caribe[37], atento a problemas e dilemas que vem sendo abordados por diferentes gerações de autoras e autores latino-americanos; ele foi pioneiro no estabelecimento de conexões entre o tema da fome e o histórico colonial. Em uma passagem que evidencia sua abordagem, Castro (1968a) afirma que:

> A fome reinante nas terras sul-americanas é uma consequência direta do seu passado histórico: da história de sua exploração colonial, de tipo mercantil, desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante, da integridade econômica do continente – o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo das pedrarias, o ciclo do café, o ciclo da borracha, o ciclo do petróleo, etc. Durante cada um desses ciclos, vemos toda uma região absorvendo-se inteiramente no monocultivo ou na monoexploração de um produto, esquecendo tudo o mais e degradando destarte as riquezas naturais e as possibilidades de abastecimento da região. (...) Intimamente ligado a este tipo de exploração agrícola colonial, visando à produção de gêneros para a exportação está o fenômeno do latifúndio agrário. Monocultura e latifúndio constituem dois dos maiores males do continente, que entravam de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, consequentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar. (CASTRO, 1968a, p. 161-162)

Desta forma, dentre os elementos que podemos destacar das reflexões de Josué de Castro está a crítica ao histórico colonial nas Américas, identificando que a exploração colonial assentada em bases da monocultura e do latifundío limitavam concomitantemente o desenvolvimento da agricultura e o abastecimento alimentar, gerando misérias alimentares que acometiam os povos nos territórios colonizados. Portanto, pode-se concluir que tais estruturas

[37] Existe uma discussão importante na literatura da região sobre não invisibilizar a existência dos países do Caribe e, por isso, por exemplo, quando se observa os dados da FAO sobre a região vemos a denominação "América Latina e Caribe", tal como já apresentado nesta tese. Por este motivo, neste trabalho, usa-se "América Latina e Caribe" quando se está falando sobre o conjunto da região, ainda que o enfoque da análise histórico-comparativa seja com Brasil e Argentina, dois países da América do Sul. Não menos relevante, quando utilizamos referências teóricas do pensamento crítico latino-americano como José Martí e Franz Fanon, tal como será visto no Capítulo 3, estamos nos reportando a autores caribenhos.

coloniais, que perduram na sociabilidade capitalista dependente contemporânea na região, são tendências geradoras de fome, subnutrição e insegurança alimentar até os dias de hoje.

Sobre este aspecto da discussão, Renato Maluf (2024) nos ajuda a ampliar ainda mais nossa compreensão sobre o direito humano à alimentação e nutrição adequada e sobre as políticas para alimentação ao conceituar o abastecimento alimentar, o qual evidencia os elos entre direito à alimentação e direito à terra e agroecologia. Em *"Sistemas alimentares multiescalares e a política dos alimentos"*, ele afirma que:

> (...) retorno ao tema do abastecimento alimentar, compreendido como um conjunto complexo de atividades e atores que media o acesso e a produção. Nesses termos, uma política de abastecimento na ótica da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada deve ter a perspectiva de promover a ampliação do acesso a uma alimentação adequada e saudável – à "comida de verdade", se quiserem, "em simultâneo ao apoio a modelos de produção agroalimentar de base familiar e diversificada, com modelos preferencialmente agroecológicos, e culturalmente enraizados" (MALUF, 2024, p. 77)

Neste sentido, vinculando as lutas sociais por terra/ território e alimentação, em sintonia com o pensamento crítico latino-americano, está a crítica de Castro (1968) ao imperialismo e às desigualdades entre os povos ricos e subdesenvolvidos. Castro foi um dos primeiros a identificar e denunciar o papel das relações internacionais de dominação dos povos e seus territórios na reprodução da calamidade social da fome no interior dos países, destacando o significado da mesma também para o surgimento de revoluções sociais. Destacam-se, por exemplo, as seguintes passagens:

> Quanto ao tabu da fome, havia razões ainda mais fortes do que os preconceitos de ordem moral. Razões cujas raízes mergulhavam no escuso mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que semrpe trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome ao panorama intelectual moderno. É que o imperialismo e o comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade. (CASTRO, 1968a, p. 48-19)

> (...) a fome é a mais grave manifestação do pauperismo mundial, gerado pelo progresso econômico defeituosoe agravado pelo círculo vicioso que a miséria impõe: é o círculo da baixa produtividade por falta de energia criadora e do consumo ínfimo por falta de produtividade que venha a criar uma razoável capacidade produtiva. Esta tremenda desigualdade social entre os povos divide economicamente o mundo em dois mundos diferentes: o mundo dos

> ricos e o mundo dos pobres, o mundo dos países bem desenvolvidos e industrializados e o mundo dos países proletários e subdesenvolvidos. Esse fosso econômico divide hoje a humanidade em dois grupos que se entendem com dificuldade: o grupo dos que não comem, constituído por dois terços da humanidade, e que habitam as áreas subdesenvolvidas do mundo, e o grupo dos que não dormem, que é o terço restante dos países ricos, e que já não dormem, com receio da revolta dos que não comem. (...) A explicação reside no fato de que estes povos miseráveis ignoravam até certo ponto a realidade social do mundo e a sua situação diante do panorama mundial. Foi a tomada de consciência desta realidade que os despertou para a luta de reivindicações pelas necessidades básicas da vida." (CASTRO, 1984, p. 72-73)

Não só as obras de Castro são referência no assunto, como a trajetória de vida de Josué de Castro em si, que foi dedicada ao estudo aprofundado do tema e também ao enfrentamento político das mazelas de fome nas mais diferentes regiões do Brasil e do mundo. Sua caminhada abriu portas para o tratamento da fome em diferentes áreas do conhecimento científico, como na saúde, na geografia, na biologia, entre outras, visibilizando o caráter interdisciplinar da questão. Destacadamente, foi protagonista na ampliação desta discussão para a área das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas ao então definir a fome como uma construção humana, social e política que podia ser historicamente superada e não como produto das forças da natureza. Deste modo, o autor contribuiu tanto para o desenvolvimento de mais estudos sobre a questão como também para a formulação de novas agendas políticas voltadas à garantia do direito à alimentação, tal como as conferências e relatórios dos países e da FAO, reconhecendo a escala internacional da questão em pauta. Em *"Geografia da fome: O dilema brasileiro – Pão ou aço"*, Castro (2022) afirma que:

> Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente chamado o da abundância e simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. (...) entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sorrateiramente, mirrando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração. (...) Numas regiões os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de fome crônica; noutras, são mais discretos e tem-se a subnutrição. Procurando investigar as causas fundamentais dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica. (CASTRO, 2022, p. 42-45)

Em *"Geografia da Fome – O dilema brasileiro: pão ou aço"* Castro (2022) explica que é possível, então, identificar regiões de fome mesmo em condições plenamente adequadas para

a produção de alimentos para as famílias e comunidades, evidenciando que a raiz do problema está no projeto produtivo implementado nestas regiões, baseado na monocultura e no latifúndio. Castro (2022) afirma que:

> Descobrindo cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região. (CASTRO, 2022, p. 108)

Isto significou a constatação científica de que a fome era um problema social e, ademais, oriunda dos modelos produtivos e sistemas agroalimentares implementados nas diferentes regiões e biomas dos países, o que promovia as desigualdades econômicas, sociais, políticas e, portanto, também as desigualdades de acesso a viver com saúde.

Consoante Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque e Marcelo José de Souza e Silva (2014) em *"Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde"* ao longo da história existiram diversas concepções de saúde, desde concepções mágicas e religiosas até concepções mais atuais como "ausência de doença" que se mostrou limitada. Hoje em dia, já se compreendeu uma concepção de saúde como estado de completo bem-estar biopsicossocial, isto é, "uma concepção de saúde, fundada no materialismo histórico-dialético (...), entendendo o ser humano como um ser que se produz em sociedade e que (...) impõe sua vontade sobre a natureza de forma teleológica, tornando-a seu corpo inorgânico, que se relaciona dialeticamente com seu corpo orgânico" (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014, p. 954). Assim, considera-se a produção social e histórica do humano e, portanto, a determinação social da saúde como um processo social em constante mudança (não determinista) que abrange os modo de produção, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, não menos importante, também as relações sociais estabelecidas. Devido a esta concepção de saúde é que quando esta tese se debruça sobre o estudo da alimentação saudável, ela também transborda para outros temas - relacionados aos direitos sociais e ao enfrentamento às violências, por exemplo.

> Se entendermos, assim, que saúde significa 'estar vivo e em condição de nos objetivarmos como humanos, de realizarmos em cada um de nós o máximo dentro do que a humanidade já estabeleceu como possibilidade', torna-se evidente que essa objetivação depende não somente da regularidade anatomofuncional do corpo, mas também da possibilidade de aporpriação

> daquilo que a humanidade produziu. Os produtos humanos aos quais estamos nos referindo e dos quais necessitamos para nos objetivermos incluem: alimentos, moradia, educação, meio ambiente, transporte, serviços de saúde, hábitos ou estilos de vida, entre outros, denominados de 'determinantes sociais da saúde'. Segundo a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (2008), tais determinates estariam vinculados aos comportamentos individuais e às condições de vida e trabalho, bem como à macroestrutura econômica, social e cultural. Seriam os 'fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população'. (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014, p. 957)

Deste modo, pode-se compreender que os alimentos são determinantes sociais da saúde assim como as relações sociais de alimentação participam da determinação social da saúde junto com outras relações sociais, econômicas, culturais, políticas, etc. Assim, destaca-se também a abordagem interdisciplinar entre dimensões alimentar, agrícola, agrária/ territorial e ambiental desenvolvida nas análises de Josué de Castro, algo muito inovador no tratamento do tema quando o autor brasileiro escreveu suas obras e muito atual nos dias de hoje, sobretudo, quando se reconhece que os sistemas agroalimentares hegemônicos são um dos fatores das mudanças climáticas (FAO, 2023). Na Argentina, as análises contemporâneas da socióloga Maristela Svampa (2008; 2012; 2019) chegam a um caminho similar sobre tais imbricações das questões territorias e ambientais, destacando os movimentos sociais camponeses, indígenas e sociambientais como instrumentos de reivindicação do território e de luta contra o capital que mercantiliza os bens comuns como a terra, a água, as sementes e os alimentos. Em *"Cambio de época: Movimientos sociales y poder político",* Svampa (2012) afirma que:

> (...) a partir de las nuevas modalidades que ha adoptado la lógica de acumulación del capital, el território aparece en el centro de los reclamos de las movilizaciones y de los movimientos campesinos, indígenas y socioambientales. (...) generalmente se inician com reclamos puntuales, aunque en la misma dinámica tiendem a ampliar y radicalizar su plataforma representativa y discursiva, incorporando otros temas, tales como el cuestionamento a un modelo de desarrollo considerado monocultural y destructivo, y la necesidad de la desmercantilización de los bienes comunes. Em dicho proceso, la construcción de la territorialidad se va cargando de nuevas (re)significaciones y diferentes valoraciones, em contraste com las concepciones generalmente excluyentes que motorizan tanto los gobiernos como las empresas transnacionales. (SVAMPA, 2012, p.98)

Desta forma, os movimentos sociais camponeses, indígenas e sociambientais se contrapõem aos modelos de desenvolvimento das corporações e empresas transnacionais em defesa da desmercantilização dos bens comuns e da autonomia dos camponeses, sendo a

agroecologia um elemento fundamental nesta construção política. No *"Dicionário de Agroecologia e Educação"* (DIAS; STAUFFER; MOURA; VARGAS, 2021) encontramos a seguinte definição de agroecologia, consoante Dominique Guhur e Nívia Regina da Silva (2021):

> A agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política. Pode apresentar uma abordagem restrita, como um campo de cultivo agrícola; considerar um agroecossistema mais complexo, como uma unidade de produção (estabelecimento rural, assentamento de reforma agrária) ou mesmo uma região; abarcar todo o sistema agroalimentar; ou convidar a repensar o metabolismo sociedade-natureza, como parte de um projeto societário. (GUHUR; SILVA, 2021, p. 59-60)

Na perspectiva agroecológica pode-se repensar os modelos de produção de alimentos, os sistemas agroalimentares e os projetos de desenvolvimento dando centralidade à vida e ao cuidado. Em *"Alimentação saudável: Somos o que comemos!"*, as camponesas do MMC, Maria Cavalcanti, Maria Lucivanda Rodrigues da Silva e Noemi Margarida Krefta (2020), nos ensinam que:

> (...) memórias efetivas e afetivas de vivências camponesas, ao longo da história da humanidade, não só contribuíram para a preservação de práticas de alimentação saudável, como, em contextos de necessidades e exclusão, garantiram o sustento das famílias. (...) A agroecologia tem as sementes crioulas como metáforas que sinalizam para a possibilidade da vida, em que a alimentação saudável e toda sua contribuição para com o cuidado ambiental ganham sentido na vida das mulheres e da população do campo, hoje preocupada com a plenitude da vida. (...) A preocupação com as questões ambientais, com a perda da diversidade alimentar e com a destruição da biodiversidade que dificulta a vida do planeta ganha lugar de destaque na vida das camponesas. Mesmo nos tornando repetitivas, queremos reafirmar que, no MMC, a agricultura camponesa agroecológica tem como centralidade o cuidado com o ambiente e a amplitude das questões ambientais, compreendidas por nós como necessárias para que a vida seja plena. (CAVALCANTI; SILVA; KREFTA, 2020, p. 111-113).

Portanto, entende-se que as violações do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável são problemas sociais persistentes na América Latina, mas existem caminhos de luta social e construções políticas que questionam o sistema agroalimentar hegemônico rumo a projetos de desenvolvimento saudáveis e sustentáveis, tal como os oriundos das resistências, saberes e práticas sociais feministas camponesas e populares.

1.2 O sistema agroalimentar hegemônico a partir da Revolução Verde

"Morreremos nossas mortes
nas florestas tropicais,
fertilizando e florescendo
nosso corpo-território"
Txai Suruí

No cenário internacional haviam concepções antagônicas acerca da questão alimentar mundial. No âmbito das instituições multilaterais financeiras - o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial -, o acesso à alimentação não se daria num projeto político de garantia de políticas e direitos sociais, conforme vem sendo discutido nesta tese, mas poderia ser oportunizado pelo desenvolvimento do mercado de alimentos, ampliando a produção e comercialização em larga escala e padronizada. Na agricultura promovia-se o uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos em um modelo que ficou conhecido como o da Revolução Verde, conforme discussão já iniciada na Introdução. Nesta seção do primeiro capítulo da tese busca-se aprofundar a reflexão no sentido de evidenciar o surgimento de um sistema agroalimentar hegemônico deletério à saúde e ao meio ambiente. Face ao desafio, movimentos, povos e comunidades buscam implementar alternativas, como a construção de novos sistemas alimentares mais justos, baseados, por exemplo, em mercados locais e nas dinâmicas da economia solidária. Em Renato Maluf (2024) encontramos a seguinte definição para o conceito de sistemas agroalimentares que destaca a existência de conflitos e não apenas a ideia de concatenamentos harmônicos de atividades e cadeias alimentares:

> Há um uso generalizado de enfoques sistêmicos que se diferenciam pela própria conceituação de sistema e, consequentemente, no seu delineamento e caracterização. É bastante comum a intenção de colocar muita coisa junta e chamar o conjunto de "sistema", como, por exemplo, em análises dos múltiplos determinantes de determinado fenômeno ou evento. Igualmente comum são os usos da noção de sistema para abranger a integração de atividades associadas a produtos ou modos de produzir, como nas denominações sistemas agroalimentares ou agroindustriais, quase sempre referindo-se mais propriamente a cadeias agroalimentares ou agroindustriais. De todo modo, são enfoques distintos com aplicações também distintas sem que isso constitua um problema a exigir padronização. Não obstante, penso que, para falar de sistema, requer-se, desde logo e obviamente, a presença ou a identificação de dinâmicas propriamente sistêmicas (Maluf, 2021). Além disso, em nosso caso, o enfoque sistêmico em hipótese alguma significa mero concatenamento de atividades com funcionamento harmônico, muito menos qualquer sentido de circularidade, já que, não raro, a ideia de sistema sugere complementaridades em equilíbrio. Em nossa abordagem, sistemas envolvem, sem dúvida, interdependências entre as atividades neles envolvidas, mas também conflitos em que se manifestam assimetrias e hegemonias. (...) Outra

> característica da nossa abordagem de sistemas alimentares que a diferencia das demais reside no fato de ela estar centrada nos alimentos (bens alimentares) e na alimentação (modo como os bens são apropriados). Não é possível separar essas duas dimensões, isto é, falar dos bens sem pensar em como eles são apropriados, ou falar da alimentação sem considerar de que bens ela é composta. Assim, nossa abordagem dos sistemas alimentares tem como porta de entrada o acesso aos alimentos e à alimentação, portanto, o consumo e seu aprovisionamento para, a partir daí, ampliar a lente na direção de abranger os atores, atividades e dimensão socioespacial relevantes para compreender as formas de acesso aos alimentos, padrões de consumo e o abastecimento alimentar. (MALUF, 2024, p. 73-74)

Deste modo, nesta tese compreende-se que a abordagem dos sistemas alimentares permite pensar alternativas populares a partir do reconhecimento dos limites nos modelos, sistemas e projetos de desenvolvimento hegemônicos. Dentre os efeitos diretos do sistema agroalimentar hegemônico está o fato de que na indústria e no comércio expande-se a produção de alimentos ultraprocessados e refinados, os quais têm altas dosagens de gorduras e açúcares e são deficitários em proteínas, vitaminas e minerais. Tratam-se de "comestíveis" altamente calóricos e simultaneamente geradores de doenças crônicas, sobrepeso e obesidade, anemia e desnutrição que já são todas asociadas a formas de má alimentação presentes em áreas rurais e urbanas. Consoante Catia Grisa (2024), este cenário implica a configuração de uma sindemia global, resultante simultaneamente dos efeitos das pandemias de fome e de obesidade e das consequências das mudanças climáticas. Em *"Sistemas alimentares, cidades e capacidades estatais"* (GRISA, 2024), ela afirma que:

> (...) gostaria de destacar a publicação, em 2017, do painel de Especialistas em Sistemas Alimentares (IPES-Food), quando mencionou que as cidades estavam frente a um dos problemas mais urgentes dos nossos tempos: a alimentação. Os autores argumentavam em torno do crescimento da urbanização, da continuidade do problema da fome, da má alimentação e da reprodução de práticas insustentáveis. Em 2019, The Lancet Commission publicou um documento apontando que o cenário era mais grave, confi gurando uma **sindemia global, resultante das pandemias da fome, da obesidade e das mudanças climáticas** (Swinburn *et al*., 2019). Cinco anos depois, com a continuidade dos problemas e a pandemia da covid-19, a situação é ainda mais grave. Todos os indicadores sinalizam para o aumento da fome no mundo, incremento da obesidade no Brasil (há projeções de que em 2035 vamos ter 41% da população obesa no país) e agravamento das mudanças climáticas. Em 2022, a United Nations Human Settlements Programme também publicou um relatório, afi rmando que um dos problemas gravíssimos que a humanidade tem pela frente é como as cidades vão lidar com a alimentação (UN-Habitat, 2022). Isso porque projeções indicam que, em 2050, vamos alcançar uma taxa de urbanização de 68% no mundo, e isso tem implicações no abastecimento das cidades (80% do consumo dos alimentos se dá nas áreas urbanas), na distribuição dos alimentos nas cidades (com os seus desafi os em termos de desertos e pântanos alimentares), no

> tratamento dos dejetos (as cidades produzem 70% do lixo) e no enfrentamento às mudanças climáticas. (GRISA, 2024, p. 83-84)

Destarte, no cotidiano das sociedade nacionais, sob o avanço dos programas neoliberais e a desidratação do Estado a seu paradigma dos mínimos sociais (PEREIRA, 2011) a cidadania era cada vez mais substituída pela integração social via consumo e não via garantia de direitos, de modo que o acesso aos alimentos era a quem por eles podia pagar (ABRAMOVAY, 1991). Consoante Sérgio Sauer (2010), a Revolução Verde deve ser compreendida no contexto da questão agrária na formação social brasileira e latino-americana. Em *"Terra e modernidade: A reinvenção do campo brasileiro"*, ele escreve:

> As questões relacionadas com a terra e a exploração de seus habitantes fazem parte da história da América Latina desde que os primeiros colonizadores aportaram no continente. Estas questões ganharam relevância e ênfases diferenciadas ao longo desta história, influenciando a própria produção teórica sobre os problemas e perspectivas do campo. (...) Inclusive, a resistência da população rural aos processos de modernização, expropriação e exclusão, tem mantido o meio rural (...) na agenda política nacional, forçando reflexões e novas interpretações do real. Estas questões adquiriram, no entanto, uma perspectiva nova a partir dos anos de 1950 e 1960, quando os programas de modernização agropecuária começaram a ser implantados através da chamada Revolução Verde na América Latina e de seu consequente "processo de modernização conservadora" no Brasil (Silva, 1994). (...) Estas mudanças foram realizadas basicamente através de pesados investimentos governamentais no setor industrial, (...). O principal instrumento, utilizado pelo Estado para promover esta transformação, foi o crédito agrícola subsidiado que capitalizou os grandes proprietários, possibilitando a crescente incorporação de insumos industriais na produção agropecuária. (SAUER, 2010, p. 28-29)

Portanto, destaca-se os elementos das expropriações e desumanizações que fazem parte da formação social e histórica dos países latino-americanos sendo reatualizadas nos modelos produtivos da Revolução Verde. Identifica-se que justamente no período entre as duas metades do século XX, em que Josué de Castro escrevia sobre a geografia da fome (primeira publicação em 1946) e sobre a geopolítica da fome (primeira publicação em 1951), a modernização conservadora se enredava no campo brasileiro e latino-americano, capturando os orçamentos públicos para o financiamento da expansão do modelo produtivo agro-exportador, latifundiário e de monocultura que vinha engendrando a fome social coletiva das populações. Neste sentido, durante a segunda metade do século XX em que emergia a Revolução Verde, não apenas o Estado esteve ausente da garantia da proteção social da população com políticas e direitos para acesso à alimentação e à terra como também fortaleceu justamente um projeto político antagônico às necessidades sociais básicas dos povos e comunidades. Em *"Geopolítica da*

Fome", Josué de Castro (1968b), escreveu que "o fenômeno universal da fome" esteve presente, assim como a guerra, desde o princípio da história da humanidade, porém, denunciou que a guerra tem sido exaltada pelas teorias científicas como um valor recorrente na política enquanto a fome e a necessidade de alimentos é tratada como uma questão tabu, invisibilizada e negligenciada.

> A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia. (...) Quais as razões ocultas desta quase abstenção de nossa cultura em abordar o problema da fome, em estudá-lo mais a fundo, não só no seu aspecto estrito de sensação - impulso e instinto que tem servido de força motriz à evolução da humanidade – como em seu aspecto mais amplo de calamidade universal? (...) o silêncio tem sido ainda mais opressor. (...) em seguida às grandes fomes, os sobreviventes permanecem destroçados pelo resto de suas vidas, (...) ela constitui a mais efetiva e constante causa de guerras e o mais propício preparo do terreno para a eclosão das grandes epidemias. (...) Da guerra, sempre se falou em voz alta sobre suas gloriosas virtudes seletivas, chegou-se mesmo a compor hinos e poemas (...) procurou-se mesmo demonstrar à luz de teorias científicas, a necessidade de sua existência de acordo com uma suposta lei natural da vida. Desta forma, a guerra tornou-se um *leitmotiv* do pensamento ocidental, enquanto que a fome continuou a ser olhada como uma sensação, cujas repercussões não deveriam ir além dos domínios do subconsciente, uma vez que a consciência lhe fechava as portas. (CASTRO, 1968a, p. 45)

Castro (1968) nos coloca a seguinte questão: Como o enfrentamento à fome poderia ser prioridade no cenário internacional face ao ensejo da guerra promovida pelos Estados, se as mesmas tecnologias que foram desenvolvidas pela indústria bélica estavam agora sendo adptadas para a industrialização da agricultura em moldes destrutivos das condições de saúde e sustentabilidade ambiental? Na encruzilhada civilizatória entre um projeto político de desumanização e extermínio ou de afirmação de direitos e respeito à dignidade da pessoa humana e dos povos, vivem-se as consequências da hegemonia de um sistema agroalimentar global e neoliberal cuja centralidade não é a garantia dos meios de vida mas a acumulação privada de lucros destituída de limites éticos. Em Sauer (2010), encontra-se que:

> As mudanças da base tecnológica ocorreram através da introdução de inovações químicas e biológicas na agricultura, sendo que a utilização maciça de fertilizantes químicos e pesticidas permitiu ampliar a produção agrícola monocultora em grande escala. Complexos industriais, construídos para a produção de armas químicas, passaram a produzir insumos para o setor agrícola, permitindo um processo crescente de artificialização da produção e das formas de cultivo (Silva, 1994). A introdução recente de novas biotecnologias, especialmente de engenharia genética, na produção agropecuária representa um aprofundamento deste sistema implantado pela Revolução Verde. Não há mudanças significativas na lógica de produção, nem no processo de artificialização da agricultura e da natureza. Ao contrário, há um aprofundamento da abordagem reducionista, com um processo produtivo

> baseado no uso intensivo de produtos e fertilizantes químicos (Cordeiro, 1999) e em uma lógica antibiodiversa (monocultura).” (SAUER, 2010, p. 146)

Escrevendo sobre esta mesma questão, Jan Douwe van der Ploeg (2008) em *“Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”* vai além de identificar a existência de um sistema agroalimentar mediado por relações de dominação imperialistas tal como já havia sido denunciado Josué de Castro (1968) em *“Geopolítica da Fome”* e define a economia política da agricultura empresarial atual como verdadeiros impérios alimentares:

> De acordo com Colás, a expansão, a hierarquia e a ordem são “características comuns à maioria dos impérios históricos” (...), elas também servem para caracterizar os imperíos alimentares atuais. (...) dificilmente se ligam a outros domínios (tais como a agricultura e o consumo de alimentos) através de intercâmbios e cooperação. Na verdade, as ligações entre esses elementos são estruturadas através da expansão e apropriação. (...) Os impérios alimentares são expressões integrais do Império como modo de ordenamento e governança. Por outras palavras, o Império se desenvolve não só nas lutas pelo petróleo no Afeganistão, Irã, e Iraque em em outras regiões de conflito do globo; ele também se manifesta na agricultura, no processamento e consumo de alimentos e na conservação da natureza. As consequências do Império não se manifestam apenas nos muitos bairros degradados da América Latina e nos padrões de má nutrição associados. Elas também estão presentes na reestruturação da agricultura europeia, nas taxas de obesidade ou nos riscos desconhecidos associados à engenharia genética e à inclusão generalizada de OGMs na alimentação. (PLOEG, 2008, p. 264)

Desta forma, Ploeg (2008) afirma que os impérios alimentares contemporâneos são expressões do Império na ordem social e, em sua obra, também argumenta a importância da autonomia e do princípio camponês como resposta:

> Como foi referido anteriormente, **o “princípio camponês” é uma noção emancipatória**. (...) tal como o princípio camponês está enraizado na condição camponesa, da mesma forma ele a ultrapassa. **Mesmo quando as circunstâncias diretas implicam privação e desespero, o princípio camponês contém esperança. A esperança de que, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas e/ou lutas abertas, o progresso pode ser construído.** O princípio camponês permite que os atores envolvidos ultrapassem as imediações do contexto. (...) consiste em enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente, (...) sintetiza o roteiro que projeta os camponeses ao longo do tempo: ele liga o passado, o presente e o futuro. (...) também diz respeito à subjetividade – indica que as visões do mundo particulares e os cursos de ação associados são importantes. Ele salienta o valor e a satisfação de trabalhar com a natureza viva, de ser relativamente independente, da artesanalidade (...) se centra na confiança nas suas próprias qualidades e descobertas. (...) O **princípio camponês é agora impulsionado e acionado como uma resposta ao**

> **Império**. Essa nova relação transforma o princípio camponês em uma negação multifacetada do Império. Ele inspira e informa a resiliência e a resistência múltipla, e também permite que as pessoas comuniquem – mesmo quando é necessário ultrapassar grandes diferenças culturais e lingüísticas. (...) Enquanto o roteiro da agricultura empresarial falha cada vez mais na definição de uma trajetória de desenvolvimento e sobrevivência convincente, **o princípio camponês, com seu enfoque na construção de uma base de recursos autônoma e autogovernada**, especifica formas de progressão. Isso acontece especialmente sob as condições atuais, extremamente adversas. Assim sendo, cada vez mais partes do mundo social e do mundo natural implícitas na agricultura são reordenadas de acordo com a lógica subjacente à condição camponesa e ao modo camponês de fazer agricultura. No nível do setor em geral, isso se traduz na recampesinização crescente. (...) ele se torna um símbolo que funciona na sociedade em geral. (PLOEG, 2008, p. 299-301)

A partir do olhar à formação sócio-histórica dos países latino-americanos, o colonialismo, a escravatura e o latifúndio cumpriram papel significativo no delineamento das relações sociais. Enquanto o outro lado do espelho da modernidade, estas relações e formas sociais de colonialidade (QUIJANO, 2005) e dependência (FERNANDES, 1975) estruturaram projetos de desenvolvimento e progresso técnico-científico profundamente violentos para os grupos sociais em situação de pobreza e desigualdade, que sofrem sem reforma agrária, moradia seja no campo ou na cidade, demarcação de territórios indígenas e quilombolas, falta de seguridade social de qualidade, entre outras violações de direitos. Trata-se de uma vida social bastante autoritária e excludente, onde até recentemente mulheres, indígenas, negros e analfabetos rurais e urbanos sequer podiam votar e, onde houve longas décadas de ditaduras militares com suspensão de direitos civis e políticos. Desta forma, a maior parte da população nas sociedades nacionais latino-americanas experiencia a falta de condições sociais para participação democrática nas decisões políticas sobre sua própria realidade de vida, inclusive no tocante às decisões alimentares. Este é o contexto histórico da fome como um problema social histórico estrutural e como uma das expressões mais perversas da questão social nas periferias da globalização neoliberal (SANTOS, 2000). Assim, as lutas sociais feministas camponesas populares e pela soberania alimentar dos povos afirmam a centralidade da autonomia de mulheres e camponeses, da autodeterminação dos povos em seus territórios, da participação popular e do direito a decidir sobre os modos e meios de vida (SEIBERT, 2019).

A lógica de mercantilização e financeirização dos bens comuns da natureza e dos alimentos gera escassez e submete parte da humanidade ao sofrimento da subnutrição e da insegurança alimentar e nutricional, sobretudo, de forma agravada nas conjunturas de avanço dos governos conservadores, que reduzem os orçamentos públicos das políticas sociais a cada crise nas taxas de lucro do capital. Ou seja, compreende-se que é parte das contradições sociais

da sociabilidade capitalista, patriarcal, racista e imperialista o problema da fome, como uma das expressões da situação de pobreza e de desigualdade vivenciada pela maior parte da população mundial. Trata-se de um problema social e não apenas técnico, sendo decorrente da produção social da escassez, da má distribuição de terras e alimentos e da má qualidade da comida que vem sendo assegurada – o que reforça a importância de pensar não apenas a segurança alimentar e nutricional, mas também a soberania alimentar dos povos.

A compreensão da Revolução Verde e da modernização conservadora que engendrou o surgimento de um sistema agroalimentar hegemônico feito de misérias alimentares, propicia justamente perceber ao menos dois aspectos: 1. é o próprio desenvolvimento técnico e científico destituído de valores éticos que estabelece as condições de produção e reprodução social ampliada do sistema agroalimentar hegemônico e, portanto, da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar e; 2. esta lógica contribui para a acumulação privada de lucros, poder e prestígio nas elites capitalistas, financeiras e latifundiárias, que necessita dos orçamentos, legislações e aparatos jurídicos e militares dos Estados-nações.

Ou seja, estudar as alternativas locais em experiências, lutas sociais e construções políticas para alimentação, acesso à terra e a modelos agroecológicos desponta como central para solucionar o dilema latino-americano da fome e da desigualdade de acesso à terra vividas por suas populações. Por isso, o debate social por alternativas foi se tornando mais complexo ao longo do tempo, até a discussão sobre a soberania alimentar dos povos que tem sido protagonizada pelas camponesas e camponeses desde a década de 1990. A soberania alimentar dos povos problematiza as relações produtivas e seus impactos socioambientais, os limites de justiça social, de controle democrático e de participação e diálogo social nas decisões políticas sobre produção e distribuição de alimentos em cada território (STÉDILE; CARVALHO, 2012). No atual estágio de desenvolvimento produtivo, tecnológico e científico, não falta a oferta da comida como mercadoria, mas, falta democratização do acesso aos bens comuns da natureza (terra, alimentos, sementes, água limpa etc.) e às riquezas e tecnologias socialmente desenvolvidas pela humanidade, as quais são fundamentais à saúde e ao bem viver.

1.3 Trajetória da agenda política internacional para o DHANA, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos

"Quando o dia da paz renascer, quando o sol da esperança brilhar, eu vou cantar
Quando o povo nas ruas sorrir e a roseira de novo florir, eu vou cantar
Quando as cercas caírem no chão, quando as mesas se encherem de pão, eu vou cantar."
Zé Vicente - Utopia

Previamente à pesquisa de campo junto às mulheres em movimentos sociais no Brasil e na Argentina, foi empreendida uma análise documental sobre o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos na agenda política internacional, construindo um quadro com eventos considerados pertinentes mas aos quais, muitos outros acontecimentos poderiam ainda ser agregados.

Quadro 02: Eventos históricos na trajetória da agenda política internacional para o direito humano à alientação e nutrição adequada e saudável; segurança alimentar e nutricional e; soberania alimentar dos povos.

Ano	Evento internacional
1944	Acordo de Bretton Woods – Criação dos organismos internacionais multilaterais financeiros: FMI, BM e GATT
1945	Criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), entre outros organismos internacionais multilaterais políticos e agências globais ao fim da Segunda Guerra Mundial.
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos.
1959	Revolução Cubana.
1963	Criação do Codex Alimentarius (Food Code) e de sua respectiva Comissão pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O Brasil é membro do Programa Codex Alimentarius desde 1968.
1966	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PDESC). Criação do Direito Humano à Alimentação Adequada no regime internacional de direitos humanos. Ratificado no Brasil em 1992.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo). Declaração da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo). Reconhecimento do direito ambiental na agenda internacional, enfatizando os impactos das grandes empresas na poluição e contaminação do meio ambiente e também a possível finitude dos bens da natureza.
1974	Criação do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA).
1979	Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento
1985	Criação do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC). Composto por Estados Parte e entidades da sociedade civil, elaborando informes paralelos com recomendações desde seus pontos de vista. Importante espaço de incidência política internacional para estas entidades.
1989	Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (C169), a qual definiu o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.
1989	Convenção sobre os Direitos das Crianças. Reconhecimento das necessidades nutricionais específicas na infância e maternidade.
1989	Consenso de Washington. Queda do Muro de Berlim.
1989	I Encontro da Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular

1991	Dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92 ou RIO-92). Criação da Agenda-21, da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) vinculada ao ECOSOC, da Comissão da ONU para a Diversidade Biológica e da Comissão da ONU de Combate à Desertificação.
1993	I Conferência Internacional de *La Via Campesina*
1994	I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC)
1995	Criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).
1996	Cúpula Mundial da Alimentação. Criado o Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre Alimentação e o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Sistemas de Informação e Cartografia sobre a Insegurança Alimentar e Vulnerabilidade (SICIAV). Publicada a Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial.
2001	Fórum Mundial de Soberania Alimentar em Cuba
2002	Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a aAlimentação (FAO), em Roma, Itália.
2003	30ª do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC). Fórum Social Mundial (Brasil). Lançamento da *Campanha Internacional da La Via Campesina "Sementes Patrimônio dos povos a serviço da humanidade".*
2004	Aprovadas pelo Conselho da FAO as "Directrizes voluntárias en apoyo de la realización progresiva del derecho a una alimentación adecuada en el contexto de la seguridad alimentaria nacional". Marco de transição entre o período de elaboração de diretrizes comuns para o período de implementação de diretrizes comuns a nível nacional.
2006	32ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). Divulgação dos documentos da FAO "El derecho a la alimentación en la practica: Aplicación a nivel nacional" e "Las directrizes sobre el derecho a la alimentación: Documentos informativos y estudios de casos".
2006	2ª Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, FAO/ONU.
2007	Fórum Mundial de Soberania Alimentar de Nyeleni em Moçambique e sua respectiva Declaração pelos movimentos sociais articulados internacionalmente na *La Via Campesina.* Marco da construção política do princípio da soberania alimentar. Criação da Declaração das Mulheres pela Soberania Alimentar (27 de fevereiro de 2007 – Nyeleni).
2009	Publicação do documento "Direito à alimentação e acesso à justiça: Exemplos em nível nacional, regional e internacional" (FAO).
2012	Conferência RIO+20.
2015	Acordo de Paris. Estabelece metas de redução de desmatamento e emissão de gases de efeito estufa para os países.
2018	Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos das Camponesas, Camponeses e Outras Pessoas Que Trabalham em Áreas Rurais.
2021	Cúpula dos Sistemas Alimentares (Food Systems Summit – FSS). Conferências de ministros da Agricultura das Américas e do Programa "Solos Vivos das Américas" junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
2022	Aprovação do Acordo de Livre Comércio União Europeia – Mercado Comum do Sul (ALC UE – Mercosul). Ainda a ser ratificado pelo parlamento europeu, prevê redução de tarifas para o comércio exterior e simplificação em procedimentos de aprovação em segurança alimentar.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Neste sentido, cabe destacar que foi durante a primeira metade do século XX, nos contextos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, que o termo *segurança alimentar* passou a ser utilizado, de forma relacionada à ideia de *segurança nacional*, uma vez que os países envolvidos nos conflitos militares se tornavam mais vulneráveis às ameaças da guerra quando dependiam de fornecimento externo de alimentos. Portanto, não apenas na industrialização da agricultura as tecnologias dos armamentos químicos incidiram na conformação de um sistema agroalimentar hegemônico (SAUER, 2010), mas a trajetória da segurança alimentar e

nutricional está desde sua origem relacionada às dinâmicas bélicas internacionais e geopolíticas nos territórios nacionais e dos povos. Do entendimento restrito da segurança alimentar como questão de abastecimento alimentar insuficiente em tempos de conflito e crises internacionais, após a Segunda Guerra Mundial já começou a ocorrer algumas mudanças. Desdobrou-se a incorporação política de novas dimensões necessárias à compreensão e tratamento da pauta da alimentação para além dos contextos dos confrontos militares. Consoante a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), na pesquisa *"O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional"* (2013):

> A questão alimentar e nutricional está relacionada com diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, razão pela qual sua concepção ainda é assunto debatido por variados segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo. Além disso, o conceito evolui à medida que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o termo segurança alimentar passou a ser utilizado na Europa. Nessa época, o seu conceito tinha estreita ligação com o de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares. No entanto, o conceito ganha força a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, em especial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. (ABRANDH, 2013, p. 11)

Assim, no desenrolar deste processo, desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1945, passa-se a discutir internacionalmente o acesso à alimentação não apenas como uma necessidade de autossuficiência dos países no abastecimento alimentar de suas sociedades, mas também em termos de assistência humanitária e, posteriormente, como um direito, sobretudo, a partir da concepção do *Direito Humano a Alimentação Adequada* (DHAA). Durante uma primeira fase da agenda internacional do direito à alimentação, no âmbito do Programa Mundial de Alimentos (PMA), entendia-se no cenário internacional que os problemas de insegurança alimentar dos povos seriam solucionados por meio da lógica de aquisição de alimentos produzidos em países centrais para doação humanitária aos países periféricos.

No entanto, a partir da construção de políticas sociais voltadas à segurança alimentar e nutricional a partir da produção da agricultura familiar e camponesa de base local, há uma significativa mudança para o desenvolvimento de programas de abastecimento alimentar de âmbito local, regional e nacional. Denominado *"Purchase for Progress"* (P4P), a agenda internacional em torno desta nova perspectiva estava em consonância com os mais recentes

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que atualizaram os primeiros Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). No período histórico das primeiras décadas do século XXI, portanto, ocorreram mudanças significativas no debate internacional e na situação social de segurança alimentar e nutricional da população dos países em desenvolvimento, com destaque para o fortalecimento das relações internacionais de cooperação e integração regional em torno desta agenda na América Latina e na África, cumprindo o Brasil um importante papel de agente dinamizador da pauta que ganhou relevância como estratégia de inserção internacional do país. Consoante ABRANDH (2013):

> De fato, a fome que persiste e assola diversas regiões do planeta é determinada pela falta de acesso à terra para produção ou pela insuficiência de renda para comprar alimentos – ou seja, é o resultado da injustiça social vigente e não da falta de produção de alimentos. Atualmente, dados da FAO informam que aproximadamente 870 milhões de pessoas sofrem de fome crônica no mundo. Isso significa que uma em cada oito pessoas não tem acesso à alimentação saudável e adequada no seu dia a dia (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2012). (ABRANDH, 2013, p. 12)

Conforme vivenciamos a incorporação do direito à alimentação ao regime internacional, a erradicação da fome foi também reconhecida como ponto fundamental para os projetos e planos de desenvolvimento dos países. Nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, estão atrelados os enfoques da erradicação da fome e do fomento à agricultura sustentável, reconhecendo a intersetorialidade das políticas para alimentação que passou a dialogar fortemente também com a área da saúde. Podemos afirmar que no último século ocorreu, então, uma ampliação significativa do tema da alimentação em torno do desenvolvimento do conceito de *segurança alimentar e nutricional*, de modo que em parte significativa da literatura especializada utiliza-se o termo *Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada e Saudável (DHANA)* abordando: a qualidade e o valor nutricional dos alimentos; as diversidades e disponibilidades regionais da comida em cada bioma e cultura alimentar; os vínculos ancestrais, saberes tradicionais e significados sociais da relação humana com os alimentos, etc. Este processo de ampliação do sentido do tema pode ser identificado nos dias de hoje já incorporado em documentos públicos e oficiais das sociedades nacionais, posto que é expressão do próprio desenvolvimento dos acúmulos científicos, políticos e culturais sobre alimentação. Por exemplo, no *"Guia Alimentar para a População Brasileira"*, o Ministério da Saúde (2014) elucida que:

> Em face das várias dimensões da alimentação e da complexa relação entre essas dimensões e a saúde e o bem-estar das pessoas, o conhecimento necessário para elaborar recomendações sobre alimentação é gerado por diferentes saberes. Conhecimentos gerados por estudos experimentais ou clínicos são importantes para a formulação de recomendações sobre alimentação na medida em que fornecem a base para se entender como diferentes componentes dos alimentos interagem com a fisiologia e o metabolismo. Graças a esses estudos, sabemos sobre as várias funções dos nutrientes no organismo humano (...) destacando-se a presença de compostos com propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias em alimentos como frutas, legumes, verduras, castanhas, nozes (...). Estudos populacionais em alimentação e nutrição são essenciais para determinar a relevância prática de conhecimentos obtidos por pesquisas experimentais e clínicas (...), combinados a estudos antropológicos provém preciosas informações sobre padrões vigentes de alimentação, sua distribuição social e tendência de evolução. Essas informações são essenciais para assegurar que recomendações sobre alimentação sejam consistentes, apropriadas e factíveis respeitando a identidade e a cultura alimentar da população. Padrões tradicionais de alimentação, desenvolvidos e transmitidos ao longo de gerações, são fontes essenciais de conhecimentos para a formulação de recomendações que visam promover a alimentação adequada e saudável. Esses padrões resultam do acúmulo de conhecimentos sobre as variedades de plantas e de animais que melhor se adaptaram às condições do clima e do solo, sobre as técnicas de produção que se mostraram mais produtivas e sustentáveis e sobre as combinações de alimentos e preparações culinárias que bem atendiam à saúde e ao paladar humanos. O processo de seleção subjacente ao período de desenvolvimento dos padrões tradicionais de alimentação constitui verdadeiro experimento natural e, nesta qualidade, deve ser considerado (...). (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 20-21)

Deste modo, foi se consolidando na comunidade científica e na comunidade política internacional o tratamento do tema da alimentação sob um prisma interdisciplinar que envolvia diversos acúmulos de áreas científicas e experiências culturais dos povos. Ademais, avançou-se também no entendimento de que a abordagem política adequada seria pelo caminho da intersetorialidade das políticas públicas, não só de produção e comercialização agroalimentar, mas também de saúde, assistência social, cultura, educação, entre outras.

Outro passo fundamental nesta trajetória é o princípio da soberania alimentar dos povos, o qual se consolida na agenda política internacional de direitos humanos em 2018, com a *Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Camponesas, Camponeses e Outras Pessoas Que Trabalham em Áreas Rurais*, sendo fruto de um longo processo histórico-social de construção política de movimentos sociais, comunidades e povos do campo. Trata-se de um momento importante do protagonismo e da demonstração da capacidade de incidência política dos movimentos sociais, comunidades e povos do campo em escala internacional.

No contexto da V Conferência Internacional da *La Via Campesina,* em 2008, em Moçambique, a Via Campesina publicava o caderno de estudos *"Documentos políticos de La Vía Campesina"* no qual reunia suas declarações políticas prévias e suas análises de conjuntura internacionais – as quais subsidiaram os debates daquela atividade. Ali se encontra a afirmação de que a *La Via Campesina,* até aquela data, era uma entidade com 148 organizações campesinas de 68 diferentes países, distribuídos em todos os continentes do globo. Um dos documentos que se pode ler é *"Derechos Humanos: Hacia una Convención Internacional sobre los Derechos de los Campesinos y las Campesinas"*, em que explicam os motivos pelos quais se fazia necessária a aprovação de uma declaração específica, posto que ainda que os direitos humanos sejam universais, pouco se vinha atentando para as violações de direitos vivenciadas pelas camponesas e camponeses:

> Los derechos humanos incorporan las visiones de la gente oprimida y su deseo por la liberación. Muchas de las lutas libertadoras (de esclavos, de mujeres) fueron llevadas a cabo para romper las cadenas de la opresión (...) Los instrumentos de los Derechos Humanos proporcionan unos médios que facilitan la eliminación de la opresión. Estos instrumentos intentan cobrir todos los aspectos de la vida humana. De hecho, estos instrumentos existen para que el oprimido defienda u obtenga sus niveles humanos de vida em situaciones de opresión. La Vía Campesina há llamado la atención sobre el hecho de que el sistema internacional de los derechos humanos no há prestado la suficiente atención a la promoción de los derechos humanos del campesinato. Aunque los critérios y procedimentos de la ley internacional sobre derechos humanos se suponen universales, em la práctica el sistema de los derechos humanos em gran parte ha ignorado las violaciones de los derechos humanos de los campesinos/as. Otros movimientos sociales tales como el movimento de las mujeres y la gente indígena también han desafiado el sistema internacional de los derechos humanos. Los instrumentos existentes de derechos humanos de la ONU no han podido prevenir totalmente las violaciones de los derechos humanos de los campesinos/as. El Pacto Internacional de Derechos Econõmicos, Sociales y Culturales demuestra limitaciones em cuanto a la protección de los derechos de los campesinos. Además de esto, la Carta de los Campesinos emitida por la Conferencia Internacional sobre Reforma Agraria y Desarrollo em 1979 no pudo proteger a los campesinos y campesinas de las políticas Internacionales de liberalización. Otros instrumentos como la Convención n. 169 de la OIT, la clausula 8-J de la Convención Sobre Biodiversidad, o el Protocolo de Cartagena no se han puesto em practica. (LA VIA CAMPESINA, 2009, p. 187-188)

Nota-se que, em 2009 o movimento agrário transnacional *La Via Campesina*, atuando em rede e em escala internacional, publicava entre seus documentos políticos a reivindicação de uma conferência e de uma declaração específica para os direitos humanos das camponesas e

camponeses, logo após sua V Conferência Internacional realizada no continente africano em 2008, em Moçambique. Assim, uma década antes da declaração da ONU sobre o mesmo tema averígua-se o protagonismo dos movimentos sociais nesta construção política, desde uma perspectiva que os reconhece como atores das relações internacionais e inclui seus processos e documentos como fontes históricas relevantes nas análises dos fenômenos sociais.

Igualmente relevante é o fato de que, ainda antes do processo coletivo em Moçambique, alguns anos após a I Conferência Internacional de La Via Campesina, em 1993, e após o I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo da CLOC, em 1994, a *La Via Campesina* participava da Cúpula Mundial da Alimentação, de 1996, organizada pela FAO, apresentando já sua construção política em torno da soberania alimentar dos povos e em defesa das sementes crioulas em contraponto à ofensiva das corporações multinacionais e ao avanço do neoliberalismo desde a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. Não menos relevante, em 2001, em Cuba, a *La Via Campesina* também já cultivava ainda mais esta construção política, posto que empreendeu uma primeira iniciativa denominada *"Fórum Mundial de Soberania Alimentar"*, então realizada na região latino-americana e caribenha. Desta forma, as experiências comunitárias nos territórios, as lutas sociais e os pensamentos sociais e políticos críticos desenvolvidos na América Latina, junto com as experiências, saberes, práticas e luta dos povos nos demais continentes do mundo, constituem as raízes históricas da construção política da soberania alimentar pela La Via Campesina que na *"Declaración del Foro Mundial de la Soberanía Alimentaria, Nyeleni, 2007"* a define da seguinte forma enquanto um direito dos povos:

> La soberania alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos de forma sostenible y ecológica, y su derecho a decidir su própio sistema alimentario y productivo. Esto ponde a aquellos que producen, distribuyen y consumen alimentos en el corazón de los sistemas y politicas alimentarias, por en cima de las exigencias de los mercados y de las empresas. Defiende los intereses de, e incluye a, las futuras generaciones. Nos ofrece una estrategia para resistir y desmantelar el comercio libre y corporativo y el regimen alimentario actual, y para encauzar los sistemas alimentarios, agricolas, pastoriles y de pesca para que pasen a estar gestionados por los productores y productoras locales. (LA VIA CAMPESINA, 2009, p. 159)

Assim, do ponto de vista desta tese os movimentos sociais, comunidades e povos do campo são atores relevantes também no cenário internacional, ainda que invisibilizados e pouco reconhecidos nesta seara, sendo mais frequentemente abordados em suas dimensões locais e nacionais. Muitas vezes, as análises de políticas públicas em perspectiva comparada

(COÊLHO, 2016) que abordam sobre o surgimento de novas normas, regimes, declarações, tratados, convenções, entre outras, focam apenas nos atores de maior poder político e centralidade política - como o Estado e os agentes públicos (técnicos, burocracias, acadêmicos, fundações e associações de pesquisa). Também, as análises de trajetória das agendas políticas internacionais são hegemonicamente narradas quase exclusivamente do ponto de vista dos Estados-nações e dos organismos internacionais, ignorando a importante atuação dos movimentos sociais populares e camponeses. No âmbito da teoria das Relações Internacionais (HALLIDAY, 2007) acontece a mesma limitação epistêmico-metodológica de interpretação da realidade social internacional, e suas abordagens hegemônicas (liberalismo, realismo, neoliberalismo e neorrealismo) tendem a focar nos Estados nacionais, nas elites internacionais e suas corporações e nos próprios organismos internacionais multilaterais (ONU, a OIT, a OMS, e outros) como as fontes das inovações e mudanças nas agendas de políticas públicas. Neste sentido, é interessante o desenvolvimento de pesquisas em perspectiva crítica que consigam, à lus das lutas sociais e populares, contribuir para o alargamento ontológico nos estudos e práticas de relações internacionais, contribuindo para a democratização da política internacional e dos organismo internacionais bem como das políticas externas dos países e dos próprios Estados. Consoante Fred Halliday (2007), em *"Repensando as relações internacionais"*, existem limites cognitivos que o autor critica como como oclusão ideológica:

> O "internacional" não é algo lá fora, uma área da política que pode ser convencionalmente ignorada e que ocasionalmente se intromete com bombas ou preços mais altos do petróleo. O internacional antecede, desempenha um papel formativo na constituição e na emergência do Estado e do sistema político. Os Estados funcionam simultaneamente nos níveis doméstico e internacional e buscam maximizar seus benefícios em um domínio para melhorar suas posições no outro. (...) As prioridades da área, principalmente, tem sido as prioridades das elites e dos Estados, quando não diretamnte estabelecidas pelas demandas das agências financiadoras. Isto é percebido tanto no conteúdo explícito do trabalho, como em outras duas dimensões: as questões evitadas e não discutidas e as metodologias, aparentemente neutras, utilizadas. O poder de determinação de resultados depende tanto da determinação de **quais questões não são levantadas** quanto da exclusão de métodos "inaceitáveis" ou da imposição de uma análise particular. A representação extraordinariamente enganosa feita pelas RI do conflito dominante da última metade do século XX, a Guerra Fria, é um caso marcante de **oclusão ideológica**, de construção de um corpo de conhecimento servindo não para iluminar, mas para ocultar o processo histórico. (HALLIDAY, 2007, p. 34-35)

Conforme o tema aqui apresentado, a dificuldade de leitura do protagonismo de novos atores das relações internacionais contemporâneas como os movimentos sociais, comunidades

e povos do campo (HALLIDAY, 2007), pode levar determinadas abordagens a uma interpretação equivocada ou invertida da realidade social. As mudanças e inovações na agenda internacional que, posteriormente, chegam às sociedades nacionais, não são oriundas das próprias instâncias e organismos multilaterais internacionais em si, mas fruto da incidência política das lutas sociais, como as de movimentos sociais, grupos, classes trabalhadoras e povos que logram alcançar dimensão internacional. Por este motivo, Halliday (2007) definia como parte de uma agenda de pesquisa para repensar as relações internacionais, o estudo das ações coletivas dos atores não-estatais no sistema internacional, um caminho que esta tese buscou trilhar:

> O que esta pesquisa particular de relações internacionais sugere é esta agenda para o estudo das relações internacionais, sustentada em uma maior percepção de vários conceitos que até aqui têm ocupado um lugar secundário e marginal na disciplina (...): a forma pela qual a ação, incluindo a de classe (só que não exclusivamente), opera transnacionalmente na constituição e na influência do sistema [internacional], considerando-se o impacto de atores não-estatais informados e ativos (ecologia, direitos humanos) na organização internacional dos grupos sociais hegemônicos e nas fragmentadas, mas recorrentes, ações internacionais de grupos subordinados. (HALLIDAY, 2007, p. 256)

Assim, o tema da soberania alimentar dos povos contribui para interpretar uma realidade social feita de correlações de forças sociais e de dinâmicas multiescalares (SASSEN, 2010); (MALUF, 2024), imbricadas umas nas outras, sem uma separação rígida entre atores locais e nacionais *versus* atores internacionais ou entre o que são agendas e ações a nível local e nacional *versus* agendas e ações a nível internacional. Consoante Renato Maluf (2024), ao problematizar sobre a multiescalaridade no âmbito dos sistemas alimentares:

> Vários aspectos nos permitem supor a existência de um sistema alimentar mundial, outros remetem a sistemas alimentares nacionais e subnacionais, com o recorte que se achar melhor (regionais, territoriais e locais). A questão da pluralidade de sistemas, portanto, implica a coexistência de dinâmicas sistêmicas com distintas amplitudes e sua confluência nas unidades socioespaciais em questão, sejam países, regiões, territórios ou localidades. Coexistência e confluência não sem assimetrias, não sem conflitos, muito pelo contrário. Nesse sentido, nossa conceituação de sistemas supõe serem eles conjuntos complexos de inter-relações entre seus elementos, que evoluem com contradições. Trata-se de abordagem multiescalar, residindo nessa característica um dos seus pontos fortes. Sistemas com múltiplas escalas ou distintas amplitudes possuem naturezas, componentes e modos de funcionamento também distintos, obrigando-nos a referir a sistemas alimentares sempre no plural. A multiescalaridade está presente em vários campos, abordagens e disciplinas. Interessa-nos ressaltar que as questões têm natureza distinta segundo a escala que se está tratando. Tome-se o caso da

> própria segurança alimentar, que envolve problemáticas com signifi cados distintos segundo a escala, pois ela pode ser avaliada desde o global até o domiciliar. Além de distintas, conforme escala, tais problemáticas estão inter-relacionadas e apresentam determinação recíproca. (MALUF, 2024, p. 75)

Assim, é interessante observar na trajetória internacional do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável que, se em 1996 a FAO construía a Cúpula Mundial da Alimentação e ali a *La Via Campesina* já começava a apresentar suas posições em torno da soberania alimentar dos povos, em 2007 na Declaração de Nyeleni a *La Via Campesina* reiterava a soberania alimentar como "direito dos povos a decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo" (LVC, 2009, p. 159). Então, a partir de 2021, a FAO também passa a construir a Cúpula dos Sistemas Alimentares, denotando transformações importantes nas abordagens utilizadas para compreensão do tema do direito à alimentação em todo o mundo.

Existe pelo menos mais dois aspectos que são importantes destacar. O primeiro é que as pessoas sujeitas de direitos humanos que tiveram suas particularidades sociais reconhecidas internacionalmente na *Declaração da ONU sobre os Direitos das Camponesas, Camponeses e Outras pessoas que trabalham nas áreas rurais* envolvem, portanto, uma ampla diversidade de identidades, como: camponesas, agricultoras familiares, assalariadas rurais, posseiros, extrativistas, ribeirinhas, entre outras. Por isto, em seus documentos, estes sujeitos estão questionando a suposta universalidade de um sistema internacional de direitos humanos que não reconhece as desigualdades estruturais, as violências e expropriações sofridas, as diversas condições de origem e de acesso a direitos entre os grupos e classes sociais, para os quais, portanto, se fez necessário declarações e princípios específicos. Para além das diversas identidades dos sujeitos do campo, cabe destacar que Ploeg (2008) define os camponeses em antagonismo de classe aos capitalistas:

> Os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura. Da mesma forma, os camponeses formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas. Finalmente, eles moldam e desenvolvem seus recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos. (PLOEG, 2008, p. 37)

Acerca de como tal antagonismo se expressa nas contradições sociais no meio rural, destaca-se que na literatura sobre a fome (ABRAMOVAY, 1998) se averigua como após a chamada Revolução Verde, implementada nos países periféricos do mundo, os menores índices

proporcionais de segurança alimentar eram justamente na área rural, onde se produzem os alimentos.

> (...) uma primeira consequência da Revolução Verde foi a de tornar o setor agrícola dos países que a adotaram dependente das importações de tecnologia e matérias-primas dos países desenvolvidos. Em outras palavras, a agricultura destes países envolvia-se num mecanismo em que mais importante que produzir comida, era fabricar dólares. (...) como se não bastasse a ampliação da dependência, a Revolução Verde contribuiu poderosamente para piorar as condições de vida das massas dos países em que foi implantada. Junto com as safras e as exportações agrícolas crescia o número de famintos. É que a modificação das técnicas de produção agrícola só foi possível na medida em que o governo de cada país (muitas vezes apoiado por instituições internacionais) colocava ao alcance dos agricultores os meios financeiros necessários para a aquisição dos instrumentos de produção capazes de levar o 'progresso' ao campo. Ocorre que estes meios financeiros chegavam mais facilmente às mãos dos grandes proprietários que às dos pequenos camponeses. Com isso, o poder dos latifundiários aumentou enormemente, o que contribuiu para acentuar a concentração da propriedade da terra. Como consequência desta política, os pequenos agricultores são obrigados a deixar o campo, sem poder encontrar outras fontes de renda nas cidades, que veem assim crescer o contingente de miseráveis e famintos que nelas habitam. O êxodo rural na maior parte dos países pobres tocados pela filosofia da Revolução Verde atinge proporções alarmantes. (...) Vemos então o absurdo de se falar em superpopulação dos países pobres, já que boa parte da produção de alimentos destas nações destina-se às exportações. Isto significa que os países subdesenvolvidos seriam capazes de produzir o necessário para que seus povos tivessem uma existência digna, caso o modelo de desenvolvimento adotado por esses países não fosse inspirado em concepções econômicas que nada tem a ver com suas necessidades sociais. Caso, ao invés de produzir divisas, sua agricultura pudesse gerar, antes de tudo, alimentos. (ABRAMOVAY, 1998, p. 81-83)

Como desdobramento desta enorme contradição, por meio de intensos fluxos de migração interna e internacional, parte significativa da população do campo deslocou-se para as cidades em busca de trabalho e renda (metas que nem sempre foram alcançadas). Em termos absolutos, no entanto, há mais pessoas em situação social de insegurança alimentar no meio urbano do que no meio rural, indicando que o deslocamento demográfico da população do campo não era a resposta para a erradicação da situação de fome coletiva que, portanto, é um problema social igualmente grave tanto no campo como na cidade. Conforme se averigua ao longo do estudo do tema, as lutas sociais dos movimentos e povos do campo, florestas, águas e das periferias urbanas se imbricam pelas reivindicações de alimentação e terra/moradia devido ao evento do êxodo rural oriundo de processos de modernização conservadora na formação social latino-americana, formando alianças campo-cidade no âmbito das sociedades. Em uma realidade social de desigualdades, existem necessidades humanas e sociais diferentes entre os

grupos e classes sociais e que, portanto, requerem atenção pública específica para que a igualdade de direitos seja possível de fato. Ainda no documento *"Derechos Humanos: Hacia uma Convención Internacional sobre los Derechos de los Campesinos y las Campesinas"*, averiguamos o seguinte conteúdo:

> En nombre del desarrollo, la tierra de los campesinos y de los indígenas há sido arrebatada para los motores del "desarrollo" que los pobres nunca podrán poseer: grandes plantaciones, campos mineros e presas. Mientras que la mayoría de los subalimentados y mal nutridos son campesinos y campesinas marginados/as que viven em áreas rurales, las políticas de desarrollo nacionales y internacionales raramente se centran em las necessidades de los campesinos que se enfrentan al hambre y la pobreza. Aun así las necessidades del desarrollo se definen solamente como crecimiento macroeconômico. (...) Desde el año 2000, La Vía Campesina ha hablado de uma Convención Internacional sobre los derechos de los campesinos y hemos producido la declaración sobre los derechos de los campesinos. (LA VÍA CAMPESINA, 2009, p. 187-188)

Parte destes sujeitos sociais (como comunidades pescadoras artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadoras de flores sempre-vivas, catingueiras, entre outras) são também protegidos pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (C169), a qual definiu o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Porém, as declarações e convenções internacionais prévias não vem sendo suficientemente eficazes para a proteção dos direitos humanos destes atores sociais, os quais vinham desde o ano 2000 solicitando à ONU a realização de uma convenção internacional sobre os direitos dos camponeses. Portanto, em um segundo aspecto, se ressalta que o protagonismo político dos movimentos sociais e povos do campo, expressado nesta declaração de 2018, a qual legitima internacionalmente a construção política do princípio da soberania alimentar dos povos, é mais um passo em uma construção política de longo prazo dos movimentos, comunidades e povos do campo, florestas e águas. O ensejo da C169, em 1989, baseada no princípio da autodeterminação dos povos, já havia representado uma abertura importante, assim como, antes desta, a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento, em 1979, entre outros eventos. Nota-se que é fundamental interpretar sobre a existência de um vínculo de significados sociais entre os princípios da soberania alimentar dos povos e da autodeterminação dos povos no contexto da luta social dos movimentos, comunidades e povos do campo, florestas e águas. Ademais, estes vínculos abrem caminhos para o reconhecimento de aspectos do tema da soberania alimentar dos povos no contexto latino-americano que transcendem a abordagem do tema relacionado

apenas à segurança alimentar e nutricional, visibilizando o elemento da luta por terra e território ali implicada.

Por último, um importante sinal da ampliação do debate político e acadêmico sobre na pesquisa alimentar tem sido em torno da construção da categoria de justiça alimentar e democracia alimentar, articulada também com as categorias de justiça ambiental e justiça climática e inspirada pelos debates de justiça social, racial e de gênero da perspectiva da interseccionalidade. Consoante Karina de Paula Carvalho (2022), em "*Justiça alimentar: para além dos alimentos no sócio espaço"*, as propostas da justiça alimentar se juntam aos esforços de construção de alternativas por parte dos movimentos sociais que lutam por soberania alimentar:

> O movimento por justiça alimentar norte-americano emerge diante dos movimentos alimentares, como agentes de mudança social destacando as desigualdades interseccionais (raça\etnia, gênero, classe, nacionalidade, e espécies não-humanas). De acordo com Cadieux & Slocum, a justiça alimentar e a soberania alimentar (adiante esse conceito será melhor desdobrado) nascem separadas e em algum momento se cruzam como conceito e movimento sinônimas no Norte Global. No entanto, dissertam os autores, com o desenvolvimento analítico e prático desses conceitos, surge a necessidade de tratá-los com maior rigor, sobre como se diferem, sobretudo reconhecer como a justiça alimentar se difere de outros esforços para buscar um sistema alimentar equitativo. (...) Os autores Cadieux & Slocum, identificaram quatro nós em torno dos quais a organização da justiça alimentar parece ocorrer: traumas\desigualdades, troca, terra e trabalho. Estas são as quatro áreas nas quais os movimentos alimentares e a literatura vem demonstrando os caminhos onde parece estar a organização para intervir em busca da justiça alimentar e da soberania alimentar. Para os autores, o primeiro passo é reconhecer e enfrentar os traumas sociais, históricos, coletivos e persistentes desigualdades de raça, gênero e classe; depois projetar mecanismos de troca que construam confiança e controle comunais. (CARVALHO, 2022, p. 06)

Uma vez que as externalidades negativas do sistema agroalimentar hegemônico são vivenciadas principalmente pelas mulheres, pelas populações periféricas e negras e, pelos camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, afirma-se que é necessário que a garantia dos direitos humanos destes sujeitos seja uma prioridade política nas agendas políticas para alimentação no interior dos países e no cenário internacional. Isto é, como um meio de superação da pobreza e das desigualdades na sociedade, combatendo tendências histórico-estrutrais que os têm excluído da plena cidadania.

Também, partindo destes primeiros passos é que se pode alcançar o entendimento de que, portanto, também as mulheres nestes movimentos, comunidades e povos estão

participando de processos sociais que implicam uma ação política de dimensões internacionais, as quais esta tese visa investigar, pensando a desconstrução do "abismo entre Relações Internaiconais e feminismo" (HALLYDAY, 2007, p. 163) e a superação da divisão sexual do trabalho (imbricada com as divisões social, racial e internacional do trabalho) e da polarização patriarcal público-privado que define o espaço doméstico e privado da vida cotidiana e social como "o lugar social das mulheres", oprimindo sua participação política nos processos sociais de tomada de decisão nas comunidades locais, em seus países e no cenário internacional. Ainda consoante Halliday (2007):

> Existe uma razão mais fundamental para a cegueira de gênero na maior parte das relações internacionais: uma suposição de separação entre as duas esferas, a de gênero e a das relações internacionais. Além do mais, esta suposição é compartilhada pelas RI e pela maior parte da literatura feminista. Por um lado, presume-se no escrito acadêmico que as relações internacionais como tais são pouco afetadas, se o são de alguma maneira, pelas questões relacionadas à mulheres. Colocando isso em termos simplistas, a suposição é de que se pode estudar o curso das relações entre os Estados sem referência às questões de gênero. Além disso, ao negligenciar a dimensão de gênero, as relações internacionais implicitamente apoiam a tese de que os processos internacionais são eles mesmos neutros em gênero; isto é, que eles não tem nenhum efeitosobre a posição e o papel das mulheres na sociedade e sobre o posicionamento relativo de mulheres e homens. (HALLIDAY, 2007, p. 163)

Ainda sobre a análise de trajetória internacional, uma outra questão latente é que no âmbito das relações sociais e internacionais contemporâneas predomina um sentido de soberania nacional restrito ao Estado-nação e ainda consideravelmente dissociado da questão da soberania popular. Esta crítica é delineada a partir da problematização de Sassen sobre multiescalaridade e desnacionalização, presente na obra *"Sociologia da globalização*", em que a autora afirma:

> (...) os estudos sobre a "globalização" reconhecem e teorizam questõe de escala, mas muitas vezes permanecem presos à noção de escala hierárquicas. Considero que entre os estudos em geografia que mais se aproximam em sua conceituação daquilo que desenvolvo neste livro, ainda que enfocando questões muito diferentes, podemos citar as reivindicações de soberania dos povos das primeiras nações. De forma clara existe um posicionamento particularmente esclarecedor das questões nesse caso, pois, desde o início, há: a) a coexistência de duas reivindicações excludentes sobre um território único; e b) a endogeneidade de ambasreivindicações – a da soberania moderna e a da nação indígena. A parte que importa para esta discussão pode ser reformulada como a coexistência da reivindicação da soberania nacional e a reivindicação do global como enogeneizado na soberania desnacionalizada e transformada. Esse é um uso bastante particular da escala, no qual a analítica da escala está

> embebida, por assim dizer, em condições e lutas densas e específicas. (SASSEN, 2007, p. 39)

Deste modo a soberania tem sido mais uma prerrogativa da forma política estatal sobre seu território nacional e sua sociedade nacional do que também um valor inerente às próprias nações, exercido pelos povos em sua diversidade. Reflete-se aqui que esta redução de sentido possui uma série de consequências políticas, tais como a instrumentalização do Estado no âmbito da reprodução da sociabilidade capitalista, patriarcal, racista e imperialista, desconectada das necessidades sociais concretas de suas próprias nações e povos. Portanto, o debate sobre as soberanias populares – onde se contextualiza a soberania alimentar dos povos - requer interpretar também as contradições e limites do próprio princípio de soberania, então, uma soberania dependente, no âmbito do capitalismo dependente nas formações sócio-históricas latino-americanas. Evidenciam-se projetos sociais e políticos em disputa e não apenas relações internacionais neutras e princípios neutros.

Na concepção hegemônica e estadocêntrica de soberania nacional, dissociada dos direitos e autodeterminação dos povos e nações, o reconhecimento dos territórios coletivos das comunidades e povos do campo, florestas e águas podem ser vistos como entraves aos projetos conservadores de desenvolvimento e unidade nacional. Portanto, entende-se a soberania alimentar dos povos como mais um passo a partir da autodeterminação dos povos, como uma semente para novas relações sociais e internacionais de soberanias populares, em que a valorização da diversidade social e da biodiversidade é uma alternativa ao paradigma de violação de direitos humanos e violências contra os povos do campo, sobretudo, dos povos indígenas e quilombolas aos quais historicamente tem sido negados o direito de ser e o direito à diferença (LA VIA CAMPESINA, 2009). O próprio reconhecimento da diversidade de povos, nações, línguas e culturas que constituem as sociedades nacionais, propicia ver como as sociedades nacionais latino-americanas são, em realidade, plurinacionais. Além disso, também se reafirma como são necessários direitos específicos para a defesa da dignidade da pessoa humana de grupos, classes e povos que sofrem desigualdade social, como, por exemplo, no Brasil: as cotas raciais nas universidades públicas, as políticas de saúde integral da população negra, as escolas indígenas e as políticas de atenção à saúde dos povos indígenas, os programas de educação na reforma agrária, as políticas de saúde integral das populações do campo, florestas e águas, entre outras.

O tratamento da soberania alimentar e da segurança alimentar e nutricional na arena internacional tem se delineado em torno da perspectiva de afirmação de direitos (LA VIA

CAMPESINA, 2009), neste caso, do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável a ser reivindicado nas agendas políticas locais, nacionais e internacionais, porém, sem que os atores políticos percam sua identidade política e discursiva própria. Isto é, as novas formulações de princípios e conceitos para além do termo "direito a alimentação", como no caso da soberania alimentar dos povos, são fruto das inovações de lutas sociais e bandeiras de reivindicações políticas dos movimentos sociais no campo, não nega a perspectiva de direito, mas a reafirma sem a ela ser diluída, em sua dimensão de interpelar de jeitos novos os desafios das desigualdades de poder da vida social.

Este ponto implica simultaneamente direitos às cidadãs e cidadãos e, portanto, deveres aos Estados nacionais perante suas sociedades nacionais e, também, diante da comunidade internacional global. Consoante o documento *"El derecho a la alimentación en la práctica: Aplicación a nivel nacional"* (FAO, 2006), dentre as obrigações dos Estados encontram-se os deveres de: 1. Respeitar os meios de acesso ao direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável praticados pelos movimentos sociais populares, comunidades e povos; 2. Proteger os sujeitos nas situações em que seus direitos são violados pelos demais; 3. Efetivar o acesso dos que estão em situação de desigualdade de acesso ao alimento em sua terra, à produção e ao consumo (seja em situações de secas e chuvas, altas inflacionárias no preço dos alimentos, situação de desemprego ou insuficiente salário e renda, adoecimento, entre outros).

A adesão dos países do mundo aos regimes, tratados e declarações internacionais de direitos humanos não implicam o término da ocorrência de casos de violações de direitos humanos sofridos pelos diversos sujeitos sociais no âmbito dos territórios nacionais, mas significam a afirmação de que os casos devem ser acolhidos para a construção de uma solução por meio de um protocolo. Deste modo, a norma internacional atua como instrumento de proteção internacional e pressão para que os Estados cumpram com o conteúdo ratificado, incidindo no interior das correlações de forças dos Estados nacionais à favor das camponesas, camponeses, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, trabalhadores assalariados rurais, entre outros.

Os documentos dos organismos multilaterais internacionais constituem fontes importantes para aprofundamento da compreensão das relações sociais e internacionais que estruturam o fenômeno social da alimentação na vida social humana, a qual não se restringe apenas aos níveis locais e nacionais. A leitura dos mesmos permite mapeamento de trajetórias e dados que podem ser ponto de partida para pesquisas sociais nos territórios nacionais e locais. O crescente ordenamento internacional do mundo não suprime o papel político do Estado, mas reforça as responsabilidades do mesmo em relação aos sujeitos sociais que venham sendo

marginalizados e invisibilizados nas arenas políticas. De forma crescente, ainda que pouco reconhecidos, também se pode interpretar que os atores sociais se tornam também atores internacionais (HALLIDAY, 2007), por meio de ações políticas de dimensões multiescalares (SASSEN, 2010). Trata-se de uma relação dialética na busca por superação da sub-representação política de categorias sociais oprimidas em diferentes escalas (internacional, nacional e local). Afinal, se as mulheres estão historicamente vinculadas aos trabalhos e desenvolvimento de saberes em torno da alimentação e agricultura, é importante avaliar junto às mesmas se suas vozes estão sendo ouvidas e afirmar que suas experiências e perspectivas são importantes também na dimensão internacional na vida social humana.

1.4 *La Via Campesina: internacionalismo popular e lutas sociais do campo*

"Internacionalizemos a luta! Internacionalizemos a esperança!"
Palavra de ordem de La Via Campesina

As mulheres rurais e as mulheres em movimentos sociais no campo participam do desenvolvimento histórico de experiências importantes de organização, formação e luta social coletiva para transformação das relações sociais de desigualdades. Uma destas iniciativas é o surgimento durante a década de 1990 da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e do movimento transnacional *La Via Campesina* (LVC). Portanto, esta seção do trabalho apresenta uma definição do que é a *La Via Campesina*, uma breve caracterização de suas formas de organização e participação política internacionalista e popular, também fomentada a partir da CLOC. Busca-se compreender como foi seu surgimento histórico e apresentar algumas ações coletivas empreendidas pelas mulheres camponesas ao longo de sua história, dedicada à construção da soberania alimentar dos povos.



Imagem 05: Bandeira da *La Via Campesina*[38].

[38] Disponível no sítio eletrônico do movimento social: https://viacampesina.org/en/.

No livro *"A Via Campesina: A globalização e o poder do campesinato"*, a autora canadense Annette Aurélie Desmarais (2013), militante deste movimento social internacional, apresenta a seguinte definição:

> A presença da Via Campesina não tem passado despercebida. Trata-se de um movimento transnacional que abarca organizações de camponeses, pequenos e médios agricultores, mulheres do campo, trabalhadores rurais e comunidades indígenas na Ásia, nas Américas, na Europa e na África. Estes grupos estão unidos pelo seu estrito vínculo com a terra. Eles dedicam o seu trabalho e o de suas famílias à produção em pequena escala. Vestindo bonés e lenços verdes no pescoço e camisetas brancas, empunhando bandeiras verdes ornadas por um emblema de cores brilhantes e cantando palavras de ordem com animação, a Via Campesina tornou-se uma voz cada vez mais audível da oposição radical à globalização de um modelo de agricultura empresarial e neoliberal. (DESMARAIS, 2013, p. 2-3)

Neste sentido, a *La Via Campesina* é uma *"voz cada vez mais audível"* no cenário internacional, promovendo a democratização dos processos políticos desenvolvidos na dimensão internacional da vida das sociedades, os quais tem sido hegemonizados pelos interesses privados das elites internacionais e das corporações multinacionais atreladas ao sistema agroalimentar hegemônico e a projetos de desenvolvimento extrativistas exportadores que reforçam as contradições da divisão internacional do trabalho. Conforme elucidado por Rita Zanotto (2017) na dissertação *"Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia"*, a soberania alimentar dos povos é uma construção política dos movimentos sociais, povos e comunidades do campo articulados no movimento transnacional *La Via Campesina*. Rita Zanotto afirma que:

> Construir o conceito de soberania alimentar é um desafio para todos os movimentos populares do mundo e especialmente no movimento internacional da La Via Campesina -LVC. Desde 1996, quando o conceito foi apresentado à FAO, era demonstração de que o tema está sendo elaborado desde antes nos movimentos de base da LVC, como um direito aos alimentos básicos dos povos, que respeite a diversidade, a cultura, o território e o direito de produzir do camponês em contraposição ao agronegócio que produz principalmente commodities para exportação visando a exploração e não a alimentação dos povos. Faz 20 anos que a Via Campesina apresentou a proposta de Soberania Alimentar para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), em novembro de 1996 reunia os governos na Primeira Cúpula Mundial da Alimentação. O objetivo da Cúpula era tomar medidas e formular um plano de ação para erradicação da fome. Desde então, a construção do conceito vem crescendo e atualmente forma um movimento popular global, em alianças com a construção nos mais diversos espaços, camponeses, consumidores, ambientalistas, associações de mulheres, pescadores e setores na academia, e em poucos países com legislações favoráveis. (ZANOTTO, 2017, p. 63-64)

Destaca-se, portanto, o protagonismo deste ator político, a *La Via Campesina*, na inovação das agendas políticas internacionais para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável (DHANA), empreendendo uma ação política de incidência nos organismos multilaterais globais como a FAO e a ONU, por exemplo - conforme evidenciado na seção anterior. Sua agenda política é construída pelos movimentos socias populares de base que se articulam na *La Via Campesina*, criando um caminho inovador de participação política na política internacional, em que os Estados tem sido os atores centrais cujas políticas externas vem sendo definidas com poucos ou inexistentes mecanismos de participação social, gerando a tendência de reproduzir a priorização dos interesses corporativos multinacionais e das elites nacionais e internacionais. Neste sentido, os movimentos sociais no campo realizam manifestações políticas contra as corporações multinacionais e a OMC, por exemplo, além de ações de participação em conferências reivindicando direitos perante Estados e organismos multilaterais.

Assim, quando no primeiro encontro da *Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, em 1989, se denunciava o impacto do colonialismo e da dependência nas formações sociais latino-americanas, foram plantadas as sementes de mais um fruto das lutas sociais na região latino-americana: um internacionalismo popular que além de se contrapor à mistificação das comemorações dos 500 anos de "descobrimento" das Américas (que começavam a ser construídas naquele contexto por muitos governos da região), também se opunham à ofensiva da Alca e ao avanço da globalização neoliberal a partir do Consenso de Washington. A partir dos encontros desta campanha foram sendo ampliadas as articulações das organizações populares em escala internacional, desdobrando-se no surgimento de novos movimentos transnacionais na década de 1990, como a CLOC a nível latino-americano que, por sua vez, integra a *La Via Campesina* a nível mundial.



Imagem 06: Bandeira da CLOC[39].

[39] Disponível em: https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-cloc.

Na *"Declaração da IV Assembleia da Articulação de Mulheres do Campo da CLOC – La Via Campesina"* (CLOC-LVC, 2011) as lutadoras sociais latino-americanas e caribenhas na *La Via Campesina* afirmam, em sintonia com aportes do pensamento crítico latino-americano, qual é a América Latina que estão construindo politicamente a partir de sua organização coletiva nos territórios:

> A América Latina a que aspiramos é uma compilação de convivência e solidariedade entre povos e culturas diversas, descolonizada, sem machismo ou racismo. Queremos uma América Latina comunicada, que reconheça e se reconheça na diversidade de formas de expressão e comunicação de nossos povos, com meios de comunicação nos quais se expressem as iniciativas dos nossos movimentos sociais e das propostas políticas de mudança. Rejeitamos o ataque da ideologia capitalista e machista imposta pela mídia corporativa, que se tornou porta-voz dos interesses do capital e da direita. Queremos uma região e um mundo livre de todas as formas de violência, seja machista, patriarcal, capitalista ou imperialista. A América Latina e o Caribe que nós queremos é um território pacífico, desmilitarizado, sem bases militares estrangeiras, livre de práticas imperialistas de controle, sem criminalização ou perseguição política de organizações, do protesto e da pobreza. Rejeitamos e condenamos as ameaças imperialistas e tentativas de golpe contra os processos de mudança, como na República Bolivariana da Venezuela, no Estado da Bolívia, Equador, e como foi imposta em Honduras. Rejeitamos qualquer tentativa de interferência e ingerência em nossos países e nas decisões de nossos povos, tal como se expressa no bloqueio imposto a Cuba há mais de 50 anos, pelo governo dos Estados Unidos. Nós, mulheres rurais de 19 países, levantamos nossas vozes em uníssono em defesa da Mãe Terra como um todo e por uma reforma agrária integral, que garanta o acesso das mulheres à terra. Nós levantamos nossas vozes em defesa da soberania alimentar, produção e distribuição baseadas em economias solidárias e comunitárias, e não nos esquemas desleais e predatórios do capitalismo. (CLOC-VC, 2011, p. 12-13)

Assim, um ponto de reflexão nesta tese é: ainda que a dimensão internacional pareça sempre algo muito distante do cotidiano de vida das pessoas, como "algo que se faz fora das fronteiras nacionais", em realidade é uma dimensão da vida social e é uma escala de ação política dos movimentos sociais no campo, de modo que mesmo a partir das atividades locais e de trabalho de educação popular de base, as comunidades e povos são atores internacionais. Conforme estará presente na apresentação dos conteúdos oriundos das entrevistas com as mulheres em movimentos sociais no campo, em muitos relatos as entrevistadas contam como os sujeitos do campo estão se contrapondo à corporações multinacionais que expropriam seus territórios e meios de vida, como estão construindo ações de formação e intercâmbio internacional entre os movimentos e como em suas histórias de vida familiar há situações de migração e refúgio internacional, buscando sobreviver desde situações de pobreza e desemprego até situações de guerras.

Neste sentido, buscando caracterizar suas formas de organização e participação política, foi empreendida uma pesquisa documental[40] em documentos públicos e internos, impressos e digitais do movimento social *La Via Campesina* e dos movimentos sociais populares que, no Brasil e na Argentina, são membros da *La Via Campesina* e da CLOC. Por meio deste levantamento, se constatou grande número de materiais voltados à educação popular, ao trabalho de base, a atividades culturais e a ações de comunicação popular, informação, denúncias e reivindicações (como notícias, notas de repúdio, manifestos, entre outros).

Movimentos sociais no campo, tais como os integrantes da *La Via Campesina*, tem se articulado em redes com sindicatos, associações de bairros, partidos políticos progressistas e democráticos, criando aliados na sociedade. Deste modo, observa-se o envolvimento de mais grupos sociais no cultivo da unidade entre as populações de áreas urbanas e rurais para construções políticas tal como a soberania alimentar dos povos, alicerçada em ações de solidariedade popular e doações de alimentos (como as amplamente empreendidas no contexto da pandemia do novo coronavírus) e em atividades de cultura e educação popular.

Conforme descrito por Zanotto (2017), a construção política da soberania alimentar pode partir da *La Via Campesina*, mas é uma tarefa de todos os movimentos sociais populares dos mais diversos setores da sociedade e, por este motivo, se identifica aqui que a *La Via Campesina* pode ser compreendida como um ponto de partida interessante para a compreensão dos movimentos sociais populares em sua diversidade, de modo que, durante a pesquisa de campo, se buscou dialogar tanto com movimentos integrantes quanto com movimentos parceiros da CLOC e LVC.

Destaca-se que, em contraponto ao contexto das políticas de ajuste estrutural neoliberal, lideranças de movimentos sociais campesinos de diversas regiões do mundo se reuniram para a I Conferência Internacional da *La Via Campesina* que foi oficialmente criada em 1993, em Mons, na Bélgica, com a presença de lutadoras e lutadores sociais latino-americanos e de outros continentes do mundo. Muitas ações de lutas internacionais foram empreendidas desde então:

> Sete meses depois de a Via Campesina ser constituída legalmente, mais de cinco mil manifestantes, incluindo camponeses e agricultores da Europa, Canadá, Estados Unidos, Japão, Índia e América Latina, marcharam juntos

[40] A pesquisa documental subsidiou: a construção do desenho de pesquisa; os recortes e enfoques de análise; a compreensão das histórias de surgimento, consolidação e ação coletiva dos movimentos sociais estudados; a criação do roteiro de entrevistas utilizado durante a pesquisa de campo; a compreensão ampliada das referências, fontes e linguagens do pensamento crítico latino-americano durante a etapa da leitura flutuante na metodologia de análise de conteúdo. Por este motivo, nos apêndices da tese também é apresentada uma tabela, elaborada pela autora, com as publicações dos movimentos sociais da *La Via Campesina* e parceiros que foram pertinentes para estudos das questões investigadas nesta tese.

> durante a reunião do GATT em Genebra. Três anos depois, em novembro de 1996, era um ator político visível na Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA), realizada em Roma e promovida pela FAO. Os seus membros desafiavam a FAO a reconhecer a sua legitimidade como representantes de camponeses e pequenos agricultores organizados em um dos maiores movimentos agrícolas do mundo e exigiam receber credenciais de delegação oficial na Cúpula. As lideranças da Via Campesina também lideraram as marchas contra a globalização neoliberal nas várias conferências ministeriais da OMC realizadas em Genebra (1988), Seattle (1999), Cancun (2003) e Hong Kong (2005). Eles participaram em grandes manifestações em Praga, Washington, Quebec, Quito e Gênova em protesto contra a globalização neoliberal, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o G8. (DESMARAIS, 2013, p. 6)

Como também um dos frutos da *Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, o I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo foi realizado em Lima, Peru, no ano de 1994, constituindo oficialmente a CLOC a partir daquela data. Dali em diante a articulação internacionalista regional latino-americana junto à CLOC e a articulação em escala global junto à *La Via Campesina* foram se fortalecendo mutuamente, inclusive para a posterior construção política da soberania alimentar e do feminismo camponês popular pelas mulheres dos movimentos sociais latino-americanos que fortaleciam sua auto-organização por meio de iniciativas inovadoras como as Escolas Continentais de Mulheres.

A II Conferência Internacional da *La Via Campesina* foi realizada em Tlaxcala, no México, no ano de 1996, e este foi o momento de realização da primeira reunião de mulheres da *La Via Campesina*, onde foi criada a Comissão Internacional de Mulheres (CIM) da organização. Posteriormente, esta comissão fundamentaria a Articulação de Mulheres da La Via Campesina. No ano seguinte, em 1997, foi realizado, no Brasil, o II Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo no âmbito da CLOC e também sua I Assembleia Continental de Mulheres do Campo.

A III Conferência Internacional da *La Via Campesina* ocorreu nos anos 2000, em Bangalore, na Índia, quando foi oficialmente afirmada a paridade de gênero como parte dos princípios e valores da organização, de modo que para metade de todos os espaços de coordenação passaram a ser indicadas as companheiras. Não menos importante, nesta conferência também foi realizada a I Assembleia de Mulheres da La Via Campesina. No documento político *"La paridad de genero en La Vía Campesina"* (La Via Campesina, 2008), afirma-se que:

> (...) los puestos de liderazgo tradicionalmente han estado en manos de los hombres. De ahí que todas las decisiones están orientadas y ocupadas por los hombres y la practica del enfoque de poder estructuralmente se le ha dado a los varones. (...) Las mujeres tienen un acceso limitado a dos tipos de información necesaria para poder participar en puestos de liderazgo: información sobre temas esenciales e información de cómo participar. (...) La educación y formación no sexista y la resistencia son los principales instrumentos para luchar contra el modelo que promueve las discriminaciones (...). Hacer visibles esfuerzos y ejecutorias que hemos realizado dentro de La Vía Campesina las mujeres Indígenas, Afro-descendientes y campesinas por la paridad de género. Compartir experiencias y analizar lor orígenes de las desigualdades (...) Analizar en las bases de las organizaciones, los alcances y aportes del feminismo para la inserción de las mujeres en algunos espacios sociales, políticos, económicos, dando poder a hombres y mujeres (...). (LA VIA CAMPESINA, 2008, p. 180-183)

Em 2001, no México, foi realizado o III Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo e, em sintonia com os novos passos nos acúmulos de auto-organização das mulheres a nível internacional, também houve a II Assembleia Continental de Mulheres do Campo, pelas organizações da CLOC.

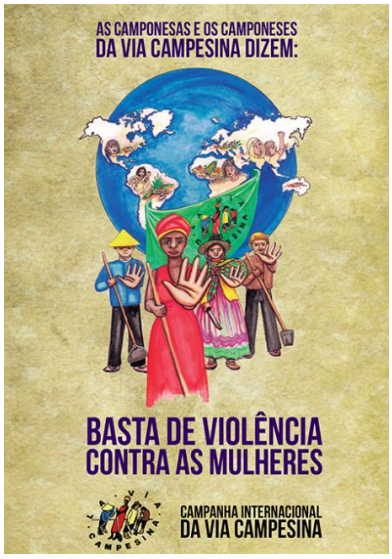
No ano de 2002, a *La Via Campesina* também participou da Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, onde empreendeu importante incidência política na defesa das sementes crioulas como bens comuns dos povos, tendo em vista o avanço da mercantilização das sementes pelas corporações multinacionais. Visando ampliar esta ação coletiva internacional e compreendendo a importância da defesa das sementes para a autonomia dos sujeitos do campo e para a reprodução dos meios de vida dos povos nos territórios, em 2003, durante o Fórum Social Mundial, realizado no Brasil, lançou-se a *Campanha Internacional da La Via Campesina "Sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade"*, que afirma: o direito de todos os agricultores familiares de produzirem suas sementes, a importância de garantir a preservação e produção das próprias sementes para a garantia da soberania alimentar dos povos, impedir a disseminação de sementes transgênicas e o comércio de sementes baseado no lucro e na exploração conforme feito pelas empresas transnacionais, pressionar os governos nos países e os organismos internacionais como a ONU para que as sementes crioulas sejam reconhecidas como patrimônio cultural dos povos.

Em continuidade a este acúmulo, a IV Conferência Internacional da La Via Campesina também aconteceu no Brasil, no ano de 2004 e neste momento também foi realizada a II Assembleia Internacional das Mulheres da *La Via Campesina*. No ano seguinte, 2005, houve o

IV Congresso Latino-americano de Organizações do Campo e a III Assembleia Continental de Mulheres do Campo, na Guatemala.

Em 2008, na cidade de Maputo, em Moçambique, realizou-se a V Conferência Internacional da La Via Campesina e a III Assembleia Internacional das Mulheres da La Via Campesina. Neste período foi lançada mais uma ação importante para a organização, a *"Campanha Internacional As Camponesas e Camponeses da Via Campesina dizem: Basta de Violências contra as Mulheres"*. Em uma das cartilhas desta campanha (La Via Campesina, 2012), vemos que:

> A violência é uma prática cada vez mais visível em todos os âmbitos da vida humana, causando muita dor, sofrimento e lágrimas, ferindo a dignidade e a vida de muitas pessoas. É sempre uma demonstração de poder contra uma pessoa, grupos, comunidades ou classe social e com impactos danosos para a humanidade. Contudo, ela se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres. A violência masculina contra a mulher é fruto do modelo patriarcal de sociedade, onde as relações pessoais afetivas estão fundamentadas não nos sentimentos e no afeto, mas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher. (...) A violência por parte do sistema capitalista patriarcal e a modernidade se expressam em todas as esferas da vida das mulheres e acaba se reproduzindo no cotidiano como algo natural. Esta naturalização traz consigo o domínio do homem sobre todos os aspectos da vida da mulher e sobre seu corpo que passa a ser encarado como um objeto que tem que servir e obedecer aos homens. A campanha pelo fim da violência contra as mulheres é um chamado para provocar uma mudança social, cultural e política, e, particularmente, em nossos povos, comunidades e organizações, em nossos lares e famílias. É um assunto doloroso, mas deve levar-nos a construir uma nova cultura para superar as relações de desigualdade (...). (La Via Campesina, 2012, p. 10-11)





Imagens 07 e 08: Cartazes da *Campanha Internacional da La Via Campesina "Basta de Violência Contra as Mulheres!"* em português e em espanhol.

Em sequência, em 2010, no Equador, foi construído o V Congreso Latino-americano de Organizações do Campo e a IV Assembleia Continental de Mulheres do Campo na América Latina. No ano de 2013, a VI Conferência Internacional da La Via Campesina foi realizada em Jacarta, na Indonésia, e lá também foi empreendida a IV Assembleia Internacional das Mulheres da La Via Campesina com o lema *"Semeadoras de lutas e esperanças pelo feminismo e a soberania alimentar".*

No Brasil, já haviam sido realizadas duas ações importantes, o II Congresso da CLOC, em 1997, e a IV Conferência da La Via Campesina, em 2004. Assim, é interessante notar que, em 2015, em um contexto político argentino no qual já havia sido construído o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), há uma primeira grande atividade dos movimentos de articulação internacional na Argentina, com o VI Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo e a V Assembleia Continental de Mulheres do Campo.

Alguns anos depois, ocorreria a penúltima conferência da *La Via Campesina*, a VII Conferência Internacional, realizada no País Basco, em 2017. Neste momento também foi realizada a V Assembleia Internacional de Mulheres da La Via Campesina em que, a partir de acúmulos que já vinham sendo desenvolvidos no âmbito da CLOC (América Latina e Caribe), foi apresentado para as companheiras de todo o mundo, ali reunidas, a proposta de aprofundar a construção do Feminismo Camponês Popular em escala mundial. Em um dos documentos da organização encontra-se que:

> Con las múltiples crisis del capitalismo global, las mujerxs campesinas continúan perdiendo sus tierras, territorios y recursos naturales, trabajo, sus cuerpos y sus vidas, se les explota cada vez más con fines de lucro. Las mujeres campesinas, sin embargo, no han sido pasivas ante esta agresión económica y social, a lo largo de la historia se han organizado para luchar y resistir. Sus acciones se han manifestado en diversas formas: confrontativas y militantes, celebratorias, restitutivas y emancipadoras, transformadoras. El punto clave que diferencia la lucha de las mujeres campesinas dentro de La Vía Campesina de otros movimientos feministas es la construcción colectiva de llamado "Feminismo Campesino y Popular", propuesto por las mujeres latinoamericanas dentro de La Vía Campesina. En los comienzos del movimiento, las mujeres campesinas no se consideraban feministas, pero abogan por las luchas de las mujerxs. Partieron como una comisión femenina dentro de la LVC, hasta definirse como una Articulación de Mujeres de La Via Campesina. Su acercamiento al feminismo fue objeto de análisis, ya que ellas y su realidad no se identificaban con las luchas de las distintas corrientes feministas que llegaban de otros sectores de mujeres de la ciudad, de distinta clase social y con otras demandas, muy lejanas a las problemáticas que viven las mujeres del campo y las trabajadoras. El trabajo de género en LVC ha permitido avanzar en el debate y abrir espacios para las mujerxs, para después, poder hablar del feminismo. Es así que la LVC entendió que la lucha por el feminismo no era sólo tarea de las mujerxs, sino del conjunto del Movimiento,

> de mujeres, hombres y diversidades revolucionarixs. (La Via Campesina, 2021, p. 25-26)

Neste novo fôlego, em 2019, foi realizado em Cuba o último ecnontro da CLOC no VII Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo, junto ao processo da VI Assembleia Continental de Mulheres do Campo.

A última atividade global foi realizada na Colômbia, em dezembro de 2023, onde também foram realizadas a VIII Conferência Internacional da *La Via Campesina* e a VI Assembleia de Mulheres da *La Via Campesina.*

A partir desta sistematização é possível apreender uma continuidade articulada entre os processos globais junto à *La Via Campesina* e as ações regionais latino-americanas no âmbito da CLOC, também sendo possível destacar a confluência entre conferências e congressos gerais e as assembleias de mulheres, de modo que ambas organicidades se fortalecem mutuamente, destacando a importância da unidade regional latino-americana e também a relevância da unidade mais ampla em escala mundial com os povos dos demais continentes na construção compartilhada de saberes, práticas de resistência e luta social.

As mulheres organizadas nos movimentos sociais populares no campo, portanto, são relevantes sujeitas da problematização crítica dos limites das atuais agendas nacionais e globais de políticas para alimentação, contribuindo para ampliar o significado social da alimentação saudável e para incluir as reivindicações das mulheres trabalhadoras e camponesas. Estas sujeitas estão dialogando sobre soberanias populares, autodeterminação dos povos junto com a defesa dos direitos e da autonomia dos camponeses e das mulheres, como mediações necessárias na luta social pela alimentação saudável. Pois, não é possível avançar no enfrentamento das desigualdades sem condições de participação na construção das agendas de políticas públicas, sem condições paritárias de tomada de decisões políticas pelas mulheres e pelos povos e comunidades e sem controle democrático do poder do Estado, do orçamento público e da linha política de inserção internacional dos países nos organismos multilaterais e no cenário internacional, entre outros aspectos.

Portanto, as mulheres em movimentos sociais no campo participam da construção de agendas políticas para a soberania alimentar dos povos forjando-se sujeitas de direitos humanos e ator político importante nas dimensões local, nacional e internacional, ainda que possam ser pouco reconhecidas e valorizadas. Observou-se que, buscando autonomia e libertação, as mulheres em movimentos sociais no campo constroem força social, sobretudo, a partir de círculos de cultura do trabalho de educação popular de base, sempre enraizados nas

comunidades locais, fomentando um internacionalismo feminista camponês e popular. No artigo *"Movimento de Mulheres Camponesas: Veredas de muitas histórias"* (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020) encontramos as seguintes afirmações sobre este elemento no MMC - um dos movimentos sociais brasileiros integrante da *La Via Campesina* Internacional:

> À medida que nos organizávamos, aos poucos, fomos dando outro significado aos espaços onde atuávamos. Foram tempos de aprendizado e conflitos em que questionávamos o papel da mulher/ mãe submissa, obediente e servidora. (...) Nestes espaços "falavam de uma educação popular como ferramenta para a mudança e da conscientização como meio de libertação e pediam o despertar e a organização dos setores populares da sociedade para exigir projetos sociais" (SCHILD, 2017, p. 103). A Teologia e a Filosofia da Libertação junto com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, formam uma tríade do pensamento e teoria emancipacionista e de transformação na América Latina. Na quele momento histórico, contribuíram amplamente para a organização, mobilização e conscientização política dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim encontramos nos debates e materiais elaborados desde os primeiros passos do movimento, ferramentas para orientar o estudo de grupos das mulheres agricultoras em todo o Brasil. (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 15-16)

Deste modo, os grupos de base formam articulações locais e regionais que vão ganhando abrangência nacional, e que, posteriormente, durante os processos de redemocratização pós-ditaduras na década de 1980, resultam no surgimento de movimentos sociais populares com identidades nacionais próprias. Nesta rede, também se constroem associações e cooperativas, rádios e mídias digitais, escolas, bibliotecas e casas de sementes, entre outras ferramentas e espaços. Não menos importante, ainda que não seja o enfoque desta tese, no âmbito da CLOC e da *La Via Campesina,* também vem sendo realizados importantes espaços de Assembleias de Juventudes do Campo e Encontros de Diversidade (sexual e de gênero). Toda esta organicidade também se expressa no fortalecimento da unidade na construção de frentes democráticas nacionais, fomentado alianças na sociedade e unidade campo-cidade, principalmente em contextos de enfrentamento às ofensivas conservadoras, em campanhas eleitorais e em mobilizações populares de caráter mais massivo para protestos e reivindicações. De acordo com Desmarais (2013):

> A crescente visibilidade da Via Campesina como protagonista, enraizada firmemente nas comunidades locais enquanto se engaja e se capacita cada vez mais no cenário internacional, chamou a atenção de muitas organizações que buscavam alternativas. Entre 2000 e 2004, o movimento cresceu mais de 41%. Durante a 4ª Conferência Internacional do movimento, realizada em Itaici, no Brasil, em junho de 2004, juntaram-se 42 organizações. Em 2012, a Via Campesina congregava 149 organizações de 70 países, sendo que cento e

> quatro dessas têm sua sede na Ásia, África, América Latina e Caribe, onde vive a maior parte dos camponeses do mundo. (DESMARAIS, 2013, p. 4)

Conforme se analisa nesta tese, ainda se confirma a constatação de Desmarais, publicada em 2013, acerca do crescimento da organização ao longo dos anos. Na ocasião de sua penúltima conferência mundial, a 7ª Conferência Internacional, realizada em 2017 no País Basco, a *La Via Campesina* publicou que participaram de sua reunião representantes de 81 países. Recentemente, em dezembro de 2023 foi realizada na Colômbia a última (8ª) Conferência Internacional da *La Via Campesina* e em 2024 foi divulgada informações atualizadas sobre seus integrantes. Consoante este levantamento, atualmente, fazem parte da *La Via Campesina Internacional* 180 organizações de 81 países diferentes. O documento também afirma que fazem parte da Via Campesina na Argentina: o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI – VC) e o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST). No Brasil, o documento afirma que fazem parte da *La Via Campesina:* o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); a Pastoral da Juventude Rural (PJR); o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e o Movimento Nacional pela Soberania Popular frente a Mineração (MAM).[41] Ademais, em publicações como a tradução para o português da Declaração[42] das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e das Camponesas, além dos movimentos acima citados também se articulam como Via Campesina Brasil as seguintes entidades: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF); Articulação dos Assalariados Rurais (ADERE); Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Nesta diversidade de expressões da luta social por meio dos movimentos sociais camponeses e populares, as mulheres se posicionam em defesa de uma nova organização social dos trabalhos de cuidado, uma nova forma de produção e reprodução da vida social, pelo fim da sub-representação política e das criminalizações dos movimentos sociais, pela erradicação das violências domésticas e dos feminicídios, pelo fim dos despejos e violências no campo, entre outras pautas rumo à conquista também de corpos e territórios de alimentação saudável.

---

[41] Mais informações sobre as histórias particulares dos movimentos sociais brasileiros e argentinos e as especificidades de seus processos de construção da *La Via Campesina* a partir de cada país serão trabalhadas no capítulo 4 da tese.

[42] Disponível em: https://mab.org.br/wp-content/uploads/2021/02/DECLARA%C3%87%C3%83O-DOS-DIREITOS-DOS-CAMPONESES-E-DAS-CAMPONESAS-.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2024.

Na obra "*Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania*", a pesquisadora Andrea Butto (2011) explicava esta vinculação entre a busca de superação das desigualdades sociais, incluindo as de gênero, com a construção política de movimentos sociais no meio rural brasileiro:

> As mulheres correspondem quase a metade da população rural (PNAD, IBGE, 2006). São quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios e a maioria delas não conta com o devido reconhecimento da sua condição de agricultora familiar e camponesa. (...) A superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos. (BUTTO, 2011, p. 12-14)

Não menos importante, a autora também explica que deste processo de organização social nos movimentos auto-organizados e mistos emerge a incidência nas agendas de políticas públicas de alimentação e agricultura, entre outras. Tudo isto faz parte da práxis das mulheres rurais, agricultoras familiares, camponesas, das florestas e das águas e periferias que criam uma *"agenda feminista no desenvolvimento rural"* (Butto, 2011):

> No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem-terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. (...) Criam-se, assim, condições mais favoráveis para a formulação e a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais e para a afirmação de uma agenda feminista no desenvolvimento rural. O conteúdo de suas reivindicações vai se transformando, indicando conquistas e maior amadurecimento dos desafios a enfrentar para superar as desigualdades de gênero e a necessária articulação com as desigualdades de classe. A partir de meados da década de 80 e nos anos 90, as principais reivindicações eram em torno dos direitos igualitários à terra na reforma agrária, acesso aos direitos sociais e especialmente à previdência social e ao seu reconhecimento como agricultoras, que inclui a participação no movimento sindical e a sua integração como produtoras na família, daí porque reivindicam o direito a se sindicalizar e ser incluídas no Bloco da Produtora Rural e se integrar de maneira igualitária nas políticas públicas da agricultura familiar e da reforma agrária. Nos anos recentes, passam a reivindicar com maior ênfase a inserção nas atividades produtivas, com reivindicações especificas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada. Observa-se, ainda, uma ação dirigida a dar visibilidade às diversas formas de reprodução social da agricultura familiar e camponesa, que destaca a contribuição das mulheres para a melhoria da segurança alimentar e nutricional da família. Ganha importância, também, a relação entre gênero e agroecologia, com destaque para a especificidade do trabalho das mulheres no manejo sustentável e, conservação da biodiversidade. (BUTTO, 2011, p. 14-15)

Mulheres em comunidades e povos do campo, florestas, águas e periferias, têm se desafiado à construção de movimentos sociais populares mistos e auto-organizados, articulados nos movimentos transnacionais da CLOC e LVC ou sendo deles parceiras a partir de outras entidades, fomentando força social coletiva para estratégias conjuntas de participação social e incidência nas agendas políticas rumo a universalização do acesso aos direitos, tal como o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável. Deste modo, conforme serão apresentados na sistematização dos conteúdos das entrevistas da pesquisa de campo realizada no Brasil e na Argentina, este processo de agenda política feminista camponesa e popular para a soberania alimentar dos povos é multiescalar, do local ao nacional e ao internacional (regional latino-americano e global) e, concomitantemente, isto se dá de forma associada à luta social pela transformação da sociabilidade capitalista, patriarcal, racista e imperialista.

- O percurso aqui apresentado pode ser visualizado em seu conjunto na sistematização a seguir:

Quadro 03: Conferências, congressos e assembleias de mulheres de *La Via Campesina* e CLOC		
Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular	1989	América Latina
I Conferência Internacional (da LVC)	1993	Bélgica
I Congresso Latino- Americano de Organizações do Campo (da CLOC)	1994	Peru
II Conferência Internacional (da LVC)	1996	México
II Congresso Latino- Americano de Organizações do Campo (da CLOC) I Assembleia Continental de Mulheres do Campo (da CLOC)	1997	Brasil
III Conferência Internacional (da LVC) I Assembleia de Mulheres (da LVC)	2000	Índia
III Congresso Latino- Americano de Organizações do Campo (da CLOC) II Assembleia Continental de Mulheres do Campo (da CLOC)	2001	México
IV Conferência Internacional (da LVC) II Assembleia de Mulheres (da LVC)	2004	Brasil
IV Congresso Latino- Americano de Organizações do Campo (da CLOC) III Assembleia Continental de Mulheres do Campo (da CLOC)	2005	Guatemala
V Conferência Internacional (da LVC) III Assembleia de Mulheres (da LVC)	2008	Moçambique

V Congresso Latino- Americano de Organizações do Campo (da CLOC) IV Assembleia Continental de Mulheres do Campo (da CLOC)	2010	Equador
VI Conferência Internacional (da LVC) IV Assembleia de Mulheres (da LVC)	2013	Indonésia
VI Congresso Latino- Americano de Organizações do Campo (da CLOC) V Assembleia Continental de Mulheres do Campo (da CLOC)	2015	Argentina
VII Conferência Internacional (da LVC) V Assembleia de Mulheres (da LVC)	2017	País Basco
VII Congresso Latino- Americano de Organizações do Campo (da CLOC) VI Assembleia Continental de Mulheres do Campo (da CLOC)	2019	Cuba
VIII Conferência Internacional (da LVC) VI Assembleia de Mulheres (da LVC)	2023	Colômbia

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

1.5 Síntese do capítulo

"Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes."
Paulo Freire

O objetivo deste primeiro capítulo da tese foi dar continuidade e aprofundamento às discussões e revisões teóricas e documentais que subsidiam a tese, mais especificamente, sobre a questão do direito à alimentação, a partir do qual a problemática de pesquisa doi desenvolvida – as construções políticas das mulheres em movimentos sociais no campo para o acesso ao DHANA, à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar dos povos. Em um primeiro momento, considerou-se a possibilidade de inserir tal discussão na seção *Problematização*, porém, as discussões desenvolvidas transbordaram os contornos de uma *Introdução*, e ganharam dimensão própria como Capítulo 1 de revisão e aprofundamento teórico e documental.

Primeiramente, abordamos que a fome e a insegurança alimentar possuem sentidos diversos, tal como o apetite ou ainda a impossibilidade de comer devido às situações de pobreza e desigualdades. Destacou-se que a alimentação está relacionada ao único instinto humano que requer uma atividade econômica para sua satisfação, isto é, requer a produção e acesso a alimentos, ou seja, está fundamentalmente relacionada ao trabalho e sua compreensão científica demanda contribuições de diferentes áreas de estudo nas ciências da saúde e também nas ciências sociais. Assim, a fome é um problema social, requerendo ações políticas coletivas e públicas de intervenção na questão com vistas a sua superação, sobretudo, no contexto de

conformação de um sistema agroalimentar hegemônico oriundo das transformações produtivas da Revolução Verde, que promoveu padronização, monotonia alimentar e inseguranças alimentares com base em produtos ultraprocessados, transgênicos e agrotóxicos, todos deletérios à saúde humana e à sustentabilidade ambiental.

Neste quadro, também vimos como as formulações políticas sobre o tema da alimentação foram se transformando das perspectivas de segurança nacional e alimentar à perspectiva dos direitos humanos, chegando ao princípio da soberania alimentar dos povos construído politicamente pela *La Via Campesina*, o qual é fortemente vinculado com a ideia da autodeterminação dos povos em seus territórios e a autonomia das mulheres e dos camponeses.

Por fim, foram destacados momentos relevantes da trajetória da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e da *La Via Campesina* (LVC), evidenciando um fato que aludimos na seção introdutória: a importância de visibilizar e compreender os movimentos sociais no campo também como atores das relações internacionais, partindo de lutas sociais locais e nacionais que democratizam o cenário internacional por meio da criação de espaços políticos como conferências e assembleias internacionais em que se promove a participação popular.

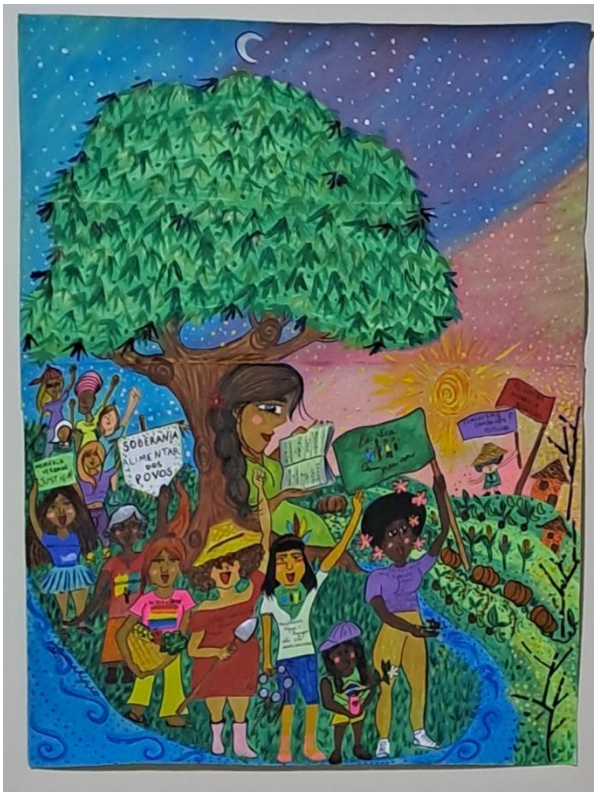


Imagem 09: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a diversidade das mulheres em movimentos sociais no campo. Título: Companheiras nas lutas populares em defesa da vida e da sociobiodiversidade. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO E SUJEITAS COLABORADORAS DE PESQUISA

2.1 Desenho de pesquisa nas Ciências Sociais: Elaboração de uma abordagem crítica, qualitativa e interdisciplinar

"En los jardines humanos
Que adornan toda la tierra
Pretendo de hacer un ramo
De amor y condescendência
Es una barca de amores
Que va remolcando mi alma
Y va anidando en los puertos
Como una paloma blanca"
(Violeta Parra – En los jardines humanos)

A presente pesquisa tem como tema a soberania alimentar dos povos e assume como objeto de estudo as experiências, lutas sociais e construções de agendas políticas para alimentação saudável empreendidas pelas mulheres em movimentos sociais no campo, definidas como sujeitas colaboradoras de pesquisa no Brasil e na Argentina. Deste modo, neste segundo capítulo estão presentes algumas reflexões teórico-metodológicas em conjunto com a apresentação dos procedimentos e técnicas referentes aos métodos de coleta, análises e apresentação dos dados. São fundamentos da pesquisa, tanto a teoria que diz respeito a minha posição sobre o conhecimento científico quanto a metodologia por mim desenvolvida, que se reporta a procedimentos replicáveis para possível comprovação, aprofundamento e até refutação das hipóteses e resultados. Começamos, nesta seção, com reflexões sobre as dimensões da interdisciplinaridade, da teoria social crítica e da abordagem qualitativa.

A interdisciplinaridade, como uma trama ou um mosaico, tece e reúne contribuições de diferentes áreas do conhecimento científico e também concepções compartilhadas das dimensões epistêmico-metodológica e ontológica na pesquisa científica sobre a realidade social (FAZENDA, 1994; 2015), ou seja, sobre o caráter intelectivo e constituidor de um tipo de realidade social, em movimento histórico-dialético, onde existem mudanças e transformações verificáveis e interpretáveis.

Posto isto, estudos empreendidos a partir de diferentes áreas podem ser reunidos no desenho de pesquisa, para o desenvolvimento das mediações necessárias à compreensão dos

fenômenos sociais. Tal compreensão busca superar suas aparentes fragmentações desconexas dos contextos históricos estruturantes, nos quais os fenômenos sociais estão inseridos - indo além de seus aparentes isolamentos face às dinâmicas sistêmicas das relações sociais com as quais estão em contato nas suas particularidades.

Neste caminho investigativo percebe-se, de modo geral, como determinadas categorias tradicionais da teoria social – como os direitos humanos, as políticas públicas, o Estado -, vão ganhando complexidade nos tempos hodiernos, em interação com categorias contemporâneas como a soberania alimentar dos povos, os movimentos sociais populares e os feminismos, entre outras. A interação das categorias sociais não é apenas o surgimento de um certo conjunto de novas ideias abstratas ou a mutação especulativa dos conceitos ao longo do tempo, mas é o movimento do próprio desenvolvimento teórico e político, captando processos históricos dos grupos e classes sociais. Estes últimos, então, as fontes de inovações, mudanças e transformações na totalidade social (KOSIK, 2011) a partir de suas ações, práticas e experiências, tais como a que estão sob análise nesta tese.

A análise destas interações demonstra a formação de complexos de relações sociais concretas, desenvolvidas pelos próprios seres humanos vivendo em sociedade e constituindo uma trama, sempre dinâmica, que é a própria realidade social em sua dimensão histórica. Esta história, feita de relações sociais (MASCARO, 2013), portanto, é "construída por" e "estrutura de volta" grupos e classes sociais, determinando limites às ações destes atores. Por estas águas é que esta pesquisa navega, bucando compreender os processos históricos de construção de novas sociabilidades possíveis, mais saudáveis, sustentáveis e justas, cultivadas por atores, projetos e agendas políticas de luta e reivindicação. Isto em um contexto no qual as causalidades são sempre interpretadas como tendências históricas, múltiplas, permeadas por contradições e constituindo correlações de forças sociais – para além de meras relações diretas de causa e efeito universais e automáticas entre fatos sociais, tomados como coisas e de uma natureza estática.

Acerca das construções políticas de movimentos populares do campo e dos povos indígenas, a socióloga argentina Maristela Svampa conceitualiza este processo como a formação de uma *linguagem de valoração*[43] (SVAMPA, 2012) divergente, relacionada à

[43] Conceituando linguagem de valoração, problematizada por Svampa a partir da obra *"O ecologismo dos pobres Conflitos ambientais e linguagem de valoração"* de Joan Martínez Alier: "Sin ánimo de ontologización alguna, la potenciación de un lenguaje de valoración divergente (tomamos la expresión de J. Martínez Alier) sobre la territorialidad deviene casi inmediata para el caso de las organizaciones indígenas y campesinas, aunque no necesariamente para el caso de las organizaciones urbanas [em que] (...) los reclamos adoptan, por ende, el lenguaje más genérico de los derechos humanos. En cambio, los movimentientos en contra la mineria toxica (...) poseen una capacidad mayor para (re)construir mediaciones que conduzcan a la idea de 'comunidad de vida y territorio' (...) este proceso de construcción de territorialidad (o de reterritorialización) exhibe de manera progresiva uma

cosmovisão destes sujeitos. Ainda que historicamente invisibilizados e marginalizados na vida social moderno-colonial e contemporânea, eles constróem e reconstróem territorialidades e reterritorializações, na prática e na materialidade bem como na teoria e na política.

O que se quer evidenciar é que este não é um estudo que tome como objeto de investigação os fenômenos sociais entendidos como fatos sociais imutáveis no tempo e espaço, como a partir de olhares positivistas (LOWY, 1994) que encaram o Estado, as políticas públicas e os organismos internacionais como entidades dadas e herméticas, de onde advém as palavras finais sobre os temas da vida humana em sociedade. Mas, justamente a questão dos direitos e suas violações é mediada por correlações de forças sociais em disputa por diferentes projetos sociais, culturas e valores. Por este motivo, se vivemos em contexto de desigualdades sociais, as reflexões sobre os dados dos organismos das Nações Unidas, como a FAO, apresentados na Introdução, não são o centro do debate e nem a sua conclusão, mas apenas pontos iniciais para a jornada da pesquisa social voltada à construção de um conhecimento científico que não está fechado em torno de um circuito limitado de especialistas, mas que se abre ao diálogo interdisciplinar, à democratização e à participação política.

Conforme vimos no debate sobre as violações do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, ensejado no capítulo anterior, a realidade social é mediada por situações socialmente construídas de escassez, pobrezas e desigualdades, as quais causam sofrimento à maior parte das pessoas no contexto latino-americano. Logo, reconhecer e esperançar a transformação social junto com um olhar interdisciplinar e com o pensamento social crítico é também uma posição ético-política em defesa da dignidade da pessoa humana e do papel de sujeitos dos atores sociais nas escalas locais, nacionais e internacionais da vida social.

A própria característica dos objetos de estudo nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas se reporta ao ser humano e ao ser social, simultaneamente objeto de análise e sujeito cognoscente transformador, como afirma Octavio Ianni (1990), em *"A crise dos paradigmas na sociologia: Problemas de explicação"*[44].

---

afinidad valorativa com la cosmovisión de los movimientos campesinos e indígenas, historicamente invisibilizados y relegados al margen de la sociedad." (SAVAMPA, 2012, p. 98-99).

[44] (...) a controvérsia sobre paradigmas, bem como teorias e paradigmas, ajuda a explicitar determinadas singularidades da sociologia como ciência social. São singularidades do maior interesse, por suas implicações epistemológicas e ontológicas. (...) Primeiro, a sociologia pode ser considerada uma ciência que se pensa criticamente, todo tempo. O sociólogo tanto produz interpretações substantivas como assume e desenvolve as suas contribuições, dúvidas, polêmicas. (...) Segundo, cabe reconhecer que o objeto da sociologia é a realidade social em movimento, formação e transformação. Essa realidade é alheia e interna à reflexão. O objeto e o sujeito do conhecimento distinguem-se e confundem-se. (...) Terceiro, a sociologia é uma forma de autoconsciência científica

Desta forma, nas Ciências Sociais necessariamente se extrapolam os contornos da concepção de objeto científico apartado do pesquisador, como proposto pelas abordagens positivistas e funcionalistas que transportam para as Ciências Sociais os pressupostos de cientificidade das Ciências Exatas e Biológicas, desconsiderando as particularidades de cada dimensão do conhecimento científico.

Na seara das Ciências Sociais existe a coexistência de diferentes paradigmas científicos, debates interparadigmáticos e, portanto, a definição de uma determinada matriz teórico-metodológica implica simultaneamente uma concepção ontológica e uma posição política perante a realidade social. Partindo destas considerações, quando se fala em abordagem crítica e pensamento social crítico, esta tese também quer dizer que se referencia na matriz teórico-metodológica da teoria social marxiana[45] e nas teorias e epistemologias feministas[46], partindo das elaborações na região latino-americana (mas sem a ela se limitar).

Na teoria social de Marx, o trabalho é a categoria fundante do ser social (LUKÁCS, 2018), devido a sua centralidade na produção e reprodução dos meios e modos de vida dos indivíduos e grupos que sobrevivem e se desenvolvem em sociedade. Consoante Lessa (2012),

---

da realidade social. Tem raízes nos impasses, problemas, lutas e ilusões que desafiam os indivíduos, grupos, classes, movimentos, partidos, setores, regiões e a sociedade como um todo. (...) Quarto, o desafio permanente e reiterado diz respeito à relação entre ciência e arte, teoria e técnica, conhecimento e poder ou teoria e prática. (...) Quinto, na sociologia, o sujeito do conhecimento é individual e coletivo. O sociólogo naturalmente dispõe de todas as condições para estabelecer o seu objeto de estudo. È evidente o estilo pessoal do autor no escrito, na interpretação. Mas uma leitura mais atenta logo indicará o diálogo, o engajamento, a reciprocidade, implícita ou explicitamente, do autor com este ou aquele setor social, grupo, instituição, classe, movimento, partido, corrente de opinião pública, sociedade. São frequentes as obras de sociologia que expressam um autor e uma configuração, um eu e um nós, um sujeito simultaneamente individual e coletivo do conhecimento. (IANNI, 1990, p. 12-13)

[45] De acordo com Karl Marx e Friedrich Engels (2007) em *"A história dos homens"* - "*A ideologia alemã"*: "Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos seres humanos no decorrer da história. (...) começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os seres humanos produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem." (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

[46] De acordo com Silvia Federici em "O patriarcado do salário (Vol. 1): Notas sobre Marx, gênero e feminismo": "É hora de reconhecer que Marx subestimou a resiliência e a capacidade destrutiva do desenvolvimento capitalista e priorizou a análise da produção capitalista ao mesmo tempo que negligenciou algumas das atividades mais importantes por meio das quais a vida é reproduzida. (...) sabemos que em seus últimos anos, ele reviu sua concepção de caminho para a revolução e aprendeu a valorizar as culturas e as conquistas de povos que viviam em uma fase pré-industrial, como as populações nativas das Américas. (...) É possível, portanto, que Marx também tivesse reconsiderado que a classe trabalhadora poderia se apoderar da tecnologia capitalista, voltá-la a propósitos positivos e, no devido tempo, compreendesse a importância do feminismo que ele, em vez disso, menosprezou como uma luta por direitos burgueses. Pois uma perspectiva e um movimento que confrontem o capitalismo com uma compreensão mais profunda das exigências da reprodução diária da vida, são primordiais para a realização da essência revolucionária do marxismo." (FEDERICI, 2021, p. 19-20).

o trabalho "é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de socialidade" (LESSA, 2012, p. 26). Ademais, a práxis social pode ser transformadora e se voltar, então, à superação das relações sociais de desumanização, tal como as identificadas por Marx (2007) no conteúdo da sociabilidade capitalista, então saturada de determinações contraditórias que se desdobram da apropriação privada dos meios de produção e da terra e da exploração da força de trabalho oriunda das divisões sociais do trabalho[47] – dinâmicas geradoras da forma do trabalho abstrato[48] subordinado ao capital, da mais-valia, da alienação e das situações sociais de escassez, pobreza e desigualdades sociais.

Nas teorias e epistemologias feministas críticas, por sua vez, conforme elucidado por Silvia Federici (2017; 2021), destacam-se as análises sobre os contornos excludentes da concepção de trabalho e de sujeitos históricos revolucionários que não incluíam a dimensão dos trabalhos reprodutivos e de cuidado com a vida e nem reconheciam o papel das mulheres na realização dos mesmos, na realização do trabalho produtivo e nos processos das lutas sociais. Também, destacam-se as denúncias e enfrentamentos feministas às discriminações sexual e racial, aprofundadas pela sociabilidade capitalista por meio da criação de práticas sociais e

---

[47] "Cada nova força produtiva, na medida em que não é a mera extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas (por exemplo, o arroteamento de terras), tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho. A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à separação entre trabalho comercial e [trabalho] industrial. Ao mesmo tempo, por meio da divisão do trabalho no interior desses diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição dessas diferentes subdivisões umas em relação às outras é condicionada pelo modo como são exercidos os trabalhos agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classes). **As mesmas condições mostram-se no desenvolvimento do intercâmbio entre as diferentes nações**. As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho." (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

[48] Todavia, na imediaticidade de nossa vida cotidiana, como as atividades que operam o intercâmbio material com a natureza podem ser também convertidas em produtoras da mais-valia, não raras vezes essas duas funções tão distintas são indevidamente confundidas. E, hoje, com a extensão das relações capitalistas até praticamente todas as formas de práxis social, com a incorporação, ao processo de valorização do capital, de atividades que anteriormente ou estavam dele excluídas ou apenas participavam de modo muito indireto, vivemos uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital. (...) Trabalho e trabalho abstrato passam, assim, equivocadamente a ser tomados como sinônimos no caso da sociabilidade contemporânea. Ou seja, para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Correspondente à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em "coisas" (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de socialidade." (LESSA, 2012, p. 26).

políticas de opressão e exploração machistas e racistas que reforçam dinâmicas arcaicas de dominação, desumanização e expropriação de corpos-territórios – como as desigualdades salariais entre grupos sociais e as violências domésticas e institucionais contra mulheres trabalhadoras, pessoas racializadas e sujeitos da diversidade sexual e de gênero, entre outros. (SAFFIOTI, 2013).

Ainda acerca da relação entre a teoria social de Marx e o feminismo, Federici (2021) traz à superfície uma questão candente de nosso tempo: a relação entre desenvolvimento técnico, industrial e científico e a destruição ecológica e social, de modo que as teorias feministas críticas questionam os limites emancipatórios do desenvolvimento da sociabilidade capitalista, promovendo debates fundamentais sobre a economia feminista, o cuidado e a produção em equilíbrio com a natureza. Este último ponto também é algo presente nas lutas e construções teóricas e políticas feministas populares e ecofeministas na região latino-americana, conforme trazíamos as reflexões de Svampa (2015) que, em *"Feminismos del sur y ecofeminismo"*, analisou as linguagens de valoração das mulheres do sul global. Por fim, em *"Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva"*, Federici (2017) também problematizou como a análise marxiana da acumulação primitiva focou em cercamentos de terras do campesinato europeu, sem apreender como as expropriações também se deram por sobre territórios de povos e nações submetidos ao colonialismo europeu e por sobre os corpos das mulheres durante a inquisição e o colonialismo, sobretudo, corpos racializados.

Portanto, todos estes pontos levantados pelas abordagens críticas, referenciados na teoria social de Marx e nas teorias e epistemologias feministas críticas, elucidam aspectos que estruturam e atravessam a vida social em suas múltiplas escalas (local, nacional, internacional) e coletividades (grupos, classes e movimentos sociais, povos, comunidades, etc.). Suas relações históricas aparecem como fenômenos sociais, os quais constituem objeto de investigação em um paradigma dialético e histórico de Ciências Sociais que se coloca atenta aos sujeitos sociais.

O reconhecimento da dimensão intersubjetiva da realidade social e a existência de uma posição política do sujeito que pesquisa não significa arbitrariedade ou ausência de rigor metodológico para a apreensão das relações que estruturam a sociabilidade. É a existência da ética e da objetividade nos procedimentos de pesquisa que garantirá a cientificidade em sua possibilidade se ser replicada, averiguada e até atualizada sempre que necessário tendo em vista a defesa da dignidade da pessoa humana. Isto denota que os processos sociais, então, podem ser apreendidos de diversas formas: por meio de análises qualitativas, análises quantitativas ou ainda análises mistas (quanti-quali) (RAGIN, 2014). Face às possibilidades

existentes, a abordagem escolhida nesta tese é a análise qualitativa[49] porque sua metodologia é a que possibilita identificar presenças (e ausências) de conteúdos nas falas estudadas (BARDIN, 1977), como nos relatos de experiências e construções de agendas políticas das mulheres em movimento sociais no campo.

Na abordagem qualitativa, a realização das entrevistas consiste em momentos de escuta qualificada das sujeitas colaboradoras de pesquisa, o que possibilitará a sistematização e apresentação dos elementos que constituem as dimensões diversas de seus cotidianos e de suas agendas políticas de luta pelo direito à alimentação, segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar dos povos. Por exemplo, nas afirmações das mulheres em movimentos sociais no campo de que: a alimentação possui uma dimensão de trabalho que tem sido pouco discutida pela literatura sobre o tema e que tem reforçado a invisibilidade e desvalorização social dos trabalhos produtivos e de cuidados desempenhados pelas mulheres camponesas e trabalhadoras nas sociedades; além de que, os alimentos, as sementes, a terra e a água devem ser socialmente reconhecidos como bens comuns dos povos para atendimento das necessidades humanas e de vida e não mercadorias e propriedades privadas à serviço da acumulação capitalista de lucros e dos projetos de morte.

Concluindo, são relações humanas e sociais que estruturam a realidade social e, devido a seu caráter relacional e intersubjetivo, elas não são estáticas, mas, interativas, transformáveis, de caráter tendencial e passível de superação histórica por meio da ação humana e coletiva. Por este motivo é que os povos, os movimentos sociais no campo e as lutas sociais feministas, camponesas e populares despontam como elementos tão importantes nesta pesquisa: fenômenos sociais são como relações históricas, vivenciadas numa interação mediada pelo trabalho e pelas atividades dos seres humanos com a natureza e entre si, pois, é desta forma que os seres se humanizam, se desenvolvem socialmente e constróem histórias e memórias coletivas.

---

[49] Consoante Laurence Bardin, em *"Análise de conteúdo"*: "A abordagem quantitativa e a qualitativa não tem o mesmo campo de ação. A primeira, obtém dados descritivos através de método estatístico. (...) A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos ou à evolução das hipóteses (...) apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais descriminantes. (...) pode-se dizer que o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferênica – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem) e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual. A discussão abordagem quantitativa *versus* abordagem qualitativa, marcou um volte-face na concepção da análise de conteúdo (...) comprendeu-se que a característica da análise de conteúdo é a inferência, quer as modalidades de inferência se baseiem ou não em indicadores quantitativos. É evidente que a natureza do material influi na escolha do tipo de medida." (BARDIN, 1977, p. 115-116).

2.2 Técnicas de pesquisa social: Pesquisa documental e pesquisa de campo com entrevistas e diário de campo

"A chuva cai sobre a natureza
E a planta cresce gerando a riqueza
E a trabalhadora luta com certeza
Para não faltar o pão sobre a nossa mesa
A terra guarda a raiz da planta que gera o pão,
Da madeira que dá o cabo da enxada e do violão.
Liberdade é pão, é vida, Terra mãe, trabalho e amor
É o grito da natureza, viola de um cantador.
É o povo em movimento contra as cercas da concentração
Com um sorriso de felicidade e a história na palma da mão."
(Terra e raiz – I Oficina Nacional dos Músicos do MST, 1996)

Na abordagem crítica, qualitativa e interdisciplinar deste trabalho, entende-se que para desvendar a densidade complexa das categorias sociais se requer também ir além, atravessar a conceituação ideal e aparente dos fenômenos sociais, identificando antagonismos, contradições, suas explicações e possibilidades de transformação em suas determinações concretas (KOSIK, 2011). Assim, pode-se afirmar que a revisão da literatura para aprofundamento das referências teóricas que subsidiam a interpretação dos dados, conforme ensejado no Capítulo 1, foi um passo importante da tese, porém, não é o foco final do estudo - descrever, reunir e esgotar, como um dicionário, coletânea ou guia de campo de estudos todas as diversas elaborações teóricas e conceituais sobre um determinado tema. Neste sentido, esta seção demonstra como se desenvolve o foco da tese em uma contribuição à área das Ciências Sociais que se aproxima, interpela e interpreta a realidade por meio de uma pesquisa social que amplia suas fontes e vai à campo. Portanto, as técnicas de pesquisa utilizadas para coleta de dados e desenvolvimento da tese incluíram a pesquisa documental e a pesquisa de campo com realização de entrevistas com roteiro semiestruturado e construção de diário de campo via registro de imagens, observações, percepções e sentimentos.

Pesquisa documental

De início, na etapa de pesquisa documental, foram estudados documentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) bem como

documentos da *La Via Campesina* e de movimentos sociais integrantes e parceiros da CLOC e da LVC no Brasil e na Argentina.

Os documentos da FAO que foram utilizados foram os Relatórios de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*) desde o primeiro ano em 1999 até sua última edição com este nome em 2015. Referente ao ano de 2016, foi estudado o Relatório sobre Alimentação e Agricultura no Mundo (*The state of food and agriculture in the world*). A partir de 2017 a 2023 foram estudadas as edições anuais dos Relatórios de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*) que adquiriram novo nome com o início da Agenda 2030 da ONU em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram assumidos após o ciclo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Observou-se que os organismos internacionais multilaterais são fonte exemplar de dados macrossociológicos no tema, reunindo informações sobre o quadro da subnutrição e da insegurança alimentar em países de todos os continentes do mundo. Foram utilizados nesta tese os dados referentes à população da América Latina e Caribe em geral e das populações no Brasil e na Argentina, em específicos. Também foram apresentados na tese os dados divulgados nas últimas edições dos relatórios acerca da prevalência destes problemas sociais na vida das mulheres e das populações rurais.

Quadro 04: Estudos de documentos publicados por organismos internacionais: FAO/ ONU

Ano de publicação	Título
1999	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2000	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2001	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2002	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2003	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2004	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2005	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2006	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2007	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)

2008	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2009	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2010	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2011	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2012	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2013	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2014	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2015	Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*)
2016	Relatório sobre Alimentação e Agricultura no Mundo (*The state of food and agriculture in the world*)
2017	Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*)
2018	Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*)
2019	Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*)
2020	Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*)
2021	Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*)
2022	Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*)
2023	Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*)

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

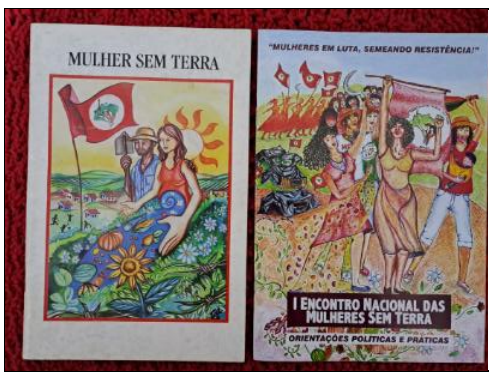
Ademais, para o levantamento dos marcos legais em políticas para alimentação e agricultura nos países foi estudada a base de dados FAO LEX DATABASE. Esta base de dados apresenta uma lista dos marcos legais de políticas para agricultura e alimentação por país, porém, não havia organização cronológica. Portanto, durante a elaboração da tese estas informações foram organizadas e quantificadas ano a ano, construindo uma análise de trajetória da criação dos marcos legais de políticas para alimentação e agricultura no Brasil e na Argentina. Os gráficos foram utilizados na Introdução e as tabelas a eles referentes estão disponíveis nos apêndices da tese. Tal análise de trajetória propiciou identificar qual o período de tempo em que houve maior intensidade de inovações nas agendas políticas dos países, denotando similaridades neste aspecto além da identificação de uma correlação entre estas variações e os períodos de alteração nos dados de prevalência de subnutrição e insegurança alimentar. Também foram identificados quais governos políticos estavam no exercício do poder

em cada cenário nos países, uma informação que não consta nos relatórios da FAO/ONU por motivos como não-intervenção nos processos políticos democráricos internos dos países membros dos organismos multilaterais, por exemplo, mas que também estão disponíveis para consulta nos apêndices da tese. Estes achados da pesquisa documental foram relevantes para aprofundamento da compreensão da realidade social no Brasil e na Argentina e para a construção do roteiro de perguntas para as entrevistas na pesquisa de campo.

Ademais, a partir da delimitação da *La Via Campesina* como ator relevante na pesquisa, conforme previamente explicitado seu protagonismo no cenário internacional para a construção política do princípio da soberania alimentar dos povos e da Declaração da ONU dos Direitos das Camponesas e Camponeses, também foi empreendida uma análise documental de publicações diversas e documentos internos da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), da *La Via Campesina* e de movimentos sociais populares brasileiros e argentinos integrantes e parceiros destas articulações.

A listagem completa dos documentos estudados segue sistematizada nos apêndices da tese e constituiu a etapa de leitura exploratória/ flutuante que subsidiou os passos seguintes de realização da pesquisa de campo no Brasil e na Argentina, principalmente a construção do roteiro de entrevistas.







Imagens 10;11;12: Acervo pessoal. Cartilhas e folders utilizadas em trtabalhos de educação popular de base pelo MMC, MST e a Campanha contra a Violência no Campo.

Pesquisa de campo com entrevistas e diário de campo

Avançando nos passos desta pesquisa social, portanto, foi decidida a ida à campo, para o ensejo de um diálogo mais aprofundado com interlocutoras que atuaram no processo social de construção da soberania alimentar dos povos como resposta aos problemas sociais da fome, subnutrição e insegurança alimentar na região latino-americana. Uma vez averiguado que os relatórios dos organismos internacionais multilaterais - como os da FAO/ONU - não evidenciavam e nem explicavam algumas correlações identificadas como relevantes, então buscou-se outros atores na construção da agenda política para o direito humano à alimentação e nutrição adequada, resultando na identificação do protagonismo do movimento de articulação internacional *La Via Campesina*. Assim, priorizou-se o ensejo de pesquisa de campo junto às mulheres em movimentos sociais no campo, integrantes e parceiras da *La Via Campesina* no Brasil e na Argentina, posto que há uma prevalência de gênero nos problemas sociais estudados. Tal recorte não significa que o tema da alimentação não poderia ser investigado a partir de outros caminhos de pesquisa, como a entrevista de técnicos e servidores na burocracia estatal, por exemplo, mas, a escolha destes atores políticos requeriria a priorização e definição de outros critérios no desenho de caso, diferentes dos que foram aqui assumidos. As mulheres em movimentos sociais no campo constróem politicamente as agendas locais, nacionais e internacional do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, a partir do seu próprio dia a dia, politizando o cotidiano e transcendendo as fronteiras tradicionais (e excludentes) do *policy making*.

Foram realizadas 16 entrevistas no total, mantendo uma proporcionalidade entre os dois casos sob análise comparativa, ou seja, foram entrevistadas 8 mulheres integrantes e parceiras da *La Via Campesina* no Brasil e 8 mulheres integrantes e parceiras da *La Via Campesina* na Argentina, cujo contato foi possível por meio de anos de trajetória pessoal profissional, política e acadêmica junto aos movimentos sociais no campo no Brasil - no âmbito do desenvolvimento de atividades de assessoria técnica para projetos, educação popular e pesquisa participante (conforme apresentado no Memorial da seção Introdução).

Conforme se pode observar no quadro subsequente, das oito sujeitas colaboradoras de pesquisa no Brasil, foram entrevistadas mulheres de: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). que antes também havia integrado a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Das oito sujeitas colaboradoras de pesquisa na Argentina, foram entrevistadas mulheres de: Movimento

Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC), Movimento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), Movimento Nacional Campesina Indígena – Somos Tierra (MNCI – ST), Movimento Campesino de Córdoba (MCC), Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT) e Ni una Menos (cuja ativista trabalha na Fundación Plurales).

Durante a realização das entrevistas, também foi desenvolvido um Diário de Campo. Neste caderno foram reunidas observações das viagens de campo como a descrição dos locais de entrevistas, percepções sobre o contato com as colaboradoras de pesquisa, sentimentos, dificuldades, descobertas, entre outras informações relevantes que contribuíram para a compreensão do tema de pesquisa e do próprio processo de pesquisa de campo.

Concluindo esta seção, o desenho metodológico é, portanto, criação original da pesquisadora que vai à campo, a partir da definição de critérios, amostras, procedimentos de pesquisa, hipóteses, perguntas, objetivos. É formado por um conjunto de procedimentos metódicos, verificáveis e replicáveis, que produzem conclusões refutáveis ou que possam ser até mesmo atualizadas e aprofundadas ao longo do tempo. Pois, entende-se que a realidade social pode ser compreendida como movimento de mudanças e transformações ao longo de diferentes períodos, áreas, espaços e escalas. Objetivou-se desenvolver a trajetória teórico-metodológica da análise por etapas investigativas, a fim de desenhar, na jornada de volta à superfície da teoria, novas informações cientificamente válidas sobre a soberania alimentar dos povos em territórios dos povos latino-americanos, destarte, no recorte das experiências de mulheres em movimentos sociais no campo que são sujeitas de direitos, atores das relações internacionais e colaboradoras de pesquisa.

Quadro 05: Movimentos sociais e articulações entrevistadas

País	Movimento social e articulações (até 2023)	Quantidade de entrevistas
ARGENTINA	Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) da privíncia de Santiago del Estero; se articula nacionalmente no Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC). Articulam-se internacionalmente na CLOC e na *La Via Campesina.* Movimento social misto.	1
	Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) da província de Córdoba; se articula nacionalmente no Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST). Articulam-se internacionalmente na CLOC e na *La Via Campesina.* Movimento social misto.	3
	Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT).	1

	Parceiro de ações com as organizações da CLOC e *La Via Campesina*. Movimento social misto.	
	Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI – VC). Articula-se internacionalmente na CLOC e na *La Via Campesina*. Movimento social misto.	2
	Ni Una a Menos. Atua em rede de ativistas e possui uma assembleia nacional que articula diversas entidades, onde também está presente a militância de movimentos integrantes e parceiros da CLOC e *La Via Campesina* na Argentina. Movimento social/ rede auto-organizada de mulheres.	1
BRASIL	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), movimento nacional. Articula-se internacionalmente na CLOC e na *La Via Campesina*. Movimento social auto-organizado de mulheres.	5
	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento nacional. Articula-se internacionalmente na CLOC e na *La Via Campesina*. Movimento social misto.	2
	Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo nacional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Participa da *La Via Campesina* no Brasil. Movimento social/pastoral mista.	1

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

2.3 Sobre a análise dos dados: Estudos latino-americanos em perspectiva comparada e Análises de conteúdo

"Onde pisa uma mulher há sentimento,
Onde pisam duas mulheres há determinação,
Onde pisam três mulheres a organização nasce.
Mas quando mais mulheres se juntam e pisam na terra firme,
germina a esperança, já é possível planejar a colheita da safra de um mundo novo."
Sandra Sanches – Falando de nós mesmas

Os estudos latino-americanos em perspectiva comparada

O intercâmbio e solidariedade entre os povos é ao mesmo tempo a construção compartilhada de saberes e práticas por meio do vínculo que nos une como humanidade e por meio do reconhecimento da dimensão das particularidades em cada cultura, identidade e

processo de formação sócio-histórica. A possibilidade de nos (re)pensar no encontro de diferenças a serem celebradas não pode ignorar que nossas relações sociais são também de desigualdades e, estas últimas sim, as desigualdades, é que devem ser transformadas rumo à justiça social por meio da superação de (des)valores etnocêntricos e eurocêntricos que enquadram de formas discriminatórias as nossas relações sociais e nossos olhares antropológicos, sociológicos e políticos. Isto posto, esta seção elucida os passos metodológicos por meios dos quais os estudos comparados latino-americanos podem encontrar suas particularidades, para além do etnocentrismo europeu, do colonialismo e do capitalismo dependente, para trazer novas agendas políticas e de pesquisa. Este pode ser um caminho que contribui para a superação dos processos de marginalização e invisibilização de povos, grupos e classes sociais em situação de pobreza e desigualdade. As contradições sociais se acirram em tempos de destruição ecológica e social promovida pelo (neo)extrativismo à serviço da lógica capitalista de acumulação primitiva e acumulação de lucros privados. Trata-se de uma lógica antibiodiversa que atravessa Estados, políticas, direitos e corpos-territórios com o modelo imperialista da globalização neoliberal, com a violência, com a mercantilização e financeirização dos bens comuns, com a hegemonia de sistemas agroalimentares insalubres e insustentáveis e com o desencantamento do mundo.

Neste sentido, esta tese se trata da construção das saídas de nossa encruzilhada civilizatória contemporânea, em uma análise histórico-comparada nas agendas políticas para o direito humano à alimentação, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos, buscando compreender as contribuições das mulheres em movimentos sociais no campo no Brasil e na Argentina.

Conforme afirma Ragin (2014), são igualmente importantes e não contraditórios os procedimentos de análise causal baseada em pesquisa empírica e os procedimentos de interpretação de casos históricos, como no tocante às agendas políticas para alimentação no contexto brasileiro e as agendas políticas para alimentação no contexto argentino, estudadas pela tese. Em *"The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies"*, Charles Ragin (2014), nos explica o que é e quais são os procedimentos para delineamento dos estudos comparativos de casos.

Consoante Ragin (2014), um estudo comparativo de casos é o desenvolvimento de uma pesquisa que pode utilizar abordagens qualitativa, quantitativa ou até mesmo uma combinação de ambas, estabelecendo critérios de recorte no tema geral elencado para análise. Por meio de sucessivos procedimentos de estabelecimento de critérios de análise, se empreendem estratégias de orientação de caso (*case-oriented strategies*) que criam o desenho de pesquisa – processo

que o autor chama de *"casing"*. No entanto, ele alerta que a maioria dos pesquisadores sociais que realizam um estudo de caso não situam as próprias estratégias de orientação de caso como componente formal do desenho metodológico de seu estudo.

Na abordagem orientada pelo caso/ estudos comparativos de casos (RAGIN, 2014), existem acordos substanciais entre os pesquisadores sociais comparativistas acerca dos aspectos essenciais deste caminho científico. Neste sentido, é importante afirmar que o objetivo do estudo de caso é compreender casos específicos, de significativo valor heurístico, por meio de olhares interpretativos, causal-analítico ou ainda uma combinação destes dois enfoques. A análise interpretativa considera desdobramentos históricos significativos ou conjuntos de desdobramentos históricos significativos, que constituem processos sociais comparáveis. Busca-se coletar evidências históricas, cronologicamente descritas, a partir das quais se possam identificar causalidades/ tendências histórico-estruturais que expliquem as categorias constitutivas do fenômeno social empírico sob investigação.

Deste modo, para formular melhor as estratégias de orientação de caso, buscamos responder as perguntas orientadoras de Leonardo Morlino (2010), presentes no livro *"Introducción a la investigación camparada"*: O quê comparar? Por quê comparar? Como comparar? Vamos às respostas. Em primeiro lugar, acerca de o quê comparar: esta tese assume como tema de estudo a soberania alimentar dos povos e está comparando conteúdos das agendas políticas para alimentação saudável construídas pelas mulheres em movimentos sociais do campo no Brasil e na Argentina. Em segundo lugar, o porquê do comparar: é o fato de que em ambos os países foi lograda a redução significativa dos índices de subnutrição e insegurança alimentar de suas populações, porém, esta redução não se sustentou a longo prazo e os países apresentam paralelismos em seus contextos políticos - relacionados à emergência de governos progressistas que promovem avanços na pauta e de governos conservadores que promovem retrocessos de direitos, conforme mudanças nas correlações de forças sociais em cada conjuntura. Assim, busca-se sistematizar e descrever de forma aprofundada, a partir do conteúdo das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa, quais são os elementos causais que constituem esta tendência de instabilidade no acesso da população ao direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável. Por último, sobre como comparar: esta tese realizou pesquisa de campo no Brasil e na Argentina realizando entrevistas com mulheres em movimentos sociais no campo, buscando sistematizar seus relatos sobre experiências de vida, trabalho, saúde e participação política; saberes, práticas cotidianas e lutas sociais, entre outros.

Entende-se o estudo dos casos de Brasil e Argentina como de significativo valor heurístico porque o Brasil é justamente considerado uma referência internacional em programas

sociais para erradicação da fome e promoção da agricultura sustentável. Não menos importante, a Argentina manteve por muitos anos seus índices de subnutrição abaixo da média regional latino-americana e passou uma reversão deste quadro em contextos de profundas crises econômicas e políticas que ocorreram nos últimos anos. Ademais, ambos os países tem uma trajetoria de parceria estratégica na América Latina, por meio dos processos de integração regional no cone sul, sobretudo, no âmbito do Mercosul – ainda que as linhas estratégicas de inserção internacional dos países não sejam sempre alinhadas, consoante mudanças do perfil dos governos e de suas políticas externas em cada contexto.

Um outro traço constitutivo dos estudos comparativos de casos é a possibilidade de produção de uma limitada generalização de sua explicação, produzindo efeitos de interpretação e causais-analíticos, uma vez que, ainda que cada evento histórico-social possua singularidades, também compartilha particularidades com outros acontecimentos. Portanto, compreende-se que no presente trabalho, ao analisar as transformações nas agendas políticas no Brasil e na Argentina, também é possível lançar luzes sobre os problemas das raízes estruturais das desigualdades sociais e de gênero, das violações do direito à alimentação e da falta de acesso à terra e território na América Latina, sobretudo, identificando o papel das mulheres camponesas e dos movimentos sociais no campo como atores de novas relações internacionais contra as contradições do cenário internacional - oriundas de relações de dominação imperialistas na globalização neoliberal, da divisão internacional do trabalho e de dinâmicas de expropriação de corpos-territórios e de direitos, entre outras.

Outros dois autores importantes durante o desenvolvimento da tese foram Charles Tilly (1984) e Theda Skocpol (1979) acerca da abordagem histórico-comparativa e do olhar aos movimentos e lutas sociais.

A tipologia[50] de estudos comparativos desenhada por Charles Tilly em *"Big structures, large processes, huge comparisons"* sistematiza as estratégias investigativas em pesquisa comparada em torno de quatro enfoques: individualizadora (individualizing), universalizadora (universalizing), globalizadora (encompassing) e identificadora de variação (variation-finding). Cada uma delas busca evidenciar a intencionalidade cognitiva da pessoa que pesquisa, na organização implementada dos casos que compõem um determinado conjunto, relacionado à

[50] Neste sentido, podemos observar, a partir da obra de Charles Tilly (1984), que: a comparação individualizadora assume um caso de um evento para estudo e analisa a singularidade de sua forma; a comparação universalizadora busca assumir todos os casos de um evento para estudo e os analisa sob a perspectiva de um princípio explicador a todos; a comparação globalizadora assume um evento ou um caso para estudo que, por sua vez, integra um sistema no qual uma mesma categoria sob análise adota uma multiplicidade de formas consoante suas posições e relações neste mesmo sistema; a comparação identificadora de variação assume uma certa diversidade de casos de estudo ou todos os casos de estudo de uma mesma categoria para identificar suas diferenças.

categoria sob análise. Ou seja, verifica-se se há diversidade de casos (instâncias sob análise) e se os casos adotam múltiplas formas ou apenas uma forma singular. A metodologia de pesquisa social com análise histórico-comparada, utilizada na presente tese, se inspirou na tipologia de metodologias de Charles Tilly (1984), identificando como percurso metodológico um diálogo entre as denominadas comparação globalizadora (sistêmica) e comparação identificadora de variação, pois, estuda um mesmo evento no âmbito de um sistema (a agenda política de alimentação saudável para a soberania alimentar de mulheres em movimentos sociais latino-americanos face ao sistema agroalimentar hegemônico no cenário internacional) e investiga dois casos sob comparação: Brasil e Argentina, a fim da identificar suas semelhanças e diferenças. Não menos importante, interpretam-se as transformações nas agendas políticas, suas causas e desdobramentos, de modo a contribuir com a elaboração de categorias nas Ciências Sociais para resolução de situações sociais de desigualdades.

Acerca do olhar causal-analítico histórico-comparativo[51], uma segunda referência téorico-metodológica importante é Theda Skocpol (1979), cujas obras são consideradas clássicos exemplares das Ciências Sociais, sobretudo, para os cientistas comparativistas. Skocpol (1979) destacou a importância da imaginação macrossociológica[52] na pesquisa, que se

[51] A 'história comparativa' é regra geral utilizada sem grande exatidão para relacionar as análises nas quais duas ou mais trajetórias históricas de Estados-nações, complexos institucionais ou civilizações se justaponham. (...) Há ainda uma terceira versão da história comparativa – a qual classifico neste trabalho como análise histórico-comparativa – na qual o objetivo primordial consiste em elaborar, testar e apurar hipóteses explicativas e causais de acontecimentos ou estruturas que integram macroestruturas como os Estados-nações. (...) A análise histórica comparativa é, de fato, a forma de análise multivariada a que se recorre quando existem demasiadas variáveis e insuficientes casos. (...) Basicamente tenta-se estabelecer associações válidas de causas potenciais com os fenômenos específicos que se procura explicar. Existem duas vias principais de procedimento. A primeira consiste em tentar estabelecer que um certo número de casos que tem em comum o fenômeno que se pretende explicar partilham também um conjunto de fatores causais, embora variem de outros modos que possam ter parecido causalmente relevantes. Esta abordagem é aquela a que Mill chamou o "Método da Concordância". O segundo consiste na constatação que se pode fazer entre os casos nos quais estão presentes os fenômenos a ser explicados e as suas causas hipotéticas e outros casos que, embora tanto os fenômenos como as causas neles se não verifiquem, sejam, noutros aspectos, tão semelhantes quanto possível aos casos positivos. A este processo interpretativo chamou Mill "Método da Diferença". (...) À primeira vista, a análise histórico comparativa pode não parecer muito diferente da abordagem dos "historiadores naturais" (...). Na realidade, porém, as abordagens histórica-comparativa e de história natural das revoluções diferem quer no objetivo quer no método de análise. Enquanto a análise histórica comparativa tem como meta estabelecer as causas das revoluções, os historiadores naturais pretendem descrever o ciclo característico, ou a sequência de estádios, que tipicamente deveria ocorrer nos processos revolucionários. (SKOCPOL, 1979, p. 48-50)

[52] Finalmente, é necessário frisar que a análise histórica comparativa não constitui um sucedâneo para a teoria. Na verdade, só pode ser utilizada com a indispensável ajuda de conceitos e hipóteses teóricas. Com efeito, o método comparativo só por si não pode dar consistência teórica ao fenômeno a ser estudado. Não pode selecionar adequadas unidades de análises ou dizer quais os casos históricos que deveriam ser estudados. Tão pouco pode fornecer as causas hipotéticas a ser exploradas. Todas estas devem provir da imaginação macrossociológica, inteirada das discussões teóricas atualizadas e sensível aos tipos de provas para os conjuntos de casos históricos. No entanto, a análise histórico comparativa representa uma valiosa baliza, ou âncora, para a especulação teórica. Incentiva o estudioso a explanar os argumentos causais propostos pelas elevadas perspectivas teóricas e a combinar, se necessário, interpretações diversas de modo a permanecer fiel ao derradeiro objetivo – o qual consiste

reporta à contribuição da pesquisadora, do sujeito cognoscente que fará os recortes de pesquisa, a formulação das hipóteses, a própria escolha do tema, por exemplo. Em *"Estados e Revoluções sociais"*, ela explica que: a análise histórico-comparativa é a mais indicada quando há muitas variáveis e poucos casos para análise, ademais, diferenciando-se da história natural devido a sua busca pela apreensão e interpretação das relações de causalidade nos processos sociais, para além de descrevê-los em suas semelhanças e diferenças. Assim, a análise histórico-comparativa é desenvolvida por meio da justaposição das diversas categorias existentes em cada quadro sob investigação no âmbito do conjunto de estudos comparativos de casos, ressaltando aspectos considerados semelhantes e diferentes. Pode-se identificar as causalidades como tendências histórico-estruturais que operam no desenvolvimento de um determinado processo social estudado, propiciando uma síntese que refute ou afirme as hipóteses teoricamente formuladas a partir das perguntas de pesquisa e seus objetivos - apresentadas na Introdução. Nesta tese, buscando identificar diferenças e semelhanças, foram empreendidas considerações comparativas entre os casos de Brasil e Argentina nas seções 3.3 e 4.3.

As análises de conteúdo

O ponto de partida para o desenvolvimento deste aspecto da pesquisa foi o interesse de analisar de forma qualitativa e comparada as ações e agendas políticas das mulheres em movimentos sociais no campo de Brasil e Argentina, em luta social pelos direitos humanos à alimentação e à terra e território na região latino-americana. Desta forma, durante as minhas leituras das obras sobre estudos comparados foi identificada uma ausência de explicações suficientemente detalhadas, no passo a passo mesmo, sobre como utilizar os métodos de análise de dados em uma abordagem qualitativa[53] e histórico-comparativa, isto é, sobre como são e como usar as ferramentas e procedimentos de coleta e interpretação de dados qualitativos da realidade social. Neste sentido, em meu processo de construção metodológica da pesquisa e de investigação do tema proposto, passei pela experiência de não me sentir plenamente segura e contemplada apenas com as metodologias de estudos comparados e de políticas públicas em perspectiva comparada e agreguei outros aportes para construir meu próprio desenho de

certamente no esclarecimento das regularidades causais de casos históricos. Qualquer que sejam a(s) fonte(s) de inspiração teórica, a história comparativa só é bem-sucedida se atingir convincentemente este objetivo. E quando é empregue de uma forma bem-sucedida, a análise histórico comparativa serve como uma estratégia ideal de mediação entre a teoria e a história. (SKOCPOL, 1979, p. 52)

[53] Para retomar a definição de abordagem qualitativa ver seção 2.1.

pesquisa. Portanto, uma vez decidido ir à campo, foi necessário incorporar mais algumas referências teórico-metodológicas para sentir segurança no desenvolvimento do estudo.

Desta forma aqui também está presente a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para a realização das entrevistas e dos procedimentos de análise e sistematização das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa. Para empreendimento da abordagem qualitativa em pesquisa social foram estudadas a partir do contato com a área do Serviço Social, as obras de duas autoras consideradas referências no tema: Maria Cecília de Souza Minayo e Laurence Bardin, que dialogam com os estudos em saúde e com as epistemologias feministas (conhecidas também como perspectivas de gênero, em algumas abordagens).

Os discursos e representações sociais que emergem sobre os processos sociais de construção de direitos humanos e de formulação de políticas públicas, tal como produzidos por atores sociais relevantes na América Latina - como as mulheres em movimentos sociais populares no campo -, são componentes estruturantes da cultura política das sociedades nacionais, das formações sociais em estudo, das particularidades regionais latino-americanas e da arena internacional. Isto significa, nesta pesquisa, que o pensamento crítico cultivado no âmbito dos instrumentos de luta social não é apenas um conjunto de ideias, mas também se configuram como práticas sociais dos sujeitos, que podem ser contraditórios e transformadores no cotidiano de vida, na realidade social e no cenário internacional. Portanto, é possível interpretar por meio da pesquisa social, com base em uma abordagem qualitativa, a práxis das mulheres em movimentos sociais no campo em luta social pela soberania alimentar dos povos, sendo elas sujeitas e atores nos cenários políticos multi-escalares (SASSEN, 2010) - local, nacional e internacional. As mulheres em movimentos sociais no campo buscam participar não apenas da reivindicação das políticas e direitos, mas também dos momentos de formulação estratégica, implementação e avaliação dos mesmos. Estes são momentos nos quais sofrem com a marginalização e a sub-representação política face à reprodução social da invisibilização e desvalorização de seus trabalhos, saberes e práticas sociais. Isto se dá em contrapartida à reprodução social dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes, internas e externas - às sociedades nacionais capitalistas dependentes -, que se apropriam da maior parte do orçamento público estatal e das riquezas naturais do território nacional para fins privados de acumulação de lucros, e não para fins coletivos e comunitários de atendimento das necessidades humanas e sociais de produção e reprodução da vida (PEREIRA, 2011). Portanto, como os conteúdos estruturais das realidades sociais estão sempre envolvidos em práticas discursivas permeadas pelas culturas e ideologias, é importante compreender em perspectiva crítica a realidade social e o discurso correspondente a esta mesma realidade, como método de

evidenciar contradições nos fenômenos sociais que não estejam imediatamente perceptíveis mas que incidem na estruturação dos processos sociais.

Assim, para fundamentar a abordagem qualitativa foram utilizadas as perspectivas de Laurence Bardin e sua metodologia crítica de análise de conteúdo e, de forma complementar em algumas passagens da sistematização das falas, as reflexões de Maria Cecília de Souza Minayo desde seu método hermenêutico-dialético de análise das falas dos atores sociais, situadas em seus contextos sociais. Na obra *"Análise de conteúdo*", Laurence Bardin explica que no âmbito da pesquisa social de abordagem qualitativa é importante, além da definição da perspectiva teórico-metodológica, também a definição dos procedimentos e ferramentas de levantamento e tratamento dos dados primários sob investigação. No passo a passo, foram seguidos os cinco passos propostos pela metodologia da análise de conteúdo: 1. Coleta de dados; 2. Unitarização; 3. Categorização; 4. Descrição; 5. Interpretação.

Neste sentido, os procedimentos de coleta de dados foram as entrevistas com questionários semiestruturados e a degravação do conteúdo integral de todas as entrevistas, em português e em espanhol. O roteiro de questionário semiestruturado foi elaborado a partir da revisão da literatura sobre o tema e da análise documental, buscando contemplar as informações que se queria encontrar. Também a leitura exploratória/flutuante dos documentos da CLOC, da *La Via Campesina* e de seus movimentos sociais subsidiaram a construção do roteiro, cuja versão final está disponível nos apêndices da tese.

As entrevistas foram agendadas com mulheres dos movimentos sociais populares no campo, entendidas não como os objetos de pesquisa mas como as sujeitas colaboradoras da pesquisa para a compreensão do tema da soberania alimentar dos povos em perspectiva feminista camponesa popular. O vínculo com elas se deu por meio de uma longa trajetória pessoal (profissional, acadêmica e política) compartilhada no memorial deste trabalho. As entrevistas foram realizadas por meio de pesquisa de campo no Brasil e na Argentina durante o segundo semestre de 2023. Todas as degravações foram realizadas pela própria pesquisadora, possibilitando uma imersão ainda mais profunda nos dados e também o incício da apreensão de possíveis categorias que seriam descritas em passos ulteriores.

Na etapa de unitarização, as entrevistas degravadas foram reunidas sem identificação das entrevistadas e constituíram o conjunto das fontes primárias da pesquisa social, onde cada entrevista é um texto tomado como unidade de registro. Por sua vez, cada unidade de resistro foi subdividida em seções menores, como orações e parágrafos, que são as unidades de análise a partir das quais foram formuladas as categorias sociais de análise. A partir da leitura das unidades de análise, foram identificadas as temáticas homogeneizadoras em torno das quais a

diversidade de unidades de análise dos textos compuseram a categorização dos dados primários. Portanto, a partir da coleta de dados primários submetidos ao processo de unitarização, se deu a segunda etapa da categorização, isto é, a formação de categorias sociais cujo conteúdo é oriundo dos elementos trazidos pelas entrevistadas, então agrupados conforme versem sobre um mesmo aspecto da realidade social. Após a unitarização e a categorização, as fontes primárias já foram organizadas como códigos de análise do fenômeno social estudado pela tese e foram empreendidos os últimos passos na etapa de aplicação dos procedimentos de análise de dados: a descrição e interpretação das categorias sociais, em que se reúnem as informações correspondentes a cada categoria social identificada na etapa anterior para realizar a apresentação.

A interpretação e apresentação dos resultados estão disponíveis nas seções 3.1, 3.2, 4.1 e 4.2 da tese, intercalando informações dos casos brasileiro e argentino. Nestas seções são apresentadas as sistematizações finais das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa, seguidas pelas seções 3.3 e 4.3, para articulação com a teoria que dialoga sobre os temas levantados pelos conteúdos das falas. Foi uma decisão e um exercício de criatividade de pesquisa para a apresentação dos resultados, a sistematização conjunta das falas das entrevistadas na forma de um "mosaico de vozes", como se as leitoras e leitores da tese estivessem participando de um encontro entre mulheres que são de diferentes movimentos sociais e regiões de cada país (e que, fora do universo da pesquisa, não necessariamente todas se conhecem ou já conversaram entre si sobre os temas propostos pela pesquisa).



Imagem 13: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese ao longo do Curso de Formação Nacional do MMC Diálogos Pedagógicos do Femismo Camponês Popular, abordando o mosaico de vozes como imagem-síntese da metodologia de sistematização e apresentação dos resultados de pesquisa. Título: Ciranda das mulheres camponesas em defesa da sóciobiodiversidade. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2021-2023.

A pintura acima, realizada durante o período de elaboração da tese, constitui uma imagem síntese da perspectiva de imersão nas falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa que se buscou contruir. Desta forma, na apresentação dos resultados de pesquisa, por meio da descrição e reorganização interpretativa dos dados, buscou-se representar: o diálogo, a construção compartilhada de saberes e as trocas de experiências entre as lutadoras sociais feministas camponesas populares.

As etapas de unitarização, categorização, descrição e interpretação dos dados foram realizadas manualmente e envolveram todo o conjunto das entrevistas. Ou seja, não foram utilizados instrumentais computadorizadas de análise de dados e também não se empreendeu a forma mais frequente de interpretação e apresentação de dados que apenas seleciona pontualmente alguns trechos das entrevistas para intercalar com as reflexões teóricas. Deste modo, durante as análises dos dados, utilizei materiais de pintura e desenho, como tintas, canetas, giz de cera e lápis de cor, a partir dos quais desenvolvi uma série de retratos e pinturas que visaram articular os códigos de representação verbal com códigos de representação icônicas[54] para apresentação dos resultados de pesquisa. O processo criativo também se inspira e busca dialogar com a *Galeria Virtual da La Via Campesina "Artistas por la Soberanía Alimentaria"*[55]. Sei que hoje em dia a maioria dos pesquisadores trabalha utilizando programas de computador para fazer suas análises de dados, mas, meu processo teórico-metodológico foi simultaneamente científico e artístico e resultou nas muitas ilustrações que compõem a tese e que, junto com registros fotográficos nos processos de pesquisa de campo, buscam afirmar a relevância das informações imagéticas na construção do conhecimento científico.

---

[54] Sobre o uso de códigos de representação icônica na metodologia de pesquisa científica: "(...) a imagem foi desvalorizada, e seu potencial para a compreensão do mundo da vida foi quase que totalmente excluído. Esta herança, especialmente no que se refere ao positivismo, contaminou todo o pensamento ocidental e se tornou responsável, no interior das Ciências Sociais e da Psicologia Social, por uma metodologia verbo-centrada. É um fenômeno bastante contraditório a imagem estar, atualmente, tão desvalorizada no interior da ciência pertencente a uma sociedade fortemente caracterizada pela predominância imagética no mundo da vida em geral. A esfera pública atual, que se constitui no espaço fundamental para a construção e transformação das formas sociais de atribuição de sentido, se encontra amplamente inundada pelas imagens criadas pela indústria da comunicação. (...) Ao obter, nas nossas pesquisas de campo, por meio de questionários, entrevistas ou grupo focal, todo um produto constituído de material exclusivamente verbal, ficamos perante um conjunto de dados e informações que devemos analisar com a maior precisão, imparcialidade e objetividade possível. Certamente dispomos da possibilidade da vivência direta no campo e das técnicas da abordagem etnográfica, da prática de leitura da linguagem não-verbel (posturas, gestos, expressões faciais, etc.), das leituras análogas das falas (tempos, ritmos, pausas, etc.), das técnicas e instrumentais computadorizados para análise de conteúdo e análise do discurso e das técnicas de construção de redes de significados que nos fornecem fortes metodologias de análise dos resultados que coletamos. Mas, (...) creio que o desenvolvimento de técnicas ativas de coletas de informações imagéticas poderá enriquecer, facilitar e tornar mais precisas as nossas metodologias de trabalho. Associar o código de representação verbal ao código de representação icônico certamente potencializará nossas análises e fortalecerá os resultados e conclusões de nossos trabalhos." (MEDINA FILHO, 2013, p. 264-265)

[55] LA VIA CAMPESINA. Galeria Virtual: Artistas por la soberanía alimentaria. Disponível em: https://viacampesina.org/es/artistas-por-la-soberania- alimentaria. Acesso em: 27 de julho de 2023.

Em *"Importância das imagens na metodologia de pesquisa em Psicologia Social"*, Antônio Luiz de Medina Filho identificou como um dos desdobramentos do positivismo nas Ciências Sociais e na Psicologia Social, a desvalorização do uso de imagens no pensamento científico ocidental, desta forma, as sociedades tem seu espaço público repleto de imagens criadas pela indústria da comunicação e pelo mercado capitalista, voltado às relações de consumo e não à compreensão crítica da realidade social. Neste sentido, em contraponto a estas limitações, esta tese se desafiou a criar novas experiências metodológicas como a articulação do desenvolvimento de desenhos e pinturas autorais junto ao ensejo da análise de conteúdo das entrevistas com as mulheres lutadoras sociais, além da incorporação de outros recursos como fotografias e simbologias (bandeiras, ilustrações de cartilhas, poster de campanhas, etc.) dos movimentos sociais do campo - também registrados no diário de campo durante a pesquisa no Brasil e na Argentina. Por último, ao longo da elaboração da tese, am alguns casos também foram elaborados tabelas, quadros e gráficos considerados úteis para melhor organização e consulta dos dados.

Portanto, a análise de conteúdo foi utilizada neste trabalho como metodologia qualitativa de coleta de dados primários, análise e apresentação de resultados com incorporação de recursos imagéticos, para responder às perguntas de pesquisa e testar as hipóteses teóricas delineadas, cumprindo com os objetivos do projeto. Neste ponto é pertinente a observação de que, tomando como ponto de partida para a elaboração do desenho de pesquisa social as próprias perguntas de estudo, a abordagem qualitativa é especialmente adequada para responder questões que se reportam ao "porquê", "de que forma" e ao "como" dos fenômenos sociais - posto que a abordagem quantitativa constata e quantifica as ocorrências/não ocorrências das categorias sociais nos fenômenos sociais. Isto denota a especificidade[56] do olhar qualitativo nos desenhos de pesquisa, posto que possibilita a interpretação das categorias e o delineamento de inovações conceituais e teóricas no âmbito do pensamento social crítico, ainda que hegemonicamente os análises quantitativas e matemáticas tendam a ser mais imediatamente reconhecidas como científicas devido à prevalência da visão de que exista um "núcleo duro" na ciência em geral, ocupado então pela área das exatas e matemáticas.

[56] A interpretação teórica das categorias sociais é o componente fundamental da abordagem qualitativa e, por este motivo, muitos autores de análise histórico-comparada, como Charles Ragin, Charles Tilly e James A. Caporaso, explicam que em realidade não existe uma absoluta separação entre as abordagens quantitativa e qualitativa, sendo esta última sempre necessária para a realização de qualquer estudo estatístico que prescinde de formulações teóricas prévias sobre as categorias sociais às quais se propõem a quantificar. Ou seja, só é possível quantificar algo que esteja qualitativamente assumido em consideração.

Em sequência, para concluir esta seção, a segunda autora que foi citada como uma referência metodológica para o desenvolvimento da abordagem qualitativa neste trabalho foi Maria Cecília de Souza Minayo. Em *"Pesquisa social: Teoria, método e criatividade"* e *"O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde"*, a autora explica o procedimento hermenêutico-dialético de análise de falas, cuja perspectiva foi utilizada na construção do *Diário de Campo* e do *Memorial*. Trata-se de um caminho crítico de interpretação não apenas das informações diretamente ditas pelas entrevistadas, mas também atento à descrição do contexto delas, aos seus sentimentos, possíveis silêncios e ausências, aos símbolos que aparecem e são mencionados nos momentos das entrevistas. Isto foi pertinente para entender os contextos e bastidores da pesquisa de campo, entre outros elementos que foram sistematizados no *Diário de campo*, relido no fechamento da última etapa de interpretação teórica dos dados primários. Durante a elaboração da tese foram feitos registros neste sentido os quais também subsidiaram a elaboração dos desenhos e pinturas autorais. Neste sentido, busca-se explicitar que no âmbito da pesquisa qualitativa é possível incorporar as subjetividades como elementos constituidores da realidade social pesquisada, onde se identifica o fenômeno social sob análise, tal como problematizado no início deste capítulo, por meio do diálogo com o texto de Octavio Ianni (1990). Ademais, faz parte da ética de pesquisa que fique claro ao leitor qual é o ponto de vista de quem escreve sobre determinado fenômeno social - entre outros possíveis a partir dos quais também se possam construir explicações acerca da realidade social na qual estamos todos inseridos. Isto é especialmente relevante no contexto de desenvolvimento de pesquisas científicas nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas onde o objeto de estudo e o sujeito cognoscente estão ambos implicados na mesma realidade social analisada. Portanto, a poposta de Minayo também contribuiu especialmente para a escrita do *Memorial* que constituiu a abertura desta tese na Introdução.

Concluindo, conforme aprendemos com Paulo Freire (2005), toda construção teórica é ação-teoria-ação, num diálogo de troca de saberes onde pesquisadoras e sujeitas colaboradoras da pesquisa aprendem umas com as outras durante o processo. Por fim, como etapa final da pesquisa social, os resultados serão publicados à sociedade e será dado um retorno às mulheres em seus movimentos sociais acerca do que foi desenvolvido em conjunto. Visa-se avançar na defesa da ciência orientada por um projeto ético-político democrático e de defesa dos direitos humanos, construindo universidades públicas à serviço dos povos e da superação das desigualdades sociais que os afligem.

2.4 Sujeitas colaboradoras de pesquisa no Brasil e na Argentina

"Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida
É o querer, é o querer das Margaridas
Somos de todos os novelos
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas
'Nós que vem' sempre suando
Este país alimentando
Tamos aqui para relembrar: Este país tem que mudar!"
Loucas de Pedra Lilás – O canto das margaridas
(Música lema da Marcha das Margaridas)

Esta seção apresenta as sujeitas colaboradoras de pesquisa que concederam entrevista durante a pesquisa de campo junto às mulheres em movimentos sociais no Brasil e na Argentina. Todas autorizaram a divulgação de seus nomes no conjunto das colaboradoras do estudo, e os termos de consentimento livre e esclarecido devidamente assinados seguem disponíveis nos apêndices da tese. Este elemento é importante na construção de memória coletiva e visibilidade das mulheres na história da luta social no campo e pelo direito à alimentação saudável, à terra e território e à agroecologia. Abaixo seguem as informações sobre as datas de cada entrevista, duração da conversa/ gravação e o nome completo de cada uma das colaboradoras por país.

Quadro 06: Colaboradoras de pesquisa

País onde vive a participante	Nome da participante	Data da Entrevista	Tempo de duração
ARGENTINA	(1) Verónica Natalia Luna	17/08/2023	2:31:40h
	(2) Deolinda Carrizo	27/10/2023	0:55:00h
	(3) Carina Del Valle Reynoso	29/10/2023	1:02:52h
	(4) Florencia Nahir Gerez	29/10/2023	0:33:35h
	(5) Maria Carolina Llorens	29/10/2023	1:14:41h
	(6) Estibaliz Redondo	30/10/2023	1:25:09h
	(7) Mercedes Natividad Taboada Sanabria	01/11/2023	1:44:10h
	(8) Eleonora Pedot	02/11/2023	1:30:15h
BRASIL	(9) Iridiani Graciele Seibert	16/09/2023	3:09:23h
	(10) Isolete Wichinieski	20/09/2023	1:47:15h

	(11) Bárbara Loureiro Borges	25/09/2023	1:17:33h
	(12) Adriana Maria Mezadri	16/11/2023	1:37:42h
	(13) Edcleide da Rocha Silva	24/11/2023	0:44:49h
	(14) Juçara Martins Ramos	07/12/2023	2:45:58h
	(15) Rita Zanotto	14/12/2023	1:45:21h
	(16) Rosangela Piovizani Cordeiro	17/12/2023	2:04:27h

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Durante as entrevistas também foi combinado com as mulheres que seriam atribuídos codinomes para cada uma delas a fim de preservar a identidade acerca de quem individualmente mencionou cada elemento. Esta também foi uma questão importante tendo em vista que não poucas relataram situações e acontecimentos delicados e difíceis de suas vidas pessoais que requerem ser tratados com sensibilidade e respeito.

Não menos relevante, algumas manifestaram preocupações com o contexto de criminalização dos movimentos sociais em tempos de avanço dos conservadorismos e polarizações políticas nos países latino-americanos, que possuem históricos dolorosos de repressão política. Portanto, também como forma de cuidado com as protagonistas das trincheiras das lutas sociais foram definidos codinomes na “guerrilha” cultural feminista camponesa popular desta tese. Os codinomes foram criados com a junção de palavras oriundas das próprias entrevistas concedidas por cada uma delas, muitas palavras se repetem em uma identidade latente que eventualmente emergia em suas falas.

Para cada uma elaborei pinturas autorais, em sintonia com anotações que fiz sobre elas em meu diário de campo e com a inspiração que surgia enquanto eu fazia manualmente as análises de conteúdo.

Seguem breves apresentações das 16 participantes do estudo, baseadas em alguns elementos de suas entrevistas, do que compartilharam comigo durante o encontro com elas e de percepções registradas nos diários.



Imagem 14: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Agroecóloga da libertação. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Agroecóloga da libertação

A "*Agroecóloga da libertação"* nasceu na região sul do Brasil, na área rural, e começou a participar do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) quando ainda era adolescente porque sua mãe era militante do movimento social. Ela começou participando de encontros das jovens e, posteriormente, graduou-se em agroecologia em uma universidade na Venezuela duarnte os anos de governo de Hugo Chávez, contexto em que conheceu as bandeiras de luta da revolução bolivariana e os debates sobre a unidade, solidariedade e libertação latino-americana. Durante muitos anos cumpriu tarefas nacionais no Escritório Nacional do MMC em Brasília, capital do Brasil e também desenvolveu muitos trabalhos de articulação internacional com a CLOC e a *La Via Campesina.* Já articipou de conferências da FAO/ONU reivindicando agroecologia, soberania alimentar dos povos, preservação das sementes crioulas e direitos das mulheres do campo e das cidades. Pós-graduada em Ciências Sociais, é autora de dezenas de trabalhos e artigos sobre Feminismo Camponês Popular.



Imagem 15: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Compañera de la comunidad. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Compañera de la comunidad

A "*Compañera de la comunidad"* nasceu na região da província de Córdoba, na Argentina, na área urbana, mas nunca se identificou com o ambiente das cidades porque considerava muito inseguro. Depois que seus filhos nasceram, começou a viajar com frequencia para passar temporadas no campo com amigos e decidiu se mudar definitivamente para o campo, onde relata que a natureza lhe trouxe paz e a ajudou a criar as crianças que podiam correr livremente e brincar sem medo. Ela é criadora de cabras, galinhas caipiras e ovelhas. Um de seus trabalhos favoritos é a elaboração de deliciosos doces de leite de cabras os quais comercializa junto com o movimento social que participa, o Movimento Campesino de Córdoba (MCC), que integra o Movimento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST). Em sua militância de base ela é agente promotora popular de saúde de sua comunidade.



Imagem 16: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Irmã acampada transformadora. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Irmã acampada transformadora

A *"Irmã acampada transformadora"* nasceu e cresceu na área rural do sul do Brasil e estudou para ser freira scalabriniana e trabalhar com imigrantes e refugiados, porém, em sua trajetória de vida se deparou com a luta social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ela trocou a vida religiosa para atuar nas trincheiras da educação popular junto aos migrantes da luta pela terra, tendo sido uma das militantes fundadoras do Setor de Formação do movimento, contribuindo com inúmeras atividades da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Na defesa da Reforma Agrária Popular, esteve presente em diversos momentos de luta, escreveu uma importante dissertação sobre o tema da soberania alimentar dos povos e também tem sido uma das principais referências brasileiras na coordenação e articulação de inúmeras ações internacionalistas populares da CLOC e da *La Via Campesina.* Após nossa entrevista ela ia buscar uma colmeia de abelhas sem ferrão para levar à chácara onde vive, em que plantou diversas árvores frutíferas para alimentar o bioma cerrado, sua família e as gerações futuras.



Imagem 17: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Anciana de las raíces originárias. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Anciana de las raíces originárias

A "*Anciana de las raíces originárias"* nasceu na área rural da província de Santiago del Estero onde cuida de plantações agroecológicas feitas com sementes crioulas, de criações de vacas e das programações da rádio comunitária. Apesar de ainda jovem carrega dentro de si a força e a sabedoria encantada de séculos de resistência de seu povo indígena, o Pueblo Vilela. Ela é militante do Movimento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), que integra o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC). Ela denuncia as contradições da monocultura de soja e da mineração de lítio nas regiões do norte da Argentina, fronteiras das cordilheiras dos Andes que a muitos anos foram também terras dos povos Incas. Ali, os povos originários resistem à longa noite do colonialismo, resistem ao agronegócio, à fome, à sede e ao (neo)extrativismo exportador de *commodities* que contamina o meio ambiente e desmata as florestas. Ouvimos a força de sua voz: *Abajo las reformas, arriba las whipalas!*



Imagem 18: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Lutadora migrante da floresta. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Lutadora migrante da floresta

A *"Lutadora migrante da floresta"* imigrou de sua região de origem no sul do Brasil para o Paraguai, junto com sua família, quando ainda era criança. Depois de adulta e casada imigrou de volta a seu país natal para viver em um assentamento rural de reforma agrária no bioma amazônico. Inspirada pela luta social de Chico Mendes, das comunidades extrativistas e dos povos indígenas da Amazônia, integrou associações e movimentos de trabalho de educação popular de base e de luta por direitos. Contribuiu para o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), para a construção de encontros, congressos e marchas nacionais. Coordenou o Escritório Nacional do MMC na capital federal, para onde corajosamente se mudou com toda sua família. Com sua filhas, netos, marido, criou a Chácara Sucupira baseada na cultura camponesa, a partir da qual participou ativamente de muitas feiras agroecológicas fomentando unidade do campo e da cidade. Defensora dos trabalhos do Programa Nacional de Edução da Reforma Agrária (PRONERA) e da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), hoje em dia luta pelos direitos das populações atingidas pelo crime do estouro das barragens de rejeitos da mineração na bacia do Rio Doce.



Imagem 19: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Trabajadora de la mirada comunista. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Trabajadora de la mirada comunista

A *"Trabajadora de la mirada comunista"* se mudou para Buenos Aires quando sua mãe fugia da perseguição política da ditadura argentina em outra província, chamada Mendoza. Ela graduou-se em Serviço Social e foi na universidade que iniciou sua militância a partir do movimento estudantil, atuando com partidos políticos e se identificando com o comunismo. Trabalhou durante muitos anos a partir da organização não-governamental Servicio de la Cultura Popular (SERCUPO), que surgiu atuando com a juventude, mais especificamente, com jovens usuários de psicoativos que sofrem muitas violações de direitos, violências e preconceitos. Conheceu o Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) a partir do qual se identificou com as lutas sociais campesinas indígenas e, depois, tornou-se militante do Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC). No dia que eu a conheci nós sofremos um acidente de carro à caminho da cooperativa, na hora eu só tinha um alfajor e um doce de leite na bolsa para dar à ela no intuito de que aquele momento não fosse tão angustiante. Então, quando fui fazer seu retrato, desenhei um carro novo para ela.



Imagem 20: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Educadora da mística afro-indígena. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Educadora da mística afro-indígena

A *"Educadora da mística afro-indígena"* veio das terras de União de Palmares e Palmeira dos Índios, terra de luta do Quilombo de Palmares e dos povos indígenas do nordeste brasileiro. Filósofa, pós-graduada em Educação e militante incansável das trincheiras da alfabetização e do trabalho de educação popular de base, é uma voz potente pelo direito à diferença e às diversidades das mulheres do campo, florestas e águas contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e o imperialismo. Com sua família, vive em um assentamento de reforma agrária fruto da luta de posseiros organizados na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e é atualmente referência do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado de Alagoas. De uma sensibilidade profunda, é pesquisadora da mística que move as mulheres camponesas e trabalhadoras na luta por direitos. Ela planta a defesa da agroecologia, das sementes crioulas e da comunicação popular em todos os seus espaços de atuação científica, profissional e política.



Imagem 21: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Hija de la semilla rebelde. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Hija de la semilla rebelde

A "*Hija de la semilla rebelde"* nasceu na área rural no Paraguai e imigrou para a Argentina nos anos 1990, para trabalhar e cuidar de uma tia que também era imigrante naquele país. Ela é uma voz importante pelo direito à terra, à moradia e à alimentação saudável, enfrentando corajosamente as desigualdades sociais, o machismo, o racismo e a xenofobia. Nas periferias urbanas de Buenos Aires se tornou uma importante liderança comunitária no ensejo de ocupações de terras pelo direito à moradia, denunciando que os impactos do avanço do agronegócio e da concentração fundiária afetam todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, do campo e da cidade. Em um determinado momento de sua vida conheceu o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC) por meio do qual se juntou com mais um grupo de companheiros e companheiros para se mudar para a área rural, em uma ação que denominam como *"la vuelta al campo"* e por meio da qual fundaram uma cooperativa de produtores da agricultura familiar campesina indígena, de base agroecológica.



Imagem 22: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Jovem da romaria do cerrado. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Jovem da romaria do cerrado

A *"Jovem da romaria do cerrado"* migrou do sul do país para o centro-oeste trabalhando com pastorais rurais da Igreja Católica no Brasil. Nasceu e cresceu na área rural, trabalhou em fábrica de sapato e atuou muitos anos como professora e como liderança da Pastoral da Juventude Rural (PJR). Atualmente é coordenadora na Comissão Pastoral da Terra (CPT), na luta contra o trabalho escravo e a violência no campo, defensora da vida e dos territórios dos camponeses, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais. Ela relatou como é apaixonada pelo bioma cerrado, como sente que o cerrado a escolheu e como decidiu fixar raízes em Goiás. A partir deste território, se envolveu em ações coletivas importantes como a *Articulação de Mulheres do Cerrado*, a *Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida* e a *Campanha Contra a Violência no Campo: Em defesa dos povos do campo, das florestas e das águas.*



Imagem 23: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Lideranza por la vida y la salud. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Lideranza por la vida y la salud

A *"Lideranza por la vida y la salud"* nasceu, cresceu e vive até hoje em uma região semi-árida no norte da Argentina, de onde ela ergue sua voz na denúncia dos impactos da monocultura da soja que causa desmatamento e agrava a seca em sua província de Santiago del Estero. Ela é defensora da agroecologia, encantadora de abelhas, produtora de mel e de cosméticos naturais de ervas como o talco de jarilla, criadora de coelhos, galinhas, patos, entre outros animais, além de cuidar de suas hortas e de seu filho pequeno. Militante da Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT) ela nos ensinou o que foram as ações coletivas dos *verdurazos* e *feriazos* argentinos, que visam construir vínculos diretos dos produtores do campo com os consumidores da cidade, fortalecendo as lógicas da economia solidária, dos mercados locais e da economia feminista, principalmente gerando renda e autonomia para as mulheres do campo. Ela também atua no coletivo de saúde de sua organização, sempre atenta também para o enfrentamento às situações de violência contra as mulheres nos territórios de sua comunidade.



Imagem 24: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Revolucionária das flores transatlânticas. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Revolucionária das flores transatlânticas

A *"Revolucionária das flores transtlânticas"* é filha de uma família que se refugiou no Brasil durante o contexto da guerra civil na Angola, nas travessias de pontes transtlânticas que conectam os continentes africano e latino-americano. Ela nasceu e cresceu na periferia da capital federal brasileira e compartilha do amor de sua mãe pelas flores e plantas. Com a força da Orixá dos ventos e das tempestades ela é uma das vozes potentes da construção do *Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis*, tendo elaborado uma dissertação importante sobre a questão do abastecimento alimentar. Ela começou sua militância com o movimento estudantil na área da Engenharia Florestal, lutando contra o desmatamento das florestas e áreas de presservação, contra a desertificação promovida pelas monoculturas de eucaliptos e contra o capitalismo verde. Como militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é defensora da agroecologia, das agroflorestas, do feminismo camponês popular e da Reforma Agrária Popular.



Imagem 25: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Militante de la memória, verdad y justicia. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Militante de la memória, verdad y justicia

A *"Militante de la memória, verdad y justicia"* é uma companheira de luta solidária, gentil, forte e inspiradora, que atua na construção política do feminismo campesino indígena y popular e na defesa da economia feminista a partir de sua formação em Psicologia. Filha de desaparecidos políticos da ditadura militar argentina, sua mãe era dirigente de uma relevante organização agrária do país, e suas histórias e saberes são potentes na luta contra os golpes políticos e econômicos na América Latina e pela memória, verdade, justiça e reparação. Ela cresceu com seus avós e junto com seu irmão caçula viu sua avó também entrar na luta, com as Madres de Plaza de Mayo. Quando foi para a universidade se envolveu desde cedo com a ecologia social, incialmente como apoiadora das comunidades e povos campesinos e indígenas na região norte da Argentina. Quando os restos mortais de seus pais foram encontrados em um território de ocupação do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), na periferia da província de Buenos Aires, ela se tornou militante desta organização, atuando, principalmente, com a construção do setor de feminismo do MNCI – Somos Tierra.



Imagem 26: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Candanga ancestral. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Candanga ancestral

A *"Candanga ancestral"* relatou que viveu sua infância durante a construção de Brasília e por isso se identifica com a identidade candanga, referente aos migrantes pioneiros nortistas e nordestinos que construíram a capital federal do Brasil. Em suas falas, ela traz a força e a memória da ancestralidade negra em sua família, combatendo a discriminação racial e reivindicando a reforma agrária popular, sobretudo, relacionando-a à reparação histórica que o Estado brasileiro deve às comunidades e famílias negras deste país cujos ascendentes sofreram com a desumanização da escravatura nas lavouras de monocultura das elites latifundiárias. Como servidora pública aposentada, trabalhou com muitas atividades sindicais e em defesa do INCRA e das políticas de reforma agrária, combatendo também as grilagens de terras e a violência no campo. Atuou com muitos movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e, atualmente se considera militante da base social do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).



Imagem 27: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Hermana valiente en marcha. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Hermana valiente en marcha

A *"Hermana valiente em marcha"* nasceu e cresceu em Córdoba, na Argentina. Graduou-se em Serviço Social e trabalha com a Fundación Plurales desenvolvimento projetos com mulheres camponesas e urbanas. Ela também se identifica como parte do movimento Ni Una Menos, relatando como as grandes mobilizações deste movimento contagiaram as mulheres argentinas e criaram um sentimento de pertencimento no enfrentamento legítimo às violências de gênero e aos feminicídios. Ela também explicou que na Argentina a simbologia das lutas feministas tem as cores lilás/roxa e também a cor verde, pois, o lilás/ roxo é a cor tradicional do feminismo das mulheres trabalhadoras e o verde é a cor da luta pela legalização do aborto. Ela participou da marcha do Tercer Malón por la Paz durante a parte do trajeto que passou por sua província em direção à capital Buenos Aires, sendo solidária à luta dos povos indígenas contra a mineração de lítio nos territórios. Ela também veio ao Brasil para participar da delegação internacional da Marcha das Margaridas, em 2023, onde a conheci.



Imagem 28: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Camponesa livre e socialista. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Camponesa livre e socialista

A *"Camponesa livre e socialista"* não fica sem o seu chimarrão, típico da região sul onde nasceu e vive até hoje. Nascida e criada na área rural, desde jovem é militante na defesa da agricultura feminista e camponesa de base agroecológica e já construiu diversas ações de luta contra o modelo do agronegócio e contra as corporações multinacionais - que degradam o meio ambiente com transgênicos e agrotóxicos, destruindo os meios de vida e a autonomia das camponesas e camponeses. Durante a entrevista, ela relatou sua preocupação com as chuvas e as secas causadas pelas mudanças climáticas e pelo avanço do desmatamento nos territórios do bioma pampa. Ela é uma importante referência nas tarefas de direção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e também na Articulação de Mulheres da CLOC/ La Via Campesina, sendo uma voz potente na luta internacionalista e feminista camponesa popular pelo fim das violências contra as mulheres.



Imagem 29: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando as sujeitas colaboradoras de pesquisa. Título: Vecina vegetariana. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2023-2024.

Vecina vegetariana

A *"Vecina vegetariana"* nasceu no País Basco, em luta pela autodeterminação de seu povo face à dominação do estado da Espanha. Por este motivo, se identificou desde cedo com a luta por libertação dos povos latino-americanos contra o colonialismo empreendido pelos países europeus. Cruzou o oceano atlântico para viver nestas terras, tendo morado durante muitos anos no Brasil, onde militou com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, por fim, em meio ao contexto da pandemia de Covid-19, estabeleceu residência na Argentina, tornando-se militante do Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI - ST). Ela é uma comunicadora fantástica, muito inteligente e carismática e sim, ela é vegetariana e durante a entrevista contou bastante sobre o tema, enquanto fumava seu cigarrinho orgânico e artesanal feito de palha.

2.5 Síntese do capítulo

"Coração de estudante, há que se cuidar da vida, há que se cuidar do mundo."
Milton Nascimento

Neste capítulo abordamos o percurso teórico-metodológico da pesquisa, apresentando elementos que fundamentaram o desenvolvimento do estudo. Primeiro, falamos sobre os componentes da abordagem científica empreendida, a qual consiste na análise qualitativa, crítica e interdisciplinar, compreendendo os fenômenos sociais como processos coletivos, históricos e dinâmicos. Assim, discutiu-se a contribuição da matriz teórico-metodológica da teoria social de Marx e a centralidade das leituras feministas para uma perspectiva crítica da realidade social - da qual nos aproximamos para o encontro das inferências da tese. Não menos relevante, foi elucidado que a análise qualitativa foi também um componente escolhido para a abordagem da tese, tendo em vista a busca da escuta qualificada das mulheres em movimentos sociais no campo. Em um segundo momento, foram apresentadas as técnicas de pesquisa utilizadas, sendo elas a pesquisa documental e a pesquisa de campo – nesta última realizando entrevistas com roteiro semiestruturado e anotando observações e desenhos em um diário de campo. Foram discutidos os documentos utilizados na fase de leitura flutuante da tese, que incluíram tanto documentos de organismos internacionais como a FAO/ONU quanto documentos de movimentos sociais populares do Brasil e da Argentina. Também foram apresentados os movimentos sociais entrevistados em cada país e a quantidade de entrevistas.

Na sequência, argumentou-se acerca dos fundamentos teóricos que subsidiaram a análise de dados, mais especificamente os estudos comparados latino-americanos e a análise de conteúdo. Os estudos latino-americanos dizem respeito à compreensão das particularidades nacionais na região, suas semelhanças e diferenças. Por sua vez, a Análise de conteúdo se reporta ao passo a passo da análise de dados proposta por Laurence Bardin, sendo suas etapas: a pré-análise após a coleta de dados, a unitarização, a categorização, a descrição e a interpretação, finalizada com a apresentação dos resultados e inferências de pesquisa a qual foi realizada por meio da ideia de um "mosaico de vozes" e com utilização de recursos imagéticos. Por fim, foram apresentadas as sujeitas colaboradoras de pesquisa, seus nomes completos e os codinomes aqui adotados, acompanhados de uma breve descrição com retratos feitos pela própria pesquisadora a partir do conteúdo das entrevistas e de observações do diário de campo.

CAPÍTULO 3 – VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NO BRASIL E NA ARGENTINA

3.1 Feminismos, trabalho e saúde das mulheres no Brasil (Categoria I)

"As mulheres em luta, da cidade e da roça,
Acreditam sempre na sua força de união,
Se organizam reivindicando seus direitos
Perdem a vergonha, vão com fé e decisão.
A flor na terra desabrocha
O sol aquece com seu brilho e esplendor
Chegou o tempo de colher nossos frutos
Que juntas plantamos regando com amor.
Entrei na luta, da luta eu não fujo,
Pelos direitos, da luta eu não fujo
Pela igualdade, da luta eu não fujo
Para construir uma nova sociedade."
Entrei na luta – MMC/SC

3.1.1 "Fortalecer a luta em defesa da vida": Trabalho e participação política e cuidado na alimentação

No âmbito da primeira categoria da análise de conteúdo, um dos aspectos relevantes nas falas das entrevistadas foi sobre seu trabalho e sua atuação profissional e política, pensadas também em sua relação com a alimentação. Neste sentido, esta tese interpreta que a ação coletiva de luta social das mulheres nos movimentos sociais enfrentam as desigualdades no trabalho produtivo e de cuidados e na participação política, a partir de suas práticas sociais e agendas políticas de alimentação saudável voltadas a "fortalecer a luta em defesa da vida", um lema do MMC que foi citado por algumas das entrevistadas no Brasil e cujos conteúdos esta seção apresenta.

Em um dos relatos da *Lutadora migrante da floresta,* militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ela afirma que em seu movimento o debate sobre o princípio da produção de alimentos saudáveis é sempre um compromisso com o cuidado com a natureza e com a defesa da soberania alimentar dos povos. Fizeram uma ação muito forte, em 2006, contra os monocultivos de eucaliptos e, em 2007, lançaram a Campanha Nacional de Produção da Alimentação Saudável, protagonizando entre os movimentos do campo a bandeira da produção de alimentação saudável numa campanha nacional. Esta campanha foi uma ação coletiva em contraponto, resposta e continuidade na força de luta contra os processos de

desertificação verde promovidos por corporações multinacionais como a Aracruz Celulose. Simultaneamente, a campanha afirmava a contribuição das mulheres camponesas, em seu trabalho e em sua participação política, relacionada à produção de alimentos.

> E o Movimento de Mulheres Camponesas com debate é deste princípio da produção de alimento, de alimentos saudáveis, não é, comprometido com a natureza, mas com a soberania alimentar, né. Então eu olho, por exemplo, assim, a gente fez uma ação muito forte em 2006 contra os monocultivos, em 2007 a gente lança uma Campanha Nacional de Produção de Alimentação Saudável, foi nós que levantamos essa bandeira da produção de alimentação saudável numa campanha nacional. Não era só para contrapor a ação que nós fizemos de enfrentamento à Aracruz celulose, mas era para dizer que a nossa missão enquanto camponesa é produzir alimentos, né, e que a gente quer ser valorizada, ser vista como tal, né, que tem um papel central para a humanidade, a produção de alimentos. E depois tem todas as campanhas que a gente faz agora da Sementes de Resistência e dos quintais produtivos, né, e aí é muito bonito de se ver também, né, essas trocas, as feiras, as trocas de sementes, né. Quando você vai num encontro de mulheres que têm uma Feira de Troca de Sementes é a variedade muito grande que as mulheres têm. É, é fantástica, né, e que o movimento está tendo esse papel muito legal do resgate dessas sementes. (Lutadora migrante da floresta)

Ou seja, para ela, a construção política da alimentação para a transformação da sociedade requer o reconhecimento e valorização dos trabalhos das mulheres do campo nas atividades de produção dos alimentos, um papel central para a humanidade. Este protagonismo das mulheres do campo é ensejado desde suas hortas, roçados, quintais produtivos, feiras, trocas de sementes de amplas variedades que as mulheres têm e compartilham entre si, até suas ações coletivas de ocupação, marcha, campanhas. São diversas experiências voltadas ao diálogo com a sociedade, à denúncia das violações de direitos promovidas por corporações multinacionais e latifúndiários, além da incidência nos governos para construção de políticas públicas e direitos. O MMC, então, é caracterizado por suas militantes como um movimento social popular e auto-organizado de mulheres que tem um papel social importante na realização da alimentação saudável como direito, articulado ao resgate e cuidado com as sementes crioulas, tal como pode ser constatado nas atividades desenvolvidas pela Campanha Nacional Sementes de Resistência.

Uma outra entrevistada do MMC, *Candanga ancestral,* pontua que as mulheres são muito presentes em todos os movimentos sociais por meio dos quais se busca ressignificar a alimentação para além do senso comum de hábitos alimentares pessoais, mas como ação política e coletiva, relacionada às diversidades nos biomas e nas culturas regionais dos povos. Portanto, é uma pauta na agenda política das mulheres em movimentos sociais no campo que vai avançando na luta, por mais que nem sempre na sociedade, na mídia, nos espaços

acadêmicos e nas arenas políticas se valorize os movimentos sociais populares e, menos ainda, se reconheça o protagonismo das mulheres. Ela conta que participou junto do MMC na luta pela aposentadoria, pelos direitos das mulheres na saúde e na reforma agrária e também no enfrentamento à violência doméstica, sempre constatando a presença e importância da agroecologia na construção política da alimentação e de condições de vida mais saudáveis e, observando como esta discussão foi se consolidando como um elemento central das lutas sociais das mulheres do campo. Relata que sempre viu as mulheres na briga pela agroecologia, inclusive quando companheiras de militância relatavam a morte de familiares devido ao uso de agrotóxicos na produção convencional. Também aprendeu junto ao movimento social que as mulheres rurais se envenenavam múltiplas vezes, porque estavam desde o trabalho de colocar o veneno na plantação junto com seus maridos e depois entravam em contato novamente com a contaminação na hora de lavar as roupas da família e nos momentos da colheita, separação e armazenamento dos grãos, preparação e consumo da comida envenenada. Por este motivo, em sua interpretação, a luta da agroecologia, por mais que seja algo a ser assumido pelo conjunto dos lutadores sociais, assim como a alimentação saudável, ainda tem sido feminina e feminista, não uma responsabilidade que venha sendo desde sempre assumida pelos homens e, por isso mesmo tem sido por muito tempo considerado um assunto menos importante, pois, não são saberes e prátcas masculinos que tendem a receber destaque e prioridade nas relações políticas.

Em sua opinião, os homens apropriam-se das bandeiras políticas das mulheres quando abordam este assunto sem sequer mencioná-las em suas discussões, como é o caso da alimentação como construção política, invisibilizando o protagonismo da diversidade de mulheres. São as mulheres rurais e trabalhadoras que sempre tiveram que cuidar de seus familiares idosos, maridos e filhos, inclusive quando estão doentes e que, então, entenderam primeiro na sociedade o que estava acontecendo com a entrada dos agrotóxicos na produção da comida, tendo promovido este debate no âmbito dos movimentos sociais do campo em uma conjuntura em que só se lutava contra a concentração fundiária. A luta pela terra permanece fundamental e, seria equivocado discutir a alimentação apenas em uma perspectiva de caridade dissociada da ideia de transformação estrutural da sociedade. Porém, foi a perspectiva das mulheres do campo que ampliou a compreensão da complexidade da luta pela terra, relacionando-a com novos temas como: a superação das relações de violências patriarcais e racistas, a soberania alimentar dos povos, o cuidado com os bens comuns da natureza como as sementes, as águas, as flores e as abelhas, entre outros que quando problematizados nos espaços políticos mistos eram interpretados pelos homens como falta de entendimento ou como falta de

capacidade das mulheres do campo em discutir o que eles consideravam que era a prioridade em determinado momento da luta social.

Não menos relevante ela também alerta que não se pode reduzir o trabalho das mulheres apenas à preparação da comida para suas famílias ou para terceiros, no âmbito de uma relação de pretação de serviços, por exemplo, que por si só já sucitaria muitas discussões sobre desigualdades inclusive entre as póprias mulheres, porque quem tem feito estes trabalhos são principalmente as mulheres pobres, racializadas e migrantes. Mas, em sua leitura destaca que também é fundamental reconhecer o trabalho nas atividades de alimentação desde as múltiplas etapas de sua produção: em colocar as sementes na terra, irrigar, zelar de pragas e animais, colher, separar, armazenar, entre outros, em todo um processo desde que se cuida de um broto de uma planta até ela estar na mesa. Há diversidade de mulheres envolvidas nas atividades de alimentação, numa trajetória social e histórica que é fruto de saberes, práticas, experiências e lutas sociais das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade em toda uma relação desde as sementes às panelas.

Avalia que a luta pela alimentação cresce com a agroecologia, a qual permite que a alimentação adquira uma nova dimensão e significado social, ainda que no Brasil se tenha vivenciado a volta da fome com governos conservadores em que houve retrocesso de políticas públicas e de direitos. Ela cita que programas sociais de governos democráticos e populares, como o Bolsa Família, garantiu recursos para o direito a se alimentar com certa dignidade, mas se retrocedeu no campo e na cidade após o golpe de 2016. Ela diz que ninguém melhor do que uma mãe para saber que falta comida no prato do filho, para ter essa consciência de lutar pela alimentação das famílias e comunidades, de modo que “a mulher pegou esse touro pela unha”. Portanto, não só as mulheres em movimentos sociais promoveram a alimentação saudável como construção política com os movimentos sociais no campo, com a sociedade e com os espaços institucionais de construção de políticas públicas, mas em meio à fase de retrocessos políticos conservadores, não abandonaram sua agenda política. As mulheres nos movimentos do campo e da luta pela terra não deixaram em nenhum momento de discutir com a sociedade que são sujeitos capazes de fazer a produção de alimentos saudáveis para alimentar a população, por exemplo, fazendo doações de alimentos nas periferias urbanas durante o período da pandemia de Covid-19, denunciando que o que falta para o fim das violações do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável são investimentos públicos adequados na agricultura de base agroecológica e nas políticas sociais que promovem o acesso à comida de qualidade nas cidades (como nas escolas, hospitais, restaurantes públicos, centros de assistência social, entre outros).

Para a *Agroecóloga da libertação*, a preocupação com a alimentação enquanto um direito nasce muito mais da luta das mulheres, pelo direito a ter alimentação, quando nos anos 1980, por exemplo, as mulheres lutavam contra a carestia, contra o preço alto dos alimentos durante as ondas inflacionárias. Essa é uma preocupação que nasce com as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade porque na sociedade são elas que se responsabilizam para garantir a alimentação de toda sua família e também em suas comunidades, abrindo caminho para que estes temas que pareciam problemas "domésticos" fossem resolvidos como problemas públicos nas arenas políticas. Com o tempo é que se foi avançando para pensar criticamente a questão não apenas como um complemento das discussões sobre produção agrícola nas economias dos países, mas como direito à alimentação das pessoas humanas, como segurança alimentar e nutricional nas sociedades e como alimentação de qualidade, alimentação diversificada, relacionada à saúde, à agroecologia e à soberania alimentar dos povos. Todas estas dimensões não estavam sempre presentes no passado, nos dossiês dos organismos internacionais, nas cartilhas dos movimentos e sindicatos rurais, nos programas eleitorais dos partidos. São processos de avanço do tema que são socialmente construídos pos determinados grupos sociais e não são espontâneos, mas fruto de organização social e coletiva com reflexões a partir de experiências concretas do cotidiano de vida destes mesmos grupos, ou seja, de um cotidiano de trabalho que pelas próprias desigualdades da divisão sexual do trabalho vinham sendo feitas pelas mulheres trabalhadoras. No entanto, como a política também é uma relação social, ela também pe atravessada por estas mesmas desigualdades, mas no sentido de excluir as mulheres de seus protagonismos políticos, culturais, científicos. Assim, tem sido recorrente a invisibilidade e não reconhecimento do protagonismo destas sujeitas em estudos, eventos, políticas, ações coletivas, reportagens, etc.

Ainda que o debate da alimentação nasça de uma preocupação que as mulheres suscitam nos movimentos autônomos e nos espaços coletivos mistos, quando se torna uma política pública, um debate teórico, uma produção intelectual, um projeto de um movimento misto as mulheres costumam ser diminuídas e inferiorizadas desse papel de protagonismo, como aquelas que vão agora aprender "um novo tema" que vem ganhando relevância como edital de financiamento de uma ONG internacional, como programa de cooperação com o governo, como objeto de pesquisa de uma fundação científica, por exemplo. Nas universidades, ao buscar grandes teóricos sobre soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agroecologia se encontram muitos homens, majoritariamente brancos, a maioria também são referências europeias e estadunidenses.

Assim, poucas mulheres são reconhecidas como referências, ainda que na execução prática e cotidiana as mulheres estejam desempenhando este protagonismo. Nas políticas públicas para alimentação, então, ocorre uma apropriação do trabalho das mulheres, pois, quando se torna meio de geração de renda e fonte de recurso, tanto os homens como as mulheres produzem os alimentos nas famílias, comunidades, cooperativas e associações, mas quem comercializa estes produtos e tem acesso ao pagamento daquela produção tem sido prioritariamente os homens que, não por mera coincidência, mas pela continuidade de uma mesma lógica patriarcal de dominação, são os que hegemonicamente ocupam os cargos de presidentes de associações e de dirigentes de cooperativas, por exemplo. Cria-se um ambiente masculinizado na produção agropecuária que, nos setores de renda alta se expressa igualmente no fato de que o domínio da propriedade da terra está também, predominantemente, no nome dos homens. Uma evidência deste problema é que, justamente por este motivo, foi criada uma diretriz de cotas de que incialmente 30% e já 50% de membros das associações devem ser mulheres, para que a associação possa participar dos programas de compras institucionais, por exemplo. Em sua opinião, sempre tem outras pessoas ganhando dinheiro com o trabalho das mulheres, e as mulheres ficam excluídas, perdem relevância e desaparecem da discussão. O debate feminista na soberania alimentar dos povos, então, não quer desconsiderar o papel dos homens que são pesquisadores, produtores, lutadores sociais, emtre outros envolvimentos com a questão da alimentação, posto que tem também contribuições importantes, mas, o fundamental é superar a lógica de invisibilização e desvalorização da diversidade para que haja uma ampla democratização do acesso a relações sociais de alimentação saudável: dentro das casas das famílias e nos espaços coletivos das comunidades, nas associações e cooperativas, nos movimentos sociais e partidos políticos, nas políticas públicas, nas universidades e centros de pesquisa.

Neste sentido, aspectos fundamentais que despontam nas falas das mulheres nos movimentos sociais no campo sobre trabalho e construção política da alimentação se reportam a suas percepções críticas sobre as discriminações e desigualdades patriarcais e de gênero. Uma militante que foi integrante da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e atualmente contribui com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a *Jovem da romaria do cerrado* compartilha que cresceu em uma comunidade camponesa em Santa Catarina, sua família é do campesinato, o pai era motorista de caminhão e quem cuidava da roça era a sua mãe, sendo ela também quem administrava toda a dinâmica da casa e da criação dos filhos. Viveu nesse espaço rural e em meio à cultura camponesa, tanto na "roça de casa" que é o espaço perto da casa onde se cultiva para autoconsumo, quanto na "plantação" que era uma área mais afastada da casa onde se

cultiva para comercialização. Onde morava tinham a casa, o paiol, o curral do gado de leite para consumo próprio. Às vezes plantavam feijão e arroz para venda, mas principalmente era para subsistência. Para vender, tinham alguns agregados e um assalariado que contribuía na plantação, porque só a sua família sozinha, da mãe com os filhos, não dava conta de toda a área e, portanto, era comum que na comunidade se unissem. O trabalho das mulheres era sempre mencionado como o "trabalho de casa" em sua família, a qual ela descreve como "tradicional e sulista". Assim, as mulheres tinham a responsabilidade pela casa, a primeira tarefa do dia, e para os homens as tarefas de casa era "quando dava", ainda que as mulheres também fizessem o trabalho da roça e da plantação. Ou seja, a divisão sexual do trabalho para as mulheres rurais era uma acumulação de cargas de trabalho na plantação, na roça e dentro da casa que era chamada homogeneamente de "trabalho de casa" em uma relação de invisibilização, pois, na prática cotidiana da vidas das mulheres não havia separação entre trabalhos de homens e de mulheres, mas sobreposição de funções e desvalorização social das mulheres que tinham seus trabalhos apropriados e explorados pelos homens, os únicos para os quais a ideia de sepração do trabalho por critérios de gênero era conveniente. As mulheres capinavam, plantavam feijão, mandioca, milho, cuidavam dos animais e ainda cuidavam da casa e das pessoas na família. O leite também eram as mulheres que tiravam. Tinham uma horta feita pela mãe e cuidada pelas mulheres, e o pomar de árvores frutíferas para consumo próprio também tinham os frutos colhidos e preparados pelas mulheres.

> É. Lá em casa o trabalho das mulheres era o trabalho de casa, né. Família tradicional e sulista, assim, então as mulheres tinham a tarefa da casa e aos homens era a última tarefa. Assim, a gente fazia o trabalho também da plantação, né. Capinava, plantar feijão, um pouco a mandioca, cuidar do milho, né. E dentro de casa, a gente que cuidava da casa, né, do trabalho mais dos animais, né. O leite era a gente que tirava, não era os homens, eram as mulheres que tiravam, né. Esse era o trabalho das mulheres. A gente tinha uma horta, muito e muito a minha mãe cuidava muito daquela horta dela, né. Tinha algumas árvores frutíferas, então, tinha esse processo mais dentro de casa, né, assim de cuidar da casa e das coisas da casa. (Jovem da romaria do cerrado)

No relato de uma das sujeitas colaboradoras de pesquisa que atualmente mora no estado de Minas Gerais, *Agroecóloga da libertação*, ela afirma que as mulheres do campo tem um profundo conhecimento sobre as espécies de plantas que são possíveis para alimentação das pessoas e dos animais, sabem também sobre como preparar determinadas comidas que são consideradas tradicionais, entendendo de muitas ervas e temperos que constituíram sabores e culturas alimentares regionais que hoje são também amplamente reproduzidas nos espaços

urbanos, mas que vieram das raízes da roça, dos fogões à lenha, das panelas de tacho, cozidos, doces, feijões e assados, entre outros. São elas que vão reproduzindo e passando em gerações essa forma de guardar sementes e receitas, de preparar alimentos, de armazenar ingredientes, ervas, chás e temperos. Então, a alimentação tem sido predominantemente um acúmulo e um patrimônio das mulheres que pode parecer um interesse individual mas que está presente para além da história de uma vida isolada, pois, atravessa gerações e sociedades e, então, também se coletiviza nos processos de lutas populares e de organização social e produtiva. Ou seja, há um lugar histórico de guardar e zelar pelas sementes, conhecer e reproduzir sementes, plantar, colher e preparar receitas que tem sido assumido pelas mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas das florestas e das demais comunidades tradicionais do campo.

No patriarcado as mulheres tem sido cobradas socialmente de cumprir com este papel que deveria ser uma responsabilidade de todos, e que tem sido feito predominante por estas sujeitas que colocam seus corpos nesta atividade, muitas vezes pode ser por um querer, por si mesmas e por afeto aos demais e à natureza mas não se pode esquecer que muitas outras vezes na história da alimentação esta atividade também foi desempenhada por um sofrer, por uma relação de apropriação, de servidão ou escravidão tal como foi imposto às mulheres indígenas e negras durante o colonialismo e também por uma relação de exploração da força de trabalho na prestação de um serviço mal remunerado imposto pela sociabilidade capitalista, patriarcal e racista. Portanto, mais do que uma luta contra a fome, trata-se também da construção política da alimentação saudável no sentido do ensejo de novas relações sociais saudáveis e sustentáveis para o direito humano à alimentação, à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar dos povos, uma contribuição que a perspectiva feminista camponesa e popular está propondo a partir das experiências das mulheres em movimentos sociais no campo. Deste modo, se a alimentação tem sido uma responsabilidade que as mulheres assumiram desde os trabalhos, atividades e práticas cotidianas, então, são também fontes relevantes destes saberes, mas quando se chega à dimensão política e pública nem sempre é reconhecida a relação teoria e prática, experiência e saber, pois, os espaços políticos e públicos são mediados pela subrepresentação da diversidade de sujeitos sociais, não só pelo patriarcado apenas mas também pela divisão sócio-técnica e racial do trabalho promovidas pelo capitalismo e o racismo, que separam e suballternizam trabalhos manuais dos trabalhos intelectuais e o campo da cidade, racializando os eixos desvalorizados.

Isto não significa negar que existam homens que assumam também tais responsabilidades e desempenhem o ciclo das tarefas alimentares em suas famílias e

comunidades, porém, em termos das relações de divisão sexual do trabalho há uma carga de trabalho muito maior que as mulheres tem cumprido na sociedade ao passo que, conocmitantemente, sofrem subrepresentação política.

Assim, a luta social e política das mulheres em torno da alimentação é para que haja uma divisão justa dos trabalhos doméstico, dos trabalhos de cuidados, dos trabalhos produtivos com alimentação que vem sendo desempenhados, predominantemente, pelas mulheres, assim como uma justa valorização dos saberes, experiências e protagonismos políticos da diversidade de sujeitas. Não menos importante, no percurso da visibilização e valorização dos trabalhos relacionados à alimentação, incluindo a superação de discriminações e desigualdades de gênero, raça e classe, a alimentação saudável ganha força como bandeira de luta social de amplos setores a ser prioridade crescente nas agendas políticas dos governos, rumo à um sentido da alimentação como direito humano e dever do Estado, pois, ainda há intercorrências entre a implementação ou ausência das políticas para alimentação dependendo do perfil do governo que venceu as eleições a cada período, isto é, há políticas para alimentação quando existem governos democráticos e as mesmas desaparecem quando surgem governos conservadores.

De acordo com a *Agroecóloga da libertação,* o desenvolvimento de várias ações coletivas, relacionadas tanto ao direito humano à alimentação quanto às segurança e soberania alimentares, por parte dos movimentos sociais do campo nascem das preocupações, olhares e vozes das mulheres, nos movimentos autônomos e mistos e depois se torna uma pauta coletiva de todos, inclusive nos movimentos sociais e sindicatos rurais em geral. No entanto, cabe destacar que reconhecer o protagonismo das mulheres do campo não significa que esta deva ser uma agenda política exclusiva das mulheres rurais, posto que os objetivos de suas iniciativas são promover amplo debate social e político em torno do tema, encontrar meios de difundir cada vez mais esta luta social, mas sem que as mulheres rurais sejam esquecidas no avanço do processo, principalmente porque são também, contraditoriamente, um grupo social que sofre situações sociais de fome, subnutrição e insegurança alimentar no mundo.

Para ela, esta não deve ser uma pauta só das mulheres, deve ser de todos, uma responsabilidade coletiva. Também é necessário transformar as práticas e ações do Estado e das políticas públicas criadas pelos governos para processos cada vez mais intersetoriais, saudáveis e sustentáveis, para pensar tanto no ponto de vista da produção no campo quanto no acesso aos alimentos saudáveis e diversificados pela população do campo e das cidades, sobretudo, nas periferias urbanas e comunidades rurais mais afastadas das capitais dos estados onde há maior grau de violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada.

Nesta lógica, ela afirma que muitos já sabem que no Brasil foram surgindo políticas como Programa de Aquisição de Alimentação (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para pensar a alimentação escolar, a alimentação dos hospitais, a alimentação em restaurantes populares, entre outros, a partir de um abastecimento alimentar popular, do povo e para o povo, oriundo da agricultura familiar e camponesa e de base agroecológica, porém, ela também identifica que estas conquistas políticas estão sempre em risco de retrocederem a cada crise política e econômica ou a cada eleição de governos conservadores, sendo uma luta importante das mulheres em movimentos sociais no campo garantir a consolidação e ampliação das políticas públicas para desburocratizar e democratizar o acesso de grupos produtivos de mulheres rurais aos programas de compras institucionais.

Uma colaboradora de pesquisa do estado de Alagoas, a *Educadora da mística afro-indígena,* compartilha que foi muito difícil todo o contexto do governo Bolsonaro, porque, em sua leitura, foi uma conquista histórica de muita luta social, inclusive das mulheres, a saída da ditadura, em um processo no qual muitos militantes perderam a vida, sofreram tortura e desapareceram. No entanto, depois da democratização veio um golpe político em 2016 e depois muitas pessoas votaram em um governo conservador que, para ela, foram processos que representaram uma perda na dimensão desta conquista, pois, a democracia revelou-se muito frágil. Os governos conservadores implementaram contra-reformas que promoveram retrocessos em muitos direitos, como os trabalhistas, em especial, para os setores populares e para as mulheres. Em relação a estas últimas ela resgata que as principais afetadas foram as trabalhadoras terceirizadas, as diaristas e empregadas domésticas, muitas que atuam nas atividades de alimentação e limpeza e que a pouco tempo haviam conquistado melhores direitos no trabalho. Então, no contexto de retrocessos nas conquistas de direitos vivenciam aumento da carga de trabalho e diminiuição dos salários, do acesso à aposentadoria e das férias.

> E uh, acho que do mais difícil de todo golpe, é no Bolsonaro que a gente vê tudo o que foi uma conquista histórica de muita luta das mulheres, da saída da ditadura, das pessoas que morreram, do povo mesmo em si, se indo de água e o barco abaixo, né, com as contra reformas, né. Porque as reformas foi feito nesse momento, né, de democratização, né, foi feito as reformas e implementado lei. As contra reformas vêm uhum, disfarçadas de reformas, sim, para tirar tudo que é direito trabalhista, estruturante, né, em especial para o povo, como o próprio direito das mulheres trabalhadoras terceirizadas, de diaristas, faxineiras, cozinheiras e em voltar a ser diarista. As mulheres é, aumentam o tempo de trabalho, de serviço no lugar de descanso e aposentadoria. (Educadora da mística afro-indígena)

Nas falas da *Agroecóloga da libertação* ela explica que existem inovações políticas importantes que foram criadas desde a última eleição, na qual Bolsonaro não se reelegeu e houve uma vitória importante contra o conservadorismo, por exemplo, os novos marcos legais sobre paridade salarial. Também cita como relevante para valorização do trabalho e da participação política das mulheres as cotas em partidos políticos e processos eleitorais, os percentuais mínimos de participação de mulheres nas associações nos programas de compras institucionais de alimentos e assistência técnica rural e o programa dos quintais produtivos, este último que ela identifica como fruto da luta conjunta das mulheres do campo na construção da Marcha das Margaridas, uma ação auto-organizada das mulheres dos sindicatos rurais mistos e que hoje em dia conta com a contribuição também de mulheres dos movimentos sociais do campo como MMC, MIQCB, MMM, entre outros.

Observa que os programas públicos para fortalecimento dos quintais produtivos são voltados a garantir fomento à produção das mulheres, porque já se reconhece o papel das mulheres rurais na alimentação saudável e na luta social, assim como existem as chamadas específicas para assistência técnica rural (Ater Mulher) e políticas de crédito (Pronaf Mulher). Todas estas iniciativas visam incentivar o acesso das mulheres às políticas e programas públicos, ao fomento para produção, ao crédito produtivo, mesmo com limitações às quais as críticas são necessárias para sua melhoria e ampliação com vistas ao acesso aos direitos. Assim, toda política específica ou política de cotas não é para criar um privilégio mas sim corrigir discriminações e desigualdades que se reproduzem historicamente, criando condições mais igualitárias de acesso às políticas públicas e aos direitos pelos setores que vivenciam barreiras sociais tais como violências patriarcais e racistas, disparidades de renda e de qualidade de vida, entre outras. Neste sentido, a entrevistada afirma que todas estas políticas específicas e de cotas seja na saúde e na educação ou na produção da agircultura familiar e camponesa são avanços democráticos e frutos também das lutas históricas das mulheres do campo, que se materializam em governos do Partido dos Trabalhadores, como o de Luís Inácio Lula da Silva, significando reconhecimento público das desigualdades sociais que a longo prazo podem ser aberturas para novos caminhos de transformação social mais profundas, como a democratização do acesso à terra e território, a reparação histórica aos povos indígenas e negros que vivenciaram a escravatura, a plena memória, verdade, justiça e reparação no campo pelos crimes da ditadura militar, entre outras. Ela também menciona que o Bolsa Família foi um programa social importante para a segurança alimentar da população no campo e na cidade, inclusive, para mulheres urbanas e periféricas que são mães solos e chefes de família. Ainda que este não seja um programa evidentemente voltado à alimentação, como um "vale-refeição" do governo, é um

programa de transferência de renda que é usado pelas mulheres trabalhadoras para a garantia do direito à alimentação em seus lares, para si e para seus filhos e familiares no âmbito do Plano Fome Zero, sendo até reconhecido internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) em sua importância para a redução da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar no Brasil.

Na entrevista com a *Revolucionária das flores transatlânticas,* militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acerca da relação entre trabalho e desigualdades de gênero, ela pontua que em suas relações de moradia com familiares, marido e amigos, sempre se esforçou para não transformar a alimentação em algo que fosse uma obrigação pessoal e diária e, ainda assim sente que é um fardo ter que pensar sobre o que fazer de comida, o que comprar na casa, qual alimentação que falta para ser saudável. Ela sente que mesmo quando as mulheres conseguem não ter que cozinhar todos os dias elas ainda são responsáveis pela gestão da questão da alimentação na família. Sente que possui uma estafa do pensar as coisas de casa, mesmo relatando que há uma boa relação na divisão de tarefas domésticas com seu companheiro na prática, mas o pensar e o planejar como fazer, quando fazer, o que comprar para preparar, ainda são partes do processo que recaem sobre as mulheres e isto é cansativo, como uma dimensão do trabalho nas atividades de alimentação que ainda é também invisibilizada socialmente.

Ela afirma que também há uma questão de invisibilidade das mulheres não só nos trabalhos produtivos e domésticos, mas também no acesso à comercialização. Por exemplo, ela conta que em seu movimento as mulheres coordenam grandes processos de comercialização, como as cestas agroecológicas, as feiras, mas não são espaços tão reconhecidos, como cooperativas da reforma agrária e lojas como o Armazém do Campo[57]. Parece também que internamente no movimento o mais importante é o valor de um grande projeto do PAA que garante uma entrada financeira significativa para as associações e cooperativas de uma vez, alavancando planejamentos. Porém, em sua opinião, também tem um grande valor de entradas financeiras que advém das demais iniciativas mas que são de forma descentralizada e diretamente às famílias, portanto, ao serem mais difusas são mais difíceis de serem quantificadas e contabilizadas, mas, cumprem um outro papel político e social que é o da sustentação das comunidades e das militâncias nos movimentos sociais. Em sua opinião, todos estes elementos são sinais da invisibilidade e desvalorização das experiências produtivas, de geração de renda e de participação política das mulheres nos movimentos sociais no campo, as

[57] Iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mais informações em: https://armazemdocampo.com.br/.

quais se expressam na questão da alimentação como formas de desigualdades entre homens e mulheres na vida social.

Em seguida, ela também alerta que as mulheres são centrais hoje, não como guardiãs em um sentido de que esta seja uma obrigação delas - posto que as mulheres devem ter sempre liberdade de escolhas de como querem viver -, mas são centrais por terem historicamente desempenhado o papel social de zeladoras do debate da alimentação, do debate do que é uma alimentação saudável, uma semente saudável, quais ervas e plantas medicinais se pode usar. Mas alerta que é uma relação contraditória em que é, simultaneamente, um acúmulo político em torno do qual se reivindica reconhecimento social e político e também um peso de serem as cuidadoras das casas, de serem as que cuidam de tudo, em torno do qual querem libertação. Ela percebe que é nessa ambiguidade e contradição que há essa responsabilidade sobre o debate da alimentação e sobre que tipo de alimentação se quer, inclusive nas lutas que as mulheres fazem, nas lutas políticas, nos processos de ocupação, na tendência de fazer o debate em torno da crítica aos agrotóxicos, no debate contra os transgênicos, contra a violência do agronegócio nos territórios das comunidades e povos do campo, entre outros pontos sempre muito presentes e que são relacionados com a alimentação como relação social, ou seja, mediada por antagonismos sociais de onde advém seu caráter contraditório.

> Eu acho que são centrais assim. Eu acho que as mulheres hoje elas são, não gosto do termo muito guardiãs assim, mas zeladoras assim, acho que desse debate da alimentação, o debate do que é uma alimentação saudável, por uma questão é e aí um problema, né, esse peso de ser a cuidadora, né, das casas, de ser a que cuida de tudo, a zeladora, então acho que tem essa responsabilidade sobre o debate da alimentação e que tipo de alimentação, então, as mulheres hoje, sobretudo, inclusive nas lutas que fazem, né, nas lutas políticas, nos processos de ocupação a tendência é o debate da pauta dos agrotóxicos, o debate dos transgênicos, o debate contra a violência do agronegócio, né, ela está sempre muito presente, então muito relacionada com isso da alimentação, do acesso aos espaços de comercialização, então isso está sempre muito colocado. (Revolucionária das flores transatlânticas)

Em uma segunda entrevista com outra militante do MST, a *Irmã acampada transformadora* compartilha que entrou no Movimento Sem Terra em 1989, por um acampamento de luta pela terra, e ficou acampada um pouco mais de um ano com tarefas que não era exatamente conquistar um lote para si e constituir uma comunidade, mas, eram tarefas nacionais relacionadas à formação política e à educação popular, pois, foi uma das primeiras militantes do movimento que contribuiu na criação do setor de formação política do MST. Relata que veio de uma família que é simultaneamente linda em sua cultura camponesa e terrível nos seus traços patriarcais, pois, o avô e o pai eram pessoas duras, que não abraçavam,

por exemplo. Ela sente que "somos poucas mulheres que temos esse poder que nós temos", um poder que ela define como ter autonomia, ser sujeito de si, ter acesso à formação política, pois, os direitos das mulheres ainda são um desafio que os movimentos sociais ainda devem seguir lutando até que todas as mulheres possam conquistar, não basta ter direitos só para algumas porque o feminismo camponês popular não é para os privilégios de algumas mas pelas defesa da vida de todas.

Compartilha que uma companheira dirigente com quem conversava por intérprete de idiomas em um encontro internacional foi dar o depoimento dela na Assembleia de Mulheres da última Conferência Internacional da *La Via Campesina,* na Colômbia, e ela sentiu vontade de chorar. Pois, ela via a outra como uma "mulher para frente, entendida", mas que estava naquele espaço de auto-organização e de intimidade entre as mulheres compartilhando suas dificuldades e ela chorou porque ela se identificou. Sua colega disse que muitas vezes ela está cuidando dos filhos e com o bebê mais novo no colo e o marido chega em casa gritando com ela e reclamando que a comida ainda não está pronta. Pelo que ela nota em muitos espaços de mulheres, esta é a realidade da grande maioria das pessoas, inseridas em um cotidiano de muitas violências, ainda que sejam verbais, como se fossem situações corriqueiras do cotidiano, porém, ainda que naturalizadas, precisam ser criticadas, pois, causam muito sofrimento. Então há muito por ser feito sobre feminismo e divisão justa do trabalho, inclusive no trabalho doméstico e nas atividades de alimentação onde há situações de opressão e violência para que as mulheres desempenhem estes papéis, pois também as relações precisam ser saudáveis para que desde à amamentação dos bebês de colo até a alimentação de todos os demais sejam saudáveis, conforme também foram mecionado por uma militante do MMC em outra entrevista. Os tipos de trabalhos, lutas e violências são diversas e podem mudar em cada caso e, no entanto, a opressão das escolhas e projetos de vida tem perdurado por entre diferentes vozes, de diferente mulheres, de diferentes países.

Em um outro depoimento bastante marcante, a *Camponesa livre e socialista* destaca como as desigualdades de gênero nos trabalhos de cuidados e relacionados à alimentação oprimiram seu acesso à escola e à formação profisisonal e científica. Tendo impactado suas oportunidades de concluir os estudos durante a infância, ela concluiu os estudos quando adulta ao fazer supletivo, graduação e pós-graduação e hoje em dia é autora de artigos de livros sobre feminismo camponês popular. Ela relata que quando nasceu, em sua família demoraram a escolher o nome com que seria registrada, devido às várias opções entre as quais não conseguiam se decidir, pois, ela era a única filha de uma família com muitos irmãos. Teve irmãos mais velhos e, depois, mais um irmão caçula. Estudou na escola de sua comunidade até

a quinta série, e lembra que tinha que andar muitos quilômetros para chegar. Parou os estudos porque precisavam de alguém para fazer as tarefas de casa e para cuidar do avô doente e do irmão mais novo que nascera, haviam conflitos familiares, mas ela afirma que conseguia lidar com isso. Relata que diziam que era perigoso ela andar sozinha para pegar o ônibus para a escola, mas ela sabia que ela era a corajosa da família, que não tinha medo de andar sozinha de noite, de sair para buscar coisas fora de casa depois que o sol se punha, mas que os irmãos dela é que tinham medo.

> porque eu sou filha, sou a terceira. Os irmãos mais velhos e depois têm um irmão mais novo, então estudei na minha comunidade até o quinto ano, aí eu parei de estudar porque daí nascia meu irmão, tinha o meu avô, para ajudar a cuidar e para fazer as coisas da casa, e nessa época, para os meus irmãos mais velhos estudar resolvia alguns conflitos da família, por isso não mandaram para o seminário. Entendi então e não tinha escola na comunidade, tinha que ir no município, mas para ir no município dé uns 10 km, 9 km até o colégio, só que aí tinha que andar 3 km e meio para pegar o ônibus e aí precisava que eu ficasse em casa e não tinha transporte, tipo uma menina sozinha de noite, eu não tinha medo, nunca tive medo de andar de noite, meus irmãos tinham, tipo, você tinha que buscar alguma coisa fora eu mandava eles ficar pra dentro e eu ia sozinha e eles com medo e não há diferença, rapidinho, e eu fui tinha um boi que tinha escapado, eu tropecei, ali eu voltei desesperada. Mas aí eu sempre fui muito isso, né, e aí foi num período que eu parei de estudar, (Camponesa livre e socialista)

Relata que quando era jovem, era ela que tirava leite em casa com a mãe desde criança a partir dos sete anos. A família tinha doze vacas e ela cuidava de metade dos animais, além de cuidar do irmão caçula e do avô doente (que faleceu quando ela tinha 15 anos). As tarefas de casa e a preparação do almoço também faziam parte de suas responsabilidades familiares mesmo quando ainda era criança. Quando foi para a escola novamente, descobriu que existiam ordenhadeiras mecânicas e insistiu para que a família comprase para ajudar a mãe quando ela não estivesse em casa para cuidar das vacas, devido aos estudos e, só depois de muita insistência a família comprou. Trata-se de uma tecnologia que melhoraria muito as condições de trabalho e de tempo livre das mulheres do campo, porém, investimentos em tecnologia para as mulheres faltam nas famílias e, principalmente, faltam nos programas e políticas do Estado que precisam ampliar os investimentos na produção das mulheres agricultoras familiares e camponesas. Quando jovem adulta, também houve um período em que a família não aceitava que ela namorasse e impunham o casamento, além de continuarem dizendo que ela não precisava estudar porque ia ser agricultora, mas ela nunca aceitou estas imposições e foi assim que aprendeu sobre como melhorar a produção, identificando o Movimento de Mulheres

Camponesas como o instrumento por meio do qual ela decidiu lutar pelos direitos das mulheres, pela autonomia em construir seus próprios projetos de vida, o que ela explica que não é um processo sem contradições mas que é importante de ser percorrido. Ela conta que há dificuldade de tempo e de falta de espaço na propriedade familiar, com o pai e os irmãos mais velhos, para ampliar sua própria produção agroecológica. Relata que fez canteiros para trabalhar na linha agroecológica que aprendera na escola, mas que sempre foi uma luta mantê-los sem intervenção do pai e dos irmãos que não produzem de forma agroecológica. Portanto, ela também analisa como as desigualdades de gênero no campo impactam suas condições de acesso não só a educação e à ciência mas também ao próprio uso da terra e o acesso à tecnologia.

A *Lutadora migrante da floresta* também destacou a relação entre as desigualdades de gênero e o trabalho na cultura camponesa, em seus aspectos relacionados ao casamento. Ela conta que períodos de negação do trabalho e do papel social das mulheres não são novidades, pois, o ser mulher sempre foi de uma invisibilidade muito grande nas comunidades do campo mas que é uma realidade que dia a dia as mulheres rurais se unem mais para transformar. Em sua leitura, a manutenção das variedades de alimentos e culturas alimentares que há no país se deve muito ao trabalho das mulheres em suas hortas e quintais produtivos, no cuidado com o meio ambiente, a água, as sementes. A relação das mulheres com a preservação das fontes de água, com a criação de nascentes é muito forte, desde os trabalhos como lavadeiras, nas limpezas, preparações de banhos e refeições, entre outras, que foram sempre desempenhados pelas mulheres nas famílias como se estas atividades fossem também trabalhos "fáceis e femininos". Considera que não só na relação com o alimento, mas também com a água há invisibilidade e desvalorização do trabalho e dos cuidados desempenhados pelas mulheres, mas que as pistas estão presentes nas simbologias, nas culturas e nas tradições de fé de diversas formas, citando a música do Gogó sobre a mulher com a lata d'água na cabeça até rituais e sacramentos religiosos que tem relação com os rios e mares.

Ela explica que na cultura tradicional do campesinato os filhos homens eram sucessão familiar e as mulheres sempre eram um problema do qual tinham desde cedo que se livrar, portanto, desde crianças as meninas eram induzidas para o casamento e para serem levadas para trabalhar para seus maridos. Se lembra que quando tinha onze anos sua mãe lhe deu um pano com desenho para aprender a bordar, não por aprender uma nova habilidade, mas para começar seu enxoval de casamento, "preparando essa filha para o seu destino que era o casamento". Era um processo de reprodução do campesinato por meio de uma lógica conservadora em que as mulheres são para o cuidado, para serem domésticas, no sentido de se prepararem para ficar em casa e fazerem as tarefas de casa, mas também de serem obedientes, o real conteúdo que

significa o que é ser uma "mulher do lar". Compartilha que no começo aceitou isso, achava maravilhoso e sempre gostou de bordar, mas depois começou a entender melhor que tinham conteúdos estranhos naquele processo, porque não eram por ela mesma mas por um projeto alheio determinado para ela. Hoje em dia já considera que não vai deixar seus bordados e seus artesanatos porque ela gosta e isto é parte da cultura camponesa dela, por exemplo, nos diversos tipos de pontos ensinados entre as mulheres de uma geração à outra, porém, destaca que sempre precisa ter uma reflexão de que este saber não é uma obrigação que as mulheres tenham que desempenhar mas que pratica quem quiser, pois, se for uma imposição para a mulher ser uma personagem cuidadora e embelezadora do lar, “tendo que expressar delicadeza e harmonia a partir de um paninho bordado na prateleira”, então, isto é opressão e não um valor cultural e só vai servir para a reprodução do capitalismo e do patriarcado. Ou seja, para ela, só é um valor e uma cultura quando ali estão embutidas relações de liberdade de escolha e de autonomia.

> e que, e aí eu gosto de falar isso, né, por exemplo, assim, a tradição do campesinato era de que os homens era a sucessão, né, os filhos homens era sucessão, as mulheres sempre eram um problema, então eu tinha que desde cedo, crianças, as mulheres induzindo já para o casamento, para tudo mais, não é? E, aí é um fato que eu me lembro muito, isso marcou muito até pra reflexão, com as mulheres mesmo, né. Eu, quando eu tinha onze anos, a minha mãe fez o quê? Ela me deu um pano com desenho para aprender a bordar, mas para começar meu enxoval. Por quê? Porque tinha que preparar essa filha para o casamento. O destino dessas filhas é o casamento, não é? E a reprodução desse campesinato, mas nesse sistema, do cuidado, da domestica, do lar é essa mulher obediente, né. Então, assim, o bordado para mim é muito forte, eu gosto de bordar, mas ele começou muito nesse sentido da reprodução desse papel do cuidado, embelezamento do lar, mas de que isso é papel das mulheres, né. E aí também de que as mulheres deveriam se casar, né. É, e aí eu ficava muito indignada, né. Eu aceitei isso no começo, não, imagina, eu tinha onze anos, achava isso maravilhoso tudo, mas, lógico, nunca deixei de bordar, de fazer meus artesanatos, mas fazendo essa reflexão, né, de que é importante aprender sim, porque isso é uma reprodução, inclusive de uma cultura camponesa, né, o bordado, né, os tipos de ponto, né, e tudo mais, isso é um saber, não é? Mas também de ter muito claro de que isso é uma forma inclusive de reprodução do capitalismo, do papel das mulheres, do cuidado, da harmonia do lar, né, é um paninho guardado na prateleira, imagina que delicadeza que é a mulher cuidadosa do lar, né. Então, assim, é muito forte isso mas só faz sentido quando foi minha própria vontade. (Lutadora migrante da floresta)

Portanto, em sua família quando criança viveu uma cultura de preparação da figura feminina para o casamento e para a reprodução, mas quando teve suas quatro filhas ela rompeu com isto. Disse que nenhuma filha ia ter que fazer enxoval de casamento e se elas mesmas um dia decidissem casar, então a família ia dar um jeito de ajudar a ter este enxoval, pois, não

acredita que a mulher precisa de uma mala cheia de panos bordados como seu patrimônio rumo ao casamento. Ela viveu esta tradição do campesinato de costurar e bordar o enxoval de casamento desde criança em sua família, pois era considerada uma riqueza a mulher ter uma cômoda com cinco gavetas cheias de panos para casa, bordados, alvejados, passados e engomados. No entanto, não impôs isto a suas filhas, pois, não se pode achar que estes saberes da cultura camponesa sejam obrigações de mulheres prendadas, elas fazem o que elas escolherem aprender e fazer, por isso relata que tem filha que não gosta de bordar e outra que não gosta de cozinhar e assim por diante, pois, o central é que as mulheres tenham direito à livre escolha sobre a quais atividades queiram se dedicar e, alguns elementos são reproduzidos ao longo do tempo e outros mudam de geração em geração, de modo que, as lutas das mulheres ao longo do tempo transformam e ressignificam o que oprime e fortalecem o que promove libertação e bem viver.

Uma militante do Movimento de Mulheres Camponesas no Distrito Federal, a *Candanga ancestral* aborda a questão do racismo e da importância de visibilizar a diversidade. Ela explica que ao longo de sua vivência como uma mulher negra notou que ser uma pessoa preta ou uma pessoa branca na sociedade são diferentes sinais sociais que implicam como as pessoas ao redor vão te tratar, além de ter significado como seus familiares em gerações anteriores foram tratados e tudo isto conforma determinadas situações de vida que são desiguais. Ela conheceu mulheres muito interessantes que trabalharam temas como a luta dos quilombolas e dos trabalhadores nos canaviais, que para ela são referências de luta, mas, ainda muito desconhecidas não só pelas desigualdades de gênero mas também as desigualdades raciais. Ela afirma que se luta contra o machismo e o racismo, mas é muito difícil vencer o preconceito porque ele está arraigado nos comportamentos sociais por causa da educação que se recebe não só na escola, mas na cultura em geral.

Ela diz que por meio da militância percebeu que as próprias mulheres não deveriam ser consideradas machistas porque não usufruem de todos os privilégios sociais que a dominação patriarcal engendra, ainda que existam relações de poder entre as mulheres sobre as quais pouco se fala, posto que às mulheres se criam barreiras sociais que são vivenciadas de formas muito diferentes dependendo das classes sociais, raça, etnia, lugares de origem, entre outros. Antes ela sempre dizia que sua mãe era machista, mas passou a considerar que talvez sua mãe tenha tido uma educação machista e, portanto, se tornou conservadora em alguns aspectos ao não conseguir descentralizar na família um determinado trabalho. Questiona se sua mãe, que era uma excelente cozinheira, era uma apoiadora da cultura machista quando proibia os homens de entrarem na sua cozinha e contribuirem em fazer a comida ou se ela estava exercendo sua

autoridade na família e criando um espaço para ela. Relata em algumas passagens da entrevista que, mesmo assim, o pai fazia um doce de figo que toda a família gostava, mas que os seus irmãos só foram aprender a cozinhar depois que se casaram e as suas esposas exigiram que eles fizessem estes trabalhos. Desponta que o trabalho na alimentação não pode ser nem idealizado e nem condenado por si só sem se observar os sujeitos e a qualidade das relações envolvidas. Pode ser uma relação de exploração e de apropriação do trabalho das mulheres na sociedade capitalista, patriarcal e racista, principalmente das mulheres negras e trabalhadoras quando é uma obrigação externa. Porém, também pode ser uma escolha de cultura, lazer, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, poder e expressão de religiosidade e tradições de fé, sendo importante considerar a qualidade da relação das mulheres com a alimentação, se existe autonomia e direito, não sendo possível idealizar a relação entre mulheres e alimentação e nem rejeitar estas relações sem considerar suas culturas e suas liberdades de escolhas.

Sobre a importância da valorização do trabalho de cuidado, ela diz que se uma mulher realmente adora crianças e quer ser babá, por exemplo, ela deve ter o direito de viver sua escolha e também ter o direito de receber um salário digno, que lhe propicie uma vida digna, que lhe permita morar onde escolher também, assim como se alguém quer trabalhar com alimentação. Pois, no final, todos precisam de algum trabalho de outra pessoa, seja uma idosa, uma pessoa adoecida e acamada, por exemplo, que precisam que alguém cuide delas também e este trabalho tem sido feito, principalmente, por mulheres familiares ou por profissionais do cuidado sem boas condições de trabalho mas que deveria ser bem remunerado e socialmente valorizado. Explica que sua mãe conseguia fazer uma comida deliciosa que em sua família eles comiam felizes, mesmo nesta situação social de pobreza e acha importante reconhecer que cozinhar muito bem para os outros, mesmo na extrema pobreza, dificuldades de renda e escassez de alimentos, é um ato de cuidado e de afeto, destacando o sentido da alimentação como meio de criar bem estar e tecer vínculos familiares e comunitários, sobretudo, nas situações sociais de pobreza e desigualdade, porém, estes vínculos só são saudáveis quando há valorização das pessoas e de seu trabalho, pois, o afeto e o amor não são reais quando são só um discurso que oculta relações de exploração, apropriação, opressão e violências machistas, racistas e de preconceitos de classe.

Ainda no depoimento da militante do MMC, ela compartilha que a mãe, que era goiana, aprendeu a fazer o sagu com uma grande amiga dela, é uma sobremesa dos gaúchos que parece uma gelatina feita com vinho, então, seu pai comprava grandes garrafões de vinho pobre para terem este tipo de doce em casa. As receitas eram aprendidas nas trocas de experiências entre vizinhas, colegas, que eram pessoas do povo. Ela também destaca que apesar das mulheres

serem muitas vezes as que detém os saberes ancestrais sobre determinadas receitas culinárias, ou serem o abre-alas da luta com suas marchas, existem também desigualdades de prestígio social em relação a seus saberes e profissões, por exemplo, as mulheres tendem a ser cozinheiras e costureiras e os homens tendem a ser chefs e estilistas, sendo estes últimos os mais renomados ainda que se apoiem na terceirização de parte significativa de sua atividade, enquanto muitas cozinheiras e costureiras estão diretamente envolvidas em todo o seu processo de trabalho, portanto, existem diferentes formas de trabalho nas atividades de alimentação mas que não são igualmente valorizadas na sociedade. Ela também alerta que já presenciou muitos relatos de que muitas vezes as mulheres camponesas fazem um bolo ou um pão para vender o produto na feira mas o marido assume as tarefas de comercialização na família e fica com o dinheiro todo para ele (violência patrimonial). Assim, muitas foram se envolvendo na luta contra a violência doméstica também, que surgia toda vez que as mulheres questionavam estas ações e buscavam impor limites à apropriação, reivindicando seus direitos sobre seus trabalhos e saberes.

Também a *Revolucionária das flores transatlânticas,* do setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confirma que a produção de alimentos faz parte de uma estratégia de autonomia financeira e econômica para as mulheres, de autonomia de trabalho para gerar renda e isso é determinante para as mulheres saírem de situações de violência que elas vivenciem por estarem submetidas à apropriação e à dependência econômica e financeira. Então, é uma ação central que ajuda a organizar a produção e a reprodução da vida das mulheres a partir do olhar delas, de suas necessidades.

A *Jovem da romaria do cerrado* conta que a essência dos grupos produtivos de mulheres é que se começa a construir a emancipação econômica para as mulheres por meio do projeto produtivo, mas não adianta só investir nessa dimensão financeira porque precisa trabalhar também a questão da consciência, de mulheres que reconhecem sujeitas de direitos, que sabem seu papel e valor social onde quer que estejam, e esta é uma dimensão pedagógica e política que é desenvolvida pelas mulheres em movimentos sociais populares que estão em diversas comunidades no campo e na cidade, em uma construção política da alimentação como direito humano. O problema de violência contra as mulheres ainda se expressa muito nos ambientes domésticos, dentro das casas, o que constitui um desafio para o alcance da rede de serviços públicos, sendo importantes os agentes comunitários e os agentes populares de saúde, por exemplo, inspirados nas ações de trabalho comunitário e educação popular empreendidas pelos movimentos sociais. Para ela, então é importante pensar a mulher em casa e a mulher na sociedade, como uma pessoa que não está isolada pois é integrante de um instrumento de participação política como os movimentos sociais e como uma pessoa que é sujeito de direitose

que constrói políticas públicas para o acesso à eles porque é cidadã no Estado brasileiro. Então, a organização produtiva e econômica é um caminho também prático para romper com as violências contra as mulheres, pois, quando é só um discurso que não garante os meios para as mulheres transformarem suas realidades de vida há um limite de alcance, portanto, a visibilidade e valorização dos trabalhos e da participação política das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade na alimentação é parte de uma estratégia feminista no campo e nas periferias urbanas, articulando campo e cidade e sempre conectada a outros aspectos de fortalecimento da participação das mulheres que são fundamentais como acesso aos direitos sociais que não são reduzidos a uma relação de renda e consumo, à transformação estrutural da sociedade capitalista, patriarcal e racista e outros.

O acúmulo político entre a importância dos projetos de geração de renda para a superação das violências domésticas contra as mulheres também é confirmado em uma outra entrevista, como um conteúdo importante da construção política da soberania alimentar pelas mulheres em movimentos sociais no campo e nas comunidades rurais. Consoante a *Agroecóloga da libertação*, os grupos de mulheres voltados à produção e comercialização de alimentos promovem autonomia financeira, econômica e social para as mulheres se sentirem capazes, sentirem que a mudança é possível e isso faz com que muitas mulheres saiam de situações de opressão e agressão. Ela explica que sair da situação de violência pode ser se separar, mas também pode ser enfrentar a desigualdade dentro da relação familiar e se colocar numa relação justa, de não aceitar ter menos valor perante uma familiar, um companheiro, um pai ou aos irmãos e aos filhos, pois, quando a mulher tem autonomia financeira para comprar o que necessita para si e até para a família, isto pode conseguir impor limites em algumas situações de controle, abuso e dominação, pois, ainda é um meio de assegurar um lugar de respeito.

> Até eu acho que essas questões, né, autonomia financeira, econômica, social, se sentirem capazes sentirem possível, isso faz com que muitas mulheres saem de situações de violência, né, ou então é o sair, não necessariamente quer dizer separar, não é? Eu sair pode ser enfrentar aquilo dentro da relação familiar e se colocar numa relação de igual, de não aceitar determinadas coisas, de passar a ter mais valor frente ao companheiro, aos filhos quando você produz e bota o seu dinheiro na mesa, quando você coloca e compra as suas próprias coisas, quando você para, de deixar de pedir as coisas, no lugar de pedir você ter, fazer, de você ir e vir, poder pagar sua passagem de você colocar freio em algumas relações, em algumas situações de opressão, de violência, de dominação, né, de você se impor, né, então talvez sair da violência pode ser romper uma relação ruim sim ou até não necessariamente se trata disso, de um afastamento, mas de se colocar em um outro lugar e de ser reconhecida

> também neste outro lugar de respeito pelo outro sujeito, né? Então, acho que também é isso, então é importante. (Agroecóloga da libertação)

Para ela, quando as mulheres acessam políticas públicas e recursos e conseguem produzir mais, comercializar, se cria toda uma cadeia de gerar renda própria e, principalmente, de poder decidir sobre o que fazer com esta renda, de ser sujeito de um processso de autonomia social, política, econômica que é fundamental para a libertação das mulheres de situações de violência doméstica. Pois, também é muito frequente que as mulheres tenham rendimentos pessoais mas que esteja conslidado na família que seu salário não é para si mas para o investimento na casa, na família, nos filhos, enquanto os rendimentos dos homens são para eles mesmos e o que sobra é para o coletivo. Por este motivo, trata-se de uma construção política de novas relações de alimentação também muito alicerçada nas atividades de educação popular e de formação política feminista camponesa popular. É preciso observar uma amplitude de situações, sem esquecer que é sim mais difícil sair de um ciclo de violências patrimoniais, físicas, emocionais, entre outras, quando há dependência econômica e emocional, quando se tem filhos e se preocupa como sustentar, e muitas mulheres não se sentem capacitadas para sair de casa, ter sua própria renda, pois, muitas nunca fizeram isso e viveram em situação de dependência familiar do pai ou do marido. Há o medo dos filhos passarem necessidades, de serem expulsas sem nada, um medo que faz com que muitas mulheres continuem na situação de violência e opressão que não deixam elas serem protagonistas da própria vida, serem livres, terem um espaço próprio de desenvolvimento pessoal e privacidade. Então um processo de participação e produção coletiva pode intervir neste ciclo, plantar libertação, mas, por mais que a renda seja um fator importante e pareça que o dinheiro automaticamente promove o respeito, em realidade, os depoimentos indicam que a superação das situações de violências e de violações de direitos são sempre mais complexas e requerem intervenções político-pedagógicas porque os sistemas de dominação social são também relações sociais e de poder estruturais, não apenas um problema econômico individual.

Neste sentido, um outro conteúdo relevante dentro que emergiu no debate sobre a relação da produção com o enfrentamento às violências é que não é qualquer produção que constrói processos de libertação das desigualdades e violências. Sendo focos da soberania alimentar dos povos gerar autonomia dos sujeitos sobre seus corpos e seus projetos de vida, além de fomentar autodeterminação dos povos sobre seus territórios, isto requer a construção de sistemas agroalimentares saudáveis, justos e ambientalmente sustentáveis. A *Lutadora migrante da floresta* explica que a rotina produtiva pode prender e restringir as mulheres e

comunidades camponesas ao espaço doméstico e local e limitar a participação em espaços maiores das lutas sociais nos espaços públicos municipais e estaduais, nacionais e internacionais. Isto acontece, por exemplo, com as famílias que possuem integrados voltados à criação de frangos e porcos que podem até garantir uma renda mas que limita o tempo livre e a possibilidade de sair do local, de ter um final de semana livre para o lazer e ainda mais raro é nestas situações conseguir viajar por uma semana para participar de uma formação política ou uma mobilização de luta popular. Muitas mulheres também dependem das feiras para gerar renda e sobreviver, mas esta dinâmica não pode restringir a participação política das mulheres isolando-as nos espços da casa e da feira e vulnerabilizando-as ao marginalizá-las dos espaços políticos. Os quintais produtivos são experiências bonitas e importantes mas que precisam também ser gestionado politicamente, por meio da participação política das mulheres produtoras nas lutas sociais por direitos e acesso às políticas públicas. O debate da produção em uma perspectiva feminista camponesa e popular deve vir junto à discussão sobre um projeto político mais amplo de desenvolvimento, por isso a discussão sobre direito à alimentação e segurança alimentar e nutricional precisa ir além e abranger o debate sobre a soberania alimentar dos povos, promovendo cidadania e autodeterminação dos povos na gestão dos territórios e das políticas públicas, sempre a partir de processos de fortalecimento da autonomia dos sujeitos.

Ela diz que “estamos em uma onda onde se descobriu que é importante e bonito ter um quintal produtivo”, pois há muitas entidades fazendo pequenos projetos, mas se deve ter a preocupação de que os quintais produtivos, que são propostas das mulheres para as mulheres, em si e para si, sejam em uma perspectiva feminista camponesa popular e agroecológica, para não serem apropriados pela lógica capitalista do modelo do agronegócio e dos integrados, por exemplo, que não constróem vida, saúde e cuidado com o meio ambiente. Não se pode utilizar uma construção política das mulheres camponesas sem reconhecer o protagonismo das mulheres do campo, sob risco de ter um efeito contraditório e opressor. Assim, o debate sobre a visibilização, valorização e reconhecimento dos protagonismos das mulheres do campo visa garantir que a soberania alimentar dos povos promova a superação das relações sociais de desigualdade, violação de direitos e violências presentes nos sistemas agroalimentares hegemônicos que geram adoecimentos e expropriações.

> Porque começa porque a gente está em uma onda. É bonito ter um quintal produtivo. Tem um monte de entidades fazendo pequenos projetos. Uhum, né. Mas será que eu não vou pegar essas mulheres e enfiar ela ficar produzindo segunda a sexta e sábado e para feira vender e aí limpa tudo no domingo e de

> novo começa a roda? E fica nesse mundinho do quintal e ser eximida de uma luta maior, de participação política, de se organizar em grupos, de fazer o debate da importância desse quintal, mas também de um projeto de agricultura. De que as coisas a gente só avançou porque a gente teve muita mulher na rua, a gente teve luta, uhum. Porque esses quintais produtivos se você não cuida, ele te prende também. Entende? (Lutadora migrante da floresta)
> É a mesma coisa que as mulheres, que as famílias que vivem de integrados. Quem tem uma integração de frango, de porco ou de gado, ele é preso a dar uma renda, é bom, mas fica preso. Ele não tem um domingo para sair, imagina para passar a semana fora fazendo luta? Então, assim, e aí eu vejo, por exemplo, muitas mulheres às vezes que dependem da feira para sobreviver. É muito bom ter um quintal produtivo e tudo mais, mas a gente ainda fez um batalhão, desculpa, tem que cuidar sim, tem que cuidar para não tornar as mulheres presas. Essas experiências que são bonitas, são muito bonitas, mas a gente tem que cuidar para que a gente não estimule a jogar as mulheres para ficar dentro de casa e nas feirinhas. E, na produção, ela tem que ter debate com um projeto político mais amplo de desenvolvimento, uhum, de soberania alimentar e do acesso às mulheres a outras políticas públicas. (Lutadora migrante da floresta)

Portanto, a rotina produtiva pode absorver todo o tempo das mulheres e restringir as mulheres ao espaço doméstico e familiar e é necessário garantir participação política na sociedade a partir da organização de grupos de mulheres, articulação de redes e lutas, fazendo o debate sobre a importância do quintal produtivo junto a um debate sobre o projeto de agricultura camponesa e agroecológico que é necessário para a continuidade deste quintal e desta cultura a longo prazo na sociedade e no território comunitário e nacional. As conquistas obtidas foram por meio de lutas concretas nas ruas e é necessário cuidar para que a rotina do quintal produtivo não prenda e restrinja as mulheres ao espaço doméstico.

Desta forma, os debates do feminismo camponês popular e da soberania alimentar dos povos estão articulados para a construção de novas relações sociais saudáveis, de cidadania e direitos humanos nos meios rurais e urbanos, sendo as políticas produtivas para as mulheres fundamentais dentro de uma perspectiva de transformação da sociedade, pois, podem promover justamente o inverso se não for dentro de um processo crítico de construção política, de enfrentamento aos agrotóxicos, aos organismos geneticamente modificados e relacionados à agroecologia que não é uma relação “eu e a minhas plantinhas”, pois, quem adora seus pés de tomate de verdade vai querer tomate sem veneno para uma vida boa para todo o povo e, para isso, é fundamental que se faça a reforma agrária, que haja programas de acesso à água, industtialização e comercialização, que haja crédito para as mulheres aumentarem suas hortas e roçados para que seus projetos de desenvolvimento em defesa da vida vão muito além de seus próprios quintais, cheguem até redes de mercados, ocupando estes espaços a partir de uma

consciência da importância da organização produtiva e agroecológica em projetos de desenvolvimento dos países.

> Fazer esse debate da soberania alimentar, dos quintais produtivos com as mulheres, é super importante, mas a gente tem que cuidar muito para que a gente não enfie novamente nossas mulheres a ficar cuidando de coisas, né, da plantação, da comida, da família, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê... E ela deixa de fazer uma reflexão enquanto pessoa, enquanto uma participação política, social, na sociedade, para transformar a sociedade. Assim é, eu acho, os quintais produtivos ele é muito importante, acho que o movimento fez, que muitas mulheres faz, muitos grupos de mulheres nossos faz, não é, e casado especialmente com a questão do enfrentamento aos agrotóxicos, aos transgénicos, à soberania alimentar e tudo mais, à agroecologia. Mas ele não pode ficar somente nessa questão da relação "eu e a minha plantinha". Eu adoro meus pés do tomate, mas eu quero tomate sem veneno para uma vida boa para o povo. Eu quero que faça a reforma agrária, eu quero que tenha crédito, crédito para as mulheres, para aumentar seus quintais produtivos, para ir além de quintais. Eu quero uma política pública de água, industrialização, porque as mulheres têm que acessar o mercado. Ela tem que passar das feirinhas, ela tem que mandar os seus potes de doce também para as redes de supermercado, também ocupar espaços nesse sentido. Isso é o que é consciência da organização produtiva, mas de um projeto mais maior de agricultura, de desenvolvimento de países, não é? (Lutadora migrante da floresta)

Na perspectiva feminista camponesa popular a relação das hortas, quintais produtivos e agroecologia ultrapassa limites individuais e liberais, do cuidar da própria produção e das vendas nas feiras, pois, as mulheres em movimentos sociais no campo sempre tiveram a preocupação de tecer vínculos entre as hortas e criações das mulheres do campo com a construção política de uma soberania alimentar que é dos povos, não apenas individual, e a agroecologia foi um meio a partir do qual se enfrentou os desertos verdes, os transgênicos, os venenos, como já se mencionou sobre a ação contra a Aracruz celulose em 2006. Trata-se de uma luta por um projeto de agricultura feminista camponesa popular e agroecológica, uma linha política de ação coletiva atrelada a uma formação técnica que também contemple processos de educação popular e formação política, por exemplo. Não se pode delimitar para as mulheres um espaço social só da casa e do quintal produtivo familiar e doméstico, pois elas precisam também sair de casa e ocupar espaços públicos e políticos diversos, com suas vozes, saberes e experiências, ser cidadãs e sujeitas de direitos.

Por fim, a entrevistada compartilha que vem de um campesinato que é muito conservador, então, se intriga e demanda que se faça uma reflexão crítica sobre os motivos pelos quais avançamos em muitas pautas da luta das mulheres, porém, a violência doméstica aumentou e nos feminicídios se identifica cada fez mais requintes de crueldade no assassinato

das mulheres. Considera que antigamente as mulheres sempre viviam situações de violência doméstica também, com as quais se precisava romper, porém, a ela parece que era num contexto social em que aquelas práticas eram muito naturalizadas e hoje já é crime e continua o problema porque só a luta pelo direito não resolveu. Relata que no começo das atividades do MMC, não costumavam falar que ter um documento era para o enfrentamento da violência patriarcal e racial, mas para ter direito à previdência e para começar a se conscientizar de que usar o CPF do marido, por exemplo, era uma forma de controle e dominação do marido sobre a mulher, assim como o confisco de documentação pelos patrões é uma forma de impor relações de trabalho de servidão e escravidão no campo. Então, ter documentos é existir para o Estado, para a sociedade e ser cidadã e suejtio de direitos. Quando se avança na Campanha de documentação das mulheres Rurais e, depois, no fortalecimento da construção da Lei Maria da Penha, se promovem aa condições para uma incidência política também dentro de instituições e serviços públicos que atendem o meio rural, como no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em que são feitas ações para que nos assentamentos de reforma agrária haja titularidade conjunta da terra, assim como a prioridade das mulheres permanecerem nas parcelas com seus filhos em casos de violência doméstica.

Para uma produtora agroeocológica do Rio Grande do Sul, a *Camponesa livre e socialista,* relacionar a questão da soberania alimentar e da produção de alimento saudável com a questão concreta da vida das mulheres, com a construção de autonomia é muito importante, mas este proceso é sempre atravessado por situações de violências contra as mulheres que geram vulnerabilidades, carências, pelas quais também as próprias mulheres tem sido culpabilizadas e inferiorizadas, de modo que é necessário ter sensibilidade, criatividade, ousadia política para conseguir promover estas discussões nas comunidades e na sociedade. Não são às mulheres nos movimentos sociais populares que faltam saberes, experiências, capacidades e maturidades políticas, mas, quando são assim desqualificadas nos instrumentos políticos, mídias ou governos o que se evidencia é o limite democrático de determinados processos políticos.

As mulheres em movimentos sociais no campo, então, enfrentam todo tipo de barreiras sociais construindo-se como sujeitas de seus próprios processos políticos e semeando autonomia, autodeterminação nos territórios e soberanias populares a partir de suas experiências de vida e necessidades humanas. Por este motivo, o MMC abraçou a tarefa de levar adiante a questão da Campanha Basta de Violência contra as Mulheres, promovida internacionalimente pela *La Via Campesina,* que e trata de um compromisso de todos os movimentos sociais articulados na LVC mas que tem sido estimulada no âmbito deste conjunto

pelos processos de auto-organização de mulheres camponesas. Um dos elementos centrais da campanha é superar a invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres no campo e, avançar no debate social e nas agendas políticas para a conquista de políticas voltadas ao fortalecimento de experiências agroecológicas feministas camponesas e populares como meio de acesso à saúde, direitos e qualidade de vida. Isto perpassa o reconhecimento das atividades relacionadas à alimentação como trabalho produtivo transformador da natureza em uma perspectiva ecológica (que também cuida dos biomas) e como trabalho de cuidados e reprodução da vida junto às demais pessoas nas famílias e comunidades.

Uma militante do MMC, a *Agroecóloga da libertação* traz estes conteúdos quando aborda seu cotidiano e história de vida. Ela compartilha que a roça era para todo mundo trabalhar, por exemplo, na roça de mandioca. Porém, também havia a horta, que era considerada "uma coisa mais miúda" e "coisa feminina", que era o plantio de alimentos para a própria família comer, cuidada por ela e a mãe, plantando batatinha, amendoim, abóbora, melancias, por exemplo. Tinham alguns alimentos da horta para os quais o pai apenas contribuía arando a terra, como quando iam plantar feijão. As mulheres tinham a responsabilidade de plantar, colher, limpar, debulhar, guardar, armazenar e, desta forma, a alimentação tinha sempre um ciclo de trabalho muito mais longo em relação à cidade, onde se compra e se prepara. Para ela, deve-se considerar que é um trabalho produtivo mas também de cuidado porque se está pensando a qualidade de vida de toda a família, a saúde de todas as pessoas, mas é um ciclo de trabalho muito mais longo que é invisibilizado por quem só aborda em uma perspectiva culinária, de preparação em casa ou na prestação de serviços. Por exemplo, para comer um doce, se precisa fazer e não apenas abrir um pacote que veio da fábrica, ou seja, ir colher a fruta, limpar, cozinhar a fruta, preparar o doce e armazenar com cuidado sanitário como quando se faz conservas.

> Então algumas coisas tinham participação dos homens. Meu pai às vezes só arava a terra, mas às vezes nem plantava. Então a gente plantava mandioca, feijão, essas coisas. Mas era muito mais essa responsabilidade de plantar, de limpar, de colher, de guardar, de guardar, de debulhar, de guardar, é de armazenar sempre era muito mais feminina, né? E mesmo na roça também tem isso, tipo a alimentação ela tem um trabalho muito mais longo do que na cidade. Que nem, você tem que plantar, tipo, assim, se você quer fazer um almoço, você tem que ir colher a sua mandioca, descascar e guardar e na cidade não, você compra ela no supermercado quase sempre você já compra ela pronta, descascada, você só tem que botar ela na geladeira e na panela. Então, todo o processo, geralmente, na roça, ele é mais longo. Você quer comer carne de galinha, uma galinha, aí você primeiro, você tem que matar, limpar, não sei o quê e armazenar. Então, bom, todo o trabalho, ele tem um

> ciclo mais longo, então é um trabalho de cuidado, sem dúvida, porque está pensando na qualidade de vida, na saúde das pessoas, mas ele é um trabalho que ele é mais longo. Ele tem um processo mais longo, então se você quer fazer um doce, você quer comer um doce, você vai colher a fruta, você vai limpar a fruta, você vai cozinhar ela, você vai preparar e aí você vai fazer um doce e vai armazenar ele, por exemplo, ah você quer fazer uma conserva, então o trabalho da produção de alimentos ela é mais longa, ela tem uma cadeia, um gasto de tempo, seu tempo útil para a preparação dessa tarefa de cuidar da alimentação é muito maior na roça, apesar de que isso signifique qualidade, mas ele é muito maior. Só que essa responsabilidade desse tempo sempre recai mais sobre as mulheres. Ou quase totalmente, né? (Agroecóloga da libertação)

O trabalho da produção de alimentos é longo, é uma cadeia de trabalho e gasto de tempo, então o tempo útil para cuidar da alimentação na roça é muito maior e isso significa qualidade da alimentação também, só que esta responsabilidade, este trabalho e tempo recaem predominantemente sobre os corpos e tempos de vida, saúde, estudo e lazer das mulheres. O fato é que, o Estado deve reconhecer socialmente, valorizar economicamente e investir politicamente em todas as dimensões de trabalho que envolvem as atividades relacionadas à alimentação, da semente à panela, tanto para as mulheres que queiram trabalhar com isto e precisam de acesso à terra, fomento produtivo e assistência técnica quanto para as que não queiram fazer este trabalho em determinados momentos da vida ou em determinados projetos de vida, mas que, seja no campo ou na cidade, precisam se alimentar em suas famílias e comunidades e precisam ter condições de acessar serviços públicos de alimentação que sejam socialmente justos, saudáveis e ambientalmente sustentáveis.

Destacando a contribuição dos movimentos sociais para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa de base agroecológica realizada pelas mulheres rurais, ela relata que quando ela era jovem e vivia na roça com sua mãe não tinha, programas e políticas como os dos quintais produtivos para as mulheres. O que haviam eram os projetos e ações do Movimento de Mulheres Camponesas que faziam muitas atividades de educação popular, formações técnica e políticas e talvez algum financiamento para os projeto dos movimentos pudesse ser por meio de alguma política pública, mas era o movimento que construía a ponte para o acesso, fazendo ações de fortalecimento da organização produtiva das mulheres em sua região, com capacitações sobre plantas medicinais, agroflorestas, criação de pequenos animais. Lembra que sua mãe fez um curso sobre criação de galinhas caipiras para produção de galinhas e ovos, mas foi por intermédio do movimento que facilitava o acesso, pois, não conheciam e nem conseguiam acessar diretamente nenhuma política para fortalecimento da organização e da produção das mulheres, elas participavam e acessavam via movimento de mulheres. Ela interpreta também que sua mãe é até hoje guardiã de uma ampla variedade de sementes

tradicionais que ela guarda todo ano. Muitas vezes ela nem planta para comer, mas para reproduzir e renovar as sementes para guardar de novo porque não podem ficar muito tempo guardadas sem plantar que as sementes envelhecem e perdem a qualidade. Quando ela planta para comer sempre planta em quantidade muito maior do que precisa para guardar sementes, para guardar, trocar e doar porque esta é a lógica da produção camponesa.

> Minha mãe tem uma série de variedades de sementes que ela guarda todo ano. Às vezes ela nem planta para consumir, planta só para poder reproduzir, renovar, somente guardar de novo, porque não pode ficar muito tempo que envelhece, perde a qualidade. Tem vez que ela nem vai comer, mas ela planta ou ela planta sempre muito mais, do que ela consome para poder deixar uma parte para virar semente, para guardar e pra trocar, pra doar e doa sementes. Então tem muito essa lógica sim. (Agroecóloga da libertação)

Assim, as mulheres rurais tem sustentado a vida e a sociobiodiversidade nos territórios e quem sustenta a vida delas são elas mesmas e suas parceiras nas articulações entre mulheres dos movimentos sociais populares que buscam envolver os demais lutasores sociais, toda a sociedade e o Estado nesta responsabilidade que é coletiva.

Consoante a *Jovem da romaria do cerrado*, as mulheres são as que tem as experiências agroecológicas para cuidar da vida e são as que tem construído um sentido de mística da geração da vida, da maternidade, do cultivo das sementes e da alimentação saudável. Ressalta que , no entanto, isto não pode se dar no sentido machista de que as mulheres tem que ser mães para terem valor social mas de reconhecer que elas também tem luta por direitos na gestação, na maternidade, na amamentação, ao mesmo tempo que elas cuidam da casa, cuidam das crianças, cuidam do quintal, cuidam tudo ao redor da casa, e a alimentação vem do espaço ao redor da casa, mediando o espaço privado e público, medicando o corpo e o território. Uma roça de feijão pode ser colocada um pouco mais longe, assim como um roçado de mandioca, mas o que vai para a mesa da família camponesa é principalmente de um espaço muito próximo da casa. Então, a mulher tem esse exercido um papel fundamental na alimentação em uma concepção do cuidado e da valorização da vida que é diferente do homem no campo que costuma ver a plantação apenas como meio de ganhar dinheiro, de lucrar, principalmente.

Ela sente que trabalhar a agroecologia é muito melhor com as mulheres do que com os homens, pois, elas já tem esse referencial do cuidado como um valor, princípio e fundamento de sua experiência de vida quando vão para uma dimensão da ação coletiva. Tem um grupo na CPT em que trabalham também não só o cuidado mas o autocuidado coletivo, e nota muita resistência das pessoas a isso nos espaços coletivos de participação política, principalmente por

parte dos homens que não aceitam a questão do cuidado e do autocuidado como parte da luta social e política. As desigualdade de gênero nas responsabilidades de cuidado despontam como um mecanismo de reprodução social do patriarcado que oprime as mulheres do campo e da cidade e, pode-se inferir, também aos homens, pois, afeta toda a vida social ainda que os homens não sejam o polo subalternizado da dinâmica de discriminação e hierarquização patriarcal.

De acordo com os relatos das militantes do movimento sem terra, a *Revolucionária das flores transatlânticas,* hoje em dia também tem sido reinterpretadas as atividades de trabalho na alimentação como atividades cuidadoras da natureza e dos bens comuns da natureza, uma produção que empreende um manjeo sustentável e ecológico para sustentação da vida dos biomas face ao avanço de sua degradação pelo sistema agroalimentar hegemônico. Identificam que as mulheres sempre estiveram presentes em suas comunidades expressando preocupação com o alimento e também com a água, com o rio que baixou, com a chuva que não chegou na época certa. O movimento MST tem a organização das cooperativas, a organização das associações, os processos de agroindústria, tem muitos processos que são também desempenhados de mulheres ainda que haja uma subrepresentação em cargos estratágicos e falte reconhecimento delas como as principais referências. A *Irmã acampada transformadora* relata uma experiência do MST na Paraíba, tem que fizeram uma indústria de processamento do caju e de outras frutas e todas as associadas eram mulheres, uma proposta de implementação da agroindústria local pensando nas comunidades como um todo mas a partir das mulheres no trabalho, na formação e articulação coletiva, ou seja, a luta social feminista camponesa popular não é só para as próprias mulheres em torno de identidades desconectadas do todo, mas dentro de processos de transformação social que promove melhores condições de vida nas comunidades e seus territórios.

Para a *Lutadora migrante da floresta*, a relação das mulheres com a questão do alimento e o cuidado é muito profundo e ainda se manteve mesmo dentro do sistema agroalimentar hegemônico que se fundamenta nas políticas das revolução verde, dos transgênicos e da homogeneização da agricultura e das culturas alimentares. Muitas variedades mantidas no Brasil e no mundo foi graças aos quintais produtivos em que as mulheres camponesas permaneceram com o cuidado de manter essas variedades, atreladas às diversidades de culturas e biomas nas regiões. Isto indica que tal relação não é só uma questão da visão das mulheres em se preocupar de que amanhã vai ter ou não comida para si e para os seus filhos, mas também uma visão e definição política de soberania alimentar e de manutenção de sementes e de variedades de alimentos a longo prazo, para o amanhã da humanidade. Estes aspectos precisam ser trabalhados no tema da alimentação, na linha de que não é um cuidado no sentido de que a

mulher tem obrigação de fazer a comida, mas é smultaneamente “cuidado produtivo” em que as mulheres são centrais na manutenção da soberania alimentar dos povos baseada na manutenção das sementes crioulas variadas e diversidades socioambientais. Sempre foi visto como tarefa de mulheres não só a comida mas aliás buscar a água para beber e fazer a comida, e também tomar banho, lavar roupa, lavar louças, pois, “a água é a vida que move a casa” e sustenta a família, ela diz. Por isso, o cuidado ambiental com a água, as nascentes, as fontes sempre foi muito desempenhado pelas mullheres também, que sempre estiveram cotidianamente ativas nesta relação com a água. Esta foi a divisão do trabalho que, pode ser injusta, mas foi desempenhada pelas mulheres historicamente, o compromisso com a manutenção e não poluição da fonte de água para abastecimento da família, assim como a produção e preparação dos alimentos, de modo que as mulheres tem um papel forte e central nestas relações sociais.

Portanto, o trabalho com alimentação é um cuidado produtivo, que vai além do cuidado e vai além da produção. A própria sociedade patriarcal, racista e capitalista impôs para as mulheres esse papel social de cuidadoras como se fosse uma tarefa doméstica e exclusiva de mulheres e muitos na sociedade ainda pensam assim, inclusive muitas mulheres ainda dedicam suas vidas exclusivamente para cuidar - de doentes, de filhos e netos, do marido, do lar. Mas também há uma parcela muito grande que quer suprimir esta dimensão do “exclusivo”, isto é o que significa democratizar, para que hajam responsabilidades públicas e coletivas e para que a vida das mulheres sejam amplas em suas possibilidades de escolhas, especialmente no movimento de mulheres trabalhadoras do campo e da cidade onde a questão sócioambiental e agrária vem junto como um princípio articulado à questão alimentar, pois, não há como produzir algo sem considerar a relação com o solo, a água, os animais, as plantas, as demais pessoas com quem se constrói um mundo.

3.1.2 “Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer”: Saúde das mulheres e enfrentamento às situações de violências

Muitos elementos sobre saúde das mulheres e sobre o enfrentamento às violências contra as mulheres já foram mencionados na seção anterior cujos enfoques eram os trabalhos e participações políticas das mulheres nos movimentos sociais no campo. No entanto, esta seção visa desenvolver mais alguns elementos sobre estes temas que emergiram nas entrevistas, tendo em vista que houve muitos relatos fortes e significativos que aprofundam nosso olhar sobre as correlações destes temas. Nosso olhar sobre a realidade social se amplia por meio do olhar apurado das mulheres em movimentos sociais no campo que em uma de suas canções entoadas em marchas e encontros de educação popular de base dizem “para mudar a sociedade do jeito que a gente quer: participando sem medo de ser mulher”. Assim, esta tese interpreta que é uma contribuição das experiências de práticas sociais, lutas, agendas políticas, saberes, teorias e epistemologias feministas, camponesas e populares a afirmação de que as mulheres nos moivmentos sociais no campo enfrentam concomitantemente violências múltiplas quando constróem a alimentação saudável como caminho coletivo para contemplar suas necessidades sociais e transformar a ordem social excludente. Nesta seção são apresentados conteúdos que se reportam a este acúmulo.

A *Candanga ancestral* compartilha que sua mãe era uma excelente cozinheira que aperfeiçoou suas habilidades ao conhecer a avó paterna. A mãe foi empregada doméstica, dona de pensão, lavadeira de roupa para as pessoas de fora, cozinheira, acumulando múltiplos empregos e funções. Aprendeu a comer muita coisa como a serralha, que hoje as pessoas acham uma coisa nova e cara, mas era uma “planta do mato” que sua mãe coletava para cozinhar refogada, assim como a ora-pro-nobis e as folhas e frutos do maracujá com os quais faziam cozidos com chuchu. Conta que sua mãe sabia várias receitas de aproveitamento de alimentos que eram muito interessantes e a isso ela credita o fato de que nunca passaram fome em sua família mesmo sendo pobres. Quando possível, fazia uma feijoada maravilhosa e que ficou famosa na cidade. Trabalhando como cozinheira, fazia muita comida da culinária baiana como vatapá e caruru e também pratos de origem italiana como macarronadas e lasanha. O pai ajudava a preparar os temperos, mas sua mãe não gostava da presença dele na cozinha. Relata que cresceu comendo um tipo de comida popular que não mudaram até hoje em sua família: arroz e feijão com muita verdura e legumes. A carne era cara e rara, mas sabiam preparar e comer outras coisas para acompanhar o arroz e feijão. Afirma que esta é a cultura alimentar

tipicamente brasileira que esteve presente em suas origens e infância e foi a sua mãe que a colocou dentro de casa.

Ela identifica que hoje também na cidade as mulheres tem um cuidado com o alimento que vão dar às filhas e filhos, buscando um alimento mais puro e sem veneno até para dar aos bebês. Mas entende que esta preocupação foi difundida na sociedade pela participação política e cultural das mulheres do campo que promoveram um diálogo crítico sobre alimentação com as mulheres urbanas e, o MMC teve e ainda tem um papel ativo e fundamental nesta construção política que está relacionada à soberania alimentar. As mulheres nas cidades passaram a apoiar esta ideia e esta prática de cuidados nas famílias a partir da preferência por alimentos agroecológicos, naturais, diversificados e integrais, e passaram a comprar os produtos da agricultura familiar e camponesa de base agroecológica, ainda que se sabe que é muito difícil toda a alimentação ser assim e há muitos produtos transgênicos e com agrotóxicos nos mercados que são consumidos pelas famílias. Em Brasília relata que sua família costuma comprar alimentos da parte agroecológica e orgânica do CEASA e também na Feira da ponta norte onde tem produção do MST, do MMC e outros movimentos e grupos produtivos agroecológicos, mas existem desigualdades de espaço de mercado e propaganda entre produtores orgânicos em grandes propriedades de terra e produtores familiares, camponeses, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais que produzem em pequena escala, então, quando se pensa em justiça alimentar é importante pensar também nos mercados justos quando se busca saúde e bem estar na sociedade.

A *Revolucionária das flores transatlânticas* conta que foi criada na cidade de Taguatinga, na zona Taguatinga – Ceilândia da capital federal. Sempre se interessou muito pela área ambiental e a relação com o campo por causa da história da família, porque a mãe sempre falava muito de tudo que eles produziam, cita os coelhos que a avó criava e o que os bichinhos comiam. Sua irmã estudou biologia e considera que isso influenciou sua escolha de estudar engenharia florestal e, a partir da universidade e da Associação Brasileira de Estudantes da Engenharia Florestal (ABEEF), entrou em contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ela é a única da família que é militante de um movimento social, ainda que toda sua família apoie os movimentos populares. Na própria organização da casa de sua família, cuidada por sua mãe, sempre era uma casa com quintal, com frutíferas plantadas, com muitas plantas e que sua mãe conversa com as plantas. Em sua família há uma relação da alimentação como a tarefa da mulher, como um cuidado que deve ser feito pela mulher, sendo a mãe a responsável por fazer a comida todos os dias. Mora só a mãe e o pai na casa, atualmente, mas sua irmã mora em uma casa vizinha, e quando os sobrinhos eram crianças iam para a casa da

avó e a mãe ficava sempre na tarefa de fazer a comida para todos e relatava que se sentia estafada e sem conseguir pensar o que cozinhar todos os dias, sentia falta de ânimo mesmo sendo uma pessoa que gostava de cozinhar e que cozinha bem mas a pressão e obrigação a deixava cansada e gerava aversão em alguns momentos, ou seja, a alimentação em uma perspectiva feminista tem um alargamento de sentido, posto que não se trata apenas de pensar a saúde física mas também psicológica e mental, numa perspectiva de saúde integral, e não só de quem come a comida, por exemplo, que seja sem agrotóxicos, mas também de quem produz e prepara que não seja exaustivo e adoecedor.

Sobre as diferentes gerações de mulheres em suas relações familiares, a *Agroecóloga da libertação* compartilha que entende que suas condições de vida são muito diferentes em relação às outras mulheres de outras gerações de sua família como suas avós, mãe, irmã mais velha. Isto se dá não pelo fato de serem agricultoras mas porque só ela teve pleno acesso à educação formal e porque as outras vivenciaram relações familiares e conjugais que eram patriarcais, de opressão e de violência. Em sua leitura, não tiveram um momento delas para ter um trabalho que fosse expressão de seu desejo de vida, não tiveram o momento de pensar e contruir seu próprio projeto de vida, mas viveram aquilo que foi possível fazer. Entende que esta diferença de sua vida em relação às de outras mulheres de outras gerações na mesma família não é um privilégio conquistado às custas da opressão de outras pessoas, mas é uma diferença fruto da conquista de um direito das mulheres, que todo mundo deveria ter garantido pelo Estado, mas que só ela teve.

Para ela, não é um privilégio estudar, é um direito, mas quem consegue vivenciar este direito possui condições de vida muito mais favoráveis em termos de escolhas, possibilidades e qualidade de vida. As outras mulheres das gerações passadas de sua família vivenciaram vulnerabilidade econômica, pobreza, além das opressões e violências patriarcais, então tiveram poucas possibilidades de escolhas e o mundo moldou as relações de trabalho e a vida destas mulheres. Por exemplo, sua mãe não estudou porque o avô não deixou e, sua irmã mais velha, teve filhos muito jovem e não estudou porque na época foi um outro momento histórico do país, nos anos 1990, em que na situação de vida da irmã ela precisou abrir mão de muitas coisas para conseguir criá-los. Quando lembra de sua avó, compartilha que ela sofreu muita violência doméstica e opressão por causa do avô, o qual também saía e abandonava a casa com frequência, deixando-a sozinha com a responsabilidade de cuidar dos filhos. Quando ela compara consigo, diz que a maternidade é também um elemento que indica outro contexto de vida em relação às mulheres de outras gerações de sua família, porque até o momento ela não quis ser mãe. Explica que a figura da mãe é muito exaltada no conservadorismo, porém, é uma

contradição que a maternidade ainda é um lugar social em que as mulheres vivenciam abandonos e violações de direitos, principalmente no meio rural onde há maior ditanciamento dos serviços públicos. Tal vulnerabilidade impacta o acesso aos direitos, como a educação, a saúde, o lazer e a cidadania das mulheres, sendo necessário que a responsabilidade pelos cuidados com as crianças e jovens sejam coletivizadas e assumidas de forma mais contundente pelos serviços públicos de berçários, creches, escolas próximas aos locais de trabalho e de residência das mães.

Por este motivo, em uma das passagens da entrevista relata que há diversidade de bandeiras de luta no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), assim como em outros movimentos sociais no campo que vão além da luta apenas pela terra, por exemplo, abrangendo um olhar para a totalidade das necessidades da vida. É nesta leitura que há a luta pelo fim das violências contra as mulheres sempre muito presente no meio rural em todas as formas tipificadas e reconhecidas por lei - como as violências domésticas, físicas, morais, psicológicas, patrimoniais, sexuais previstas na Lei Maria da Penha e também o cárcere privado e o tráfico de mulheres e meninas, que podem ser denunciados pelos serviços públicos do Disque 180 e das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM).

No MMC, diz a *Agroecóloga da libertação,* as mulheres buscavam criar ações coletivas para as mulheres terem ferramentas para se libertarem destas situações de violências, encontrarem formas de intervir e transformar as relações de desigualdade de gênero nas famílias, em suas comunidades e na sociedade em geral, entendendo que a luta feminista camponesa popular não é uma luta contra os homens, mas é luta social de transformação das relações patriarcais e de gênero, racistas e capitalistas, buscando superar as hierarquias de poder, os contextos de dominação, construindo novas relações igualitárias em que o gênero não seja definidor do reconhecimento do trabalho de uma pessoa, não seja definidor do poder de ação e de participação sobre quem tem direito de ir e vir nos espaços públicos e estratégicos da sociedade, e também não defina o valor da vida de uma pessoa que é desumanizada quando sofre um feminicídio. A luta social pelo fim das violências contra as mulheres também é pelo reconhecimento da violência doméstica como um problema social complexo e relacionado a uma multiplicidade de fatores, é um problema de saúde pública e de segurança pública. Portanto, requer o trabalho em rede e intersetorial de políticas públicas e atores sociais diversos (como os movimentos populares de mulheres) que podem ser as portas de entrada para uma assistência e um cuidado que podem proteger vidas.

Consoante o depoimento da *Jovem da romaria do cerrado,* uma militante que atuou com a PJR e hoje em dia contribui com a CPT no estado de Goiás, também as resistências mais

profundas nos contextos dos grandes projetos do capital tem sido das mulheres, devido à violência que chega com esses empreendimentos e que afetam diretamente as mulheres de forma diferente dos homens, por meio da tortura e do estupro. Compartilha que as mulheres sempre utilizam os espaços de reunião da CPT para a denúncia das violações, por exemplo, que se passam nos empreendimentos de energia eólica quando as turbinas estão sendo instaladas e em alguns parques eólicos pertos do mar; em muitos locais elas não conseguem mais ir sozinhas catar os mariscos porque é muito perigoso. Os empreendimentos chegam e afetam os corpos das mulheres, por isso há uma Luta pelos Territórios Livres, como falam as mulheres das comunidades tradicionais, as mulheres pescadoras artesanais, as mulheres quilombolas, entre outras, pois, não existe território livre se os corpos das mulheres não são livres. As mulheres têm mais resistências, não no sentido de maior resiliência a dores e sofrimentos que é uma visão racista e machista, mas no sentido de empreenderem maiores quantidades e qualidades de enfrentamentos nas lutas sociais posto que seus corpos são violados de formas diferentes no âmbito de sociabilidade patriarcal, racista e capitalista. Suas violações são diferentes em relação ao que passam os homens no processo de chegada dos grandes empreendimentos, o que faz com que as mulheres se organizem e se articulem mais, dentro do seu processo de participação comunitária, abordando até a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, da interrupção da gravidez em situações de estupro, que são temas que em espaços mais tradicionais e de igreja ainda estão muito silenciados.

A violência pode reprimir, mas tem também o outro lado da questão que é a força das mulheres para enfrentar esses processos de avanço dos projetos do capital que chegam dentro das comunidades, são duas dinâmicas nos territórios rurais: não são apenas o lugar dos problemas sociais, mas também da contrução das soluções, das alternativas para humanizar e desenvolver a vida social numa perspectiva de saúde e de sustentabilidade agroecológica. As mulheres muitas vezes estão na luta local, na resistência local, em muitos territórios do interior do país que são descentralizados, distantes das capitais dos estados, ainda que estejam muitas vezes pouco reconhecidas e visibilizadas politicamente nas discussões mais amplas, nacionais e internacionais, porque as mulheres, principalmente as mulheres rurais e as que sofrem com racismo. são cerceadas em sua participação política e no exercício de seus direitos.

Um exemplo relevante neste sentido é dado por uma militante do MMC em Minas Gerais, quando a *Agroecóloga da libertação* exemplifica que a região que foi afetada pelo rompimento da barragem de rejeito da mineração da Vale é uma região de periferia e de população pobre, negra, onde há muitas mulheres e mães solos chefes de família, muitas trabalhadoras informais ou desempregadas que ficaram só com as externalidades negativas do

crime sócioambiental. Não há nenhum incentivo de política pública, nenhuma iniciativa de desenvolvimento local que a empresa mineradora deixa no território, ficam apenas as consequências negativas da mineração, porém, quando a empresa chega a tendência das pessoas da região é apoiar porque há uma ilusão de que a chegada das corporações capitalistas vão trazer progresso e acesso à tecnologia e riquezas, porém, o modelo de desenvolvimento extrativista e exportador leva embora as entranhas da terra e toda a riqueza socialmente produzida, deixando parcos benefícios para as elites econômicas e políticas locais, mas nada para os setores sociais populares que caem nas armadilhas de maus negócios porque a longo prazo permanecem nas situações de pobreza e de desigualdade e ainda têm seus meios de vida degradados.

Em sua análise, dos grandes empreendimentos extrativistas exportadores há um efeito enorme sobre a alimentação porque tratava-se de uma região de muitas hortas para comercialização e, agora, estão todas contaminadas com resíduos da mineração que vieram do estouro da barragem de rejeitos, mas também, desde antes do crime já havia dano por causa dos resíduos que caíam do transporte dos minérios pelos caminhões e pelo trem de carga, pois, o pó de minério circula no ar e na chuva e deteriora a qualidade do ar e da água. A área está altamente contaminada no solo e na água do rio que estão cheios da lama de minério, portanto, as hortas da beira do rio são todas contaminadas. Diversas gerações estão sofrendo com a insalubridade, inclusive mulheres gestantes e crianças que estão sendo amamentadas. Portanto, as lutas sociais feministas denunciam estas contradições e defendem a saúde integral das mulheres, seus direitos à gestação, parto e maternidade segura tanto quanto seus direitos sexuais e reprodutivos e sua autonomia sobre seu corpo.

Um outro forte depoimento sobre os impactos dos conservadorismos sobre os corpos e maternidades das mulheres no campo veio na fala da *Lutadora migrante da floresta* sobre uma fase de sua vida em que morava em Roraima. Ela conta que em 1986 ela foi candidata a deputada federal em seu estado e estava grávida da quarta filha, havia uma tensão e medo constante porque o coronelismo era muito forte naquela região. Ela foi para a maternidade quando já estava com muitas horas de contração porque não queria ser reconhecida pela equipe médica do hospital com medo de sofrer algum tipo de violência política ou de violência obstétrica em uma situação em que necessitava de cuidados para o parto. Chegou ao hospital e foi atendida primeiro por uma parteira que trabalhava lá na época, a qual a encaminhou imediatamente para a cesária, porque já havia tido outras três filhas por cesarianas antes e sentia que não conseguiria fazer o parto de outra forma.

Relata que ao chegar no hospital no limite do parto foi um risco à sua saúde mas também uma estratégia de sobrevivência porque estavam no período de redemocratização pós-ditadura

em que houve muita perseguição política e sabia que quem faria seu parto seria um médico coronel do exército, o qual ela não queria que visse seu rosto antes do parto. Em sua comunidade haviam muitas estratégias de proteção das mulheres e dos companheiros de militância e esta foi uma experiência que ela vivenciou na imbricação entre sua militância e sua maternidade.

Candanga ancestral relata que os anos 1980 ainda foram muito sofridos porque é muito difícil ser mulher nos ambientes machistas em que se tem que lidar com homens usando suas forças brutais. Ela diz que é muito difícil enfrentar "como uma Dilma Roussef" e muitas outras companheiras fizeram durante a ditadura. Relata que, durante uma atividade de militância, uma colega compartilhou a ela que nunca mais conseguiu usar saias depois do que viveu durante a ditadura militar e se lembra o quanto muitas pessoas choraram ao ouvir os relatos de torturas cometidas por agentes do Estado. Portanto, em sua opinião, isto reforça o quanto precisa ser reconhecido que as mulheres do campo sempre estiveram na luta social e política e o quanto sempre foi muito difícil para elas estarem em arenas políticas em que são marginalizadas de formas perversas até os dias de hoje e, fazer este resgate da luta social no campo durante a ditadura tem sido um dos focos da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) quando fala em memória, verdade, justiça e reparação também para os sujeitos do campo. A entrevistada conclui que parece que as torturas e extermínios de mulheres negras, indígenas e rurais são fenômenos sociais dos tempos da escravatura e do colonialismo que foram reproduzidas na ditadura militar mas que seriam problemas do passado. Porém, em sua avaliação, não houve uma plena libertação e plena consolidação do Estado democrático e de direito porque em tempos de avanço do conservadorismo político, as elites interessadas nos grandes projetos do capital patriarcal e racista, como o das madeireiras por sobre os territórios comunitários, ainda assasinam mulheres negras lideranças quilombolas e de religiões de matrizes africanas como Mãe Bernadete Pacífico, do Quilombo Pitanga dos Palmares, na Bahia, e é preciso ter perspectiva de longa duração para não perder de vista estas conexões históricas às quais se requer reparação pública.

A *Camponesa livre e socialista* destaca que um dos efeitos dos fundamentalismos e racismos religiosos também está no fato de que as mulheres brasileiras não tem direito ao aborto no Brasil e o pouco que se conquistou como o direito à interrupção da gestação em caso de estupro também tem sofrido ofensivas desde o governo Bolsonaro. Na prática, no sistema de saúde, denuncia também que não se executam os cuidados que as mulheres necessitam de forma geral, nem nos procedimentos de interrupção da gestação e nem durante o próprio parto em que as decisões das mulheres não são respeitadas (violências obstétricas) e justamente em momentos nos quais as mulheres necessitam de cuidados.

O que a pesquisa demonstra é que tanto a ofensiva das corporações sobre os territórios como a ausência de políticas sociais e a repressão do Estado são ameaças às vidas das mulheres no campo. Deste modo a construção política do feminismo camponês popular e da soberania alimentar pelas mulheres em movimentos sociais no campo fomenta ações coletivas pedagógico-políticas na perspectiva da saúde e da agroecologia enquanto meios de intervir na realidade social inspirados em experiências das culturas camponesas, negras, indígenas que articulam produção, cuidado e solidariedade para construir novas relações sociais que não sejam de desigualdades, violências e degradação.

Em uma das falas da *Revolucionária das flores transatlânticas* ela aponta que os grandes projetos do capital afetam a alimentação e a vida das mulheres porque são projetos territoriais que demandam muito espaço geográfico e que acabam com culturas e processos organizativos locais. Vem associado a um modelo de morte, predador da vida, ao usar toneladas de agrotóxicos, sementes transgênicas, elementos que vão chegar nos corpos das mulheres, chegar nos corpos humanos, chegar nos biomas para contaminar, degradar, adoecer e matar inclusive para fora das fronteiras de propriedades privadas registradas e legais, abrindo caminho para a ampliação de seu projeto de acumulação, grilagens e invasões capitalistas aos territórios comunitários. Os impactos do capital sobre as mulheres, a saúde e o meio ambiente são também violências estruturais reproduzidas socialmente por um projeto de desenvolvimento que tem um perfil necropolítico, portanto, antagônico ao bem estar biopsicossocial fundamental à vida.

A questão do cuidado no campo também seria vinculado às mulheres conforme as experiências das Casas de Cuidado, que atuam na proteção em situações de violências contra as mulheres. A *Jovem da romaria do cerrado* conta que esta não era linha de ação com que a comissão trabalhava, porém, os casos de violências e feminicídios cresceram tanto após o golpe de 2016 que passaram a trabalhar a partir de uma reivindicação das próprias mulheres rurais das pastorais e dioceses. Portanto, além de trabalhar o tema com as mulheres e homens, precisam criar meios de proteger as mulheres dstes contextos, tirar as crianças de casa quando estão sofrendo violências e abusos. Este é um trabalho novo que a CPT em muitos lugares agora tem feito, o que ampliou muito o trabalho com as mulheres também a partir do próprio coletivo dos grupos produtivos, pois, nos espaços de auto-organização há uma abertura política para prorizar o atendimento do que é sentido e relatado como necessidades das mulheres nas estratégias de organização em rede, para se fortalecer, sobreviver e se desenvolver como sujeitas de direitos humanos.

> Eu vejo essa questão do cuidado também, né, que é próprio das mulheres, né. Então, as casas de cuidado, as casas para nós hoje têm vindo muito forte a questão da violência contra as mulheres, né, que era uma coisa que a CPT não trabalhava, né. Então sim, então não é só trabalhar a questão com mulheres e homens, mas é também muitas vezes tirar as mulheres, tirar as crianças de casa porque está sofrendo violência. A CPT nunca trabalhou com isso, a CPT em muitos lugares agora tem feito isso, não é assim? E ampliou muito o trabalho com as mulheres também a partir do próprio coletivo, do que a gente foi sentido, da necessidade que vem vindo para a gente isso sabe assim, então eu vejo que essas estratégias de organização em rede de se fortalecer, né. (Jovem da romaria do cerrado)

A *Camponesa livre e socialista* também conta que no Rio Grande do Sul o MMC desenvolveu um projeto com plantas medicinais em parceria com a Emater e a secretaria de saúde do estado. Buscavam incentivar a produção, compartilhar experiências e canais de comercialização e geração de renda em torno da questão da saúde da mulher também, que sempre consideraram dimensões fundamentais da luta social. E, reforçando a ideia de solidariedade entre mulheres camponesas, a *Lutadora migrante da floresta* lembra que sua mãe, no Paraná, depois de ganhar bebê, sempre recebia de presentes uma galinha para fazer uma canja para a mulher recuperar a saúde, ou então um sapatinho de crochê feito pela própria pessoa que presenteava. Depois, quando ela teve suas filhas em Roraima também vivenciou o mesmo. Assim, do sul ao norte do Brasil, estas eram formas de solidariedade e cuidado entre as mulheres da roça, no jeito da cultura camponesa de se relacionar umas com as outras na comunidade, partilhando produção e cuidado que geram saúde.

> Me lembro muito, né, da minha mãe, depois eu vivi muito isso, né, quando uma mulher tinha neném, né, ganhava um bebê, né, qual era os nossos presentes? Era sempre uma galinha para fazer um caldo para essa mulher ficar forte, né, ou alguma coisa de comida, alguma coisa, até porque presente comprado, isso é muito, muito recente também que a gente teve acesso, ou era um sapatinho de crochê que a gente mesmo fazia, ou era uma galinha para poder a mulher ter uma canja ali para recuperar a sua saúde, não é? Então esse era a forma também, não é isso o quê se é a solidariedade dessa forma, o jeito camponês de relacionar um com os outros, né? E do cuidado, né. (Lutadora migrante da floresta)

A *Jovem da romaria do cerrado* destaca também entre as atividades de cuidado e atenção à saúde, que fazem parte das histórias de vida e experiências cotidianas das mulheres no campo, o cuidado com os idosos e com membros da família que adoecem. Ainda que esta não seja uma obrigação das mulheres, elas tem assumido ainda esta responsabilidade na ausência de outros membros da família e, sobretudo, na ausência da política de saúde nos territórios. Ela destaca que os irmãos migraram para Curitiba, capital do estado do Paraná, onde já tinham tios

e uma avó que já haviam deixado a vida no meio rural. Ficaram na casa da roça só as mulheres: ela, a mãe, uma tia viúva que depois faleceu, mais duas irmãs mais velhas que depois se casaram e se mudaram também. O pai saiu de casa quando ela tinha 14 anos, para ter outra família. Era uma casa só de mulheres, enquanto os homens costumavam ir embora. A mãe estava doente em 1994, com câncer, e era ela que acompanhava durante o tratamento em um hospital em Curitiba e garantia os cuidados em casa. Neste período não estavam mais conseguindo fazer o trabalho da roça e relata que foi muito complicado financeiramente e precisaram vender as terras do sítio onde viviam, mas mantiveram o terreno em volta da casa onde ainda faziam um quintal produtivo, a horta para consumo próprio. Um irmão morou com elas por um tempo e faleceu. A mãe melhorou por um tempo e em 1996 o câncer voltou mais agressivo e a mãe faleceu alguns meses depois do irmão. Estar longe da capital significou estar longe dos serviços de saúde pública e foi ela quem garantiu os cuidados no fim do ciclo de vida de muitas pessoas da família. Ela conclui que a referência de vida foi a mãe, "apesar do jeito dela muito duro" e de não compreender o processo da militância política, mas ela conta que a mãe tinha amor à terra e à roça e este valor pasou para ela, a filha que ficou com ela por mais tempo. Este vínculo com a terra, que ela aprendeu com a mãe foi sua raiz, ela diz, a partir da qual ela atuou na Pastoral da Juventude Rural (PJR) e depois, já adulta, a faz seguir na luta como integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Uma integrante do setor de produção do MST, a *Revolucionária das flores transatlânticas* identifica que hoje se vive um período de muito adoecimento entre os militantes sociais, sobretudo, depois do que foi a pandemia, e agravado pela carga de trabalho que a militância tem, então, são as mulheres que tem um olhar mais cuidadoso e apurado sobre isso, inclusive nos processos de luta social. Em sua leitura, as mulheres são muito organizadoras do processo de cuidado com a alimentação, por exemplo, em que foi muito bonita a fabricação de pães para doar. Também articulado com estratégias de educação popular, considera que as Cozinhas Populares têm feito um pouco desse trabalho, do que o MST tem refletido mas que ainda são algumas experiências mais isoladas, mas que se tem a grande ideia de nacionalizar. Também relata a experiência dos Agentes Populares de Alimentação e os Agentes Populares de Agroecologia, vinculados ao debate dos Agentes Populares de Saúde no campo, os quais visam ampliar e politizar o trabalho que já vem sendo feito por agentes comunitários de saúde, por exemplo. Buscam ampliar esse debate sobre alimentação saudável não só no próprio território das comunidades do campo, mas também com a cidade e amplos setores da sociedade, criando meios de preparar a militância para esta atuação com formações por processos de oficinas, capacitações técnicas, vendo a articulação entre educação popular, saúde e

agroecologia como processos políticos que são exercícios práticos de experiências de intersetorialidade nas ações coletivas, fundamentais também às políticas públicas que se inspiram nas ações dos movimentos sociais populares que fazem incidência junto aos governos, por exemplo, via o Grupo da Terra.

Na relação das mulheres, alimentação e violência considera que nos movimentos se tem dado bons avanços nas experiências e na reflexão e considera que isto é estruturante para os movimentos, como uma síntese de dizer que não se produz alimentação saudável em relações doentias, seja dentro de casa, seja dentro do assentamento, seja na sociedade em geral. Este debate é uma síntese transformadora porque ressignifica o que é um alimento. Todo alimento é para o corpo mas também para a vida social. A sociedade ingere as relações de produção, cuidado e acesso ao alimento tanto quanto o corpo ingere a comida, o que possui muita relação com a definição política da agroecologia como movimento, prática, ciência e projeto de sociedade, atento também à qualidade dos determinantes sociais da saúde.

Neste sentido, um outro elemento que emergiu nas falas das entrevistadas foi uma análise e carcaterização do contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Uma camponesa do MMC, a *Agroecóloga da libertação*, conta que, em sua experiência pessoal durante a pandemia, o maior efeito na sua família foi um adoecimento psicológico de ficar isolada por causa do distanciamento social. Também quanto aos meios de vida para quem trabalhava com projeto, as atividades foram paradas e ficou sem trabalho um tempo. Durante este período, trabalhou na roça com sua mãe em Santa Catarina, seu local de origem, e acessaram o auxílio emergencial do governo. Em relação à família e à comunidade sente que não foi difícil, foi mais tranquilo passar pelo período do distanciamento social durante a pandemia de Covid-19 porque na comunidade rural tinham mais condições de ter um isolamento, mas ao mesmo tempo "ter espaços de não ficar trancado entre quatro paredes" como nos apartamentos das cidades, isto é, ter um lugar para andar e ter a roça para trabalhar, ir e vir na roça era possível, pois, é um ir e vir diferente da cidade, pode-se caminhar pela natureza no ambiente da comunidade ainda que ninguém fosse nas casas umas das outras. Considera que sua mãe nunca pegou Covid-19 por este motivo, por ter uma vida em ambientes abertos, naturais e arejados, em que há boa qualidade de vida neste sentido.

Uma militante do MMC, a *Lutadora migrante da floresta* também lembra que a partir do isolamento social as mulheres do campo não ficaram paradas, assim como já mencionado no depoimento de uma militante do MST, as mulheres do MMC também estavam ativas e fizeram muitas ações agroecológicas na linha da solidariedade e cuidado com a saúde junto às populações das áreas urbanas que estavam em situação de desemprego, pobreza e fome. Na

pandemia, as mulheres foram muito solidárias, fizeram muita articulação com outras organizações populares: com os outros movimentos populares, com a Cáritas, com igrejas, com várias ONGs, sindicatos, etc. que fizeram doações.

Consoante *Camponesa livre e socialista* que atua com tarefas internacionais da *La Via Campesina*, a situação de fome aumentou seriamente em todo o mundo durante a pandemia, e as mulheres estiveram entre as mais atingidas, pois, a pandemia agravou um cenário que já existia, que as mulheres solteiras, com filhos, racializadas são a maioria entre os mais pobres do mundo e isto afeta o direito à alimentação de suas famílias. Durante a pandemia muitas mulheres não podiam sair de casa, restringiu-se a comercialização e o emprego, muitas mulheres perderam o trabalho neste período. Também recorda que a primeira pessoa que morreu no Brasil de Covid-19 foi uma mulher empregada doméstica, que adoeceu por causa do seu patrão de classe alta que veio contaminado de uma viagem da Europa, mas, ele teve acesso à cuidado e à saúde. Também, no Brasil, houve um governo conservador e de direita que foi negacionista e que desviava recursos que deveriam ser investidos na saúde e na vacinação da população o que impactou em números elevados de óbitos que poderiam ter sido mitigados com ações públicas sérias e contundentes ao enfrentamento à disseminação do vírus mas que foram negligenciadas.

Na avaliação da *Educadora da mística afro-indígena* que, de 2020 até 2022, esteve na tarefa de coordenar o coletivo nacional de comunicação no Movimento de Mulheres Camponesas, o período da pandemia em meio ao contexto do governo conservador foi um momento em que o movimento soube se reinventar. Ela diz que antes não sabia fazer conteúdos como cards e vídeos para circular nas redes sociais, mas aprendeu e compartilhou o saber sobre usar as ferramentas e mídias, estimulando o acesso à internet, à tecnologia e as redes entre as mulheres camponesas. Começou a fazer matérias e notícias para postar como um jornal do MMC nas redes sociais, a fazer lives para manter as companheiras unidas e o movimento social presente nos territórios para que as companheiras não se sentissem sozinhas no contexto da pandemia, pois esta mensagem era muito importante naquele momento. Ao mesmo tempo, durante a pandemia as mulheres continuaram produzindo em suas roças e, as mídias do MMC foram como uma central para ouvir sobre estes processos produtivos naquele período da pandemia e divulgar para a sociedade.

Em sua análise, o governo não está investindo adequadamente na garantia de direitos para que as mulheres camponesas consigam trabalhar, pois, faltam recursos para as mulheres transportarem e venderem os alimentos produzidos em seus roçados. Neste sentido, as mulheres camponesas foram se articulando para desenvolver projetos sociais com instituições não-

governamentais sem fins lucrativos, enfrentando a fome e promovendo ações de solidariedade entre os povos e comunidades, uma vez que as produções das mulheres eram em parte doadas e outras adquiridas também por muitas organizações sociais que depois promoviam doações de alimentos a mulheres das periferias urbanas que necessitavam de apoio, gerando renda para as mulheres rurais também. Neste processo era feita formação política com as mulheres, promovendo a consciência de que a fome não é resultado de que as mulheres não querem trabalhar mas pela lógica de um sistema social capitalista que exclui. Em seu estado fizeram processos de formação de Agentes Populares de Saúde, levando projetos de hortinhas de plantas medicinais para as periferias e levando doações de alimentos. Hoje o movimento tem algumas bases sociais de "camponesas urbanas", que são os quintais produtivos e hortas medicinais nas periferias urbanas no estado de Alagoas.

Uma das militantes do MMC, *Camponesa livre e socialista* também relata que conseguiu aproveitar o período da pandemia para estudar em casa e concluir estudos. Conseguiu se formar na graduação durante a pandemia, após concluir seu estágio. Precisou fazer o estágio duas vezes porque na primeira vez ela perdeu as horas que já tinha começado a fazer, quando sua última filha nasceu. Foi um dos primeiros casos de maternidade na universidade em que estudava e sentiu que não se importavam com ela, sentiu que a universidade não garantiu apoio quando precisou faltar. Então, ela só conseguiu concluir seus estudos no contexto da pandemia em que houve flexibilidade em relação a algumas exigências da instituição. Atualmente inciou uma pós-graduação mas ainda sente dificuldade de conciliar estudos, trabalhos e atividades políticas de militância.

Por fim, a *Lutadora migrante da floresta* conclui que as mulheres camponesas estão hoje em um outro patamar da história, elas continuam em sua relação com a produção, com o alimento, com o cuidado, mas ao longo da história também são sujeitas de participações nas organizações populares, trazendo outras reflexões sobre o papel delas na sociedade.

Porém, em sua opinião, o debate feminista não é tão simples assim e muitas mulheres podem não se reconhecer feministas, mas suas práticas são feministas na medida em que elas lutam para manter seu quintal cultivando sementes crioulas, livre de soja e outros grãos transgênicos, inclusive quando o marido está impondo e plantando soja na terra da família. Também quando ela mantém seu quintal livre de venenos ainda que haja familiares, vizinhos e fazendas próximas que utilizem agrotóxicos e transgênicos, ela está se impondo como mulher sujeita de direitos e que tem seus valores de vida sendo construídos na sociedade, ainda que ela não se veja imediatamente como feminista e ainda que muitas teorias feministas não acolham as mulheres do campo por causa do estereótipo de que tudo que é do meio rural é arcaico e

sinônimo de conservadorismo. Ela destaca também que as mulheres do campo tem uma prática feminista quando enfrentam situações de violências domésticas, quando não aceitam desigualdades e tratamento diferenciado devido a papéis de gênero sobre o que é ser mulher e o que é ser homem na sociedade. Neste sentido, as mulheres camponesas tem avançado bastante na transformação de suas realidades cotidianas de vida e também tem contribuído na ampliação da leitura e ação das demais organizações feministas e do conjunto dos instrumentos populares de lutas sociais.

> É, eu acho que a gente está num outro patamar da história hoje, né, as mulheres camponesas. É, elas tem sim essa, continua assim, com essa relação, com a produção, com alimento, com o cuidado. Mas ela tem, ela tem ao longo da história também essas participações nas organizações populares. Tem trago outras reflexões do papel dela na sociedade, né, e o debate feminista não é tão simples assim, né. Muitas das mulheres podem não se reconhecer feminista e não serem reconhecidas por certos feminismos, mas elas são feministas, a sua prática é feminista, né, quando ela luta para manter seu quintal livre de soja, se o cara planta soja, planta não sei o quê e ela mantém seu quintal livre de venenos e tudo mais. Ela é uma feminista quando ela enfrenta situações de violência doméstica, ela é feminista, quando ela não aceita as desigualdades, as condições de tratamento diferenciado enquanto o papel da mulher e do homem, né. É, eu vejo que isso tem avançado bastante e tem contribuído bastante para crescer os feminismos, as lutas do povo, né. (Lutadora migrante da floresta)

Considera que o feminismo avançou bastante no campo e o Movimento de Mulheres Camponesas contribui ao trazer a reflexão do Feminismo Camponês Popular, com o recorte de classe também no sentido do jeito de ser feminista enquanto uma mulher camponesa, que não é da mesma forma que as mulheres que estão no mercado do trabalho, no meio urbano, que tem acesso fácil às informações e às teorias. É a prática das mulheres do campo em relações de produção de alimentos, na relação com a natureza, com a terra, as fontes de água e as sementes crioulas, em relações sociais de contrução das próprias famílias e das comunidades rurais contra as expropriações de territórios, que constituem os pontos de partida para esta elaboração. As práticas das mulheres dos movimentos sociais do campo são político-pedagógicas e feministas camponesas populares e a partir delas, as próprias sujeitas elaboram sua própria concepção de feminismo, não se trata de simplesmente se afiliar a alguma teoria previamente existente mas de exercer a autonomia de ser sujeito de leituras e ações transformadoras na realidade social. (B08.38) Portanto, em sua leitura ainda é necessário avançar e democratizar muito estas discussões porque os feminismos ainda são termos que nos rincões do país ainda é um pouco difícil de abordar, por mais que as práticas das mulheres sejas também feministas. Se fala “lá

em casa o cara vai ter que varrer a casa e ele vai ter que lavar a louça" e isso é uma posição feminista para discutir a relação familiar e a divisão justa do trabalho doméstico. Nos núcleos de base do MMC, por exemplo, as mulheres sabem disso e se propõem a fazer esse embate dentro de casa, mas para algumas ainda falta peceber que a divisão justa do trabalho que começa dentro de casa é uma luta feminista e que é uma consciência feminista quando as mulheres se conscientizam de que a casa não é só seu papel de manutenção, mas é responsabilidade de todos que vivem nela e não de um jeito que os demais membros da familia "ajudam" as mulheres, mas em uma forma justa, igualitária. Pode ser que muitas companheiras camponesas não se identifiquem com este termo "feminismo", ou tenham dificuldade de dizer por quais motivos é feminista, mas o Movimento de Mulheres Camponesas tem buscado contribuir também neste sentido dos estudos, das elaborações de leituras e teorias próprias e inovadoras, da construção de mudanças das relações interpessoas e sócio-históricas a partir das práticas cotidianas das mulheres camponesas de diferentes regiões e biomas no Brasil.

3.1.3 "Quando as mulheres avançam": Feminismos e diversidades nas lutas sociais

Um primeiro elemento oriundo das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa acerca de suas perspectivas sobre as lutas socias das mulheres e os feminismos esteve relacionado com suas interpretações acerca do que é feminismo, o que é sermos mulheres e a relação entre identidades e diversidades que emergem de suas histórias de vida e trajetórias políticas e profissionais. Alguns aspectos desta discussão já começaram a ser introduzidos no texto e nesta parte serão aprofundados. As mulheres dos movimentos sociais no campo que foram entrevistadas também abordaram a questão do racismo e da imbricação dos sistemas de dominação na vida social, os desafios da subrepresentação política no Estado e nos movimentos sociais mistos, a relação campo-cidade, suas ações e conquistas, suas percepções sobre a América Latina e a dimensão internacional da luta social, o vínculo do feminismo camponês popular com a agroecologia e a soberania alimentar.

Uma palavra de ordem que emerge das vozes das mulheres em movimentos sociais no campo tem sido *"quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede"* e também sua variação *"quando uma mulher avança: o machismo retrocede"*, no sentido de que, o avanço da luta social das mulheres trabalhaoras no campo e na cidade, por mais que em um primeiro momento pareça que "retira" espaço dos homens, em realidade, está ampliando a democratização da sociedade e abrindo caminhos para novos espaços políticos do conjunto dos

grupos e classes sociais, comunidades e povos. Na interpretação desta tese, o feminismo camponês popular, cultivado a partir do protagonismo das mulheres camponesas, democratizam a sociedade fazendo não apenas o machismo retroceder mas todos os sistemas de dominação social: patriarcado, racismo e capitalismo e, assim, quando as mulheres avançam a alimentação suadável não retrocede e, nesta seção se encontra uma série de conteúdos que sustentam esta reflexão.

Para a *Agroecóloga da libertação*, o feminismo é a ferramenta coletiva de organização das mulheres para lutarem por seus direitos, por sua liberdade e autonomia. Esta luta é para que individualmente cada uma possa se entender como sujeito livre, mas isso só se dá coletivamente na história e por isso é tão importante a organização das mulheres tanto em espaços autônomos quanto mistos, para romper barreiras de dominação, exploração e violências as quais ela identifica que cresceram na conjuntura política recente do Brasil como forma de reação do próprio patriarcado, do racismo e do capitalismo aos avanços que as mulheres tem conquistado.

Ela diz que o "ser mulher" é uma construção social, tendo em vista que pode ser uma escolha individual mas que sempre tem que lidar também com as perspectivas da sociedade sobre isto, e o movimento de mulheres pensa em desconstruir os padrões de submissão, opressão, para se descobrir um sujeito livre, liberto, capaz, mais diverso, amplo, enquanto sujeito autônomo nessa sociedade. Em sua leitura, o principal de se entender é que, na verdade, existem mulheres plurais mas que são condensadas em um padrão que é este lugar social de "ser mulher", então a questão é como se vai descontruindo este padrão social. Ela diz que em seu caso em particular ser mulher também está vinculado a ser camponesa, pois, ainda que hoje exatamente não esteja no campo devido ao trabalho, esta identidade e construção social por ter vivido em uma relação familiar camponesa, ter vivido muito tempo no campo, por militar no Movimento de Mulheres Camponesas, são vivências, experiências e visões de mundo que reforçam esta identidade desse lugar social de ser mulher camponesa. Ela também se define como mulher da classe trabalhadora, feminista e agroecóloga, esta última que além de estar conectada a sua história de vida e luta social é a sua formação acadêmica e profissional. Para ela, a identidade camponesa não é só uma identidade de trabalho ou de lugar de moradia, mas tem a ver com um lugar político de busca por transformação em projetos de vida e projetos de sociedade que tem o campo, a agroecologia e a produção de alimentos saudáveis como referências, como fundamentos.

Ela explica que em uma sociedade patriarcal, machista, de classes, todas as relações sociais objetivas e subjetivas, de forma mais ou menos explícita, estão marcadas por desigualdades. Então, o lugar social que tem sido dado às mulheres trabalhadoras e camponesas

é o da submissão, discriminação e exclusão em diversas vivências, possibilidades de escolhas e situações sociais que são sentidas até nas relações familiares onde se vê uma relação de poder sobre quem define o que plantar, como plantar, qual negócio fazer, qual projeto criar, qual crédito pagar. Por exemplo, ela conta que o pai na sua família era o que recebia o cheque do leite e definia como gastar, onde aplicar a renda, o que plantar com o dinheiro, até que ele que decidiu que ia plantar fumo cujo modelo traz uso intensivo de agrotóxicos. Estas são situações cotidianas nas relações familiares. Ela também recorda que o irmão mais novo tinha mais liberdade de ir e vir do que ela, as irmãs e a mãe. Também nas relações comunitárias, era comum no município que as mulheres fossem só em determinados locais e tinham menos acesso ao comércio, menos acesso às políticas públicas, à participação política como um todo. As mulheres que participavam de algum movimento social vivenciavam discriminação. O conservadorismo local gerava situações em que a mulher se tornava assunto de repreensão e difamação por participar de algum movimento social, porque ela não estaria aceitando seu lugar de mulher e cumprindo com seu papel e sua responsabilidade de dona de casa, de dona do lar, cuidadora da família e do marido, que só trabalha e não tem acesso ao fruto do seu trabalho. O conservadorismo patriarcal propõem o conformismo, que se aceite que a vida era isso mesmo, que seu lugar na sociedade é aceitar calada se sofrer violência. Muitos vizinhos e vizinhas tinham o hábito de maldizer as vidas dos outros como se fossem algo natural e engraçado, meras fofocas, mas que questionavam o que as mulheres dos movimentos sociais estavam fazendo e para onde iam que ficavam vários dias fora de casa e deixavam a família "abandonada". Estas são formas de reação do patriarcado, uma forma de discriminação e repressão contra a participação política das mulheres que está enraizada na sociedade. As mulheres da roça que são pobres também sofrem muitos tipos de discriminação, inclusive das mulheres urbanas, por serem as que trabalham no sol quente, por ter manchas de sol, por não serem consideradas limpas e arrumadas, mesmo quando os municípios são predominantemente rurais. Existem discriminações e desigualdades de falta de acesso e falta de oportunidades que estão relacionadas a desigualdades entre os meios urbanos e rurais que nem sempre são consideradas nas relações patriarcais, raciais e de classe.

No depoimento da *Irmã acampada transformadora,* uma entrevistada do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ela conta que se identifica com o gênero feminino mas afirma que está ajudando a construir também na *La Via Campesina* o espaço de diversidades, sobre a diversidade sexual e de gênero, onde buscam reconhecer que existem mulheres cisgêneros e mulheres transgêneros, um debate que ainda é novo no âmbito da sociedade e dos movimentos sociais no campo mas que entendem a relevância de ser feito porque existem

muitas violências e violações de direitos contra pessoas transgêneros que estão presentes tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Para ela, "ser mulher é ser um espaço de vida", e é necessário fazer esta reflexão também em conjunto com a pergunta sobre "o que são os homens" cujo padrão de masculinidade tem sido tão bélico, homens os quais as mulheres pariram e com os quais as mulheres tem que conviver. Para ela, mulheres militantes em movimentos sociais muitas vezes tem a oportunidade de acessar uma leitura mais feminista da história e ter posicionamentos feministas, mas a maioria das pessoas na sociedade ainda vê mulheres e homens como papéis específicos, separados, hierarquizados, relacionados à divisão sexual do trabalho. Algumas pessoas podem conseguir em suas relações superar isso, pode existir até "um homem diferente" do padrão machista, mas esse processo tem a ver com educação, socialização e convivência. Em sua opinião, ser mulher é ser humana e devemos nos perguntar sobre o que é ser humano e porque as vidas das mulheres não tem tido o mesmo valor como uma vida humana quando elas vivenciam violências e feminicídios. Ela diz que sente gratidão por ter tido em sua história de vida uma série de convivências que contribuiram para ela se entender como ser humano, a ter consciência de classe trabalhadora, a ter capacidade de refletir criticamente sobre a realidade social, a construir comunidade, sendo que a maioria das mulheres na sociedade não têm estes processos e vivem nos papéis que a sociedade impõe, ou seja, não têm liberdade de escolha sobre suas próprias trajetórias pessoais e coletivas e esta é a principal contradição em que uma perspectiva de luta social das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade deve atuar: desconstruir o fato de que as mulheres ainda são oprimidas em (des)humanidades, cujas vidas tem menos valor social e menos oportunidades de escolhas.

A *Jovem da romaria do cerrado* compartilha que nasceu em uma família conservadora e machista, portanto, ela lembra que tinha uma outra concepção do que é ser mulher dentro dessa perspectiva familiar que ela considera limitada. Com os processos de formação política na Pastoral da Juventude Rural (PJR), e depois, também na CPT, ela foi identificando que seu conceito foi mudando. Para ela, agora se trata de uma identidade política diante do contexto social que se vive, enquanto mulheres diversas e não em torno de um padrão singular. Ela conta que se olhar enquanto mulher foi um processo que teve que percorrer para compreender o que significava, que não é algo que se nasce ciente, mas um processo de formação política que a ajudou a se entender como parte do grupo social de mulheres, a compreender qual o seu espaço na sociedade, quais processos que a cercam como barreiras que oprimem sua liberdade, qual poder de decisão possui sobre a sua vida e sobre o seu corpo, o que pode ser construído e transformado ao longo da vida. Ainda hoje sente que tem que ser muito resistente com a família

que é conservadora e tende a deslegitimar muitas questões que para ela são importantes como a própria luta social e política. Portanto, se identifica como mulher e feminista no processo de luta e organização das mulheres da CPT, acredita nesse processo dentro de todas as organizações, na CPT e na sociedade porque há muitas mulheres oprimidas e para se libertar coletivamente é fundamental se reconhecer como pessoa, como sujeito do mundo e da sociedade, acessar informações e formação política para encontrar os meios de se afirmar em suas identidades e trajetórias de vida, confiar que todas e cada uma têm o direito de participação popular em todas as instâncias e todos os espaços públicos.

Ela problematiza que, em sua leitura, ainda que tenham tido menor visibilidade, quem mais apareceu no cenário político dentro das maiores mobilizações de ruas desde o contexto do golpe de 2016, foram as mulheres lutadoras sociais na exigência da garantia dos seus direitos, até nos períodos do governo Bolsonaro, por exemplo, em que as mulheres de diversos movimentos sociais do campo se uniram para participar da Marcha das Margaridas, a qual também esteve ativa como uma das principais ações de luta nas ruas durante o primeiro ano do governo Lula, em 2023. Não menos importante, todo 8 de março não deixam de acontecer as ações das mulheres por todo o país, e mesmo durante a pandemia foram feitas atividades virtuais e as mulheres se desafiaram a se apropriar das ferramentas online. As mulheres sempre se colocam nos espaços políticos e exercem um forte protagonismo, mesmo que vivenciem muitas invisibilidades.

Em sua avaliação, se avançou muito no processo de organização das mulheres para a participação política, mas a política ainda é um espaço muito patriarcal. Um exemplo é a subrepresentação política das mulheres, sobretudo, das mulheres camponesas, negras e indígenas no Congresso Nacional, e com aval de partidos políticos progressistas porque até hoje não tem a garantia da paridade de gênero e nem dos 30% de cotas das mulheres quando se olha para a composição final após as eleições, posto que isto tende a se reportar apenas para candidaturas. Muitos instrumentos políticos se colocam como incentivadores de candidaturas femininas, negras, populares, etc. em seus processos eleitorais internos e externos, porém, na prática de seus métodos de trabalho cotidianos e eleitorais apresentam sérios limites éticos quando ainda desqualificam as pessoas e não investem na visibilização e valorização social da maior parte das mulheres lutadoras sociais do campo e das periferias urbanas. Sem reconhecer que estão a reproduzir relações autoritárias de dominação patriarcal, racista e de classe cujo resultado é a subrepresentação política da diversidade de grupos e setores sociais do meio urbano e rural em instâncias estratégicas e de tomada de decisão, fortalecem desde as dinâmicas locais a reprodução da hegemonia da bancadas de congressistas conservadores,

fundamentalistas e latifundiários - como as “bancadas do boi, da bíblia e da bala”. Ao mesmo tempo, ela argumenta que a existência das normas eleitorais sobre as cotas partidárias são importantes como forma de contribuir para problematizar a questão da subrepresentação política da diversidade de grupos sociais, rumo à paridade e à deter o processo de exclusão das mulheres na política. Ela cita algumas mulheres que pra ela tem sido referências importantes no desafio de ocupar os espaços públicos, políticos e estratégicos: das mulheres do campo, Luci Choinacki; Célia Xacriabá de comunidade tradicional indígena; Marina Santos, do MST. Mulheres que tem falas potentes de luta, além de terem representatividade nas bases sociais ao ocuparem os espaços legislativos com suas identidades e simbologias tradicionais e de luta pela terra. Considera que nos últimos anos tem sido um processo virtuoso as candidaturas sem terra, mas lembra que é uma estratégia coletiva dentro de uma experiência de transformação não apenas do poder legislativo mas de transformação estrutural da sociedade, em que mulheres trabalhadoras do campo e das periferias urbanas, comunidades do meio rural, povos indígenas e quilombolas, entre outros sujeitos buscam transformar a política e superar as crises de representatividade no sistema político e nos partidos políticos, plantando sementes de renovação e de revolução.

Esta questão das candidaturas e vitórias eleitorais das mulheres sem terra também esteve presente em entrevistas com mulheres do MST. Em uma das falas foi afirmado que as mulheres do MST constróem o feminismo camponês popular, sendo a ideia de “camponês” devido a partir das experiências das mulheres do campo e sendo “popular” em uma perspectiva de que ele tem um olhar também de atender as necessidades sociais das mulheres trabalhadoras em geral, das que estão no campo mas também das que se articulam em unidade e que são mulheres da cidade, ou seja, é uma articulação do feminismo com as lutas do povo e, portanto também é um feminismo popular. Suas sujeitas são mulheres diversas e com olhares diferentes da pauta de um feminismo liberal em que as mulheres são um padrão homogêneo, em busca de interesses no individual, no específico. O feminismo camponês popular é uma perspectiva de transformação social que está vinculada às mulheres em seus processos de alcançarem liberdade e igualdade, os sistemas sociais de dominação.

> É, a gente constrói o feminismo camponês popular, né, que tem essa ideia então, de ideia camponês, porque ele vem ali das mulheres do campo e nessa perspectiva popular de que ele tem um olhar também de atender as necessidades das mulheres trabalhadoras, né, que estão no campo também, mas também se articulam com as mulheres da cidade, é que são muitas, né. São diferentes dessa pauta de um feminismo liberal, individual, específico, né, acho que é uma perspectiva de transformação que está vinculada, né, para as

> mulheres, de fato alcançarem essa liberdade, essa igualdade, também precisa se mudar esses sistemas opressores, né, como que se constrói isso em uma sociedade que é tão exploradora também, né. Então acho que isso tem sido construído, né, ocupar uma terra e produzir alimento saudável também é uma forma de romper com isso. (Revolucionária das flores transatlânticas)

A *Revolucionária das flores transatlânticas* explica que se identifica como mulher, como uma pessoa próxima ao campo e como trabalhadora, pois, são identidades que estão muito presentes no seu dia a dia de trabalho e de militância, ao coordenar grandes tarefas nacionais do movimento sem terra. Dentro do MST , as mulheres tem construído isso ao se envolverem como sujeitas na estratégia de ocupar terras, produzir alimentos saudáveis, para transformar sua vida e também como uma forma de romper com os sistemas sociais que engendram opressões, apropriações, explorações e expropriações.

Também citando o Dia Internacional das Mulheres, ela afirma que um outro exemplo de estratégia de lutas das mulheres sem terra é quando se olha o que significam as mobilizações do 8 de março que as mulheres do campo fazem a partir dos acampamentos de luta pela terra, dos assentamentos de reforma agrária e das novas ocupações, formações, marchas e outros tipos de ações diretas. Ela explica que há um trabalho de preparação que começa normalmente em outubro, com cerca de cinco meses de antecedência, para articular referências locais, preparar reuniões, planejar quais ações serão feitas, identificar quais pautas são comuns na conjuntura e em toda organização para serem reivindicadas, em um trabalho muito minucioso que as mulheres demonstram ano a ano com suas jornadas de lutas, que têm a capacidade de fazer. Para ela, o movimento sem terra só é o que é hoje porque teve uma participação coletiva muito decisiva das mulheres, inclusive em instâncias de direções estaduais e nacional. Porém, relata que em reunião de direção nacional do movimento em que costuma ter um espaço de análises de conjunturas, ainda se observa que praticamente só os homens falam nas inscrições, existindo uma situação de constrangimento de fala, que não significa que as mulheres deixam de ter um olhar apurado sobre os processos e, mesmo que tenham maior dificuldade para falar nos espaços públicos e coletivos, elas também trabalham seus desafios em espaços de auto-organização como os setores de gênero para estarem fortalecidas nas arenas políticas em que tem que lidar com todo tipo de interlcutores.

Considera que há uma singularidade da participação das mulheres nos movimentos sociais que ela sente que no MST é também muito forte, sente que as mulheres se preocupam mais com o todo do movimento e da organização, com a imbricação das frentes de trabalho e suas atividades, o que é um peso, uma responsabilidade a mais, mas elas conseguem ter um olhar detalhado sobre muitas dimensões simultâneas de um processo coletivo. Isto é reflexo de

sobreposições de funções dentro das tarefas políticas que pode ser adoecedor e precisa ser resolvido coletivamente, porém, reconhecendo que muitos limites de descentralização de tarefas se dão por uma exploração e apropriação do trabalho das mulheres nas periferias rurais e urbanas e por falta de reconhecimento das mesmas como referências na condução de um processo coletivo. Também é comum que quando parte das pessoas não fazem suas tarefas políticas as mulheres sejam as "pontas firmes que tem que garantir o processo", porém, isto também implica que as mesmas possuem ampla experiência em dimensões dos processos políticos que os que não estão realmente involucrados nem sabem que existem. Por exemplo, nos trabalhos relacionados com a produção de alimentos, vem junto o debate para garantir as atividades da educação, o debate da saúde, que não são só as mulheres que fazem, pois, há homens, companheiros que também estão à frente e contribuem, mas a impressão é de que as mulheres são as que "amarram as pontas", que tem um cuidado maior com o debate das relações internas, da continuidade dos vínculos para os processos caminharem até um determinado objetivo que não é só um conjunto de tarefas separadas, elas implicam desenolvimento de capacidades, afetos e cuidado com a militância.

Consoante o depoimento da *Camponesa livre e socialista*, quando somos mulheres para a sociedade significa que em muitos momentos ainda estamos "dentro da caixinha", limitadas. Mesmo as mulheres lideranças, que viajam, que saem dos limites físicos de uma casa, sabem que existem múltiplos tipos de barreiras e opressões que se vivenciam. Para as mulheres militantes feministas que estão em comunidades rurais muito conservadoras o julgamento que sofrem é muito forte. Ela relata que hoje em dia tem dificuldade de participar de debates e festas em sua comunidade, sente dificuldades por causa do contexto recente de avanço do "bolsonarismo" e das ideologias fascistas, principalmente desde o golpe político de 2016 no Brasil. Em sua leitura, está de volta a questão do conservadorismo, conforme ocorreu na sua família, de impor que a mulher tem que ficar em casa, que a mulher tem que ter as unhas feitas e cumprir com determinados padrões de beleza para ser aceita. Neste contexto, ela sente que é um desafio conseguir conversar sobre os direitos das mulheres para uma vida melhor, conseguir debater uma análise sobre a crise econômica, a fome, as dificuldades de produção e comercialização de alimentos. Ademais, ela reflete que este não é só um problema de conservadorismo econômico e político, pois, nas relações pessoais, afetivas e sexuais ainda há idealizações de perfeição e romantismos de casamentos e famílias que na prática não se confirmam, mas que são aparências que as mulheres demonstrar e "mitos do amor romântico" que as mulheres querem passar a vida perseguindo até encontrar, mas que só servem para fazerem as próprias mulheres serem culpabilizadas quando não dá certo do jeito que foi

imaginado na sociedade como um determinado modelo padrão que seria o correto. Portanto, ela diz que o "ideal da família perfeita" não existe, que as relações são conflituosas, ainda que sempre exista, principalmente nas mulheres mais jovens, esses sonhos do "marido perfeito", do "príncipe encantado, amoroso e rico" e da "família da propaganda de margarina" (conforme ela cita e que foi típica na televisão brasileira dos anos 1990). Relata que muitas organizações dizem que trabalham a questão do enfrentamento à violência contra as mulheres, que possuem um protocolo para as situações de violência contra mulheres em suas organizações, porém, quando as violências acontecem se negam os fatos ou tratam a questão como problemas locais ou pessoais para não "respingar na imagem da entidade", e os que denunciam a questão são deslegitimados, porém, os casos de violências políticas, violências domésticas e feminicídios são indícios de que a conjuntura é muito mais complexa.

Os desafios em movimentos sociais mistos também é abordada pela *Irmã acampada transformadora* que afirma que ser mulher é ter a capacidade de "não ficar nas nossas coisinhas, isoladas", mas de se conseguir construir lutas sociais amplas, não ficar só no bordado com linha e agulha dentro de casa, que ela diz que sempre faz e adora, mas ir para as ruas e para as lutas também, ser parte de uma construção política coletiva de sociedade, com firmeza e pioneirismo. As mulheres organizadas têm muita contribuição para os movimentos avançarem, em todos os sentidos, cita a palavra de ordem: "quando uma mulher avança, o machismo retrocede", porque os homens devem avançar junto com as lutas e conquistas das mulheres, não se tornarem âncoras do processo de mudanças estruturais, independente da quantidade de homens e de quanto tempo a mais eles estejam hegemonizando os espaços políticos, estratégicos e de formulação e decisão política. Para ela, ainda não achamos a chave que vai abrir a porta para a gente ter um mundo de igualdade, mas é a formação, a perspectiva científica e crítica em todos os sentidos que vai dar o caminho para sair da reprodução de desigualdades com base no senso comum.

No MST, relata que desde os pequenos avanços de representatividade que tiveram têm sempre "mão de mulher", como a conquista da paridade de gênero em todas as instâncias de direção é uma construção feminista no âmbito de um movimento social popular no campo que é misto, pois, foi uma construção que veio da ação de reivindicação das mulheres e não de uma iniciativa coletiva em geral. Assim como os espaços da ciranda infantil para cuidados com as crianças filhas e filhos da militância, que não veio de uma demanda do coletivo em geral porque os pais estavam acostumados a seguirem trabalhando e militando às custas de delegar a responsabilidade sobre as mulheres, então a ciranda veio de uma pressão das mulheres mães que reivindicaram que em todos os espaços era necessário ter ciranda pois elas não podiam

contar com uma retaguarda recíproca por parte dos homens em suas dinâmicas familiares. Ela conta que para quando a demanda não é atendida, as mulheres criaram a estratégia de levar as crianças nas reuniões e deixá-las no meio das atividades brincando, correndo, fazendo barulho, para que as mães não tenham que perder a reunião e para pressionar o coletivo até que seja criado o espaço da ciranda, pois, as mulheres não poderiam deixar de participar dos espaços políticos por causa da necessidade de cuidar das crianças, que é uma responsabilidade coletiva. Nesta lógica, vários espaços e setores dentro do movimento foram as mulheres que conseguiram propor e consolidar como: a educação, a saúde, as tarefas de alimentação nas ações, marchas, ocupações, pois, "não é possível fazer a luta de barriga vazia". No MST a existência do Coletivo de Diversidades, que hoje em dia ela considera já bem construído e bem avançado, também veio de uma ação das mulheres e dos sujeitos da diversidade sexual e de gênero que começaram a se dar conta da presença da diversidade e vai pressionando, vai ajudando a auto-organização do que era o "coletivo LGBT" fazendo encontros a princípio dentro dos espaços de mulheres, para ganhar espaço político dentro do movimento onde também vivenciavam discriminações, até conseguirem sustentar a autonomia, a relevância e o reconhecimento que já têm hoje dentro da organização e perante a sociedade. Ela explica que a luta pelo fim das desigualdades de gênero tem que ser uma luta de mulheres, homens, jovens, diversidades, da sociedade como um todo, para conseguirem ir além das pequenas transformações locais, pois, em sua leitura, as grandes transformações estruturais e históricas têm que ser construídas pelo conjunto da classe trabalhadora em sua multiplicidade de expressões e sujeitos.

Em sintonia com outras falas, ela diz que nos assentamentos de reforma agrária e nas comunidades rurais são as mulheres as que "seguram as pontas" para que muitos processos aconteçam, pois, não basta tomar a decisão, se tem que fazer as ações acontecerem na prática, e elas só não avançam mais por conta de toda a opressão histórica que tem sobre as mulheres, que ainda são vistas como as quem tem a obrigação de cuidar da cozinha, da casa e do entorno. Assim, os debates sobre a alimentação em uma perspectiva de libertação tem que ir além destes estereótipos e discriminações de que a relação entre mulheres e alimentação é porque esta é uma obrigação delas, talvez até por receio de reforçar estereótipos prejudiciais é que muitos nem conseguem reconhecer o protagonismo delas. Para ela, a classe trabalhadora está em uma situação difícil hoje em dia e as mulheres trabalhadoras mais ainda, com uma carga histórica de ter que trabalhar e ter que ser aquelas que resolvem os problemas, que se desdobram e se desgastam para garantir metas. Em todo lugar ser mulher tem sido ser quem tem obrigação de alimentar, quem tem que ensinar, quem tem que educar, as "faz tudo" que ainda por cima trazem as alternativas, as saídas, as soluções, porém, esta exigência das múltiplas cargas de trabalho e

responsabilidades também é uma opressão adoecedora e desumanizante porque objetifica e instrumentaliza os trabalhos e participações políticas das mulheres para atendimento de planejamentos e cargas de tarefas que são estranhos à elas.

Consoante a *Camponesa livre e socialista*, mesmo articulados uma diversidade ampla de movimentos na *La Via Campesina* há dificuldade em conseguir levar adiante atividades das campanhas internacionais de enfrentamento às violências contra as mulheres, isto não está presente em todas as organizações de esquerda e também deve-se observar que além de ter mulheres na coordenação fica a questão se estas mulheres estão levando adiante a pauta dos direitos das mulheres, se estão ajudando a avançar na articulação das mulheres. Muitas mulheres dentro de suas organizações não conseguem assumir o feminismo e não fazem determinadas discussões que são fundamentais na defesa da vida das mulheres no campo. Assim, em sua leitura, é fundamental a conquista da paridade pollítica mas também os esforços das escolas de formações feministas para que se tenham mulheres que sejam feministas camponesas e populares e enfrentem as desigualdades e violências patriarcaism racistas e capitalistas.

Na CPT, a *Jovem da romaria do cerrado* relata que houve avanços no tema, mas não se conseguiu quebrar o machismo e o patriarcado que há nas próprias organizações mistas até hoje. Em sua leitura, avançou-se na área de LGBTQIAPN+, avançou-se na questão do coletivo das mulheres, mas não se quebraram todas as amarras dentro das organizações, diante de tudo que as mulheres nos movimentos, dioceses e pastorais, entre outros espaços como as próprias comunidades já vivenciaram e lutaram. Portanto, em sua opinião era para estarmos muito mais avançados na superação das discriminações e não se poderia permitir muitas coisas que acontecem hoje como episódios de violências contra as mulheres e sujeitos da diversidade sexual e de gênero. Mulheres tentam se fortalecer e se articular em redes, como no movimento indígena, em que cada vez mais as indígenas mulheres com a Marcha das Mulheres Indígenas são referências para todas as lutadoras sociais quando enfrentam o machismo racista e neocolonial na sociedade e os preconceitos que se reproduzem dentro de seus povos, inclusive com a chegada das igrejas neopentecostais nos territórios e que promovem racismos religiosos. Também destaca que além da Marcha das Mulheres Indígenas, as indígenas mulheres são referências políticas de seus povos também na construção dos Acampamentos Terra Livre (ATL) que fizeram mobilizações importantes na capital federal contra o marco temporal, mesmo após o golpe de 2016 e o contexto de governos conservadores em que muitos movimentos do campo deram uma recuada política na perspectiva da resistência ativa e das

ações de solidariedade e cuidado com a militância em tempos de criminalização e aumento da violência do campo.

Um outro tema que despontou nas falas das entrevistadas acerca dos feminismos nas lutas sociais foi a discussão sobre algumas conquistas de políticas e direitos na luta pela terra e território e nas lutas sociais no campo, em especial, relacionadas ao acesso á documentação, à terra e à educação e universidade.

Uma camponesa do MMC, a *Lutadora migrante da floresta* conta que sobre a Campanha de Documentação das Mulheres Rurais, relata que usava o CPF de seu marido por muitos anos, pois, era necessário fazer um recadastramento anual que era caro para as condições da família, de modo que, para economizar nos gastos, ela utilizava o CPF do marido sempre que precisasse. Diz que não só ela como muitas outras mulheres no campo vivenciaram e ainda vivenciam esta situação de invisibilidade. Conta que a partir do momento em que se conscientizou de seu papel como cidadã, passou a exigir ter CPF próprio e que nas contas da família tivesse o dinheiro também para seu recadastramento anual, pois, ela trabalhava igual, contribuía com a renda da família e tinha direitos. Relata que a tomada de consciência sobre a importância do papel das mulheres na sociedade, sobre ser um ser humano, sobre ser sujeito de direitos e de cidadania, sobre ser respeitada e ter documentos, entre outros elementos veio a partir das formações políticas e dos trabalhos de educação popular de base nas comunidades, com a CPT e o MMC. Participou de todo o processo dentro da Campanha de documentação, ainda na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Na mesa de lançamento no Congresso da ANMTR ela estava coordenando junto com uma companheira que já faleceu e foi muito importante na história do MMC chamada Loiva Rubenich. A partir do debate nacional, levavam as discussões para os estados e começavam a pensar também sobre sua documentação para a aposentadoria, de onde também se envolvem na luta das mulheres rurais pelo direito à previdência e por toda a seguridade social. Assim, quando as mulheres nos movimentos sociais no campo se colocaram como sujeitas construtoras de sua própria cidadania elas também estava criando ferramentas de cidadania para todos os sujeitos no meio rural, uma luta social puxando a outra e uma conquista de direitos garantindo o primeiro passo da próxima vitória, pois, os direitos humanos são sempre relacionados uns com os outros de forma indissociável e as lutas sociais são também imbricadas para fazer contraponto à imbricação dos sistemas de dominação.

Ela conta que a partir da Campanha de Documentação das Mulheres Rurais começou a refletir que precisava construir o direito a aposentadoria e juntar sua documentação, pois, refletia que ao envelhecer queria ter condições de manter sua autonomia. Lutou por este direito com

milhares de companheiras. Relata que seu marido se aposentou somente porque ela teve a preocupação de guardar a documentação dele, inclusive, pois o marido nunca se preocupou com isso e nunca guardou suas notas e documentos. As mulheres fizeram as lutas que garantiam os direitos para si e para seus maridos e também são elas as que muitas vezes estão fazendo os registros e arquivos necessários para ter a documentação comprobatória do tempo de trabalho para acessar o direito. Diz que os homens não falam, mas as mulheres, a partir do momento que começam a se organizar, começam a ter ciência dessa importância, acabaram assegurando os direitos delas e dos maridos, ainda que quando se conte a história das conquistas previdenciárias se considere que esta conquista foi "um benefício" do Estado ou uma reivindicação dos militantes do meio rural em geral, deconhecendo as iniciativas pioneiras das mulheres camponesas. Nestas questões explica que os homens tendem a ser descuidados, pois, só pensam em trabalhar, produzir e fazer dinheiro de modo que muitos ficaram sem aposentar por não conseguir comprovar tempo de atividade rural. Diz que foi gratificante e emocionante quando seu marido conseguiu também acessar o direito à aposentadoria, chegou no INSS com uma mala de documentos, recebeu os parabéns do funcionário e já saiu de lá aposentado, pois, sabe que este foi resultado da dedicação dela em sua família e também foi fruto de uma luta das mulheres camponesas da qual ela foi parte e a qual rendeu conquistas concretas para toda sua família. Posteriormente, se deu conta também que suas filhas e netos já saíam da maternidade com RG e se sente feliz e orgulhosa porque ela só teve RG e CPF com quase 30 anos de idade e ela foi uma das pessoas que somou forças nas lutas das mulheres do campo que lutaram para transformar a realidade de invisibilidade dos sujeitos do campo, tendo visto os frutos de sua luta social coletiva nos direitos vivenciados cotidianamente por seus descendentes, cujo contexto de acesso aos documentos e à cidadania foi completamente diferente, inclusive sendo uma geração da juventude rural que conseguiu acessar o ensino superior mais cedo. Em outra entrevista, a *Camponesa livre e socialista* confirma que a luta das mulheres vai também na direção da saúde, da previdência, da assistencia social. Nos anos 1990 quando se conquista o programa de documentação e também se começam a construir os caminhos de visibilidade e cidadania para acesso à seguridade social e outras políticas públicas, relata que ela tinha identidade, mas a mãe dela não, e foi por meio do programa de documentação das mulheres rurais no seu estado que a mãe dela tirou os documentos, um passo fundamental para a autonomia das mulheres, para avançar na perspectiva de inclusão social e participação política.

Um outro debate sobre lutas sociais feministas e conquistas políticas e de direitos se reporta à critica a algo que aqui nesta tese se chama como um "patriarcado da terra". Uma militante do MMC problematiza que nos estudos sobre concentração fundiária se vê que os

donos de terra no Brasil em sua maioria são homens. Na política de reforma agrária hoje existe a titulação conjunta, porém, conforme dados de pesquisa do INCRA feita durante os governos do PT, apenas cerca de 13% das terras do Brasil estava no nome de mulheres. Assim, quando as mulheres queriam fazer um financiamento, acessar uma política de crédito, elas não podiam porque os gerentes dos bancos diziam que elas não tinham capacidade de pagamento, devido à documentação da propriedade da terra estar apenas no nome do marido, tendo sido este um dos problemas principais que as mulheres em movimentos socias no campo levavam para reuniões com o governo. Para vencer a violência no campo existem muitas dimensões que precisam ser reconhecidas, desde encarar a questão do marido machista, violento, na dimensão das violências domésticas nas relações pessoais e familiares, mas, também se trata de olhar para essa violência historica e estrutural da lógica patriarcal, racista e capitalista, de não reconhecer o papel das mulheres no campesinato como sujeitas que tem direito à terra e nem as consequências ainda mais profundas por elas vivenciadas nos territórios comunitários cada vez mais degradados pela violência do capital internacional que expande suas fronteiras de acumulação de lucros.

Para avançar na mudança deste quadro de violências múltiplas são necessários os direitos das mulheres em um acesso à terra, à produção e comercialização que seja também paritária, pois não basta ser paritário apenas nos espaços políticos tem que haver paridade no território. A *Lutadora migrante da floresta* relata que mesmo ela mesma estando nesta luta a décadas, o documento de sua chácara está também apenas no nome do marido e que ela assinou também a documentação da terra mas ela consta apenas como esposa, por ser casada com o proprietário, e não como uma das proprietárias. Quando era assentada de reforma agrária também aparecia apenas o nome do marido no título, tinha a assinatura da mulher por ser casada mas ela não era legalmente reconhecida também como uma das titulares do processo, ela diz que se sentia uma coadjuvante na propriedade do homem.

Tendo vivido a experiência de ser assentada da política de reforma agrária em Roraima, na região amazônica, ela celebra que nos assentamentos da reforma agrária se conseguiu com muita luta a titulação conjunta e, no caso de uma separação, a mulher quem tem direito de ficar na terra, sobretudo, em situações de violência doméstica em que o homem é retirado e realocado em outro projeto de assentamento, a menos que a mulher escolha ser ela a realocada, em uma decisão da mulher. Então, isso foi um avanço na política de reforma agrária, mas não no conjunto das relações no campesinato porque muitas mulheres estão em pequenas propriedades familiares que não são assentamentos de reforma agrária, porém, luta-se também no âmbito do feminismo camponês popular para que este avanço seja uma ética de referência que contribua para a democratização do direito à terra no âmbito de todo campo e também no sentido do

enfrentamento à concentração fundiária e à mercantilização e financeirização da terra, podendo engendrar não apenas novas porpriedades privadas da terra no nome das mulheres mas, sobretudo, novas relações de uso comunitário e familiar da terra para além da atual hegemonia de um patriarcado racista e capitalista da terra.

Uma militante do MMC, a *Candanga ancestral,* servidora aposentada do INCRA, explica que quando se conseguiu colocar a terra da reforma agrária também no nome das mulheres, muitas mulheres servidoras no INCRA também se envolveram nesta construção política ao compreenderem sobre esta importância com as companheiras dos movimentos sociais no campo, em sua opinião, constituindo um bom exemplo de que muitas inovações nas políticas públicas não surgem de "uma excelência técnica e burocrática, mas do encontro de servidoras públicas com lutadoras sociais", também numa solidariedade campo-cidade. Ela explica que antes de se aposentar e atuar mais organicamente com o MMC, ela sempre se admirava ao ver as mulheres do movimento social reivindicando seus direitos, buscando visibilizar o trabalho das mulheres rurais em suas hortas e roçados. Para ela, a legitimidade de seu domínio e direito à terra está no fato de que as mulheres fazem a alimentação, as mulheres são a origem da alimentação e da nutrição dos seres humanos na história e, tem seus corpos implicados na nutrição da humanidade desde a própria gestação. Considera também que as primeiras agricultoras foram as mulheres, enquanto o homem caçava e a mulher cuidava da comida, iam para o mato colher o alimento e descobriram que da semente onde ela caía, nascia a planta. O latifúndio faz parte de uma economia masculina, racista e elitista que, em sua leitura, é um modelo de exclusão que "a conta gotas também percorre assentamentos e territórios comunitários" que deveriam ser de maior libertação. Observa-se que toda esta construção política de que o papel social das mulheres camponesas é a produção de alimentação saudável e a agroecologia tem sido usada para legitimar o papel social dos movimentos, assentamentos de reforma agrária, comunidades e povos rurais em geral, o que é ainda uma questão ambígua porque ao mesmo tempo que expressa uma ampliação e democratização do debate também pode recair em uma reelaboração reducionista que não possibilita amplo reconhecimento social da origem desta construção política e deixa para trás elementos fundamentais como a divisão justa do trabalho doméstico e do direito à terra, o racismo estrutural e a falta de demarcação de terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, os direitos na maternidade e gestação, o enfrentamento às violências sexuais e à falta de direitos sexuais e reprodutivos no contexto do avanço das fronteiras do capital sobre os territórios do campo, entre outros que não são temas separados. A saída não é que só as mulheres dos movimentos sociais do campo façam a luta social pelo DHANA, segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar dos povos,

mas que o conjunto das organizações políticas e socioambientais, da sociedade, dos governos e organismos internacionais ouçam e acolham as vozes feministas camponesas populares que tratam a questão com a complexidade compatível com grandes objetivos em termos de transformação da realidade social. Assim, esta não é uma "discussão identitária", ou sobre um discurso "politicamente correto" mas a explicação de que reduzir a dimensão de uma construção política feminista camponesa popular limita a possibilidade de conquista de direitos na luta popular.

A entrevistada relata um episódio em que acompanharam uma assentada da reforma agrária a uma reunião no INCRA. O marido tinha expulsado a esposa com os filhos em meio a situações de violências domésticas. O marido foi morar com uma outra mulher em outra cidade, abandonou a terra e colocou um homem estranho no lote que estava no nome da esposa, portanto, uma violência patrimonial. O MMC se mobilizou para garantir uma reunião no INCRA em que a mulher denunciou o ocorrido e, o INCRA ciente da situação determinou a retirada do homem estranho para que a mãe e seus filhos voltassem à terra. Em outro caso, um juiz em Luziânia mandou dividir o lote de reforma agrária durante a separação de um casal e o superintendente do INCRA recorreu que era um caso de violência doméstica e que quando é uma terra do INCRA a resolução determina pleno direito das mulheres à terra e moradia. Assim, a luta feminista no campo também é uma luta contra as expulsões promovidas em geral, seja em casos de violência doméstica ou em casos de violências do capital, ela constrói um outro sentido da terra como lugar de vida e não de especulação fundiária, rumo a novas relações livres de violências, uma dimensão que é pouco conhecida. A entrevistada do MMC ainda afirma que a concentração do domínio da terra cresceu e ter terra é ter poder. A luta pela reforma agrária está abafada e os movimentos populares do campo e da cidade precisam retomar esta bandeira com força. As mulheres possuem um papel importante para esta retomada porque o sofrimento maior na situação social da expulsão de uma família de um local é o sofrimento da mãe com suas crianças.

Uma outra conquista de direitos bastante mencionada pelas mulheres em movimentos sociais, entrevistadas na pesquisa, foi o acesso à educação e à formação profissional e acadêmica, como relatam duas militantes do MMC. Em um dos relatos, a *Lutadora migrante da floresta* compartilha que fez uma graduação em Direito pelo PRONERA no estado de Goiás e quando elaborou seu TCC estudou a luta das mulheres camponesas pela seguridade social. Concluiu que a luta pela construção do movimento de mulheres camponesas no Brasil se deu juntamente com a luta das camponesas por direitos e pela seguridade social no campo. Quando as companheiras do movimento social iam nas comunidades falar sobre o que era a previdência,

quais seus direitos, quais documentos eram necessários, também levavam a mensagem de que seria por meio da organização das mulheres que se daria suporte à esta luta. Assim, a luta por direitos alavancava os processos de trabalho de base com as mulheres da roça e as mulheres organizadas davam suporte à construção e defesa dos direitos para a população rural. A luta do MMC, em sua leitura, é uma luta pela dignidade das mulheres como pessoa humana e pelo reconhecimento das experiências e saberes populares, inclusive sobre as ervas, os chás, o significado social dos quintais no cuidado ambiental com as culturas alimentares e variedades de sementes e alimentos "que vai muito além de fornecer um verdura por si só", tratando-se da construção de sentidos e significados sociais que são elementos fortes na história dos movimentos do campo e dos movimentos de mulheres que pouco a pouco começam a ser mais valorizados pelos setores populares urbanos também, portanto, esta é uma luta feminista camponesa e popular.

A *Educadora da mística afro-indígena,* do estado de Alagoas, compartilha que durante todo o tempo em que começou a contribuir no Movimento de Mulheres Camponesas também seguiu estudando, avançando em sua formação acadêmica. Se graduou em Filosofia, especializou-se e fez mestrado em Educação. Ao concluir o mestrado, em 2019, se afastou por um tempo da universidade para estar nas ações de militância e luta social. Depois, decidiu cursar o doutorado considerando que é importante levar os temas das lutadoras sociais do campo para dentro das universidades, posto que a educação e o espaço acadêmico e científico foi historicamente negado para as mulheres, sobretudo, do campo. Entre os temas com os quais atua estão a produção de conhecimento pelas camponesas e camponeses; o feminismo camponês popular no processo de educação popular das mulheres; a relação entre a filosofia da praxis com a educação popular e a educação não formal; a questão da mística na educação popular e seu potencial para a formação política das mulheres do campo. Ela conclui que mesmo quando não está na roça, nas atividades de plantar, trazer água, separar sementes crioulas, ela ainda está trabalhando com a agroecologia de uma outra forma a partir de suas experiências, produzindo teorias e espaços de formação.

Hoje em dia camponesas de todas as idades são formadas em odontologia, em medicina, em agroecologia, em direito, em filosofia, entre outras áreas, pesquisando sobre o lado das mulheres trabalhadoras na realidade social, construindo caminhos de educação e atuação profisisonal vinculados às lutas sociais. No entanto, ela afirma que ser mulher na sociedade em que vivemos é desafiador todos os dias, e é importante ler esta questão à luz do feminismo camponês popular que o Movimento de Mulheres Camponesas constrói. É necessário enfrentar toda uma estrutura que implica que se você teve alguma conquista houve algum tipo de

favorecimento pelo fato de ser mulher, por alguém ter tido interesses por você em um contexto que deslegitima os processos de conquistas das mulheres como um esforço ou capacidade, interpretando-os como algum oportunismo, sobretudo, julgando as mulheres como intelectualmente incapazes e desconsiderando a hsitória de vida e de formação das sujeitas. Considera que mesmo quando as mulheres conquistam seu espaço profissional, político ou acadêmico, elas ainda tem que provar que estão ali porque tem direito e porque se dedicaram a determinadas lutas, estudos e trabalhos, e isto é muito desafiador na sociedade, principalmente se as mulheres estão à frente de espaços de coordenação, gestão e direção política.

Um dos aspectos da divisão sexual do trabalho é a separação da vida social entre público e privado e a definição de que às mulheres cabe o trabalho e as demais atividades sociais no espaço doméstico, sendo historicamente deslegitimadas e excluídas dos espaços públicos e estratégicos, como os espaços de poder político e econômico. Ou seja, a construção política feminista camponesa popular que reivindica divisões justas do trabalho no espaço privado também reivindica justiça e respeito nos espaços públicos, denunciando que a divisão público-privado opera no estabelecimento de barreiras às mulheres em ambos os espaços sociais que, em realidade, sempre estiveram conectados como parte de uma mesma sociabilidade, tal qual há imbricação de diferentes sistemas de dominação em um, no sentido de que são componentes de uma mesma sociabilidade contemporânea - da qual não se consegue sair por meio de um deslocamento geográfico ou ao longo do tempo de uma vida, pois, tem caráter histórico-estrutural da vida social. Assim, as mulheres pobres e racializadas também sempre trabalharam, inclusive em relações de escravidão e servidão, e foram historicamente oprimidas em suas possibilidades e escolhas, desvalorizadas e invisibilizadas. Neste sentido, também a crítica ao racismo como sistema de dominação formado por estereótipos, preconceitos, discriminações e desigualdades esteve presente no conteúdo das falas das mulheres em movimentos sociais no campo no Brasil, que articulam a crítica ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo em suas elaborações sobre o feminismo camponês popular.

Uma das entrevistadas, a *Candanga ancestral*, mesmo dando uma aula de reflexões críticas ao longo de sua entrevista confidencia um sentimento de insegurança para tratar o tema porque sente que não estudou suficientemente a fundo a teoria do feminismo, mas que ao conhecer o MMC viu a discussão de que o feminismo pode vir das experiências de vida das mulheres. Assim, ela conta que começou suas lutas participando do Movimento Negro porque esta tem sido sua primeira referência, a partir da qual vivenciou e se identificou com a luta das mulheres de sua geração e brinca que, por causa do pensamento da contracultura em sua época

se recusou durante muito tempo a usar sutiã e sempre se colocou contra o imperialismo quando protestou contra a Guerra do Vietnã e a favor da Revolução Cubana.

Ela analisa que mulheres negras, e os negros de forma geral, ainda não tem conseguido se defender das violências e das desigualdades racistas para valer porque na sociedade ainda tem "uma máscara que vela o problema". Para ela, as máscaras do fascismo e do racismo caíram muito com a chegada do Bolsonaro, deixando o racismo muito evidente e, quando ele vem evidente, há uma chance de se defender e de responder. Mas, na maioria das vezes, no cotidiano das pessoas negras, o racismo é camuflado, ele é escondido, e nestas circunstância é muito difícil se defender. Relata que uma colega branca disse a ela várias vezes que "não tinha nada a ver esta discussão de que existia preconceito de cor" até que ela um dia, muito tempo depois, de tanto a pessoa repetir isto, ela conseguiu responder que quem falava isso era simplesmente porque não era uma pessoa negra e, portanto, não sabia o quanto doía sofrer preconceito e nem poder se defender porque dizem que não existe preconceito. O primeiro passo mais básico do problema é reconhecer que o racismo existe e enfrentar a questão inclusive dentro de nossos comportamentos que replicam discriminações arraigadas e naturalizadas na cultura, e a luta antirracista não pode ser "um fardo" problematizado apenas pelas pessoas negras, pois, as pessoas brancas que constituem o polo que se beneficia da relação de dominação precisam ter um olhar crítico para seus próprios privilégios raciais e assumir a responsabilidade de fazer este debate para a democratização da sociedade.

De acordo com a reflexão da militante *Revolucionária das flores transatlânticas*, os movimentos de esquerda têm um problema sério em identificar o patriarcado e o racismo como estruturantes dessa sociedade capitalista, e se isto não é identificado se corre o risco de ficar só em pautas que não estão ligadas ao dia a dia das necessidades das mulheres e do povo. Sobre isso, o MST tem abordado e atualizado seu debate e concepção sobre cooperativismo, pois, pensar hoje cooperativas de reforma agrária, requer estar vinculado às necessidades das mulheres, do povo preto, dos LGBTQIAP+, todos os sujeitos sociais que estão no território, com muitas identidades e necessidades diversas. Não são as mesmas formas de acesso às estruturas e aos espaços, portanto, é trabalho dos movimentos sociais populares como se pensa também especificamente ações que sejam inclusivas, entendendo que estas relações estruturam o sistema capitalista e não são pautas secundárias, como às vezes é colocado, são pautas determinantes nas tendências históricas de desigualdades e precisam ser prioridades decisivas nas estratégias e ações das lutas sociais.

> E acho inclusive que os movimentos de esquerda têm um problema de identificar isso, né, porque se você não identifica o patriarcado e o racismo como estruturantes dessa sociedade capitalista, você corre o risco de ficar só em pautas que não é que são pequenas mas que não estão ligadas ao dia a dia das necessidades também dessas mulheres, né, desse povo, que a gente fala muito isso, por exemplo, e tem atualizado nessa concepção, nosso debate de cooperação. Porque você pensar hoje cooperativa de reforma agrária, você também tem que estar vinculado ali às necessidades das mulheres, do povo preto, LGBTs, que estão no território, né, que são muitas. É que não são as mesmas formas de acesso também às estruturas e aos espaços. Então como é que você pensa também especificamente ações que incluam isso, né, e entender que são pautas que de fato elas estruturam esse sistema capitalista, né, não são pautas secundárias, né, de como às vezes é colocado, né. É determinante. (Revolucionária das flores transatlânticas)

A *Candanga ancestral* compartilha que se identifica como uma mulher negra, ainda que sempre foi identificada como parda, mas explica que não gosta deste termo. Afirma sobre a importância de sua identidade racial ao contar sobre as gerações de sua família e sua ancestralidade. Seu pai era negro, filho de negros e relata que sua bisavó paterna foi escravizada e liberta; viviam no estado de São Paulo. Por parte da família de sua mãe, de Goiás, a avó materna é negra e o avô paterno é branco de ascendência portuguesa. Seu avô trabalhava para uma família tradicional de Goiás, era chamado de "camarada" da família, que ela interpreta como ser uma pessoa que cumpre serviços de todos os tipos. Ela explica que de acordo com memórias e reflexões familiares, sua avó teria sofrido violências do patrão.

A violência colonial e da escravatura sobre os corpos das mulheres racializadas é ainda um elemento pouco reconhecido e problematizado da formação da sociedade e da cultura brasileira que ainda invisibiliza e reproduz o racismo por meio das falsas ideias do mito da democracia racial e da miscigenação harmoniosa entre as raças que oculta o estupro contra mulheres negras e indígenas mulheres. Quem nos ensina sobre isto são os relatos e vozes e das próprias mulheres negras trabalhadoras do campo e da cidade, muitas que também se organizam nos movimentos sociais no campo e, não menos relevante, as referências políticas, professoras, lideranças, artistas e intelectuais negras, quilombolas e indígenas que contribuem para um letramento racial e crítico na sociedade brasileira, como: Ana Mumbuca, Graça Graúna, Lélia González, Sueli Carneiro, Joênia Wapixana, entre outras. Hoje em dia os índices de violência contra as mulheres e os dados de feminicío são mais altos entre as mulheres negras, as quais também são as que mais sofrem violências institucionais e violências obstétricas que colocam em risco as vidas das mães e das crianças negras - sendo um elemento do genocídio do povo negro que começa antes mesmo do nascimento, uma desumanização das vidas racializadas a que se soma o extermínio e encarceramento massivo da juventude negra e periférica, bem como

a criminalização e apropriação da cultura negra, a expropriação dos territórios das comunidades quilombolas, entre outros.

Em um outro relato, a colaboradora de pesquisa compartilha que em um dos encontros do MMC, na chácara do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em Luziânia (GO), após uma reunião em que houve uma palestra sobre violência doméstica, no intervalo do almoço estava saindo da sala com uma amiga que é uma senhora negra e relata que ela ficara surpresa porque achava que tudo que acontecia com ela era normal e detalhou situações fortíssimas. Existem muitos momentos que as pessoas em situação de violências omitem ou mistificam aspectos problemáticos de sua realidade para equilibrar no discurso as faltas, traumas e expressões de relações de poder desiguais que se dão em seu cotidiano pessoal, porém, ela sente que são sinais de opressões que estão represadas e que precisam vir à tona e, uma das formas é sair do ciclo do silêncio, mesmo que as vozes sejam desacreditadas mas, por exemplo, ousar enfrentar os problemas nas lutas sociais e de forma coletiva. Como muitas mulheres relatam, vivenciam-se diversas violências sem saber que "não é normal" apanhar, ser agredida, ameaçada, difamada e maltratada porque muitas vezes isto se passa em instâncias da vida pessoal nas quais se tem uma consideração pessoal de confiança, seja na família, em um instrumento de luta política, um ambiente de trabalho, um círculo de colegas na escola e se demora a entender que não se está lidando com "pessoas difíceis ou chatas" mas com situações de violências patriarcais, racistas e de preconceitos de classe que são adoecedoras e que colocam as vidas das mulheres em risco. Por último, destaca que no caso da mulher do campo, por estar mais distante dos serviços públicos e de outros moradores, há maior dificuldade de acesso à informação e ao socorro, portanto, fica ainda mais difícil saber que a situação é de violência e que é um crime.

Um outro ponto relacionado é sobre o racismo religioso e o fundamentalismo religioso que não respeita a diversidade de tradições de fé, sobretudo, as religiões de matrizes africanas e as religiosidades indígenas. Consoante o depoimento de uma militante da CPT, a *Jovem da romaria do cerrado* se avançou muito nos últimos anos dentro dos espaços de participação das mulheres o contraponto à questão do fundamentalismo. Por exemplo, as mulheres indígenas têm suas tradições de rezas e benzimentos, no entanto, elas têm denunciado em espaços da CPT que ocorrem intolerâncias religiosas e violências nos territórios como a queima das casas de rezas indígenas, no contexto da entrada das igrejas evangélicas neopentecostais nos territórios dos povos e das comunidades, afetando diretamente as comunidades em seus posicionamentos políticos e tradições de fé.

Ela explica que existem pessoas cristãs e evangélicas que são progressistas e a favor da liberdade e diversidade religiosa, porém, existem igrejas que são fundamentalistas no sentido de que querem combater e converter as pessoas que tem uma religiosidade ou uma tradição de fé diferente, o que reforça a importância das lutas das indígenas mulheres pelo direito à diferença. O fundamentalismo e o racismo religioso são modelos de comportamento muito fechados e à direita na questão dos direitos das mulheres, no domínio sobre o corpo das mulheres e, além das áreas rurais também estão nas periferias urbanas hegemonizando formas de pensar e agir. Apesar disso, ela conta que há os processos alternativos que são importantes: das redes, das articulações, do fortalecimento dos movimentos, das mulheres que se juntam em grupos produtivos. Isso é muito presente na Articulação das Mulheres do Cerrado, na partilha em que elas dizem o que elas têm, porque ali tem mulheres de todas as religiões se contrapondo à fala do pastor, e as mulheres trazem isso nas partilhas do diálogo coletivo de auto-organização como um momento delas, numa estratégia muito importante de fortalecimento crítico de alternativas pelas redes, fazendo um trabalho interno nas comunidades e ao mesmo tempo externoquando se articula com outras organizações de mulheres que enfrentam os mesmos desafios.

Para uma militante do MST, a *Revolucionária das flores transatlânticas,* o que o fundamentalismo religioso faz hoje é tentar controlar os corpos e isso é determinante nos retrocessos vivenciados no país que, em 2023, ainda não se consegue fazer um debate público sobre o real significado do aborto na saúde das mulheres. Esta é uma pauta que enquanto MST se tem tentado construir com as mulheres camponesas, ainda que seja um processo recente. mas não é um debate simples porque a religiosidade está muito presente nos assentamentos e há o fundamentalismo que atua principalmente para mistificar o que significa o aborto e o quanto isto determina a vida das mulheres nos assentamentos de reforma agrária. Ela também cita que há um processo de crescimento das fake news que deslegitimam os debates e ações das mulheres, como foi nas mobilizações do Ele Não em que isso ficou evidente, tendo as mulheres sido cruelmente acusadas de dar visibilidade à Bolsonaro no momento em que protestavam pioneiramente contra os retrocessos de direitos que viriam de sua eleição.

Uma militante do MMC, a *Camponesa livre e socialista,* identifica que querem trazer o conservadorismo de volta com o casamento de véu e de branco, do ideal da noiva casta, numa lógica de controle da mulher e dos corpos, quando isto não é a escolha dela mas uma imposição de fora. Não é simples discutir sobre isso na família e na comunidade católica. Ela nunca se casou e teve seus filhos, portanto, sente que é muito julgada. Sentia que a um tempo atrás a sociedade estava mais aberta a estas diferenças de escolha de vida mas com a chegada de muitas

igrejas evangélicas neopentecostais em sua comunidade os avanços foram se perdendo, não se permite mais este grau de autonomia. Relata a entrada da Assembleia de Deus no seu município, inclusive dentro do território de uma área indígena, impactando na perda de diversidade de culturas, religiões e tradições de fé. Um debate que ela considera que tem que ir fortalecendo no processo de construção do trabalho de base e da formação política é a questão dos direitos das mulheres e do não julgamento se alguém tem problema no relacionamento, se tem outros relacionamentos. Uma pessoa pode ser de um jeito e a outra não, ser diferente e ter outros comportamentos, e nesse processo precisamos conseguir construir solidariedade.

Uma educadora popular do MMC em Alagoas, a *Educadora da mística afro-indígena* também aborda a questão de discriminações regionais no país, que também carregam em seu conteúdo as discriminações raciais. Ela explica que como mulher nordestina e afroindígena considera que é dificil trabalhar e atuar politicamente fora de seu estado, pois, em Alagoas sente que há um reconhecimento e um acolhimento maior, não se sente só. Esteve no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul e percebeu que outras organizações do campo também sempre abriam espaço para contribuições conjuntas, mas sentia falta de sua terra de origem, pois, existem preconceitos e racismos em relação à cor e também preconceitos e xenofobia em relação ao local de origem. Era frequentemente questionada sobre o que estava fazendo em outros estados fora das Alagoas, principalmente nos espaços urbanos, pois, nas áreas rurais sentia um acolhimento melhor.

Em sua leitura, mesmo quando se viaja para outros estados mas se encontra com as companheiras na área rural se sente a unidade do próprio movimento, as bases do MMC independente de onde elas estejam, elas têm a identidade do feminismo camponês popular. Ela define o que é o feminismo camponês popular para ela, explicando que é construído pelo vínculo das mulheres, de se descobrirem feministas e camponesas na luta da classe trabalhadora em seu todo que é também uma luta popular, se libertando do rótulo do feminismo como “as mulheres que andam peladas pela rua”, “que querem dominar o mundo em todas as esferas, ficar acima dos homens, pisotear todo o mundo”, que são esterótipos pejorativos que se propaga na perspectiva liberal e de mercado para deslegitimar a luta social feminista mas que ela identificou que muitas pessoas ainda acreditam. Lembra Conceição Paludo, uma pesquisadora que contribuiu muito com a luta do MMC: é difícil falar em classe trabalhadora no singular, hoje já se tem classes trabalhadoras, se tem sujeitas debatendo o racismo. Assim como é difícil falar em um feminismo, pois, se tem feminismos, as raízes e as lutas dessa diversidade de feminismos.

Desta reflexão crítica sobre o racismo ensejada pelas mulheres dos movimentos sociais no campo entrevistadas pela pesquisa, discute-se como um conteúdo importante da construção política do feminismo camponês popular no Brasil, a leitura sobre a imbricação de diferentes sistemas de dominação na vida social, conformando uma sociabilidade capitalista patriarcal e racista. Não menos relevante também estão presentes o pensamento crítico em relação à heteronormatividade (relacionada ao patriarcado), ao colonialismo (relacionado ao racismo), à dependência (relacionada ao capitalismo) e ao imperialismo.

A camponesa *Agroecóloga da libertação,* explica que se entende como feminista dentro de um processo permanente de contrução e ampliação de leituras, que precisa ser sempre alimentado em nossas vidas porque as relações patriarcais e de conservadorismo estão sempre presentes em nosso dia a dia, assim como as relações racistas e capitalistas, sempre tensionando para tirar as mulheres da luta social e de suas conquistas, impedindo que as mulheres tenham entendimento crítico sobre a realidade social e tentando minimizar e naturalizar os problemas e desigualdades.

> Então eu me entendo, sim, como feminista, fui me construindo nesse processo, né, me construindo, me entendendo, constituindo essa identidade feminista, que é um processo também, né, que é um processo permanente também, que a gente entende mas que a gente precisa também ficar alimentando o tempo todo, né, porque as relações patriarcais e racistas elas estão aí, os conservadorismos estão aí sempre tentando dizer que esse lugar não, não, que essa concepção não deve ser a concepção a ser seguida, então a gente também se manter nesse lugar é uma luta constante, permanente, né, porque as relações patriarcais sempre tentam, é e racistas, e capitalistas tentam tirar a gente desse lugar, né, desse entendimento, de entender isso como minimizar isso, entender isso como questões naturais ou como se isso fosse assim mesmo. Então também se entender e se constituir nessa consciência é algo que a gente tem que estar sempre fortalecendo e acendendo essa chama e ampliando essas leituras, né. (Agroecóloga da libertação)
>
> (...) também é a luta das mulheres é muito diversa, é muito ampla, né, então eu acho que eu entendo o feminismo como essa luta das mulheres por libertação, por resistência, é uma luta das mulheres resistindo contra as relações patriarcais, contra relações colonialistas, racistas, capitalistas no nosso país, no nosso contexto, que não é de agora, que muitas mulheres, mulheres sempre lutaram, né, eu acho que não é uma invenção que começa no século passado quando ganhou esse nome como se antes não existissem lutas de resistência, sempre existiu lutas e formas de resistência das mulheres, das mulheres escravizadas, mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres camponesas, enfim a gente teve sempre essa luta de resistência pela cultura, pela identidade, pela liberdade, pelas formas de expressão do povo brasileiro contra a exploração, contra a opressão, contra o capitalismo, contra o colonialismo, então, acho que isso são expressões de feminismo em seu tempo, em seu contexto, em seu momento, né, e que elas vão, vão, vão avançando. (Agroecóloga da libertação)

A luta das mulheres é diversa e ampla, então, o feminismo tem sido a luta das mulheres por libertação de exclusões, padrões e dominações que advém de relações patriarcais, colonialistas, racistas, capitalistas. Mas, é preciso reconhecer de que forma, no Brasil, as mulheres sempre tiveram resistências e lutas populares de modo que esta não foi uma invenção que surgiu, no século XX quando vieram panfletos, teorias e livros que utilizavam este nome "feminismo". Assim, o feminismo camponês popular se referencia nas lutas e formas de resistências das mulheres em defesa da vida ao longo da história, na luta das mulheres que foram escravizadas e se rebelaram, na luta das mulheres indígenas por seus saberes e identidades, na luta das mulheres negras pela valorização de seus trabalhos, sua cultura e ancestralidade, em todas as formas de expressão do povo brasileiro contra a opressão e a exploração capitalista que teve em suas bases as expropriações coloniais. As lutas das mulheres são expressões de feminismo a seu tempo, a seu contexto, e que foram avançando e se transformando. Para um movimento feminista popular, as lutas das mulheres está vinculada às lutas populares por libertação, às lutas da classe trabalhadora, ao conjunto das lutas sociais que constróem transformação, políticas e direitos, interpretando que os avanços na transformação do sistema capitalista se dão junto com avanços na transformação das relações patriarcais e racistas e as lutas antipatriarcal e antirracista se aprofundam na luta anticapitalista. Pois, ainda é comum que um ganho democrático em um aspecto social implique algum tipo de retrocesso em outra esfera, em compensação, reproduzindo historicamente os sistemas de dominação patriarcado, racismo e capitalismo na sociabilidade contemporânea, por meio da articulação das divisões social, racial e sexual do trabalho e suas múltiplas expressões.

Considera que autoras feministas marxistas como Safiioti, no Brasil, pontuam a vinculação da luta feminista com a luta contra o capitalismo e por transformação da sociedade, uma visão com a qual se identifica. Considera que os conceitos de explicação sociológica contribuem para compreender a realidade das mulheres brasileiras, como se dão as relações de exploração e dominação de classe, patriarcais e racistas, relações que são fundamentais de se entender para poder avançar na transformação da sociedade. Porém, pontua que é importante considerar que há muitas lutas de mulheres que não se autodenominam com estes conceitos mas que são visões de resistência e enfrentamento às desigualdades que podem se basear em outras práticas como a oralidade e a ancestralidade, por exemplo, como as lutas das mulheres indígenas e das mulheres negras, que incluem também outras formas de expressão cultural, construção comunitária, tradições de fé que devem ser respeitadas e com as quais toda a sociedade tem muito a aprender. Estes elementos ajudam a construir uma visão dialógica de feminismo, com

amplas e diversas vozes na construção da luta feminista no contexto brasileiro e no contexto latino-americano.

Em sintonia com estas reflexões, a *Jovem da romaria do cerrado* conta que conviveu com o Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina e participou de atividades do MMC antes de ser quadro político na CPT e este vínculo foi seu primeiro contato com o debate das lutas sociais das mulheres. Quando participou de seu primeiro encontro em Brasília pela PJR, existia a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e ela participou de encontros da articulação com debates sobre gênero, sobre os direitos das mulheres, entendendo hoje em dia que sua identidade tem a ver com esse processo de se conhecer e se reconhecer no processo de luta das mulheres e das diversidades. Ela explica que o capital é homogêneo e as comunidades são diversas em suas culturas, biomas, territórios, trajetórias de vida, como se vê na questão das mulheres e do feminismo mas também na questão LGBTQIAPN+ e nas questões racial e étnica, em que todas trazem a dimensão da diversidade em processos diferenciados mas que sempre transcendem as fronteiras da homogeneização do "progresso" etnocêntrico e urbanocêntrico na sociabilidade moderna - contremporânea. Então, o modelo de desenvolvimento do capital, que está enraizado também no Estado brasileiro, traz o processo da homogeneidade, mas não é isso que se quer nas comunidades, nas lutas populares e nos movimentos sociais populares que lutam por direitos e não pelo fim de seus meios e modos de vida. Há uma luta entre "aquilo que a gente quer de diverso com o que o capital quer de homogêneo como grandes plantações e grandes exportações", que é um processo que afeta as comunidades no acirramento dos conflitos socio-territoriais:

> Porque o capital ele é muito homogêneo, né, e aí, as comunidades elas são diversas, né, a cultura é diversa, diversos jeito de ser, né, e aí, desde a questão das mulheres, né, do feminismo, desde a questão LGBTQI, étnica, racial, que também trazem a diversidade, né, então esse modelo do capital, que está enraizado dentro do Estado brasileiro, ele também traz esse processo que é a homogeneidade, mas a gente não quer homogeneidade, né. Então essa luta que existe entre aquilo que a gente quer de diverso, com o que o capital quer de homogêneo de grandes plantações, de grandes exportações, que é o processo de afetação das comunidades, que é o processo de acirramento e ampliação dos conflitos socio-territoriais (Jovem da romaria do cerrado)

Segundo o depoimento da *Educadora da mística afro-indígena,* o feminisno camponês popular é esse feminismo da identidade de luta social pela defesa da vida, da promoção da agroecologia enquanto um projeto político de sociedade, que é ousado em seu objetivo de produzir alimento saudável e diversificado, com história e identidade nos povos e comunidades tradicionais e no reconhecimento da importância nas mulheres nesse processo de produção e de

alimentação do mundo, “para que haja uma comida acessível nutrindo a todos e protegendo a mãe natureza, que é quem nos dá a possibilidade de comer, pois sem comer nada somos”. Para ela, é ousado pensar a proposta do Movimento de Mulheres Camponesas na agroecologia como um projeto de sociedade e de classes trabalhadoras, de enfrentar a inflação, o sistema capitalista e os latifúndios.

Ela conta que quando jovem ela atuou na Comissão Pastoral da Terra (CPT), como frente de luta e organização da juventude. No Movimento de Mulheres Camponesas continua sendo atuante na perspectiva da educação popular, da formação política e da organização e mobilização popular. Relata que no estado de Alagoas as organizações conseguem se articular de forma orgânica, em um trabalho conjunto da CPT e do MMC em que as camponesas são assentadas da reforma agrária pela CPT e são também militantes orgânicas do Movimento de Mulheres Camponesas, sendo que essa identidade é híbrida, não suprime sua identidade de CPT e nem de MMC, elas participam de diversos espaços políticos representando ambas ou cada uma das organizações conforme o contexto. Isto é bem diferente de outros lugares e de outros movimentos, que muitas vezes não aceitam esse caráter híbrido e múltiplo por considerar que possa comprometer seguir uma determinada linha estratégica, uma determinada direção. Para ela, este processo das identidades híbridas se dá a partir da construção dos núcleos de mulheres que vão sendo organizados naquele território a partir da década de 1990 e que antes não existiam. Nos anos 1980 havia só o Movimento de Mulheres Camponesas, então com o nome de Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com essa busca de autonomia, então, as mulheres dos movimentos sociais mistos compunham também aquela articulação. Muitas mulheres do MST, da CPT e do MAB, de tantas outras organizações faziam parte de uma mesma articulação de mulheres camponesas, mas que a partir dos anos 2000 vão se dedicar a seus próprios setores de gênero dentro dos movimentos sociais mistos, priorizando outras articulações.

Avalia que isto implica na fragilização de uma identidade de unidade entre as mulheres rurais que foi fundamental para o nascimento do Movimento de Mulheres Camponesas como um movimento autônomo de mulheres camponesas na *La Via Campesina* no Brasil, construído pelas mulheres de diversas organizações mas que hoje em dia parecem construir unidades feministas também para fora da *La Via Campesina.* No entanto, a construção conjunta em espaços internacionais como a CLOC e a LVC poderiam fortalecer vínculos feministas camponeses populares e identidades política híbridas entre as mulheres de diversos movimentos e comunidades que tenham perspectivas críticas compartilhadas, sem invisibilizar diferenças e diversidades. Ela afirma que o fato de que agora as mulheres dos movimentos sociais mistos

estão focadas nos setores de gênero de seus próprios movimentos não tira a identidade e a força política que há no Movimento de Mulheres Camponesas, pois é um legado que já está construído e cujos frutos já estão presentes em muitos territórios como no acesso à documentação, seguridade social, etc. em seu protagonismo na auto-organização das mulheres para a luta pela soberania alimentar e agroecologia, para a defesa dos direitos das mulheres na busca por libertação, para o enfrentamento ao machismo, ao racismo, ao imperialismo e em seu perfil de ser um movimento auto-organizado sempre contribuindo e somando forças com os outros movimentos e sindicatos mistos.

Um dos maiores desafios da atualidade, em sua interpretação é que o modelo de dsenvolvimento do capital e o neoliberalismo vêm disfarçados como processos positivos que vão garantir acesso ao consumo, ao trabalho, aos direitos em pauta na questão das mulheres, só que de uma forma totalmente distorcida, trazendo para um lugar de submissão das mulheres, comunidades e povos, sendo liberal na economia e conservador nos costumes e no comportamento. Ela sente em sua experiência de vida que há maior acolhimento da diversidade mas que também se dá por meio de uma propaganda de inclusão social, que mercantiliza a diversidade, pois, "a questão racial, não é qualquer preto, não é qualquer cabelo crespo, não são os indígenas que são socialmente aceitos na propaganda da inclusão social, de modo que a diversidade se torna uma mercadoria". Considera que esta situação não é muito diferente da ambiguidade política de uma conjuntura que promove representações indígenas no Congresso Nacional e no novo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) que são fundamentais, mas que ocorre de forma simultânea ao genocício do Povo Yanomami pelo garimpo e aos massacres de muitos outros povos em seus territórios com o avanço da grilagem verde, do PL do Marco Temporal e dos projetos extrativistas exportadores do capital como madeireiras, pastagem de gado, agronegócio, mineração, hidrelétricas, entre outras. Em sua leitura, está faltando uma estratégia para romper com os disfarces na realidade social, "alguma coisa para o povo tirar a venda que cobre os olhos para ver estas contradições, para realmente enxergar o que está acontecendo e virar o jogo".

Neste sentido, buscando encontrar este elemento que falta para ampliar as visões sobre as contradições do neoliberalismo e dos sistemas de dominação, destaca-se que também a questão do internacionalismo e das perspectivas sobre as lutas com a América Latina e outras regiões do mundo estiveram presentes nas reflexões das mulheres em movimentos sociais no campo quando abordaram sobre suas visões dos feminismos. A *Agroecóloga da libertação* compartilha que ser feminista também é uma construção social, é entender estes lugares conferidos às mulheres nas sociedades e porque existem relações de opressão que são

vivenciadas individualmente e também coletivamente. Tem a ver com reconhecer estas relações patriarcais, racistas e capitalistas que ocorrem em nosso país que foi colonizado, como elas são constitutivas dos sujeitos, do povo brasileiro. Reconhecer que as relações de classe são também dentro de um capitalismo periférico e isso é constitutivo tanto de nossa sociedade em geral como também de uma expressão particular sobre as mulheres brasileiras e latino-americanas. A entrevistada observa que as mulheres têm atuado de maneira muito importante nesses contextos de luta contra violências e conservadorismos e também nos processos de eleições, como na Argentina, por exemplo, o trabalho que foi feito pelo movimento Nenhuma a Menos (Ni Una Menos). Também na Colômbia e no Chile, o movimento das mulheres foi muito forte nas ruas. Os movimentos de 8 de março, as paradas gay e as marchas indígenas e negras, entre outros movimentos são fundamentais para criar um contexto nos países mais favorável à perspectiva de transformação social, para se pensar uma outra forma de se fazer política, de ter eleição, tentando algo mais aprofundado em termos de representação política e participação social, sendo central não só a luta das mulheres mas também da população LGBTQIAP+ contra a heternonormatividade, a lesbofobia, homofobia e transfobia e da população negra contra o racismo. São sujeitos centrais das lutas de transformação nos países latino-americanos porque a maioria deles cumpriram um papel muito importante de não aceitar esse lugar da submissão e homogeneização em que o conservadorismo e o neoliberalismo querem recolocar esses sujeitos.

Ela elucida que são muito centrais para o movimento as pautas da luta contra a violência, pela agroecologia, pela soberania alimentar, pela produção de alimentos saudáveis e a grande contribuição das mulheres em movimentos do campo na América Latina foi demonstrar que a luta pela terra, contra os grandes empreendimentos do capital, contra o modelo do agronegócio e pela produção de alimentos saudáveis, sementes crioulas, entre outras, são expressões do feminismo. Antes nem os movimentos feministas viam estas lutas como feministas, porque prevalecia a visão reducionista de que feminismo era só o direito à liberdade sexual e, mesmo tendo sua importância, as mulheres rurais não se entendiam como feministas. No processo de organização e luta social das mulheres foi se mostrando e se reconhecendo este caráter feminista, pois, quando as mulheres buscam visibilizar e valorizar seus trabalhos na produção e combatem os processos de desigualdade que as mulheres sofrem no acesso à terra e à alimentação, por exemplo, esta não é apenas uma luta em geral do campo e da classe trabalhadora, esta é uma luta feminista no campo, esta é uma luta feminista da luta pela terra. Hoje em dia muitas organizações feministas já reconhecem essa contribuição das feministas camponesas populares e também contribuem para carregar estas pautas e levar à frente estas

lutas em conjunto. A construção do feminismo camponês popular desde a América Latina tem contribuições para as lutas sociais diversas ao redor do mundo, ao redor de outros territórios, de outros aportes teóricos e políticos.

A *Irmã acampada transformadora* alerta que às vezes a nossa linguagem não ajuda, como a própria palavra feminismo que para nós vai se tornando mais familiar, mas, por exemplo, nas organizações da *La Via Campesina* na África falar em feminismo ou em feminismo camponês popular, tem sido questionado. Discutir na América Latina ou na África tem particularidades diferentes e, muitos levam a palavra feminismo como um inverso equivalente ao machismo, como se fosse a opressão dos homens pelas mulheres.

Portanto, em sua opinião já se tem refletido também a autonomia dos povos em conseguir encontrar as linguagens que fazem sentido em suas culturas, poder mudar para garantir a unidade da prática e da ação que garante direitos nas vidas das mulheres onde quer que estejam. Chegou-se a dizer na escola de mulheres que não precisa se dizer feminista, pode-se usar o termo que represente aquilo que os povos decidam ser, pois, acredita que na LVC não se avançou mais na construção da reflexão do feminismo camponês popular em todas as bases por causa da palavra, pelo conceito e não pelo valor e significado social da luta, o qual parece naturalmente entendido por todo mundo, mas não é, pois, as realidades são muito distintas nesse mundo. Fora do Brasil e da América Latina, "muitas mulheres de outros países dizem que nós aqui estamos bem avançadas, mas nós sabemos o quanto ainda existe de muitos problemas". Em realidade, o feminismo camponês popular não se propõe a inverter os papéis entre opressores e oprimidos, mas superar as relações sociais de dominação, inclsuive, já observando que ao longo da construção da libertação dos sujeitos os termos que consigam dar sentido às lutas das mulheres em movimentos socais no campo, em suas comunidades e povos ao redor do mundo, talvez sejam outros em algumas regiões, construindo mais um diálogo de vozes feministas camponesas populares do que a imposição ou hegemonia de um conceito. O ponto de partida desta construção é que ela parte das experiências, lutas, práticas e saberes das próprias mulheres, seus coletivos, movimentos, comunidades e povos.

Consoante uma militante do MST, a construção do feminismo deve reconhecer que, na verdade, o feminismo como teoria não nasceu das classes populares, tem uma outra formação mais liberal e elitista em suas origens. Na *La Via Campesina*, quando se começa a discutir o tema, se reflete sobre estas contradições e militantes do MMC como Iridiani Seibert são uma das primeiras que, a partir de um processo de militância orgânica nos movimentos sociais no campo e na universidade, conseguem elaborar sobre o feminismo camponês popular. Antes, haviam textos elaborados por autoras no Brasil que serviram de base também para a CLOC e a

LVC irem construindo o seu feminismo, mas, assim como há muito a celebrar neste processo ainda há muito para caminhar. Na escola de formação política de mulheres da *La Via Campesina*, em Moçambique, quando se ouvia os relatos das mulheres de todas as partes do mundo, ainda são dolorosíssimos, e ainda assim as mulheres seguem em luta e foi muito importante os processos no continente africano, entendendo a África como a terra que é a nossa mãe, a mãe e origem de toda a humanidade (Anaesia).

Para intervir em uma realidade social tão complexa em níveis local, nacional e internacional, a *Educadora da mística afro-indígena* reafirma o caminho pela construção da agroecologia e da soberania alimentar dos povos, porque a terra, ecologia, sementes, alimentos são todas palavras que constituem temas geradores que mobilizam as mulheres a participar e quando elas participam e trazem a totalidade de questões de suas experiências de vida elas ampliam os significados sociais destes termos por meio de novas conexões que só são possíveis por meio do diálogo com vozes feministas camponesas populares. Ela conta que a maioria das mulheers não vão para um encontro se disser que o tema é violência contra as mulheres, porque se sentem inseguras, mas se forem outros temas a partir dos quais se faz conexões, então sim, as mulheres vão, porque se conecta com questões concretas do cotidiano dentro de um processo que tem sensibilidade político-pedagógica para entrar em questões que são árduas. Em sua reflexão, isso acontece porque aparentemente esse lugar do pensamento crítico, teórico e científico foi negado para as mulheres do campo, porque historicamente foi sempre muito elitizado e se realiza um esforço político de democratização destes espaços. Então, os movimentos sociais trabalham a autonomia das mulheres camponesas, a produção agroecológica, as sementes crioulas e a partir destes temas as mulheres se mobilizam e então é possível entrar em temas mais estruturais da sociedade e abordar sobre o capitalismo, a dominação patriarcal, o machismo, o racismo, a LGBTfobia, e as temáticas todas que são conteúdos da luta feminista camponesa e popular e da soberania alimentar dos povos.

Consonate a *Agroecóloga da libertação*, o feminismo camponês popular é também uma contribuição política para o conjunto das lutas sociais de trabalhadores e camponeses. Quando se passa a afirmar que agroecologia é reconhecer quem produz, quem cuida das sementes crioulas, quem tem os saberes sobre a alimentação saudável, quem planta, colhe, isto requer reconhecer o trabalho das mulheres em sua diversidade e isto é uma perspectiva feminista na luta da soberania alimentar e da agroecologia. Se começa a expressar as contradições nesses processos de luta social pela terra e alimentação também, e também a se afirmar que as relações patriarcais nessas lutas e contextos precisam ser superadas. Esta é a sacada do feminismo camponês popular, afirmar que todas estas lutas eram lutas feministas, afirmar para nós

mesmas, para os demais movimentos feministas, para o conjunto dos movimentos mistos, para toda a sociedade e nos processos de incidências políticas nos governos e organismos internacionais. São passos diferentes que se encontram: se reconhecer e se afirmar.

O feminismo camponês popular se relaciona com o tema da soberania alimentar dos povos como uma ferramenta de democratização da produção e da comercialização dos produtos da agricultura familiar e camponesa, com vistas a ampliar a participação da diversidade de sujeitos sociais nestas ações a fim de fortalecê-las na vida social, pois, o desmantelamento de disputas internas e de relações de privilégios promovem também a descontrução de barreiras sociais às mulheres camponesas, às mulheres sem terra, às mulheres negras, quilombolas, indígenas, das mais diversas comunidades tradicionais e periferias, criando novos ares de força social para o fomento de um projeto de desenvolvimento saudável e sustentável, comprometido com a vida do povo e dos biomas. Este processo se dá em conjunto com o enfrentamento ao avanço dos projetos capitalistas no campo de perfis extrativistas e exportadores, e para se contrapor ao avanço das mudanças climáticas que são por eles causadas.

Para a *Camponesa livre e socialista* o desafio de construir a luta feminista camponesa e popular para a soberania alimentar dos povos é a partir das bases sociais, a partir do que os movimentos sociais fazem de concreto e com respeito mútuo entre as regiões e entre as organizações. As mulheres em movimentos sociais no campo não estão em um processo de formação linear entre todas que estão organizadas, entãose vai construindo processos de fortalecimento auto-organizados, com organizações mistas, com outras organizações de mulheres para além da *La Via Campesina*, construindo confiança e unidade, porque às vezes há também conflitos pessoais, apropriações, deslegitimações e disputas que comprometem alguns processos, por exemplo, quando as pessoas que estão na produção tem dificuldade de conseguir sair da área para atuar na comercialização, entre outras situações. Tem pessoas que fazem parte de grupos certificados, mas sente que é um espaço de disputa os locais de comercialização. Portanto, sente que este é um debate que tem que continuar sendo feito para que as mulheres possam participar em todas as etapas da alimentação saudável na sociedade, e se não der para dizer que isto é feminista, não precisa dizer, mas sempre afirmar que as mulheres tem direito de participar, ter escolhas, bem viver e conviver sem violações de direitos.

Por fim, um último ponto a ser mencionado é que o feminismo camponês popular construído pelas mulheres em movimentos sociais no campo também cria processos de vínculos e construções coletivas entre sujeitos dos meios urbanos e rurais, por meio da valorização da identidade e unidade da classe trabalhadora no enfrentamento às relações de exploração da força de trabalho e de discriminações e desigualdades entre classes sociais que, não menos

significativo, também promove a separação entre o campo e a cidade a partir da divisão sócio-técnica do trabalho e os processos de expropriação da terra e dos meios de trabalho. Conforme pontuado pela *Agroecóloga da libertação* hoje seu movimento já completou 40 anos de trajetória e é interessante ver a diversidade e amplitude da militância do movimento que foi crescendo ao longo do tempo na medida em que o MMC não é um movimento que foca especificamente nas pautas do campo, mas tem uma perspectiva mais ampla de luta social por direitos das mulheres, de luta de classes, de luta da classe trabalhadora então consegue dialogar com muito mais mulheres de diversos setores e lugares que se identificam e apoiam a luta, como nas lutas contra a reforma previdenciária, contra a reforma trabalhista, por exemplo.

Além das mulheres do campo tem também muitas mulheres que não vieram do meio rural mas tem uma proximidade porque moram nas periferias urbanas e se identificam com este projeto político ou com estas raízes nas histórias de suas famílias. Há uma militância mais diversa e múltipla. E tem as camponesas, aquelas que tem o vínculo cotidiano com a terra, com a produção e comercialização de alimentos. Tem muitas que tiveram este vínculo quando jovens e atualmente estão em um momento novo da vida, estudando ou trabalhando nas cidades em defesa desta construção política. Então, há uma transformação no perfil da militância dos movimentos sociais no campo que não são apenas as mulheres rurais, mas as mulheres em movimentos sociais no campo abrangem referências e contextos sociais mais amplos e diversos porque são décadas de trajetória política.

É importante pensar sobre a participação nos movimentos sociais populares, porque o movimento é feito do encontro, mobilização e organização das mulheres e sempre terão as mulheres das bases mais diversas. Antes o MMC tinha como perfil da militância as mulheres que viviam no campo, na roça, ribeirinhas, quilombolas, de comunidades tradicionais, mas o campo foi mudando e as mulheres rurais também foram mudando e acessando políticas públicas, educação, universidades e hoje são também professoras universitárias, assumem cargos no governo a nivel local, estadual e nacional. Tem também parceiras externas que são de associações, sindicados, ONGs, servidoras públicas, professoras e pesquisadoras universitárias que se aproximam em alguns momentos para desenvolver seus estudos ou ações conjuntas. O perfil da militância e de suas articulações vai mudando no avançar de sua história de luta, vai se diversificando, ampliando e tudo isso vai constituindo a perspectiva do feminismo camponês popular.

Para a *Lutadora migrante da floresta*, como o movimento social feminista camponês popular significa garantias de direitos e reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras e cidadãs, a tendência é ampliar muito mais, pelo contexto em que vivemos de mudanças

climáticas e de crise ambiental e, também porque a produção da alimentação e a resolução da questão social requer mudanças estruturais que requerem muito mais do que já foi feito.

Há uma população muito grande na periferia urbana, muitos lares chefiados por mulheres mães solos e que para além do seu trabalho gerador de renda sustentam em seus quintais algum alimento, algumas ervas, temperos, frutíferas e são também experiências urbanas fundamentais a serem mais profundamente compreendidas e valorizadas, assim ocmo as experiências comunitárias de hortas urbanas, avançando em uma parceria campo-cidade que, em verdade, os movimentos sociais no campo sempre tiveram, pois, nunca foram isolados em si mesmos e sempre se colocaram como instrumentos dentro de estrategias mais amplas de transformação histórico-estrutural da vida social.

Ela conclui que as mulheres camponesas e o conjunto de mulheres diversas em movimentos sociais no campo nunca foram só, pois, grandes mobilizações populares se fizeram em parcerias com várias outras organizações feministas, camponesas e trabalhadoras no país, inclusive grupos feministas urbanos, mas buscando sempre reafirmar a importância da visibilização e valorização dos protagonismos das mulheres rurais na construção política do feminismo camponês poular e da soberania alimentar dos povos para transformar a sociedade patriarcal, racista, capitalista.

Há um entendimento político da necessidade de avançar, organizar as bases sociais e também ampliar as alianças estratégicas e táticas na classe trabalhadora, nos povos e comunidades, para o fim das discrimnações, desigualdades e violências contra as mulheres no campo e na cidade.

3.2 Feminismos campesinos indígenas y populares, trabalho e saúde das mulheres na Argentina (Categoria I)

"Que el futuro no me sea indiferente
Desahuciado está el que tiene que marchar
A vivir una cultura diferente
Sólo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente"
(Mercedes Sosa)

3.2.1 "Poner la vida en el centro": Trabalho e participação na alimentação: Produção, cuidado e autonomia no cotidiano das mulheres

Um dos primeiros aspectos oriundos das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa na Argentina foi sobre suas percepções a partir de seus cotidianos de vida, em especial, na relação entre suas atividades de trabalho e suas atividades de participação política, mediadas por desigualdades sociais às quais buscam superar por meio de sua organização e luta coletiva. Assim como nas entrevistas realizadas no Brasil, este foi um eixo de reflexão com grande quantidade de elementos compartilhados pelas mulheres argentinas durante as entrevistas. Isto posto, se interpreta que as mulheres em movimentos sociais no campo na Argentina se unem para garantir seus meios de vida e também para construir territórios livres de desigualdades múltiplas que são infligidas a partir da sociabilidade excludente que mercantiliza a terra, os bens comuns e os corpos das mulheres, dos trabalhadores, dos sujeitos do campo. Em contraponto a este modelo destrutivo, as mulheres na Argentina afirmam a necessidade de *"poner la vida en el centro"*, conforme síntese do Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra, isto é, priorizar as necessidades humanas e a sustentabilidade da vida e do meio ambiente face à lógica capitalista, patriarcal e racista de acumulação de lucros. Esta seção, portanto, apresenta os conteúdos que fundamentam esta leitura.

A *Hermana valiente en marcha* diz que em períodos anteriores sentia que era muito mais difícil conseguir construir atividades de participação política com as mulheres porque muitas não podiam sair de suas casas e que, hoje em dia, as mulheres que vão às reuniões relatam que houve uma insistência por parte das organizações que não desistiram de convidá-las até que, atualmente, elas participam porque estão conscientes da importância de serem sujeitas de suas próprias vozes e de multiplicar adiante o chamado para cada vez mais

companheiras integrarem as reuniões de grupos de mulheres. Assim, ela diz que não é "culpa" das mulheres que sua participação social seja um desafio, pois, existe uma estrutura patriarcal e racista que oprime as mulheres a trabalhar e permanecer nos ambientes domésticos e na prestação de serviços de cuidados, além de um contexto em que a participação política foi violentamente reprimida durante os períodos das ditaduras militares latino-americanas.

Por este motivo a entrevistada lembra que é muito forte a presença política das Madres e Abuelas de Plaza de Mayo que, desafiando a repressão política, iam até em frente à Casa Rosada, sede do governo nacional, para exigir informações sobre o paradeiro de seus filhos e netos desaparecidos, desde quando a democracia havia sido suspensa. Mães e avós que colocavam sobre suas cabeças, lenços e panos brancos que também simbolizavam as fraldas das crianças, seus filhos e netos pelos quais procuravam informações e justiça, dando as mãos em marcha e enfrentando policiais e cavalarias. A militante do Ni Una Menos afirma que quando temos medo de algo na luta social devemos nos lembrar desta luta das Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, lembrar que as elites querem que a gente perca as esperanças e alegrias, mas não conseguem fazer isso conosco quando recordamos nossa memória histórica de resistências e nos dedicamos às lutas das mulheres.

> Las madres y abuelas! Ves son mujeres nuevamente quienes se enfrentaban el o sea, aún no están en democracia todavía en la época del proceso de las mujeres, las madres y las abuelas se paraban en la Casa del Gobierno a exigir que les digan dónde están sus hijos y sus nietos. Sí, sí, sí te voy a pasar una foto muy, muy, muy fuerte de la iglesia de época, donde hay policías en caballo y están las mujeres, así como agarradas unas con las otras, enfrentando eso digo. Cuando hay una cosa que hice, cuando uno tenga miedo, cuando vos tengas miedo tienes que mirar esa foto para que te des cuenta que lo que uno enfrenta no es nada con lo que enfrentaron esas mujeres, verdad? Sí, exacto, sé si tenías miedo por algo así chiquito, imagínate esto. Sí, digo todo el tiempo, todo el tiempo tratan como de desesperanzar, yo creo que quieren que perdamos la esperanza, que perdamos la alegría. Sí, entonces digo que también es una lucha de una no perder las esperanzas, porque todo todo te indica de que esto no tiene sentido de que no. Entonces digo no, no es así, uno tiene que volver a recordar y a vivenciar con las mujeres las luchas. (Hermana valiente en marcha)

Foi relatado pela *Anciana de las raíces originárias* que quando as mulheres colocam o corpo em uma determinada atividade, desta experiência emerge seus saberes, os quais as mulheres compartilham entre si de forma solidária nos grupos de mulheres. Desta experiência vivida a partir do próprio corpo e de seus territórios, também compartilhada coletivamente, emergem as falas das mulheres nos movimentos do campo. Relatou que entre suas atividades cotidianas está organizar a casa, cuidar da família, estudar, cuidar da rádio comunitária e cuidar

das vacas junto com alguns familiares. Ou seja, quando olhamos para a realidade cotidiana das mulheres do campo é necessário reconhecer dimensões amplas no cuidado e na alimentação, por exemplo, a alimentação não é apenas preparação, mas inclui a produção nas hortas e currais e cuidado não é apenas com a família e o ambiente da casa, mas com os espaços coletivos e comunitários, com o meio ambiente também.

Este processo é simultaneamente de trabalho e também de participação política, ainda que muitas vezes o trabalho das mulheres não seja plenamente reconhecido e, tampouco é valorizado que as mulheres sejam as sujeitas políticas que falam e tomam decisões sobre temas e processos pelos quais elas tem historicamente sustentado na sociedade. Na hora de fazer o trabalho, os homens cobram que as mulheres assumam a carga das atividades e na hora de falar e decidir politicamente sobre o tema os homens aparecem como as únicas figuras de autoridade que dirigem os processos sociais nas famílias, comunidades e organizações, então, é necessário observar estas contradições e ampliar nosso olhar para acolher as demais interlocutoras. Foi relatado que "no trabalho que as mulheres fazem em seus territórios, em cada cultivo e colheita está um ato de revolução, temperada com pimentas e tomates", como ensinou a *Hermana valiente en marcha.*

Quando as mulheres conseguem participar de grupos políticos e comunitários, dentre os assuntos discutidos por elas nos momentos de auto-organização estão as tarefas de cuidado e tarefas relacionadas à alimentação, as quais têm sido historicamente assumidas pelas mulheres em sua realização e em sua discussão política, pois, em muitos espaços mistos (com os homens) relataram não encontrar a mesma abertura para debater os mesmos assuntos que conversam entre si. Por estarem cotidianamente envolvidas com tais práticas, as mulheres possuem noções e saberes mais certeiros e concretos sobre as questões de cuidado, alimentação e, inclusive na interação destes temas com o cuidado com o meio ambiente na perspectiva da agroecologia. Ainda assim, sentem em suas relações que os homens ao seu redor sempre pensam que já sabem sobre tudo, porém, quando os homens abordam temas como alimentação e cuidado tendem a revelar somente uma visão parcial do assunto, decorrente de um menor grau de envolvimento com esta responsabilidade na sustentação da vida das pessoas, famílias e comunidades ao redor.

Muitas relataram que os homens quando possuem um compromisso simplesmente arrumam a si mesmos e saem, enquanto as mulheres precisam garantir uma série de atividades domésticas como: deixar a comida pronta, a roupa lavada, a casa limpa, os filhos encaminhados com alguma outra pessoa responsável. Só depois de todas estas funções cumpridas é que as mulheres se arrumam a si mesmas para conseguir sair e muitas sequer possuem outras pessoas com quem contar para compartilhar as tarefas e, portanto, não conseguem sair para estudar,

para trabalhar fora, para se divertir e ainda para participar de uma reunião política. Uma das entrevistadas identificou que mesmo quando os homens de sua família contribuem com recursos ou dinheiro para a compra da alimentação familiar, ainda são as mulheres que fazem a comida, além de planejarem o que será preparado, o que precisa complementar com compras no mercado e onde economizar, quais nutrientes não podem faltar na dieta dos filhos quando estão em fase de crescimento e precisam de cálcio, por exemplo. As mulheres, então, tendem a ser responsabilizadas pelas atividades de alimentação e mesmo quando não estão sozinhas no desempenho destas funções, ainda tem uma carga desproporcional de tarefas relacionadas à questão no âmbito de suas famílias. Esta dinâmica, então, tem impactado as condições de participação política e até de lazer e saúde das mulheres porque as sobrecarregam por muitas horas.

Ressaltou-se que isto não significa ser contra os homens ou negar que os homens também possam desempenhar atividades relacionadas à alimentação, cuidado e preservação ambiental, porém, falta visibilidade e valorização do trabalho e do protagonismo das mulheres, tendo em vista que pelas próprias desigualdades de gênero na sociedade, as mulheres têm sido cobradas ao desempenho de tais funções, sem que isso seja acompanhado de um reconhecimento político que lhe seja correspondente. Assim como as mulheres são marginalizadas dos espaços políticos, o que é socialmente interpretado como "atividades de mulheres" são considerados como questões que tem menor relevância política e, na mesma lógica, quando estes temas conseguem entrar na arena política é normalmente tendo os homens como referências principais, invisibilizando o papel das mulheres.

Algumas das entrevistas mencionaram que os inícios de suas caminhadas militantes com os movimentos sociais no campo foram a partir de suas formações profissionais nas universidades ou a partir de suas atuações depois de formadas. Outras disseram que começaram a atuar desde jovens porque membros de suas famílias eram militantes e elas participavam junto. Uma das entrevistadas mencionou que a partir de seu trabalho como psicóloga começou a contribuir com atividades relacionadas à saúde das mulheres no campo, conciliando os atendimentos em consultório com sua militância junto aos movimentos sociais no campo. A militância incluia muitas viagens a territórios de comunidades diversas, longes de sua casa, pois, ela é coordenadora nacional de feminismo no movimento social misto de que participa. Além disso, ela relatou que participa de muitas atividades online e passa muitas horas no computador, principalmente em atividades virtuais com pessoas e organizações de outros países, pois, ela também se envolveu com atividades internacionais.

Todas mencionaram que além de seus trabalhos profissionais e atividades políticas, também desempenham trabalhos domésticos como limpeza da casa e preparação de alimentação e, as que residem nas áreas rurais também tem suas atividades produtivas diversas com verduras, animais, sementes, etc. s Em suas leituras afirmaram que é fundamental para elas que haja a divisão justa destas responsabilidades com seus maridos e filhos para que possam dar conta de todos os objetivos aos quais se propõem em seus projetos de vida e de sociedade. Desta forma, se empenham para discutir em casa sobre a importância da divisão justa do trabalho doméstico, entendendo que esta é uma transformação que também deve abarcar as relações dentro de casa, em seus cotidianos de vida, ainda que sejam relações sócio-históricas e estruturais que vão além de suas vivências individuais.

Consoante o relato da *Militante de la memória, verdad y justicia,* uma militante do MNCI-Somos Tierra, ela sente que sempre teve um olhar muito crítico às desigualdades de gênero dentro de sua família, mesmo que não soubesse exatamente estes termos e conceitos quando era mais jovem. Cita que sua mãe e seu pai foram militantes políticos e em sua casa os trabalhos, as tarefas operativas de militância, os cuidados com a casa e as crianças eram sempre responsabilidades compartilhadas, incluindo lavar roupas, trocar fraldas e participar de reuniões. Considera que esta noção das responsabilidades compartilhadas é central em uma visão de mundo crítica ainda que ela constata que em uma mesma dinâmica haviam dois processos simultâneos: a tentativa das mulheres em romper com esterótipos de gênero a partir de suas militâncias e a continuidade de certos preconceitos que persistiam fortes no cotidiano e que criavam limites às liberdades das mulheres, condicionando suas escolhas de vida.

> Sí, siempre me crié como con una mirada muy crítica. Quizá, aunque sabe que no me crié con mi madre, creo que es parte de su forma de ver el mundo de alguna manera. El aire de la casa donde yo nací en una casa operativa, de leer, donde había vários compañeros y, por ejemplo, la crianza y las tareas de cuidado, en ese momento la hacían todo juntos. Los compañeros también lavan pañales, lavan ropa, cuidaban el bebé mientras militaban. Entonces como que esa España estarían las dos cosas, no, las mujeres que intentaban error bien prejuicios y estereotipos, mandatos y como eso es ser militante. Sí y después, a la vez, las prejuicio que todavía seguían estando fuertes. Y que entonces de alguna manera bueno condicionaban, sí. (Militante de la memória, verdad y justicia)

Uma das entrevistadas, a *Hija de la semilla rebelde,* é presidente de uma cooperativa de produtores articulada ao MNCI – VC e relata que cada vez mais percebe um aumento das mulheres à frente dos processo políticos em organizações coletivas e movimentos sociais no campo e isto implica um aumento da participação das mulheres também na construção de

políticas públicas voltadas ao setor rural em geral, não só para as próprias mulheres em específico. Em sua cooperativa as mulheres compartilham como fazer determinados processos, decidem o que será produzido a cada ano, quais verduras e conservas serão cultivadas e preparadas, decidem também como vão comprar os insumos necessários e como vão repartir coletivamente as tarefas da organização. Ela relata que antes estas coisas eram consideradas apenas atribuições dos homens, de modo que parecia fácil calar as mulheres quando elas queriam dar suas opiniões, porém, as mulheres foram trabalhando e se envolvendo nas organizações e hoje em dia estão ocupando espaços de decisão e considera que é fundamental que as mulheres possam estar nas mais diversas instâncias e atividades com as quais tenham interesse em se envolver.

No passado, as mulheres podiam parecer mais inseridas na cozinha e os homens na produção na roça, mas esta suposta divisão vai se desfazendo e revelando que as mulheres podem estar na cozinha mas também estão na produção e na tomada de decisões sobre o que produzir e o que consumir. Na sociedade, o homem sempre esteve em um papel de provedor a partir de fora de casa, mas esta dinâmica não é real e nem igual em todos os lugares, mas as mulheres estão avançando em afirmar que se antes somente o homem era visto como o que fazia o trabalho duro na terra, agora se reivindica que se reconheça a presença das mulheres no trabalho duro da terra também. Inclusive, além do trabalho na roça, cita que as mulheres caminham horas para conseguir água quando não tem em casa, uma carga a mais de atividades que media tando os cuidados domésticos quanto a irrigação da produção. Trata-se de visibilizar algo que sempre aconteceu, mas que se torna visível quando as mulheres começam a contar o que fazem com suas próprias voze, porque o papel das mulheres na produção sempre foi considerado secundário e acredita que não é assim. Mulheres recuperam e intercambiam sementes, receitas e conselhos para produzir em determinados solos, como se soubessem revivê-los e reencantar a terra, porque "as mulheres tem saber e, como dizem, muitas vezes não guardam segredo quando compartilham experiências", conforme mencionado pela *Hermana valiente en marcha.*

Neste ponto, é interessante aprofundarmos sobre a descrição e interpretação do que as sujeitas trouxeram sobre a relação entre seu trabalho e a alimentação como algo cotidiano e atravessado também por relações de desigualdades sociais e de gênero. A *Hermana valiente en marcha* menciona que sempre percebeu na cultura de seu país uma tendência de associar a cozinha como um lugar apropriado e ideal para as mulheres e, para exemplificar, lembrou que existem diversos insultos às mulheres que reforçam este estereótipo, tais como "Você não tem mais nada para fazer do que me incomodar? Vá lavar os pratos!" ou "Quem você pensa que é?

Se coloque em seu lugar! Vá fazer a comida!". Portanto, para algumas mulheres o lugar da cozinha é um lugar de alegria, de realização e de cuidado e afeto, porém, para outras esta associação entre as mulheres e a cozinha é uma relação dolorosa de insulto, inferiorização e subordinação das mulheres. Tanto as mulheres em si como as atividades por elas desempenhadas são tratadas como inferiores, menos importantes e sem prestígio social na cultura ocidental patriarcal. Desta forma, uma das entrevistadas relatou que, ainda que muitas vezes tivesse que cozinhar, sempre posssuiu aversão ao tema da alimentação e a desempenhar qualquer tipo de trabalho relacionado à alimentação em sua família.

No entanto, ela também pontua que quando começou sua militância com grupos de mulheres, encontrou muitas companheiras que trabalham o tema em processos coletivos e comunitários, de uma forma a afirmar a alimentação como uma responsabilidade de toda comunidade, toda a sociedade e do próprio Estado. Trata-se também de ressignificar a alimentação como um espaço de vinculos e de socialização, construir alternativas para que ela seja também um serviço público e coletivo e não apenas uma tarefa individual relacionada ao papel social conferido às mulheres dentro do espaço doméstico. Portanto, que seja uma nova construção política que desafia os limites do crescente individualismo liberal, tornando-se um processo coletivo de contrução de relações comunitárias e alternativas. Deste modo, a partir de tal perspectiva a entrevistada relata que passou a se identificar com o tema da alimentação acerca do qual antes ela sentia aversão e cita que é necessário se conhecer mais os casos da alimentação produzida e preparada por grupos de mulheres, conhecer quais produtos alimentários elas gostam de fazer em suas comunidades, onde estão as diversas cozinhas populares e restaurantes comunitários em um mesmo território para fortalecer inciiativas e compartilhar experiências.

A *Hija de la semilla rebelde,* membro do MNCI – VC que trabalha em uma associação produtiva explica que no cotidiano na comunidade compartem o trabalho produtivo entre companheiras, e também há a construção de uma escola na comunidade que requer a organização da compra de materiais de construção no povoado próximo da área rural onde vivem. Ela avalia que muitas mulheres também não se identificam mais com as atividades relacionadas à alimentação porque perderam elementos fundamentais de suas culturas que estavam relacionados a este processo, por exemplo, diz que antes as mulheres construíam seus próprios fogões e fornos à lenha, que isso dava outro sabor à comida feita na roça, destacando que tem outro gosto a comida artesanal elaborada de forma caseira e na qual se sabe quais ingredientes estão sendo usados e quais suas origens. Afirma que não gosta de comer na rua porque não sabe o que está realmente ingerindo.

Isto propicia interpretar como a alimentação precisa ser também pensada no contexto de culturas alimentares diversas, reconhecendo que uma dimensão importante da cultura rural é constituída por culturas alimentares camponesas relacionadas a preparações artesanais, caseiras, feitas em panela de barro e fogão à lenha, com ingredientes naturais plantados na horta da casa, em uma lógica de relação com o tempo e com o espaço que é diferente da comida industrializada e ultraprocessada para ser rapidamente ingerida enquanto "fast food", descontextualizada dos territórios onde se vive e, portanto, também desconectada de raízes culturais, ancestrais e sociobiodiversas. Não que todas as pessoas precisem fazer todas as suas refeições da forma como seus antepassados faziam ou que não se queira utilizar nenhum tipo de tecnologia, na verdade, a questão que despontou foi que cada vez menos existe a possibilidade de saber que tais culturas existem e ter possibilidade de fazer escolhas sobre como as mulheres, suas famílias e comunidades querem se alimentar.

Sobre a questão do acesso à tecnologia, aliás, esta foi uma reivindicação que apareceu nas falas das mulheres entrevistadas quando falavam sobre seus cotidianos de vida, trabalho e participação. A *Anciana de las raíces originárias* afirmou que as mulheres necessitam acesso às máquinas e ferramentas para sua produção, para fortalecer grupos de produção coletiva, comunitária, que propicie produzir fazendo menos esforço físico e tomando menos tempo, mas não na lógica de uma produtividade capitalista de ampliar fluxos de dinheiro, mas para que a jornada de trabalho seja menor. Explica que é importante se levar em conta que as jornadas de trabalho das mulheres são muito maiores que as dos homens porque precisam também limpar a casa e cuidar de filhos e de pessoas com alguma incapacidade na casa.

Ela explica que a demanda pelo acesso à tecnologia é grande em sua comunidade campesina indígena, faz muito tempo que fazem reivindicações neste sentido e sente que pouco avançou, afetando inclusive as condições de permanência no território. Pode-se interpretar que a falta de acesso à tecnologia para mulheres parece penalizar ainda mais a sobrecarga de trabalho e incide nas condições de qualidade de vida no campo, de modo que o estereótipo do "atraso no campo" não pode ser reduzido a um conservadorismo ou tradicionalismo dos povos e comunidades rurais, mas sim uma forma de preconceito e discriminação. Trata-se de uma construção política a própria ausência de políticas públicas para democratização do acesso à energia, à internet e às tecnologias, desde utensílios domésticos até maquinários para a agricultura campesina e indígena. Faltam investimentos quando se pensa no rural para camponeses e indígenas, porém, quando se trata do agronegócio há industria 4.0 e tecnologia via satélite de última geração, porém, sempre na lógica da modernização conservadora à serviço do lucro, monopólio, degradação ambiental e desigualdade social, promovendo o

desmantelamento de territórios comunitários que garantem direito à alimentação e nutrição adequada e saúdável.

Existe uma generalização de que o que é rural é sempre algo conservador, arcaico e ruim, à exceção dos grandes empreendimentos do capital, o que estigmatiza e inferioriza os sujeitos camponeses e indígenas na Argentina. Não se deve idealizar que não existam contradições nos sujeitos coletivos, porém, suas cosmovisões e culturas tradicionais estão em muitos sentidos sendo transformadoras e inovadoras rumo à garantia de direitos humanos, saúde e sustentabilidade ambiental que garantirá o futuro dos povos e aquilo que parece moderno como o agronegócio e a mineração de lítio para baterias de nova geração na transição energética, por exemplo, é que reproduz dinâmicas conservadoras e arcaicas de perfil extrtativista e neocolonial, atualizando contradições socioambientais da formação social e histórica na América Latina.

A *Compañera de la comunidad,* compartilhou durante a entrevista que ela não viveu sempre no campo, mas sim na capital da província de Córdoba onde cresceu, se casou, teve seus filhos. Depois de adulta migrou para a área rural e gostava da tranquilidade do lugar, que lhe trazia bem estar. Ela contou que, no entanto, o trabalho no campo sempre foi algo que ela considerou difícil e que foi aprendendo a lidar com os animais e com os cultivos na prática junto com seus filhos. Ela começou cuidando de cabras, produzindo leite e, posteriormente também começou a criar ovelhas, galinhas e frangos cipiras (pollos parrilleros) para a carne e ovos. Aprendeu a carnear os animais com uma vizinha e todas estas atividades passaram a integrar as atividades relacionadas à manutenção dos hábitos alimentares em sua família.

Para a *Militante de la memória, verdad y justicia*, as mulheres possuem uma relação muito mais próxima com a alimentação e vê como um poder de sustentação da vida e do cuidado, relacionada a uma tarefa ancestral de cuidado com as sementes e com a vida que não está focado na acumulação de lucros mas é algo que não pode estar separado de dar continuidade aos vínculos com a terra, com as florestas, com as montanhas, com os laços comunitário, com uma vida boa para seus filhos e familiares. Para ela, não se trata de sustentar uma vida qualquer, sem significado, mas de sustentar uma vida boa em nossos territórios enquanto o encontro de muitas lutas, porque é aí que nossas vozes têm sentido.

Conforme conta a *Compañera de la comunidad* em sua organização há um sistema de produção comunitário para comercialização, no qual ela participa, são dois grupos de doceiras, que fazem doces de leite do leite de cabras. O primeiro grupo que surgiu foi na regiao sul da comunidade e é chamado de “dulceras viejas” e, conforme a experiência foi bem sucedida replicaram a experiência e criaram um segundo grupo na região norte da comunidade, o de

“dulceras nuevas”. Também dois homens foram incluídos no processo produtivo e costumam ajudar no curral.

Assim, a *Militante de la memória, verdad y justicia* relatou que durante a constituição do grupo foram realizadas formações para a preparação das receitas conforme as normas da vigilância sanitária e, atualmente, existem cozinhas certificadas para a produção e comercialização. Além disso, os grupos de mulheres também estudaram e decidiram sobre suas estratégias de precificação e comercialização a partir de princípios da economia feminista. Realizaram seminários formativos chamados Talleres de Elaboradoras e Talleres de Costo onde as mulheres se reuniam para compartilhar e articular estratégias de produção de alimentos e também fazerem reflexões sobre a economia feminista, no sentido que as tarefas de cuidado que fazemos durante a elaboração dos alimentos também estejam incorporadas no valor final do produto quando vamos colocar um preço para comercializar. Desta forma, buscam assegurar autonomia econômica para todas as companheiras que participam do grupo produtivo, desde para decidir sobre ter uma geladeira para conservar os alimentos até garantir que seus filhos tenham acesso à educação e saúde para ter uma vida boa. Ela relata que este olhar das mulheres parece muitas vezes gerar uma tensão com os companheiros que desejam que haja um excedente da produção, que haja um lucro ou novos investimentos produtivos para ampliar a produção cada vez mais, porém, nas contas dos homens das comunidades nem sempre estão incluídas as despesas com saúde da família ou com a educação das crianças, por exemplo. Podemos interpretar que as mulheres estão preocupadas com o bem-estar biopsicossocial na família e na comunidade, a ponto de assumirem os enfrentamentos necessários com os homens, os quais parecem não se responsabilizar por esta dimensão mais ampla da vida e, além disso, promover sua desvalorização social.

A mesma entrevistada reflete que ao pensar sobre a composição dos setores internos do movimento social misto no qual participa, a área da saúde e da educação são também feminizadas dentro da organização, por exemplo, quando destaca que são as mulheres que desenvolvem projetos de Promotoras de saúde e gênero e são as que fazem a promoção da saúde nas comunidades. Os homens estão mais na área da produção, ainda que existam mulheres na produção, este é um setor hegemonicamente masculino dentro do movimento social. Ela analisa que o que acontece na sua comunidade e no seu movimento social também é um reflexo de um cenário geral da sociedade argentina, pois, a educação e a saúde pública tem muitas trabalhadoras mulheres, são áreas que sustentam a vida e acabam sendo tratadas como responsabilidades das mulheres. As mulheres são as que tem que zelar se todos comeram, se estão limpos e tomaram banho, entre outros. Então, na verdade, são as mulheres que garantem

esta dimensão nas atividades cotidianas e, portanto, também no mundo do trabalho e nos espaços políticos.

Um outro aspecto relevante que emergiu do conteúdo das falas das mulheres sobre seus cotidanos de trabalho foi a afirmação de que o trabalho na alimentação possui uma dimensão produtiva, ou seja, de uma atividade que transforma a natureza na relação das mulheres com a terra, com a semente, com a colheita e a preparação, todos estes processos voltados em primeiro lugar ao valor de uso do alimento em suprir as necessidades alimentares em suas famílias e, em um segundo momento podendo ser comercializado para geração de renda.

A *Hermana valiente en marcha* relatou que as mulheres nos grupos produtivos com que trabalha estão produzindo farinha de algarroba e fazem doces, bolachas e alfajores de agarroba para sua própria alimentação e para coemrcialização. A algarroba foi citada como uma árvore sagrada para a cultura local e seus frutos são coletados pelas mulheres das comunidades rurais, não sendo encontrados em supermercados. Por sua vez, sobre a província de Santiago del Estero também foram relatadas experiências de troca de sementes e troca de receitas agroecológicas voltadas à prdução de hortaliças na região que árida, de clima muito quente e seco, onde há dificuldade de acesso á água. Nestas regiões do noroeste argentino há maior dificuldade de acesso a verduras e hortaliças frescas, porém, a partir do desenvolvimento de projetos com organizações não governamentais os grupos produtivos de mulheres tem se desafiado a compartilhar sementes e estratégias para que possam incorporar em suas dietas alimentares folhagens como acelga, alface, salsinha, coentro e outras aromáticas, temperos. O clima não favorece, mas as mulheres inventaram técnicas próprias para garantir a irrigação alternativa com gotejamento para sobrevivência das plantas voltada à diversificação da produção em seus quintais produtivos e da alimentação em suas famílias.

Este elemento foi considerado relevante porque predominantemente se invisibiliza e se desvaloriza o trabalho da mulher, sobretudo, excluindo-a da dimensão da produção e reduzindo sua participação aos trabalhos reprodutivos e de cuidados. No interior dos movimentos sociais mistos também foi relatado que o setor de produção é composto em sua maioria por homens e, no entanto, no âmbito de grupos auto-organizados de mulheres pode-se evidenciar que estas sujeitas possuem acúmulos e experiências interessante na área.

Não menos relevante, também é comum o tratamento do trabalho das mulheres na alimentação de uma forma reduzida à sua preparação, como um serviço ou trabalho reprodutivo e de cuidado e, no entanto, a pesquisa e campo evidenciou como esta abordagem é limitada. Tanto o trabalho das mulheres como os trabalhos relacionados à alimentação transcendem as fronteiras do que é trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e de cuidados e, a pesquisa social

com mulheres na alimentação propicia esta dupla constatação, aliás apontando que para um modelo saudável e sustentável de desenvolvimento esta relação com o trabalho sem dissociar a dimensão produtiva da dimensão de cuidados e reprodução da vida desponta como um paradigma importante. Uma entrevistada na província de Buenos Aires, integrante no MNCI – VC, a *Hija de la semilla rebelde* afirma que esta relação entre o trabalho das mulheres simultaneamente na produção e nos cuidados é uma ressignficação do trabalho na sociedade para um sentido de algo cíclico, que nunca termina e que está focado no todo da vida e não a reconhecimentos parciais de seu sentido e valor. Ela cita que em seu cotidiano realiza tarefas que são importantes para a produção e para a reprodução do campesinato como um todo, cuidando desde seus filhos e de seu marido até de seus pais quando envelhecem, as sementes e os animais e, não menos relevante, às outras pessoas companheiras e companheiros integrantes de sua mesma associação e movimento social.

Uma outra entrevistada, integrante da Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT) de Santiago del Estero, a *Lideranza por la vida y la salud* afirma que sua vida cotidiana gira em torno de seu trabalho com apicultura e suas abelhas, também criam suas cabras, ovelhas, coelhos, galinhas e a convivência com o marido e um filho. Acordam cedo para tomar o café da manhã e levar o filho para a escola, depois ao voltar para casa vão cuidar dos animais, alimentá-los, dar milho. Em seguida, vão cozinhar as refeições do dia, vão comprar se precisa de mais alguma coisa. No final do dia, sobem a montanha para buscar as cabras e guardá-las. Para ela, também há uma nova forma de ver e se relacionar com a natureza e com as sementes, plantas e animais em uma relação de igualdade e não de dominação e exploração, posto que, o duplo sentido de um trabalho produtivo e de cuidado implica que os bens comuns da natureza e os demais seres vivos não são apenas meios de produção mas uma existência cujo valor em ser cuidada é o retorno dos meios de vida necessários para as mulheres, suas famílias e suas comunidades cuidarem de si.

Sobre a dimensão do cuidado na alimentação, uma das sujeitas colaboradoras de pesquisa mencionou que atuou por um tempo com um grupo de mulheres que se denominavam defensoras ambientais e, em seu coletivo, entendiam que o trabalho de cuidados pode envolver cuidar da casa, dos filhos, mas também do meio ambiente, portanto, alargando a dimensão do que entendemos como trabalho reprodutivo e de cuidados para além do espaço doméstico do interior das casas.

As mulheres rurais também são quem tem assumido o cuidado com o bem-estar no ambiente, com a qualidade da água que elas utilizam nos afazeres cotidianos de limpeza e alimentação, com a qualidade do solo e das sementes, portanto, alargando o sentido de trabalho

de cuidados e incorporando a noção de que o bioma em que vivemos também é nossa casa. Foi citado que alguns grupos de mulheres também recolhiam amostras do solo e da água para analisar sua composição química, o grau de contaminação e pensar ações agroecológicas para melhoria de sua qualidade. Não menos relevante, a *Hermana valiente en marcha* menciona que também é necessário reconhecer criticamente que a necesidade de cuidados ambientais que hoje em dia se amplia, por exemplo, com as mudanças climáticas, acaba se tornando uma carga a mais de trabalho e de responsabilidade que tem recaído sobre as mulheres no campo que, além do cuidado com as famílias também cumprem um cuidado com as comunidades e o meio ambiente em que vivem, tendo em vista que isto é fundamental para a reprodução de seus meios de vida vinculados aos bens comuns da natureza e ao território.

Ainda em relação à questão dos cuidados, algumas entrevistadas mencionaram a relação dos trabalhos de alimentação com os cuidados em diferentes fases do ciclo de vida, por exemplo, com as infâncias e idosos. No depoimento da *Compañera de la comunidad,* ela menciona que viajava para a área rural para cuidar de familiares e amigos idosos que precisavam de apoio após um adoecimento por câncer que levou a seu falecimento, destacando as dificuldades de acesso à saúde pública em áreas distantes dos centros urbanos. Cita também que muitos colegas dela desencorajavam que ela fosse para o meio rural, pois, segundo lhe diziam o campo era um lugar apenas para se passar férias e não para se ficar morando por muito tempo. Uma outra entrevistada de Santiago del Estero, a *Lideranza por la vida y la salud* afirma que em sua família ela divide as tarefas de cozinhar, colocar a mesa e lavar a louça com seu marido, mas sabe que estes hábitos variam em cada família, não é sempre assim em todas as casas de sua comunidade. Também na hora de levar e buscar o filho na escola o casal se reveza, existe este acordo e responsabilidade mútua para cuidar da criança.

Por fim, uma terceira companheira, a *Militante de la memória, verdad y justicia* mencionou que mesmo quando ainda era criança já era responsável por cuidar de outras crianças, percebendo que as tarefas de cuidado recaíam sobre as mulheres desde pequenas. Acerca do envolvimento das crianças nas tarefas de cuidado, mesmo tendo um irmão, ele não tinha que fazer nada e ela sim. Isto a inquietava desde cedo e mesmo quando protestava, se sentia reprimida por reclamar e não que o irmão era cobrado por não ajudar, reforçando a transmissão desta lógica de sepração de tarefas no âmbito da família.

Para a *Hija de la semilla rebelde,* as mulheres são a parte mais forte do campesinato porque além de realizarem o trabalho produtivo que é bastante duro ainda por cima não são reconhecidas por seu trabalho, o que significa uma força múltipla em sua leitura. Ela explica que é difícil às vezes até para as próprias mulheres conseguirem se reconhecer como parte da

classe trabalhadora no campo porque é como se socialmente apenas os homens pudessem ocupar tais posições. As mulheres cumprem um papel muito importante na produção e também no cuidado com a terra, a casa, o meio ambiente, as sementes. Ela relata que as mulheres reproduzem as sementes quando já estão guardadas, escolhem as melhores,fazem a separação do que será para alimentação e o que será replantado.

Para ela os homens não conseguiriam fazer todas estas coisas sozinhos e, no entanto, reconhecer seus limites talvez os faziam se sentir menos importantes e, por isso, a invisibilidade das mulheres é resultado de uma cultura machista, que reconhece apenas um modelo de masculinidade em torno da figura do homem como único ser de poder que impõe a dominação sobre os demais, sobre a natureza e as mulheres, então destituídas de seu papel de sujeitas, de sua dimensão humana para se tornarem apenas mais um meio dos interesses e privilégios dos homens. Para ela isto seria o machismo que atravessa o mundo e que se expressa nos trabalhos no campo relacionados à produção da alimentação.

A saída desta situação, em sua opinião, era uma cultura em que os homens assumissem sua parcela de responsabilidade sobre os trabalhos de cuidados também, em um relação dupla em que se reconhecessem as mulheres nos trabalhos da produção e os homens se incluem nos trabalhos de cuidados e reprodução da vida, por exemplo, que aprendessem a cozinhar e limpar em seu cotidiano, pois vê muitos que possuem aversão às panelas sem nunca terem se disposto a tentar aprender. Também considera fundamental que a sociedade possa discutir o tema da alimentação e as pessoas possam ter as condições de escolha, como de fazer sua alimentação em casa se assim quiserem e criando um ambiente de afeto e solidariedade em que as pessoas se reúnem ao redor da mesa para compartilhar, para planejar e projetar suas vidas de forma coletiva, pois nem tudo precisa ser comprado e nem sempre precisa ser consumido de forma individual e solitária.

Um outro aspecto relevante nas falas das entrevistadas foi a relação entre trabalho e violência no ambiente doméstico e familiar e na sociedade. Em um relato, uma entrevistada compartilha que hoje em dia está em um casamento no qual consegue combinar sempre com seu marido para ele cuidar das crianças, cozinhar e lavar roupas, porém, quando era mais jovem teve um primeiro marido que sempre entrava em conflito com ela todas as vezes que ela saía de casa, acusando-a de abandonar os filhos. Ela reporta que tem muitas coisas instauradas nas vidas das mulheres que foram ensinadas pelas próprias mães de gerações anteriores que ensinam a seus filhos e filhas visões de mundo conservadoras. Porém, em sua opinião, estas noções estão se transformando com o tempo e hoje em dia aconteceria um pouco menos porque

os jovens fzem uma reflexão crítica das gerações anteriores antes de simplesmente aceitar e reproduzir o que vem do passado.

Para a *Hermana valiente en marcha*, as mulheres que participam de processos organizativos coletivos e em grupos produtivos passam a ter uma rede de apoio para dialogar, ter independência econômica e maior autoestima de modo que não toleram mais as situações de violência. A autoestima faz com que as mulheres se sintam cada vez mais capazes de investir em suas próprias escolhas e este processo vai reforçando a autonomia, tendo a auto-organização de mulheres nos grupos produtivos de mulheres também um potencial de libertação das desigualdades de gênero no trabalho e das situações de violência doméstica vivenciadas pelas mulheres no campo.

Para a *Trabajadora de la mirada comunista,* uma militante na província de Buenos Aires, muitas vezes o homens está dispostos a assumir uma responsabilidade apenas complementar no trabalho reprodutivo e de cuidados, sem se dar conta que é uma situação social muito distinta à das mulheres que são cobradas a realizar este trabalho como se fosse sua obrigação natural, pelo simples fato de ter nascido mulher. O peso destas obrigações e cobranças oriundas de uma responsabilidade desproporcional nas relações pessoais e sociais em que as mulheres estão inseridas constrange suas escolhas e possibilidades de vida. Para os homens, quando eles fazem alguma tarefa doméstica, eles estão fazendo um grande esforço ajudando as mulheres em um ato solidário, altruísta, indo além de suas obrigações cotidianas por consideração às mulheres, sendo que o importante era que conseguissem perceber que esta é simplesmente uma responsabilidade coletiva. Foi relatado que muitas vezes os homens entram em conflito cobrando o trabalho das mulheres dentro de casa, o que gera reações por parte das mulheres e até episódios de violências domésticas. Reconhece-se que as situações de violência doméstica podem ter como origem fatores diversos, porém, destaca-se que a questão do trabalho reprodutivo e de cuidados realizado pelas mulheres é um destes fatores e, neste escopo, encontram-se também as atividades relacionadas à alimentação familiar.

As mulheres entrevistadas também relataram episódios de suas vidas em que elas ou conhecidas foram abandonadas sozinhas com filhas e filhos pequenos para criar, entendendo que estas situações são exemplo de falta de responsabilidade com a reprodução e cuidado com a vida. A *Militante de la memória, verdad y justicia* relatou que vivenciou um relacionamento com um marido violento durante a adolescencia, pai de sua primeira filha. Disse que os processos de violências começaram com papéis machistas dentro de casa, exigindo dela que se responsabilizasse pela totalidade dos trabalhos de cuidados e ela passou a questionar isso, pois esta não era sua vivência.

A resposta do marido começou a ser violenta aos questionamentos dela e então ela se separou muito jovem e criou sozinha a sua filha, acabou construindo uma nova relação depois, com outro companheiro, com quem atualmente compartilha de forma justa as tarefas domésticas. Portanto, para elas, existe uma dimensão econômica relacionada ao trabalho que media as atividades relacionadas à alimentação e que é atravessada pelas desigualdades da divisão sexual do trabalho geradoras de situações de violência. Quando a alimentação é discutida pelas mulheres esta dimensão do tema aparece no conteúdo das falas e, no entanto, conforme relato das entrevistadas, esta parte do assunto é invisibilizada quando a alimentação é discutida por especialistas ou militantes homens.

A *Compañera de la comunidad* relatou que durante muito tempo tinha medo de sair de casa e ir para o povoado, também não conseguia se deslocar e fazer compras para si mesma e seus filhos porque não tinha dinheiro próprio, dependia do marido e as condições em sua casa eram difíceis porque não tinha luz elétrica. Hoje em dia, ela diz que quando está muito quente se sente a vontade para sair de casa, ir até o povoado e passear com seus filhos, tomar um refrigerante ou um sorvete que eles sempre pediam. Ela relata que aprendeu nas formações dos grupos de mulheres o que era violência contra a mulher e vivenciava como a dependência financeira podia ser limitante na vida das mulheres. Também aprendeu a participar da produção coletiva em uma associação e passou a ter seus próprios rendimentos, a ter autonomia e sentir maior confiança.

Ela relatou que antes de se mudar para a área rural, vivia em um centro urbano onde ela tinha um emprego e ia sempre em mercados e quiosques para comprar o que ela e sua família necessitavam, porém, ao ir para o campo começou a se sentir muito isolada e insegura, mesmo se sentindo bem por estar em contato com a natureza. Portanto, foi a partir de um convite de uma vizinha que se tornou sua colega na comunidade que ela passou a frequentar as reuniões da associação, a participar de formações e a integrar o projeto do grupo produtivo de doce de leite de cabras. Em sua opinião, na prática do grupo de mulheres sentiu o valor de um trabalho coletivo e de conhecer sobre seus próprios direitos.

> Y bueno, así como que empecé a sentir mi valores, como yo sentirme que podía yo tener mi plata, manejarla yo, o sea en Córdoba lo hacía, pero yo también vendía cosas, tenía mi plata, pero después acá yo es como que me vine al desierto, o sea, no, y bueno, no me dejaba. ¿Para qué quería plata, sino obtenía un quiosco cerquita, me entiendes? Pero ahora, hoy por hoy, yo tengo mis ingresos, voy tengo coro, la parte de los dulces y voy a invertir en tal cosa, tengo quien, me voy al pueblo si quiero ir, vuelvo total, la canasta la pago yo, la compro yo, si me quiero tomar algo fresco y esas cosas mismas, yo les digo a las chicas, cuando me encuentro con mis amigas, me quiero, pues sí, o sea

> nosotras podemos y eso es muy enriquecedor esto de saber los derechos de uno, y trabajar en conjunto también. (Compañera de la comunidad)

Conforme compartilhado pela *Trabajadora de la mirada comunista* a questão econômica é citada como chave para compreender desigualdades e violências vivenciadas pelas mulheres, a partir da desvalorização e invisibilização do trabalho das mulheres pelo simples fato de ser uma pessoa considerada de menor valor e relevância social devido a seu sexo e gênero. Tais desigualdades operam como barreiras e condicionantes do que a mulher pode fazer dentro de casa, de com o que a mulher pode trabalhar, quem ela pode ou não ser. No trabalho as mulheres ainda são consideradas aquelas que são complementares, secretárias, assessoras que fazem o café ou o xerox dos homens que fazem os trabalhos principais, enquanto dentro de casa, por mais que se fale cada vez mais em tarefas compartilhadas a tendência ainda é que as mulheres cumpram os trabalhos domésticos por obrigação e os homens sejam o apoio, o complemento, a ajuda. Isto propicia a compreensão de que o espaço doméstico ainda é atribuído às mulheres, excluindo-as dos espaços públicos e políticos, estratégios e de maior prestígio social – estes últimos atribuídos aos homens, portanto, reforçando as desigualdades econômicas e no acesso aos direitos e também reforçando a subrepresentação política. Portanto, tratar o tema da alimentação em perspectiva crítica e de gênero é também buscar transformar tais relações sociais de discriminação, desigualdade e dominação.

3.2.2 "La vuelta al campo": Saúde das mulheres e enfrentamento às situações de violências

Um segundo eixo de conteúdos oriundos das falas das mulheres em movimentos sociais no campo que foram entrevistadas durante a pesquisa foi sobre a saúde das mulheres. Ao começarem a falar sobre o direito à alimentação saudável, as sujeitas colaboradoras de pesquisa traçaram conexões com questões mais amplas da saúde das mulheres que envolvem: a compreensão do acesso aos direitos sociais como determinantes sociais da saúde no cotidiano de vida e quais suas percepções sobre o contexto da pandemia de Covid-19; como as situações de violências contra as mulheres (como um fenômeno social que é também um problema de saúde pública) se expressam em diferentes gerações de suas famílias e de suas comunidades e movimentos, impactanto também as relações de maternidade e; por fim, como tem sido a construção dos direitos sexuais e reprodutivos na Argentina face a uma sociabilidade que ainda promove sofrimentos devido ao controle dos corpos e das subjetividades das mulheres.

Neste sentido, esta tese interpreta que as mulheres em movimentos sociais no campo que se dedicam às práticas sociais e construções políticas da alimentação saudável estão simultaneamente enfrentando as violências domésticas contras as mulheres em seus ambientes familiares e resistindo às violências estruturais de degradação dos meios de vida no campo promovidas pelos grandes projetos de desenvolvimento conservador que têm caráter capitalista, patriarcal e racista. Assim, as lutadoras sociais feministas campesinas indígenas e populares propõem à humanidade um reencontro com a terra, com as sementes, com formas alternativas e ancestrais de produção, reprodução e cuidado com a vida, fazendo uso de uma síntese do Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC), trata-se "la vuelta al campo" que aqui interpreto não apenas como uma voltar a viver no campo uma escolha que as mulheres e todas as pessoas deveriam ter condições de fazer se assim quiserem em seus projetos de vida, mas também de toda a sociedade voltar seu olhar e atenção para o campo, para as agendas políticas das mulheres e sujeitos do campo com vistas a novos projetos de desenvolvimento saudável e sustentável que superem as deisgualdades e problemas sociais identificados pelas sujeitas de pesquisa em suas falas. Esta seção, então, apresenta os conteúdos que embasaram esta reflexão.









Fotos 11;12;13;14: Arquivo pessoal. Pesquisa de campo com MCC, MNCI – Somos Tierra e UTT.Córdoba, Argentina, 2023.

A *Trabajadora de la mirada comunista* relatou que durante o período da pandemia houve escassez de alimentos em alguns locais, faltava quem estivesse vendendo alimentos e, portanto, houve uma maior procura de produtos da agricultura familiar e camponesa. Seu movimento passou a organizar o que chamaram de "bolsões de verduras" para fazer entregas, de modo que para as mulheres integrantes de associações e grupos produtivos houve uma aumento da carga de trabalho durante a pandemia.

Ao mesmo tempo que este processo dinamizou os grupos produtivos, gerando renda, visibilização e valorização da produção familiar e camponesa de base agroecológica, posto que muitas pessoas buscavam uma alimentação mais saudável para cuidados com a saúde naquele contexto de pandemia e os movimentos tinham condições de atender a demanda, também muitas mulheres produtoras rurais ficaram mais expostas e adoeceram. O próprio setor de produção não parou durante pandemia porque as plantas e os animais podiam morrer. Foi relatado, então, que a organização coletiva também entrou em ação para o cuidado com a saúde das mulheres, pois, as ambulâncias não chegavam nas áreas rurais mais distantes e os próprios militantes do MNCI-VC se mobilizaram para levar companheiras até o hospital para receber atendimento.

Em um outro relato de uma integrante do MNCI- Somos Tierra na província de Córdoba, a *Vecina vegetariana* afirma que para todas as mulheres da organização em geral houve uma sobrecarga de trabalho durante a pandemia, pois, as mulheres preparavam todas as refeições de todas as pessoas da família que permaneciam dentro de casa todos os dias, além de contribuir com as tarefas escolares das crianças que seguiam fazendo atividades à distância. Durante o isolamento social, também foi relatado o aumento de conflitos familiares e domésticos, inclusive com os maridos, em um contexto que consideravam preocupantes porque muitas mulheres estavam enfrentando dificuldades de comunicação e isolamento das relações comunitárias e coletivas, tornando-as mais vulneráveias a abusos e agressões.

Esta percepção é também compartilhada por uma militante do Ni Una a Menos que trabalha com a Fundación Plurales, a *Hermana valiente en marcha* afirma que as mulheres que vivem nas áreas rurais, em sua avaliação, foram as que mais sofreram com a vulnerabilidade à violência doméstica devido ao isolamento e dificuldades de comunicação, como o decorrente do baixo acesso a sinal de telefone e internet e da distância entre as casa na roça. Em situações de violência o acesso à justiça não tem sido acessível de forma igual em todos os lugares, entre campo e cidade e mesmo entre bairros ricos ou bairros populares. Nas periferias não chegam os serviços públicos para a denúncia da violência e também há maior dificuldade de acompanhar o andamento de uma denúncia.

Devido a tal dificuldade, uma militante do MNCI – Somos Tierra, a *Militante de la memória, verdad y justicia* compartilhou que durante a pandemia foi um tempo de pensar e contruir estratégias para que a organização estivesse o mais perto possível das companheiras. A partir do setor de feminismo de seu movimento, construíram coletivamente cursos educativos virtuais e uma cartilha de autocuidado para mulheres e dentro desta cartilha também colocaram toda uma parte sobre violência contra as mulheres para ter elementos acessíveis por perto e saber como atuar nestes casos, saber o que fazer e onde conseguir ajuda. Neste sentido, o movimento social se configura como parte fundamental da rede de apoio para enfrentamento às violências contra as mulheres. Fizeram muitas Escolas Populares de Gênero, algumas só para mulheres e outras mistas para abordar o tema do patriarcado, da economia feminista e do que são as situações de violência e quais ferramentas temos para acompanhar estas situações. Fizeram todo um trabalho de formar agentes promotoras de saúde e gênero que vão atuar em suas comunidades, com uma série de ferramentas para acompanhar e abordar as situações de violência, em Córdoba e Mendoza. Em Jujuy estão fazendo espaço de formação em autodefesa de mulheres em perspectiva feminista e um trabalho muito forte sobre economia feminista e fortalecimento da autonomia econômica das mulheres.

Também foi relatado que no MNCI- Somos Tierra realizam formações políticas como as de Comunicação Feminista, enquanto uma ferramenta importante para que as vozes das mulheres sejam ouvidas dentro das assembleias internas da organização e para a sociedade pelos meios de comunicação como as redes sociais para os quais criam conteúdos como notícias e vídeos em defesa dos direitos das mulheres no campo e na cidade, experiências que foram muito potencializadas durante a pandemia. Reivindicaram junto ao Ministério das Mulheres na Argentina a construção de pontos de inclusão digital nas comunidades e instalaram antenas de internet na casa das agentes promotoras de saúde e gênero, a partir de um mapeamento feito e apresentado pelo próprio movimento social, o que despontou como fundamental para enfrentar as situações de isolamento e dificuldade de comunicação das mulheres rurais. Ademais, dentificaram que a maior parte das políticas públicas ofertadas pelo Ministério das Mulheres eram acessados via internet e também a inclusão digital é um meio importante para acessar socorro, relatar as situações de violências, acompanhar os casos e denúncias.

Por outro lado, cabe destacar que algumas mulheres que não são casadas e não possuem filhos pequenos relataram que o período de isolamento social durante a pandemia foi um momento de maior intensidade de reuniões e trabalho virtual, porém, também conseguiram ter tempo livre para descansar, ler e ver filmes, por exemplo, porque sentiram que economizaram tempo que gastavam com transportes e viagens que faziam parte de suas rotinas de trabalho. A

diferença entre os relatos das mulheres em diferentes contextos familiares denota o impacto do casamento e da maternidade no bem estar e saúde das mulheres, sobretudo, em contextos criticos como foi o período da pandemia de Covid-19.

No relato da *Hermana valiente en marcha,* ela diz que não é fácil ser mãe de dois filhos meninos ainda pequenos, porém, o que torna a situação difícil é o fato de criar suas crianças dentro de uma cultura machista que é hegemônica na sociedade, ainda que ela pesoalmente tente sempre manter sua perspectiva feminista, cujas origens ela vincula às vivências com sua própria mãe e irmãs. Sua mãe sofria violência doméstica do pai e se separou, então desde pequena vivenciou uma história de desigualdade e violência de gênero. Depois que se separou sua mãe não podia mais ir à Igreja, porque não aceitavam a presença de mulheres separadas e também dentro da família sentiram rejeição, porque sua mãe foi a primeira mulher na família que se separou. Sentia que a família e a sociedade pressionavam para que sua mãe mantivesse o casamento. Ela via em muitos espaços a sua mãe deixada de lado com suas filhas, enquanto as demais mulheres estavam sempre juntas e saíam com seus maridos e filhos. Considera que sua mãe foi valente porque ela rompeu com uma situação de violência que a afetava para que também suas filhas estivessem seguras. No entanto, ela afirma que o conservadorismo na sociedade as fizeram se sentir maginalizadas, que estas questões parecem ser "coisas do passado" mas estão ainda presentes nas subjetividades das mulheres de hoje em dia, pois sua mãe que escolheu viver uma vida sem violência mas estava sempre sendo tratada como a pessoa errada, sendo julgada por familiares e conhecidos, enquanto o pai que agredia nunca era criticado.

Portanto, para ela é como se de certa forma a sociedade ainda desse continuidade ao processo de violência instaurado pelo homem, impactando a saúde física e psicológica das mulheres a longo prazo, e as mulheres em movimentos sociais e lutas sociais feministas buscam romper com estes ciclos ressignificando as relações sociais para um sentido de valorização do trabalho, da autonomia e do bem estar das mulheres como sujeitas de direitos, pois, quando se depara com sentimentos relacionados à injutiças é possível decidir o que fazer com eles e direcioná-los para a luta contra as discriminações, desigualdades e violências. Ela conclui em uma de suas falas que a independencia econômica é central ante uma situação de violência, pois, quando se depende economicamente de um homem que comete violência há um medo de mudar a vida pela insegurança econômica sua e de seus filhos, assim muitas violências são toleradas e naturalizadas como algo que faz parte da personalidade do outro, como um problema que não pode ser resolvido na sociedade, o que pode levar ao aprofundamento dos tipos de violações dentro de um ciclo de violências psicológicas, morais, físicas, sexuais e podendo até

mesmo chegar à situação limite do feminicídio. Para a entrevistada, muitas vezes é o trabalho em rede entre mulheres promovido por grupos e movimentos que pode conseguir intervir nesta situação cíclica, assegurar apoio e acesso à informação rumo a novas condições de autoestima, renda, autonomia e saúde.

No relato de uma militante do Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), a *Anciana de las raíces originárias* compartilha que existem mulheres de distintas idades que vivenciaram processos de violências e que tiveram que romper com tudo isso para partipar da organização, anciãs e jovens que o movimento acompanhou. Em sua organização passaram também a construir espaços de infâncias nas reuniões, que antes não haviam, no intuito de fortalecer as condições de participação das mulheres que muitas vezes precisavam garantir por conta própria que os filhos ficassem sob cuidados do pai ou então de uma parente ou companheira da comunidade. Quando o cuidado com as crianças e a garantia da participação política das mulheres são assumidos pelas organizações como responsabilidades coletivas, para ela é possível combater um sistema de dominação que absorvia as mulheres e que então se tornam lideranças. Desta forma, filhas e netas de antigas lideranças se somaram e ampliaram a organização comunitária e hoje podem se programar com antecedência sempre que precisam sair do território, principalmente em ocasiões para relatar para fora os casos de conflitos de terra que ocorrem com suas comunidades e participar de reuniões de dirigentes.

Uma das entrevistadas, a *Compañera de la comunidad* relata que quando ainda vivia na capital da província de Córdoba, sempre se sentia insegura quando levava seus filhos para brincar na praça, pois era um local de muitos assaltos e violências urbanas, o que a fazia se sentir oprimida dentro de casa e sempre sentindo-se muito ansiosa. Depois, quando se mudou com sua família para a área rural as crianças brincavam livremente pelo campo e ela sentia que podia descansar e até esquecer que era mãe por algum tempo, porque a natureza parecia que a ajudava a cuidar deles e mantê-los entretidos e havia tranquilidade para ela. Ela relata que dormia bem de noite no silêncio do campo e acordava bem de manhã com os pássaros cantando, porque haviam silêncios e sons que enriqueciam seu bem-estar e os seus ouvidos, de modo que ela começou a sentir afeto pela terra, algo que ela não ocnseguia sentir na cidade. No entanto, ela também relata que existem dificuldades para a saúde no meio rural, pois existe uma distância muito grande de um lugar a outro na região e isto prejudica o atendimento de saúde e o socorro, principalmente quanro existe urgência ou gravidade e precisa levar a pessoa para o hospital do povoado, fora da comunidade. Como ela é uma agente promotora de saúde na comunidade, quando seus vizinhos e vizinhas precisam de ajuda para, por exemplo, marcar algum exame,

eles vão até a casa dela e alí também está disponibilizada uma antena com sinal de internet para se comunicarem.

Em seu trabalho de promotora de saúde passava nas casa fazendo visitas e entrevistas para saber como as pessoas estavam se sentindo, se elas tinham alguma doença e crônica e se precisavam de algum acompanhamento, assim foi ganhando confiança das mulheres da comunidade. Quando as mulheres se juntam elas contam muitas coisas de suas rotinas de vida e trocam pontos de vistas sobre um problema relatado, o que pode ajudar as vizinhas que estão inseguras ou sem entender o que está acontecendo com elas. Nas visitas percebia que, no começo, muitas mulheres nem podiam falar, somente o homem respondia a ela, ou seja, as mulheres sempre estavam ali presentes em suas visitas de saúde mas muitas sem falar nada, submissas. Então, ela relata que fez parte de suas atividades continuar visitando as famílias da comunidade, buscando construir uma relação de confiança, de troca de experiências e hoje muitas das mulheres que estavam silenciadas hoje conversam com ela e a abraçam, muitas contam coisas íntimas. Entende que tem sido bom trabalhar como promotora de saúde na comunidade e foi muito importante a formação sobre violência de gênero e sobre os direitos das mulheres oferecidas pelo MCC e o MNCI – Somos Tierra porque garantiram informações apropriadas para poder atuar nestas questões delicadas com segurança.

Sobre a realidade das mulheres na província de Santiago del Estero, a *Lideranza por la vida y la salud,* militante da UTT, diz que há muita violência doméstica e, por parte de sua organização sempre buscam acompanhar os casos. Ela conta que apesar de ser jovem já viveu muitas situações difíceis com sua mãe que foi mãe solteira e precisou lutar muito para criar seus filhos. Ainda que sua mãe não seja militante de nenhum movimento, aprendeu muito com ela. Em sua experiência com o tema percebeu que muitas mulheres que sofrem algum tipo de violência se fecham, não aceitam ajuda e entende que isto se passa porque o ciclo da violência é muito fechado, no sentido de que o violentador também sempre busca isolar a mulher, fechar-la em casa para que não tenha contato com ninguém, a fim de que ela não o denuncie e ele possa continuar na posição inferizar a mulher dentro de uma relação de dominação.

Em uma parte de sua entrevista, *Hija de la semilla rebelde,* uma militante do Movimiento Nacional Campesino Indígena - Via Campesina (MNCI-VC) na província de Buenos Aires conta que se lembra de quando ela mesma era criança e foi alfabetizada com um livro que se chamava “Semilla”, a semente para tem sido uma palavra geradora muito forte em sua história de vida, conta que se sente forte e potente por ser mãe e ter a capacidade de parir vida, que as lutas das mulheres são sementes de vida pela vida de todos os povos e comunidades, mas também reflete que as responsabilidades com as filhas e filhos não são de uma mãe sozinha,

mas também do pai e da sociedade. Mãe solteira de uma primeira filha que nasceu quando ainda era adolescente no Paraguai, já tinha visto a violência na família, entre seu pai e sua mãe e não imaginava vivenciar agressões em sua vida conjugal, por isto se separou, disse que não queria aquela vida para ela. Depois imigrou para a Argentina onde se casou novamente e teve outros filhos dentro de uma nova experiência de casamento que agora ela considera saudável.

Pode-se interpretar que a maternidade, por mais que seja um lugar social valorizado como suposto "destino" ou "potencial" ideal das mulheres é um processo romantizado, pois, também é um lugar de abandonos, fragilidades, inseguranças e violências justamente em um momento em que as mulheres necessitam também serem cuidadas para poderem cuidar de seus filhos e, no entanto, a sociedade não garante um ciclo de cuidado que sustente a vida e a saúde das mulheres mães. Por este motivo, é interessante identificar toda uma reflexão em ressignificar de maneira crítica o papel social de ser mãe, inclusive relacionando-o com o vínculo com a terra e com a fertilidade da semente, no sentido de que as mulheres se sintam fortes no exercício da maternidade e não frágeis ou santas. Porém, parece igualmente importante não tratar isso como uma apologia a uma essência maternal das mulheres em geral, como se as mulheres existissem para serem necessariamente mães e se forem mães terem que se doar completamente a seus filhos abdicando de suas escolhas e projetos de vida; ou ainda, supor que a força ou a personalidade da pessoa mulher decorra exclusivamente da maternidade; e, por fim, que as mulheres que não se coloquem a gestar e parir outros seres humanos sejam menos mulheres ou tenham falhado em sua feminilidade de alguma forma.

De fato, as mulheres em movimentos sociais no campo trabalham bastante com a mística entre a maternidade e o vínculo com a terra como forças de geração e sustentação da vida, afirmando uma relação de intimidade entre as mulheres do campo e seu território, bioma e bens comuns da natureza, ou seja, destaca-se a relação entre as mulheres e a terra, a água, as sementes, os alimentos na perspectiva da unidade entre produção e reprodução da vida como central. Isto não significa que neste feminismo com os pés na terra se aceite que as mulheres sejam desumanizadas como parte da natureza, tal como promove o patriarcado e o racionalismo que separa a razão dos corpos, os homens de mulheres, a humanidade da natureza. Nesta dualidade discriminatória e hierarquizante o patriarcado trata como um bloco homogêneo, inferior e objetificado as mulheres (então destituídas de razão), os corpos e os bens comuns da natureza, mercantilizados e convertidos em meios de satisfação dos interesses e privilégios masculinos no âmbito da cultura patriarcal, racista e capitalista.

Ela também afirma que as mulheres em seu movimento são agentes promotoras de gênero no sentido de que constroem atividades para dialogar sobre a questão de gênero nas

áreas rurais e também urbanas. No campo, ela considera que há uma tendência maior a tentar ocultar as situações de violência e afirma ter sentimentos de impotência, raiva e bronca quando vai fazer uma visita na casa de alguma família da comunidade e observa que somente o homem fala e que a mulher está sempre calada ou com tremores de medo.

Ela explica que estes são sinais de submissão e que requerem que representantes da organização continuem fazendo visitas de tempos em tempos, para pouco a pouco conseguir estabelecer uma relação de confiança, pois, esta não é uma situação que se resolve de um dia para o outro, mas é sempre necessário estar alerta como uma rede de apoio que atua de forma tranquila e confiante na defesa da dignidade e dos direitos das mulheres e sem julgar quem vivencia uma situação de violência porque não é uma questão de "culpa" do indivíduo. A partir deste relato da entrevistada é imprtante interpretar que a violência contra as mulheres não é uma situação óbvia mas é uma relação de poder que requer um processo de desmistificação e contraponto para ser enfrentada, pela superação da situação de dominação na relação ou mesmo pela conclusão da relação abusiva.

No relato da *Hermana valiente en marcha* ela avalia os impactos da violência doméstica nas condições de alimentação das mulheres e como a violação do direito humano à alimentação aprofunda as situações de vulnerabilidade social das mulheres agredidas. Ela reflete que muitas mulheres dependem de um salário, de um dinheiro ou de um esposo para comprar sua comida e quando ocorrem situações de violência, muitas vezes perdem acesso a um dinheiro necessário para a alimentação sua e de seus filhos. Vivenciar insegurança alimentar reforça outras inseguranças como no tocante à conseguir romper com o cilco das violências domésticas, de modo que garantir as necessidades básicas de vida e garantir as condições sociais de libertação, autonomia e bem estar fundamentaís à saúde das mulheres e crianças. Em seu relato, a entrevistada afirma que se não há escolha sobre o que comer e só se alimenta do que é possível, então isto também é mais uma violência, uma opressão direta sobre os corpos, liberdades e condições de vida das mulheres. Por este motivo é importante que as mulheres tenham acesso ao trabalho e autonomia financeira e possam contar com serviços públicos como escolas onde há restaurantes escolares para as crianças, além de redes de apoio onde possam recorre a outras mulheres para pedir ajuda.

Conforme afirma a *Militante de la memória, verdad y justicia*, quando as mulheres acessam uma política pública como a "Asignación Universal Por Hijo" elas recebem um recurso financeiro que favorece simultaneamente a a qualidade da alimentação da família, a saúde das crianças e também a autonomia e saúde das mulheres mães que passam a dispor de um suporte

para decidir sobre suas vidas e as de seus filhos, muitas pela primeira vez na vida vão vivenciar o que é poder fazer escolhas e libertar-se de situações de opressão e violência doméstica.

Em uma das entrevistas a colaboradora de pesquisa compartilha que as integrantes de seu movimento social participaram dos "Encuentros Plurinacionales de Mujeres y Diversidades" e abordaram que a luta pela terra também deve ser uma luta do movimento feminista e deve ser uma luta de todas e todos e não apenas das mulheres camponesas e indígenas. Para elas, quando as mulheres não são proprietárias da terra isso gera vulnerabilidade maior nas situações de violência, porque implica que elas é que precisam sair de suas terras para se libertar da dominação, precisam deixar seus animas, suas produções.

Porém, quando elas precisam sair de casa para se proteger de uma violência, ameaça de morte ou tentativa de femincídio, as mulheres sentem que perdem tudo também porque estão mantendo seu ser vivo mas perdendo seu espaço vital, o que para elas significa perder um pouco de vida. Por este motivo, muitas mulheres na argentina consideram que não existe alternativa na situação de volências e permanecem dentro de relações de dominação patriarcal. Os animais na produção camponesa e indígena também costumam ser marcados com o nome do dono e colocam sempre apenas o nome do homem, assim, quando as mulheres saem de casa devido às situações de violência elas perdem também todos os animais. Precisa então promover legislações e políticas para que a terra e os animais tenham registro de homens e de mulheres, sejam reconhecidos como bens comuns de ambos, sem discriminação e desigualdade de sexo e gênero, sejam propriedades familiares, parcelas comunitárias ou territórios coletivos dos povos.

Também é interessante interpretar do relato acima que mesmo a Argentina não se reconhecendo como um Estado plurinacional (como Equador e Bolívia), as mulheres argentinas em movimentos sociais campesinos e indígenas participam de atividades, formações e ações que promovem o reconhecimento da diversidade de povos dentro dos territórios nacionais, em uma ação de solidariedade internacionalista e unidade entre os povos. Ainda que no Brasil haja a inclusão das mulheres na titulação do lote de reforma agrária, por exemplo, aqui ainda não se tem este debate político mais avançado sobre os Estados plurinacionais.

A entrevistada afirma em seu relato que durante o governo de Macri não tinham políticas para as mulheres e, depois, com o governo de Fernandez e Kirchner passaram a ter um Ministério das Mulheres para as temáticas de mulheres, gêneros e diversidades. Dentre as políticas existentes estão as políticas públicas para acompanhar mulheres em situações de violência e o movimento social cumpre papel de acompanhar estas políticas e promover sua chegada nos territórios rurais. Porém, avaliam que são ações insuficientes porque não alcançam a demanda das mulheres rurais, não contemplam a realidade camponesa porque quando as

mulheres precisam sair de casa para se proteger, a política pública de proteção oferta um espaço em uma casa na cidade e não em outro lugar com acesso à terra e as condições de produção e reprodução de sua alimentação e cultura. Tratam-se de medidas paliativas e emergenciais que ao não garantir os meios de vida necessários acabam não resolvendo o problema das mulheres rurais que sofrem situação de violência doméstica.

Pode-se concluir que as violações de direito à terra e à alimentação reforçam o ciclo da violência doméstica contra a mulher, assim como as situações de violência contra as mulheres agravam as violações do direito à terra e território e do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, portanto, as mulheres em movimentos sociais no campo tem apontado que a questão agrária é um elemento central relacionado à alimentação, assim como evidenciam que a luta de enfrentamento às violências contra as mulheres fortalece a luta pelos direitos à terra, à audodeterminação nos territórios e à soberania alimentar dos povos.

Por fim, um último elemento sobre a saúde das mulheres bastante presente no conteúdo das falas das argentinas entrevistadas na pesquisa foi sobre sapude das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos, em especial, sobre a Lei do Aborto. A *Trabajadora de la mirada comunista* conta que a partir de 2018, na Argentina, começa toda uma luta feminista sobre a lei do aborto e então as organizações que vinham de setores populares e os movimentos sociais populares começaram a se agregar e a se envolver com o tema e nos territórios passaram a ver como tinham companheiras que sofriam e viviam com a questão, padeciam e adoeciam por não ter dinheiro para fazer um aborto particular seguro e também sofriam com infecções sexualmente transmissíveis (IST) sem saber como se cuidar e fazer tratamentos. Para ela, esta não é apenas uma questão apenas de abortos pelos quais as mulheres escolhem, mas também de se reconhecer que nos locais onde os serviços de saúde pública não chegam também há muitos abortos espontâneos que requerem atendimento, de modo que uma pauta que parecia ser somente uma luta urbana e de certa classe mais alta acabou sendo uma luta massiva e popular para as mulheres da cidade e do meio rural.

> Cuando acá se da en los últimos años, 2018, sí, 2018, empieza a haber toda una lucha feminista con respecto, digamos, a la ley por el aborto. Las organizaciones que venimos de los sectores populares o de los movimientos populares empezamos a agregar ajenas, si no nos involucrábamos y nos empezamos a involucrar y como nosotros teníamos la territorialidad, teníamos el sujeto o sujeta de las compañeras que sufrían y padecían en su gran mayoría en no tener plata para hacerse un aborto, y lo que enfermedades, haber tenido enfermedades por transmisión sexual. O sea, a donde la salud no llega, digamos no, fueron las que mayor cantidad de abortos, digamos, tanto espontáneos como provocados tienen. Creo que fue para nosotros como una bisagra en que en otro momento hubiese sido como una pelea solamente

> urbana y de cierta clase terminó siendo una lucha masiva y popular de las mujeres en sí, que la discusión empieza a partir de la ley del aborto. (Trabajadora de la mirada comunista)

Portanto, as mobilizações e a conquista da Lei do Aborto na Argentina abriram um amplo debate social sobre a saúde das mulheres e sobre direitos sexuais e reprodutivos que foi considerado muito positivo pelas mulheres nos movimentos sociais no campo que estavam presentes nas articulações unitárias para as marchas e lutas que pressionaram os políticos até sua aprovação.

A *Hermana valiente en marcha* compartilhou que se sentiu decepcionada que durante as mobilizações pela aprovação da Lei do Aborto não sentiu apoio de Cristina Kirchner à pauta e era alguém que ela tinha como referência e que se dizia feminista, muito apoiadora da luta das Madres da Plaza de Mayo também, porém, nas mobilizações da Campanha pela Lei do Aborto não sentiu o mesmo apoio da primeira mulher presidenta da Argentina. A entrevistada também questiona que os que são contra o aborto dizem que os métodos contraconceptivos já estão disponíveis a todas as mulheres do território argentino, porém, não reconhecem que muitas mulheres sequer possuem moradia adequada, um banheiro e um vaso sanitário, então este acesso à informação e condições de saúde não poderia ser considerado para todas e isso inclui a questão dos métodos contraceptivos. Ou seja, interpretamos que a falta de acesso aos direitos sociais como terra e moradia impacta a saúde das mulheres, posto que são determinantes sociais da sáude.

Hija de la semilla rebelde relata que vivem em uma região do cordão hortícula ao retor da capital em que, infelizmente se constata muitas situações de machismo como algo arraigado na sociedade. Ela compartilha que conhece muitas mulheres que nunca fizeram um exame papanicolau porque só vão no médico quando estão resfriadas, não para fazer exames ginecológicos, pois, acreditam que é traição conjugal se o médico examiná-las. Podemos interpretar que há uma falta de saúde sexual e reprodutiva a partir da falta de uma educação em saúde que consiga se contrapor aos conservadorismos. Mesmo na Argentina existindo leis e políticas de saúde para garantia dos direitos sexuais e reprodutivos - em um grau mais avançado do que em relação a outros países, posto que há legalização do aborto -, o conservadorismo ainda coloca em risco a saúde das mulheres porque oprime a autonomia e o autocuidado das mulheres com seus próprios corpos.

Na Argentina é característico que as mobilizações de mulheres utilizem em suas simbologias as cores lilás ou roxa e verde. O roxo ou lilás é a cor característica do feminismo e o verde é por causa das lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres pelos quais se

pedia liberação, se pedia “sinal verde”. O verde se tornou a cor da Campanha Nacional de Luta a favor do Aborto Legal e Seguro e pelas ruas, mesmo no dia a dia, as mulheres usam lencinhos verdes amarrados em suas bolsas e mochilas. Esta campanha é uma pauta que as mulheres constróem desde a redemocratização argentina em 1983 e 1984. Em 2019 conseguiram legalizar o aborto. Antes de 2019 as mulheres argentinas só podiam fazer o aborto em casos de violação, estupro e era muito penoso conseguir provar, constituindo um processo de revitimização. Ser legalizado também significa ter que manter uma vigilância constante neste tema porque ainda podem ocorrer práticas muito violentas contra as mulheres nos hospitais quando a mulher vai fazer o aborto, conforme explicado pela *Hermana valiente en marcha*.

Aqui também é importante destacar que existem casos de violência institucional, violência obstétrica e violência médica contra as mulheres que também precisa ser combatida pelo Estado e pelos conselhos profissionais das áreas de saúde a fim de construir relações de confiança para as usuárias dos serviços de saúde, ou seja, é importante existirem iniciativas públicas de educação popular em saúde com a sociedade e iniciativas de educação permanente em saúde com as equipes multiprofissionais de saúde, democratizando o acesso à informação em saúde e melhorando a qualidade dos atendimentos oferecidos pelos profissionais da área.

Militante de la memória, verdad y justicia relatou que dentro do movimento se realizam uma grande multiplicidade de atividades com as mulheres e entre estas as campanhas de saúde que buscam incentivar e viabilizar o acesso à saúde integral, ou seja, estão atentos à saúde física e também mental e psicológica. Desde que foi aprovada a Lei do Aborto na Argentina, buscam apoiar o acesso ao aborto legal e seguro porque sabem que a interrupção da concepção sem acompanhamento médico pode colocar a vida das mulheres em risco. Portanto, não é uma questão de ser ou não a favor do aborto, mas de ser a favor de que todas as pessoas, independente de suas escolhas, tenham direito à saúde.

O MNCI – Somos Tierra também possui vínculos com organizações feministas urbanas e tem diferentes ações em diferentes datas e agendas, por exemplo, nas datas de 8 de março e 25 de novembro quando marcham juntas nas cidades. Também fazem campanhas e formações conjuntas, como com as Católicas por el Derecho a Decidir com quem fizeram levantamentos sobre a situação do acesso ao direito ao aborto nos territórios, compartilhando informações sobre o assunto. Em Jujuy e Mendoza também existem articulações locais nas províncias, voltadas para a realização de ações conjuntas para a luta pelos direitos e a saúde das mulheres, pois o grau de vínculo entre as organizações e os tipos de ações variam entre os territórios.

Uma fala da *Vecina vegetariana* elucida que agora o aborto é legal, mas não é a mesma coisa abortar na capital Buenos Aires ou abortar no interior, em Paso Viejo, na província de

Córdoba por exemplo. Então, trata-se de criar mecanismos para garantir direitos que supostamente é o Estado que deve assegurar, portanto, a incidência política na pauta permanece ativa por parte dos movimentos de mulheres do campo e da cidade, mesmo após a aprovação da lei do aborto.

Por fim, consoante *Hermana valiente en marcha* existem redes nacionais e regionais de mulheres para se apoiar e se cuidar, às quais as mulheres podem aderir, tal como o próprio Ni Una a Menos e as redes de mulheres católicas a favor do aborto, porque para além das religiões todas as mulheres precisam de cuidados, ou seja, buscando ressignificar que as escolhas individuais de ser ou não a favor do aborto consoante as crenças religiosas individuais das pessoas não implique negar o direito à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A Lei do Aborto não obriga ninguém a abortar, mas trata como responsabilidade pública amparar com políticas de saúde e cuidado as mulheres que passam por procedimentos de interrupção de gravidez, atuando na proteção da vida das mulheres ao invés de criminalizá-las.

3.2.3 "Semillas de los pueblos": Feminismos e diversidades nas lutas sociais

Um dos conteúdos centrais que emergiu durante a pesquisa com as mulheres em movimentos sociais no campo na Argentina foi sobre seus saberes, entendimentos e definições do feminismo que, na perspectiva do feminismo campesino indígena y popular é um processo de fortalecimento da autonomia das mulheres do campo e da cidade sempre alicerçado na construção da autodeterminação dos povos em seus territórios. Neste sentido, interpreta-se que as experiências e contruções políticas das mulheres em movimentos sociais no campo na Argentina são sementes de vida para a vida das mulheres e, conforme citado por uma das entrevistadas, são *"semillas de los pueblos"*, isto é, sementes de vida para a vida dos povos indígenas e campesinos, indo além de uma pauta específica e também contemplando necessidades humanas coletivas, comunitárias. Esta seção buscou apresentar, portanto, os conteúdos que a partir da análise dos dados das entrevistas, propiciou esta interpretação.

No depoimento de uma das entrevistadas, a *Anciana de las raíces originárias,* mulher indígena do Pueblo Vilela, integrante do MOCASE e do MNCI – VC, o que se faz como companheiras feministas, como mulheres, é não deixar que nos invisibilize e para isso é necessário colocar o corpo e a voz nos lugares políticos, inclusive perante o agronegócio para que ele não invada os territórios dos povos e comunidades. Assim, a luta feminista para ela é seguir tecendo redes, se encontrando com mais companheiras que vão lutando e unindo forças. O feminismo não é uma disputa para tirar o lugar de uma pessoa de um espaço, mas é garantir

que sejamos mais pessoas nos espaços políticos, democratizar o poder político e a participação para que estejam presentes as companheiras dos territórios que são as sujeitas que devem falar e fazer acontecer o feminismo camponês popular. Por exemplo, quando as mulheres tem sustentado cozinhas comunitárias e cozinhas populares na Argentina, para garantir refeições e lanches, principalmente desde um período muito difícil que foi os anos 1990.

Ela diz que durante muito tempo foi imposta uma visão de que feminismo era ir contra os homens, mas não é assim. Percebe que no feminismo temos que nos asumir como mulheres, mas também como organização, asumir-se coletivamente para reconhecer todas as desigualdades existentes e construir conjuntamente formas de transformá-las. Há muitos espaços e lugares políticos de construção da transformação em que os homens estão presentes nos processos de tomada de decisão e eles precisam se colocar um pouco ao lado em determinadas questões, reconhecer seus limites, apoiar um protagonismo das mulheres e assim mudar suas práticas machistas e patriarcais. Porém, em sua opinião, isto os incomoda, quando as mulheres se impõem firmes recebem "má propaganda" sobre elas, se sentem expostas nos processos políticos e precisam conseguir sobreviver a esta exposição. Nem sempre e nem todas estão contentes de ter que passar por isso e fazer esta discussão para transformar a política organicamente, por isso, muitas vezes as mulheres saem dos espaços políticos, até para cuidar de sua saúde mental devido aos ataques de ódio que recebem de seus próprios colegas. As mulheres persistem nos espaços políticos atravessando muitos tipos de disputas para invisibilizá-las.

Em um momento da entrevista, ela afirma que possui consciência de que ainda existem muitas mulheres que estão em situações de opressão, dominação e silenciamento similares a que estiveram nossas avós, nossas mães e até nós mesmas no passado e não quer que venham pessoas de fora para ocupar seu lugar de representação política, porque isso seria retroceder na luta que estão fazendo, este é um debate e uma disputa que também existe na política, nas lutas sociais e nas lutas feministas. Ela também relata que sempre estão chegando novas famílias e novas mulheres ao movimento social e um novo camimho começa quando descobrem as capacidades políticas que possuem de organizar-se economicamente em uma família, em um local, de ser ativa nos espaços de organização política, de ter voz. Para ela tem sido difícil incorporar a palavra feminismo na CLOC e na LVC mas sempre tiveram os espaços de mulheres onde se juntam, debatem, dialogam sobre a importância que todas têm para a agricultura, para a pecuária, para a cultura camponesa e indígena. Mas, tudo isso se relaciona com começar a questionar que "quando emergiu toda uma onda feminista na política na qual o feminismo liberal que víamos não era o feminismo que nos representava, então foi aí que

levantamos nossa voz e tentamos que aquilo que já vinhamos fazendo fosse traduzido, desde nossas próprias experiências e identidades coletivas e isto é uma disputa, não apenas para alcançar melhores condições de igualdade, de patrimônio, de encurtar lacunas, mas de construir sentidos. Muitas companheiras pensam que estão só, mas não estão só e podem contar também com uma solidariedade internacional". A primeira vez que ela ouviu falar em "questão de gênero" foi em um curso de formação política durante um intercâmbio no Brasil, com mulheres militantes do MST, e sentiu que pensar sobre estas questões lhe fazia bem, lhe fazia sentir que não era ela individualmente o problema, mas se tratava de um problema da sociedade que seria superado quando as mulheres pudessem ser sujeitas de suas próprias vozes.

Um dos relatos da *Hermana valiente en marcha* apresenta a seguinte ponderação: O feminismo não pode ser um conceito que as pessoas não sabem o que significa. O feminismo precisa ser algo que inclui a todos e assim, se nossas ações são feministas devemos nomear, assumir-se feminista, mas, nos territórios de muitas comunidades as mulheres receiam a se nomear feministas, não porque suas ações não sejam feministas mas porque existe todo um discurso conservador sobre o conceito que possui carga negativa, por isso, existe um resguardo por parte das mulheres. Portanto, em comunidades pequenas ser chamada de "feminista" é um xingamento, significa ser mal vista e afeta as mulheres, ou seja, este problema é algo que também requer a atuação dos movimentos sociais.

Uma militante do MMC e MNCI- Somos Tierra na província de Córdoba, a *Compañera de la comunidad* relatou que o o feminismo para ela possui relação com o enfrentamento as violências contra as mulheres. Seu contato com o feminismo foi nas formações dos movimentos sociais nos quais participa, em que ela aprendeu o que era violência de gênero e a partir de sua diplomação em um curso sobre o tema ela começou a acompanhar os casos e a se sentir segura para aconselhar as demais no sentido de que as mulheres não precisam continuar em um relacionamento com alguém que a maltratasse, que as mulheres devem ser valorizadas. Ela conhece mulheres que se separaram mas que não ficaram sós, pois se juntaram nos grupos de mulheres, participando em reuniões do movimento, saindo de casa, se encontrando e compartilhando experiências com outras mulheres com as quais se sentem respaldadas, unidas, e inclusive apoiam outras mulheers na política como as que se candidatam a eleições. Ela também menciona que o feminismo para ela é alegria, porque contribuiu par a saída de situações de sofrimento que as mulheres não sabiam que era, que era uma violência e não algo "natural".

Para *Lideranza por la vida y la salud,* uma entrevistada da UTT, na província de Santiago del Estero, o feminismo é o meio para as mulheres buscarem igualdade, igualdade no trabalho, igualdade no trabalho, igualdade de direitos. Sente que não dão lugar e não dão espaço

para as mulheres. Ela é delegada dirigente de sua organização em sua região, se organizam por secretarias. Sua organização defende a igualdade de gênero e sente que nos espaços de seu movimento há esta igualdade, esta perspectiva feminista em que se defende os direitos das mulheres, porque é uma organização do campo e as mulheres também são trabalhadoras do campo, são produtoras de frutas, verduras, por exemplo. Desde sua organização apoia o feminismo, mas em sua comunidade sabe que há muita violência. O objetivo do feminismo, então, é apoiar, lutar por direitos para as mulheres, pela igualdade de gênero e, ele fortalece um outro lado da luta social em que está o alimento saudável e agroecológico como meio para uma vida saudável a partir da perspectiva agroecológica.

Também afirma que em sua luta estão atentas aos retrocessos de direitos que advém da eleição de governos conservadores como o de Milei, porque isto significa a desconstrução da igualdade. Ela cita que desde os discursos políticos de campanha ele inferioriza as mulheres e que em seu governo elimina o Ministérios das Mulheres e outros ministérios, programas e políticas que são fundamentais para o acesso aos direitos pelas mulheres e comunidades rurais. Por fim, ela afirma que sente o feminismo como apoio, força, motivação, um sentir que não se está sozinha ao encontrar mulheres que contam suas histórias de vida e na partilha descobrem muitas coincidencias mesmo em diferentes realidades, se vai construindo redes para intercambiar saberes e experiências para que se tenha escolha por uma vida saudável, por um alimento agroecológico. O feminismo para ela é como um caminho bonito para se sentir acompanhada, organizada, unida em uma luta que muda a vida trazendo outro olhar, outra perspectiva sobre a realidade social.

> Sí, un buen camino y un apoyo de una mano, una mano para las mujeres y sigue más que nada porque te sentís apoyada, te da fuerza, te da motivación. Sabes que no estás sola. Es, más que nada. Desde mi punto de vista me emociona porque te vas cruzando con mujeres, más que nada y que te cuenten tu historia que se abran y por ahí encuentras muchas coincidencias, son diferentes por ahí, son diferentes realidades y vas construyendo redes y es hermoso, es hermoso salir y conocer, este compartir saber, este intercambiar cosas, de intercambio es hermoso. Sí, que más que nada la alimentación, es, que optemos por una vida sana por el alimento agroecológico y para las mujeres que apoyemos el feminismo, que es un camino hermoso, es una contención, te sentís acompañada. No estamos solas, estamos juntas, organizadas, que juntas venceremos y que es hermosa esta lucha, esta militancia te cambia la vida, la ve a la vida desde otra perspectiva, tienes otra mirada. Es hermoso, sí. Sí y espero que esto te sirva mucho. (Lideranza por la vida y la salud)

Para uma companheira do Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra, a *Militante de la memória, verdad y justicia,* o feminismo é a luta contra as violências patriarcais que nos condicionam, que nos limitam, que geram desigualdades, que tornam nossas vidas mais difíceis, que fazem com que nossos corpos sejam aqueles que tem que vivenciar violência e opressão, que fazem com que as vidas não possam ser vidas que dão realmente vontade de serem vividas, mas vidas que dóem e pesam, então para ela é a luta das mulheres por uma vida digna e também é a luta do coletivo LGBTQ que enfrenta as opressões impostas pelo patriarcado. Sua própria trajetória de vida foi parte de sua trajetória de luta, pois seus pais foram militantes desaparecidos políticos da ditadura militar argentina e em seu processo esteve vinculada ao feminismo a partir de maior envolvimento com a ecologia social e, depois, veio estar mais ativa com o feminismo. Desenvolver o feminismo camponês popular para ela foi como contemplar sua própria história de vida porque o feminismo campesino popular é uma construção política que se faz a partir das próprias vivências e raízes, olhar as lutas de nossas avós e mães e cruzá-las com a luta pela terra, pela vida, pela alimentação saudável. Foi um sentimento de que estas lutas se encontravam e que ela vinha caminhando lutas em espaços separados e então quando ela chegou à luta do feminismo campesino indígena y popular para ela foi muito forte porque significou um encontro de lutas, pois, também dentro do movimento há a luta dos povos originários em rtelação à qual toda a organização assume a responsabilidade em apoiar o protagonismo indígena. Ela conclui que a construção do feminismo é gerar ferramentas para que haja a vida das companheiras campesinas e indígenas e a vida de todas as pessoas, toda a vida, porque a vida humana também só se sustenta na defesa da terra e da produção de alimentos saudáveis.

Um segunda militante do MNCI – Somos Tierra, a *Vecina vegetariana,* relatou que atua justamente na equipe de feminismo de seu movimento, a qual é uma organização mista que ela conheceu em 2006. Antes de morar na Argentina, ela viveu muitos anos no Brasil e também foi militante em um movimento social do campo brasileiro chamado Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Ela diz que está cursando o doutorado em Estudos Sociais da América Latina e que conhece muitas pesquisas publicadas por mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) sobre a construção política do feminismo camponês popular a partir de processos auto-organizativos de mulheres, de modo que ela busca realizar uma pesquisa que consiga compreender também as contribuições e desafios da construção do feminismo camponês popular em movimentos sociais mistos, porque estas foram suas vivências na militância.

Ela explica que uma das afirmações do feminismo campesino indígena popular no MNCI – Somos Tierra é “temos que colocar a vida no centro” e isto também significa colocar a alimentação no centro porque é o mais imprescindível para vivermos. A produção de alimentos, aliás, não é apenas um cuidado com a natureza mas também uma maneira de se fazer a gestão do território. Não temos as mesmas condições de aceso à terra, à água, aos bens comuns, também não temos as mesmas condições de decidir que tipo de família queremos criar. Não são as mulheres que costumam decidir sobre a gestão dos bens econômicos da família e como se gestiona os territórios. Assim, as mulheres tem tido menos capacidades de decisão que os homens em geral, mas devemos considerar que também em cada grupo de mulheres a situação é diferente.

> Me parece que todavía no tenemos las mismas posibilidades de acceso a recursos como la tierra, como el agua, como los bienes comunes, tampoco tenemos las mismas posibilidades a la hora de decidir qué tipo de familia queremos crear. Tampoco somos las que decidimos como se gestionan los recursos económicos en la familia, cómo se gestiona el território. Se tenemos menos capacidad de decidir que los hombres en general, pero, eso es como muy en general, porque luego, es eso no, cada grupo de mujeres es diferente. (Vecina vegetariana)

> pero en los últimos años se habla mucho de igualdad y creo que es una trampa que ha puesto el sistema. Intentar hacernos creer que ya somos todas iguales y que entonces ya no hace falta seguir luchando porque ya hemos conseguido lo que queríamos. Me parece que es mentira. Que todavía hay mucho, mucho, mucho por lo que luchar y eso es el feminismo. Ese es el feminismo, es la lucha contra el sistema patriarcal, no. Es la lucha por la igualdad de las mujeres porque tiene mucho más, va mucho más lejos que la igualdad de las mujeres. Tiene que ver con la construcción de un mundo justo en el que no se discrimine a nadie por razones de sexo, de género, de orientación sexual, pero también como nos han enseñado las feministas diversas, tampoco por la raza, por la classe y tampoco por vivir en el campo en vez de la ciudad, no, para mí el feminismo engloba un poco todas las luchas contra las injusticias a otras personas, a eso le llaman socialismo, otras le llaman de otra manera. (Vecina vegetariana)

Ela também afirma que não acredita que exista um “ser mulher” mas que somos mulheres diversas que não podem ser faladas no singular porque se há diversidade não é tudo a mesma coisa. Não é o mesmo entre urbano-rural, europa – américa latina, branca-negra, pobre-rica. Há uma grande quantidade de variáveis que fazem com que as mulheres sejam diversas. As mulheres tem sido biologicamente definidas como tal por ter nascido com uma vagina, mas espera que um dia o sexo não seja mais determinante, no entanto, “mulheres” se reporta a uma categoria política importante, como parte de uma sociedade que sofre opressão e

dominação no âmbito de um sistema patriarcal. Então, para ela é importante falar de mulheres como uma categoria política potente em que para além de reconhecer nossa diversidade saber que tem coisas que nos acontecem que são comuns, parecidas entre os diferentes territórios e origens.

Em uma das entrevistas junto ao MNCI – VC, *Hija de la semilla rebelde,* que trabalha em uma cooperativa de produtores, considera que as mulheres foram perdendo o medo, levantando a voz e começando a fazer muitas coisas novas em que ocuparam lugares de referência, pois, na Argentina se passou muitas situações em que "a mulher foi a casa", sustentou a família, as organizações políticas, os centros, restaurantes e merendeiros comunitários. As mulheres vão em reuniões onde antes só iam os homens, estão onde se tomam as decisões, onde se pode falar de igual para com um homem, ainda que nem sempre se consegue isso mas se vai tratando de tentar. Ou seja, o feminismo é um caminho por meio do qual as mulheres podem construir a igualdade de direitos, ainda que as desigualdades existam, pois, apesar das barreiras e dificuldades as mulheres têm se desafiado a construir novos processos para transformar a política e isto inclui as ações relacionadas à alimentação nas comunidades. As mulheres tem uma força de seguir lutando, trazem "uma mochila cheia de vivências e episódios que passamos", um peso, mas seguem construindo ações coletivas nos territórios, sempre com outras companheiras. Ela afirma que o importante é não se deixar paralisar e que é mais fácil seguir construindo junto com as outras mulheres, em coletivo, porque é muito difícil conseguir ver o todo de um problema quando se atua sozinha e sente que até um abraço com afeto em momento de angústias ou debilidade é um consolo, assim como sentir que se está sendo ouvida, algo que se passa nos espaços de auto-organização de mulheres mas que não se encontra facilmente nos espaços políticos mistos em geral. Ela diz que o caminho se faz cada vez mais longo mas também cada vez mais largo, se tem que saber que a caminhada não é tão fácil mas também porque o que está acontecendo é que as mulheres tem suportado muitas situações difíceis, seguindo a seu tempo, a seu processo porque são condições diferentes de vida e de participação política. No feminismo é possível, então, ser parte da luta social sem precisar ignorar uma dimensão mais ampla da vida cotidiana das pessoas, as mulheres dever ser livres para escolher o que querem construir, mas a construção coletiva é para alargar a estrada da política e não para ser rápida em passar na frente e deixar as outras pessoas para trás.

Ela diz que a transformação da sociedade deve partir de um feminismo que consiga de alguma forma incluir companheiros para lutar contra o pariarcado, de uma forma que se consiga construir com eles uma nova política com paridade nos espaços mistos, porque o homem, o

companheiro, o marido também tem que aprender com as mulheres também, assumir sua responsabilidade. Ela explica que mesmo que um companheiro seja mais histórico dentro de uma organização é importante fazê-lo entender que não se trata apenas de tempo de militância mas de aprender a contrução de novos valores para transformar a sociedade, não para que os homens não tenham nenhum poder mas para que as mulheres também sejam igualmente reconhecidas como detentoras de capacidades políticas, detentoras do mesmo poder de decisão. Os homens ainda pensam que há ações políticas e coletivas que apenas eles sabem fazer, porém, existem mulheres do MNCI-VC que são referências políticas no Ministério da Agricultura e no Ministério das Mulheres, além de muitas que são referências em instâncias políticas nas províncias e, portanto, estes exemplos demonstram as capacidades políticas das mulheres. Ou seja, o feminismo camponês popular é também a construção da visibilidade e valorização das contribuições políticas das mulheres nos movimentos sociais no campo. Em sua opinião, isto inclui se reconhecer que as mulheres foram as que primneiro se sentaram coletivamente para discutir o tema da alimentação de suas famílias e comunidades, pois isto não era considerada uma questçao central para os homens. As mulheres se reuniram para formular a soberania alimentar, porque sempre viu muito poucos homens se reunindo para discutir o tema. Também ocorre que os homens na hora de uma palestra, uma aula ou de um discurso político eles falam em soberania alimentar , mas nas realidades das bases nos territórios quem vai construindo e fazendo acontecer e a partir destas experiências cosntróem um saber coletivo são as mulheres, ela diz “nós fazemos e nós parimos esta ideia”.

É muito difícil que a soberania alimentar dos povos seja uma realidade mas este caminho de construção só está sendo possível porque as mulheres colocaram este trabalho no ombro, na mente, no coração e saíram a lutar por isso e construir desde a base com mais pessoas, construindo consciência sobre este tema. O caminho está feito e agora é preciso alargá-lo, envolvendo mais pessoas para seguir em frente porque a caminhada da história é longa.

Um outro aspecto interessante é sobre a relação campo e cidade, não apenas no sentido de que as sujeitas do meio rural tem relações econômicas e políticas com o meio urbano, mas que dentro dos movimentos, atividades e mobilizações dos movimentos sociais do campo estão mulheres rurais e mulheres urbanas que tem raízes familiares com a roça e o campo ou que se identificam com este projeto de sociedade relacionado às culturas campesinas e indíginas. Então, o feminismo camponês popular é um feminismo enraizado na terra, no campo, nos territórios. Explica que na *La Via Campesina*, nos feminismos populares, se vem fazendo ações coletivas desde a base, desde o campesinato e não apenas desde o urbano, assim também se denominam feministas no campo. Não é que o feminismo seja apenas para a cidade, só para as

mulheres do meio urbano, pois, as mulheres do campo tem outra proposta de feminismo que parte do vínculo com o campo para dialogar com a cidade.

Para a *Hermana valiente en marcha*, ela cita que a partir da Fundación Plurales com a qual trabalha, desenvolve atividades com mulheres em diferentes territórios, no campo e na cidade, sempre na perspectiva da construção e defesa dos direitos das mulheres e comunidades. Nas mobilizações do Ni Una Menos estão presentes mulheres do campo e da cidade, assim como na fundação em que trabalha existe uma atuação em ambos os espaços urbanos e rurais, porém, ela relata que atualmente ela está vivendo na área urbana e percebe como existem diferenças de acesso a uma série de serviços públicos e estruturas sociais, como privilégios que na verdade são direitos que deveriam ser acessados por todas as pessoas. Participou da marcha do Tercer Malón por la Paz que é protagonizada pelos povos indígenas da província de Jujuy e que caminharam até a capital da Argentina, a Ciudad de Buenos Aires para protestar contra as mudanças constitucionais que promovem o extrativismo exportador de lítio violando os territórios dos povos originários. Também participou como delegada internacional na Marcha das Margaridas e se sentiu como uma mulher brasileira, sentiu uma consciência feminista durante a marcha, sentiu uma unidade com consciência regional latino-americana e afirmou que a lutadora Margarida é um símbolo que representa todas as mulheres em luta.

Em uma das entrevistas com a *Militante de la memória, verdad y justicia* compartilha que os feminismos são muitas vezes feminismos urbanos que desconhecem a realidade dos territórios rurais, porque a realidade argentina é de grandes centros urbanos povoados com muitos territórios rurais pouco habitados. Busca-se então que a luta dos feminismos incorpore a luta pelo direito à terra, como uma contribuição das feministas do campo ao conjunto das lutadoras sociais feministas. Para ela não há nada mais patriarcal que a propriedade da terra e esta tem sido uma das maiores brechas de desigualdade porque a terra em sua maioria está em nome dos homens. Fizeram a Campanha Fuera de Registro para demonstrar que além das mulheres não serem proprietárias de suas terras, elas também não são proprietárias de seus animais e nem há registros e pesquisas que tratem do tema, que visibilizem isso. Não há registro da realidade de vida das mulheres camponesas, indígenas e nem dos LGBTQIAP+ nas áreas rurais. Então, as ações e campanhas dos movimentos sociais no campo buscam visibilizar para os que estão nas cidades o que é a realidade no meio rural e seus impactos para o meio urbano, pois há uma relação vital entre ambos os espaços da vida social, ainda que a sociabilidade capitalista promova sua separação. Aliás, questiona que se não há dados e registros como poderiam ser feitas as políticas públicas para o acesso aos direitos no meio rural, uma vez que são necessárias informações básicas para se construir e implementar qualquer política pública.

Ou seja, meio rural permanece historicamente como um espaço de ausência do Estado como garantidor dos serviços, políticas e programas públicos para acessos aos direitos como à terra, à alimentação e à saúde e educação, entre outras.

Por fim, a *Trabajadora de la mirada comunista,* de Buenos Aires, afirma que o MNCI -VC é um movimento social misto, em que participam homens e mulheres e, no entanto, identificam que a maioria das participantes são mulheres e também há companheiras dirigentes e isto é fundamental, que as mulheres estejam presentes nos espaços estratégicos e de decisões. Ela também explica que há companheiras que se envolvem nos processos organizativos de forma profunda e outras que fazem uma tarefa ou outra sem muito envolvimento, seguindo seu processo. No último ano realizaram Escuelas de Mujeres, com fundos de projetos junto ao Ministério de Mujeres, por meio das quais realizaram formações nas comunidades rurais e também em áreas urbanas, problematizando o tema da violência contra as mulheres, ou seja, nos movimentos sociais no campo também existem mulheres dos espaços urbanos que se identificam com as agendas políticas das mulheres rurais que protagonizam o feminismo camponês popular. O papel das companheiras muda dentro das possibilidades e da historia de vida de cada uma dentro da organização. Dentre as ações que são desenvolvidas também existem diferenças como participações mais públicas e massivas em alguns territórios e bairros, e há outros em que é mais difícil a participação em massa mas atuam em formas de grupos e coletivos de mulheres. Existem muitos planos distintos de participação, formas distintas de contribuir, mas sempre desafiando a grande dificuldade de que as mulheres possam sair de suas casa e de seus territórios para ter um tempo e um processo de cosntrução sobre si mesmas e para si mesmas, que é o que o feminismo camponês popular está propondo.



Foto 10: Acervo pessoal. Encontro com militantes do MNCI – Somos Tierra na comemoração de 40 anos do MMC – Brasil. Chapecó, Santa Catarina, Brasil, 2023.

3.3 Reflexões no processo de pesquisa: Repensando teorias e epistemologias feministas

"Mas o destino de Maria
não é restrito ao destino.
Destino é coisa chata,
dependente de crença e de deuses.
Ela busca o equilíbrio
na corda que o vento forte faz balançar (...)
Tudo fica longe
mas tudo é caminho."
Itamara Almeida – Vizinhas

3.3.1 Interpretações a partir das vozes feministas camponesas populares

Nesta parte da tese, é empreendida uma reflexão sobre teorias e epistemologias feministas que foram importantes na interpretação dos dados primários coletados na pesquisa de campo para que a apresentação das seções 3.1 e 3.2, referentes à Categoria I, fossem possíveis. Serão discutidos alguns elementos dos aportes teóricos e epistemológicos feministas e sua abertura para o encontro com outros campos de estudo como o pensamento crítico latino-americano, a fim de percorrer o caminho de construção política e conceitual no feminismo camponês popular protagonizado pelas mulheres em movimentos sociais no campo.

No primeiro capítulo já foram abordados alguns elementos téoricos importantes na tese. Com base em referências teóricas e literaturas sobre o tema, utilizando-se de documentos oficiais dos organismos multilaterais internacionais como a FAO e a ONU e, não menos relevante, também trabalhando com documentos elaborados coletivamente por movimentos sociais no campo como a CLOC e a *La Via Campesina,* foram discutidas características das tendências históricas e estruturais que operam na questão da alimentação e da fome na América Latina (ABRAMOVAY, 1998); (CASTRO, 1968), atentando-se para a dimensão do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar dos povos e para a dimensão de problema social da fome, que não pode mais ser entendida como fatalidade da natureza (CASTRO; 2022). No entanto, conforme veremos, ainda é relevante o aprofundamento crítico sobre mais alguns aspectos, como: a diversidade nos atores sociais envolvidos; o caráter multiescalar das dinâmicas sociais e internacionias; a indissociabilidade dos direitos humanos à terra e alimentação expressa nas lutas sociais na região latino-americana; a intersetorialidade das políticas públicas para agricultura e alimentação; o caráter interdisciplinar do conhecimento científico produzido sobre a fome e neste campo de estudo do pensamento social crítico latino-americano; entre outros

pontos. Assim, esta tese se propôs a ouvir e sistematizar vozes camponesas, campesinas indígenas, afroindígenas e negras, de avós, mães, filhas e netas, trabalhadoras do campo e trabalhadoras da cidade com vínculos com o meio rural, lutadoras sociais nos movimentos sociais no campo que, em sua diversidade, se dedicam à construção de práticas sociais agroecológicas e agendas políticas para a alimentação saudável e a soberania alimentar dos povos.

Para traçar um diálogo com trabalhos acadêmicos defendidos no âmbito do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília, encontramos que Juliana Amoretti (2010) em suas conclusões apontava para a necessidade do desenvolvimento de pesquisas sociais que tenham um olhar para a relevância do trabalho e da participação políticas das mulheres trabalhadoras e do campo na sustentação da vida nas comunidades, nos territórios rurais e nos processos orgânicos dos movimentos sociais populares. Ela afirmou que:

> Para além dos enfrentamentos pela posse da terra e pela Reforma Agrária, a mobilização desse importante movimento social [MST], produz outros efeitos e resultados nos planos de consciência política, visão ecológica, organização pedagógica, formação educacional, busca de dignidade humana, organização das crianças, da juventude e das mulheres. Nas entrevistas houve uma referência especial para a luta das mulheres, que se mostra valorosa na defesa das sementes, da alimentação saudável, das hortas diversificadas e da coletividade. A violência doméstica, a dupla jornada feminina, a falta de reconhecimento do trabalho da mulher na produção, na casa e na política ainda são temas difíceis de tratar internamente. A força da sociedade machista e patriarcal, que se impõe por todas as partes, é também um desafio a ser enfrentado pelos militantes. Aos poucos o movimento identifica os resultados da luta das mulheres, como a conquista da paridade de gênero nas instâncias de representação política e as experiências vitoriosas de produção de alimentos sem veneno, da produção em hortas diversificadas e da necessidade da soberania alimentar, garantidas principalmente devido à convicção feminina e ao trabalho da mulher pelo bem viver das famílias e das comunidades. Um tema importante para avançar em novas pesquisas. (AMORETTI, 2010, p. 249)

A investigação em relação a este tema, do papel das mulheres pelo bem viver, foi então uma tarefa a qual esta tese vem se dedicando, buscando contribuir para a continuidade das lutas, práticas e teorias feministas, camponesas, agroecológicas e populares contextualizando-as no âmbito das lutas sociais e do pensamento social crítico latino-americano. Nesta caminhada, entre muitos enfoques possíveis, um passo importante foi mergulhar no conteúdo das perspectivas das mulheres em movimentos sociais no campo para a compreensão da alimentação saudável relacionada à construção do direito humano à alimentação e nutrição adequada, à segurança alimentar e nutricional, à soberania alimentar dos povos e, não menos

importante, à luta pela terra, pelas sementes, pelos bens comuns da natureza, pela agroecologia, pelo fim das violências e violações de direitos. Buscou-se entender, visibilizar e valorizar suas perspectivas sobre a realidade social histórica, sobre suas bandeiras de reivindicações, tecendo reflexões sobre e importância de sua diversidade e do seu internacionalismo.

Em *"Feminismo camponês popular: Contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social"*, também desenvolvida no âmbito do ELA/UnB por Iridiani Graciele Seibert (2019), podemos compreender a importância do Projeto de Agricultura Camponesa, feminista e agroecológica como forma de resistência e luta social de enfrentamento às ameaças ao direito humano à alimentação e aos territórios dos povos e comunidades no campo, as quais advém das corporações multinacionais. Assim, se infere que um internacionalismo feminista camponês popular sempre esteve presente na práxis das mulheres em movimentos sociais no campo para construção do bem viver e da emancipação humana. Seibert (2019) relata uma ação direta de enfrentamento coletivo empreendida por mulheres dos movimentos sociais da *La Via Campesina* no Brasil contra o agronegócio:

> No Projeto de Agricultura Camponesa o MMC defende a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, alimentos de qualidade e diversificados para a mesa das famílias camponesas e para toda a sociedade, esta que é o resultado do trabalho e fundamento da cultura e identidade do campesinato, ressaltando sempre o papel e a importância das mulheres em todo o histórico da agricultura no mundo, desde sua origem e na atualidade. (...) Com o aprofundamento do debate do modelo de desenvolvimento para o campo, as mulheres camponesas apontam o impacto do agronegócio na vida delas e dos camponeses em diferentes aspectos. Os impactos ambientais, a contaminação do solo, das águas e do ar com o uso de agrotóxicos e o desmatamento, os quais se ampliam com a flexibilização da legislação ambiental, principalmente com a reforma do código florestal. (...) As camponesas, identificam como um dos representantes concretos do modelo do agronegócio, as empresas multinacionais. (...) Para construir um projeto popular de agricultura as camponesas entenderam que precisavam enfrentar diretamente este modelo de produção, que não permite a existência de outra forma de fazer e de pensar agricultura no campo e não serve para os camponeses/as. Demonstrando a capacidade de articulação, de planejamento, coragem e força das mulheres camponesas no dia 08 de março de 2006 mulheres com rostos cansados, queimados do sol, mãos calejadas do trabalho diário e cotidiano na roça realizam o que será um marco nacional, mas também mundial da ação feminista das mulheres camponesas. (...) As camponesas da Via Campesina ocupam o laboratório de experimentos da empresa Aracruz Celulose, uma das maiores empresas do ramo do mundo, que estava produzindo de forma ilegal mudas de eucalipto transgênico, destruíram os experimentos ilegais de eucalipto e denunciaram as consequências do seu monocultivo, que elas chamaram de desertos verdes. (...) Elas ainda levaram as mudas para a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), realizada em Porto Alegre, denunciando aos governos, representantes de instituições internacionais e as

> próprias empresas, presentes naquela conferência, a paralisação da reforma agrária no Brasil e o incentivo dado pelos governos a estas empresas para instalar-se nos países periféricos, apropriar-se de grandes áreas de terra para a produção de commodities em detrimento da produção de alimentos, colocando as populações nacionais em situação de vulnerabilidade alimentar. (SEIBERT, 2019, p. 58-61)

Neste sentido, esta pesquisa tenta constituir encontros e diálogos entre abordagens feministas e as do pensamento social crítico latino-americano, entre estudos sobre a alimentação e o internacionalismo, trazendo conteúdos interessantes para pensar a alimentação saudável de novos ângulos, reafirmando sua importância. No entanto, com certeza, as reflexões não se encerram por aqui, sendo possíveis muitas outras investigações e aprofundamentos: com outras literaturas e autoras, com outros países para além de Brasil e Argentina, com muitos outros movimentos sociais do campo e da cidade, sendo as reflexões da tese apenas um passo entre muitos outros nesta caminhada em defesa dos direitos, da dignidade da pessoa humana e de todas as formas de vida na natureza.

Empreendendo um exercício hermenêutico a partir dos conteúdos das falas das mulheres em movimentos sociais no campo sistematizadas nas seções anteriores, observa-se que estas lutadoras sociais buscam contemplar as necessidades humanas imediatas e particulares assim como também buscam transformar a ordem social excludente a partir da visibilização e valorização do trabalho das mulheres camponesas na alimentação. Assim, podemos refletir sobre qual a relação entre as perspectivas feministas camponesas populares das ações de organização e luta popular das mulheres em movimentos sociais no campo com a construção das agendas políticas para alimentação saudável e soberania alimentar dos povos.

A organização das mulheres em territórios de resistência enseja processos sociais de diálogo, crítica e intervenção na realidade social de desigualdades oriundas da subordinação do trabalho na sociabilidade capitalista, também compreendida como patriarcal, racista e imperialista. As mulheres em movimentos sociais no campo criam novas agendas políticas que priorizam a construção social da alimentação saudável nos territórios como forma de intervenção coletiva na geopolítica da fome, que partem do trabalho de base e que se desenvolvem em dimensões multiescalares da vida social - do local ao nacional e internacional. Desta forma, além de criar condições de contemplar as necessidades humanas na vida cotidiana, também cria as condições políticas de transformação da ordem social excludente, politizando o que significa “mulheres”, as separações público-privado e as divisões sociais, raciais, sexuais e internacionais do trabalho a partir do fomento de práticas produtivas agroecológicas, da construção de mercados locais e do desenvolvimento do trabalho em perspectivas como as da

economia feminista. Nesta perspectiva da economia feminista, as mulheres camponesas e dos movimentos sociais no campo buscam visibilizar e valorizar, em primeiro lugar, o trabalho produtivo das mulheres do campo e, também, os trabalhos reprodutivos e de cuidados por elas desempenhados – os quais não tem sido reconhecidos socialmente como trabalho. Ademais, em segundo lugar, as lutadoras sociais evidenciam e buscam transformar o fato de que as desigualdades estruturais capitalistas, patriarcais, racistas e internacionais oriundas da subordinação do trabalho repercutem na totalidade social, isto é, buscam por meio de sua ação coletiva intervir: nas situações sociais de violências contra as mulheres, nas desigualdades de acesso à terra e aos direitos sociais como à educação, saúde e seguridade social como um todo, na subrepresentação política das mulheres camponesas, indígenas e negras, entre outras por elas abordadas em suas falas. Nesta luta social das mulheres em movimento sociais no campo, portanto, a construção política da alimentação saudável à luz da agroecologia e do princípio da soberania alimentar dos povos desponta como uma importante estratégia-síntese.

Conforme discutido da seção introdutória desta tese, o pensamento agroecológico de Ana Primavesi (2016) foi uma base que nos propiciou elaborar neste trabalho a defesa de novas relações sócioambientais saudáveis que tem a alimentação saudável como um conteúdo central, visibilizando e valorizando também sua dimensão de trabalho. Para tal, é elementar o vínculo com a terra e o solo, com a água, as sementes e todos os bens comuns que são a primeira base de sustentação da vida e que não podem ser reduzidos à mercadorias. Da mesma forma, então, o trabalho - como o empreendido para a alimentação, entre outros - também deve ser valorizado como atividade de transformação da natureza, pelo qual os seres humanos se constróem enquanto indivíduos enquanto simultaneamente também constróem a totalidade social na qual participam. Assim, a luta social feminista camponesa popular constrói o reconhecimento e a valorização social do trabalho das mulheres camponesas na sustentação da produção e reprodução da vida humana em equilíbrio com a natureza, reafirmando a legitimidade da autodeterminação dos povos em seus territórios e das soberanias populares (como a soberania alimentar). Consoante Seibert (2018), podemos compreender o feminismo camponês popular da seguinte forma:

> Em 1994 ocorreu o I Congresso da CLOC, no qual se percebeu pouca presença das mulheres. (...) Também se percebeu a necessidade de contar com o olhar das mulheres camponesas em relação às temáticas que eram abordadas, como o acesso à terra, sementes, reforma agrária (...). Fruto disso, no II Congresso da CLOC, em 1997, as mulheres tiveram um espaço próprio, uma Assembleia de Mulheres para discurtir seus assuntos, que lhes permitiu apresentar suas decisões ao conjunto do movimento camponês durante o congresso. Naquele

> momento foram propostos como temas a paridade e a transversalidade de gênero em todo o movimento. O debate permitiu a construção política das próprias mulheres, de liderança, de formação dentro da CLOC. (...) São os inícios de um discurso que se converterá mais adiante em uma proposta estratégica. O feminismo camponês popular é uma construção das mulheres de base apontando nossas demandas e nossas lutas de forma compartilhada. (...) Como camponesas, partem também da condição de se sentirem mulheres da classe trabalhadora do campo. O importante para nós, em nosso dia a dia, é não ter acesso às terras, não haver escola, não ter transporte, não ter acesso à saúde, e é a partir desta realidade que se constrói o feminismo camponês. Partimos da realidade que nós mulheres camponesas vivemos. Também falamos de feminismo popular porque é um feminismo de construção coletiva. Não é uma proposta que chega de fora, de alguma pensadora intelectual ou de uma determinada corrente de pensamento. É uma construção nossa, das mulheres de base, apontando nossas reivindicações e nossas lutas de forma compartilhada. Neste processo se avança quando todas estamos de acordo com a compreensão da necessidade de um feminismo com identidade própria (a camponesa) e de construção coletiva (popular). E é assim que se assume formalmente na CLOC, no ano de 2015, o sentido do feminismo camponês e popular. Nós dizemos que não pode existir feminismo se não se propõe à transformação da sociedade. Nosso feminismo fala de uma nova relação dos seres humanos com a natureza (...) trata-se de resgatar e criar novas formas de viver que foram perdidas com a entrada do capitalismo. No que diz respeito à relação entre homens e mulheres, deve terminar a hierarquia de poder nas famílias camponesas, nos espaços organizativos e nos espaços comunitários. É necessário quebrar a sociedade patriarcal em que o homem se considera o chefe da família, o que toma as decisões (...) a violência e as desigualdades que vivemos são estruturais. Em nossos debates sempre levamos em conta três eixos que devem estar relacionados de forma intrínseca: capital, gênero e raça. São os eixos que compõem o sistema de exploração e dominação das mulheres, sobretudo, das camponesas, indígenas e negras. (...) Não é feminismo liberal, não é feminismo anarquista, é o feminismo de classe camponesa e popular. (SEIBERT, 2018, p. 18-19)

Assim, compreende-se a história de construção do feminismo camponês popular e seus conteúdos, em contraponto às desigualdades vivenciadas pelas mulheres no campo. Identificou-se que viver no meio rural - como parte de uma comunidade camponesa, de uma comunidade tradicional, de um assentamento de reforma agrária, entre outras vivências possíveis relatadas pelas entrevistadas -, tem sido uma experiência de vida contraditória, pois, o meio rural é atravessado pelo modelo do agronegócio e pelo projeto de desenvolvimento extrativista exportador que traz aos territórios grandes empreendimentos de geração de energia, mineradoras, entre outros, causando contaminação, perda da biodiversidade, perda da autonomia dos sujeitos e comunidades rurais. Neste sentido, do ponto de vista do projeto de agricultura camponesa, feminista e agroecológica, o que hoje chamamos cientificamente e politicamente de produção agroecológica e/ou orgânica já existia como práticas sociais e culturais tradicionais e ancestrais de vínculo com a terra, com as sementes, com os alimentos,

com as águas e toda a vida nos territórios. Em “Sobre a evolução do conceito de campesinato”, Guzmán e Molina (2005), em sintonia com o que dizia Ploeg (2008) sobre o princípio camponês, explica o que camponeidade à luz da perspectiva agroecológica:

> (...) o conceito de campesinato evoluiu desde a sua consideração como um segmento social integrado por unidades domésticas de produção e consumo que, apesar de sua mudança hisrtórica, mantinha algo genérico, até a sua conceituação agroecológica atual. Isto é, o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevoloução que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioamnbiental. É por tudo isso que a agroecologia identifica como o genérico do campesinato na história sua forma de trabalhar e o conhecimento que a sustenta com relação ao manejo dos recursos naturais. Nesse sentido, o campesinato é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da reprdoução biótica dos recursos naturais. Dessa perspectiva, é possivel falar de camponeidade ou graus distintos de camponeidade com relação aos grupos sociais de produtores. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 81-82)

Quando juntamos a agroecologia com o feminismo camponês popular é para destacar este vínculo complementar entre camponeses e relações de equilíbrio com a natureza, reiterando também a necessidade de justiça e ética nas relações sociais por meio da superação de todas as estruturas de dominação que se expressam no todo da vida social. Assim quando as mulheres camponesas problematizam suas experiências de vida, trabalho, participação política e saúde, estão explicando o todo da realidade social, portanto, constituindo-se como sujeitas colaboradoras na renovação da teoria social - e não para a constituição de um campo de estudo temático, específico ou isolado. Por exemplo, quando em Rosângela Piovizani Cordeiro (2018) analisamos o trabalho das mulheres camponesas na sociedade patriarcal, racista e capitalista, estamos compreendendo a sociedade, o Estado, a família, o trabalho e as relações sociais, entre outras categorias, conjuntamente com o desenvolvimento da compreensão sobre as mulheres camponesas em si:

> Esse processo [conquista da aposentadoria e do salário maternidade no campo] traz perspectivas de reparação de uma dívida histórica para com as camponesas, as quais tinham negado seu trabalho na produção e reprodução da vida, processos do trabalho que formam parte de uma unidade dialética de todo o sistema produtivo, e que só podem ser entendidos como totalidade, ou seja, não existe um sem o outro. Tal negação existe compreendendo que nas unidades camponesas há uma divisão sexual do trabalho construída e reproduzida socialmente, que, mesmo não sendo real, permanece no discurso. Assim, só são consideradas trabalho aquelas atividades relacionadas à produção dirigida para a comercialização e infraestrutura da propriedade, as quais se compreendem como renda, como geração de valor, atividades essas

> também realizadas pelas mulheres, mas entendidas como ajuda; por outro lado, também os trabalhos relacionados com a produção de alimentos, a produção da horta, dos hortos medicinais, da criação de pequenos animais, da produção de queijos, bolos, biscoitos, pães e doces, sendo a maioria dessa produção destinada ao consumo interno da família, mas que também são direcionados para o comércio, mesmo que não prioritariamente, não são considerados trabalho, não são valorizados, ficando na invisibilidade. Essa forma de organizar e dividir o trabalho é fruto das estruturas do sistema patriarcal, racista e capitalista, pois, só se valoriza o que é tido como trabalho de homem e se for destinado ao mercado, desconsiderando a produção realizada pelas mulheres, e principalmente, invisibilizando totalmente a importância do trabalho de cuidados, que garante a unidade dialética entre produção e reprodução. O não reconhecimento do trabalho produtivo da mulher contribui para a precarização de sua condição de sujeito de direito. (...) a participação das mulheres constrói políticas com um olhar de igualdade e de liberdade. Há uma transformação nas relações sociais das mulheres, no âmbito familiar, quando elas ganham autonomia financeira, liberdade de decisão sobre os rumos produtivos da unidade de produção familiar, independência econômica com o acesso à seguridade social, com reflexos nas relações no seio das cmunidades e municípios onde estas mulheres vivem. Essa batalha pela conquista dos direitos das mulheres camponesas foi um processo longo, de persistência, de enfrentamentos e conflitos contra as entranhas do patriarcado presentes no Estado, nas instituições, no parlamento, nos sindicatos e movimentos populares e até nas famílias. (CORDEIRO, 2018,p. 187-188)

Nesta tese, concordando com Cordeiro (2018) de que “a participação das mulheres constrói políticas com um olhar de igualdade e de liberdade” refletimos que se pode ensejar além da crítica ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo, também a crítica ao imperialismo, construindo o fim das desigualdades dentro e fora das sociedades nacionais, nas relações políticas locais e nacionais e na geopolítica da fome no cenário internacional. O sistema agroalimentar hegemônico, o modelo do agronegócio, o projeto de desenvolvimento (neo)extrativista exportador inscreve sua lógica perversa de dominação por cima das vidas dos sujeitos e comunidades do campo em todos os sentidos: por cima dos territórios gerando expropriações, deterioração dos meios de vida, violência no campo e morte e; por cima da cultura produtiva e de cuidado comunitário e ambiental, solidário e baseado em trocas de sementes crioulas, de animais reprodutores para fortalecer a criação pecuária, de alimentos variados e receitas culinárias, etc.

Assim, quando pensamos nas mulheres camponesas, nas mulheres rurais em sua diversidade de identidades e expressões nos territórios, estamos falando sobre os alicerces da vida camponesa e rural que, geração após geração, não tem deixado as paredes desta construção histórica das culturas, experiências e saberes do campo desaparecerem porque são as que, predominantemente, pela própria lógica do patriarcado e dos demais sistemas de dominação

social, asumiram a responsabilidade com a reprodução social da vida humana e planetária, desde suas hortas - que são para o consumo próprio familiar, o preparo dos alimentos, a guarda e multiplicação das sementes, a distribuição e comercialização do excedente no campo e na cidade (como por meio das trocas e feiras camponesas, por exemplo), os cuidados com as pessoas - em diferentes momentos do ciclo de vida (como com as crianças e idosos) e nas situações de adoecimentos pelas contaminações. Trata-se de uma responsabilidade que, no entanto, não deve ser assumida individualmente pelas mulheres, posto que são responsabilidades sociais e deveres do Estado, de modo que a partir de seus cotidianos de vida, as mulheres em movimentos sociais no campo também emprendem seus processos de organização popular e construção de agendas políticas para alimentação saudável voltados à garantia dos seus direitos e dos direitos de toda a sociedade e de todos os povos.

Foi possível averiguar que os meios rurais brasileiro e argentino, atravessados pela modernização conservadora, pelo capitalismo dependente, pelo latifúndio e outros elementos da ordem social vigente, tem experiências de agricultura familiar camponesa e agricultura familiar campesina indígena que podem ou não ser agroecológicas no momento e podem não estar livres de desigualdades e estes são processos enfrentados com resistências, reconstruções de vínculos comunitários e solidários e organização popular fundamentada em trabalho de educação popular de base e formação política para o desenvolvimento da consciência crítica e da práxis transformadora e emancipatória rumo à superação das desigualdades, discriminações e degradações das sociobiodiversidades. Assim, a perspectiva de ação-teoria-ação da educação popular é um conteúdo dos processos sociais de intervenção na realidade social de desigualdades, para transformação das práticas sociais no que compreendemos como a passagem de passado, presente e futuro de novas experiências de sociabilidade, reconhecendo e valorizando que muitos saberes e práticas ancestrais são conteúdos do futuro dos povos.

As contradições internas nas famílias, comunidades e territórios denotam limites da igualdade e deteriorações dos meios de vida impostas pelos sistemas de dominação na sociabilidade capitalista, patriarcal, racista e imperialista (neo-colonialista) e, longe de serem indicativo de que a contribuição das mulheres latino-americanas em movimentos sociais no campo é só mais uma alternativa complementar entre diversos “estilos de vida”, afirma-se que as agendas feministas camponesas populares para a soberania alimentar dos povos, a partir de um projeto de agricultura camponesa feminista e agroecológica, é uma estratégia central de resistência e luta de transformação social para a continuidade da vida humana e planetária.

3.3.2 Mulheres e abordagens feministas latino-americanas

O objetivo desta seção é aprofundar saberes construídos no encontro entre as teorias e epistemologias feministas e o pensamento social crítico latino-americano elaborado por mulheres nos territórios da América Latina. Neste caminho de nossa discussão, retoma-se que dentre o que tem sido necessário trazer à tona estão os impactos dos processos de expropriação de corpos, territórios, saberes e direitos das mulheres do campo. Em contraponto a estas múltiplas violências, estas sujeitas desenvolvem práticas e saberes sobre novas relações sociais e internacionais de produção, reprodução e cuidado com a vida. Esta tarefa, uma vez assumida, animou o contato e aprofundamento com o que se poderia denominar enquanto um "mosaico de perspectivas feministas latino-americanas", assim como vem sendo ensejados os *"mosaicos de vozes"* das mulheres em movimentos sociais no campo apresentados na tese.

Estas perspectivas constituem ferramentas a serem utilizadas como *"microscópio social"* e como *"telescópio social"*. No primeiro caso, para interpretação de nossas práticas sociais cotidianas no nível micro (GUEDES, 2018), como a questão dos trabalhos domésticos e de cuidados no dia a dia das mulheres. No segundo caso, para explicar os processos de produção e reprodução das relações sociais e internacionais no nível macro (GUEDES, 2018) em nosso continente, por exemplo, como as tendências históricas oriundas dos processos de colonialidade e dependência entre os povos na sociabilidade imperialista, capitalista, patriarcal e racista. A ideia de ferramentas diversas que podem ser reunidas em um conjunto denominado "perspectivas feministas no pensamento social crítico latino-americano" foi pensada a partir da leitura de Alba Carosio (2017), que elucida:

> El pensamiento feminista tiene capacidad para modificar visiones y perspectivas teóricas y para elaborar las herramientas que permitan abordar temas cruciales en el mundo real en el que vivimos, de la existencia humana en sus determinaciones concretas, de las sociedades y su organización material. De ahí su potencial para explicar −y no solo describir− tanto las desigualdades existentes entre mujeres y hombres, como sus mecanismos de su reproducción y legitimación. (CAROSIO, 2017, p. 29)

Esta observação é pertinente porque demonstra que a utilização de chaves feministas latino-americanas reconhece a existência das desigualdades de gênero com outras contradições sociais e, aliás, que estas desigualdades contam com mecanismos de reprodução e legitimação social que propiciam sua continuidade histórica da modernidade-colonialidade à

contemporaneidade. Isto requer que a realidade social seja explicada criticamente e não apenas descrita de forma que naturalize suas contradições sociais estruturantes.

Com tais considerações em vista, discutidas por Carosio (2017) em *"Perspectivas feministas para ampliar horizontes do pensamento crítico latino-americano"*, os aportes feministas latino-americanos podem ser empreendidos para variadas intencionalidades de pesquisa, inclusive dentro de campos em que não se costuma identificar esta interlocução com epistemologias feministas e de gênero, como no tocante aos estudos sobre agendas políticas para alimentação. Em muitas áreas e campos de estudos ainda é possível avançar desvelando novos conteúdos, em procedimentos investigativos inspirados pelas considerações das perspectivas feministas, em suas críticas sobre os processos de dominação existentes. Trata-se de um olhar que aborda desde as relações interpessoais e sociais cotidianas dos indívidos, grupos e famílias, consideradas hegemonicamente como puramente privadas, até as relações sociais nacionais e internacionais, consideradas públicas e, não menos importante, como esta divisão entre as esferas pública e privada (PATEMAN, 2020) tem sido repensada à luz da crítica à divisçao sexual do trabalho - que atravessa de forma limitadora as condições de trabalho e de participação política das mulheres na sociedade. Consoante Flávia Biroli (2014) em *"Feminismo e política: uma introdução"*:

> Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. (...) Trata-se, como definiu Carole Pateman em sua análise das teorias do contrato, de expor a história não contada da construção da esfera pública e dos direitos individuais na modernidade a partir da posição das mulheres. Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências como privados e, como tal, não políticos. É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. O destaque para as exclusões implicadas na conformação de *uma* esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos nem universais, mas se definiram, historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos **em detrimento de outros**. A projeção de uma esfera pública homogênea, silenciando sobre a existência de públicos distintos e conflitivos, é um de seus efeitos; a restrição do universo de contestação pública legítima, por meio da definição do que é ambito privado, é outro. (...) a preservação da esfera privada em relação à intervenção do Estado e mesmo às normas e aos valores majoritários na esfera pública significou, em larga medida, a preservação de relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres. (...) a defesa de relações mais justas e democráticas na esfera privada leva a refletir sobre os papéis convencionais de gênero e a divisão do trabalho, expondo suas implicações para a participação paritária de mulheres e homens na vida pública. (BIROLI, 2014, p. 31-34)

Daqui, portanto, reflete-se como a alimentação como trabalho de cuidados tem sido imposto às mulheres como um dever sem ser reconhecido como trabalho, ademais, sem que as mulheres camponesas tenham seus trabalhos visibilizados e valorizados na esfera da produção e sem que recebam os mesmos direitos que os homens quando se trata de decidir sobre a produção dos alimentos e quando se trata de participar nas políticas públicas que organizam e viabilizam a produção, a comercialização e o abastecimento alimentar em suas comunidades, povos e sociedades nacionais. Para as mulheres camponesas, a alimentação envolve sempre também o trabalho produtivo de plantar, colher, processar e distribuir quando há comercialização, mesmo que também seja identificado com o cuidado com as pessoas e o meio ambiente.

Assim, uma referência importante neste sentido é a literatura produzida por intelectuais orgânicas dos próprios movimentos sociais latino-americanos, como no texto *"Divisão sexual do trabalho"*, do livro *"Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas"*, em que Michela Calaça, Noeli Taborda e Isaura Conte (2020) contribuem para a compreensão do trabalho das mulheres no meio rural:

> As mulheres e homens no campo trabalham muito. Em se tratando de mulheres, esse trabalho é ainda mais complexo, porque a mistura do dentro e fora de casa é constante. Em relação à produção para a renda a imbricação entre o que se vende, doa, troca e consome, envolve mais tempo e dedicação das mulheres. Esse trabalho é invisibilizado. Porém, quando essa produção se torna a renda principal da unidade de produção, é comsiderado trabalho de mulheres e homens. E muito mais, fica delegado aos homens quando se refere à renda. Assim, a separação entre o trabalho produtivo e reprodutivo é uma separação artificial e que não considera a realidade como uma totalidade. (...) Ao mesmo tempo precisamos considerar o espaço da roça ou extrativismo [local] (espaço considerado da produção) e o espaço considerado doméstico, que, por sua vez, além daquele de dentro da casa tem os arredores, compreendendo a produção artesanal que vai desde a produção e industrialização do leite, doces, hortaliças, frutas, legumes, à confecção do artesanato, sejam roupas, redes, rendas, tapetes, cerâmicas, entre inúmeros outros. O chamado trabalho das "miudezas", considerado por nós "grandezas da diversidade", que é a produção feita por mulheres, como uma porção de "pequenas coisas" ou produtos é o que garante grande parte da renda das famílias, e, sobretudo, evita que se compre tudo no mercado. É o que foi chamado de economia invisível; renda invisível produzida pelas mulheres. (...) conclui que, no rural, o trabalho considerado doméstico também é produtivo. (CALAÇA, TABORDA, CONTE, 2020, p. 128-129)

Neste sentido, a elaboração da ideia de *"grandezas da diversidade"* pode ser interpretada como uma ferramenta cognitiva elaborada pelas próprias mulheres em movimentos sociais no campo para visibilizar e valorizar o trabalho e a participação política das mulheres

trabalhadoras e que, não menos relevante, traz respostas que aprofundam a compreensão da realidade social na qual as mulheres rurais tem experiências de vida diferentes, transcendendo dicotomias teóricas entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e de cuidados. Esta ideia está relacionada às elaborações da economia feminista que critica a divisão sexual do trabalho na economia hegemônica (capitalista, patriarcal e racista) na qual os trabalhos das mulheres tendem a serem desconsiderados como trabalho ou serem considerados de menor valor e relevância social. No mesmo sentido, existem também estudos comparados feministas no âmbito das Ciências Sociais, os quais seguem rompendo com tais dicotomias teóricas tradicionais. Por exemplo, as pesquisas de Helena Hirata (2014; 2022) sobre o trabalho de cuidados em Brasil, França e Japão. No livro *"O cuidado: teorias e práticas"*, ela escreve que:

> Considerar a vulnerabilidade e a interdependência como constitutivas de todo ser humano e o trabalho do cuidado como responsabilidade de todos, sem distinção de sexo, raça ou classe social, é uma primeira convicção orte desta obra (...) é preciso mudar o atual status desfavorecido e precário das (os) trabalhadoras (es) do cuidado – em um sentido amplo – no mundo inteiro, status esse associado à falta de recohecimento do trabalho dompestico e de cuidado não remunerado enquanto trabalho no seio dos grupos domésticos, que repercute sobre as condiç~eos de salário e a falta de direitos. (...) as necessidades de cuidado se referem não apenas aos países do Norte, mas aos do Sul, e que elas não são locais, mas globais. (...) assim como a ausência ou a carência do Estado para remediar a falta de prestadoras (es) de cuidado. Uma das especificidades do cuidado nos países do Sul é a emergência de um "cuidado comunitário", muitas vezes resultantes das solidariedades locais. (HIRATA, 2022, p. 23-25)

Destaca-se, então que, sem desconsiderar a existência de múltiplos caminhos nos estudos comparados feministas que incluem a análise de países de outras regiões, também podem ser utilizadas ferramentas que pensam o sul global, e, neste caso, a própria região latino-americana e suas sujeitas, uma vez que se debruçam sobre as particularidades desta formação sócio-histórica com propostas inovadoras sobre as experiências das mulheres latino-americanas na *"viragem epistemológica"* (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014), no *"desenganche decolonial"* (CURIEL, 2014) e no *"assumir da própria fala"* (GONZALEZ, 2020).

O reconhecimento da diversidade das contribuições científicas e políticas das mulheres latino-americanas possibilita a tomada de consciência de uma totalidade social mais ampla, de tendências estruturais e sistemas que atuam na determinação histórica das práticas sociais e das relações sociais e internacionais que constituem a vida social em que todos nós estamos inseridos. Aqui, no que estamos chamando de feminismos latino-americanos, tal como falávamos acerca do pensamento social crítico latino-americano como campo mais amplo, não

significa ignorar a existência e legitimidade científica de toda e qualquer elaboração externa aos territórios latino-americanos. Busca-se assumir tanto o desafio de reconhecer e dialogar com referências alternativas na região quanto assumir a tarefa de comprender de fato a mediação de tendências estruturais da particularidade latino-americana na vida social. Por exemplo, pode-se ir mergulhando nesta empreitada por meio do contato com autoras que abordam temas como *"entronque patriarcal"* (CABNAL, 2010), *"colonialidade de gênero"* (LUGONES, 2014), *"racismo e sexismo"* (GONZALEZ, 2020), *"simbiose de capitalismo-patriarcado-racismo*" (SAFIOTTI, 1987), entre outras.

O enfoque feminista na América Latina visibiliza os saberes das mulheres na região, então localizadas fora do eixo hegemônico europeu-estadunidense no domínio científico e tecnológico. Das economias centrais, advém modelos produtivos e projetos de desenvolvimento e "progresso" que não servem para os setores populares dos meios urbanos e rurais, pois, seus benefícios não tem sido para todas as pessoas. Reduzindo direitos humanos a privilégios das elites, destinam aos povos dos territórios periféricos toda sorte de externalidades negativas, de violências e injustiças, de racismos ambientais, conforme vimos nos conteúdos das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa.

Nas Ciências Sociais, passa-se a entender que é possível contribuir com a superação do silêncio e da invisibilização aos quais tantas mulheres latino-americanas são oprimidas, reconhecendo novos protagonismos, autorias e referências de saberes, pois, existem experiências de vida muito diversas entre as mulheres e as sociedades, conjuntos plurais e não blocos homogêneos. O reconhecimento das *"grandezas da diversidade"* oriundas do trabalho produtivo, de cuidados e da participação política das mulheres camponesas (CALAÇA; TABORDA; CONTE, 2020) também nas referências científicas, propicia ampliar a própria dimensão explicativa das Ciências Sociais, justamente a partir do estudo das raízes socio-históricas da dominação, do silenciamento e da invisibilização que atingem as mulheres de formas diferenciadas, por exemplo, no tocante à raça, à classe social e ao local de vida urbano ou rural. Conforme elucida Yurdekis Espinosa-Miñoso (2014) sobre *"el viraje epistemológico"*:

> El tratamiento de raza y clase como diferencias menores entre las mujeres, o sea entre un grupo específico, tiende a naturalizar estas categorías como si ellas no fueran producidas por sistemas estructurales de dominación que han terminado definiendo y organizando el mundo y la vida social dentro de la cual están las mujeres. Es por ello que el reto no se trata de lograr un mundo idílico de reconocimiento e incorporación de la diferencia, puesto que ellas expresan sistemas de dominio y explotación que colocan a las mujeres en

> espacios antagónicos de la vida social volviendo irreconciliables sus intereses. El viraje epistemológico en plena transición que estamos experimentando las feministas provenientes de trayectorias y posicionamientos críticos y contrahegemónicos en Abya Yala nos coloca ante el reto de contribuir al desarrollo de un análisis de la colonialidad y del racismo –ya no como fenómeno sino como episteme intrínseca a la modernidad y sus proyectos liberadores– y su relación con la colonialidad del género. La apuesta obliga a abandonar y cuestionar activamente esta pretensión de unidad en la opresión entre las mujeres. Para ello estamos dispuestas a alimentarnos, articularnos y comprometernos con los movimientos autónomos que en el continente llevan a cabo procesos de descolonización y restitución de genealogías perdidas que señalan la posibilidad de otros significados de interpretación de la vida y la vida colectiva. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p. 12)

Estes processos, de dominação, silenciamento e invisibilização, são então desnaturalizados por meio da investigação das múltiplas experiências de vida, resistências coletivas e identidades das sujeitas. São partes de sistemas sociais de dominação que, em diversas configurações, estão presentes na realidade social de todas as pessoas e sociedades nacionais, concedendo-lhes privilégios ou barreiras particulares que incidem também sobre as práticas e saberes sociais. Conforme se estuda em perspectiva comparada, as tendências estruturais que incidem sobre um mesmo problema social (como a fome) em diferentes regiões e países, pode-se constatar o alcance geral destes sistemas de dominação e caracterizar suas particularidades regionais. Por exemplo, como o sistema agroalimentar hegemônico se articula com as dinâmicas de expropriação e concentração fundiária da formação sócio-histórica colonial e capitalista dependente na América Latina. Lembrando-se também que tal formação social e histórica é mediada pelo patriarcado e o racismo, gerando a problemática à qual nos referimos no início deste trabalho acerca da prevalência da fome sobre as mulheres e sua continuidade no meio rural e nos países periféricos e do Sul global.

É então, por meio do acolhimento da existência de diversidades de experiências de vida e da perspectiva de totalidade propostas pelos olhares feministas latino-americanos, que se pode de forma ainda mais ampla conseguir ver para além do espelho da modernidade-colonialidade, do capitalismo, do racismo, do patriarcado e do imperialismo - que nos constrange a não nos reconhecer em nossa própria história, a não sermos com autonomia e autenticidade em nossas próprias culturas, corpos e territórios. Ainda que haja hegemonias do modelo do agronegócio como forma de organização social dos territórios nacionais e do sistema agroalimentar dominado também por cadeias monopolistas de supermercados - que promovem o consumo de alimentos ultraprocessados e com agrotóxicos deletérios à saúde humana e à sustentabilidade ambiental -, as mulheres, os camponeses, as classes trabalhadoras, os povos originários e as

comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais estão construindo as lutas sociais por direito à alimentação saudável e inclusive fomentando políticas públicas inovadoras como o PAA e o PNAE, no Brasil, e a Lei Nacional de Reparação Histórica da Agricultura Familiar Campesina Indígena, na Argentina, ainda que de formas muitas vezes invisibilizadas, inclusive acerca de suas contribuições internacionalistas.

Com a curiosidade de quem anseia por brechas emancipatórias, portanto, podemos ver a míriade de contribuições práticas, teóricas e políticas por meio das quais as mulheres no continente latino-americano são diversas e o quanto possuem uma posição epistêmica privilegiada para leitura dos problemas sociais contemporâneos sobre os quais o pensamento social mergulha. Ademais, estas mesmas sujeitas ousam, com valentia, reinventar o mundo desde seus territórios e comunidades locais, a partir de alternativas como a construção de processos agroecológicos, solidários populares, internacionalistas, e tantos mais. Dialogando com cada vez mais vozes feministas "para ampliação dos horizontes do pensamento crítico latino-americano", conforme explica Alba Carosio ao abordar as temáticas das ausências e dos silêncios, temos que:

> El conocimiento social debe estar consciente de la necesidad de mostrar, revelar, indagar en los varios sistemas, procesos y prácticas sociales que generan la desigualdad y la discriminación y que son la base y sustento de la explotación en lo concreto, ampliando así la mirada a las desigualdades que no tienen su origen en la clase. El enlace entre discriminación, opresión y explotación, sintetiza un tipo de dominación que es, al mismo tiempo, dominación de clase, de género, y de etnia, entre otras. (CAROSIO, 2017, p. 25)

Portanto, esta posição epistêmica privilegiada, capaz então de ampliar horizontes e tornar o conhecimento social mais consciente e abrangente, analisa-se aqui, tem sido identificada em dois caminhos. O primeiro caminho é o da discussão do contexto social a partir do qual muitas mulheres latino-americanas escrevem quando elaboram teoricamente seus feminismos críticos, contextos que são narrados numa problematização crítica de elementos que, para setores sociais privilegiados do *mainstream* das Ciências Sociais, não constituíam pontos focais. Uma evidência desta sistematização encontra-se nos debates sobre a colonialidade de gênero, o patriarcado, o racismo, a dependência no capitalismo, o imperialismo, a heteronormatividade compulsória que viola os direitos dos sujeitos da diversidade sexuas e de gênero (como das mulheres lésbicas, bissexuais e trans), entre outros temas, que falem de forma conectada sobre o que são todas estas estruturas, as quais, em sua maioria são tratadas de forma fragmentada em campos diversos de estudo (CAROSIO, 2017).

Assim, partir das experiências das mulheres inseridas nestas relações visa alcançar condições de interpretação, cada vez mais aprofundadas, de que existem tendências históricas, estruturas e sistemas sociais mais amplos operando entre particularidades e singularidades. Não menos importante, estão sempre interligados em uma realidade social complexa (ou seja, um complexo de complexos). Os problemas sociais decorrentes das contradições estruturais e sistemas de dominação muitas vezes podem não ser suficientemente abordados nas elaborações intelectuais do *mainstream* das Ciências Sociais porque não são componentes das relações sociais e internacionais nas quais os pesquisadores que produzem este saber hegemônico se reconhecem inseridos. Ou ainda, simplesmente, porque não se dispuseram a conferir relevância a tais temas, sujeitas e abordagens.

A ampliação de horizontes pode ser vista também, em seu segundo caminho, no próprio exercício crítico para avançar na dimensão epistemológica e teórico-metodológica feminista, tendo em vista que a limitação das agendas políticas e de pesquisa em torno de determinados temas e finalidades pode reproduzir e legitimar limites democráticos, tal como alertava Carosio (2017). Quando Ochy Curiel argumenta por uma posição decolonial feminista, propõe o *"desenganche decolonial",* isto é, coloca a necessidade de um desvínculo para com os limites eurocêntricos e liberais, a qual deve perpassar inclusive os aportes feministas já existentes e que são referências importantes na formulação de políticas públicas igualitárias, isto é, que reconhecem as desigualdades estruturais existentes. Curiel (2014) problematiza que é importante ir além dos limites estabelecidos, ou seja, não apenas reconhecer as desigualdades para compensá-las, mas, justamente, interpretar suas origens para transformá-las. A autora elabora acerca do feminismo decolonial, estabelecendo um diálogo entre as teorias decoloniais latino-americanas e as abordagens interseccionais oriundas da teoria feminista negra estadunidense. Ela afirma em *"Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial":*

> La interseccionalidad pregunta muy poco por la producción de estas diferencias contenidas en las experiencias de muchas mujeres, fundamentalmente racializadas y pobres. Por tanto, tiende a un multiculturalismo liberal que pretende reconocer las diferencias, incluyéndolas en un modelo diverso, pero que no cuestiona las razones que provocan la necesidad de esa inclusión. En otras palabras, es definida desde el paradigma moderno occidental eurocéntrico. Una posición decolonial feminista implica entender que tanto la raza como el género han sido constitutivas de la episteme moderna colonial; no son simples ejes de diferencias, sino que son diferenciaciones producidas por las opresiones que, a su vez, produjo el colonialismo, y que continúa produciendo en la colonialidad contemporánea. (CURIEL, 2014, p. 55)

Ainda no âmbito do feminismo decolonial, as elaborações sobre a colonialidade do saber e do poder (QUIJANO, 2005) são aprofundadas por meio do debate da colonialidade de gênero, conforme averigua-se nos trabalhos de autoras como Maria Lugones (2014), que criticou o rechaço das *"lentes de gênero"* no âmbito da teoria decolonial, o que acarretou o silêncio acerca da real dimensão de exclusão vivenciadas pelas mulheres da região, sobretudo, pelas mulheres racializadas como não-brancas. Isto se refere também à invisibilização dos saberes destas sujeitas, incluindo o não reconhecimento de suas contribuições feministas no âmbito da teoria decolonial e, de forma mais ampla, do pensamento social latino-americano e as Ciências Sociais. Em *"Colonialidad y género: hacia um feminismo decolonial"*, Lugones (2014) diz:

> Podemos ver que el alcance de la colonialidad del género en el análisis de Quijano es demasiado limitado. Para definir el alcance del género, Quijano asume la mayor parte de lo prescripto por los términos del lado visible/claro hegemónico del sistema de género colonial/moderno. He tomado un camino que me ha llevado afuera del modelo de Quijano de la colonialidad del género para revelar lo que el modelo oculta, o que nos permite considerar, en el alcance mismo del sistema de género del capitalismo global eurocentrado. Por esto, a pesar de que creo que la colonialidad del género, como Quijano cuidadosamente la describe, nos muestra aspectos muy importantes de la intersección de raza y género, el marco afirma el borrar y excluir a las mujeres colonizadas de la mayoría de las áreas de la vida social en vez de ponerla al descubierto. En vez de desbaratarla, se ajusta a la reducción del alcance de la dominación de género. Al rechazar la lente del género cuando caracteriza la inferiorización de las anahembras bajo la colonización moderna, Oyewùmi deja en claro la extensión y el alcance de la inferiorización. Su análisis del género como construcción capitalista eurocentrada y colonial es mucho más abarcadora que la de Quijano. Nos permite ver la inferiorización cognitiva, política y económica, como también la inferiorización de anahembras con respecto al control reproductivo. (LUGONES, 2014, p. 29)

Assim, o feminismo decolonial, buscando superar limites das teorias decoloniais, empreendem uma crítica ao multiculturalismo liberal (CURIEL, 2014) e ao sistema de gênero colonial-moderno (LUGONES, 2014), afirmando que a raça e o gênero tem sido elementos constitutivos de uma episteme moderna-colonial. Não menos importante, existem outras visões para além dos limites da teoria decolonial, por exemplo, o contra-colonialismo. Aqui é pertinente retomar uma autora brasileira e quilombola já mencionada na seção introdutória da tese, Ana Mumbuca (2020), quando ela afirma seu *"olhar contra-colonialista"* no texto *"O vôo das abelhas da terra"*, ou seja, ao invés de propor uma teoria decolonial ou uma perspectiva de gênero no âmbito da teoria decolonial visando descolonizar o que foi atravessado pela

colonialidade, o que está sendo proposto é o reconhecimento, valorização e fortalecimento do *"existir insubmisso"* que nunca aceitou participar da colonialidade. Ana Mumbuca (2020) escreve que:

> Pelo olhar contra-colonialista, escrevo este texto com o propósito de registrar percepções quilombolísticas das diferentes guerras, em especial nos tempos pandêmicos. Quilombo é um conjunto de vidas em defesa contínua sustentada em compromissos do compartilhar ancestral e cosmológico. Quilombo é a força das rebeldias contrárias a todas as ordens opressoras. Não pedimos e nem pediremos libertação, pois fomos e somos construtores das nossas próprias liberdades. Abstenho da ideia unânime de quilombo, e apresento o ser quilombo que vivo e estamos construindo. Pelo nosso existir insubmisso, afirmamos com total certeza que, conforme o que diz o mestre Antônio Bispo dos Santos, "*Saiu o primeiro navio negreiro, eis o primeiro quilombo. O primeiro aquilombar foi ali dentro, com as pessoas reagindo (...)."* (MUMBUCA, 2020, p. 3)

Muitas autoras abordam os problemas sociais nos territórios da América Latina abordando os desafios vivenciados pelas mulheres indígenas, negras, quilombolas, camponesas, trabalhadoras. Então, em uma bibliografia composta por autoras latino-americanas se encontram subsídios teóricos para que novas abordagens em torno dos temas do pensamento social crítico latino-americano venham à tona e constituam objeto de pesquisa.

Sem desconsiderar que existem diferenças entre as abordagens teóricas e epistemológicas feministas latino-americanas – como entre o enfoque na questão da colonialidade de gênero no feminismo decolonial; o olhar contra-colonial das mulheres quilombolas como Ana Mumbuca (2020); a centralidade das discussões sobre patriarcado nas feministas comunitárias e nas feministas marxistas (estas últimas que também se dedicam à compreensão da divisão sexual do trabalho), entre outras -, as quais não serão esgotadas aqui, mas, reflete-se que existe um olhar regional para a busca de respostas às contradições sociais, cotidianas e estruturais, vivenciadas pelas autoras e pelas demais mulheres inseridas nos contextos particulares latino-americanos. Assim, a própria crítica epistêmico-metodológica que vem sendo apresentada junto à discussão dos contextos sociais das mulheres latino-americanas, é também mais uma chave feminista no pensamento social crítico latino-americano. Estas chaves de leitura permitem identificar que existem desafios institucionais reais que permeiam os processos sociais e que excluem as mulheres de formas diversas, tal como o que Moema de Castro Guedes identifica como *"efeitos de gênero em políticas aparentemente neutras"* (GUEDES, 2018). No "*I Simpósio brasileiro sobre maternidade e ciência"*, Guedes apresentou que:

> Nas Ciências Humanas a gente se esfola pelas bolsas de produtividade, não que não tenha nas outras áreas, mas tem muita pouca bolsa, é muito desigual a distribuição. (...) O que é central e este é um elemento explicativo importante, é que em todas as áreas houve um rejuvenescimento muito grande dos bolsistas de produtividade e claramente isso favoreceu aos homens, porque a dez anos atrás a bolsa de produtividade tinha um perfil mais envelhecido e no momento em que a disputa pelas bolsas passa a ser em uma história de vida mais jovem isso prejudica as mulheres porque é justamente no momento em que elas estão com filhos pequenos. Então esta dinâmica está totalmente ligada ao fenômeno da maternidade, as mulheres se tornam competidoras em pé de desigualdade no momento em que elas são jogadas para competir com os homens em momentos mais jovens do que era a dez anos atrás. Aí eu chamo atenção para um elemento que a gente vem discutindo muito que é um mecanismo institucional, a gente tem efeitos de gênero fortíssimos em políticas que aparentemente são neutras. (...) Uma pergunta que fica é porque mesmo em áreas de clara predominância feminina os homens se destacam mais no topo da carreira acadêmica. (...) Essa questão da maternidade ela tem que ser pensada em três níveis, uma coisa é o nível macro como que é a legislação, a cultura, como é que são as leis no Brasil do ponto de vista da identidade de gênero, esse é um elemento porque a gente é um país muito conservador ainda, e tem o nivel meso que é o ponto de que medida as instituições nas quais estas mulheres trabalham ajudam nessa compatibilização entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo (...) e tem uma parte que a gente não pode deixar de falar que é micro, que é a divisão de tarefas dentro do casal. (GUEDES, 2018, trasncrição de aúdio)

Portanto, partindo da reflexão de Guedes (2018), podemos neste trabalho investigar como os efeitos de gênero estão presentes em políticas para alimentação aparentemente neutras. Das práticas produtivas, aos trabalhos domésticos e de cuidados e à produção do saber e participação política, quando empreendidos nas experiências das mulheres latino-americanas, tendem a ser vistas como contribuições complementares, secundárias, temáticas. Isto implica desde orçamentos menores para as políticas produtivas para mulheres rurais até a falta de condições igualitárias para participação das mulheres nos espaços políticos e científicos.

Assim, os processos sociais feministas latino-americanos mais do que especializar-se em garantir um pequeno espaço para as práticas agroecológicas das mulheres, busca a partir das experiências das mulheres rurais transformar todo o sistema agroalimentar hegemônico, todo o modelo produtivo do agronegócio, todo o projeto de desenvolvimento extrativista-exportador moderno-colonial, ou seja, atender necessidades humanas imediatas e concomitantemente trasnformar a ordem social vigente cheia de desigualdades sociais. Destarte, os saberes produzidos a partir destas práticas transformadoras não são um aprofundamento especializado no âmbito de um recorte temático, mas visam explicar desde novos pontos de vistas o todo da própria vida social, portanto, constituindo um aporte teórico legítimo nas Ciências Sociais e não só um assunto específico de menor relevância. Portanto, também reflete-se que seria um

reducionismo acreditar que as mulheres latino-americanas são especialistas em problemas sociais e agendas políticas e científicas "específicas" a suas identidades (identitarismos). Elas são sujeitas históricas e de direitos protagonizando renovações importantes em processos sociais de amplo alcance como a agroecologia, a soberania alimentar dos povos e o próprio pensamento social crítico, ainda que a real dimensão de sua força social seja invisibilizada pelas dinâmicas de dominação.

3.3.3 Contribuições latino-americanas às abordagens imbricacionistas

O tratamento não igualitário das diversidades produz privilégios e barreiras sociais no âmbito do que deveria ser a garantia universal de direitos humanos como o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável. As desigualdades entre nações, grupos e classes sociais que vivenciam tais privilégios e barreiras sociais se reportam aos sistemas de dominação que fomentam a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e dos bens comuns da natureza, ao mesmo tempo em que destina escassez às mulheres trabalhadoras do campo e da cidade e suas comunidades e povos, que se encontram do lado de fora das cercas dos grandes projetos expropriadores moderno-coloniais do capitalismo global (LUGONES, 2014).

São contradições múltiplas e entrelaçadas que se constituem e se reforçam mutuamente, e não apenas uma única contradição em um único problema central que teria "dois lados de uma mesma moeda" e, deste modo, os feminismos latino-americanos tem constituído uma contribuição importante também no âmbito das abordagens imbricacionistas para compreensão da vida social.

Assim, tal como o feminismo decolonial questiona os limites da teoria decolonial, também as feministas marxistas no âmbito do pensamento social da região desafiaram os limites nas teorias marxistas de que só a divisão sócio-técnica do trabalho constituía uma raíz única das desigualdades. Autoras como Heleieth Iara Saffioti, por exemplo, foram fundamentais nesta abertura, como em sua tese de doutorado defendida e publicada na década de 1960, *"A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade"* em que afirma: "A conquista de certos direitos por parte das mulheres nas sociedades competitivas significa um refinamento das técnicas de marginalização (...) nos quais graus diferenciados de igualdade foram atingidos e nos quais o campo dos possíveis históricos estrutura-se de modo diverso" (SAFFIOTI, 2013, p. 189), ou seja, as lutas sociais feministas requerem a superação das falsas soluções dos aportes liberais e neoliberais, rumo aos enfrentamentos anticapitalistas, antirracistas/ contra-coloniais e antipatriarcais contra todas as formas de desigualdade e violências e, nesta tese, uma de suas

contribuições fundamentais consiste na afirmação da necessidade de incluir os enfrentamentos ao imperialismo.

Em *"O poder do macho"*, Saffioti tem construções teóricas importantes que dão continuidade a seu trabalho iniciado na década de 1960, ao afirmar que o capitalismo, o racismo e o patriarcado atuam como mecanismos coadjutores na totalidade dialética das sociedades competitivas, a partir de um processo de simbiose de sistemas de dominação-exploração na realidade social:

> Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que "inventou" o patriarcado e o racismo. (...) Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 1987, p. 60)
>
> As classes dominantes usufruem da simbiose dos três sistemas de dominação-exploração (...). (SAFFIOTI, 1987, 64)

A partir da leitura de Saffioti (1987; 2015), em que a autora fala sobre um sistema de dominação constituído a partir de processos de simbiose com sistemas de dominação mais antigos, entende-se que a originalidade de sua abordagem está em sua perspectiva sistêmica sobre a totalidade social no âmbito dos debates imbricacionistas sobre as desigualdades. A autora interpreta de forma conjunta patriarcado, racismo e capitalismo, afirmando que, historicamente, o patriarcado e o racismo são sistemas de dominação mais antigos que contribuíram para o surgimento do sistema capitalista e, até os dias de hoje, contribuem para a reprodução da ordem social vigente e excludente. Em *"Gênero, patriarcado, violência"*, Heleieth Iara Saffioti (2015) elucida este debate da seguinte forma:

> O nó (SAFFIOTI, 1985; 1996) formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. (...) Não se trata de varáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (...) (SAFFIOTI, 2015, p. 122-123)

Empreende-se neste trabalho a leitura de que em uma mesma totalidade social (um único sistema social) existem múltiplos sistemas de dominação social (um complexo de complexos/ uma sociabilidade de dominações sociais). Esta é oriunda de contradições diversas nas divisões do trabalho socialmente construídas, às quais vão sendo desveladas e incorporadas à teoria

social a partir do empreendimento de estudos científicos sobre as contradições sociais, por exemplo, as experienciadas pelas mulheres trabalhadoras latino-americanas do campo e da cidade. Ou seja, trata-se de um debate que precisa estar aberto, ser assumido como uma agenda de pesquisa a ser estimulada à continuidade e aprofundamento.

Um protagonismo fundamental nas análises imbricacionistas no âmbito dos feminismos latino-americanos, também na segunda metade do século XX, encontra-se na obra de Lélia González que, além de ser referência a partir do feminismo negro e do movimento negro, é uma das principais cientistas sociais brasileiras que também tinha uma relevante militância internacionalista. Em palestra realizada na Universidade da Califórinia, em 1979, Lélia González (2020) abordou "o lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais" imbricando as perspectivas sobre mulheres negras, operárias e relações raciais, conforme se observa na publicação *"A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica"*, que se encontra no livro *"Por um feminismo afro-latino-americano"*. Ela explicou:

> No período que se estente de 1950 aos dias atuais ocorreram o desenvolvimento e a modernização que ampliaram diferentes setores industriais, ao lado de uma crescente urbanização. Em face dessa ampliação, a indústria têxtil entrou num processo de decadência que resultou inclusive no fechamento de muitas fábricas. Com isso, a mulher negra perdeu muito enquanto operária, apsar de tentar penetrar em outros setores como a indústria de alimentos ou de roupas, onde viria a ser a grande minoria, aqui também o processo de seleção racial favorece muito mais a operária branca ou "morena" do que a negra. (...) Quanto à minoria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiram níveis mais altos de escolaridade, o que se observa é que, apesar da sua capacitação, a seleção racial se mantém. Não são poucos os casos de rejeição, principalmente em multinacionais, que possuem como código de discriminação a sigla CR, "colored", colocada nos testes de admissão de candidatas negras para cargos mais elevados (...) nos jornais, nas seções de ofertas de empregos, surgem expressões tais que "boa aparência", "ótima aparência" etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas. As posibilidades de ascensão a determinados setores de clase média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra. (GONZÁLEZ, 2020, p. 57-58)

Portanto, reafirma-se também a centralidade da crítica ao racismo para a defesa dos direitos das mulheres negras na construção de uma vida social comprometida com a garantia da dignidade das pessoas humanas. Vale a pena fazer a ressalva que, no tocante aos objetivos desta tese, para discussão dos elementos dos feminismos latino-americanos, foi empreendido um recorte em torno de questões que se destacaram durante o estudo do tema de pesquisa mas que, com certeza, o conjunto das obras das autoras aqui acionadas são muito mais amplas, profundas

e diversas do que estas páginas conseguiriam reunir. No que temos entendido como referências do pensamento social crítico latino-americano estão autorias e obras que interpelam as realidades sociais e as formações sócio-históricas latino-americanas, também ensejando uma crítica ao próprio conhecimento científico que, em suas limitações, acaba reproduzindo as lógicas de desigualdades que assolam a região. Assim, temos reconhecido como parte do pensamento social crítico latino-americano algumas autoras importantes, desde Vânia Bambirra (no âmbito da Teoria Marxista da Dependência), Maristela Svampa (nos estudos ecossocialistas, ecofeministas e feministas populares, entre outros) e Maria Lugones (na teoria decolonial e feminista decolonial), entre outras que vem sendo acionadas nesta tese.

No entanto, talvez seja possível ampliar um pouco mais nosso olhar acerca do que podemos considerar pensamento social crítico latino-americano e, inclusive, de quais mulheres assumimos como referências neste campo. Autoras latino-americanas que pensam criticamente a realidade social de seus países sem necessariamente se propor a pensar a particularidade latino-americana e caribenha são igualmente relevantes. Dentre estas pensadoras sociais críticas se nota que muitas não se identificam como parte de teorias e epistemologias feministas e, no entanto, compartilham olhares indispensáveis para os estudos feministas e as abordagens imbricacionistas ao expor o enlace das desigualdades múltiplas na construção de pensamentos inovadores e de novos protagonismos, que partem da sistematização de suas próprias experiências em seus territórios, comunidades e povos nos países da região. Por exemplo, quando lemos Graça Graúna (1999) trazendo a perspectiva das indígenas mulheres no Brasil. Em *"Via-crucis"* publicado na obra *"Canto Mestiço",* Graça Graúna traz:

> "Estações paralela:
> Inflação, tiros e quedas
> Favela-fato-novela
> Flagelo-fome-espera
> Capítulos em preto-e-branco
> Reviravoltas no estômago
> Lenta agonia, queimor
> Eles não sabem o que fazem.
> Do povo crucificado
> Tem piedade, Senhor,
> A caminho do calvário
> A minha gente faminta
> Só abocanha fartura
> Apetitosa em outdoor." (GRAÚNA, 1999, p. 41)

Assim, denunciando o problema social da fome no Brasil, Graça Graúna (1999) amplia o pensamento social crítico ao trazer a centralidade da perspectiva das indígenas mulheres, a

centralidade da luta social pela alimentação e, ademais, por meio de linguagens poéticas com as quais o conhecimento científico se expande ao se aproximar.

Por sua vez, também há dentro deste grupo amplo - das mulheres latino-americanas que pensam criticamente a realidade social de seus países sem necessariamente se propor a pensar a particularidade latino-americana em si – autoras que se identificam com as teorias e epistemologias feministas e desenvolvem suas obras em interlocução com aportes feministas de outras regiões e continentes do mundo, por exemplo, nos intercâmbios com os aportes europeus e estadunidenses. Uma referência neste sentido são os trabalhos de Helena Hirata sobre o conhecimento situado – inspirado em estadunidenses como Donna Haraway - e a dinâmica da consubstancialidade das relações sociais de sexo, classe e raça – oriundo de feministas materialistas francesas como Kergoat (2010). No trabalho "*Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*", Helena Hirata (2014) - baseada nos trabalhos de Donna Haraway, Sandra Harding, Michel Lowy, entre outros - apresenta uma conceituação importante sobre as perspectivas epistemológicas feministas e de gênero:

> (...) pretendo trazer ao debate aspectos relevantes das relações entre trabalho e gênero, tomando um ponto de vista "situado", ou seja, teorizando-os a partir de um *feminist standpoint* ou enquanto *situated knowledge* (cf. Haraway, 1988; Harding, 1991; Lowy, 2002). Tomarei, para isso, o ponto de partida das conceitualizações que integram, numa unidade indissociável, sexo, raça e classe. Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de "conhecimento situado", pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas. Assim, um primeiro ponto para aprofundamento é a análise do conceito de "conhecimento situado" ou de "perspectiva parcial" da epistemologia feminista a partir dos conceitos de interseccionalidade ou de consubstancialidade. Ambas as conceitualizações partilham, a meu ver, do pressuposto central da epistemologia feminista, segundo o qual "as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes" (Lowy, 2009, p. 40) e, podemos acrescentar, brancos. (HIRATA, 2014, p. 61)

Deste modo, tal como acontece no âmbito do pensamento social crítico latino-americano, as perspectivas feministas e de gênero refletem criticamente e de forma concomitante a realidade social e as próprias ciência e técnica, buscando ampliar as fronteiras

ontológicas e epistemológicas dos saberes sobre a realidade social ao incluir novos sujeitos, suas lutas sociais e projetos de sociedade, os quais têm sido invisibilizados, desvalorizados e reprimidos.

De fato, existem abordagens diversas no âmbito dos estudos feministas, tal como já apresentado por Hirata (2014) no trecho acima, acerca de como diferentes relações sociais de desigualdades (explorações, opressões, apropriações, expropriações) estruturam historicamente as sociedades. No âmbito do feminismo negro, como, por exemplo, nas obras da estadunidense Patrícia Hill Collins (2019), aborda-se a categoria da "interseccionalidade" para explicar esta sobreposição:

> Dois critérios políticos influenciam os processos de validação do conhecimento. Em primeiro lugar, as reivindicações de conhecimento são avaliadas por um grupo de especialistas que passou por uma série de experiências sedimentadas as quais refletem o lugar de seus grupos nas opressões interseccionais. Ninguém que se dedica à produção acadêmica passa ao largo de ideias culturais e de sua localização nas opressões interseccionais de raça, gênero, classe, sexualidade e nação. (...) Em segundo lugar, cada comunidade de especialistas é responsável por sua credibilidade, definida pela população na qual se situa e da qual advém seus conhecimentos básicos, que são tomados como certos. (...) Por exemplo, se as comunidades acadêmicas se afastarem demais das percepções amplamente difundidas sobre a condição da mulher negra, elas correm o risco de serem desacreditadas. (COLLINS, 2019, p. 405)

> Interseccionalidade: abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas. (COLLINS, 2019, p. 460)

No livro *"Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento"*, Patrícia Hill Collins (2019) elucida, portanto, que as pessoas possuem experiências sociais distintas, uma vez que a própria organização da vida social confere lugares e valores discriminados e desiguais aos diversos grupos sociais existentes. Deste modo, múltiplas opressões podem incidir sobre as mulheres negras consoante sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, região de origem no país, idade. Esta reflexão é significativa sobre as práticas e teorias das mulheres negras em si e, ademais, explicam a própria vida social como permeada por sistemas de injustiças historicamente reiteradas, as quais impactam as vivências dos grupos sociais em situação de desigualdades. Assim, as teorias feministas negras também são explicativas do todo da vida social e evidenciam que a construção de políticas públicas deve contemplar não apenas as necessidades gerais, mas também as necessidades

humanas específicas da população, consoante as interseccionalidades que incidem nas condições de vida dos sujeitos de direitos em grupos sociais diversos, os quais são usuários dos serviços públicos ofertados pelo Estado para acesso aos direitos humanos.

A perspectiva da interseccionalidade como um acúmulo do feminismo negro, foi articulada teoricamente em trabalhos como os de Kimberlé Crenshaw (2002) em *"A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero",* quando ela aborda como a sobreposição de ser mulheres, racializadas, em situação social de pobreza e de origem regional sulista nos Estados Unidos implicavam diferenças de tratamento social, exclusão e menores possibilidades de vida e escolhas às mulheres negras - tal como evidenciadas em um processo seletivo para vagas de emprego em uma multinacional estadunidense, sobre a qual ela escreveu: "Várias mulheres afro-americanas afirmavam ter sido discriminadas pela General Motors (...). Indústrias segregavam as pessoas em função de sua raça, de seu gênero, etc. Havia empregos para negros, mas esses empregos eram só para homens. Havia empregos para mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres brancas" (CRENSHAW, 2002, p. 10). É interessante relacionar, então, as elaborações interseccionais das feministas negras estadunidenses com o feminismo afro-latino-americano de Lélia González (2020), conforme dizia Ângela Davis: "estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por quê aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Acho que aprendi mais com Lélia González do que vocês aprenderão comigo" (DAVIS apud GONZÁLEZ, 2020).

A outra abordagem citada por Hirata (2014), a da "consubstancialidade das relações sociais de classe, sexo e raça" foi desenvolvida no âmbito do feminismo materialista francês e tem por referências autoras como Daniéle Kergoat (2010), que no texto *"Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais",* aprofunda discussões sobre a divisão sexual do trabalho, o caráter consubstancial e coextensivo das relações sociais e a pluralidade dos regimes de poder na sociedade, de modo que as desigualdades de sexo/gênero partem de hierarquias na dimensão do trabalho e se irradiam ao todo da vida social. A autora afirma que:

> Uma relação social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa. É uma relação de produção material e ideal. (...) Toda relação social é, assim, uma relação conflituosa. Tomemos o paradoxo das relações sociais de sexo: simultaneamente à melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho. (...) A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado a nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" e se

> coproduzem mutuamente. (...) O problema da categorização é inerente a qualquer atividade que consista em analisar o entrecruzamento de relações sociais. Este tema, assim como o da universalidade e da intersecção das relações, é um dos problemas centrais com os quais se confrontam os estudos pós-coloniais e o feminismo negro (black feminism). O cruzamento das categorias de "raça"/ gênero/ classe não é uma novidade na tradição francesa. (KERGOAT, 2010, p. 2-3)

Portanto, para os fins desta seção, cabe observar que, resguardadas diferenças entre as abordagens – por exemplo, da simbiose dos sistemas de dominação (ou de nó de contradições) presentes na obra de Saffioti, com as abordagens da interseccionalidade no âmbito do feminismo negro e da consubstancialidade no âmbito do feminismo materialista francês -, se constata a existência deste acúmulo e debate sobre a imbricação de múltiplas desigualdades na totalidade social. Ou seja, é um acúmulo e debate importante no âmbito das perspectivas teóricas e epistemológicas feministas críticas, ao qual os feminismos latino-americanos, contextualizados nas lutas populares na região, são fontes de construção compartilhada de saberes, mais do que "filiais de matrizes centrais". Trata-se de uma relação de colaboração e solidariedade de luta com autonomia, não de dependência teórica ou prática que reproduza o eurocentrismo e o imperialismo. As lutadoras sociais da região latino-americana, desde seus saberes e práticas agroecológicos e alternativos, suas resistências camponesas e populares e seus conhecimentos ancestrais tem tido protagonismos importantes e em diálogo com as demais feministas de outros países do mundo, inclusive de centros hegemônicos de ciência e tecnologia como é o caso dos Estados Unidos e da França. Conforme reconheceu Jules Falquet (2014), uma importante referência do feminismo materialista francês, em entrevista à Mirla Cisne e Telma Gurgel (2014) na Revista Temporalis da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS):

> Estudei Sociologia e, do ponto de vista acadêmico, a primeira pesquisa que realizei foi para o meu mestrado, sobre as contradições da colonização que impôs a escolarização para as mulheres indígenas em Chiapas, um dos estados mexicanos com a maior proporção de população indígena, e dos mais pobres. (...) Ao terminar o mestrado, morei em El Salvador por mais de dois anos para fazer minha pesquisa de doutorado sobre a participação das mulheres no processo revolucionário armado. (...) Outro fato importante que presenciei depois foi o movimento zapatista, em Chiapas. Além disso, primeiro em El Salvador e logo no México pude me aproximar da corrente do movimento feminista autônomo latino-americano e do Caribe. (...) Minhas primeiras reflexões sobre a globalização neoliberal se deram com a aproximação com as feministas autônomas em sua crítica pioneira à Conferência de Beijing (1995), à ONU e ao processo de organização do movimento feminista na região latino-americana (...) não posso deixar de sublinhar a influência das mulheres

> indígenas e das mulheres afros, como também das lésbicas racializadas na França. (FALQUET apud CISNE; GURGEL, 2014, p. 247-248)

As abordagens imbricacionistas são um conteúdo componente também nas elaborações do feminismo camponês popular das mulheres em movimentos sociais no campo, conforme foi possível interpretar a partir das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa entrevistadas nesta tese. No mesmo sentido, de acordo com uma publicação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) intitulada *"Feminismo camponês e popular"*, identifica-se que:

> "Assim, como também há um extermínio dos povos indígenas e expulsão de seus territórios, os quais são de grande interesse das empresas do capital transnacional, as condições de vida da população negra e indígena são as piores, pois são as que menos têm acesso a escola, saúde e oportunidade de trabalho digno, e sobre as mulheres negras e indígenas pesa ainda mais a responsabilidade não assumida pelo Estado e os estigmas sociais, sendo assim inegável que nesse sistema capitalista, patriarcal e racista são as mulheres negras e indígenas as mais atingidas, as mais violentadas. O que queremos dizer com isso? Queremos deixar evidente que a violência não é apenas um fenômeno isolado, de pessoas que são ruins ou mesmo doentes, mas que ela é fruto de um sistema capitalista, patriarcal e racista, que precisa, em nome do lucro, criar desigualdades, subalternidades e usa o convencimento e/ou a violência como formas de se legitimar. Isso não tira as responsabilidades individuais de quem comete violência, mas nos coloca a certeza de que o enfrentamento dela passa pela questão de punir os violentadores e agressores, mas também por mudança no modo de produção, que resulta nessa forma desigual de organização da vida social e na mudança das relações sociais entre homens e mulheres, eliminando toda forma de relação de exploração, subordinação, discriminação, submissão e violência. (MMC, 2018, p. 20)

Observa-se que além nas diferentes formas de compreensão das imbricações de desigualdades, também os conceitos utilizados tem algumas diferenciações. Ao mesmo tempo que encontramos trabalhos importantes que falam apenas em "mulheres" (às vezes sem mencionar o feminismo, inclusive), outros falam sobre "gênero", outros exclusivamente sobre "relações sociais de sexo" e outros sobre "patriarcado", enquanto alguns acionam conceitos diversos em conjunto, articulando com a crítica ao racismo e ao capitalismo. Consoante Heleieth Iara Saffioti (2015) em *"Gênero, patriarcado, violência":*

> O argumento final aqui desenvolvido em favor das ideias até agora defendidas girará em torno da recusa do uso exclusivo do conceito de gênero. Por que este conceito teve ampla, profunda e rápida penetração não apenas no pensamento acadêmico, mas também no das militantes feministas e em organismos internacionais? Efetivamente, o Banco Mundial só concede

> verbas a projetos que apresentem recorte de gênero. (...) o conceito de gênero, ao contrário do que afirmam muitas (os), é mais ideológico do que o patriarcado. Neutro, não existe nada em sociedade. (...) defende-se: 1. a utilidade do conceito de gênero, mesmo porque ele é muito mais amplo do que o de patriarcado (...); 2. o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico (...); 3. a impossibilidade de aceitar, mantendo-se a coerência teórica, a redutora substituição de um conceito por outro (...). (SAFFIOTI, 2015, p. 141)

De acordo com Seibert (2018), vale reafirmar, a posição feminista crítica, antirracista e de classe das feministas camponesas populares sobre a questão tem sido a seguinte:

> (...) no âmbito acadêmico, a questão de gênero começou a ter espaço. Tornou-se habitual o debate de mulheres, falava-se de luta de mulheres etc. mas o que acontece é que o sujeito das mulheres camponesas ficavam invisibilizadas; estão à margem. (...) As mulheres camponesas se dão conta de que existem muitos feminismos, mas com outras perspectivas. Como camponesas partem também da condição de se sentirem mulheres da classe trabalhadora do campo. (...) Em nossos debates sempre levamos em conta três eixos que devem estar relacionados de forma intrínseca: capital, gênero e raça. São os eixos que compõem o sistema de exploração e dominação das mulheres, sobretudo, das camponesas, indígenas e negras. Podemos seguir trabalhando como o gênero, mas sem desvinculá-lo da classe. O gênero pelo gênero, sem a relação com a classe, não é a luta das mulheres camponesas. E é ali onde vemos que o feminismo abre portas. Contudo, também podemos nos encontrar com um feminismo que reivindica a luta das mulheres, mas não fala de classe; e por isso nós acrescentamos a terceira palavra: feminismo camponês e popular. Não é feminismo liberal (...). (SEIBERT, 2018, p. 19-19)

Por fim, é interessante notar que se a crítica às desigualdades e aos silenciamentos tem sido uma característica em comum tanto no pensamento social crítico latino-americano como nas teorias e epistemologias feministas, muitas feitas por mulheres latino-americanas do campo e da cidade, então, realmente esta tese defende que vale a pena os intercâmbios e diálogos para além de fronteiras convencionadas que nos limitam a reconhecer como referências as autorias em um número muito maior de territórios, culturas, países e abordagens. Talvez este seja o caminho para conseguir lidar com temas que parecem muito árduos ou distantes de nossas possibilidades de resolução a partir da transformação da ordem vigente de exclusões. A verdade que este diálogo indica é que as possibilidades transformadoras existem e, como escrevia Itamara Almeida (2021) no poema que abria esta seção: *"tudo fica longe mas tudo é caminho".*

3.3.4 Mais de 500 anos de resistências indígenas, negras e populares

Conforme afirmamos ao longo da tese acerca da importância da *Campanha 500 Anos de Resistências Indígenas, Negras e Populares* para o surgimento de articulações como a CLOC e a *La Via Campesina*, nesta seção busca-se compreender mais profundamente elaborações de autoras indígenas mulheres, autoras feministas negras e autoras das lutas populares das trabalhadoras do campo e da cidade na América Latina. Também considera-se a afirmação previamente ensejada de que a análise da formação sócio-histórica latino-americana propicia reconhecer a importância das culturas e resistências indígenas, negras e populares para compreensão das sociedades latino-americanas e das lutas sociais na região. Identifica-se a centralidade das lutas sociais indígenas por território e pelo direito à diferença para a compreensão das lutas pela terra a partir do colonialismo do século XVI. Igualmente centrais são as lutas sociais dos povos negros pelo direito de ser, de viver livre de dominação e contra a escravatura, fundamentais na conformação da questão agrária após a criação da Lei de Terras e da abolição no final do século XIX. Não menos importante, diversas lutas populares – como Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, entre outras - enfrentaram a formação dos latifúndios e as desigualdades e violências no campo oriundas da lógica excludente da concentração da propriedade privada da terra. Desta forma, autoras latino-americanas diversas, feministas negras, indigenas mulheres, camponesas e trabalhadoras, são referências importantes para a compreensão das relações sociais, das lutas sociais e para a análise crítica da realidade social.

Conforme explicou bell hooks (2015) em *"Mulheres negras: Moldando a teoria feminista"*, existe uma "linha justa" na estrutura do movimento feminista que não incentiva "uma diversidade de vozes, o diálogo crítico e a polêmica. (...) Resistimos à dominação hegemônica do pensamento feminista insistindo que ele é uma teoria em formação, em que devemos necessariamente criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades" (bell hooks, 2015, p. 202). Portanto, buscando expandir a ideia de pontos de vista especiais oriundos da situação de marginalização sócio-histórica que bell hooks (2015) identifica nas mulheres negras na sociedade estadunidense, visa-se dar um passo para promover um encontro para além das fronteiras dos países centrais, a fim de visibilizar e valorizar mulheres latino-americanas camponesas, trabalhadoras, negras, indigenas mulheres, sujeitas da diversidade sexual e de gênero, entre outras, que lutam contra as relações de dominação social do patriarcado, do racismo e do capitalismo mas também contra o imperialismo na sociabilidade contemporânea moderna-colonial.

Em *"Racismo e sexismo na cultura brasileira"*, Lélia González (2020), importante referência política e intelectual do feminismo negro brasileiro e latino-americano, propõe sobre *"assumir a própria fala"* e que para além de se discutir (ampliação de) consciência, cabe refletir sobre a dialética entre consciência e memória. Isto precisamente para retomar as narrativas e trajetórias que foram silenciadas pelo que é entendido como consciência, e que é definido a partir da história hegemônica dos que tem tido as melhores condições de participação na produção do conhecimento. Ainda que a consciência hegemônica tente ocultar o que não reconhece como relevante, a memória traz à tona o que tentou ser submerso por meio da forclusão. A leitura de Lélia González sobre memória, partindo das mulheres negras, permanece atual e, inclusive, dialoga com a questão da ancestralidade que parte das indígenas mulheres e das mulheres quilombolas e negras e a questão da cultura camponesa que parte das mulheres rurais camponesas.

González elabora uma crítica profunda às desigualdades infligidas às pessoas, comunidades e povos negros face à manutenção de privilégios sociais à branquitude, problematizando, sobretudo, as violações sofridas pelas mulheres negras. Uma vez que o racismo estrutural media toda a vida social, todas e todos temos muito a aprender com referências como Lélia González sobre o que é a mediação do racismo e do sexismo nas culturas brasileiras e latino-americanas, na perspectiva de questionar as nossas próprias experiências e contribuir na construção coletiva da superação das relações de dominação, assumindo nossas próprias falas na construção de uma vida social justa, sem calar as vozes autônomas de sujeitas e sujeitos que buscam sua própria libertação. González (2020) explica que:

> E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. (...) Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à

> crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida. (GONZÁLEZ, 2020, p. 225-226)

Deste modo, para além de ampliar os horizontes do pensamento social crítico latino-americano assumindo uma capacidade de fala que transcende os limites da agenda temática e de pesquisa do *mainstream* nas Ciências Sociais, cabe ampliar nossas referências, reconhecer novas mestras do saber sobre a vida social, visibilizar a diversidade de fontes para reconhecimento de diferentes experiências, ancestralidades e memórias.

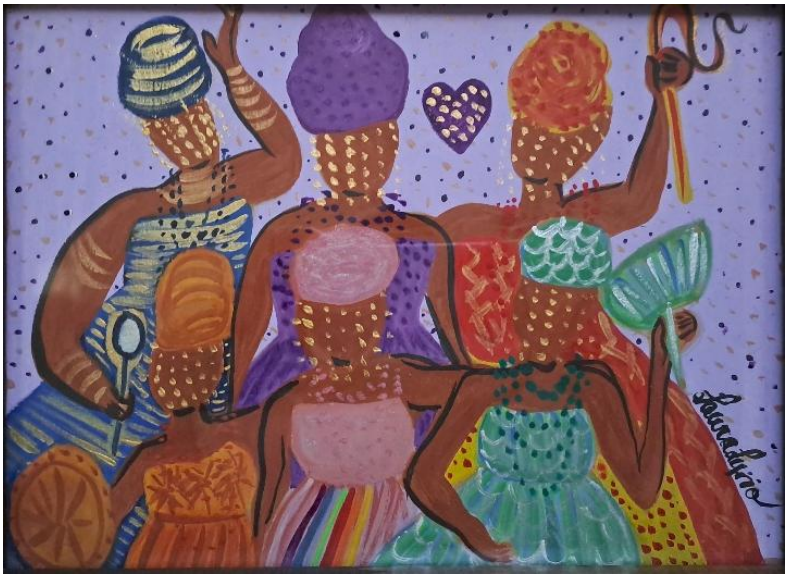


Imagem 30: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a importância da luta social contra o racismo e o racismo religioso em uma homenagem às Ayabás. Entregue de presente à amiga Anita Pereira Ferraz. Título: As Ayabás. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2022

A ampliação do diálogo social e o alargamento das referências culturais e científicas e das fontes bibliográficas é um caminho para reconhecer como referência a produção intelectual e cultural de mulheres latino-americanas, mulheres negras, indígenas mulheres, mulheres camponesas e trabalhadoras em movimentos sociais no campo, entre outras. Não só porque são sujeitas colaboradoras de pesquisa nesta tese para compreender os problemas sociais da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar mas, também porque em sua diversidade são autoras com elaborações que nos explicam sobre racismo estrutural, sobre o fundamentalismo e o racismo religiosos, sobre a colonialidade, sobre o patriarcado e o sexismo, sobre o capitalismo e outros sistemas de dominação que estruturam a vida social na qual estamos inseridas(os) experienciando o cotidiano e as práticas sociais e interpretando-os criticamente por meio do desenvolvimento de pesquisas, teorias e intervenções transformadoras.

Outra abordagem relevante a ser visibilizada no âmbito dos feminismos latino-americanos é o feminismo comunitário. Este feminismo é uma construção teórica e política das indígenas mulheres na Bolívia, a partir de suas experiências, práticas, saberes, resistências e lutas que conferem centralidade à autonomia das mulheres sobre seus corpos e à autodeterminação das comunidades e povos indígenas sobre seus territórios (CABNAL, 2010).

Uma crítica potente às expropriações e violências patriarcais na Guatemala e na região latino-americana – esta última nomeada pelos povos indígenas andinos como Abya Yala -, encontra-se nos trabalhos de Lorena Cabnal sobre o *"entronque patriarcal"*, que consoante a autora pode ser entendido na ideia de uma fusão entre um patriarcado originário ancestral com um patriarcado ocidental a partir da qual foram promovidas relações de subordinação às indígenas mulheres por meio das violações de seus corpos e territórios por meio do processo denominado como *"penetração colonial"*. Em *"Acercamiento a la construcción de la propuesta del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitárias de Abya Yala"*, Lorena Cabnal nos ensina:

> La penetración colonial, nos plantea la penetración como la acción de introducir un elemento en otro y lo colonial, como la invasión y posterior dominación de un territorio ajeno empezando por el territorio del cuerpo. Cómo las palabras y los discursos son formas auditivas que toman posición ante las hegemonías discursivas del poder. Podemos decir que la penetración colonial nos puede evocar la penetración coital, como la imagen de violencia sexual, de la invasión colonial. No decimos con esto que toda penetración coital o penetración sexual en general, sea necesariamente violenta, no lo es cuando se la desea, pero la violación de nuestros cuerpos, ninguna mujer la deseamos y la invasión colonial ningún pueblo la quiere. Con esto afirmamos que el patriarcado originario ancestral se refuncionaliza con toda la penetración del patriarcado occidental, y en esa coyuntura histórica se contextualizan, y van configurando manifestaciones y expresiones propias que son cuna para que se manifieste el nacimiento de la perversidad del racismo, luego el capitalismo, neoliberalismo, globalización y más. (CABNAL, 2010, p. 15)

Na perspectiva feminista comunitária a defesa dos territórios, portanto, parte da defesa dos territórios do corpo, ou seja, as expropriações e violências da formação sócio-histórica colonial, racista, patriarcal, capitalista, neoliberal não estão impactando uma natureza "lá longe, abstrata, distante e fora de nós", mas estão impactando a nós todas/os e ao equilíbrio nos biomas, posto que existimos como parte conectada do meio ambiente, na perspectiva do corpo-território com a qual as mulheres em movimentos sociais no campo também se identificam.

Referência importante também está nos trabalhos de Julieta Paredes e Adriana Guzmán sobre o feminismo comunitário das indígenas mulheres bolivianas. Em uma perspectiva crítica

ao patriarcado, denunciam que o mesmo explora a humanidade e também a natureza, em uma lógica a ser enfrentada por meio de lutas antissistêmicas e ações revolucionárias emprendidas pelas mulheres em busca de libertação. Em *"El tejido de la rebeldía: Qué es el feminismo comunitário?"*, Paredes e Guzman (2014) afirmam que:

> El Patriarcado es, el sistema de todas las opresiones, todas las explotaciones, todas las violencias, y discriminaciones que vive, toda la humanidad (mujeres, hombres y personas intersexuales) y la naturaleza, históricamente construidas, sobre el cuerpo sexuado de las mujeres (...) El Patriarcado así definido nos convoca a las mujeres a entender que nuestra liberación va a liberar a toda la humanidad, va a liberar a nuestros hermanos hombres que sufren, la explotación , el racismo la discriminación y todos los males, vamos a recuperarle a la naturaleza su lugar en la vida y no de la muerte como es hoy. Esto es posible porque todas las formas de opresión, violencia y discriminación se inventaron, se aprenden y se inician sobre nuestros cuerpos de mujeres. En suma el patriarcado es : El sistema alrededor del cual definiremos el contenido antisistémico de nuestras luchas y por lo tanto haremos de cualquiera de nuestras luchas y acciones, así se realicen en la cama o en la calle, en el palacio de gobierno o la cocina, haremos de todas ellas, actos revolucionarios, que se concatenan en un acto político antisistémico, en otras palabras un tejido de rebeldía y revolución antipatriarcal. (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 76-78)

Pode-se inferir que, apesar das especificidades e diferenças entre o feminismo camponês popular, o feminismo comunitário das indígenas mulheres (na Guatemala e na Bolívia, por exemplo) é relevante na crítica à realidade social e na transformação da ordem vigente. Seu olhar traz a importância das identidades e culturas indígenas no feminismo comunitário, as quais não podem ser subsumidas na cultura do campesinato, por exemplo. No feminismo comunitário, o patriarcado é um sistema de dominação central, mais antigo e mais abrangente, que, portanto, historicamente propiciou o desenvolvimento ulterior das outras estruturas de dominação. Consoante a socióloga argentina Maristela Svampa (2019), conceituando o que denomina como feminismos do Sul/ *feminismos del sur* em *"As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências"*, seria possível construir encontros entre feminismos populares, feminismos comunitários e ecofeminismos, identificando elos entre os feminismos do sul como, por exemplo, a defesa da descolonização, da despatriarcalização e dos vínculos coletivos:

> (...) fala-se cada vez mais de feminismos populares, que, independentemente de suas diferenças, aparecem associados aos setores mais marginais e tendem a questionar a visão individualista e moderno-ocidental, em favor de maior valorização da "experiência coletiva e comunitária". (...) destacam-se os feminismos comunitários, que evidenciam a existência de outras formas de

> modernidade, diferentes da ocidental dominante, vinculando a descolonização à despatriarcalização. (...) é interessante explorar os elos dos feminismos populares do sul e da perspectiva ecofeminista. (...) O ecofeminismo retoma o diagnóstico da crise ecológica, que é entendido como uma crise social de caráter antropológico, produto da dupla dominação do humano no plano das relações interpessoais, assim como no campo da relação do humano com o natural. A partir disso, o ecofeminismo faz uma interpretação similar da relação entre o domínio de um gênero sobre outro e do ser humano sobre a natureza (...) que justifica a desvalorização e marginalização daqueles considerados diferentes: a mulher em relação ao homem e o natural em relação ao humano. (SVAMPA, 2019, p. 91-94)

Na Argentina, foi possível identificar que, neste país, existem movimentos sociais onde participam conjuntamente mulheres camponesas e indígenas mulheres, como no caso do Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC) e do Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST), por exemplo, e que, neste último, este encontro resultou numa elaboração de suas militantes no âmbito do feminismo camponês popular denominada *feminismo campesino indígena y popular*, em que dentre seus conteúdos está a a importância de *"poner la vida en el centro"* e defender a soberania alimentar sem esquecer da garantia da autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos e territórios - próximo às afirmações de Cabnal (2010) no feminismo comunitário das indígenas mulheres na Guatemala. Em *"El feminismo campesino indígena y popular pone la vida em el centro"*, o MNCI -ST elucida:

> Qué es el feminismo campesino indígena y popular? Es un feminismo con los pies en la tierra, que surge de las experiencias, las luchas y las realidades de las mujeres campesinas e indígenas y que construye estrategias que nos acuerpan, nos sostienen y nos fortalecen en el enfrentamiento de las situaciones múltiples de violencia que vivimos en el campo. Es un feminismo que tiene la vida en el centro y construye soberanía sobre nuestro cuerpo, soberanía alimentaria y soberanía en el territorio. Es un feminismo que vamos construyendo con las luchas que venimos heredando de nuestras hermanas, abuelas y compañeras que quizás no se nombraron feministas pero que lucharon por una vida digna de las mujeres en el campo. Nombrarse o no feminista no es lo central, sino que podamos luchar colectivamente para fortalecer la autonomía económica de las mujeres y diversidades, fortalecer la vida comunitaria y campesina, la vida de quienes producen los alimentos. (MNCI – ST, 2023, p. 4)

Outra particularidade identificada nas sociedades argentina e brasileira é o trabalho conjunto entre movimentos sociais no campo com movimentos socioambientais ecológicos, por exemplo, nas lutas sociais contra os agrotóxicos – como na *Campanha Permanente Contra os*

Agrotóxicos e Pela Vida[58], no Brasil. Neste sentido, Maristela Svampa (2015) também afirma que, na América Latina, as mulheres têm estado à frente nas lutas sociais populares, sendo possível identificar não apenas uma abordagem, mas um conjunto de *feminismos populares* nos quais ela identificou os seguintes elementos que dialogam com a pesquisa desta tese:

> (...) podemos establecer una serie de definiciones comunes em torno de qué se entiende por feminismos populares, entre ellos, la lucha contra el patriarcado y, por ende, la propuesta de la despatriarcalización y la defensa de la autonomia (más ligada a la capacidad de autodeterminación, aunque sin resolver la cuestión de la articulación con otras luchas). Otro elemento común es que los feminismos populares implican una ampliación de las temáticas de discusión respecto del feminismo liberal clássico, pues, se busca dibatir sobre tierras, territórios, cuerpos y representaciones. Outro rasgo común es la asociación entre feminismo y pensamiento situado, el que se produce desde y a partir de uma situación histórica concreta, que alimenta su reflexión. Por último, la crítica a la visión individualista propia de la modernidad, la valorización de la relación de interdependencia com la naturaleza: esto es, la ecodependencia. (SVAMPA, 2015, p. 129)

No Brasil, uma discussão fundamental no âmbito do pensamento filosófico e literário das indígenas mulheres (GRAÚNA, 2022) e do pensamento feminista negro (CARNEIRO, 2011), é a crítica às interpretações da formação sócio-histórica do país que são baseadas no mito da democracia racial (CHAUÍ, 2013), desvelando uma realidade social brasileira muito mais complexa do que a dos estereótipos de cordialidade e de miscigenação pacífica. Consoante Graça Graúna (2022), indígena mulher Potiguara, doutora na área das Letras:

> (...) Refletir sobre a farsa do "descobrimento", sobre a invasão de nossa terra ou de Pindorama (como sendo uma visão ilustrativa do que chamaram de humanização) é uma das formas de problematizar acerca do que aqui existia antes dos colonizadores; pois eles desconsideraram os conhecimentos e processos de construção da realidade, isto é, suportes para as relações dialógicas com nossa própria história, a história originada desta terra. O abuso do poder dos colonizadores sobre os corpos e mentes originárias é uma amostra do quanto fizeram e fazem para apagar as nossas raízes e invisibilizar a nossa identidade, a nossa história; como se não bastasse o espírito ruim e a infeliz ideia de um progresso pautado no saqueamento dos nossos saberes. Com esse espírito, eles procuram anular a Constituição da nossa gente. Apesar disso, Pindorama revela (...) a lógica que se cobriu por cima de Pindorama separa todos de todos, as terras das tecnologias, os seres humanos dos outros seres vivos. Lembremos: somos muitos! "A terra não nos pertence. Nós é que

[58] A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, no Brasil, foi criada dia 7 de abril de 2011, Dia Mundial da Saúde. Mais informações em: https://contraosagrotoxicos.org/.

> pertencemos à terra", como dizem os ancestrais (GRAÚNA apud VIEIRA et al.; 2022, p. 219-220)

Assim, as lutas sociais dos povos indígenas, que também se identificam como os povos originários dos territórios que se tornariam o continente americano, foram a primeira expressão de resistência à expropriação da vida, dos corpos e territórios da América, submetidos à empreitada colonizadora europeia durante o século XV. Pindorama e Vera Cruz eram terras de pau-brasil vermelho como brasa que, na lógica colonial foram mercantilizados e destinados à exportação, assim como hoje em dia a mercantilização e financeirização da terra e dos bens comuns enseja um Brasil estranhado de si, estranhado de seu coração rubro pelo conservadorismo nacionalista e o "verdeamarelismo" (CHAUÍ, 2013) que não conhecem a si mesmo e não respeitam as diferenças e diversidades. No desdobramento do colonialismo, as atividades econômicas se caracterizaram como mercantilistas e pré-capitalistas, transferindo tributos, bens e riquezas das colônias para as metrópoles europeias, ademais, configurando os territórios daqui como meios de acumulação de lucros e, então, de reprodução ampliada de capital. Priorizou-se o lucro por sobre o direito à vida, à alimentação saudável e à diferença e diversidade das mais de trezentas etnias indígenas existentes. Assim, foram se configurando politicamente as fronteiras do território nacional brasileiro, cujos contornos definitivos ainda passariam pelo processo da Guerra do Paraguai e por muitos conflitos na região amazônica, como se expressa no exemplo da incorporação do Acre.

Em *"Terras indígenas: A casa é um asilo inviolável",* Joênia Batista de Carvalho Wapixana (2006) nos explica que "é preciso vencer a visão de que terras indígenas são empecilhos ao desenvolvimento econômico de um Estado ou, por outro lado, objeto de exploração" (CARVALHO, 2006, p. 86). Ela também afirma que no processo histórico e internacional de definição das fronteiras nacionais, na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, os povos indígenas lutaram pela integridade de seus territórios e escolheram pela ligação ao Estado brasileiro, contribuindo para a afirmação da soberania nacional brasileira face às fragmentações que a Grã-Bretanha buscava impor na região amazônica. Porém, até os dias de hoje, existem interpretações conservadoras e equivocadas de que a demarcação das terras indígenas seria uma ameaça à integridade, à soberania e ao desenvolvimento nacional, reforçando estigmatizações dos povos originários como "inimigos internos" da sociedade nacional, numa visão nacionalista conservadora e racista que não apreende o caráter originário do direito dos povos indígenas à terra – posto que estes povos vivem em seus territórios com suas culturas e vínculos de ancestralidade desde muitos séculos antes da criação do Estado

nacional brasileiro. Neste sentido, a demarcação dos territórios dos povos indígenas é uma dívida histórica do Estado brasileiro para com as indígenas mulheres, suas famílias, comunidades e nações. De fato, diferentemente de outras experiências como Equador e Bolívia, o Brasil ainda não se reconhece como um Estado plurinacional, conforme caracterizado na seção introdutória da tese, algo que indica os limites de conhecer a si mesmo. Assumindo as indígenas mulheres como referências intelectuais e culturais importantes para a compreensão da formação social brasileira, também podemos compreender como decorre o entrecruzamento da questão agrária e ambiental/ ecológica com a questão étnico-racial no Brasil. Consoante Joênia Wapixana (2006):

> É certo que foi sempre mais fácil ao explorador, ao grileiro, obter em algum cartório do nosso imenso território a titulação de terras, as quais sequer conheciam ou de que muito menos tinham a posse, e que eram na verdade ocupadas pelas comunidades indígenas. O deslocamento de famílias indígenas, provocado pelo avanço de fazendeiros, foi fato muito comum em todo em todo o Brasil. Os índios eram persuadidos a permitir a ocupação não-índia a partir de promessas de proteção, suprimentos, utensílios e mercadorias, que passaram a fazer parte do seu universo cultural. Vê-se que a estratégia de ocupação do território nacional – da colonização aos dias de hoje – sempre desprezou os direitos indígenas (...) (CARVALHO, 2006, p. 91)

Desta forma, apreende-se por meio das obras das indígenas mulheres como a questão étnico-racial também estruturou o sistema agroalimentar hegemônico e as dinâmicas de produção da escassez de terras, de alimentos, de água, de sementes e dos demais bens comuns da natureza em territórios nacionais tão abundantes como Brasil e Argentina. Assim como as obras sobre a estrutura agrária e a formação econômica latino-americana são importantes para compreensão dos países estudados, conforme abordado na introdução da tese, também as obras das indígenas[59] mulheres, das mulheres negras e das mulheres camponesas e trabalhadoras

[59] Consoante o artigo *"'O Brasil não reconhece os Brasis': Interpretações em prosa e verso de Graça Graúna",* Nanah Vieira, Tânia Almeida e Vitor Melo (2022) identificam cinco momentos no pensamento social brasileiro acerca dos povos indígenas. Num primeiro momento, há os relatos de viajantes e missionários durante os primeiros séculos do processo colonial, carregados de preconceitos e da negação da humanidade e dos saberes indígenas, tal como se expressa nos diários e cartas de Pero Vaz de Caminha. Em segundo, há o romantismo do indianismo do século XIX, apresentando uma suposta identidade nacional positiva baseada numa falsa harmonia na miscigenação de colonizadores e povos indígenas, com apagamento da presença e cultura dos povos negros e africanos – como na obra O Uraguay, de Basílio da Gama. Posteriormente, em um terceiro momento, emerge durante as primeiras décadas do século XX o Movimento Modernista, especialmente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, onde as cosmovisões e culturas indígenas e negras são apropriadas por uma intelectualidade branca que ainda as retrata de forma estereotipada, como em Macunaíma, de Mário de Andrade. Contraditoriamente ao movimento de romper com as estruturas tradicionais e conservadoras da sociedade, ainda reproduzem os anseios de se associar às vanguardas culturais europeias. No entanto, a partir das décadas de 1960 a 1980 emerge movimentações e

sobre nossa formação sócio-histórica e sobre nosso pensamento social são pertinentes para nos entender a nós mesmos na região latino-americana. A partir dos anos 1990, fruto das lutas dos movimentos indígenas desde os anos 1970 e das lutas dos povos indígenas desde o início da colonização (séculos XV e XVI) surgem trabalhos autorais como os de Graça Graúna e de Joênia Wapixana, isto é, emergem vozes indígenas e autorias de indígenas mulheres que falam sobre si mesmas, desconstruindo a ideologia da mestiçagem, o mito da democracia racial e os silenciamentos da herança colonial em nossa formação social. Graça Graúna escreve:

> Saúdo as minhas irmãs
> de suor papel e tinta
> fiandeiras
> guardiãs
> ao tecer o embalo
> da rede rubra ou lilás
> no mar da palavra
> escrita voraz.
> Saúdo as minhas irmãs
> de suor papel e tinta
> fiandeiras
> tecelãs
> retratos do que sonhamos
> retratos do que plantamos
> no tempo em que a nossa voz era só
> Silêncio.
> (GRAÚNA apud VIEIRA; ALMEIDA; MELO, 2022)

Estas emergências de autorias e protagonismos originários se relaciona à conquista de novos direitos na educação e na saúde como: as escolas indígenas, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, a ampliação de vagas e criação de políticas afirmativas nas universidades públicas, as mudanças curriculares que passaram a incluir conteúdos sobre histórias, filosofias e culturas indígenas, o surgimento de docências, doutoras e doutores indígenas ressignificando e democratizando o espaço acadêmico, científico, intelectual e artístico no Brasil. Eis que todas estas conquistas foram fruto da intensa luta social indígena no país, nas reivindicaççoes de direitos, por exemplo, por meio dos Acampamentos Terra Livre (ATL) e, não menos importante, das Marchas das Mulheres Indígenas, além da eleição de parlamentares indígenas como Joênia Wapixana, Sônia Guajajara e Célia Xacriabá, e da

interpretações novas, estas baseadas em estudos científicos e etnográficos que buscam se distanciar de mistificações racistas, estereotipadas e preconceituosas dos povos indígenas a fim de denunciar o lugar de marginalidade a que os povos indígenas e negros estavam renegados, buscando democratização da sociedade, como é o caso dos trabalhos de Darcy Ribeiro.

conquista de espaços institucionais indígenas como o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) a partir de 2023, no Brasil.

Uma outra referência fundamental para leituras críticas da formação social brasileira e do pensamento social brasileiro se encontra no âmbito do feminismo negro, em que uma de suas principais vozes é Sueli Carneiro (2011). Na publicação *"A questão dos direitos humanos e o combate às desigualdades: Discriminação e violência*", afirma que:

> É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e socialmente os recém-libertados. Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, consequentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualitariamente do gozo pleno dos direitos humanos. (....) O pensamento social brasileiro tem longa tradição no estudo da problemática racial e, no entanto, em quase toda a sua história, as perspectivas teóricas que o recortaram respondem, em grande parte, pela postergação do reconhecimento da persistência de práticas discriminatórias em nossa sociedade. (CARNEIRO, 2011, p. 15)

Neste sentido, Carneiro (2011) interpreta o pensamento social brasileiro à luz da apresentação de três fases predominantes de sua abordagem sobre a questão racial. Em primeiro lugar teria havido uma fase de "pessimismo racista" em relação às consequências da miscigenação racial brasileira numa "corrente no fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, como atestam os pensadores Silvio Romero, Paulo Prado, Nina Rodrigues, entre outros (...)". (CARNEIRO, 2011, p. 16). Em um segundo momento, há uma fase de visão idílica do período colonial, também racista devido ao não reconhecimento das relações raciais conflituosas e das assimetrias de poder no âmbito de tais relações, tal como se expressa nas obras de Gilberto Freyre. Por fim, uma terceira fase viria do pensamento de esquerda predominante onde havia o reconhecimento da "questão racial como reminiscência da escravidão, fadada ao desaparecimento, tanto mais se distancia no tempo daquela experiência histórica, ou como subproduto de contradições sociais maiores (...) 'epifenômeno da desigualdade de classe'" (CARNEIRO, 2011, p. 16), cujo conteúdo também é discriminatório ao considerar que as lutas sociais de classe seriam mais centrais ou importantes do que as lutas sociais contra o racismo e o sexismo. Isto posto, um novo momento teve como característica a emergência das vozes de intelectuais e militantes, pensadoras e pensadores negros que

afirmaram que a raça enquanto construção social e cultural era um "determinante na configuração de classes do país" (CARNEIRO, 2011, p. 18) e que a discriminação e o racismo são "variáveis independentes e explicativas de tais desigualdades" (CARNEIRO, 2011, p. 17). Ou seja, que se somam às contradições oriundas da divisão social do trabalho sem ser nelas subordinadas, mas tendo historicidade e estrutura própria nas desigualdades da divisão racial do trabalho – dialogando com o que discutíamos na seção anterior acerca das abordagens imbricacionistas.

A crítica antirracista do feminismo negro é fundamental para compreender a dimensão racial na formação sócio-histórica dos países latino-americanos e, portanto, também na estruturação das desigualdades entre os povos e nações no cenário internacional. Assim, além das autorias das indígenas mulheres, também as vozes feministas negras foram uma contribuição central na renovação dos espaços científicos, pedagógicos e culturais no Brasil, também potencializados por mudanças curriculares e políticas afirmativas, sempre conquistados por meio de intensa luta social dos povos, comunidades e movimentos sociais negros.

Reflete-se aqui que o cenário internacional contemporâneo é também uma construção histórica, mediada por valores eurocêntricos fundamentados, por exemplo, nas práticas do comércio exterior de matérias-primárias, bens primários e *commodities* à base da desumanização, escravatura, tortura e tráfico de seres humanos racializados como não-brancos. Deste modo, dialogando novamente com os debates de Lélia González (2020) em *"Racismo e sexismo na cultura brasileira"* e em *"Por um feminismo afro-latino-americano"*, a autora nos orienta de forma múltipla, no entendimento acerca do racismo na formação sócio-histórica latino-americana e nas relações internacionais entre os povos e nações:

> Em primeiro lugar, não se pode esquecer que a formação histórica da Espanha e de Portugal foi feita a partir da luta secular contra os mouros, que invadiram a península Ibérica em 771. (....) Constantemente silenciada, a dimensão racial desempenhou um importante papel ideológico nas lutas da Reconquista. De fato, os mouros invasores eram predominantemente negros. (....) os espanhóis e portugueses adquiriram sólida experiência em relação à maneira de articular as relações raciais. Em segundo lugar, as sociedades ibéricas foram estruturadas de maneira altamente hierárquica, com muitas camadas sociais diferentes e complementares (...) não há espaço para a igualdade, especialmente para diferentes grupos étnicos, como os mouros e os judeus, sujeitos a um controle social e político violento. Herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierárquicas. (...) a segregação de mestiços, índios ou negros se torna desnecessária, porque as

> hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante. Desse modo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter claramente formalista em nossas sociedades. (GONZÁLEZ, 2020, p. 142-143)

Assim, um desafio ético-político fundamental contra o racismo é transformar a realidade social caracterizada por González (2020) acima como lugar onde "não há espaço para a igualdade, especialmente para diferentes grupos étnicos". Nesta empreitada, existe uma miríade de contribuições feministas do sul desde diversos grupos sociais, povos, nações e países no âmbito da América Latina e junto ao pensamento social crítico latino-americano, bem como em outros países, que é por onde esta tese caminha. Neste processo de renovação de protagonismos, vozes e autorias no âmbito do pensamento social brasileiro e latino-americano que a presente tese buscou analisar e interpretar as construções políticas das mulheres em movimentos sociais, povos e comunidades do campo, florestas, águas e periferias em torno do feminismo camponês popular e da luta social pela soberania alimentar dos povos.

Confirmando a literatura sobre as lutas sociais por políticas e direitos sociais: São as ações dos grupos, classes, movimentos sociais, comunidades e povos que despontam como elemento dinamizador das inovações identificadas, avançando na democratização da sociedade – na construção de novas relações sociais sem desigualdades, nas condições de participação social, na eleição de governos progressistas e abertos aos movimentos e reivindicações populares. A inauguração de uma agenda internacional para alimentação e agricultura não gerou "de cima para baixo" o processo social de criação das políticas para alimentação nos países latino-americanos, uma vez que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) foi criada em 1945 e somente após um longo período é que se começam a constatar avanços na pauta - com o fim das ditaduras civis-militares na América Latina, durante as décadas de 1980, por meio das lutas sociais democráticas e por direitos.

As mulheres em movimentos sociais populares e os movimentos sociais feministas no campo e na cidade, portanto, também tem sido parte importante da luta social por políticas e direitos para alimentação saudável, terra e agroecologia, de modo que suas experiências de vida e construções políticas são relevantes para compreender as tendências histórico-estruturais que incidem nos problemas sociais da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar. As mulheres rurais e as mulheres em movimentos sociais no campo são sujeitas de direito e sujeitas históricas, interlocutoras da realidade social presentes nas lutas sociais de múltiplas formas

(produtoras agroecológicas, lutadoras e educadoras populares, autoras, pesquisadoras e sujeitas colaboradoras de pesquisas, entre outras atuações coletivas).



Imagem 31: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando lutas populares na capital federal. Título: Trabalhadoras do campo e da cidade, construindo lutas populares. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2021-2022.

A participação das mulheres em movimentos sociais populares por políticas e direitos sociais, em movimentos auto-organizados e mistos, foi parte fundamental das lutas sociais por democracia e cidadania, perpassando diferentes fases. As pesquisadoras Nalu Faria e Miriam Nobre (1997) explicam que:

> No fim dos anos 1960, uma nova onda de feminismo agitou muitos países. Essa onda chegou ao Brasil, influenciada pelos movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos, mas também como produto do anseio das próprias mulheres brasileiras. Em nosso país, uma parcela significativa da força de trabalho feminina foi incorporada ao comércio, na prestação de serviços e em setores da indústria, de forma inédita no país, pela proporção e rapidez. (....) A retomada do feminismo na década de 1970 no Brasil, como um amplo movimento social, junta-se com a reorganização independente dos trabalhadores e dos movimentos populares. Foram criados diversos grupos feministas em várias cidades do país. A participação política da mulher nos diversos movimentos sociais avançou. Elas eram, e ainda são, a grande maioria nos movimentos populares que se organizavam nos bairros, lutando por melhores condições de vida. As mulheres participavam de diferentes movimentos: clubes de mães organizados pela Igreja, movimento de luta por creche e contra a carestia, movimento feminino pela anistia. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 25-26)

Primeiramente, lutaram por melhores condições de inserção no mercado de trabalho, contra a carestia, contra as ditaduras militares na região e para redemocratização política e

econômica de suas sociedades durante décadas de 1960, 1970 e 1980. Posteriormente, com a retomada dos direitos civis e políticos no final da década de 1980 e ao longo da década de1990, partiram para a construção de novas ações coletivas e públicas para também conquistar direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA). Não que a reivindicação por todos os direitos não existissem mesmo antes da redemocratização, mas, no contexto de supressão dos direitos civis e políticos durante as ditaduras civis-militares, muitas das lutas sociais foram oprimidas e angariaram novo fôlego com a reconquista do Estado democrático e de direito.

Assim, podemos dizer que as mulheres nos movimentos populares ensejaram luta social para atendimento de necessidades específicas de seu grupo social sem deixar de atuar também em meio a um histórico de participação pelo atendimento de necessidades gerais em partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, movimentos camponeses, movimentos negros, movimentos de saúde, entre outros. Ou seja, a participação política das mulheres nas lutas sociais populares nunca teve um caráter reduzido, isolado ou "específico", posto que combatiam as desigualdades e violências sem deixar de expressar as diferenças e diversidades nas sociedades eno âmbito dos grupos e classes sociais. Isto posto, vemos que na ampliação da participação política das mulheres, que em seu incício não necessariamente já se entendia como feminismo, é que as lutas sociais de caráter feminista e a dimensão feminista das lutas sociais vão se fortalecendo, enfrentando as desigualdades patriarcais e de gênero e as demais violações (capitalistas e raciais) de direitos, contribuindo para a melhoria das condições de vida das próprias mulheres e também de suas famílias, comunidades, povos, grupos, classes e movimentos sociais em sua diversidade. Constata-se que:

> A democratização do Brasil nos anos 80 contribuiu para que as mulheres participassem cada vez mais de partidos políticos e apresentassem propostas de políticas públicas para garantir a igualdade de gênero. No início, refletindo a experiência do movimento de mulheres, foram priorizadas as políticas de combate à violência e de atenção à saúde da mulher. Já nos anos 90, vieram as políticas para o conjunto da cidade e as necessidades das mulheres: desde o planejamento urbano até as lavanderias coletivas e programas de geração de renda. As mulheres passaram a pressionar de forma mais eficiente o legislativo. A Constituição de 1988 marcou importantes conquistas. A maternidade foi considerada uma função social e se conseguiu ampliar a licença-maternidade (...). As empregadas domésticas passaram a ter direitos trabalhistas e, alguns anos depois, fruto de muitas lutas, as trabalhadoras rurais conquistaram aposentadoria e salário-maternidade. (...) A organização das mulheres como setor cresce no interior do movimento sindical, urbano e rural, e do movimento negro. O movimento de mulheres vai aprendendo que é fundamental contemplar as necessidades e os direitos das diferentes mulheres, conforme sua raça, classe, idade, orientação sexual, condições de vida e de

> trabalho. Toda esta diversidade se reflete em uma agenda de preocupações cada vez mais amplas. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 26-27)

Portanto, um aspecto importante deste período no Brasil, foram, então, os avanços para as mulheres a partir da Constituição Federal de 1988 (direitos à creche, licença e salário maternidade, aposentadoria para trabalhadoras rurais, etc). A construção política da seguridade social também foi um aspecto relevante a partir da Constituição Cidadã, onde foram definidos novos marcos legais para as políticas públicas de previdência social, saúde e assistência social.

Na Argentina, também o fim da ditadura civil-militar impulsionou as lutas sociais populares de modo geral, tendo sido logrado ainda na década de 1980 a constituição da Comissão Nacional da Verdade e o julgamento dos responsáveis. Uma das lutas mais marcantes empreendidas pelas mulheres argentinas neste período foi a luta das Madres de Plaza de Mayo que marcham (até os dias de hoje) todas as quintas-feiras em frente à Casa Rosada na Ciudad de Buenos Aires. No tocante à participação das mulheres contra a fome, a subnutrição e a insegurança alimentar, muitas voluntárias, ativistas e militantes em diferentes entidades (igrejas, ONGs, movimentos, associações comunitárias, etc.) atuaram com a doação de cestas básicas e a distribuição de refeições nos moldes da ajuda humanitária emergencial ou ainda por meio de ações de perfil caritativo e religioso, mas a temática da luta social pelo direito humano à alimentação vai ganhando espaço nas lutas sociais em relação a denominação vaga de "luta contra a carestia". Esta bandeira de luta esteve presente na pauta das mulheres em movimentos sociais no campo e na cidade, mas também na luta de outros movimentos sociais como o movimento sanitarista e as entidades públicas e privadas que atuavam com a prestação de serviços sociais com foco nos direitos e na cidadania. Assim, vemos que as ações de caráter assistencial pontual e de solidariedade comunitária (como as doações de alimentos) tem sido complementares às lutas por transformação social e por políticas e direitos para garantias concretas de democratização do acesso à terra, à renda e à cidadania. Em todas estas pautas, os movimentos de mulheres e as mulheres em movimentos sempre estiveram presentes e ativas.

Por fim, ainda que de forma sucinta, cabe apontar que, conforme se averigua na análise da literatura (CASTRO, 2022) e de documentos sobre o tema de estudo (FAO, 2023), faz parte dos relatórios sobre insegurança alimentar e nutricional o monitoramento dos índices de mortalidade infantil e anemia materna. Estas ocorrências são afetadas diretamente pelas situações sociais de pobreza, desnutrição e anemia - oriundas da baixa quantidade e, não menos importante, também baixa qualidade dos alimentos - vivenciadas predominantemente por mulheres e famílias negras. Ademais, as necessidades alimentares e nutricionais das pessoas

podem ser diferenciadas consoante as especificidades de suas vivências durante as dinâmicas de gestação, de aleitamento, de menstruação, de cura de determinadas enfermidades que requerem dietas específicas, entre outras situações. No entanto, nem sempre existem as condições adequadas para que estas necessidades específicas sejam atendidas no cotidiano de vida das pessoas, sobretudo, com a hegemonia de modelos alimentares cada vez mais padronizados, escassos, menos vinculados à sazonalidade e menos nutritivos, os quais podem impactar de forma profunda a saúde e bem-estar das mulheres, um dos grupos sociais mais afetados pela subnutrição e pela insegurança alimentar e nutricional.

Portanto, o estudo do tema da alimentação precisa considerar as diferenças e as diversidades sociais, bem como a crítica às desigualdades oriundas das divisões sociais, sexuais, raciais e internacionais do trabalho que operam na determinação social da saúde. Consoante o Ministério da Saúde, a Secretaria de Atenção à Saúde e o Departamento de Atenção Básica em *"PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição"* (2012):

> A alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. A população brasileira, nas últimas décadas, experimentou grandes transformações sociais que resultaram em mudanças no seu padrão de saúde e consumo alimentar. Essas transformações acarretaram impacto na diminuição da pobreza e exclusão social e, consequentemente, da fome e escassez de alimentos (...). A diminuição da fome e da desnutrição veio acompanhada do aumento vertiginoso da obesidade em todas as camadas da população, apontando para um novo cenário de problemas (...). A determinação social da saúde assim como a promoção e prevenção de agravos estão presentes em diversos documentos internacionalmente reconhecidos (...). Os documentos apontam para a necessidade de formulação e implantação de estratégias nacionais, locais e regionais efetivas e integradas para a redução da morbi-mortalidade relacionada à alimentação inadequada e ao sedentarismo, com recomendações e indicações adaptadas frente às diferentes realidades dos países e integradas às suas políticas, com vistas a garantir aos indivíduos a capacidade de fazer escolhas saudáveis com relação à alimentação (...). (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 10-12)

Os estudos para elaboração desta tese propiciaram averiguar também que devido à divisão sexual do trabalho, as mulheres são socialmente responsabilizadas e cobradas a desempenharem os trabalhos de produção, cuidado e de reprodução da vida no âmbito de suas famílias e comunidades sem que suas atividades sejam reconhecidas e igualmente valorizadas como trabalho: tal como o cultivo de alimentos para autoconsumo nos quintais das casas, o preparo cotidiano dos alimentos consumidos por todos, os cuidados com os idosos e crianças,

entre outros. No entanto, também não necessariamente estas são atividades que as mulheres queiram ou possam fazer, mas são papéis sociais a elas atribuídos estruturalmente pela dinâmica das relações sociais de desigualdade de gênero, raça e classe que as limitam à dimensão privada da vida social, às relações de apropriação e superexploração de sua força de trabalho e à subrepresentação política e nos espaços públicos estratégicos e de poder. Em *"O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero"*, Nalu Faria e Miriam Nobre (1997) elucidam a questão da seguinte forma:

> A sociedade estabelece um modelo-padrão de família, no qual se espera que todas as pessoas se enquadrem. O modelo considerado ideal de família em nossa sociedade é chamado mononuclear, ou seja, constituído por um núcleo que são o pai, a mãe e as filhas ou filhos (...). A família é considerada o lugar da socialização das crianças, o lugar onde se criam e se educam. (...) A família é apresentada como o lugar do afeto e onde se deve garantir o equilíbrio psicológico das pessoas. As mulheres, chamadas "esteio da família", são consideradas as responsáveis por essa suposta harmonia. A família também é o lugar em que se dá a reprodução material das pessoas. A renda que cada membro traz para casa é organizada para propiciar o consumo de todos. Na divisão do bem-estar e do conforto dentro da família, mais uma vez podemos perceber a desigualdade de gênero. As mulheres geralmente trazem a maior parte dos seus rendimentos para o consumo da família, enquanto os homens usam parte significativa com seus gastos pessoais. Em algumas situações, ainda se vê na família uma distribuição desigual de recursos, até mesmo de comida: os melhores pedaços vão para os pratos do marido e dos filhos homens. O trabalho doméstico – cozinhar, cuidar da rupa, limpar a casa e a socialização das crianças – é essencial para a existência e reprodução das pessoas, para elas poderem descansar e se recompor para irem trabalhar no dia seguinte. As tarefas chamadas domésticas são realizadas nas casas praticamente quase que só pelas mulheres, como trabalho não-pago, que assim serve para baratear o custo da reprodução da força de trabalho. Basta ver quanto custa a comida pronta e a lavagem da roupa na lavanderia para começar a ter uma ideia desse barateamento. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 20-21)

Ou seja, apesar do papel social historicamente atribuído às mulheres vinculando-as às atividades relacionadas à alimentação, conforme previamente afirmado, as mulheres e meninas estão justamente nas parcelas da população mundial que mais sofrem com as situações de subnutrição e insegurança alimentar e nutricional, sobretudo, as mulheres e meninas racializadas e periféricas. Do ponto de vista das mulheres camponesas e trabalhadoras nas lutas populares, a luta social pela alimentação saudável parte da politização de um cotidiano concreto mediado por relações sociais de múltiplas jornadas de trabalho, de modo que:

> Os modelos de feminino em nossa sociedade são criados a partir de símbolos antagónicos: Eva e Maria, bruxa e fada, mãe e madrasta. Essas definições

> propõem o que é bom para as mulheres e culpam-nas quando não respondem a esse padrão. A partir da consolidação do capitalismo, existe a ideia de que ocorre uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito. Nessa compreensão, o papel feminino tradicional estabelece a maternidade como principal atribuição das mulheres e, com isso também o cuidado da casa e dos filhos, a tarefa de guardiã do afeto e da moral na família. Ela é uma pessoa que deve sentir-se realizada em casa. O homem típico é considerado o provedor, isto é, o que trabalha fora de casa, no espaço público. Para uma mulher, ainda considerado mais adequado ser meiga, atenciosa, maternal, frágil, dengosa, e do homem, o que ainda se espera, é que tenha força, iniciativa, objetividade, racionalidade. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 10-11)

Portanto, avanços na construção de agendas políticas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável requerem o reconhecimento e valorização social do trabalho das mulheres na produção e reprodução da vida, ou seja, na totalidade social. Assim, requerem o fortalecimento das experiências de organização produtiva e de participação política destas sujeitas. Do ponto de vista desta tese, então, afirma-se que o tema da alimentação saudável em sua dimensão de trabalho e como direito humano não pode ser abordado de forma indiferente às perspectivas feministas críticas e das lutas sociais indígenas, negras e populares, sob risco de não ser apreendido em sua devida complexidade. Enfrentando tamanhos desafios, se tornou fundamental para o desenvolvimento desta tese o foco nas vozes feministas camponesas populares das mulheres em movimentos sociais no campo, as quais participam do processo social de construção política da soberania alimentar dos povos. Tais problematizações se desdobram na delimitação das sujeitas colaboradoras que foram entrevistadas na pesquisa, desde a constatação de que as desigualdades patriarcais, raciais, de classe e internacionais são estruturantes nos sistemas agroalimentares hegemônicos e, portanto, na geopolítica da fome, que não garante o acesso universal ao direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável. Assim, a superação destas tendências histórico-estruturais contraditórias na sociabilidade contemporânea somente parece possível por meio do avanço do estudo científico e da intervenção coletiva e com políticas públicas nos problemas sociais da fome, da subnutrição e das inseguranças alimentares - à luz das agendas políticas para alimentação saudável rumo à soberania alimentar dos povos, sob enfoques feministas, antirracistas, de classe e internacionalistas, tal como identificados no âmbito do feminismo camponês popular.

Desponta, então, a defesa da saúde integral das mulheres indígenas, negras, camponesas e trabalhadoras do campo e da cidade, sobretudo, de grupos sociais em situação de pobreza, violências e desigualdades que vivenciam maiores barreiras sociais de acesso aos serviços

sociais públicos e que, portanto, devem ser prioridade política nas ações do Estado para atendimento de suas necessidades humanas por meio de projetos de desenvolvimento sustentáveis e saudáveis. Conforme afirmavam as lutadoras sociais zapatistas do México, na quinta lei da *"Ley revolucionária de mujeres"*[60]: "las mujeres y sus hijos tienen derecho a atención primária em sus salud y alimentación". De acordo com Vanderleia Pulga e Adriana Mezadri (2018), explicando alguns elementos fundamentais do feminismo camponês popular em sua relação com a agroecologia e a saúde, em *"Promoção da autonomia e saúde das mulheres camponesas a partir da prática agroecológica":*

> As mulheres colocam-se como sujeitos políticos instituintes e como construtoras da história, questionando seu papel na trajetória histórica da humanidade e evidenciando a necessidade de transformar as estruturas perversas da sociedade e, com isso, de reconstruir as relações humanas, aliadas a um novo patamar de relação com o conjunto de formas de vida no planeta e no universo. As populações do campo resistem para sobreviver num contexto de expropriação da biodiversidade, como um todo, submetida aos interesses econômicos de setores e/ou empresas transnacionais, ao mesmo tempo em que exigem o reconhecimento de suas culturas e saberes, além de políticas de valorização e apoio para melhorar suas condições de vida, de trabalho e de produção agroecológica de alimentos saudáveis. As potencialidades do cuidado para com a vida e a saúde dessas populações a partir da experiência das mulheres camponesas na produção de alimentos saudáveis e da prática agroecológica é fundamental para as famílias camponesas. As ações desenvolvidas estão evidenciando que as mulheres camponesas/ rurais/ agricultoras têm uma sabedoria e uma sensibilidade para identificar as singularidades e as contradições presentes nas famílias que habitam estes territórios. Suas organizações autônomas no Brasil e em outros países, desenvolvem processos nos quais essas mulheres em sofrimento e adoecimento, ressignificam suas vidas a partir deste cotidiano e se constituem enquanto protagonistas autônomas e transformadoras de suas vidas, de suas relações e da sociedade em que vivem. Os processos de cuidado com a natureza, o alimento, a vida e a saúde realizados essencialmente pelas mulheres camponesas traduzem dimensões da vida desde seu mundo cotidiano até a visão planetária de cuidado em defesa da vida. Trazem consigo as dimensões da agroecologia e do feminismo camponês popular e apontam desafios novos para o cuidado integral à saúde, para construção de novas relações familiares, de trabalho rural e de relação com as outras formas de vida existentes. (PULGA; MEZADRI, 2018, p. 16)

Para as mulheres nos movimentos sociais por direitos no campo, na floresta e nas águas a relação com os alimentos saudáveis (produção, consumo, distribuição) está conectada à valorização de seu trabalho produtivo, de sua participação política coletiva e, também, à

[60] Disponível em: https://www.nacionmulticultural.unam.mx/movimientosindigenas/docs/598.pdf.

valorização dos saberes e práticas e dos trabalhos na reprodução social e na construção da saúde integral, física e psicológica, das mulheres, de suas famílias, comunidades e biomas diversos.

Em primeiro lugar, por meio da nutrição dos corpos e dos solos dos territórios com sementes e alimentos sem agrotóxicos e transgênicos e, não menos importante, também pelo fato de que a produção de alimentos saudáveis e a comercialização do excedente não consumido pelas famílias são ferramentas de geração de renda e autonomia das mulheres no campo, contribuindo para romper com processos de dependência econômica e violências domésticas e estruturais, plantando e alimentando a produção e reprodução de novas relações sociais de bem viver. Pois, a participação política nos movimentos sociais populares no campo e na cidade propicia às mulheres latino-americanas lutadoras sociais um repensar criticamente o significado social das "mulheres" e construir redes de apoio, as quais significam romper com situações sociais e familiares de isolamento, de escassez e de ciclos de violências, por meio da troca de experiências, da construção compartilhada de saberes e novas práticas sociais, do cultivo coletivo de momentos de autocuidado e solidariedade popular e comunitária.

Para os movimentos sociais no campo a questão da autodeterminação dos povos em seus territórios, com acesso à terra e aos bens comuns da natureza é um elemento central relacionado à alimentação saudável, um acúmulo no qual os diálogos sobre a autonomia das mulheres, a soberania alimentar dos povos e o feminismo camponês popular representam importantes sínteses estratégicas na busca por renovar as condições da participação nas lutas populares, na construção de novas relações sociais e de direitos e no exercício da cidadania rumo à transformação do projeto conservador de desenvolvimento (neo)extrativista-exportador, que se fundamenta na reprodução social do sistema agroalimentar hegemônico e da geopolítica da fome.

3.3.5 Mulheres camponesas nas "perspectivas feministas para ampliar horizontes"

Inspirando-se nas palavras de Chimamanda Ngozi Adichie quando ela afirma que "as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada" (ADICHIE, 2019, p. 32) esta seção destaca como um elemento do feminismo camponês popular o protagonismo das mulheres rurais e camponesas em sua diversidade, concluindo a relevância de suas contribuições nas "perspectivas feministas para ampliar horizontes", conforme termo de Alba Carosio (2017). Partindo do que afirmava Rosângela Piovizani Cordeiro (2018) de que

“afirmar-se camponesa é um ato de resgate da cultura e da memória histórica de resistência e luta de um povo, e de dar unidade de classe às trabalhadoras e trabalhadores do campo, classe esta discriminada e negada por grande parte da sociedade brasileira” (CORDEIRO, 2018, p. 193), também se identifica que a perspectiva de enfrentamento aos sistemas de dominação capitalista, patriarcal, racista e imperialista busca a igualdade de direitos, portanto, sem negar o direito à diferença e a importância da diversidade das mulheres no campo, as quais possuem identidades tão diversas como seus múltiplos contextos de vida que transbordam as fronteiras de uma história única.

Conforme é possível perceber ao longo da tese, diferentes autoras e sujeitas colaboradoras de pesquisa acionam termos variados para denominar as mulheres do campo. Por exemplo, em autoras que desenvolvem estudos relacionados às políticas públicas para o meio rural, é usual encontrar o termo “mulheres rurais”. No entanto, quando se está falando sobre políticas produtivas para as mulheres rurais também se encontra o destaque na atividade econômica das sujeitas, por exemplo, como “mulheres agricultoras familiares” ou “mulheres produtoras rurais”. O termo rural, então, é um diferente complementar ao urbano, podendo agregar múltiplas territorialidades e identidades diversas tais como: mulheres da roça, mulheres do campo, mulheres das florestas, mulheres dos biomas, mulheres do cerrado, mulheres das águas. Ademais, na particularidade brasileira, implicou no surgimento do termo “mulheres do campo, florestas e águas” a partir da participação das mulheres do meio rural nas conferências de saúde e, sobretudo, na conquista da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, das Florestas e das Águas (PNSIPCFA) no âmbito do SUS. Portanto, “mulheres do campo, florestas e águas” também é um termo utilizado nesta tese em algumas passagens.

Por sua vez, muitas mulheres rurais preferem denominar-se também com outras identidades que não se reportam apenas ao sentido dos territórios em que vivem, mas a suas culturas e seus vínculos comunitários, étnicos e políticos. Por exemplo, as “mulheres camponesas” (referente a campesinato, à classe trabalhadora no campo, à cultura camponesa), “mulheres ribeirinhas”, “mulheres das comunidades tradicionais”, “mulheres quilombolas” (referente ao quilombo e cultura quilombola), etc. Neste conjunto, destacam-se também as “mulheres indígenas” que, inclusive, reivindicam o uso do nome de seu povo: Guajajaras, Wapixanas, Potiguaras, entre outras, e até mesmo o termo “indígenas mulheres”, sendo a categoria de mulheres secundária em relação a sua identidade na nação indígena. Na Argentina, também foi possível perceber uma particularidade interessante, que é o termo “mulheres campesinas indígenas”, posto que muitas mulheres nos movimentos sociais no campo se identificam simultaneamente com ambas as identidades e então propõem a construção do que

denominam como “feminismo campesino indígena y popular”, agregando a identidade indígena ao feminismo camponês popular.

No Brasil, campesinato e povos indígenas são identidades étnicas, identidades políticas e culturas diferentes, mas, existem elaborações no sentido de que o termo “mulheres do campo” ou “mulheres camponesas” possa ser usado como sinônimo de “mulheres rurais”, enquanto uma categoria abrangente da diversidade de sujeitas que vivem para além dos territórios das cidades, trabalhando com a ideia da relação campo-cidade tal como previamente mencionado acerca da relação meio rural-meio urbano. Um dos motivos pelo qual existe esta preferência é porque muitas mulheres camponesas associam o termo “rural” ao ruralismo, referente ao pensamento das elites agrárias e à bancada ruralista, do agronegócio e da produção de monocultura e *commodities* para exportação. Seus projetos de agricultura camponesa feminista, de agroecologia e de agriculturas tradicionais e ancestrais se contrapõem a esta visão ruralista e, portanto, se identificam com o termo camponesas, campesinas e campesinas indígenas, que resgata muitos debates sobre os sujeitos e culturas populares e dos povos do campo que são antagônicos à agricultura capitalista - sem no entanto se reduzir à ideia de “mulheres do campesinato” como experiência histórica europeia e feudal. Por exemplo, quando o MMC usa o termo mulheres camponesas trata-se de mulheres do campo como identidade de classe anticapitalista, em um diferente complementar à cidade - como trabalhadoras do campo, sujeitas da cultura camponesa, sujeitas da agroecologia em sua diversidade. Assim, as mulheres camponesas têm carcaterísticas próprias na região latino-americana e em cada país, e também têm diversidades regionais e dos biomas dos territórios em que as sujeitas vivem, além de características diversas na história e cultura de cada comunidade local e grupo social que integra o movimento.

Inclui-se aqui o fato de que muitas mulheres camponesas ou rurais também utilizam identidades referentes à luta social e ao nome do movimento social em que participam, por exemplo: as mulheres do MST utilizam o termo “mulheres sem terra”; as mulheres do MAB utilizam o termo “mulheres atingidas” ou “as atingidas por barragens”; as mulheres do MPA utilizam o termo “mulheres pequenas agricultoras familiares camponesas” e; as mulheres do MPP utilizam os termos “mulheres das águas”, “pescadoras artesanais” e “marisqueiras”, entre outros. Não menos relevante, dentro dos movimentos sociais no campo estão organizadas também sujeitas que vivem em periferias das cidades, posto que são filhas e netas de sujeitos do campo que vivenciaram processos sociais de migração ou expropriação e, sendo herdeiras destas lutas sociais no campo se identificam com a identidade de luta feminista camponesa popular e agroecológica como projeto de vida e projeto de sociedade. Destarte, existem muitas

periferias nos países latino-americanos que carregam traços rurais e nestes limites periurbanos as mulheres também se identificam com identidades e culturas rurais e camponesas, tudo isso denotando a complexidade e a fluidez interessante destes processos sócioculturais e identitários nas lutas contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e o imperialismo que permeiam a discussão da tese e que este estudo mais propõem para reflexão do que trata como conclusões acabadas. Ao longo desta tese, todas estas denominações tem sido acionadas para desenvolvimento das reflexões propostas, ainda que no título do estudo tenha sido destacado o termo "mulheres em movimentos sociais" que despontou como o mais abrangente.

As mulheres rurais em sua ampla diversidade do campo, florestas, águas e periferias têm historicamente desempenhado um papel central na produção, beneficiamento e comercialização de sementes e alimentos voltados ao próprio consumo familiar e à distribuição nas comunidades locais. Esta é uma dimensão fundamental da produção e reprodução da vida humana, da biodiversidade e da própria sociedade:

> A descoberta da germinação das sementes foi fundamental e contou com a participação decisiva das mulheres. Foram milhares de anos de observação e seleção de grãos pelas mulheres e homens. As primeiras espigas de milho, veja só, eram pequeninhas, pouco mais de um centímetro! E, com base na seleção das maiores sementes pelas agricultoras/es, hoje em dia chegam a 45 cm! Para cuidar das plantas, nossos antepassados tiveram que morar num lugar fixo, se tornando sedentários. A partir de então surgiram as primeiras aldeias, vilas e cidades. (...) Herdamos conhecimentos sobre a natureza para a produção de alimentos, medicamentos, roupas, energia. (VARGAS; SILVA, 2015, p. 28-29)

Porém, este aspecto também está vinculado aos processos sociais de naturalização da atribuição histórica e cultural dos trabalhos de cuidado e de reprodução social às mulheres, tornando-se um trabalho invisibilizado, desvalorizado e negligenciado. Uma realidade na qual as agendas políticas políticas para alimentação saudável construídas pelas mulheres em movimentos sociais no campo buscaram intervir para que esta seja uma pauta central na criação de novos projetos de desenvolvimento saudáveis e sustentáveis.

Nesta dialética contraditória, os trabalhos na produção de alimentos, reprodução e cuidado com a vida, tem sido ao mesmo tempo centrais para a sobrevivência e atendimentos das necessidades humanas mas socialmente desavalorizados, criando desigualdades que impactam os meios de vida e a saúde das mulheres e dos sujeitos, comunidades e povos do campo. Uma evidência sobre este ponto pode ser encontrada na pesquisa *"As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos",* elaborada por Emma Siliprandi e Rosângela Cintrâo (2014):

> (...) realizamos uma pesquisa de âmbito nacional sobre a participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). (...) primeiro é o importante papel das mulheres para a diversidade de produtos incluídos no PAA (....) pode valorizar o trabalho das mulheres na agricultura familiar e fortalecer sua autonomia econômica ao mesmo tempo em que valoriza a produção e o consumo de produtos alimentares inseridos nas culturas regionais e integrados a sistemas de produção diversificados. (...) favorecem a autonomia do campesinato e promovem modelos mais sustentáveis e diversificados de agricultura. Dessa forma, permite fortalecer a segurança e a soberania alimentar (...). O segundo aspecto a ser destacado, que permeia os exemplos de participação das mulheres, são os limites e desafios (...) para a superação das fortes desigualdades de gênero ainda existentes. O 'anonimato" das mulheres no PAA, evidenciado no fato de que constam nos contratos apenas o nome dos seus maridos, e não seus próprios nomes, contribui para que elas não sejam reconhecidas como responsáveis pelas atividades produtivas e está relacionada com a histórica desvalorização e invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar. (...) a visibilização da presença das mulheres no PAA depende de um conjunto articulado de ações (por parte tanto dos movimentos de mulheres quanto dos diferentes atores envolvidos no Programa). (...) Por último, (...) alertamos para a necessidade de que as políticas públicas sejam permanentemente monitoradas com relação ao gênero." (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2014, p. 116-117)

As autoras destacam a centralidade do trabalho e da participação das mulheres rurais na garantia da produção diversificada de alimentos nos programas de compras institucionais para abastecimento alimentar no Brasil. Isto demonstra que, para além de uma ampla gama de nomenclaturas e identidades diversas relativas às mulheres rurais, quando se fala sobre mulheres camponesas há um conteúdo importante a ser destacado: sua contribuição central na diversificação da produção, ou seja, na sustentação de um modelo agroecológico nos territórios, que não é o da monocultura de grãos transgênicos, com uso intensivo de agrotóxicos, como vem sendo promovido no modelo hegemônico do agronegócio voltado à exportação de *commodities*. Conforme expressado no estudo *"Agrotóxicos e colonialismo químico"* por Larissa Mies Bombardi (2023):

> A expressão colonialismo químico ajuda a desnudar "o que" e "em que" tem se desdobrado esse movimento do capital, quando indústrias sediadas em países centrais do sistema econômico internacional vendem agrotóxicos proibidos em seus próprios territórios para países do Sul global, particularmente da América Latina. Além de ocasionar os já mencionados problemas socioambientais, essas substâncias muitas vezes tem sido usadas como "armas" em conflitos fundiários. (...) A aspersão de agrotóxicos, como já dissemos, é apenas a mais nova modalidade da histórica violência contra as populações indígenas e camponesas no país. (BOMBARDI, 2023, p. 65-66)

As mulheres do campo têm sustentado a cultura camponesa, a diversidade de culturas alimentares, os cuidados com as sementes que são os meios de vida tradicionais e ancestrais no campo e que propriciam a reprodução da vida nos territórios, a autonomia dos camponeses e a soberania alimentar dos povos, mesmo no contexto de expansão das fronteiras agroextrativistas dos grandes projetos do capital nos territórios. Ainda que a agricultura familiar não seja automaticamente sinônimo de produção agroecológica e orgânica, devido à ofensiva do capital na captura dos meios de vida no campo, as mulheres camponesas tem sustentado por meio de seu trabalho e de seus saberes a continuidade das culturas camponesas, tradicionais, ancestrais em suas famílias, comunidades e povos do campo de modo que esta tese buscou descrever e interpretar alguns elementos que explicam como isto se desdobra no Brasil e na Argentina. Assim, também se compreendem como referências centrais os estudos sobre trabalho e participação política das mulheres rurais, como os desenvolvidos pelas autoras previamente citadas e, não menos importante, por outras autoras como Maria Ignez S. Paulilo (1987) e Andrea Butto (2011). Em "*O peso do trabalho leve"* Paulillo (1987) nos explica que:

> Trabalho "leve" e "pesado" são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas. A carência de estudos sobre a mulher no campo explica o relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada no meio rural, apesar de estar ali amplamente disseminada. (PAULILO, 1987, p. 4)

E, de acordo com Andrea Butto (2011), em *"Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania"*:

> (...) as desigualdades ainda marcam a vida das mulheres camponesas. A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. (BUTTO, 2011, p. 12)
>
> O seu trabalho é considerado como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias, um trabalho concebido como uma ajuda, decorrente também do ocultamento do trabalho delas. (BUTTO, 2011, p. 14)

Uma das indagações que emerge ao ler estas duas referências é o que realmente significa a divisão sexual do trabalho no meio rural, pois, Paulilo (1987) parece nos contar que não há uma separação entre quais atividades são feitas por homens ou por mulheres, mas uma

qualificação diferenciada que visa legitimar rendas diferentes entre homens e mulheres na realização dos mesmos trabalhos. No caso de Butto (2011), ela parece indicar que há uma discriminação de trabalhos, seguida de uma invisibilização e desvalorização dos trabalhos que são feitos predominantemente pelas mulheres no âmbito desta separação e hierarquização no âmbito da divisão sexual do trabalho. A tese buscou descrever e interpretar estas questões, tendo em vista que é possível, na verdade, a complementariedade destas duas situações, uma que diz respeito à forma como as mulheres são tratadas na dimensão da produção e pública da vida social e outra que explica como as mulheres do campo vivenciam os trabalhos domésticos e de cuidados na dimensão privada da vida familiar, vivenciando situações de superexploração na sobreposição de invisibilidades e desvalorizações em ambas as esferas. Assim, os achados de pesquisa desta tese contribuem para compreender com maior profundidade a relação entre as esferas da produção e da reprodução social na alimentação, ao pensar o tema em sua dimensão de trabalho e a partir da perspectiva das mulheres em movimentos sociais no campo, dialogando com reflexões como as de Tithi Bhattacharya (2023) em *"Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global"*:

> A chave para o desenvolvimento de uma compreensão suficientemente dinâmica da classe trabalhadora é a estrutura da reprodução social. Ao pensar sobre essa classe, é essencial reconhecer que os trabalhadores existem além do local de trabalho. (...) O relacionamento entre essas esferas, por sua vez, nos ajudará a considerar direções estratégicas para a luta de classes. (BHATTACHARYA, 2023, p. 120)

> Os teóricos da reprodução social querem, com razão, desenvolver ainda mais o que Marx deixou sem analisar. Quais são as implicações da produção da força de trabalho fora do circuito produtivo de mercadorias, sendo ainda essencial para ele? O campo historicamente mais duradouro para a reprodução da força de trabalho é, obviamente, a unidade que chamamos de família. Ela desempenha um papel fundamental na reprodução biológica - a substituição geracional da classe trabalhadora – e na recuperação do trabalhador por meio de comida, abrigo e cuidados psíquicos, a fim de se preparar para a jornada laboral do dia seguinte. Ambas as funções, no capitalismo, são desproporcionalmente executadas pelas mulheres e são a fonte de sua opressão nesse sistema. (...) Tal como no caso das aposentadorias, da saúde pública ou da educação, o Estado desembolsa alguns recursos para a reprodução social da "mão de obra". É somente dentro de casa que o processo de reprodução social permanece não assalariado. (BHATTACHARYA, 2023, p. 126-129)

Relacionando os estudos sobre mulheres rurais com obras de autoras feministas marxistas brasileiras como Saffioti (1987; 2013) e Souza-Lobo (2011), vemos, portanto, que os estereótipos, preconceitos, discriminações e violências patriarcais e raciais são também componentes estruturais das sociedades de classes, posto que estas criam barreiras sociais e

escassez, ou seja, não universalizam o acesso à terra e aos bens comuns, aos direitos humanos, às políticas públicas e às riquezas socialmente produzidas, de modo que não apenas a divisão social e sexual do trabalho incidem sobre as mulheres rurais, mas também a divisão racial do trabalho oprime as condiçoes, escolhas e possibilidades de vida das mulheres rurais racializadas. Em *"O poder do macho"* (1987) e em *"A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade"* (2013), Heleieth Iara B. Saffioti desenvolve a crítica às desigualdades vivenciadas pelas mulheres nas sociedades competitivas e a sua abordagem sobre a simbiose dos sistemas de dominação capitalista-patriarcal-racista lhe permite expor que, em realidade, o que se tem chamado de inclusão social das mulheres no mercado de trabalho, não é mais do que uma "integração periférica" e competitiva entre as próprias mulheres e demais grupos sociais, denotando mais um aspecto central de contraponto do feminismo crítico ao (neo)liberalismo. Saffioti (2013) afirma que:

> A secularização do pensamento é, pois, fenômeno subordinado aos interesses da ordem imperante nas sociedades de classe. Os preconceitos, aparentemente retardadores da implantação da ordem capitalista, funcionam, no fundo, como fatores auxiliares ponderáveis da conservação dessa mesma ordem. É limitando, através do uso cuidadoso das imagens estereotipadas, o grau e a extensão de certas categorias sociais no sistema de produção de bens e serviços, que este se resguarda de possíveis rupturas de equilíbrio, mantendo suportáveis as tensões que gera. A evolução do trabalho feminino tem sido encarada como decorrência da secularização das atitudes, da mudança de estrutura da família etc. Em outras palavras, a possibilidade de a mulher atuar como qualquer outro *socius* no setor da produção de bens e serviços (...). Evidentemente, as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vincula quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa. Em qualquer dos casos, aquelas funções operam no sentido da discriminação social a partir do sexo, expulsando as mulheres da estrutura de classes ou permitindo-lhes uma "integração periférica". (SAFFIOTI, 2013, p. 88-90)

Isto posto, conforme vem sendo desenvolvido ao longo da tese, também emerge como componente da subordinação dos trabalhos na alimentação os impactos da dimensão internacional na vida social, como, por exemplo, as consequências da globalização neoliberal na chegada das corporações multinacionais nos territórios em que vivem as mulheres, na reestruturação produtiva, na flexibilização dos direitos trabalhistas e nas dificuldades de acesso aos direitos e políticas públicas decorrentes da financeirização e avanço do paradigma neoliberal do Estado mínimo. Ainda em Butto (2011):

> Em que pese o fortalecimento da auto-organização, o reconhecimento das lutas das mulheres rurais e os avanços na agenda governamental, a diminuição

> da pobreza das mulheres ainda não está acompanhada de uma transformação mais ampla da condição das mulheres no país. As institucionalidades e as políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero no meio rural são ainda muito recentes, estão e fase de consolidação e necessita ganhar escala, o que deve ser acompanhado do fortalecimento da agenda econômica na organização dos movimentos sociais de mulheres, para além da formulação de suas demandas. A partir da experiência brasileira, consideramos que esse esforço tem de somar governo e sociedade civil e deve associar-se a uma agenda de integração regional e internacional para superar os atuais limites e conseguir impulsionar as transformações necessárias para a conquista da efetiva igualdade das mulheres. (BUTTO, 2011, p. 33-34)

Deste modo, seguimos adiante em nossas referências ao nos inspirar também pelas epistemologias feministas, argumentando nesta tese que as mulheres rurais, camponesas, sem terra, agricultoras familiares, quilombolas, ribeirinhas, assentadas da reforma agrária, entre outras, possuem um ponto de vista relevante para a compreensão das construções políticas para o direito à alimentação saudável, posto que constituem uma categoria social que concomitantemente é sujeita nos trabalhos produtivos e nos trabalhos reprodutivos e de cuidados no âmbito dos sistemas agroalimentares. Ademais, as desigualdades estruturais acima citadas também implicam que estas sujeitas são atravessadas por contradições sociais que, portanto, vão incidir nas culturas alimentares e nos problemas sociais alimentares (como a fome, graus diversos de inseguranças e adoecimentos oriundos de alimentação insuficiente ou de baixa qualidade – como avitaminoses, anemias, doenças crônicas como diabetes, entre outras). As mulheres rurais e periféricas são concomitantemente as que mais produzem e preparam as comidas utilizadas e consumidas pelos seres humanos, são as que mais atendem as pessoas que necessitam de cuidados para se alimentar nos diversos momentos dos ciclos de vida. No entanto, as mulheres também são, em todo mundo, o grupo social que vivencia maiores índices de subnutrição e de insegurança alimentar e nutricional, sobretudo as mulheres pobres e racializadas.

Tal contradição requer ser cada vez mais problematizada por estudos científicos, abrindo a possibilidade de novas práticas, teorias e políticas para intervenções na realidade social rumo à justiça alimentar: onde as próprias pessoas que compartilham o pão de cada dia, das sementes até as panelas e pratos de cada um, em cada família na sociedade, não estejam sofrendo de barriga vazia e, ademais, tenham voz nas elaborações científicas e nas decisões políticas do Estado relacionadas às culturas alimentares, aos modelos produtivos e aos sistemas agroalimentares em curso na sociedade. Assim, as mulheres em movimentos sociais, povos e comunidades no campo, florestas e águas se contrapõem ao modelo do agronegócio, ao uso dos agrotóxicos entendidos como armas químicas violentas, à lógica extrativista agrária-

exportadora de *commodities*, denunciando também as falsas soluções do "capitalismo verde", do "imperialismo verde" e do "agronegócio sustentável" que concentram, mercantilizam, fincaneirizam e contaminam as terras, territórios e bens comuns dos povos.

Assim, esta tese defende que as vozes feministas camponesas populares nas lutas sociais dos movimentos sociais no campo afirmam a igualdade de centralidade e relevância: das lutas feministas críticas ao (neo)liberalismo; das lutas de classes e anticapitalistas; das lutas antirracistas e contra-colonialista e; como contribuição deste estudo, também das lutas internacionalistas populares e antiimperialistas. Tal elaboração amplia a perspectiva crítica perante a realidade social, contribuindo para o alargamento dos horizontes dos feminismos críticos, do pensamento social crítico latino-americano e das Ciências Sociais.

Quando observamos o desenvolvimento do pensamento social crítico latino-americano, identificamos que ele pensa criticamente a realidade e, concomitantemente, pensa criticamente o próprio sentido do conhecimento científico. Por exemplo, podemos auferir este aspecto na leitura dos trabalhos de Dussel (2005) sobre a filosofia da libertação; de Quijano (2005) e Lander (2005) sobre a colonialidade do poder e do saber; de Paulo Freire (2005) sobre uma proposta de educação libertadora na Pedagogia do Oprimido - todas abordagens importantes no âmbito do pensamento social crítico na região da América Latina. No entanto, conforme problematiza Alba Carosio (2017) em *"Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamento crítico latino-americano"*, os trabalhos de teóricas mulheres e feministas não tem o mesmo reconhecimento enquanto referências científicas e nem a mesma visibilidade na cultura, na arte, na literatura e isso inclui o cenário das Ciências Sociais. Sobretudo, as obras das pesquisadoras latino-americanas, camponesas, negras e indígenas atravessadas pelos desdobramentos do racismo estrutural que geram deslegitimações e violências.

Portanto, o intercâmbio científico e interdisciplinar com o pensamento social crítico elaborado nos países da América Latina ainda pode avançar em muitos aspectos. Muitas elaborações sobre temas de relevância comum entre os povos periféricos latino-americanos e caribenhos ainda são pouco conhecidos para além de cada fronteira nacional particular, dificultando o reconhecimento de um campo de estudos do pensamento social crítico latino-americano em geral e, principalmente, no tocante ao papel que as mulheres do campo desempenham nesta seara. Neste sentido - sem desconsiderar o que tem sido elaborado nos territórios da América Latina e nem o que tem sido produzido para além deles -, vamos tecendo encontros no âmbito da construção de pesquisas e teorias sociais comprometidas com o fim das discriminações e desigualdades, assim como identificamos ser fomentada a unidade de nossos movimentos sociais, comunidades e povos em articulações internacionalistas como a CLOC e

a *La Via Campesina.* São dimensões e trincheiras múltiplas de um processo social de solidariedade internacionalista e integração regional dos povos em que se identifica agendas políticas e de pesquisa em comum.

Por meio do encontro ensejado nesta tese entre as teorias feministas e o pensamento social crítico latino-americano, vemos como um aspecto semelhante o procedimento fundamental de "pensar e intervir no saber" junto com o "pensar e transformar a realidade social", denotando-se como uma característica em comum nas abordagens críticas às desigualdades da sociabilidade contemporânea. Desde obras clássicas do feminismo, como nos trabalhos de Simone de Beauvoir (1949) encontramos uma crítica radical à forma homogênea como as mulheres vinham sendo abordadas, e que carregavam tons pejorativos e discriminantes nas muitas áreas do conhecimento e da arte. Este debate constituiu todo o primeiro volume - *"Fatos e mitos"* - de "*O segundo sexo*", e teve grande impacto na época, permanecendo atual (infelizmente) posto que as desigualdades denunciadas pela autora ainda não foram completamente superadas. Beauvoir (1949) escreve que:

> É evidente que esse problema não teria nenhum sentido se supuséssemos que pesa sobre a mulher um destino fisiológico, psicológico ou econômico. Por isso, começaremos por discutir os pontos de vista da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico, acerca da mulher. Tentaremos mostrar, em seguida, positivamente, como a "realidade feminina" constitui-se, porque a mulher foi definida como o Outro (...). (BEAUVOIR, 1949, p. 27)

> (...) segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto. Só que a outra consciência lhe opõe uma pretensão recíproca: em viagem, o nativo percebe com espanto que há, nos países vizinhos, nativos que o encaram, ele também, como estrangeiro; entre aldeias, clãs, nações, classes, há guerras, tratados, lutas que tiram o sentido absoluto da ideia do Outro e descobrem-lhe a relatividade; por bem ou por mal os indivíduos e os grupos são obrigados a reconhecer a reciprocidade de suas relações. Como se entende, então, que entre os sexos essa reciprocidade não tenha sido colocada, que um dos termos se tenha imposto como o único essencial, negando toda relatividade em relação a seu correlativo, definindo este como a alteridade pura? Por que as mulheres não contestam a soberania do macho? Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como o inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. De onde vem essa submissão na mulher? Existem outros casos em que, durante um tempo mais ou menos longo, uma categoria conseguiu dominar totalmente a outra (...) e foi um acontecimento histórico que subordinou o mais fraco ao mais forte; a diáspora judaica; a introdução da escravidão na América, as conquistas coloniais são fatos precisos. Nesses casos, para os oprimidos,

> houve um passo à frente: tem em comum um passado, uma tradição, por vezes uma religião, uma cultura. (BEAUVOIR, 1949, p. 16)

A afirmação de Simone de Beauvoir de que os acontecimentos históricos são de onde vem a subordinação das mulheres, e não de um suposto essencialismo, é um elemento muito importante para o encontro entre a reflexão crítica sobre o conhecimento cinetífico e a crítica à realidade social. São estruturados por processos sócio-históricos de dominação que objetificam as mulheres em múltiplas dimensões - com discriminações que negam sua racionalidade e sua humanidade, explorações, violências e expropriações de seus corpos e território. Tal questão também é encontrada até em obras históricas e clássicas como os trabalhos de Mary Wollstonecraft (2016) durante o período da Revolução Francesa, denunciando que as mulheres foram desqualificadas e ignoradas durante a elaboração da "*Declaração de Direitos dos Homens*", ainda que tenham participado ativamente das lutas da época. Em "*Reivindicação dos Direitos da Mulher"*, a autora escreve:

> No que diz respeito ao cultivo do coração, admite-se com unanimidade que o sexo está fora de questão, mas a linha de subordinação dentro da capacidade da mente não deve ser desconsiderada. Apenas "absoluta em encanto", a proporção de racionalidade que se concede à mulher é realmente pequena, porque, ao negar seu gênio e poder de julgamento, torna-se bastante difícil adivinhar o que falta para caracterizar o intelecto. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 77)

O desenvolvimento de uma perspectiva epistemológica feminista subsidia, portanto, a crítica da vida social, incorporando novos atores sociais sujeitos de direitos e sujeitos da história no debate sobre a compreensão do real. É tão verdade que as mulheres travam lutas sociais até os dias hoje por seus direitos humanos quanto a limitação das promessas universais de "igualdade, liberdade e fraternidade" que mistificaram as sociabilidades moderna-colonial e contemporânea desde a Revolução Francesa. Esta última que, aliás, demonstrou historicamente suas contradições coloniais e racistas após a repressão da França à Revolução Haitiana de 1791 - a qual foi protagonista no enfrentamento à escravatura na América Latina e Caribe.

Ainda com Beauvoir, em *"O segundo sexo",* mais especificamente no segundo volume *"A experiência vivida"*, a autora abordou como a formação das sujeitas enquanto mulheres, em torno de diversos momentos do ciclo de vida e diferentes papéis sociais que a elas vão sendo atribuídas: na infância, na velhice, enquanto mãe, enquanto lésbica, enquanto mulher casada, entre outras até a "mulher independente" identificada como caminho de libertação. Assim, a elaboração acerca das experiências das mulheres e suas contribuições para a libertação social

tem sido um elemento fundamental no aporte feminista, compreendendo tais elementos como caminhos reveladores das contradições na realidade social e no saber.

Mesmo por caminhos diferentes, as leituras dos campos de estudos feministas e do pensamento crítico latino-americano identificam limites na pretensão universalista de projeções e visões de mundo conservadoras, que buscam explicar a realidade social desde pontos de vista marcados por desvalores (HELLER, 2000) eurocêntricos, conservadores, capitalistas, racistas e patriarcais como, por exemplo, o projeto da modernização conservadora no campo. Esta modernização conservadora (SAUER, 2010), como problematizado ao tratar da Revolução Verde em capítulos prévios, trata as sementes, a terra, todos os bens comuns da natureza (que, aliás, para muitas tradições de fé são parentes e sagradas), os alimentos, a biodiversidade, os meios e modos de vida das mulheres rurais – e de suas comunidades e povos - de forma reduzida, reificada e desencantada à lógica da mercantilização, da financeirização e do enquadramento como *commoditites* para exportação. Consoante Sirlei Gaspareto (2018) em "*Pedagogia da semeadura: A construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas*":

> (...) o que investigamos é a disputa epistemológica de imposição da modernização da agricultura sobre os pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos a partir dos quais a agricultura familiar e camponesa se desenvolve no sul do Brasil. Impõe-se uma dinâmica que nega as memórias, nega as experiências históricas de resistência das comunidades em nome de uma racionalidade produtiva. Gradativamente, o Movimento vai repensando/ ressignificando práticas que estão indicando perspectivas epistemológicas com possibilidades de contribuições para os processos de democratização dos saberes/ poderes na própria experiência em relação à vida na agricultura camponesa. Os saberes construídos e recuperados/ ressignificados pelas mulheres camponesas em movimento adquirem relevância visto que reportam a acúmulos de ancestrais, reforçando perspectivas históricas, lembrando diferentes sociedades, explicitando culturas e identidades variadas, sendo que, muitas vezes, grande parte deles foram considerados inferiores, quando vistos sob enfoque do colonizador por visões hegemônicas, patriarcais e eurocêntricas. (GASPARETO, 2018, p. 37)

Conforme nos explica Gaspareto (2018), portanto, tal modelo de modernização e industrialização no campo nega memórias e experiências de vida e resistências das comunidades no meio rural, ao mesmo tempo em que destrói seus meios e modos de vida, seu vínculo com a terra, bens comuns da natureza e culturas. Neste contexto, as mulheres em movimentos sociais no campo estão continuamente atualizando suas formas de resistência e luta social face aos novos desafios impostos pelo surgimento de um sistema agroalimentar hegemônico, buscando manter suas raízes e ancestralidades - e até mesmo reencontrá-las

quando foram oprimidas - durante o cultivo de novas formas de viver voltadas à autonomia e à libertação das mulheres e suas famílias, comunidades e povos (SEIBERT; 2019).

Pensando uma ética (HELLER, 2000) de reciprocidades e alteridades, fundamental à defesa dos direitos humanos, busca-se ir além do papel objetificado de *"Outro"* atribuído na história às mulheres, aos povos indígenas e negros, à juventude periférica, a todos os povos e comunidades do campo, florestas, águas e periferias. Estes sempre foram sujeitos de direito e sujeitos históricos na luta social contra todas as formas de dominação, assim como são sujeitos de seu próprio saber, de sua própria interpretação epistemológica e científica das relações sociais e internacionais.

Fazem parte da teoria social os estudos feministas críticos, as perspectivas epistemológicas feministas (HIRATA, 2014) que inclusive vão além das abordagens clássicas e liberais e não se reduzem a um campo temático ou área isolada, um tema específico, mas, justamente, aportes legítimos que pensam a realidade social e os saberes e ciências como um todo. Ademais, as mulheres latino-americanas também tem práticas e teorias importantes, fazem ciência, refletem sobre seu cotidiano de vida, problematizam os desdobramentos da particularidade latino-americana na realidade social e cabem ser assumidas como referências nas Ciências Sociais e demais áreas do conhecimento. Em algum momento da tese falamos sobre esta ser uma tentativa de contribuição à formulação de novas teorias para as Ciências Sociais Latino-Americanas...

Argumentava Saffioti (1987) sobre a simbiose dos sistemas de dominação em uma mesma sociabilidade contemporânea ao falar sobre capitalismo, patriarcado e racismo, os quais se estruturam, respectivamente, a partir da divisão social do trabalho, divisão sexual do trabalho e divisão racial do trabalho. Esta tese, portanto, conclui como um de seus achados de pesquisa a necessidade de dar continuidade a esta construção teórica feminista crítica proposta por Saffioti e que se fundamenta na teoria social de Marx, ampliando para o acolhimento da crítica à divisão internacional do trabalho e do sistema de dominação imperialista, que se expressam também em relações neoextrativistas na modernidade-colonialidade e que também é conteúdo da sociabilidade contemporânea, como demonstra o estudo conjunto das construções políticas feministas críticas com o pensamento social latino-americano e as lutas populares ensejadas pelos movimentos sociais populares na região.

É como se o internacionalismo popular venha sendo um espaço de encontro das lutas anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas que ocorrem no interiror das fronteiras nacionais e, assim, foi produzindo muitos frutos como as construções políticas da soberania alimentar dos povos, do feminismo camponês popular, entre outros. Na leitura desta tese, caso seja útil às

lutas sociais e ao pensamento social em algum momento este mesmo internacionalismo feminista camponês popular vai interpretar-se a si mesmo e vai aprofundar sua crítica antiimperialista, de modo que este trabalho talvez seja um pequeno incentivo neste sentido.

Conclui-se que o feminismo camponês popular e a soberania alimentar dos povos são contribuições de múltiplos sentidos enquanto estratégias nas lutas sociais das mulheres e classes trabalhadoras do campo e da cidade.

Também são contribuições aos feminismos críticos e demais aportes referenciados na teoria social de Marx ou que tenham a perspectiva de suprir as necessidades humanas imediatas à vida e concomitantemente transformar a ordem social excludente fundamentada em desigualdades imbricadas.

Não menos relevante, o feminismo camponês popular protagonizado pelas mulheres do campo é também uma contribuição relevante às lutas sociais dos grupos sociais, comunidades e povos do campo, da floresta, das águas e periferias que, por meio de suas culturas e modos de vida, são sujeitos de resistências socioambientais em seus territórios e são protagonistas no pensamento agroecológico.

Interpreta-se o feminismo camponês popular em sua relação com a construção política da soberania alimentar dos povos à luz das lutas sociais camponesas e populares latino-americanas e internacionais, reconhecendo-o como uma contribuição importante a este conjunto de resistências na América Latina e na periferia mundial contra a geopolítica da fome que impacta o campo e a cidade, o que será aprofundado um pouco mais no último capítulo da tese.

3.4 Considerações histórico-comparativas

"As mulheres da roça
Escolheram caminhar juntas
Com todas que buscava direitos
Que sonhavam com uma vida
Sem violência, discriminação.
Exploração e preconceito
Reconhecendo a profissão de agricultora
Uma luta feita com ousadia e respeito
Esta semente germinou..."
(Justina Inês Cima)

Neste terceiro capítulo da tese, começamos abordando temas das lutas sociais das mulheres em movimentos sociais no campo no Brasil e na Argentina, oriundos dos conteúdos da pesquisa em torno da categoria de análise *"Feminismos, trabalho e saúde das mulheres"*. O fio condutor que foi tecendo o capítulo foi a busca de maior comprerensão sobre as experiências, saberes e práticas de trabalho e participação política das mulheres em movimentos sociais no campo, as quais constituem agendas políticas para alimentação na região latino-americana, a partir da construção política dos feminismos camponeses populares e da soberania alimentar dos povos desde seus territórios locais e, também, envolvendo processos de incidência política nas escalas nacionais e internacionais.

Tendo em vista que os dados dos relatórios internacionais sobre segurança alimentar e nutricional do mundo apontam para a prevalência da subnutrição e da fome entre as mulheres, esta tese buscou preencher a lacuna existente de pesquisas que abordem a questão alimentar em sua totalidade. Assim, o trabalho busca ter um olhar para diversos elementos em seu conjunto, sem dissociar o estudo do direito humano à alimentação saudável da perspectiva de gênero, classe e raça e dos estudos sobre o meio rural e as regiões periféricas do mundo, como a América Latina.

Neste sentido, também foi empreendida uma reflexão junto às teorias e epistemologias feministas críticas. Foi discutido como os aportes teóricos e epistemológicos feministas denunciam desigualdades de gênero ao mesmo tempo em que identificam limitações no próprio conhecimento técnico-científico que promove invisibilidade, deslegitimações e silenciamentos, uma tendência que explica os motivos pelos quais existem poucas pesquisas voltadas a tratar o tema da questão alimentar em perspectiva de totalidade. Em seguida, o estudo teórico sobre os feminismos latino-americanos, destacou as elaborações de feministas negras, indígenas mulheres e camponesas como referências para a compreensão das lutas sociais pela terra e por direitos, as quais contribuem para compreender as desigualdades de gênero que limitam o acesso ao direito à alimentação, observando que o estruturas como o racismo, o colonialismo e

os grandes projetos do capital, entre outras, também estão presentes nesta mesma sociabilidade de violações de direitos e violências que degradam as condições de vida das mulheres dos movimentos sociais no campo.

Portanto, foi problematizada a análise crítica da realidade social a partir de perspectivas imbricacionistas que abordam a coexistência de discriminações, desigualdades e sistemas de dominação como o patriarcado, o racismo e o capitalismo nas experiências de vida das mulheres em sua diversidade, buscando chegar a este ponto de evidenciar que a explicação para a prevalência concomitante das situações sociais de fome, subnutrição e insegurança alimentar sobre mulheres, sujeitos do meio rural e periferias urbanas, povos da periferia global está na imbricação dos sistemas de dominação patriarcado, racismo e capitalismo na sociabilidade contemporânea, aos quais se buscou incluir à crítica às contradições do imperialismo. Estes sistemas de dominação criam divisões sociais, sexuais, raciais e internacionais do trabalho que promovem discriminações e desigualdades de gênero, raça/etnia e classe no todo da vida social, isto é, institui barreiras sociais, desde a promoção da invisibilidade e desvalorização destes sujeitos no mundo do trabalho como também na política, na cultura, nas ciências e no acesso aos direitos humanos em geral, em que se inclui o direito à alimentação saudável. Neste contexto, os saberes e práticas das mulheres latino-americanas e as agendas políticas por soberania alimentar dos povos das mulheres em movimentos sociais no campo, articulado a outras lutas sociais, vem atuando para transformar este cenário, a partir de trajetórias que também apresentam complementariedades e diferenças em suas expressões em cada país.

Na primeira categoria sobre *"Feminismos, trabalho e saúde das mulheres",* no Brasil, as entrevistadas caracterizaram as atividades de alimentação como simultaneamente trabalhos de produção e de reprodução da vida articulado à perspectiva do cuidado - com as pessoas nas famílias, comunidades e sociedades e também com o meio ambiente. Teceram críticas às desigualdades de gênero que implicam a ausência de uma divisão justa dos trabalhos domésticos e que também se expressam na invisibilização e desvalorização do trabalho produtivo das mulheres camponesas e sem seu protagonismo na construção política da alimentação saudável. Problematizaram as situações crescentes de violências contra as mulheres e contra os povos do campo, que se dão no contexto de avanço do conservadorismo e dos projetos do capital nos territórios, entendidos como deletérios às saúdes das mulheres, suas famílias, comunidades e povos. Nas leituras do feminismo camponês popular, criticaram as desigualdades capitalistas, patriarcais e racistas e, não menos importante, também as desigualdades internacionais, relacionadas ao neoliberalismo, ao neocolonialismo e ao

imperialismo. Neste sentido, as práticas agroecológicas e de produção de alimentos saudáveis despontaram como um caminho alternativo fundamental para *"fortalecer a defesa da vida"*

Alguns outros aspectos relevantes da primeira categoria de análise referente ao Brasil se reportam a relatos de ações de protagonismo político das mulheres rurais e dos movimentos sociais do campo na construção política da soberania alimentar dos povos contra as corporações multinacionais do agronegócio. Por exemplo, no resgate de uma experiência das mulheres do MMC que, junto com outros movimentos sociais da *La Via Campesina* como o MST, em 2006, fizeram uma ocupação na Aracruz Celulose e em 2007 lançaram a Campanha Nacional de Produção da Alimentação Saudável, tendo sido uma ação protagonista em torno do tema da alimentação saudável articulada à estratégia internacional de construção da soberania alimentar dos povos face ao avanço das fronteiras do capital sobre os territórios comunitários, assentamentos de reforma agrária e pequenas propriedades da agricultura familiar e camponesa. Este processo também teve relação com a Campanha Mundial Sementes Patrimônio dos Povos à Serviço da Humanidade, lançada pela *La Via Campesina* durante o Fórum Social Mundial de 2003, dando continuidade a todos estes passos por meio dos quais se constatam ações políticas em múltiplas escalas: das bases locais às instâncias nacionais de organização para enfrentamentos às corporações transnacionais.

Por este motivo, ainda que nos documentos dos movimentos sociais no campo e nos trabalhos das lutadoras sociais feministas camponesas populares predomine uma abordagem crítica explícita ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo, esta tese interpreta a partir dos conteúdos das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa que foram entrevistadas neste estudo que também há uma crítica latente ao imperialismo e à divisão internacional do trabalho, sendo esta a contribuição fundamental desta tese ao feminismo camponês popular e às lutas populares, aos aportes feministas críticos, ao pensamento social crítico latino-americano e às Ciências Sociais. Este elemento ainda será ainda mais aprofundado no último capítulo da tese e, talvez, comece a parecer cada vez mais palpável à luz de todas as discussões que vem sendo ensejadas também sobre a dimensão dos movimentos sociais populares no campo como atores de novas relações internacionais, porém, isto não havia sido teorizado no âmbito das abordagens imbricacionistas feministas críticas (como nas obras de Safiotti) e nem está sistematizado no âmbito do próprio feminismo camponês popular quando se observam os documentos da CLOC/LVC. Assim, o obejtivo desta tese é levantar a bola deste debate crítico sobre as relações internacionais no âmbito do feminismo camponês popular, reconhecendo que as reflexões nesta tese são frutos de saberes e práticas coletivos que já vem sendo feitos a muito tempo pelas lutadoras sociais feministas camponesas populares e que, coletivamente, poderão decidir o que

contribui ou não para o fortalecimento de seus processos sociais transformadores. Trata-se mais de inserir um novo debate para discussão coletiva à luz da análise científica aqui empreendida do que afirmar conclusões fechadas, ou seja, este é um tema para diálogo, troca de experiências e construção compartilhada de saberes.

Sobre a saúde das mulheres e o enfrentamento às violências no campo, estiveram presentes nos conteúdos das falas das entrevistadas, muitos relatos sobre violências domésticas e muitas relacionadas às desigualdades de gênero no trabalho e nos espaços de participação política. Muitas entrevistadas trazem a necessidade de articulação da leitura sobre as violências para que seja possível *"mudar a sociedade do jeito que a gente quer"*: sobre a violência no campo se precisa incluir as violências domésticas e feminicídios que atingem as mulheres rurais e, sobre a violência contra as mulheres, enfrentar-se as violências domésticas e também as violências vivenciadas em espaços públicos, políticos, institucionais e, não menos relevante, reconhecer e impedir o avanço das violências dos grandes projetos do capital sobre os territórios das comunidades e dos povos rurais – como a mineração, o modelo do agronegócio que realiza o uso intensivo de agrotóxicos, os grandes empreendimentos de geração de energia, como barragens hidrelétricas, parques eólicos, entre outros. Ademais, no conteúdo das entrevistas no Brasil, muitas denunciaram as violências raciais e étnicas, uma vez que parte das lutadoras sociais se identificaram como mulheres negras e afroindígenas, destacando-se a relevância do feminismo negro, das elaborações das indígenas mulheres e da articulação entre as identidades e lutas indígenas e negras com as lutas no campo brasileiro.

Conforme levantamento ensejado a partir de relatórios publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o cenário das violências no campo se agravou nos últimos anos em que se constata uma ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira, sendo uma de suas expressões o golpe político de 2016 que destituiu a primeira mulher presidenta eleita no país.

Tabela 01: Dados sobre violência contra os povos e comunidades do campo, florestas e águas no Brasil durante as primeiras décadas do século XXI

	Total dos Conflitos no Campo	Pessoas envolvidas no total	Hectares	Conflitos por terra (Ocorrências; Ocupações/ Retomadas; Acampamentos)	Conflitos por água
1985	712	564.641	9.557.902	636	-
1986	729	797.969	12.615.947	634	-
1987	691	984.583	17.937.679	582	-
1988	680	687.513	20.138.297	621	-
1989	601	594.060	14.480.254	500	-
1990	466	559.218	13.835.756	401	-
1991	453	554.202	7.037.722	383	-
1992	433	185.996	5.692.211	361	-
1993	545	391.128	3.221.252	361	-

1994	485	308.619	1.819.963	379	-
1995	554	381.086	3.250.731	440	-
1996	750	935.134	3.395.657	653	-
1997	736	506.053	3.034.706	658	-
1998	1.100	1.139.086	4.060.181	751	-
1999	983	706.361	3.683.020	870	-
2000	660	556.030	1.864.002	564	-
2001	880	532.772	2.214.930	681	-
2002	925	451.277	3.066.436	743	14
2003	1.690	1.190.578	3.831.405	1.335	20
2004	1.801	975.987	5.069.399	1.398	60
2005	1.881	1.021.355	11.487.072	1.304	71
2006	1.657	783.801	5.051.348	1.212	45
2007	1.538	795.341	8.420.083	1.027	87
2008	1.170	502.390	6.568.755	751	46
2009	1.184	628.009	15.116.590	854	45
2010	1.186	559.401	13.312.343	853	87
2011	1.363	600.925	14.410.626	1.035	68
2012	1.396	619.990	13.181.570	1.098	78
2013	1.332	621.117	6.228.667	1.062	103
2014	1.338	829.538	8.134.241	1.065	131
2015	1.329	861.600	21.387.160	1.092	151
2016	1.607	960.798	23.697.019	1.361	177
2017	1.505	818.337	37.019.114	1.239	199
2018	1.547	1.044.984	39.425.494	1.177	279
2019	1.903	898.635	53.313.244	1.311	502
2020	2.054	914.144	77.442.957	1.608	350
2021	1.768	897.335	71.277.426	1.295	304

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos Cadernos Conflitos no Campo Brasil (anos 2021, 2020, 2011, 2010, 2009, 2001, 1993, 1988,) organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). [61]

As mulheres são muito presentes em todos os movimentos sociais do campo, auto-organizados e mistos, por meio dos quais se busca ressignificar a alimentação para além do senso comum de hábitos alimentares pessoais ou de ações de caridade, mas como ação política e coletiva, relacionada às diversidades nos biomas e nas culturas regionais dos povos e, sobretudo, destacando-se que: ainda que a alimentação seja algo mais amplo do que trabalho, é necessário visibilizar e aprofundar o debate sobre a dimensão do trabalho na alimentação no âmbito dos estudos sobre o tema e nas políticas públicas para o direito à alimentação, sobretudo, valorizando os trabalhos produtivos e de cuidados desempenhados pelas mulheres camponesas, indígenas, negras e trabalhadoras.

[61] Observações: No "Total dos conflitos no campo", além dos "Conflitos por terra" e "Conflitos por água", estão incluídos, consoante levantamento da CPT, dados sobre categoria "Conflitos Trabalhistas" (Trabalho escravo e superexploração) e "Outros" (Conflitos em Tempos de Seca, Política agrícola, Sindicais, Garimpo). O número de ocorrências, em "Conflitos por terra", se reporta à: "despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, destruição de casas, roças e pertences; pistolagem, grilagem, invasões, etc." (CPT, 2022, p. 21). O levantamento dos dados sobre "Conflitos por água" se inicia em 2002. Referências: Cadernos Conflitos no Campo - Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil

Este acúmulo parte das experiências de vida e práticas sociais das mulheres do campo que, além de produzirem alimentos saudáveis para distribuição, comercialização e geração de renda, em primeiro lugar, tem também sustentado a produção de alimentos voltada ao autoconsumo familiar, por isso mesmo, sendo produtoras de um alimento diversificado e agroecológico, livre de transgênicos e agrotóxicos, pois suas prioridades tem sido não a produção de mercadorias para o comércio, mas, a criação de produtos alimentares naturais e preparados artesanalmente para a sustentação da vida em suas famílias e comunidades, para a autonomia das mulheres e sujeitos do campo e para a autodeterminação e soberanias dos povos em seus territórios.

Portanto, a soberania alimentar dos povos é uma pauta na agenda política das mulheres em movimentos sociais no campo que vai avançando na luta *"quando as mulheres avançam",* por mais que nem sempre na sociedade, na mídia, nos espaços acadêmicos e nas arenas políticas se valorize os movimentos sociais populares e, menos ainda, se reconheça o protagonismo das mulheres camponesas no tema. Ademais, trata-se de uma pauta articulada dentro de um processo mais amplo de um projeto de agricultura feminista camponesa e popular de base agroecológica para mudanças rumo a um projeto de desenvolvimento saudável e sustentável em que existam sistemas agroalimentares plurais, descentralizados e de justiça socioambiental, ou seja: a construção política do feminismo camponês popular na soberania alimentar dos povos visa transformações estruturais da vida social além do atendimento das necessidades humanas imediatas e cotidianas.

A partir dos relatos das mulheres em movimentos sociais no campo também se constatou que os trabalhos relacionados aos saberes e práticas sociais da alimentação quando partem de um ponto de vista que visibiliza e valoriza o trabalho das mulheres rurais, acaba por reconhecer a existência de um ciclo longo de trabalho que aqui na tese se nomeou como uma dinâmica "desde as sementes até as panelas e pratos" e que evidenciou uma relação entre o trabalho produtivo no campo com o trabalho de cuidados com as pessoas, os animais e também os biomas, em um sentido ampliado de cuidado que vai além da atenção às crianças, idosos e outras necessidades humanas, para acolher também a própria natureza, muito diferente da perspectiva capitalista que reduz os bens comuns a riquezas naturais voltadas prioritariamente à acumulação de lucros privados.

Na trajetória da Argentina, os conteúdos das entrevistas foi semelhante em muitos aspectos, por exemplo, quando as mulheres compartilhavam seus cotidianos de vida, de trabalho e de participação política, elas também constataram as mesmas desigualdades de gênero relacionadas à sobrecarga de trabalhos domésticos e à desvalorização do trabalho e das

construções políticas das mulheres rurais e trabalhadoras. Muitas também identificaram uma continuidade entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e de cuidados na totalidade social ao abordarem o tema da alimentação e afirmaram a importância de uma concepção ampliada de trabalho de cuidados que abarque o cuidado com as pessoas, mas também, com as plantas, os animais, a terra, a água, as sementes, os bens comuns, o que possui relação também com as culturas ancestrais e as cosmovisões indígena. Por isto qualificam suas lutas como um *"poner la vida en el centro",* ou seja, que a vida seja prioridade a fim de se constituir corpos e territórios livres de violências, livres de contaminações e agrotóxicos, livres de violações de direitos e reificações.

Na Argentina também foi destacado, assim como no Brasil, o potencial dos grupos produtivos de mulheres campesinas indígenas para o enfrentamento das violências domésticas contra as mulheres e as violências do capital no campo, criticando as relações de poder nos espaços familiares e comunitários, mas, também, as ameaças aos territórios dos povos e comunidades que advém, por exemplo, do agronegócio da soja em torno da capital federal argentina, na província de Buenos Aires, e da mineração do lítio nas áreas próximas às Cordilheiras dos Andes onde vivem muitos povos originários e comunidades campesinas indígenas, como nas províncias de Jujuy e Santiago del Estero.

Não foi encontrada uma base de dados sobre violência no campo na Argentina como a elaborada pela CPT no Brasil, no entanto, as lutadoras sociais também identificam um aumento do empobrecimento, da retirada de direitos e serviços sociais, e de maior violência contra as mulheres e os povos do campo nos contextos de avanço do conservadorismo em seus países, conforme se pode averiguar quando falaram sobre as eleições de governos como os de Macri e de Milei. Neste sentido, na Argentina, as mulheres tem desenvolvido novas sínteses importantes para suas lutas e incidências políticas junto aos governos e à sociedade, como "*la vuelta al campo"*, para que haja condições de escolha de projetos de vida e condições de pleno acesso aos meios de vida no campo pelos sujeitos que desejam permanecer no território ou retornar à terra após situações de expropriações, despejos e migrações. Sendo a vida no campo fundamental à alimentação no campo e para o abastecimento alimentar da cidade, esta vai se tornando também uma perspectiva que consegue envolver organizações diversas, unindo meio urbano e rural por meio da formação de alianças políticas populares, de classe e socioambientais.

Também em relação à saúde e o enfrentamento às violências, algumas diferenças na trajetória argentina se reportam à grande quantidade de conteúdos relacionados à Lei do Aborto, à luta contra os feminicídios e a luta contra as ditaduras militares, golpes políticos e

econômicos, autoritarismos e criminalizações dos movimentos sociais. Na Argentina houve a emergência de massivas mobilizações nacionais em denúncia ao aumento dos casos de feminicídio no país que geraram o movimento Ni Una Menos, um movimento autônomo de mulheres que reúne ativistas para ações nas mais diversas províncias do país e que também possui uma assembleia nacional onde participam representantes de diversos movimentos como o MNCI-ST que integra a CLOC e a *La Via Campesina.* Também foi um evento marcante no país a "*Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito"* que logrou a legalização do aborto na Argentina durante o governo de Alberto Fernandez (presidente) e Cristina Kirchner (vice-presidenta), uma conquista que ainda está para acontecer no cenário brasileiro.

No tocante às lutas sociais contra a ditadura militar e o avanço dos autoritarismos e conservadorismos, a Argentina tem como uma de suas referências mais fortes as Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, movimentos auto-organizados de mulheres mães e avós que enfrentaram a ditadura em busca de seus filhos e netos desaparecidos políticos, conquistando amplo apoio da sociedade argentina até os dias de hoje. Na Argentina, não menos relevante, foi realizado o julgamento e condenação dos militares envolvidos na ditadura argentina, algo que também está por vir no Brasil que, para além dos trabalhos já desenvolvidos pela Comissão da Memória e da Verdade, ainda busca plena Memória, Verdade, Justiça e Reparação no campo e na cidade.

A respeito do feminismo, no contexto argentino, uma particularidade foi que além do feminismo camponês popular também se constrói o feminismo campesino indígena y popular, pois, existem experiências em que as mulheres camponesas e as indígenas mulheres se organizam conjuntamente nos mesmos movimentos sociais populares na Argentina, o que desponta como uma experiência muito interessante que visibiliza ambas as identidades e lutas sociais em unidade orgânica. No Brasil, emergiu a identidade negra e a identidade afroindígena, o que, conforme mencionado, trouxe a questão da articulação das identidades e lutas sociais negras e indígenas no contexto brasileiro.

Na Argentina, as mulheres em movimentos sociais no campo mencionaram a importância da luta social contra as desigualdades raciais e étnicas no âmbito do feminismo campesino indígena y popular, mas predominou a crítica às desigualdades raciais vivenciadas pelas indígenas mulheres e pelas imigrantes paraguaias e bolivianas. Este último aspecto, da questão dos direitos das mulheres latino-americanas que vivenciam racismo esteve presente somente nos conteúdos referentes à Argentina, ainda que no Brasil também tenham havido entrevistadas que vivenciaram migrações internacionais. Assim, desponta como possibilidades

de aprofundamento futuros a análise apurada das imbricações entre divisão racial do trabalho e divisão internacional do trabalho na sociabilidade contemporânea. Por fim, com suas sementes crioulas e alimentos saudáveis, agroecológicos e diversificados, as práticas sociais e lutas populares das mulheres argentinas são *"semillas de los pueblos"*, sementes de vida contra o patriarcado e o capitalismo, mas também contra o racismo e o imperialismo que impacta a vida de indígenas mulheres e também, conforme identificou-se, impactam a cidadania de imigrantes bolivianas e paraguaias que vivem na Argentina. Neste sentido, as mulheres em movimentos sociais no campo articulam a luta pela terra e território com a luta pela autonomia sobre seus próprios corpos, territórios e vidas, alinhando autonomia das mulheres e autodeterminação dos povos no âmbito da construção política da soberania alimentar dos povos.

Concluindo, interpreta-se nesta tese, portanto, que neste cenário, as vozes feministas camponeses populares são de grande relevância para a transformação da vida social. Constatou-se que o conjunto de lutas sociais e pensamentos feministas latino-americanos tem sido uma arena importante junto ao surgimento de novas sínteses para compreensão da realidade social, do mundo do trabalho e dos desafios da crise de representação política, onde também se encontra a construção dos feminismos camponeses populares e feminismo campesino indígenas y populares a partir de movimentos sociais no campo como MMC, MST, CPT, MNCI – VC (e MOCASE), MNCI-ST (e MCC), UTT e muitos outros ao redor do mundo - que, desde bases locais e nacionais, integram articulações internacionais amplas da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e da *La Via Campesina* (LVC).

Para além da compreensão das tendências estruturais que operam nas desigualdades, propõem-se que as práticas e lutas sociais feministas camponesas populares elucidam tendências de transformação da vida social. Partindo-se do entendimento proposto na teoria social de Marx de que o trabalho é a categoria fundante do ser social, inclui-se, conforme discutido em capítulos prévios desta tese, que a necessidade de se alimentar é o único instinto humano que requer uma atividade econômica e política para ser suprida, ou seja, requer trabalho produtivo e reprodutivo, inferindo-se que o trabalho e construção política da alimentação saudável talvez seja de fato uma estratégia que possui centralidade para transformação da realidade social, pois, conforme mencionado por algumas entrevistadas, é o tema que "fura a bolha" do que os grupos e classes sociais abordam, criando unidades e alianças importantes entre diferentes setores da sociedade e também entre campo e cidade. Talvez também seja realmente o caminho central que "fure a bolha" dos sistemas de dominação social que consubstanciam a sociabilidade contemporânea, mas seguiremos com estas reflexões no último capítulo.

3.5 Síntese do capítulo

"Com que pedras, sonhos, vontades,
com que mãos vamos reinventar
a imperfeita verdade de nossas vidas?
A pedra da memória sorri enigmas
Como quem domina o labirinto da história
E me interroga..."
Pedro Tierra – A pedra da memória (Poemas do povo da noite)

No capítulo terceiro desta tese, intitulado *"Vozes feministas camponesas populares no Brasil e na Argentina"* foram apresentados os conteúdos elaborados a partir dos dados primários sistematizados na Categoria I *"Feminismos, trabalho e saúde das mulheres"*. Na seção 3.1 foram apresentados os conteúdos referentes ao Brasil que subsidiaram a interpretação de que as mulheres em movimentos sociais do campo, por meio de suas experiências de vida e luta social, enfrentam as desigualdades sociais nos trabalhos produtivo e de cuidados, assim como se deparam com desigualdades na participação política. Não menos relevante, além das desigualdades que invisibilizam e desvalorizam seus trabalhos e participações políticas, as mulheres no campo resistem e buscam erradicar violências múltiplas que impactam seus cotidianos de vida nos territórios, oriundas de discriminações e desigualdades raciais e étnicas, de sexo/gênero e de classe social. Neste sentido, as agendas políticas feministas camponesas e populares no Brasil quando se dedicam à construção da soberania alimentar dos povos e da agroecologia promovem uma ampla democratização na sociedade, buscando contemplar as necessidades humanas das mulheres, suas famílias, comunidade e povos e também superar a sociabilidade patriarcal, racista, capitalista e imperialista.

Por sua vez, na seção 3.2 foram apresentados os conteúdos referentes à Argentina que subsidiaram a interpretação de que as mulheres em movimentos sociais no campo se unem para enfrentar desigualdades no trabalho produtivo, no trabalho de cuidado e nos espaços de participação política em contraponto à lógica de mercantilização da vida, dos bens comuns, da terra, a qual impacta os territórios das mulheres, de suas famílias e comunidades. Assim, na Argentina, as lutadoras sociais também enfrentam múltiplas violências domésticas e estruturais no campo e estão avançando no debate sobre corpo e território e propondo um reencontro com a terra para novas relações sociais de direitos, com conquistas importantes em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo. Suas lutas são para fortalecimento da autonomia das mulheres, mas também da autodeterminação dos povos e comunidades em seus territórios, ambos conteúdos relevantes para a construção política da soberania alimentar dos povos.

Em um segundo momento foi desenvolvida uma seção de reflexão teórica instigada pelo processo de pesquisa, *"Repensando teorias e epistemologias feministas"* cujas seções buscaram destacar o papel das práticas e teorias feministas críticas para ampliação do reconhecimento dos sujeitos de saber, trabalho e participação política, destacando a relevância das mulheres camponesas, indígenas, negras e trabalhadoras como referências na compreensão dos processos de formação sócio-histórica dos países e da região latino-americana. Isto posto, esta tese interpreta a contribuição dos feminismos latino-americanos e dos feminismos camponeses populares como análises inovadoras sobre a realidade social que também dialogam como abordagens imbricacionistas. Uma contribuição importante neste estudo, então, foi afirmar os feminismos camponeses populares não apenas como relevantes no âmbito das lutas feministas e dos aportes teóricos e epistemológicos feministas, mas também, nas lutas sociais populares em geral, inclusive, tendo um significado importante para a continuidade das resistências e lutas sociais latino-americanas, para o pensamento social crítico latino-americano e para as Ciências Sociais como um todo. Interpreta-se os feminismos camponeses populares na América Latina não como meros derivados de lutas, teorias e abordagens estadunidenses e europeias, mas como uma construção que, em pé de igualdade e relevância, soma forças às lutas populares e trabalhadoras do campo e da cidade e às teorias feministas e críticas ao redor do mundo, em uma construção compartilhada de saberes e práticas transformadoras no âmbito da região latino-americana e do sul global. Por fim, também foram delineadas algumas considerações comparativas entre os casos de Brasil e Argentina, buscando evidenciar suas diferenças de trajetória em que, por exemplo, se destaca a perspectiva campesina indígena na Argentina.




Fotos 11 e 12: Organização, formação e luta das mulheres em movimentos sociais no campo – Plantando a mística feminista camponesa popular - Reunião de Coordenação Nacional do MMC. 2022. Fonte: Acervo pessoal.

CAPÍTULO 4 – VOZES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

4.1 Lutas sociais pela terra e movimentos sociais no Brasil: Sementes de Alimentação, agroecologia, políticas públicas e internacionalismo (Categorias II; III; IV e V)

"'Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer,
Participando sem medo de ser mulher!
Porque a luta não é só dos companheiros,
Participando sem medo de ser mulher!
Pisando firme sem medir nenhum segredo,
Participando sem medo de ser mulher!
Pois sem mulher a luta vai pela metade,
Participando sem medo de ser mulher!
Fortalecendo os movimentos populares,
Participando sem medo de ser mulher!
Na aliança operária e camponesa,
Participando sem medo de ser mulher!
Pois a vitória vai ser nossa com certeza,
Participando sem medo de ser mulher!"
Zé Pinto – Sem medo de ser mulher

4.1.1 *"A luta é para valer!": Trajetórias dos movimentos sociais do campo na história da luta pela terra*

Nesta seção serão discutidos elementos da história das lutas sociais pela terra e das trajetórias dos movimentos sociais no campo com os quais se entrou em contato a partir das sujeitas colaboradoras de pesquisa entrevistadas no Brasil. Estes elementos foram identificados a partir da descrição e interpretação referentes à Categoria II "Lutas sociais pela terra e movimentos sociais". Conforme afirma a palavra de ordem do MST *"a luta é para valer!"*, interpreta-se nesta tese que para as mulheres e os movimentos sociais no campo a conquista da terra e a defesa dos territórios das comunidades e povos estão articuladas com uma perspectiva de transformação social da ordem excludente dos latifúndios, monoculturas, colonialismos e autoritarismos que são aspectos constituintes da formação social e histórica dos países na região latino-americana, sendo uma luta para atendimento das necessidades humanas e sociais básicas como moradia, alimentação e os demais direitos sociais, mas que também carrega um sentido de mudança estrutural. Nesta seção, portanto, encontram-se conteúdos que contam um pouco desta história.

Um primeiro aspecto da luta pela terra destacado pelas entrevistadas foi o protagonismo histórico das lutas dos povos indígenas e negros. Desde a dominação colonial os povos indígenas resistem à expropriação de seus territórios e ao genocídio, assim como as comunidades remanescentes de quilombos são referências na luta contra a desumanização promovida pelo racismo desde a escravatura, um elemento central da origem da questão agrária brasileira. A *Candanga ancestral* destaca que para a demarcação de terras indígenas não foi o mesmo processo da reforma agrária, porque nesta última pode existir uma relação "de proprietário querendo vender a terra de um lado e o INCRA do outro, com um grupo querendo entrar na terra". Houve muita luta e violência nos conflitos fundiários que fizeram com que a terra ficasse mais cara, para que se assimilasse uma desapropriação com preço alto. Ela cita o livro branco da grilagem de terras sobre a venda de terras no governo de Fernando Henrique Cardoso. A demarcação de terras indígenas está em um regime fundiário específico, assim como no caso das comunidades quilombolas, e envolvem a FUNAI e a Fundação Palmares na realização de estudos antropológicos sobre os vínculos ancestrais, culturais e religiosos dos povos e comunidades com os territórios reivindicados. Neste sentido, as formas de se relacionar com a terra nos povos originários e nas comunidades quilombolas e tradicionais são diversas em cada cultura, em cada região, porém, são territórios comunitários, meios de vida fundamentais vistos de uma forma diferente da perspectiva capitalista que mercantiliza e financeiriza a terra. Os movimentos sociais no campo, em muitos sentidos, se inspiram nas culturas indígenas, quilombolas e tradicionais como referências de novas relações com a terra e a natureza, promovendo a defesa dos bens comuns, por exemplo, quando a *La Via Campesina* promove a Campanha das Sementes Crioulas Patrimônio dos Povos à Serviço da Humanidade. Porém, no âmbito dos agricultores familiares e camponeses predomina a relação de propriedade privada da terra.

Um outro elemento da história da luta pela terra no Brasil mencionado pelas entrevistadas foi sobre a formação de lutas populares – como Canudos - e de associações e sindicatos rurais de agricultores familiares, lavradores, posseiros que não tinham garantias de direitos à terra e que lutaram pelo fim das expulsões, por um território próprio e por reforma agrária no país. Posteriormente, durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985) todos estes setores sofreram intensa repressão, sequestros, torturas, ameaças e assassinatos - tanto os povos indígenas como as demais comunidades e famílias nas áreas rurais. Em uma outra reflexão, uma entrevistada do MMC explica que na luta do campo após o golpe de 1964, também houve guerrilhas rurais como as Ligas Camponesas à frente na luta pela terra, e depois, vieram novas organizações sindicais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura (Contag), entidades que contaram com muito apoio da Igreja Católica, a qual foi muito ativa contra o autoritarismo daquele período por meio de trabalhos desenvolvidos na linha da Teologia da Libertação, das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base. A entrevistada também relatou que na história da Contag, o manifesto do primeiro encontro camponês em Belo Horizonte, em que utilizavam a identidade de "lavradores", teve muita influência no que depois foi incorporado como conteúdo do Estatuto da Terra, de 1964. Ela também diz que os povos do campo sofreram muito na ditadura civil-militar e não tiveram até hoje o devido reconhecimento e reparação. Por isso, a Comissão Camponesa da Verdade (CCV)[62] vem debatendo a questão da memória, verdade, justiça e reparação no campo, com amplos setores da sociedade, nas universidades, com os estudantes, com os movimentos e sindicatos do Campo Unitário - e o MMC tem desempenhado uma participação constante para fortalecimento da CCV. Destaca que a repressão da ditadura civil-militar e depois o desmantelamento de direitos promovido pelo neoliberalismo impactaram e desarticularam as lutas sindicais em muitos sentidos, pois, "os sindicatos de hoje em dia não são como os que lutavam em tempos de clandestinidade e exílios políticos e também não são como as lutas sindicais urbanas da década de 1980" como foi durante as greves do ABC paulista em que lideranças como Lula emergiram na cena política. Ela sente que "a luta era difícil, mas já era bonita e por isso temos até hoje como referência em nossas lutas, muitas companheiras como Margarida Maria Alves e outras mulheres que lutaram como principais referências e junto com seus maridos e filhos", uma semente que hoje em dia se expressa nas Marchas das Margaridas realizadas desde o ano 2000.

Neste sentido, o compromisso político com a luta pelo fim da ditadura civil-militar e a defesa da democracia também está presente na fala das mulheres em movimentos sociais no campo, quando elas relatam sua participação nas lutas dos povos extrativistas das florestas, na construção de centrais sindicais e partidos políticos nos anos 1980. Uma militante do MMC, a *Lutadora migrante da floresta* compartilha que, em janeiro de 1981, com sua família, volta para o Brasil do Paraguai, vão para Roraima e são assentados da reforma agrária. Para ela, a década de 1980 na região amazônica foi muito forte, na influência que tiveram de lutadores como Chico Mendes no Conselho Nacional dos Seringueiros e nas associações de produtores na floresta à abertura política e participação que era "quase um desespero de recuperar tudo que durante a

[62] A Comissão Camponesa da Verdade (CCV) foi criada em 2012. Para mais informações sobre sua história ver: SARAIVA, Regina Coelly Fernandes; SAUER, Sérgio. Violência, repressão e resistências camponesas: Reflexões e (re)construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade. In.: *Retratos de Assentamentos* - Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA. Araraquara- SP-Brasil, v. 18, n. 2, 2015.

ditadura civil-militar não puderam ter, desde organizar um sindicato de trabalhadores rurais ou um partido político. A vida era corrida porque não tinha aplicativos como whatsapp e nem computador", então eram muitas atividades presenciais como reuniões, marchas, lutas para construção das organizações e movimentos. Nos anos 1980 e 1990 foi uma fase muito forte também de estudos sobre o que era viver em uma democracia e ter consciência da importância de sua organização e participação política para a transformação da sociedade, a partir de estudos promovidos, por exemplo, pelas pastorais sociais das igrejas progressistas. Contribuiam desde a organização dos sindicatos e de uma federação sindical como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) até com o envio de cartas e propostas para a Assembleia Constituinte, buscando incidir na formulação de leis. Era algo represado relacionado à construção do país que entrou em ebulição. Se envolveram na criação de uma associação de pequenos agricultores e de um sindicato de trabalhadores rurais. A entrevistada relata que foi candidata a deputada federal para lançar o Partido dos Trabalhadores no estado de Roraima, foi da comissão provisória da criação do PT, em 1985, justamente nessa leitura de que "a gente era mais uma ferramenta para construir uma sociedade onde todos estivessem em participação política e social". Sua vida sempre foi muito movimentada, envolvida com a construção de muitas organizações sociais, na perspectiva de identidades políticas híbridas. Foi da Comissão Pastoral da Terra, voluntária da regional Amazonas, e em 1995 foi uma das fundadoras da regional de Roraima.

Um outro aspecto interessante dos relatos é a relação com religiosidades vinculadas, por exemplo, à Teologia da Libertação - em que Dom Helder Câmara é uma das referências importantes-, e às Comundiades Eclesiais de Base (CEBs), que também contribuiram para o surgimento das pastorais do campo e de comissões ecumênicas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Consselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), entre outras. A perspectiva da Teologia da Libertação foi muito forte não só no Brasil, mas em toda América Latina e também esteve conectada com o surgimento de abordagens inovadoras de educação popular como a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Destaca-se que, tanto Dom Helder como Paulo Freire são referências a partir das quais também se pode constatar as contribuições das lutas e resistências populares do nordeste brasileiro ao conjunto das lutas sociais do país, ainda que se tenha a impressão de que os movimentos sociais populares no campo tenham apenas surgido da região sul do Brasil. Existem construções compartilhadas de saberes, práticas de vida e de resistência entre as diversidades de povos e comunidades nas regiões do Brasil que propiciam o pleno surgimento e nacionalização dos movimentos sociais que conhecemos hoje em dia.

Consoante a *Lutadora migrante da floresta*, em sua paróquia, tinham cerca de oito a nove grupos de mulheres cristãs que se reuniam todo sábado e faziam leituras bíblicas em uma perspectiva libertadora, por exemplo, retomando a luta de Rute, no resgate da terra e do nome de sua família. Também faziam bordados e crochês e a partir destas iniciativas discutiam sua participação política no comtexto da redemocratização do país após o período da ditadura civil-militar. Este foi um momento fértil de organização e participação, pois os grupos de mulheres podiam escrever propostas para a constituinte, buscando incidir nos processos de construção de leis favoráveis aos direitos das mulheres e dos setores populares. A partir destas primeiras experiências, ela decidiu seguir sua militância com os movimentos de mulheres após um encontro nacional da ANMTR que aconteceu na cidade de Jundiaí, no estado de São Paulo, em que ela foi como representante da CPT. Quando chegou o convite da ANMTR para a CPT em Roraima, o pastor luterano que era coordenador da pastoral da terra no estado a chamou para ser representante nesse encontro, pois, na época ela estava à frente da associação dos pequenos agricultores e aceitou porque "tinha muita sede desses debates", e sentia que era muito difícil determinadas informações chegarem até a região onde morava.

Outro elemento que apareceu com bastante destaque nas entrevistas com as mulheres em movimentos sociais do campo no Brasil foi a descrição da construção política da auto-organização de mulheres rurais como elemento fundamental da luta pela terra no país. Depois dos anos 2000 é possível identificar grandes mobilizações de mulheres rurais, indígenas e negras como as Marchas das Margaridas, as Marchas das Mulheres Indígenas e as Marchas das Mulheres Negras, mas o proceso de movimentos nacionais auto-organizados de mulheres rurais no Brasil se inicia já nos anos 1980 com protagonismos de instrumentos como a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que se renomearam como Movimento de Mulheres Camponesas, pois, antes disso haviam ações nos movimentos, pastorais e sindicatos mistos.

Sobre a luta social das mulheres como um elemento das lutas pela terra no Brasil, a *Agroecóloga da libertação* explica que na década de 1980, a organização dos movimentos sociais populares junto às igrejas progressistas, na luta pela terra, com sindicatos, pastorais e movimentos como a CPT e o MST, é o berço mesmo dessa auto-organização, desse nascimento de coletivos de mulheres, de grupos de mulheres locais, regionais, estaduais, se formando, e pautando que "nós estamos retomando a luta pela democracia, queremos a democracia no Brasil, queremos direitos, queremos se organizar, queremos terra, mas trazendo as questões específicas das mulheres nos processos desses instrumentos e nessa democracia que é uma democracia com participação das mulheres, uma democracia com igualdade entre os gêneros". Por isso, vamos ver uma Constituição de 1988 que resguarda muito o direito das mulheres, uma

das que mais expressa direitos das mulheres e igualdade em geral. No entanto, muitas coisas em termos de direitos ainda não foram alcançadas e depois, portanto, vemos seguir a luta popular, mas muito foi alcançado na Constituição por meio de se entender enquanto mulheres trabalhadoras e camponesas e se auto-organizar, no começo ainda apenas em instrumentos mistos e depois já criando instrumentos autônomos para "colocar essa voz na democracia que estava nascendo, afirmando que a participação das mulheres era fundamental", inclusive com muita participação na construção dos partidos, com muitas mulheres se candidatando, buscando estar nesse espaço também da constituinte, das instâncias legislativas e do Congresso Nacional que já entendiam como necessário de se democratizar desde muito tempo. Neste contexto, vemos mulheres históricas que se tornaram deputadas estaduais e deputadas federais, como Marina Silva que era uma seringueira; Lucy, que era uma camponesa de Santa Catarina; Benedita da Silva, filha de trabalhadora doméstica, uma mulher negra e do Rio de Janeiro. Várias mulheres trabalhadoras de muitos setores vão se colocar na luta política e na luta política partidária para ocupação da política em uma estratégia de dizer "nós queremos democracia, mas com participação das mulheres, com direitos e igualdade para as mulheres".

> Então você vai ver muitas coisas, lógico, muitas coisas não foram alcançadas, né, e depois, então vai seguir a luta, mas muitas coisas foram alcançadas, né, na Constituição, então, porque dessa luta, né, de dizer que queremos democracia e pelas mulheres, disseram sim, democracia, mas com participação das mulheres, então acho que é os anos 80 esse lugar de dizer que queremos democracia e que as mulheres estamos na luta pela democracia, mas uma democracia que caiba as mulheres, né, não uma democracia onde as mulheres ficassem excluídas, discriminada, sem direitos, então foi essa luta de se entender enquanto mulheres se auto-organizar ainda talvez em instrumentos mistos e também já começar com os instrumentos autônomos, se entender que precisava se encontrar e se apropriar, se construir autonomamente, especificamente enquanto mulheres, e colocar essa voz nessa democracia que estava nascendo, que se pretendia nascente, que a participação das mulheres era fundamental, né, então você vai ver inclusive muita participação na construção do partido. Você vai ver muitas mulheres se candidatando (...). Então é todo uma estratégia que foi construída a partir desse lugar, de dizer que nós queremos democracia, mas com participação das mulheres, com direitos e igualdade para as mulheres. (Agroecóloga da libertação)

> e as mulheres vão também se articular enquanto mulheres, então também vai ter articulação de mulheres enquanto só movimentos autônomos, mas também vai ter articulação de mulheres enquanto setores de mulheres dos movimentos mistos, então, nos anos 1990 você vai ter uma série de encontros dos movimentos autônomos junto com os setores de mulheres do MST, do MPA que era nascente, do MAB, da CPT, então vai ter várias lutas e ações feitas pelas mulheres e encontros de fortalecimento das mulheres contra essas políticas neoliberais do setor, né, então as mulheres se encontram para se fortalecer nesse sentido (Agroecóloga da libertação)

> e na CLOC vai ter a construção da articulação de mulheres dentro da CLOC, né, que a CLOC nasce só que não tinha espaço para as mulheres e tudo, então as mulheres sentem a necessidade de construir um espaço só delas, então, em 1997 vai nascer a Articulação de Mulheres da CLOC e também vai nascer vários movimentos de mulheres a nível de América Latina, seguindo um pouco também essa construção que o Brasil vinha fazendo nessa articulação de mulheres, lá já nascem enquanto movimentos de mulheres camponesas, indígenas da América Latina. (Agroecóloga da libertação)

Ela também explica que nos anos 1990 houve uma intensa luta contra as políticas neoliberais, contra as privatizações e contra o neoliberalismo e seus impactos no mundo rural e no agrário que foram muito fortes. Também foi feita a luta pela terra e contra a violência no campo, que está relacionada ao contexto de muitas mulheres que vinham da trajetória de organização do MST e que também se articulavam junto nos espaços autônomos da articulação nacional de mulheres rurais na ANMTR. Todas são lutas importantes que foram somando e contribuindo para desencadear o surgimento e consolidação de um movimento nacional e autônomo de mulheres do campo. A partir dos anos 1990 a articulação de mulheres trabalhadoras rurais era enquanto movimentos autônomos e enquanto setores de movimentos sociais mistos, igualmente importantes. Foram realizados encontros dos movimentos autônomos de mulheres rurais junto com os setores de mulheres de movimentos mistos como MST, MPA, MAB, CPT, para fortalecimento das mulheres contra as políticas neoliberais no setor rural. Neste sentido, em um primeiro momento dos processos de lutas das mulheres rurais nos movimentos sociais no campo, tanto as mulheres em movimentos sociais autônomos de mulheres como em movimentos sociais mistos (com mulheres e homens) se articulavam em um mesmo instrumento que era a ANMTR, sobretudo, voltada ao desenvolvimento de ações na luta por direitos das mulheres do campo e contra o neoliberalismo. Posteriormente, as mulheres nos espaços de auto-organização fundam o MMC e muitas mulheres nos movimentos sociais mistos iniciam um processo de construção de setores de gênero no interior de seus próprios movimentos sociais. Ainda assim, farão lutas conjuntas fundamentais por meio de articulações conjuntas a nível nacional e internacional, por exemplo, na criação da Articulação de Mulheres da CLOC, em 1997, e outras ações e assembleias de mulheres da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e da *La Via Campesina* (LVC).

Por último, antes de entrar nos elementos das trajetórias dos movimentos sociais no campo cujas representantes foram entrevistadas, cabe destacar que a construção política da reforma agrária como um projeto de desenvolvimento saudável, sustentável e de solidariedade popular tem sido um elemento fundamental na história das lutas pela terra no Brasil,

destacando-se o protagonismo do MST na formulação da Reforma Agrária Popular e de outras organizações parceiras.

Candanga ancestral conta que também participa da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), atualmente compondo a diretoria. Começou a trabalhar com a ABRA como representante de classe, por ter sido servidora do INCRA. Neste espaço conheceu grandes companheiras que dedicaram sua vida à luta pela Reforma Agrária. Para ela, a reforma agrária é básica e este é o ponto principal de sua contribuição política ao longo de toda sua vida, pois, ela avalia que não teve uma atuação profissional relacionada apenas ao feminismo, mas à reforma agrária. Ela conta que "quando começou a regularização fundiária, a confederação fez um manifesto falando que ia regularizar grilagem de terra e a Cnase foi convidada para reuniões com ministros para tratar o assunto, como parte do Fórum Nacional por Reforma Agrária e Justiça no Campo. Estava todo o campo dentro do Fórum, que era muito maior do que o Campo Unitário. O Campo Unitário é só praticamente a luta do campo, mas o fórum era campo e cidade e tinha o pessoal da ecologia também, do meio ambiente". Relata que em uma reunião o ministro do MDA estava com um manifesto do Fórum Nacional por Reforma Agrária e Justiça no Campo e que a Cnase tinha assento em toda a luta do campo, mas, hoje em dia sente que esta representação e unidade se perdeu um pouco por conta da visão política de quem assumiu a confederação depois, gerando perdas na força de luta pela reforma agrária na área urbana, a qual não é apenas uma luta dos campo, mas de toda a sociedade. Porém, ela também avalia que hoje ainda há muitas lutas do MST em torno da reforma agrária popular, da construção das cooperativas e do Armazém do Campo, da construção das candidaturas sem terra nas instâncias legislativas, entre outras ações que colocam o tema em discussão na sociedade.

Ela acompanhou muitos processos internos da luta pela terra e diz que "quando morre alguém na terra, se derrama o sangue de alguém, o valor dela cresce mais ainda. Por exemplo, na região do Pontal do Paranapanema, toda a área pública foi uma luta interna para o presidente e o conselho do INCRA assumirem a desapropriação, que inclusive tinha que ser expropriado, mas foi uma decisão fazer a desapropriação porque avaliaram que muita gente ia morrer nas disputas pelos territórios naquela região, mas esta foi uma decisão política e não técnica". Por fim, ela também alerta que a questão dos bens comuns da natureza, da água e do direito à alimentação ampliam a compreensão sobre a questão agrária, porém, a questão agrária não é resolvida só com a discussão da água e do alimento, pois, precisa haver reforma agrária e demarcação de territórios dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, pois, há a questão do domínio da terra que é ponto de partida para os meios de vida. Ela lembra que "conforme se viu em Correntina, na Bahia, um latifundiário

fechou o curso da água do rio que abastecia a cidade quando construiu barragens em suas terras. A cidade se mobilizou, foi até a barragem, quebrou a usina do expropriador privado, abriu a água e quem foi criminalizado e preso foram as lideranças populares. Pois, quem tem o domínio da terra tem também o domínio sobre os bens comuns daquela terra e pode impactar outras comunidades e cidades ao redor".

Comissão Pastoral da Terra (CPT)



Imagem 32: Bandeira da CPT.

Uma das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo foi com uma militante que quando jovem integrava a Pastoral da Juventude Rural (PJR) no estado do Paraná, que é uma organização integrante da *La Via Campesina* no Brasil. Com a chegada da vida adulta ela migrou para o estado de Goiás e passou a atuar com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela publica anualmente os Cadernos Conflitos no Campo - Brasil, monitorando os casos de violência no meio rural, como casos de homicídios, ameaças, trabalho escravo, entre outros.

Em sua entrevista, a *Jovem da romaria do cerrado* compartilha que a CPT nasceu muito a partir de um olhar dos bispos, principalmente da Amazônia, às comunidades que estavam sofrendo violência e perdendo suas terras nos territórios dos chamados posseiros na Amazônia. Além disso, também a realidade do trabalho escravo na região da Amazónia foi um elemento de atenção, denunciado por Dom Pedro Casaldáliga ainda na década de 1970 (entre 1973-1974). Ela diz que "um grupo resolveu juntar alguns bispos, padres, e puxado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, se propôs a discutir essa realidade, de onde surgiu a proposta de não ser uma pastoral, mas ser uma comissão, que estaria vinculada à igreja e que teria liberdade e autonomia para fazer o seu trabalho independente de igreja. A CPT, então, também foi criada ecumênica, pois, o trabalho com os camponeses não escolhe religião, nesse processo também

tinha pastores da igreja luterana, principalmente do começo da CPT. Isso amplia sua atuação, como também a visão do que é ser pastoral, do que é ser igreja, então isso foi fundamental nesse processo de construção".

Ela explica que a comissão nasceu em Goiânia, em plena ditadura militar, sob os olhares da inteligência da polícia federal, sendo monitorada, mas conseguiu ir se expandindo nesse trabalho por várias regiões do Brasil, porque foi se percebendo que não eram problemas específicos da Amazônia, mas de toda a realidade do meio rural brasileiro. Vivia-se o processo da modernização conservadora da agricultura na década de 1970, expulsando milhares de camponeses e povos originários dos seus territórios, de modo que o trabalho da CPT foi se expandindo, foi sendo organizado e articulado por padres, leigos, missionários em todo o Brasil, assim como foram surgindo novas experiências em movimentos camponeses em indígenas neste período.

Ela destaca que em algumas regiões do Brasil tinha uma diferenciação na CPT, por exemplo, no nordeste os trabalhos iniciaram a partir da Ação Católica Rural (ACR), da década de 1960, a partir do Concílio Vaticano, e demorou cerca de 10 anos a mais para se oficializar enquanto integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Então, existem diferenciações a nível de Brasil, no tocante a como os trabalhos da comissão foram surgindo e a maneira como ela foi se organizando a partir também da experiência de resistência popular em cada realidade regional, pois, há diversidades de formas de organização dos camponeses, de formas de expressão da própria questão agrária nacional e também de perfil das próprias igrejas em cada local. Assim, respeitando tais diversidades "a CPT foi sendo precursora e articuladora desses camponeses, porque uma das afirmações principais enquanto pastoral é que o protagonismo tem que ser dos trabalhadores, dos camponeses, a partir do princípio da teologia da libertação, para que eles possam se libertar da opressão que estavam vivendo, foram se organizando, e a partir daí, foi surgindo vários movimentos e organizações de trabalhadores, desde o MAB no Paraná, né, com a questão dos atingidos por barragens, como na barragem de Itaipú, depois o MST já era na década de 1980, e o próprio MMC que já tinha a Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais e depois se renomeia Movimento de Mulheres Camponesas, o próprio MPA, e várias outras organizações também que a CPT foi ajudando a construir no processo de luta pela terra, no campo".

Em 1980, se lembra do processo de organização dos camponeses e este também foi um período de se começar a olhar para um processo de Brasil. Há uma contribuição à organização dos movimentos sociais, olhando o processo histórico da própria criação da CPT entre 1975 a 1980, fazendo uma luta histórica pela abertura democrática sempre relembrada pela

organização que irá completar 50 anos em 2025. Lembra muito dessa época da oposição sindical em algumas regiões e diz que "a CPT tinha essa porta da oposição sindical dos trabalhadores rurais aqui no nordeste, centro-oeste. A luta específica da organização dos próprios movimentos que foram se articulando foram vindo depois, nessa caminhada, a partir destes contextos. A CPT esteve envolvida na questão da luta pela terra principalmente na década de 1980, esses processos do movimento dos atingidos por barragens e outros que foram vindo na história como a questão da mineração, por exemplo".

A década de 1990 dentro do processo histórico da CPT foi quando se começou a discutir a questão das relações sociais de poder e gênero, quando fala das "questões das mulheres". Dentro da sociedade como um todo, avalia que esta discussão cresceu e nos movimentos sociais de luta pela terra não foi diferente. Ela lembra que o MMC nasceu na década de 1980 (quando ainda eram articulações de mulheres rurais), no contexto em que se começou a ter esta discussão no país, hoje avançando ainda mais com os debates sobre feminismo camponês popular, conforme se identifica na CLOC e na *La Via Campesina*, com um olhar camponês e popular no que se vai entender sobre esta luta feminista das mulheres trabalhadoras.

Ela lembra que iniciou sua militância em 1996, na Pastoral da Juventude Rural e considera que "já não era tão jovem mas que havia uma efervescência muito grande de organização da juventude da igreja nas pastorais. Porque na década de 1970 você tem muito os movimentos eclesiais, participava de um grupo na comunidade que chamava de Telecentro, realmente de liderança cristã extremamente fechada. Depois foi conhecendo a pastoral da juventude em que foi abrindo a cabeça". De 1985 ao final da década de 1990 há forte incentivo à organização coletiva da juventude dentro da igreja católica, a qual teve diversos processos e fases relacionados a linha de quem esteve à frente da igreja em cada época. Nas décadas de 1980 e 1990, ela interpreta que há uma linha muito mais aberta à questão social e já a partir de 2000, isso começa a se fechar com o pontificado de João Paulo II "que tinha uma linha de igreja institucional, bloqueando também as questões da própria Teologia da Libertação que na década de 1980 era de uma efervescência muito grande. A partir de 2000 começa uma baixa do movimento de nascimento de movimentos eclesiais e de luta dentro da igreja e surgem movimentos de renovação carismática". Ela lembra que era igreja como parte do laicato e também "tinha referência na efervescência cultural da música popular brasileira, com o rock nacional nessa época, um rock crítico que traz a realidade do Brasil para dentro da música".

Por fim, ela também lembra da discussão do Fórum Nacional por Reforma Agrária e Justiça no Campo que unia entidades do campo e da cidade, movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONGs). Em sua leitura, a CPT sempre foi uma entidade que conseguia

articular a diversidade de instrumentos do campo “porque hoje tem um Campo Unitário, os próprios movimentos conseguem se articular entre eles, mas antigamente eram muito mais difíceis, as diferenças às vezes eram muito mais evidentes do que as semelhanças, do que era em comum nesses movimentos”. Hoje considera que já há outra visão sobre a importância de articulação das lutas populares e que a CPT contribuiu nesta construção como referência, pois, “não era só MST e nem era só MAB, ela conseguia estar em todos esses espaços sempre por conta dessa opção de tornar os camponeses protagonistas, seja aqueles que estão organizados ou seja aqueles que ainda é necessário se organizar”.

A *Jovem da romaria do cerrado f*az um trabalho da militância dentro da CPT, um trabalho de coordenação e avalia que não atende totalmente a demanda de trabalho da própria ação pastoral porque este é um desafio da mística e da missão da CPT, ela diz que “não possuem um quadro de direção como os movimentos sociais, a CPT tem o presidente, o vice-presidente e a coordenação executiva, compondo 6 pessoas para atender 21 regionais”, ou seja, há uma demanda muito grande de trabalho. Na CPT, ela também desempenha trabalhos administrativos, como acompanhar e monitorar projetos financeiros, fazer relatórios de prestação de contas. Também acompanha processos internos da comunicação da CPT, além do Coletivo de Mulheres da CPT e a secretaria da Articulação do Cerrado nas regionais Nordeste e Sul. Ela considera que o Cerrado a adotou quando ela migrou do sul do país para o Goiás e que esta é uma pauta com a qual ela se identifica e gosta de trabalhar: a defesa do bioma cerrado, o berço das águas. Assim, conclui que na CPT defendem a questão do trabalho com as mulheres e relacionam à questão da alimentação saudável e contra os agrotóxicos, um tema que antes consideravam “pequeno” dentro da CPT mas que ultimamente tem assumido grande proporção e relevância política nas comunidades que a CPT acompanha.

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)



Imagem 33: Bandeira do MMC.

Consoante o depoimento da *Agroecóloga da libertação,* durante as ditaduras muitos instrumentos de luta deixaram de existir, porque muitos militantes foram perseguidos, torturados, assassinados ou ainda tiveram que viver na clandestinidade, no exílio ou até se tornaram desaparecidos políticos. Assim, a década de 1980 foi um momento de muita ebulição e retomada das lutas sociais. Houve muita resistência contra a ditadura, gerando um processo de arrefecimento da repressão que na década de 1980 abre para o nascimento de muitos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos nesse período. Muitos instrumentos se ampliam, outros surgem e se consolidam, tornando-se as diversas entidades e articulações que se conhece hoje e às quais novos movimentos, mobilizações e marchas foram se somando nas décadas seguintes. Então, houve uma retomada da luta por democracia e cidadania e estavam presentes os movimentos de mulheres, os movimentos negros, os movimentos indígenas, as pastorais das igrejas progressistas, os movimentos de saúde, os movimentos populares de alfabetização, entre outros, em sua diversidade.

Neste sentido, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tem suas origens neste contexto, das articulações estaduais e regionais de mulheres rurais da década de 1980, que se reuniram em um processo coletivo nacional na Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e que na década de 2000 se renomeou em torno de uma nova estratégia e bandeira nacional como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o qual completou 40 anos de trajetória em 2023, e isto significa que nasceu no berço das lutas contra a ditadura e pela retomada da democracia no Brasil, junto com muitos outros movimentos sociais populares do campo e da cidade que surgiram neste período, muitos vinculados à teologia da libertação, referenciados também na luta sindical combativa deste periodo. Neste

contexto, a organização das mulheres se deu pelo entendimento de que as lutas populares precisavam ter também um olhar específico para as mulheres, de modo que começou pela construção de núcleos de base e foram construindo encontros, grupos, reuniões de mulheres dentro destes espaços que depois partiram para um processo de auto-organização e autônomo de grupos e movimentos de mulheres que vão construindo articulações municipais, estaduais, nacional. Na luta pela democracia houve a luta por uma Constituição Federal (CF de 1988) que garantisse os direitos das mulheres trabalhadoras e das mulheres rurais, como: o salário maternidade, a aposentadoria para as trabalhadoras rurais, a saúde e a educação no campo, a documentação, o acesso às políticas produtivas, entre outros.

A *Lutadora migrante da floresta,* que atualmente reside no estado de Minas Gerais, relata que se sente "agradecida às mulheres que vieram antes na construção dos movimentos de mulheres porque foram visionárias em garantir na Constituição um direito previdenciário e ousar pensar uma organização feminista do campo a partir dos anos 1970 e 1980, rumo a romper com o patriarcado e o machismo no campo, enfrentando o desafio das distâncias e isolamentos nas áreas rurais e também as situações de dependência econômica". Para ela, o MMC, neste sentido, é "um legado histórico para a sociedade, pois, para falar de previdência social no Brasil é fundamental fazer referência às lutas pela previdência no campo que foram feitas pela ANMTR que depois se renomeou como MMC". Depois vieram outras lutas como o enfrentamento à violência, o direito às políticas produtivas para alimentação saudável e agroecologia, entre outras. Também foram feitos enfrentamentos contra as grandes corporações que promoviam agrotóxicos, sementes transgênicas e desertificação verde, lutas populares árduas a partir das quais o movimento social também vivenciou processos de criminalização via sistema judiciário e pela mídia.

Em um dos depoimentos, ela relata que participou, como representante da CPT desde a região amazônica, de um encontro nacional da ANMTR que aconteceu na cidade de Jundiaí, no estado de São Paulo, em que se discutiu o tema da "questão de gênero, como o grande debate da época", com o qual ela disse ter se sentido "maravilhada", destacando que "o debate nem era ainda uma construção mais avançada sobre o feminismo como o MMC já faz hoje em dia". Quando retornou para Roraima, escreveu um relatório da atividade explicando sua decisão de encerrar seu mandato na associação de produtores para priorizar o trabalho com as mulheres rurais em parceria com a CPT. Com o tempo, sentiu que a igreja foi desmontando e abandonando os grupos de mulheres nas paróquias e, na manutenção do processo construído, a ANMTR transforma e direciona esta força social organizada para o que vão denominar como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Roraima, que depois é um dos intrumentos

que confluem na estratégia renovada do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil). Quando foi em seu primeiro encontro, ela diz que "não sabia direito o que estava sendo proposto, que era a organização para culminar no movimento nacional, então, as mulheres que pensaram e construíram o encontro em Jundiaí, São Paulo, mesmo sem condições financeiras mas com muitas articulações, foram companheiras de luta visionárias, foi como uma revolução". Ela recorda que se sentia muito empolgada com a novidade de participar de um movimento de mulheres rurais e que muitas informações foram fazendo sentido na prática, quando em Roraima elas faziam muitas reflexões sobre a importância do processo de participação política das mulheres nas lutas das mulheres agricultoras por seguridade social, previdência, saúde, educação, documentação. Quando ela ou alguma vizinha acessaram aposentadoria ou salário maternidade relata que foram frutos de ações coletivas de luta em que ela esteve presente somando forças, elementos que trazem reconhecimento como cidadãs e sujeitas de direitos na vida prática das mulheres camponesas.

Acerca do enfrentamento ao neoliberalismo durante a década de 1990, a *Agroecóloga da libertação* diz que, no caso do MMC, essa luta e seu entendimento e encontro a nível nacional vai fortalecendo e criando cada vez mais uma consciência maior de que a luta popular precisa ser unitária e precisa ser nacional. Da luta dos anos 1990, do processo de articulação amplo é que se vai fortalecendo a necessidade de se ter uma luta unitária, com uma bandeira única, com uma simbologia unificada, uma luta com identidade comum pensada nacionalmente. Nos anos 1990, é a luta contra as políticas neoliberais que levam a estas novas sínteses, acumulas politicamente para lidar com os novos desafios. Ela lembra que começou a participar do MMC a partir das lutas no estado de Santa Catarina e explica que a partir dos anos 2000, o que era uma articulação e encontro de grupos e coletivos se tornou um movimento nacional com uma bandeira coletiva, com uma simbologia coletiva, que era assumir junto o que já era similar nos vários lugares de onde se articulavam as mulheres do campo naquele mesmo processo de encontro e luta. O MMC passa a ter uma bandeira nacionalmente coletiva, uma direção nacional, uma estratégia nacional, articulações nacionais, mas já havia uma identidade compartilhada na luta pelos direitos das mulheres e pelos direitos previdenciários e trabalhistas, principalmente. Lutava-se para que o trabalho das mulheres do campo fosse reconhecido como trabalho, lutava-se pelo salário maternidade, pelo acesso às políticas públicas como as de saúde e educação e pelo acesso à terra e território. Com o tempo, "as mulheres foram colocando que não era só uma luta pela terra, mas por um outro modelo de produção de alimentos, dando início a uma discussão sobre agroecologia, alimentação saudável e diversificada, cuidado com as sementes crioulas, contra os agrotóxicos e transgênicos. Foram pautas diversificadas que as

mulheres levantaram, vendo que tudo isso eram dimensões dos problemas que precisavam ser enfrentados, na luta contra o modelo do agronegócio e o neoliberalismo". Desta forma, o MMC está ligado à luta pelo direito a alimentação, pensando-a a partir da soberania alimentar, enquanto direito a alimentação saudável. A alimentação saudável na soberania alimentar dos povos é uma estratégia do movimento para sua construção interna e também são ações do movimento para fora, na articulação com outras entidades para angariar apoiadores e aliados na sociedade e na articulação com o governo, construindo políticas públicas e programas públicos para "uma alimentação como direito, que deve ser garantida por uma ação de Estado".

O MMC é um movimento popular, camponês e feminista que foi se condensando no como um instrumento de luta que já existia como ação e articulação de mulheres rurais em diversos estados e localidades e que então ganhou nomenclatura e bandeira unificada nacionalmente, com uma estratégia nacional a partir dos anos 2000 e o qual foi ganhando relevância e visibilidade, se ampliando e se entendendo nos termos do feminismo camponês popular a partir de um processo que desde os anos 1980 vinha sendo feito. Ela diz que "é uma mão dupla, a construção do movimento leva à construção do feminismo camponês popular e a construção do feminismo camponês popular leva à consolidação do MMC, uma síntese, um caminho de construção e unidade destes dois elementos". Para o MMC houve muitas ações de luta no início da década de 2000, com acampamentos nacionais das mulheres que eram ainda na articulação tanto do movimento autônomo quanto com as mulheres de outros movimentos mistos da *La Via Campesina*, mas isso mostrou que era possível lutar, que havia força social popular, que haviam mulheres organizadas e que era possível dar mais um passo para construir um movimento autônomo e nacional que se consolidou em 2004 com o nome e bandeira do MMC, em um contexto favorável nas correlações de forças com a mudança para um governo progressista em 2003.

No depoimento da *Camponesa livre e socialista*, ela também nos conta sobre o processo do I Congresso Nacional do MMC em que a articulação de mulheres rurais se renomeou e destaca também a realização de articulações internacionais e a relação entre o feminismo camponês popular e o enfrentamento ao fascismo. Ela conta que nos anos 2000 construíram o congresso do MMC, pois, antes eram uma articulação de mulheres e a partir daquele momento começaram a ter uma estrutura de movimento. Nos anos 1980, a luta em seu movimento era por melhores condições de trabalho, por reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, pela condição de assegurado especial para acesso à aposentadoria, direitos que foram conquistados por meio da luta social. Assim, a nacionalização do movimento se dá por um processo de decisão das próprias mulheres que se organizavam na ANMTR. Houve em 2003

todo um processo de construção do movimento nacional a partir das bases nos territórios e ela desempenhou tarefas de finanças e de secretaria. Outros movimentos de mulheres também foram parceiras importantes, pois, garantiram apoio financeiro para terem uma estrutura de secretaria para construir o congresso em Brasília. Ela diz que "haviam muitas tarefas preparatórias, algumas articulações internacionais também e atuava muito com a Loiva que era a referência desta tarefa na época". Hoje em dia, programas como os dos quintais produtivos são iniciativas interessantes que vinham sendo historicamente reivindicadas pelas mulheres rurais e que podem fortalecer nos dias atuais esta trajetória de participação e luta que vem de longa data, sempre articulada a uma perspectiva de transformação social, de transformação do modelo de desenvolvimento no campo e de projeto de sociedade. Ela conta que o MMC começou a assumir seu debate e seu caráter feminista entre 2004 e 2006, principalmente depois de uma ação direta contra a Aracruz Celulose, em um processo de construção também internacional junto às organizações da CLOC e *La Via Campesina*, pois, "o MMC sempre fez o debate sobre os direitos das mulheres, mas no começo não dizia que isso era feminismo, foi um processo de construção política do seu próprio feminismo a partir de sua própria história de luta". Atualmente considera o feminismo fundamental para compreender e intervir contra os retrocessos de direitos na vida das mulheres na conjuntura política atual, a qual ela identifica como um contexto de crescimento do fascismo.

> Eu acho que é uma construção, por exemplo, nós do movimento, nós começamos a assumir o caráter feminismo e feminista em 2004, fomos avançando. 2006 a gente faz mais nos debates, que daí se casa um curso lá do movimento com os debates internacionais, né. Em 2006, depois da ação da Aracruz no processo, ali a gente começa debater sim o feminismo, depois na CLOC vai assumindo, começa ainda a ver como um movimento e como um movimento da Via Campesina, mas não há uma força grande ali e discutimos a luta do direito das mulheres, que a gente sempre discutiu, só que no início a gente não dizia que era feminismo, só pelo direito, então, dessa relação de ser mulher, ter direito de vir a ser um ser humano de direito. Posterior. a esta ação só que nós vivemos num mundo de bastante conflito, mesmo o fascismo, como que se debate o que é o retrocesso na nossa vida, né. (Camponesa livre e socialista)

Esta leitura é confirmada também pela *Agroecóloga da libertação* quando em uma de suas falas elucida que quando o MMC fez a ação da ocupação na Aracruz Celulose foi uma forma de se afirmar também como movimento feminista perante os demais movimentos sociais mistos extremamente masculinizados, afirmar que eramos um movimento feminista e que a *La Via Campesina* deveria fazer ações feministas também. Este não é o único caminho, estas não são as únicas pautas, mas é uma trajetória importante para o conjunto das lutas sociais quando

se tem a perspectiva de superar todas as relações de dominação na sociedade, sejam elas capitalistas, patriarcais e racistas. Assim, também o internacionalismo popular no enfrentamento às relações imperialistas de poder impostas pelas corporações multinacionais que destróem os meios de vida no campo sempre esteve articulado na trajetória do MMC e em sua construção política do feminismo camponês popular, de um projeto de agricultura feminista camponesa de base agroecológica e da soberania alimentar dos povos que também se expressou na construção de campanhas nacionais como a Campanha Nacional de Alimentação Saudável e a Campanha Nacional Sementes de Resistência.



Imagem 34: Simbologia da Campanha Nacional Sementes de Resistência do MMC.

No século XXI, os movimentos sociais no campo foram se reinventando em muitos aspectos, por exemplo, por meio das ações de comunicação popular e incidência nas redes sociais combatendo o conservadorismo, a desinformação e o negacionismo histórico-científico. A *Educadora da mística afro-indígena* conta que no período da pandemia de Covid-19 em que vivenciamos as medidas de isolamento social, o desenvolvimento das ações virtuais e pelas mídias sociais foram muito importantes no fomento e fortalecimento das redes de apoio entre mulheres. Ela compartilha que, na pandemia, outro desafio consistiu em trabalhar a questão da comunicação no próprio MMC, pois, "não tinha experiência com redes sociais mas foi uma tarefa que o movimento a nível nacional delegou e a gente se desafiou a tocar com outras companheiras". Criaram grupos de base da formação da juventude e fizeram cursos de formação de comunicação popular para as mulheres camponesas, cujo processo foi a construção de uma "comunicação feminista camponesa e popular" onde as companheiras do movimento aprendiam a usar ferramentas das redes sociais para fazer e divulgar vídeos cujos conteúdos eram seus próprios quintais produtivos, seus roçados, suas produções de alimentos, falando sobre suas perspectivas de agroecologia para ocupar os espaços de redes, de comunicação e de tecnologia onde se sentiam excluídas, contribuindo para a disputa política e ideológica dentro

das mídias e redes sociais. Este também foi um período em que o MMC empreendeu cursos de formação política por meio de encontros virtuais mensais com diversos conteúdos como o pensamento político de Rosa Luxemburgo – o "Curso Rosa", como a Fundação Rosa Luxemburgo-, e os "Diálogos Pedagógicos do Feminismo Camponês Popular", cujos conteúdos dos encontros estão disponíveis à toda sociedade nas redes sociais do MMC.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)



Imagem 35: Bandeira do MST.

A década de 1980 também é o contexto de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A *Revolucionária das flores transatlânticas* conta que a grande pauta, era a luta pela terra. Ali ainda não se tinha a estratégia "a gente quer a terra porque é para produzir comida saudável, para alimentar a cidade e cuidar da natureza", o que foi um acúmulo construído coletivamente ao longo do tempo com as demais organizações do campo como as da CLOC e *La Via Campesina*. A pauta era "milhares de trabalhadores que não tinham acesso à terra, enquanto você tinha muita terra concentrada na mão de poucas pessoas, de modo que se precisa ter uma divisão da terra, impedir o latifúndio e criar assentamento. Nessa época tinha pouca política estruturante sobre o que fazer com esses assentamentos, como é que se organiza a vida, a vida e a produção desses assentamentos, inclusive, boa parte dos assentamentos ali no início acabavam querendo copiar esse modelo ao redor, do agronegócio, que é o que se conhecia, que parecia que era o que dava certo, que era o moderno". No início da trajetória do MST já muitos assentamentos se desenvolveram na perspectiva de replicar o modelo do agronegócio na agricultura familiar e camponesa, enquanto outros assentamentos já começaram desde a origem a perceber que se tratavam de modelos de produção antagônicos e foram pelo

caminho da organização da produção coletiva, da produção cooperada, vinculada à transformação social, voltada a romper com o individualismo, com a lógica da propriedade privada e mercantilização da terra e dos bens comuns. Houveram essas distintas formas de organização no início do movimento que expressam também contradições e desafios atuais na defesa dos modos de vida das famílias e comunidades camponesas.

A *Irmã acampada transformadora* relata que começou ativa em sua militância no movimento sem terra em 1989, pois, antes era estudante com as freiras scalabrinianas e sentia que no espaço em que esteve tinha um olhar "bitolado, com muita quantidade de estudo sobre o conhecimento, muita informação, mas pouco entendimento de mundo real, concreto". Os anos 1990, então, foram de muita luta popular a partir do momento em que ela decide sair da igreja para se dedicar ao MST. As raízes do MST vêm, em sua leitura, da própria contradição capitalista que exclui, que concentra terra, que concentra territórios e que não se preocupa com as pessoas. Ela diz que "o movimento nasce em uma crise que teve entre camponeses e indígenas, que é também uma crise que até hoje se vive e não foi plenamente resolvida, conforme se vê na ofensiva de propostas como o Marco temporal. O MST, então, nasce desse movimento do camponês sem terra que busca espaço para trabalhar, e ele foi entre muitas situações de expulsões e encontrou espaço para trabalhar onde não era o espaço dele porque era um território indígena. Os camponeses achavam que os índigenas tinham espaço e, sim, entrou naquele território gerando uma profunda crise, mas que é da reação dos indígenas na defesa do teritório que o movimento nasce, da reflexão de que seu objetivo não era desmantelar as terras indígenas, mas ampliar os territórios comunitários e de vida criando assentamentos de reforma agrária, pois, o inimigo de classe eram os grandes proprietários de terras e latifundiários que invadiam e expulsavam tanto os camponeses quanto os indígenas". Hoje em dia o MST, a partir da produção agroecológica dos assentamentos, acampamentos e cooperativas de reforma agrária, faz, por exemplo, a cozinha coletiva que alimenta os povos indigenas em luta nas edições dos Acampamentos Terra Livre (ATL) na capital federal, um setor apoiando a luta do outro por terra e território, em um vínculo bonito e forte por meio da alimentação saudável.

Ela conta que "o movimento sem terra começa a se organizar, vê essa realidade. Aí ele começa a ver que não é só um problema do Rio Grande do Sul, mas de todos os estados. É a reconstrução do ser, do ser gente, do sem terra voltar a ser gente, não só ser mão de obra, é, mão de obra, mas de ele ser autor da própria conquista da sua própria vida. Os acampamentos são um espaço do povo, das pessoas se reoxigenarem, de quem sempre foi só empregado de patrão, empregado de fazenda, dizer para si que pode ter o seu território, construir uma outra coisa na vida e se reorganiza, reorganiza sua consciência e daí parte para a luta. Nem sempre

se consegue dar seguimento ao que o acampamento faz, que é bonito e reoxigena o próprio ser que toma na mão ser sujeito de sua história". Ela explica que o MST é um movimento que desde o seu princípio valoriza a formação de uma nova consciência crítica e não só para a conquista do seu território, mas para a transformação da sociedade, rumo à emancipação plena com superação das relações de dominação. Assim, o MST "visa cuidar da vida das pessoas, cuidar da terra, pois, na conquista da terra a pessoa consegue construir a sua dignidade, ter outra relação consigo mesma e com a sociedade, com sua própria comunidade que ela vai formando na luta social" e, isto é o que ela sente que mais a encanta no movimento desde que começou sua militância até os dias de hoje. Também se identifica muito com a construção das místicas, conforme aprenderam com a Teologia da Libertação e que precisam ser cada vez mais retomadas, pois, a mística tem muita força no insconsciente e consciente popular para resgatar a perspectiva de luta e de cuidado com as pessoas e a vida, sem esquecer da valorização da ciência que contribui para avançar, por exemplo, na questão da agroecologia face aos atuais desafios socioambientais em tempos de mudanças climáticas.

Ela também conta um pouco sobre a trajetória de construção da organicidade interna do seu movimento social, destacando como a participação política das mulheres sem terra foi fundamental para diversos avanços. O primeiro setor do MST foi a Frente de massas, que organiza os acampamentos ao organizar quem está sem terra para fazer as ocupações. O segundo foi a educação "porque juntando gente juntou a criança, e foi a educação. Depois veio a formação e a produção". Então, os primeiros setores internamente organizados foram os setores que organizam a sobrevivência das comunidades e depois vieram setores de gênero, de saúde, de ciranda, de juventude, de esporte e lazer, de diversidades.. O MST é, então, um movimento que busca as soberanias populares, a autonomia das famílias e das comunidades camponesas e que também cria solidariedade do campo e da cidade.

A *Revolucionária das flores transatlânticas* compartilha que participa do Movimento Sem Terra e que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vai completar 40 anos em 2024. Seu movimento surge de uma necessidade concreta que fez as famílias se organizarem na luta pela terra, de um processo que veio desde a Revolução Verde com a expulsão dos camponeses do meio rural e que foram para a cidade em situações muito desiguais de acesso aos direitos. O final da década de 1990 foi um período de muita repressão, além do massacre de Eldorado dos Carajás, como uma forma de contenção das oupações também há criminalização da militância. Mas, também houve muito apoio da sociedade,pois, foi um período em que o movimento se colocou em diálogo com a sociedade, em uma decisão chave de enfrentar as deslegitimações e repressões que sofriam. Assim, após o massacre de Eldorado

de Carajás, a data se tornou o Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária para todos os movimentos sociais da *La Via Campesina* em todos os continentes do mundo, ampliando a rede de solidariedade também a dimensões internacionais. Em sua leitura, "houve uma intenção de acabar com o movimento, pois, não era só um movimento que produzia comida, mas tinha uma pauta de luta, de reivindicação, de denúncia. Nunca foi um movimento só vinculado à terra, mas sempre foi vinculado a um projeto de país". A contenção que ocorre contra o movimento nesse período foi determinante também para ser recolocado com muito mais força a dimensão da reforma agrária como parte de um projeto de país, um projeto de transformação da sociedade que leva ao MST ganhar muitos apoiadores, ampliando a dimensão de sua luta para além das pessoas do campo e de quem está nos acampamentos e assentamentos, envolvendo também militantes e apoiadores nas áreas urbanas. Foram passos que vieram permitindo chegar nos 40 anos por meio da conquista de assentamentos rurais de reforma agrária com luta, com articulação com a cidade. Hoje o movimento cumpre um papel político importante nesta articulação campo-cidade, como foi nas campanhas eleitorais inclusive com lançamento de candidaturas próprias de militantes sem terra pelo Partido dos Trabalhadors (PT), como as eleitas Lúcia Marina dos Santos, no Rio de Janeiro, e Rosa Amorim, no Pernambuco, entre outros. Houve muitos processos para que o MST existisse a 40 anos, para que esta luta fosse possível e, considera que o princípio da formação política foi um elemento central, na formação de consciência, formação de militância, vinculando a pauta da reforma agrária e da luta pela terra à uma luta por transformação da sociedade. Ao longo de sua história foram atualizando seus programas de reforma agrária, e hoje em dia o MST tem feito o debate do que denomina como a construção de relações humanas emancipadas – relacionada a ideia de relações sociais de emancipação humana. Ela define que para reconstruir a sociedade não pode haver situações de violência, de analfabetismo e de desigualdades. A superação destas desigualdades entre as pessoas também precisa ser considerada um elemento estruturante na concepção da reforma agrária, o que vai constituir o atual projeto de Reforma Agrária Popular do MST, que no próximo congresso nacional do movimento vai atualizar e avançar ainda mais suas elaborações e construções políticas. Na Reforma Agrária Popular a questão do direito à alimentação e a construção política da soberania alimentar dos povos se consolida como um fundamento estratégico do movimento social. Em um momento de seu relato, ela nos explica que "a questão alimentar está e sempre veio muito na origem do movimento no sentido de uma prática de produzir alimentos ao entrar na terra, seja nos acampamentos ou nos assentamentos, territorializando o príncípio da 'terra para quem nela trabalha' e garantindo acesso à comida para sobrevivência e desenvolvimento das comunidades". Mas foi nesse último período, nos

últimos 10 anos, na construção da Reforma Agrária Popular, que como leitura e pauta política veio a questão de "comer é um ato político", que deve ser um direito garantido a todos e não apenas aos que podem pagar, conferindo centralidade à produção de alimento saudável na luta pela terra, e não qualquer alimento, mas alimento que gera saúde e que não é simplesmente uma mercadoria para gerar lucros.

Após o golpe de 2016 e o advento de governos conservadores em que a crise de representação política e a polarização política se aprofundam no Brasil, a simbologia vermelha do movimento sem terra foi também muito importante nas ações de resistências em defesa da demcoracia e dos direitos. Sobre este aspecto uma militante conta que considera "engraçado que no período após o golpe de 2016 e a eleição de 2018 a militância do movimento não saía na rua com boné do MST, porque havia receio no momento do Bolsonaro. Porém, é o período em que a sociedade sai com o boné do MST", numa mudança significativa de aceitação em relação à identidade e à simbologia sem terra pelos setores aliados na sociedade, ainda que os setores conservadores e fascistas promovessem perseguição e violência contra o MST, os militantes de esquerda e os defensores de direitos humanos. Relata que achava muito curioso andar no centro da cidade e ver as pessoas com boné do MST, uma ação que ganha uma outra força e significado na sociedade demonstrando que "a sociedade vê o MST como esse agente organizador, na crise de reconhecimento e identificação com os partidos políticos, com a identidade de clase trabalhadora e com essa estrutura política que existe hoje. Muitas pessoas vêem o MST como um intrumento político de organização ao considerar interessantes e importantes as ações do movimento". Entre estas ações estão, por exemplo, algumas realizadas a partir de 2020 e no contexto da pandemia de Covid-19 como o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, o lançamento do *Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis* que visou reafirmar a reforma agrária popular e a agroecologia como alternativas aos contextos de crises climáticas e socioambientais e, por fim, as próprias ações de doação de alimentos das cestas verdes e de marmitas da terra no contexto da crise sanitária de Covid-19 e aumento da fome durante os governos conservadores, conforme já previamente apresentado em seções prévias desta tese.

Por fim, a *Irmã acampada transformadora* nos ensina sobre o sentido da palavra de ordem *"Somos Todos Sem Terra",* dizendo que "hoje ninguém mais estremece, pois, quem tem uma organização coletiva tem consciência coletiva e não se precisa de um líder, se precisam de lideranças, várias, sempre enraizadas no povo. O MST aprendeu muito isso e é uma das fortalezas do movimento também, é isso, ter essa consciência coletiva, ter essa organização coletiva, e não estimular individualismos e personalismos, mas estimular a construção coletiva

em todos os sentidos e fazer com que a juventude tenha espaço nesse processo de participação social e popular".

4.1.2 *"A terra guarda a raiz, da planta que gera o pão": Perspectivas sobre políticas públicas e sobre as situações de violação do direito à alimentação*

Nesta parte serão apresentados conteúdos relacionados à interpretação das mulheres em movimentos sociais no campo do Brasil sobre as políticas públicas existentes, os sentidos da alimentação e a construção de agendas políticas próprias voltada à garantia de direitos, à soberania alimentar do povos e agroecologia e à transformação social. Esta recomposição de elementos se reportam à junções entre a Categoria III *"Alimentação e agroecologia"* e a Categoria IV *"Políticas públicas"*, construídas durante a análise de conteúdo e aqui apresentadas em conjunto. Conforme afirma um trecho de uma canção dos militantes sem terra, *"a terra guarda a raiz da planta que gera o pão"*, nos lembrando que a luta pela terra é parte fundamental da luta pelo direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, de modo que esta tese interpreta que a luta social no âmbito da questão fundiária (que afeta o campo e a cidade) está articulada ao âmbito da questão agroalimentar e da questão socioambiental, sendo importante pensá-las em conjunto para intervir na realidade social de pobrezas, escassez e desigualdades onde também existem retrocessos e limites impostos pelo conservadorismo. Nesta seção, são apresentados os conteúdos que subsidiam esta interpretação.

Em uma análise da *Agroecóloga da libertação*, evidencia-se o protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas, direitos e novas relações sociais transformadoras afirmando, apesar da invisibilidade e da impressão de que as mudanças políticas são construção exclusiva de um determinado governo. Uma série de políticas e programas para superação da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar foram propostas feitas por lutadores sociais e movimentos sociais. Ela afirma que o próprio Bolsa Família e o Fome Zero, por exemplo, são políticas que vieram de pessoas do setor progressista, como o Frei Betto, que foi um dos mentores destas políticas. Também no meio rural, várias políticas que foram propostas para fortalecer os projetos de reforma agrária foram desenvolvidas pelo MST, e no campo das políticas agrárias e produtivas também por outros movimentos da *La Via Campesina.* Nas políticas para as mulheres, muitos movimentos feministas, como o próprio MMC vão atuar e propor inovações, assim como a reivindicação dos programas de mutirões de documentação das mulheres rurais, os salários maternindades para as trabalhadoras rurais e a previdência rural. Na área de educação, muitas propostas dos movimentos estudantis, por

exemplo, para acesso à universidade e assistência estudantil foram acolhidas, desenvolvidas e implementadas pelos governos democráticos a partir das reivindicações concretas das juventudes e estudantes. Então, durante os governos democráticos se busca fortalecimento da participação social e política e diálogo com propostas das agendas políticas dos movimentos populares de luta social, que vão se consolidar em programas e políticas públicas para acesso aos direitos.

A *Revolucionária das flores transatlânticas* também destaca que na linha política dos movimentos sociais no campo a construção de políticas públicas e direitos pode envolver processos de campanhas eleitorais com participação e incidência política nos governos, porém, não se trata apenas de eleger um governo favorável e garantir presença em espaços institucionais. Para ela, a luta social no capitalismo aponta para muitas dimensões de luta e resistência que podem ser negligenciadas. Em geral, seu movimento entende que "política não se ganha só em negociação, se ganha em luta. Nenhuma política que existe hoje, como o PAA e o PNAE vieram só de boa vontade dos governos, pois, houve processo de tensionamento e luta a partir de força social autônoma, trabalho de base, formação política que são elementos centrais para as ações políticas do MST, pois, política pública se conquista com o povo organizado e em luta". Ela destaca que o MST constrói a Reforma Agrária Popular, a qual aponta para uma reforma agrária feita pelo povo e para atender as necessidades concretas do povo, porém, isso não significa que o povo fará a reforma agrária por conta própria, ou seja, a luta popular dos movimentos sociais no campo não exime o Estado de ser o agente central a realizar essa reforma agrária, com toda sua estrutura jurídica, com toda a construção política da estruturação dos assentamentos, posto que a luta popular cobra que o Estado cumpre com seus deveres. Ela diz que "a reforma agrária precisa ser de fato assumida como responsabilidade do Estado brasileiro. Se o Estado reconhecesse que a reforma agrária é uma ação estrutural e não uma ação de compensação social para apenas diminuir a pobreza, se incluísse a fundo o debate da agroindustrialização dos alimentos, de geração de renda e vida no campo, então, a pauta de estruturar políticas públicas para que a reforma agrária se realize de fato é central como meio de transformação da realidade social de desigualdades". El sua leitura, todo assentamento é um território comunitário onde se produz a vida, que requer desde a infraestrutura básica que precisa ser garantida pelo poder público - como no acesso à água, o acesso à energia, acesso à estrada -, até políticas sociais como acesso à educação, acesso das mulheres e homens aos documentos básicos ao exercício da cidadania, além de serem territórios onde deve haver estruturas de produção, de comercialização, de agroindustrialização, configurando um verdadeiro processo de desenvolvimento do território e da sociedade. Ou seja, a política de

reforma agrária popular é um projeto de desenvolvimento saudável e sustentável para superação das desigualdades sociais.

Sobre a avaliação das políticas públicas, nas falas das entrevistadas esteve presente a crítica ao neoliberalismo a partir dos anos 1990, por meio do qual predominou um paradigma de Estado mínimo acompanhado do crescimento do mercado de terras e da financeirização da terra e dos bens comuns que impactaram os programas de reforma agrária e a cidadania no campo em geral, em um processo que abriu alas ao surgimento do modelo do agronegócio a partir dos anos 2000. Para a *Revolucionária das flores transatlânticas* "houve muitas tentativas políticas de acabar com o MST, desde as ações do governo de Fernando Henrique Cardoso de criar o Banco da Terra e o Crédito Fundiário, por meio dos quais as famílias se inscreviam individualmente e até mesmo por correio para serem assentadas da reforma agrária, até as próprias ações de massacres no campo como forma de contenção das ocupações de terras". A década de 1990 é uma década muito intensa nas ocupações de terra pelo MST, por isso também foram criados os "assentamentos de correio", como ela diz que se referem aos assentamentos do Banco da Terra, em que o governo destinava áreas que não tinham uma ocupação e nem uma reivindicação coletiva para as famílias que não se conheciam e nem tinham passado por nenhum processo de articulação comunitária e organização popular, em uma tentativa de desestruturar o papel político de um movimento social no campo capaz de organizar famílias em torno de projetos alternativos. Em sua leitura, também considera que isso foi um ataque às cooperativas do MST nesse período, porque desmobilizaram ações coletivas e comunitárias e incentivaram iniciativas individualizadas de busca de lotes e não de construção de territórios comunitários. No entanto, paralelamente, também menciona que no início dos anos 1990 ainda houve projetos de crédito, como o PROCERA (teto 1 e 2), por exemplo, que eram vinculados às estruturas coletivas, de modo que o crédito era destinado para a estrutura coletiva da cooperativa, não era individualizado, o que proporcionava mais condições organizativas para pensar um assentamento em sua totalidade. Muitos créditos individualizados geravam endividamento e perda das condições de permanência na terra, como ocorriam, sobretudo, nos assentamentos do Banco da Terra e do Crédito Fundiário que eram os nomes dos projetos de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial implementados no Brasil para dinamização e ampliação dos mercados de terras, voltados ao avanço da financeirização da terra e dos bens comuns nos períodos subsequentes.

Consoante a *Candanga ancestral,* sobre a década de 1990, cita que "tem gente que fala bem do governo de Fernando Henrique, mas que em sua opinião foi muito ruim para o povo por causa das privatizações e dos planos de demissão voluntária (PDV), as terceirizações nas

agências, a pressão do planejamento para que o INCRA se transformasse em uma agência em troca de aumento salarial", que foi recusado pelos servidores em defesa da autarquia. Nesta época surgiam agências de água e de vigilância sanitária, onde os trabalhadores tinham altos salários em relação ao Incra, porém, os servidores estavam conscientes de que a instituição perderia funções de organização do território nacional se fosse transformado em uma agência agrária, o que a longo prazo prejudicaria o país.

> a década de 1990, assim, muita gente fala bem do Fernando Henrique, ah, o Fernando Henrique foi muito ruim para nós, as privatizações, os PDV. Tudo daquela época da terceirização das agências, uhum. Teve um fato lá no INCRA que a secretária executiva do planejamento queria transformar o INCRA numa agência. Oh, o salário da Anvisa é lá em cima! Um nível médio do INCRA ganha três, quatro mil reais, é esse o salário pessoal lá, que é a maioria hoje. A secretária executiva foi lá e falou, se vocês concordarem que o INCRA se transforme numa agência, o salário de vocês cresce umas dez vezes. Aí, ô Juanita, os servidores do INCRA disse não. Não. Ganhando a miséria. Eles disseram não para o Fernando Henrique, e aí o INCRA não. Na época a Anvisa surgiu, a Anvisa, surgiu a agência da água, a agência, e esse povo tudo ganha super bem. E só que na hora que vira agência, perde um monte de funções que a instituição tem, que é importante para o país, então a luta, quando ela conscientiza o trabalhador daquele local, ela é forte. (Candanga ancestral)

Em sua leitura, os anos 1990 "foi quando se privatizou quase todos os bancos estaduais, privatizou a Vale, a CSN, e muitas empresas públicas que eram altamente rentáveis e cujos rendimentos deveriam ter retornado para o povo, para investimento em políticas públicas para a qualidade de vida do povo, mas se tornaram lucros privados. Portanto, foi uma conjuntura política ruim". Ou seja, foi um período de implementação das macropolíticas neoliberais que promoviam desmonte do patrimônio público e limitação do alcance das políticas sociais e de desenvolvimento por meio da redução dos orçamentos públicos para a garantia de direitos. Houve a entrada da iniciativa privada em diversas áreas estratégicas dos serviços públicos e sociais como na saúde, nos bancos estaduais, nas universidades, entre outras, gerando mercantilização dos serviços públicos e perda de qualidade dos mesmos, pois, passam a priorizar seus rendimentos privados e não as necessidades das cidadãs e cidadãos.

Em seu relato, a entrevistada também explicou que a reforma agrária é uma política para garantir desde a aquisição da terra até a emancipação da assentada e dos assentado, "numa linha no tempo de entrar na terra, produzir, se formar, para seguir sozinho e ser titulada se a pessoa quiser, são as fases de criação, implantação, estruturação e emancipação de um assentamento de reforma agrária. Mas, muitos atores sociais são contra o Título de Domínio (TD) porque no

momento que se retira o título, a União não tem mais nenhuma obrigação com as famílias assentadas". Por este motivo, movimentos sociais como o MST defendem o Contrato de Concessão de Uso (CCU) também relacionado a uma perspectiva de território comunitário e não de propriedade privada da terra que retorna à lógica capitalista de mercantilização e financeirização da terra e dos bens comuns da natureza – a qual está relacionada à especulação e concentração fundiária. A maioria das pessoas não têm condições de se emancipar e ir para uma titulação que vai dar continuidade ao assentamento porque o projeto de assentamento não completou as fases de implantação e estruturação. Para ela, "antes de ter pego o título, é importante estar na condição de produtor, produzindo, plantando, vendendo, vivendo com autonomia. Cabe ao INCRA dar assistência, pois, quando trabalhava no orçamento do INCRA havia um técnico agrícola ou um engenheiro agrônomo para cada projeto de assentamento, que trabalhavam na área de segunda à sexta e nos finais de semana voltavam para casa, porém, hoje em dia não há funcionários suficientes, esta qualidade do trabalho na política se perdeu, inclusive com a entrada de generais militares na presidência da autarquia pública depois do golpe de 2016, promovendo regularização de grilagem de terra e entraves à criação de novos assentamentos". Em sua opinião o crédito fundiário como forma alternativa de acesso à terra não deu certo porque a maior parte das pessoas não estavam preparadas para conseguir se consolidar no campo. Ela explica que existem contextos diferentes em quem acessa a política de refoma agrária, desde a pessoa que está na cidade e decide ser agricultora até o camponês ou agricultor familiar que sempre trabalhou na terra e decidiu ter uma terra para si e se organizou em um movimento social para este fim, já sabendo plantar, colher e até comercializar. Ela conta que "o que está na favela da cidade e opta para ir para um assentamento de reforma agrária precisa ser capacitado para ser um agricultor, como em qualquer formação profissional, então, não deu certo o crédito fundiário e o banco da terra porque não teve formação e nem assistência técnica e muito menos serviços públicos de estruturação porque todos os investimentos estruturais deveriam ser custeados pelos assentados via fincanciamentos". Ela também relata que houve lutas do MST e do conjunto da *La Via Campesina* contra o Banco da Terra, das quais ela se lembra de ter participado, com presença de figuras como Dom Tomás Balduíno, Plínio de Arruda Sampaio e outras referências da luta pela reforma agrária no Brasil. Portanto, "no período do governo de Fernando Henrique Cardoso houve maior acesso à terra porque o Incra pagava muito bem a desapropriação da terra, em um contexto no qual a propridade fundiária estava desvalorizada no mercado. Assim, muitos grandes proprietários queriam vender a terra para o INCRA, queriam ser ocupados e ganhar altas indenizações". Portanto, em sua leitura, o governo de FHC fez mais projetos de assentamento do que outros governos por causa da

desvalorização do preço da terra no mercado naquela conjuntura, tornando o preço que o Incra pagava algo vantajoso para o grande proprietário especulador que queria vender terras para obtenção de lucros com a transação. Assim, naquele contexto a desapropriação era um processo mais rápido, sem contestação, de interesse de ambas as partes, acordado via decreto presidencial. Para ela, houve um lado bom na criação dos projetos de reforma agrária e um lado ruim devido ao fato de que o pagamento foi muito alto, pois, "como a terra subiu de valor, o TDA [títulos de divida agrária] também subiu, em um contexto em que se estava também privatizando a Vale e todos os títulos do Tesouro foram valorizados, é um momento contraditório se for bem analisado, porque foi um período que para a reforma agrária teve algumas conquistas de território, mas de forma geral foi muito ruim porque veio junto com outras perdas de patrimônio do povo" que, na dinâmica neoliberal ela chama de "dar com uma mão e tirar com a outra".

Não menos relevante é necessário pensar quais foram as condições de permanência na terra durante aquele período que, consoante os relatos das entrevistadas foi bastante adverso devido a falta de políticas sociais e políticas produtivas para o meio rural. No depoimento da *Educadora da mística afro-indígena,* uma militante do MMC na região nordeste, ela conta que no governo Fernando Henrique Cardoso se lembra de ter vivido em sua família o recebimento de Bolsa Escola que era para manter as crianças na escola e reduzir os índices de analfabetismo, além de vários vales como o Vale gás e o Vale leite. Ela diz que "o país estava em crise de fome, as pessoas pobres estavam passando muita fome, inclusive na roça passavam fome porque não existiam projetos voltados para que a agricultura em pequena escala pudesse produzir". Considera que esta lógica era uma intenção capitalista e uma decisão política para induzir as comunidades do campo a abandonarem a terra, promovendo concentração fundiária e especulação. Sobre as expulsões do campo, ela diz que "isto era muito forte no nordeste brasileiro e teve muita divulgação em reportagens de jornal e televisão, mas também acontecia em muitos outros lugares do país, onde quer que fosse mais distante dos grandes centros urbanos, fomentando as migrações". Conforme ela relata sobre sua família, ao chegar nas periferias urbanas o povo descobriria que as contradições da fome ainda persisitiam, porque a cidade por si só não é garantia de cidadania e de tempos em tempos até o que se tem garantido para a cidadania pode ser desmantelado politicamente.

Neste sentido, uma das características das políticas públicas no Brasil são os seus ciclos de desmontes institucionais em contextos de governos conservadores, seja por meio da falta de orçamento e servidores para a realização das políticas ou seja por sua extinção de fato, como ocorreu com o INCRA em 1987 e com o MDA logo após o golpe de 2016. A *Candanga*

ancestral conta que "mesmo com todo o serviço ruim que pode criticar, existe uma importância da instituição pública para a organização do meio rural". São consequencias diferentes reconhecer a má qualidade de um serviço público ou a presença de servidores conservadores na instituição e querer que não haja serviço público e instituição pública, pois, "fechar o INCRA seria fechar a porta de entrada da luta do campo para reivindicar direitos. Então, a reforma agrária ainda é dentro de uma visão capitalista, é um instrumento de desenvolvimento econômico, de titrar proveito do que há em lei para melhorar a vida das pessoas dentro da sociedade capitalista que cria propriedade privada da terra". Ela relata que entendia, mas, também se sentia triste, quando em alguns encontros populares tinham pessoas que criticavam o INCRA no sentido de defenderem que o INCRA não existisse. Considera que há uma limitação de compreensão na sociedade sobre a diferença entre a irrelevância de um serviço público e as condições de má qualidade e de falta de servidores qualificados para atendimento aos usuários das políticas de reforma agrária e que isto é um impacto da ideologia neoliberal na sociedade. Relata que já conversou em atividades que "a ausência do Estado é a empresa privada e que se não se quer que tudo seja das empresas deve-se lutar contra o sucateamento que é politicamente construído e não lutar contra as políticas, serviços e instituições em si. O INCRA não é uma área social, ele é econômico-social, e o governo FHC tentou reduzir o INCRA a prestação de serviços para a assistência social. A representação de classe foi contra, pois, aonde entra um assentamento do INCRA, o município desenvolve. Os municípios às vezes não querem receber um assentamento do INCRA, mas quando chega o assentamento, chega dinheiro para INSS, chega dinheiro para a escola, para a saúde, porque aquela população vai utilizar o serviço público daquele local e aí aumenta o orçamento local para atender aquela população. Alguns prefeitos conseguiram ver isso e depois foram começando a apoiar a política de reforma agrária, a partir da experiência concreta, porque no discurso existe muito preconceito contra as pessoas sem terra".

A partir de 2003, no Brasil, após dois governos de FHC e sem superar as contradições neoliberais, começavam os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) com eleição de Luís Inácio Lula da Silva no contexto de ascensão de governos da "nova esquerda" na América Latina, como Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia e, antes mesmo, nos anos 1990, Hugo Chávez na Venezuela, entre outros, em um processo que ficou conhecido também como o "socialismo do século XXI".

A *Agroecóloga da libertação* menciona que, em Santa Catarina, sua família acessou o programa Minha Casa Minha Vida, para reforma de sua moradia nas primeiras vezes que foi lançado durante os primeiros governos Lula, mas não acessou muitas políticas públicas

produtivas, nem de cisternas, porque o sul não era contemplado em programas de abastecimento de água, mais voltados à semiárido brasileiro. Ela diz que “talvez agora com o avanço da seca e das enchentes, devido ao avanço do desmatamento e das mudanças climáticas possa haver investimentos nesse sentido para a região, pois, houve melhorias nas políticas de saúde e educação, mas não muitas em relação à agricultura familiar e camponesa”. Então, em sua opinião, de fato existem experiências produtivas positivas, inclusive para agroindustrialização e cooperativas, mas, ainda há uma hegemonia do modelo do agronegócio e é necessário avaliar a acessibilidade de diferentes setores sociais em cada política para entender os limites da qualidade de vida no campo. Para ela, com a retomada do governo Lula em 2023, tem também uma retomada nas políticas públicas e na participação da sociedade civil para construir essas políticas. Lembra que a regulamentação de que no PAA e no PNAE todas as compras institucionais tenham 50% dos contratos com mulheres é resultado da luta e da participação social das mulheres em movimentos sociais no campo, fomentando estas pautas junto ao governo, em um processo de pensar junto a retomada de políticas públicas para o fim da fome e para a democratização da sociedade.

A *Jovem da romaria do cerrado* recorda que, em 1985, quando estava entrando no Ensino médio, houve uma luta de sua comunidade para estudar porque “tinham uma escolinha até o fundamental e depois a partir da quinta série e até o ensino médio tinham que ir para a cidade para estudar e se pegava um ônibus lotado e muitas vezes a prefeitura ainda atrasava o passe escolar”. Por isso, em sua leitura, é importante pensar todas as políticas sociais no meio rural, a alimentação e também a educação e o transporte que só foram começar a chegar em sua região na fase de redemocratização política porque “na ditadura não haviam políticas e depois que foram construídas parece que mal deu tempo de chegar à população do campo e se viu um desmonte de direitos”. Portanto, a partir da eleição de 2022 se buca uma retomada para uma democracia e uma cidadania real, que chegue para a realidade de vida de todo o povo. A partir do momento que um governo identifica que as comunidades e os povos do campo são importantes bases sociais de sustentação de seu mandato, mas em seu projeto político não se dá a importância devida a estes sujeitos do campo por meio das políticas públicas que garantam a afirmação de direitos nos territórios, então, contraditoriamente, também se está negando que estes povos existam em igualdade de dignidade humana. Assim, ela problematiza que há uma contradição muito grande quando um governo que defende o Estado democrático e de direitos não consegue assegurar as políticas que são necessárias para que se mude o modelo de desenvolvimento do país. Por exemplo, cita que “as políticas para as mulheres do campo veio muito a partir do governo Lula em que foi criada a Secretaria específica para as Mulheres Rurais

no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo que o ministério já vinha de outros governos anteriores, mas, o orçamento desta iniciativa não é adequado para atendimento de todas as mulheres no meio rural do país". Considera que os governos do PT tem sido governos progressistas, mas dentro dos movimentos há a perspectiva de mudanças estruturais no país e, neste sentido, "a situação estrutural do Brasil continua da mesma maneira, existem avanços em termos da melhora da qualidade de vida do povo, mas ainda há muito por ser feito".

A partir do golpe de 2016 no Brasil, começam governos conservadores que são caracterizados por todas as entrevistadas como um momento de desmontes institucionais e retrocessos de políticas públicas e direitos. Consoante a *Agroecóloga da libertação*, "o povo perdeu espaço no governo Bolsonaro, espaço de discussão e participação social junto ao governo, por isso que só agora após a reeleição de Lula em 2022 se passa a retomar construções", como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e outras políticas como PAA, PNAE, Pronaf, etc. Resgata que nos governos Temer e Bolsonaro, o Brasil voltou a estar no Mapa da Fome da ONU, gerando uma sobreposição de insegurança alimentar e pandemia de Covid-19, que foi um momento crítico. Com o governo Bolsonaro, houve vários retrocessos nas políticas e programas que atuavam com a situação de insegurança alimentar e nutricional, que atendiam tanto quem estava em situação de vulnerabilidade alimentar, quanto quem produzia alimentos, ou seja, foram afetados os dois lados da sociedade, no campo e na cidade.

De acordo com a *Revolucionária das flores transatlânticas,* os governos Temer e Bolsonaro significaram muito retrocesso para o MST, desde uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais até uma perseguição dos sujeitos do campo nos termos de uma política de ódio e extermínio com o aumento da violência no meio rural. Também houve uma mudança na estrutura agrária e fundiária do país,com maior concentração de terras a partir da criação de muitas medidas provisórias que no MST chamavam de "MPs dos entulhos fundiários". O Estado sob governos conservadores promoveu amplamente a titulação dos lotes das famílias assentadas antes das fases de emancipação nos assentamentos de reforma agrária, como forma de acabar com a responsabilidade do Estado com a política de reforma agrária e também para minar a força organizativa coletiva nos territórios comunitários. Foram criadas muitas desinformações, fake news e deslegitimações do movimento social perante suas próprias bases, por exemplo, ao dizer que as famílias eram "reféns" de um movimento social e que "o governo ia titular os lotes para libertá-las", o que foi publicamente desmentido pela CPI do MST.

O MST nunca foi contra a titulação, podendo esta ser uma parte de um processo final da reforma agrária, porém, sempre destacou que se trata de uma fase final, dentro de um

momento de emancipação e não dentro de um projeto de desresponsabilização do Estado para com as famílias camponesas. Muitas condições devem ser atendidas para as famílias antes de uma titulação, em termos de estruturação do assentamento e o que se viu não foi o desenvolvimento pleno da política nacional de reforma agrária, mas seu desmantelamento, com o encerramento via titulação, que chegava nos lotes como uma forma de desconstrução da organização popular coletiva e ataque ao movimento social, também ancorada no sucateamento dos órgãos públicos - como o INCRA e o MDA, este último que chegou a ser extinto e somente recriado com o novo governo Lula em 2023. Recentemente também muitas tentativas de criminalização e desmoralização continuaram ocorrendo no âmbito do legislativo, como foi o caso da Comissão Parlamentar de Inquérido (CPI) do MST, mas que se encerrou com a derrota das bancadas conservadoras.

As entrevistadas da pesquisa também apresentaram uma leitura crítica aos limites democráticos nos conselhos de participação social, sobretudo, nos contextos dos governos conservadores. Para a *Lutadora migrante da floresta* além de estar presente em conselhos, o Movimento de Mulheres Camponesas fez uma atuação política no sentido do enfrentamento aos projetos conservadores que apareciam nestes espaços. Ela diz que "há uma atuação nacional e nos estados por parte do MMC e quando o movimento social está presente, há um divisor de águas no conteúdo da discussão porque a fala tem acúmulo político e histórico coletivo e não é só uma opinião pessoal de um representante que pode se colocar a favor de uma proposta fundamentalista ou neoliberal". Compartilha que quando foi criado o Conselho Nacional da Mulher, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o MMC por uma decisão política, não participou. O MMC começa a participar e ter cadeira neste conselho em 2003, com a eleição de Lula, avaliando que naquele governo era realmente possível dialogar. Quando aconteceu o golpe em 2016, o MMC saiu de todos os conselhos, do Conselho Nacional da Mulher, do Conselho Nacional de Saúde e outros, também do Fórum de enfrentamento à violência porque não tinham condições de dialogar politicamente nem negociar as pautas das agendas do movimento, ou seja, os movimentos não saíam de um conselho nacional por "falta de entendimento que o conselho é do Estado e não do governo" mas por uma decisão política de que não participam quando não há autonomia na agenda política e quando não se sentem respeitadas como mulheres nos movimentos do campo que tem suas próprias leituras, pautas, bandeiras. Portanto, explica que "não adianta marcar presença em um espaço de participação social no âmbito de um governo que não é democrático, que é conservador, fascista e negacionista", portanto, a leitura do contexto político é importante para saber se o caminho dos conselhos e fóruns são ou não éticos e legítimos, caso contrário, os movimentos sociais podem

ser manipulados como base de um governo com o qual não concordam, o que torna a leitura crítica da conjuntura política algo fundamental para "não cair em armadilhas".

Um alerta similar está presente no conteúdo das falas das entevistadas do movimento sem terra, quando a *Irmã acampada transformadora* explica que "o MST até participa de conselhos, mas tem uma teoria que diz que se você quiser que nada aconteça, crie mais um espaço, criem mais um conselho. As políticas são importantes e a *La Via Campesina* também participa de espaços como fóruns internacionais, mas, na prática, estes são também espaços que engolem as pessoas, ainda mais quando são espaços governamentais que trabalham na ideia da sociedade civil e implementam uma paridade entre, por exemplo, representantes do MST e da CNA" que são setores que tem projetos políticos antagônicos, representando interesses irreconciliáveis entre as comunidades do campo e o agronegócio e, ademais, tratam-se também de setores que possuem poderes econômicos e políticos diferentes nas relações sociais, portanto, não há igualdade de condições de participação e representação na realidade social concreta, apenas dentro de uma limitada lógica liberal. O MST tem participado de espaços institucionais de construção de políticas públicas, mas "não é o espaço favorito, no sentido de que: o que MST mais incentiva como forma de construção política, é o enfoque nas ações diretas a partir do trabalho de base e de organização social. As políticas públicas, elas podem ser tão passageiras que não se tornam lei e estamos vendo no país que os movimentos sociais vão se articulando como povo para fazer retomadas do que foi desconstruído, enquanto o capital está se articulando como corporações multinacionais para garantir poder, para garantir riqueza por meio da exploração do que é da natureza, em um momento bem complicado de crises ambientais e climáticas com desafios cada vez mais profundos".

Por último ressalta que "quem não joga no time deles eles tiram do caminho", o que está implicando na volta de muitos governos de direita que tentam moldar a consciência na sociedade. O conservadorismo, portanto, afeta o direito humano à alimentação ao escamotear a origem da realidade social de desigualdades e de deterioração das condições de vida do povo e, portanto, desmobiliza as lutas sociais por direitos, naturalizando as contradições e a falta de esperança. Consoante uma fala da *Agroecóloga da libertação,* as ações conservadoras, fundamentalistas e racistas vêm forte como reação às lutas populares e as conquistas de direitos, para tentar retomar um lugar de inércia onde querem marginalizar a população, impondo que a sociedade seja sempre um mesmo ciclo de desigualdade e que "não tem outro lugar, que você tem que aceitar aquilo, se alienar em algo ou buscar outros culpados, se agarrar a questões externas e espirituais que não tem explicação lógica e que tentam mascarar, deturpar a realidade, esconder a realidade, né, criar outras imagens sobre o que é o real, ver outras coisas, foco nessas

mentiras do bolsonarismo, muitas questões ideológicas completamente descontextualizadas, inexistentes, impossíveis. Esconder a realidade, o real, a origem dos problemas, a origem daquelas situações, a origem da fome, a origem da pobreza". Trata-se de uma perversa instrumentalização da fé, da religiosidade e das expressões de espiritualidade e cultura popular para a naturalização das desigualdades sociais e da falta de esperança, quando, em realidade, o povo tem suas tradições de fé para justamente esperançar, para acreditar em um futuro melhor de vida, para fortalecer sua saúde e suas batalhas cotidianas.

No governo Bolsonaro houve aumento do desemprego, do preço da alimentação, do valor da gasolina e do transporte de carga que teve um efeito em casacata para aumentar o valor de todas as mercadorias e produtos. Se viveu um momento de carestia, ou seja, "um momento de inflação enorme e não se viu a televisão falando em inflação, mas a cada oscilação mínima de preços durante o governo de Dilma Roussef haviam notícias frequentes", ou seja, ela diz que sentia "um silêncio sobre tudo e um alarde sobre nada", pois, também nas ruas as pessoas comentavam no seu cotidiano consoante o que era difundido pelas mídias e redes sociais, "bastante críticas aos governos do PT, mas nos governos Temer e Bolsonaro quando tinha aumento no preço dos alimentos, desemprego, fome, não se via as pessoas falando disso, lutando contra isso ou se organizando contra isso e, principalmente, não vendo quem era o responsável", pois, se entretinham com uma série de outras distrações ideológicas criadas pela direita para esconder a fonte do problema.

O Brasil, por exemplo, passou a importar produtos em que era autossuficiente e exportador, como o feijão, que é algo básico do prato do brasileiro, priorizando o lucro e não àquilo que é uma demanda social de autonomia e bem-estar da população, ou seja, o Estado deixou de atender uma questão prioritária de segurança alimentar e nutricional que era investir em produzir alimentos e garantir o abastecimento alimentar. Há toda uma cadeia produtiva em um sistema agroalimentar hegemônico que está preocupado muito mais com o lucro oriundo da produção de *commodities* para exportação, consoante os fluxos financeiros internacionais das bolsas de valores - ou seja, com a reprodução social da lógica de mercado capitalista. Assim, ficam em segundo plano ou politicamente negligenciadas nas agendas de governos as questões básicas de dignidade humana e de direitos humanos como o direito à alimentação saudável, o que impacta a vida social porque gera processos de desigualdade social, empobrecimento e fome. O Brasil é um grande produtor rural e tem grandes potenciais de produção de alimentos para sua expansão saudável e sustentável, porém, também tem milhões de pessoas em situação social de fome e esta é uma contradição do sistema agroalimentar hegemônico de onde se

origina a fome relacionada ao empobrecimento, à desigualdade social, à exploração dos trabalhadores e das mulheres do campo e da cidade.

À luz destas leituras, então, as mulheres em movimentos sociais no campo fazem reflexões sobre o terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, cuja eleição foi identificada como uma importante vitória política das organizações democráticas e populares contra o conservadorismo e o fascismo no Brasil. Consoante a *Revolucionária das flores transatlânticas*, um problema atual nessa conjuntura é "ter herdado o Estado, desses últimos 6 anos, sucateado, remontado para uma outra estratégia que é exportadora de *commodities"*. Houve todo um desmantelamento das políticas de proteção ambiental, mas também houve uma reconstrução de políticas voltadas a um projeto do capital, das grandes empresas multinacionais, também em torno da pauta do capitalismo verde que apresenta falsas soluções para as crises socioambientais e, da mesma forma, na alimentação as políticas que hoje são estruturantes como o PAA, o PNAE, as políticas de crédito como Pronaf, "existiram naquele período apenas formalmente, mas, não tiveram investimentos, recursos financeiros e ações efetivas para sua realização na sociedade". Ela afirma que o MST defende o governo, ajudou a eleger Lula novamente, porém, também afirma que vão "defender o país até o fim contra qualquer tipo de golpe e repudiando também o que fizeram com Dilma, mas, o MST tem autonomia em relação aos governos para também ter condição de fazer a crítica quando necessária para tensionar o debate quando precisa". Cita que "muitos criticam o MST porque nos governos do PT houve um período em que não teve ocupação de terra, mas, na época dos governos progressistas, de Lula e Dilma, também foi um período de organização da produção, de organização dos assentamentos, das políticas públicas estruturantes, para que as políticas de fato tivessem corpo na realidade dos assentados, como foi o caso do PRONERA, das políticas de comercialização, que também são importantes para organizar o povo, organizar a vida social. Houve um período da história de 6 anos em que não houve nada, o governo Temer e Bolsonaro. Já nos governos Lula e Dilma, o movimento sempre participou e esteve junto da constituição das políticas estruturantes voltadas à reforma agrária e hoje também do terceiro governo Lula tem voltado essa participação desde os conselhos de participação social, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), várias outras ações, às vezes não como integrante dos conselhos, mas sendo ouvidos e escutados pela relevância e tamanho da base social e do processo de organização social desde acampamentos e assentamentos". Assim, o MST entende que é estratégico e central participar das construções de políticas públicas para o campo, mas sem jamais se desvincular de processos de luta social a partir da organização popular de base nos territórios.

No conteúdo das falas das entrevistadas também esteve presente a identificação de que não há proporcionalidade entre os investimentos no setor do agronegócio em relação ao setor da agricultura familiar e camponesa, mesmo esta última cumprindo com uma função social fundamental na garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar dos povos. A *Revolucionária das flores transatlânticas* explica que 2023 ainda foi um ano muito difícil, mesmo após a vitória eleitoral do PT nas últimas eleições presidenciais, porque "nada foi reconstruído de forma massiva e estrutural, pensando em um projeto de país que se quer". Ela diz que o PAA é uma política estruturante da alimentação, para os sujeitos do campo e da reforma agrária venderem uma produção com pagamento certo, de valor previamente definido para o abastecimento alimentar nas cidades, porém, "a demanda foi de um bilhão de reais de projetos e não foi atendida a metade". Portanto, as entrevistadas afirmam que ainda há uma necessidade de recompor o orçamento público à serviço das necessidades sociais e humanas e, mais do que ampliar financiamento às iniciativas populares enquanto compensação às violações de direitos, é preciso atualizar as prioridades nos processos políticos, ou seja, repensar, atualizar e dinamizar o Estado em torno de um novo projeto político que atenda, de fato, a necessidade do povo no campo e na cidade também para que não haja violações e violências.

Também no âmbito do MMC, a *Camponesa livre e socialista* relata que nos governos Lula e Dilma, os juros estavam mais baixos e agora estão altos. Com as crises climáticas, a agricultura familiar e camponesa se endivida, não conseguindo dar um giro produtivo de investir, produzir, comercializar e ter o retorno na renda que seja suficiente para se sustentar e pagar os empréstimos, os quais tem estes juros altos. Então, ela diz que "tem sido um risco e até um mau negócio pegar financiamento e se não há segurança para investimento produtivo significa que não tem uma política adequada para a agricultura familiar e camponesa. Teve financiamentos e subsídios para a produção da soja e do milho na região sul, porém, para os produtores que já tem um certo grau de mecanização" e, o acesso à tecnologias produtivas, máquinas e até acesso à informática, internet e luz ainda são todos limitados nas áreas rurais.

Entre tantos desafios ao longo dos governos e da implementação de políticas públicas para produção, comercialização e abastecimento alimentar, foi identificado como um ponto positivo a ampliação do debate social sobre a alimentação nos últimos anos, pois, a própria conquista política e social da saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU durante os primeiros governos do PT inseriu o tema de forma contundente na sociedade e, nos contextos de governos progressistas, uma ampla diversidade de organizações e atores sociais como movimentos populares, grupos de pesquisas, mídias independentes, partidos políticos, entre outros,

mantiveram o tema em foco, denunciando o aumento da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar após o golpe de 2016. Assim, a bandeira do direito à alimentação foi uma pauta importante nas campanhas eleitorais de 2022 e permance sendo uma questão central na agenda de governo vigente.

Consoante a *Agroecóloga da libertação*, também se avançou muito com a agroecologia nos espaços de participação, onde também se pensam políticas públicas e direitos para quem está em situação social de vulnerabilidade e de insegurança alimentar, inclusive para avançar rumo à soberania alimentar. Do ponto de vista da sociedade, se ampliou o espaço de discussão sobre o tema do direito à alimentação, constatam-se mais pessoas preocupadas com o assunto em suas famílias e na sociedade em geral, dialogando sobre a questão alimentar. Ela acredita que "hoje em dia a pauta da alimentação saudável é muito mais forte no Brasil do que a discussão sobre reforma agrária, por exemplo. Tem tido mais apelo no meio acadêmico, entre intelectuais, artistas, no meio estudantil, nos sindicatos, também no meio do setor da saúde, vinculando direito à alimentação como direito à saúde. Os movimentos sociais sabem disso e, portanto, constróem pontes entre as bandeiras de lutas, tecendo uma agenda política abrangente e que vai além do tema alimentar em si".

De acordo com a *Irmã acampada transformadora*, no mesmo sentido, conta que nos anos seguintes haverá o próximo Congresso Nacional do MST e nestes momentos sempre são lançadas novas cartilhas e teses sobre a reforma agrária popular, com propostas atualizadas do movimento. Portanto, para ela "isso também é criar política pública, como foi a criação do PRONERA cuja ideia inicial foi do MST, assim como os espaços de alfabetização de jovens e adultos no meio rural são ações do MST que também fazem com que políticas públicas sejam criadas. As ações diretas, as ações da sociedade, é que fazem as coisas poder mudar, poder avançar". Ela também cita o trabalho do MMC ao reivindicar perante o Estado os programas de documentação das mulheres rurais, "que foi uma ação básica para a cidadania das mulheres rurais e foi promovida primeiro pelo MMC, uma ação em torno da qual depois outras organizações se juntaram, deram peso político, para se tornar uma política pública para facilitar a documentação das mulheres e suas famílias no meio rural", ou seja, uma conquista de direito para todos os sujeitos do meio rural que parte da ação coletiva e organizada das mulheres camponesas. Portanto, o movimento social popular é "sempre esta ação coletiva de sempre jogar peso político no que as próprias pessoas notam que tem que mudar para melhorar a vida do povo".

Em sequência, apresentam-se elementos identificados pelas mulheres em movimentos sociais no campo acerca das causas das situações sociais de violação ao DHANA, muitas estão

conectadas a processos da formação social e histórica do país, como a modernização conservadora e a Revolução Verde, e também existem reflexões importantes sobre mudanças contemporâneas como nas crises socioambientais e climáticas.

Um primeiro depoimento sobre o assunto se encontra em uma fala da *Lutadora migrante da floresta*, em que ela compartilha que nasceu no século XX, no estado do Paraná, região sul do Brasil, em uma época de forte impacto da revolução verde, das sementes convencionais, do uso de venenos, mas a produção da sua família ainda era de grande diversidade de produção e de criação de animais. Imigraram para o Paraguai, fizeram a plantação para a subsistência, em primeiro lugar, mas, naquele contexto começaram a pensar também na produção para o mercado, primeiro com hortelã e menta, depois com a produção de soja na região. Relata que "só depois de muitos anos de formação política fui ter a consciência crítica do que foi isso, uma região no Paraguai em que morava mais de quatro mil famílias brasileiras plantando hortelã, menta e soja para atender uma demanda do mercado". Hoje, quando volta para visitar amigos desta época observa que não permaneceram na terra nem cerca de vinte famílias, porque a partir da entrada do modelo da monocultura, com uso de transgênicos e agrotóxicos, desenvolveu-se junto um grande processo de concentração de terras, pois, muitos agricultores das pequenas propriedades foram deslocados pelo avanço da produção em larga escala da soja para exportação. Assim, os produtores familiares e camponeses são uma minoria, pois, houve o desmantelamento da vida comunitária e aos que decidiram permanecer no território as condições ficam cada vez mais difíceis devido à deterioração dos meios devida, o isolamento e a contaminação ambiental, por exemplo.

No depoimento da *Agroecóloga da libertação*, ela explica que na vida mais familiar e comunitária em sua região de origem, Santa Catarina, não teve grandes empreendimentos extrativistas como uma barragem, mas "há a forte presença do agronegócio como o modelo hegemônico de produção". Assim, as famílias mesmo sendo inicialmente pequenas propriedades voltadas à agricultura camponesa, acabaram assumindo esse modelo, na utilização de maquinário agrícola, venenos e agrotóxicos, sementes transgênicas, pois, "é um pacote tecnológico destrutivo que não aparece apenas na produção em larga escala mas também na pequena escala, pois até agricultores familiares em pequenas propriedades assumem o modelo". A situação é mais complexa do que a associação entre "grandes produtores/agronegócio *versus* produtores familiares e camponeses/agroecologia", pois, a lógica da revolução verde e do agronegócio se infiltrou nos territórios comunitários dentro de uma dinâmica de hegemonia de determinado sistema agroalimentar que degrada o bem estar e os meios de vida. Isso gera impactos sócioambientais: de degradação do solo e dos biomas, de perda de cultura e autonomia

ao tentar se inserir em um modelo ao qual o pequeno agricultor não consegue se sustentar devido aos altos custos (cita a produção de leite, por exemplo, “em que todo o investimento de implementação é do produtor”) e com muitos riscos, pois, “se não der certo é a família que fica com o prejuízo e a dívida”. Menciona que a produção de fumo era um modelo também muito implementado e que expressa os danos à saúde devido ao uso intensivo de agrotóxicos que causa adoecimentos físicos e psicológicos. Entendendo que o agronegócio é um modelo produtivo, não apenas o grande empreendimento latifundiário, percebe-se que o agricultor familiar e camponês não deve ser culpado individualmente como uma “pessoa ruim” se não está em um processo agroecológico ou de transição agroecológica e tampouco pode ser idealizado como sinônimo automático de produtor agroecológico, anda que este seja o modo de vida camponês, porque existem múltiplas realidades regionais, contextos políticos e trajetórias de vida familiar que requerem políticas públicas com abrangência técnica e orçamentos aporpriados à ampla dimensão dos desafios ao DHANA, os quais estão presentes no cotidiano concreto das mulheres e movimentos sociais no campo, suas famílias e comunidades nos territórios locais.

Uma forte crítica advém na fala da *Irmã acampada transformadora* quando ela denuncia os impactos dos integrados em sua família, no interior do Paraná. Ela conta que “nos anos iniciais, se trabalhava tudo agroecologicamente e só depois começaram a entrar os integrados em sua casa. Primeiro, o modelo começou com a produção de tomates, que tirou um pouco a saúde de todos, porque se trabalha com muito veneno na produção em escala”. Relata que “muita gente da comunidade está doente até hoje devido ao ciclo do tomate. Depois, entrou o fumo no território e ainda mais pessoas adoeceram. Por fim, chegaram os integrados promovidos por grandes empresas que, a princípio parece um negócio impressionante, quando no meio dos agricultores se vê grandes galpões com galinhas” e, na sua família, foi implementado o integrado de porco. Depois que sua família começou a trabalhar com o integrado, o seu irmão não sobreviveu, o que ela acredita ser devido ao endividamento que o levou a uma situação limite de desespero. O integrado do porco que está em sua comunidade, interpreta que “ainda vai persistir por um bom tempo mesmo já todos tendo percebido que tem sido uma experiência triste, porque os produtores estão com muitas dívidas, investiram muito e estão buscando ainda o retorno, em um ciclo de desgastes e adoecimentos à serviço das empresas que propuseram estes contratos de negócios”. Quando esta lógica dos contratos empresariais não permite que as pessoas encontrem saídas de ums situação de despesero, implica uma séria ameaça à vida nas famílias e comunidades. Considera que a saída, portanto, é a agroecologia e a construção da soberania alimentar que por meio de seus perfis de promoção

da diversificação produtiva e saudável e de participação política e comunitária rompe com a lógica social de estranhamento no trabalho e no território, a qual vem gerando adoecimento, auto-extermínio e morte. A entrevistada cita que a soberania alimentar foi um tema que ela estudou em seu mestrado e é um tema com o qual ela trabalha nas atividades internacionais dos movimentos do campo. Para ela, faz parte do conteúdo da soberania alimentar a construção de outro tipo de relação na sociedade rumo à reforma agrária, ao pleno emprego, à justiça sócioambiental e alimentar.

Um outro processo de violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável mencionado pelas entrevistadas é a mineração. De acordo com a *Agroecóloga da libertação*, há o risco também oriundo da destruição ambiental causada pelo processo da extração mineral e, no caso do rompimento da barragem, é uma consequência com impacto altíssimo na vida das pessoas, no contexto do território comunitário, nas relações pessoais, familiares, locais, em geral. Na região da bacia do Rio Doce, impactada pelos crimes dos rompimentos das barragens de rejeitos da mineração da Vale, BHP e Samarco, em Brumadinho e Mariana, se configura um território em extremo conflito, que gera muita riqueza para as empresas e as elites internacionais mas que tem como resultado a configuração de uma região empobrecida, como é o caso da região de Citrolândia, que é a periferia de Betim, perto de Brumadinho. Mesmo com o desenvolvimento de marcos regulatórios para a mineração e de projetos de reparação que são fundamentais, existem danos socioambientais profundos e a longo prazo, pois, muitas famílias já ficaram em situação de insegurança alimentar porque não podem mais produzir o alimento adequado na terra que está contaminada ou com a água que se usava para irrigação desses sistemas, pois, também o solo e o lençol freático estão contaminados. Os rios e córregos que também são afluentes do Paraopeba também estão contaminados. Ela diz que algumas pessoas, mesmo assim, consomem o alimento contaminado devido à necessidade e ao hábito e cultura local, mas é um grave risco à saúde humana. Nos locais em que se está um pouco mais distante e não foram diretamente afetados, ainda assim "ninguém quer comprar as hortaliças porque existe um estigma generalizado, por conta do rompimento e da contaminação ao longo da rota da lama do minério". Assim, há simultaneamente uma perda na própria alimentação, um risco à saúde e uma perda econômica de renda, porque as pessoas não conseguem mais comercializar o que produziam, como hortaliças e os peixes. São meios de vida e condições de saúde que foram comprometidos, impactando comunidade inteiras e, inclusive, territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, pois, o contexto de contaminação é geral e não é um conjunto de casos isolados.

Por último, a *Irmã acampada transformadora* também em relação à mineração, citou os crimes da mineradora Braskem, em Alagoas, afundando bairros inteiros e promovendo perdas de moradias, endividando famílias que buscam se mudar em meio a uma situação de desespero e sem a devida indenização, em uma atividade destrutiva que polui rios, manguezais e florestas e que faz propagandas que manipulam a opinião pública, assim como a Vale em Minas Gerais, como se os empreendimentos fossem positivos ainda que sejam criminosos na realidade cotidiana concreta do povo.

Também foi citada a questão energética como possível causa das violações ao DHANA. A *Agroecóloga da libertação* afirma que há pressão empresarial por negócios de exploração de petróleo na Amazônia, um território em disputa pela contínua volta do interesse de crescimento da exploração dos bens naturais, pois, para ela "é uma necessidade do capital que está se reinventando e saindo de suas crises, ao mesmo tempo de muito desmonte dos direitos dos trabalhadores, de maior exploração dos trabalhadores, juntando as duas coisas, aumenta a exploração sobre a terra, sobre o território e ao mesmo tempo amplia a exploração dos trabalhadores, diminuindo direitos e diminuindo o Estado. A entrada do governo Temer após o golpe foi para isso, exatamente". Averigua-se, portanto, no contexto de avanços de governos e agendas políticas conservadoras – inclusive, por meio de golpes políticos e econômicos como o que ocorreu no Brasil, em 2016, para viabilizar o governo Temer - a ampliação do extrativismo na terra e da exploração da força trabalho de forma conjunta, também instrumentalizando o Estado no âmbito da implementação de um paradigma neoliberal de Estado mínimo para o social, mas amplo na liberalização econômica e na desregulamentação dos regimes fundiários para que o território nacional e dos povos sejam disponibilizados para suprir as condições de novos ciclos de acumulação de lucros do capital para as lites internacionais.

Para a *Jovem da romaria do cerrado*, ela explica que depois no ano 2000, os impactos dos grandes negócios do capital foram chegando cada vez mais também nas comunidades tradicionais, que chamam de "a última fronteira contra o agro-hidro-minério-negócio" e, não menos relevante, os negócios energéticos dos parques eólicos, sobretudo, no nordeste brasileiro. Nas construções de barragens privadas de água,a partir da transposição do rio São Francisco, a questão hídrica também começou a ser olhada de uma outra maneira dentro desse processo, não apenas como uma falta natural pela ausência de chuva mas como uma escassez socialmente produzida pelo projeto de desenvolvimento via apropriação privada dos bens comuns na natureza, pois, mesmo com a implementação de grandes projetos para democratizar o acesso à àgua, o povo ainda passa sede e não tem pleno acesso à água para sua produção de verduras,

para a pesca, para dar de beber aos animais. Assim, *Candanga ancestral* reflete que tanto o debate sobre a água como o debate sobre a alimentação são muito importantes, sem esquecer que a questão da propriedade da terra é um elemento central que impede o acesso aos bens comuns. A propriedade da terra pode definir e destinar a água e o alimento no território, pois, há uma relação social de domínio da terra que fundamenta também relações de dominação na vida socioambiental. Ela diz que "o domínio da terra está na mão do agronegócio, das mineradoras, das usinas, que são quem tem decidido se a água chega ou não em determinados locais, se as comunidades terão ou não como plantar comida e comer. Eu não como só soja e milho o ano inteiro, minha cultura alimentar é arroz, feijão, mandioca, abobrinha, chuchu, quiabo, e esta é a comida do povo brasileiro, dos quintais e roçados da agricultura familiar, camponesa, quilombola, tradicional, indígena e os 'senhores da terra' estão plantando apenas soja, milho, cana e eucalipto. As elites no país estão plantando o que dá lucro não o que o país precisa para se desenvolver e nem o que o povo precisa para comer". Quem alimenta o povo são as prórpias famílias, comunidades e povos que sustentam territórios de vida face ao avanço das fronteiras do capital, conforme nos ensina a *Jovem da romaria do cerrado*. Ela também diz que a discussão da agroecologia e do aumento da produção na agroecologia se fortaleceu nesse período dos anos 2000, em que se fala da questão da alimentação, de segurança alimentar, do direito à alimentação, como uma pauta muito forte durante esse contexto. Nos governos Temer e Bolsonaro esta agenda foi desmantelada e implicou o aumento da pobreza, aumento da fome, agravadas pela pandemia "num governo que odiava o povo, principalmente o povo do campo, as comunidades". Foi a reafirmação de que o modelo de desenvolvimento é o do agronegócio, é a ampliação do capital no campo, o avanço da propriedade privada sobre territórios comunitários com o aumento da violência, "promovendo novos processos de despejos e expulsões que também são ameaças ao DHANA porque desarticulam os territórios como espaços de vida", conforme interpreta a *Irmã acampada transformadora.* Há um processo de ampliação do capital e da financeirização com a "economia verde" que nada mais é que uma "maquiagem verde no capitalismo" que só destrói e apresenta falsas soluções aos territórios das comunidades.

A *Jovem da romaria do cerrado* explica que a mercantilização da terra, da água, das florestas, das sementes, afeta o processo da autonomia das mulheres camponesas e de todo os sujeitos do campo no tocante ao que produzir, como produzir "porque tem que manter a floresta em pé, mas não é por causa do modo de vida e da cultura dos povos, mas porque se está recebendo dinheiro por isso, na lógica de pagamentos por compensação ambiental que é uma dinâmica de financeirização que não é uma sustentação da vida das famílias e comunidades",

mas um mecanismo internacional para garantir que o capital tenha espaço de reprodução ampliada, ainda impactando os meios de vida comunitários, ou seja, atualizando um esquema neocolonial arcaico de expropriação de corpos e territórios em pleno século XXI. Esses empreendimentos se expressam nos processos locais, internos nos territórios nacionais dos países, mas o capital financeiro é internacional e os financiamentos vem de fora e sustentando um sistema agroalimentar e exportador global e neoliberal.

Este sistema afeta todas as gerações, promovendo desde fome e desnutrição à obesidade e adoecimentos (como transtornos alimentares, diabetes, anemias, pressão alta, câncer, entre outros), por meio da produção e distribuição de alimentos industrializados ultraprocessados, causando uma homogeneização alimentar de péssima qualidade e que se distancia das atividades produtivas familiares e comunitárias com preparações artesanais ou caseiras, de fogão e panela. Ou seja, a padronização de culturas alimentares pelo sistema agroalimentar hegemônico também é uma das causas das inseguranças alimentares a ser enfrentada por meio da promoção da agroecologia e da soberania alimentar dos povos, as quais se contrapõem à lógica antibiodiversa da sociabilidade imperialista, capitalista, patriarcal e racista.

Neste sentido, no depoimento da *Revolucionária das flores transatlânticas*, vemos que o que é determinado como alimento para a humanidade "hoje é definido por pouquíssimas grandes corporações, que ditam o que é alimento, como esse alimento tem que ser produzido, com agrotóxico, transgênico, como esse alimento tem que ser processado nas grandes indústrias, até virar um salgadinho de sabor churrasco que na verdade é feito de soja. Se determina como isso é distribuído também, como chega na população que fica dependente dos supermercados para os quais o alimento é só uma mercadoria para gerar lucro". Deste modo, se fazem *comestíveis* que não são alimentação saudável e que, portanto, afetam a saúde da população, em um processo de destruição da qualidade de vida e que, infelizmente, muitas vezes tem sido o mais acessível para algumas famílias por questões de desigualdades de acesso à renda, à terra para plantar, ao tempo de cuidado, por exemplo, ou seja, não é uma questão de culpas individuais mas de uma lógica social oriunda de um sistema agroalimentar e hegemônico que conforma as possibilidades e condições de escolha e de meios de vida. Há um projeto de mercantilização e financeirização do alimento e da natureza que é determinante para os impactos nos territórios, implementados por atores como grandes empresas e corporações multinacionais, de modo que a saúde da população é impactada desde diferentes fontes de contaminação - inclusive pelos resíduos industriais, pelo saneamento básico insuficiente, pela intensa produção cotidiana de lixos, descartáveis, embalagens plásticas, entre outros fatores. O objetivo das empresas e corporações é o lucro e, portanto, fazem ações com impactos

socioambientais deletérios ainda que suas metas não sejam diretamente as degradações, as externalidades negativas advém, sobretudo, das ações planejadas e empreendidas pelos atores corporativos que acumulam os lucros de forma privada e depois socializam os custos e os danos com toda a população. A entrevistada afirma: "não é porque se vive outro governo que acabou, isto segue como um projeto do capital que estrutura a vida social para além das eleições".

Para a *Camponesa livre e socialista*, o agronegócio tem se expandido cada vez mais, conforme "os que produzem de forma agroecológica e orgânica certificada é quase ninguém e, agora, o vizinho não vai mais dar tomate natural porque está tudo tomado pelo agronegócio, pelo veneno, pela lógica do lucro e as trocas entre famílias nas comunidades camponesas e tradicionais vão desaparecendo". Ela diz que a disputa de projetos nos territórios é muito violenta. As hidrelétricas, os projetos de geração de energia vão ganhando força o o agronegócio continua recebendo a maior parte do financiamento do Plano Safra, em uma situação que ela caracteriza como "safrão para o agronegócio e safrinha para a agricultura familiar e camponesa", indicando que mesmo com a mudança de governo, o modelo de produção e o projeto de desenvolvimento que é promovido pelo Estado não se altera estruturalmente, o que é o cerne do desafio dos movimentos, sindicatos e comunidades rurais que vivenciam: aumento dos casos de violência no campo; o assassinato de lideranças negras quilombolas como Mãe Bernadete; o genocídio dos povos indígenas pelo desmatamento, pelas queimadas das madeireiras e pela contaminação de mercúrio dos garimpos, como foi na Terra Indígena Yanomami. Ela cita que o modelo de desenvolvimento agroexportador está relacionado com crises climáticas e socioambientais devido a destruição do equilíbrio nos ecossistemas, conforme se vê nos contextos de secas e chuvas intensas no seu estado do Rio Grande do Sul. Por sua vez, as catástrofes climáticas acabam influenciando bastante na redução das condições para se ter uma renda constante, por isso, em sua família, se tem apostado em agroflorestas e na produção de ovos. Conta que tem uma parte da propriedade familiar que é certificada, onde ela mora, e outra que não é certificada porque não produzem agroecologia e é onde moram os irmãos e os pais. Esta diferença é também reflexo de escolhas de modelos produtivos diferentes que estão dentro das próprias famílias, contradições que as mulheres produtoras agroecológicas precisam enfrentar em seu cotidiano de vida, ou seja, a defesa da agroecologia não é apenas uma posição teórica, mas a sustentação de uma posição política em defesa da vida inclusive em contextos de conflitos dentro de suas próprias famílias, o que é intenso e desafiador. Ela explica que a disputa pelos territórios tem diversas faces, inclusive chega na comunidade por meio do arrendamento para plantação de monoculturas como a cana para o açúcar, álcool e biocombustíveis em que cresce o uso da mecanização no agronegócio, com uma indústria 4.0

via satélite, enquanto na realidade de muitas famílias e comunidades rurais “mal se tem uma roçadeira, uma máquina de lavar roupa ou sinal de internet com qualidade”. Relata que em sua família eles “não tem um tobata e tem umas dificuldades na produção por causa das chuvas que trazem mato, que cresce mais rápido que as plantas. Depois, também há o desafio da seca em determinados períodos e chega a faltar água para a casa e a irrigação”. Considera importante os quintais produtivos e já recebeu investimentos de projetos dos movimentos para sua implementação. Fizeram também um projeto com a Cáritas no Rio Grande do Sul e conseguiram comprar árvores e um tratorito, o que foi interessante mas ainda considerado uma máquina pesada, em que a trabalhadora precisa acompanhar de pé e empurrar a máquina. Ela lembra que as inundações no Rio Grande do Sul foram problematizadas pelos movimentos do campo não como uma fatalidade da própria natureza mas como consequência do modelo produtivo do agronegócio cuja expansão retira a cobertura vegetal natural do bioma pampa, degradando o solo, o curso das águas e as árvores que constituíam barreiras naturais às fortes ventanias que destelham casas e estruturas na roça.

A *Candanga ancestral* destaca que a urbanização crescente dos setores populares em moradias pequenas é também uma consequência da concentração fundiária do país que limita os meios de vida e o acesso à alimentos naturais, produzidos pelas próprias famílias, promovendo dependência das relações de consumo para acessar os alimentos via supermercados. Ou seja, o sistema agroalimentar e exportador hegemônico possui uma lógica produtiva de confinamento social dos setores populares e apenas os setores mais ricos conseguem acessar grandes terrenos e casas, de modo que um quintal com frutíferas, ervas para chás e temperos naturais é cada vez mais um privilégio quando se pensa na maior parte da população do país que vive em áreas urbanas e que precisa inventar formas criativas de plantios e hortas comunitárias para virar este jogo. A população ocupa um espaço mínimo do território nacional, hegemonizado por latifúndios, enquanto nas favelas famílias inteiras moram em barracos precários de um cômodo porque foram comprimidas ali por uma lógica racista e elitista de organização do território nacional. Ela também fala que “até as famílias de classe média estão iludidas, por exemplo, quando acreditam que estão em uma boa situação de vida por morar em bairros mais elitizados como o Sudoeste, em Brasília, mas, na verdade, vivem muitas vezes em quitinetes ou apartamentos pequenos e apertados”. Portanto, em sua opinião, “a mercantilização e financeirização da terra está transformando as sociedades em povos sem território e sem autodeterminação e soberania sobre o território nacional”. Cita a época da Campanha pelo limite da propriedade da terra, em que “Ariovaldo Umbelino fez a maior parte da pesquisa que embasou a ação que precisava de 1 milhão de assinaturas para entregar no

Congresso e decidiram não entregar as assinaturas para não atrapalhar a eleição do Lula", o que hoje em diaela sente que foi uma decisão equivocada não fazer a entrega do resultado da campanha, algo que a entristece. Compartilha que "depois que Lula foi eleito, tentaram fazer de novo a campanha, mas só conseguiram metade dos votos que precisavam, porque as pessoas não votaram de novo", de modo que é preciso reencontrar os meios de retomar o debate sobre território na sociedade, para que a opinião pública tenha consciência da dimensão da concentração fundiária e do quanto a luta social pela reforma agrária popular é uma luta de todos.

A *Educadora da mística afro-indígena* evidencia como existem contextos sociais em que as migrações urbanas impactam o direito à alimentação, pois, muitas vezes parecem ser um fluxo social espontâneo ou neutro na sociedade e, em seu conteúdo, estão processos sociais de expulsão e violência contra as famílias, comunidades e povos do campo. Ela relata que atualmente sua família mora em um assentamento de reforma agrária que é uma comunidade rural em uma área de posseiros, onde pessoas pagavam foro pela terra. Mas, seu pai trabalhava na fazenda com prestação de serviço e "um dia, quando o dono morreu, os filhos do fazendeiro passaram o maquinário por cima de todo o roçado, pois, de dia de semana se trabalhava na fazenda e final de semana se produzia a roça para a família. Expulsaram todo mundo, inclusive os trabalhadores da fazenda sem nenhum direito trabalhista". No nordeste, relata que a CPT possuía um caráter de movimento de luta pela terra também e começaram a luta das famílias que retomar suas terras e reverter a expulsão, "quando os filhos do latifundiário cederam por receio de processos trabalhistas na justiça". Assim, sua família vivenciou o processo de despejo para as áreas urbanas e também o processo de luta e retomada do território coletivo, pois, "existe um modelo de violação de direitos mas também existe a luta popular em defesa da vida".

No âmbito da perspetiva da soberania alimentar dos povos é muito importante a diversificação produtiva e a não dependência dos supermercados e das relações de consumo, pois, os processos inflacionários do preço dos alimentos também são geradores de situações de insegurança alimentar, subnutrição e fome que afetam famílias do campo e da cidade. A *Camponesa livre e socialista* explica a centralidade do acesso à terra e do acesso aos meios de vida e de alimentação, pois, "quem tem um pouco de produção tem uma certa estabilidade alimentar e, para quem não tem, precisa comprar tudo e o preço é alto. A fruta hoje no mercado para comprar está muito cara, muitas pessoas não acessam uma fruta e isso possui relação com a concentração da produção. Por exemplo, se tem uma amora em casa, não vai comprar uma banana. Para o sul, em algumas regiões é muito complicado o acesso a alguns tipos de frutas e folhas, porque dá geada, mas se produz outras coisas como o pêssego, ainda que não se tenha

um pé de manga. Alguns alimentos como feijão, arroz, é mais difícil garantir sempre, mas o básico de se ter em casa é mandioca, batata, para ajudar a não ter que comprar tudo" Soberania alimentar é como cada um participa do pensar a produção de alimento, água, floresta; uma produção de quintal, que dê verdura, mesmo que falte um complemento e uma mistura, mas se tem pelo menos alguma coisa da produção que consiga comer e vender também", cultivando autonomia das famílias camponesas e das comunidades.

Esta questão também é identificada pela *Educadora da mística afro-indígena*, que avalia que por mais que o modelo da agroecologia esteja como diz o lema do último Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) da Associação Nacional de Agroecologia (ANA) "Na boca do povo", não pode ser só no sentido de algo falado pelo povo, pois, "temos que pensar que seja algo na boca de quem está comendo. Esta produção não é acessível para o povo que não tem onde plantar e nem como comprar porque é muito caro. É uma fantasia achar que chega realmente até o povo. Um pacote de arroz produzido pelo agronegócio ou pela agroecologia pode ter o mesmo preço, mas qual foi o valor de custo para produzir de cada lado e ainda de um lado há exploração da força de trabalho e da terra e do outro existe cuidado". A lógica do mercado tradicional opera contra estas pautas de luta e falta investimento para que este produto possa chegar com preço mais acessível e para mais pessoas. Esta é, portanto, uma contribuição da construção da soberania alimentar dos povos à construção da agroecologia, para que a participação na gestão dos territórios e nos espaços de cidadania construam políticas públicas e direitos que democratizem a experiência da agroecologia, o acesso á terra e à alimentação saudável. Por sua vez, as perspectivas feministas camponesas e populares junto à construção política da soberania alimentar são um componente fundamental para o reconhecimento de que a democratização dos sistemas agroalimentares requer a superação das desigualdades capitalistas de classe e também as desigualdades racistas e patriarcais que excluem dos direitos à terrra e à alimentação saudável não apenas os setores sociais em situação social de pobreza, mas também setores sociais diversos como indígenas, negros, mulheres camponesas e trabalhadoras, sujeitos da diversidade sexual e de gênero, entre outros, pois, esta tese identifica que do ponto de vista das mulheres nos movimentos sociais no campo, a alimentação feita pelas mulheres possui uma dimensão de trabalho produtivo e de cuidado que tem sido invisibilizada e desvalorizada inclusive dentro dos estudos e agendas políticas sobre alimentação. Consoante a *Jovem da romaria do cerrado*, políticas maiores garantem muitas coisas, a garantia de preço mínimo, de crédito, a compra antecipada do PAA e PNAE são aspectos importantes, mas, em grande parte a política privilegia o agronegócio que não diz respeito à questão de segurança e

nem de soberania alimentar e ainda por cima promove perda da autonomia produtiva de camponeses, sobretudo, das mulheres camponesas.

No depoimento da *Revolucionária das flores transatlânticas*, ela afirma que "vinculado a esse debate da fome, de você ter chegado a 33 milhões de pessoas passando fome num país como o Brasil, que tem o modelo do agronegócio que se vangloria tanto de que produz e de que bate recordes de balança comercial, mas que não atende uma necessidade concreta de comida pro povo, fica muito determinante se recolocar a pauta da reforma agrária nessas políticas públicas, reafirmar de que precisa ter reforma agrária, precisa distribuir a terra, precisa ter política estruturantes pra a produção de alimento e comercialização, porque são os meios para de fato superar a fome e é o Estado que pode fazer isso". Neste sentido, ainda sobre os deveres do Estado, a *Lutadora migrante da floresta* destaca que existe uma produção de alimentos de mulheres camponesas, quilombolas, indígenas que estão organizadas em grupos informais e sente que "falta vontade política do governo para flexibilizar algumas condições para que estes sujeitos possam participar de programas e políticas da CONAB, como PAA e PNAE para as merendas escolares, pois, falta sensibilidade e flexibilização para compreender as diferenças dos grupos sociais na produção, os quais deveriam ser tratados de forma diferente pelo governo, mas sente que o Estado continua sempre numa estrutura de burocracia que exclui", reproduzindo as múltiplas desigualdades sociais. A respeito do racismo e do etnocentrismo, ela cita que o garimpo na terra indígena continua, "o governo fez a desintrusão da Terra Indígena Yanomami, por exemplo, mas os que ameaçam sempre voltam porque não se extinguiu por completo a mineração dos territórios, pois, quando há interesse econômico em um território, não interessa se há camponês, indígena, quilombola". Ela interpreta que as empresas têm força de articulação na estrutura política do Estado, na estrutura de justiça e no próprio legislativo, de modo que são poucos os representantes que são realmente sensíveis à pauta da luta pela terra, território, agroecologia e soberania alimentar, por exemplo, quando vemos a questão do Marco temporal e a composição do Congresso Nacional. Considera que "há um jogo de forças com a direita em que a todo momento mesmo um governo democrático tem que ficar negociando e cedendo cada vez mais, e o governo Lula é visto como um governo sensível às pautas dos movimentos, comunidades e povos do campo mas que negocia e se concilia também com as elites, como se o governo precisasse ajudar mineradoras porque isto seria parte do projeto de desenvolvimento do país, então, fazer compensações socioambientais negociando com o ator que está poluindo não é o caminho e não há uma correlação de forças no país para conseguir enfrentar este modelo".

No depoimento da *Candanga ancestral*, acerca da discriminação racial nas políticas públicas ela afirma que, em sua leitura "o preto e pobre continua na pobreza porque faltam oportunidades de transformação social para se superar a situação social de pobreza e preconceito, pois, nem todo mundo consegue fazer um caminho sozinho. O governo e as políticas públicas têm que dar a oportunidade de melhora de vida, pois, todos os trabalhos são importantes, do gari, da babá, da empregada doméstica, mas precisam ter direito a um salário bom, a uma vida digna, pois, construimos um mundo com essas pessoas e elas têm direito a ter uma vida digna, então é uma responsabilidade coletiva vencer os preconceitos e não apenas uma tarefa de pessoas pobres discutirem o elitismo e de pessoas negras discutirem o racismo. Quem tem privilégios sociais também tem a responsabilidade de assumir esta discussão para construir justiça social. As políticas públicas não alcançam muitas pessoas negras e pobres. O Ministério Público demora a abrir um processo para resolver, por exemplo, uma pessoa presa injustamente por um crime que não cometeu. Muitas pessoas encarceradas por anos sem nem mesmo ter recebido uma condenação. Então, o preconceito é em todos os sentido, na alimentação, no atendimento no hospital, na abertura de um processo na justiça e se em relação às pessoas pardas o preconceito pode ser menor em algumas situações, todo racismo cria situações difíceis para as pessoas lidarem ao longo de toda a vida". Neste sentido, em uma perspectiva feminista camponesa popular sobre as políticas para alimentação, ainda é necessário desburocratizar para despatriarcalizar e popularizar a política, com uma agenda antirracista, contra-colonial, antipatriarcal e não elitista. Pois, as dificuldades de acessar as políticas públicas é sinal de limites na cidadania e no Estado democrático e de direitos, limites estes que precisam ser enfrentados por meio das diversas lutas sociais. Em outra passagem, a mesma entrevistada identifica que nos movimentos "os homens têm feito também o debate da alimentação e nas mesas dos eventos sempre aparecem mais os homens", ainda que considere que o papel preponderante na luta tem sido feito por mulheres. Considera que "os governos do PT conseguiram de alguma forma destacar e reconhecer isso quando a titularidade do Bolsa Família é das mulheres. E também o INCRA quando afirma o direito das mulheres em permanecerem na parcela do assentamento de reforma agrária em caso de violência doméstica. Tudo isso é a participação das mulheres nas lutas, nos debates e nas mesas de negociação política", reforçando como as mulheres em movimentos sociais do campo são também sujeitas no processo de construção de agendas políticas para alimentação, acesso à terra e outros direitos no campo.

Para a *Educadora da mística afro-indígena,* a identidade de luta das mulheres camponeses é forte conforme se pode ver "na defesa da previdência social, as mulheres

camponesas deixaram a roça com os homens, deixaram os filhos e as crianças com os parentes e foram tocar a luta nacional em Brasília, fazendo um acampamento nacional de mais de um ano, em todo ano de 2018 e 2019 também, estiveram defendendo estas pautas. Então, o Movimento de Mulheres Camponesas é muito ativo na defesa de políticas públicas, não só para as mulheres, mas para todas as comunidades do campo e para toda a classe trabalhadora em si. Temos os núcleos de base que estão trabalhando o mesmo assunto em diferentes dosagens de aprofundamento, interpretando e dialogando sobre de que forma as contra-reformas sociais vão afetar as mulheres, assim como o MMC está trabalhando a pauta da previdência a nível de direção, entendendo a pauta em sua estrutura social mais ampla para trabalhar estes elementos na coordenação nacional também e estas coordenadoras compreenderem essa estrutura e levarem estes debates para os estados e suas coordenações estaduais, promovendo um enraizamento e aprofundamento da compreensão do processo e da identidade de luta social". Considera "muito linda a forma do movimento se organizar com autonomia nas pautas e lutas políticas políticas, pensando e construindo políticas públicas como PNAE e PAA, a reconstrução do salário maternidade para as trabalhadoras rurais e tantas outras pautas históricas que o movimento se mantém construindo". Nos tempos de hoje se vivencia o crescimento de políticas públicas como as de reforma agrária que, apesar das limitações, promovem direitos, projetos e iniciativas que englobam mulheres, jovens e toda a diversidade de sujeitos do mundo rural. Porém, ao mesmo tempo, existem burocracias que limitam "quem está na ponta, que pode ser uma mulher camponesa ainda não alfabetizada para conseguir ler um edital, entender e acessar uma política pública como PAA e PNAE. Nem todas as pessoas tem acesso à formação ainda que pareça simples só ler um edital, por meio de um celeular, mas nem todas tem acesso à tecnologia, internet, energia ou não tem o hábito da leitura e a compreensão do texto e dos termos utilizados". Portanto, os movimentos sociais no campo também tem promovido a acessibilidade às políticas e programas públicos, articulado a processos de educação popular e formação política para fortalecimento da organização popular e coletiva nos territórios. Por meio das ações coletivas, os movimentos sociais inventam novas experiências de participação, fazem propostas de novas políticas e leis, mobilizam força social e amplo debate público na sociedade para impulsionar o avanço das propostas de sua agenda política e são sujeitos de monitoramento e avaliação das políticas públicas para aperfeiçoamento e continuidade histórica dos direitos, pois, existem sempre riscos de retrocessos políticos. As elites, por meio dos sistemas de dominação se reproduzem historicamente de forma destrutiva e exploratória, impedem a criação de novos direitos e políticas, bem como sempre buscam retroceder no que foi conquistado pelos setores populares, esta é uma das dimensões importantes de serem

consideradas nas lutas sociais e que ficam muito evidentes quando se analisa os índices de subnutrição, fome e insegurança alimentar no Brasil. Assim, as lutas sociais não são apenas para criticar e se contrapor ao modelo destrutivo dos sistemas de dominação imperialista, capitalista, patriarcal e racista, mas tamnbém construir o caminho de transformação do projeto de sociedade na prática e nos territórios e sustentar sua continuidade ao longo da história. Isto requer ampla participação popular que tem sido um dos focos das contribuições dos movimentos sociais quando reivindicam a desburocratização do acesso aos programas e políticas públicas, como o uso de linguagens e meios de comunicação acessíveis para os setores populares.

Durante uma das entrevistas, com a *Lutadora migrante da floresta*, ela expressou que considera "insensível que para participar de programas e políticas de compras institucionais de alimentos as mulheres precisem ter um CNPJ. É necessário conseguir visibilizar a importância da organização das mulheres, a importância da luta das mulheres organizadas". O país ainda é muito desigual em relação às mulheres e homens em suas condições de acesso às políticas públicas e as mulheres tem muito menos acesso. Mesmo que quem garanta a produção de alimentação no campo sejam mulheres, elas não são os grupos que mais venderam para programas como PAA e PNAE. Ainda há muitas dificuldades de entender as mulheres e suas batalhas.

> Hoje estou um pouco afastada, inclusive, não sei como é que estão se dando as coisas concretamente nas pautas de negociação, né. Eu acompanhei isso até 2014 muito de perto, até um pouco mais, né, depois, eu tive esse afastamento por conta de outras tarefas, mas eu vejo que, por exemplo, do que a gente acompanhou até o golpe, né, até o golpe de 2016, né, a gente tinha muita, muita política interessante, mas ainda com muitas dificuldades de entender as mulheres, não é, entender as mulheres é entender essa luta das mulheres e o acesso às políticas públicas, né, era uma discussão que a gente tinha muito grande com a Conab, por exemplo, para a venda desta produção para os programas de governo, né, então, por exemplo, as mulheres, em sua maioria, elas têm grupos de mulheres que têm essa produção, mas ela não tem uma cooperativa de produção, ela não tem uma associação que venda essa produção, né, então, essa produção ela está na informalidade, e o governo não tinha política, nunca teve programas e política de olhar para esse público diferenciado de que tem uma produção enorme, mas que falta é isso aí, tem uma questão de falta de organização é mais burocrática, assim, formalizada, de uma cooperativa. Mas também tem uma questão de que muitas vezes as mulheres não querem isso mesmo, não é? E eu acho que a gente, o governo, faltou a entender de que tem que buscar outras formas de comprar essa produção das mulheres. Então aquele estudo, por exemplo, que o MDA fez, eu não me lembro bem o ano, mas deve ser no começo dos anos 2000 aí, porque foi umas brigas muito grandes que nós tivemos com a Conab, com o MDA, do acesso a esses grupos informais para venda da produção, né, que a própria foi contratada. Aí foi a Emma Siliprandi naquele grupo para fazer

> estudos, né. Então, assim, para mim aquele estudo é, ele demonstra primeiro, a informalidade dos grupos de produção, né, assim, tem uma produção enorme, é só informais, mulheres estão têm o seu CPF, tem os grupos informais de produção, né. Então, porque muitas cooperativas essas ações vendiam, é mais o pouco acesso das mulheres a isso. (Lutadora migrante da floresta)

Para ela, o país tem uma dívida muito grande ainda de pensar outras modalidades, de desburocratizar acesso a crédito, à água, industrialização e à comercialização e não considera que o governo tenha vontade política de fazer isso, pois "os grupos de mulheres ainda ficam muito nessas vendas das feiras, das cestas, mas aquela coisa que poderia ter uma venda para programas de governo ainda fica muito de fora. A maioria dos grupos de mulheres do campo ficam fora porque essa burocracia e a vigilância sanitária ainda tem um controle muito grande em cima e impede". Ela questiona a superficialidade de cobranças no sentido de que "o movimento social tem que aparecer nas reuniões para mostrar a bandeira, mostrar apoio, fazer uma fala e tirar uma foto" sendo que depois não existe continuidade da abertura para ouvir as pautas da agenda política das mulheres camponesas e nem para desburocratizar a política de crédito, de água, de industrialização para que estas sejam amplamente acessadas pelas mulheres rurais. Observa que havia uma infinidade de conferências e conselhos, como um meio para justificar uma imagem de governança que dialoga com o povo, dialoga com a massa e com as organizações dos setores populares mas que, para ela, "ainda é uma falsa ideia de plena participação popular na construção de políticas, porque até agora em muitas localidades não há praticamente grandes retornos de melhoria das condições de vida neste contexto de destruição dos territórios". De 2003 até 2015, ela avalia que houve uma imensa quantidade de conferências, de fóruns, de manifestações, de inovações políticas e nas legislações, porém, se pergunta "o que ficou para o povo em termos de defesa da participação social que fosse capaz de assegurar em lei que o que foi construído naquele período e que não seria retroagido num próximo governo?". Ou seja, buscando responder tal indagação, a participação popular não pode ser apenas uma escolha metodológica dos governos, mas um fundamento do Estado democrático e de direitos e, por enquanto, avalia que não chegamos plenamente neste patamar no Brasil, e preciso reconhecer que estamos ainda caminhando em direção ao bem viver que queremos, assim, um próximo passo poderia ser um marco legal que impeça o desmonte institucional de políticas e direitos.

4.1.3 *"Internacionalizemos a luta!": Construindo agendas políticas para a soberania alimentar dos povos e a agroecologia*

Esta parte da tese aborda elementos oriundos das falas das mulheres em movimentos sociais do campo no Brasil que possuem relação com a junção das Categoria III *"Alimentação e agroecologia"* e com a Categoria V *"Internacionalismos"*, desenvolvidas durante a análise de conteúdo. Na construção coletiva de uma agenda política para a soberania alimentar dos povos e a agroecologia, a partir das muitas reflexões das colaboradoras de pesquisa sobre as políticas públicas existentes no Brasil e os contextos de violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, encontram-se aspectos que traduzem seus entendimentos sobre a soberania alimentar como, por exemplo: a importância dos territórios e da cultura camponesa, a centralidade da agroecologia, o papel da educação popular e da perspectiva da saúde, a construção de mercados locais a partir de ações de produção, comercialização e abastecimento alimentar. Não menos relevante, também são aqui apresentadas as formas como as mulheres em movimentos sociais no campo vivenciam experiências e ações internacionalistas a partir de sua organização coletiva, contribuindo para a construção de uma perspectiva de internacionalismo feminista camponês popular voltado à democratização do cenário internaciona. Ainda que predominem as leituras dos Estados, dos organismos internacionais multilaterais e das corporações multinacionais como atores centrais, os movimentos sociais cada vez mais também se afirmam como atores internacionais e as mulheres em movimentos sociais no campo são parte importante deste processo inovador.

Assim, à luz da palavra de ordem da *La Via Campesina "Internacionalizemos a luta! Internacionalizemos a esperança!"* busca-se evidenciar como as práticas sociais e as agendas políticas alicerçadas na cultura camponesa e na produção de alimentos saudáveis consubstanciam uma proposta de modelo produtivo agroecológico, de sistemas agroalimentares baseados em mercados locais, solidários e com justiça alimentar e de um projeto de desenvolvimento do país que seja saudável e sustentável. Ademais, também se propõe evidenciar que as vivências internacionalistas das mulheres em movimentos sociais no campo não são apenas nos momentos específicos de conferências, assembleias e congressos internacionais, conforme a pesquisa documental já explicitou no Capítulo 1 da tese, isto é, o internacionalismo é uma dimensão orgânica que amplia as escalas das ações coletivas, experienciada também por meio de: intercâmbios, escolas de formação, trocas de experiências e informações entre os movimentos sociais de países diferentes, situações de migração e refúgio nas histórias familiares e nas trajetórias de vida das mulheres nos movimentos sociais no campo,

entre outras. Assim, esta seção desdobra em maiores detalhes os conteúdos que subsidiam tais interpretações oriundas da pesquisa.

Nas falas da *Agroecóloga da libertação* sobre sua experiência de vida em Santa Catarina, ela afirma que sua família era composta por agricultores pequenos proprietários de terras que produziam o alimento como parte de uma cultura de redução dos custos de vida da família. Desta forma, antes mesmo de começar a militância no MMC, a produção de alimentos saudáveis já era uma prática familiar, na perspectiva de, em primeiro lugar, a garantia daas necessidades de subsistência da família. Com o tempo, no âmbito de processos de educação popular e de formação política, ela conta que foi compreendendo outras dimensões, sentidos e valores nas relações de alimentação saudável: a autonomia, a saúde e o cuidado ambiental, por exemplo. Em seu relato ela afirma que "quem não tem acesso à terra ou quem não tem esse entendimento de que é importante produzir seu próprio alimento e guardar suas sementes pode acabar entrando em uma lógica de dependência ou consumismo". Ela lembra da época em que era jovem, quando "muitas vizinhas entraram na lógica de que tudo tinha que ser comprado no supermercado, então deixaram de produzir alimentos e plantavam milho ou soja até na porta da casa e não tinham um quintal, não tinham uma horta, não tinham um pomar. Passaram a comprar os alimentos e passaram a comprar a ideia que se vendia nas propagandas de televisão de que ter um carrinho de supermercado cheio era algo interessante, era algo da moda que significava que a família estava dentro dos padrões". Para ela, este apela das propoagandas fomentou um processo de mudança cultural e de transformação da mentalidade dos sujeitos do campo, de modo que muitas pessoas deixaram de produzir os seus próprios alimentos, que eram naturais, integrais, diversificados e preparados de forma artesanal, passando, então, a consumir predominantemente comestíveis ultraprocessados, sem qualidade nutricional e sem vínculo com a cultura camponesa e local. No entanto, ela afirma que esta lógica nunca aconteceu em sua casa por conta da sua mãe, quem tinha em si como um valor importante as práticas da cultura camponesa - mas não por conta do seu pai, que não tinha esta mesma preocupação com a alimentação familiar. Observando diferentes situações na comunidade em que vivia, considera que as desigualdades sociais podem gerar situações de insegurança alimentar e nutricional porque deterioram as condições de produzir ou de comprar os alimentos.

Consoante a *Camponesa livre e socialista*, sua família possui cerca de um a dois hectares certificados como orgânicos e produzem verduras, inclusive, na época da pandemia estiveram muito ativos e produtivos. Devido à rotina de trabalho, sente que tem dificuldade em dar resposta ágil na militância, levando mais tempo para tocar algumas tarefas, porque tem sempre muitas responsabilidades relacionadas à produção familiar e camponesa. Considera que a

agroecologia na produção de alimentos saudáveis é um caminho importante, mas percebe que "com algumas plantas ainda há dificuldade da produção sem uso de agroquímicos, como o tomate e algumas outras verduras também acontece o mesmo, de modo que para não deixar de produzir algo que está tendo dificuldade, na agroecologia é importante ter assistência técnica". Ela explica que, em sua família, reduziram o investimento em verduras por conta da redução das grandes feiras da agricultura familiar e camponesa na sua região, mas relata que ainda fazem boas vendas nas festas das comunidades onde vendem em maior quantidade, pois, "estas festas são costumes culturais no sul, com circulação de bastante gente, onde dá para vender melhor".

Na entrevista com a *Candanga ancestral*, foi possível interpretar que há uma relação da cultura camponesa e da alimentação saudável com a memória e a ancestralidade, na partilha de saberes sobre as plantas e sobre preparações culinárias que passam de gerações em gerações de famílias negras no cerrado. A colaboradora de pesquisa nos conta que no quintal de sua família em Taguatinga, o pai plantou pé de laranja, pé de limão que dava fruta o ano inteiro, pé de figo que era o doce que seu pai preparava no Natal, pois, "era um quintal pequeno mas que tinha frutas, cheiro verde, alface". O sonho do pai e da mãe era ter um jardim de couve, o que acha que tem relação com a origem deles, ligados ao campo. Sempre tinha pé de maracujá que nascia na vizinha, mas como não tinha muro entre as casa, tinham uma cerca em que ficavam as folhagens para os dois lados da cerca de modo que todo mundo comia, havendo fartura e partilha das frutas do maracujá. Ela também tem lembranças da coleta da serralha nas áreas de cerrado. Em sua casa tinham complementação de alimento, às vezes tinham cesta básica que as irmãs religiosas doavam. O cerrado aonde virou Vicente Pires era muito rico e "iam lá colher a serralha, colher a gabiroba, tinha nascente, tinha água, também era um lugar de brincar ao ar livre". Relata que sua mãe sabia muita comida que podia ser consumida direto do cerrado e considera que isso é um saber de quem vinha da roça, de quem conhece o cerrado e sabe colher e comer as frutas do cerrado. Pondera que talvez este seja um tipo de saber que se está perdendo devido à perda do vínculo com a terra e da experiência de vida relacionada à diversidade alimentar de cada bioma, de cada território em que as comunidades e famílias vivem. Em sua família, o cuidado com o meio ambiente veio muito depois, pois, "não é uma coisa que chegou em sua mãe, ela não falava em agroecologia, mas tinha o jeito dela se saber colher no cerrado e preparar". O cuidado com o alimento era para não desperdiçar, para não jogar fora. Também cita que a solidariedade popular é um aspecto forte da cultura camponesa no Goiás e no Distrito Federal, algo que sustenta as famílias e comunidades, pois, "sempre tinha alguém comendo em sua casa mesmo na situação de pobreza. Também sempre tinha cuidado com cachorros para

comer o resto ou juntava e fazia lavagem para alguém que passava pegando para dar comida para criação de porco. Relata que em sua família nunca se jogou comida no lixo".

A *Irmã acampada transformadora* destaca também a importância do vínculo com a cultura camponesa e com a diversidade na alimentação saudável, identificando um contexto de desaparecimento destas raízes que as mulheres em movimentos sociais no campo tentam sempre manter vivas mas que precisam ser muito mais resgatadas para a garantia da soberania alimentar dos povos, como as trocas entre as famílias e a guarda das sementes nas comunidades. Sente que ao longo de sua vida, em muitos momentos priorizou o trabalho, implicando em uma rotina muito corrida, porque "é necessário trabalhar para viver mas o mercado de trabalho não respeita o tempo que as pessoas necessitam para se cuidar, a sociedade coloca que é um luxo ter tempo para a alimentação e isto afeta a saúde das pessoas", de modo que ela considera que desenvolveu diabetes por este motivo. Considera que é um caminho interessante o "alimentar a vida" e que ela tem tentado desenvolver ainda mais hoje em dia esta perspectiva em seu cotidiano, organizando sua própria horta e a preparação do alimento de forma artesanal e mais natural, também a partir do plantio de muitas árvores frútiferas na chácara onde vive. Em sua horta "consegue garantir algumas coisas, e será possível comer muita fruta do quintal no futuro", porque plantou muitas frutíferas no seu lote, ainda que ache que algumas árvores não vão produzir a tempo de ela desfrutar mas pensa que outras pessoas que forem morar lá poderão aproveitar muito e vão comer muitas frutas diversas. Considera que esta perspectiva de futuro coletivo, de também plantar até para as gerações futuras é de uma sensibilidade muito importante. Para ela a produção da alimentação é também essencialmente o trabalho de cuidado. Ela reflete que "ir almoçar fora uma comida que alguém fez, que não se sabe como fez, que eu não sei de onde veio, ela alimenta o meu corpo, mas não sei se alimenta outras coisas, entende, porque é uma relação diferente do que a relação que nós tínhamos também na minha história, né, uma história camponesa que se perdeu quase que totalmente hoje, mas, eu sou de uma família que produzia tudo, não produzia o café porque não dava no sul, que era muito frio, eles não tinham café e não se produzia o açúcar branco, então compravam". Sua família produzia num espaço de dois, quatro hectares e sempre tinham muitas trocas de sementes e de alimentos com as vizinhas e vizinhos, as pessoas na comunidade se conheciam.

Lutadora migrante da floresta contou que migraram de Roraima para Brasília, da região norte da amazônia para a região centro-oeste do cerrado, para cumprir uma tarefa nacional de coordenar o Escritório Nacional do MMC na capital federal. Um de seus critérios de vida era de não morar na região central do plano piloto, de não morar em apartamentos, mas sim, de conseguir um pedaço de terra para sua família naquele novo território, para não perderem suas

raízes camponesas, seus modos de vida, seu jeito de viver. Então, a princípio, alugaram uma chácara de alguns companheiros e quando decidiram não voltar para o bioma amazônico resolveram comprar a chácara onde estavam morando. Hoje em dia, ela e o marido vivem em Minas Gerais à trabalho em uma assessoria técnica na região dos municípios da bacia do Rio Doce e seus descendentes estão tocando a Chácara Sucupira. Na época da pandemia, lembra que "se quisessem ficar naquela chácara um mês sem ir ao mercado buscar qualquer coisa, ficariam, porque se não tinha arroz, ela tinha batata, tinha o inhame, tinha mandioca. Se ela não tinha o kiwi ou a maçã do mercado que vinham de outras regiões, mas ela tinha banana, tinha coco, tinha abacate, tinha limão, de modo que não se passou fome e se faltasse o dinheiro do gás que ficou muito caro durante o governo Bolsonaro, ela tinha lenha e sabia produzir seu próprio carvão. Na família não tinha gado para comerem a carne, mas tinham criação de coelhos, de galinhas e ovos e de peixes". Por isto, ela explica que o melhor da soberania alimentar é que todas as pessoas tenham o básico para sustentação da vida e para não dependerem do supermercado. Isto não significa que se vai deixar de conhecer e comer alimentos de outros lugares, que não vai existir troca e nem comércio, mas que vai deixar de existir a dependência do supermercado que gera falta de autonomia e falta de vínculo com a terra. Ela define que "produzir o seu próprio alimento, isso é revolucionário, pois, quem depende do mercado para alimentação corre risco de desaparecer, ou seja, plantar não é um hobby para desestressar, não é simplesmente uma questão para um bem estar pessoal, mas para a qualidade de vida de todos, um compromisso de vida, de demonstrar que é possível ter autonomia e autodeterminação em um território, que é possível ter soberania alimentar dos povos, basta as pessoas terem um pedaço de terra que tem que ser democratizada".

A *Educadora da mística afro-indígena* compartilha que viveu vários contextos ao longo de sua vida e um deles foi o êxodo para o meio urbano e depois o retorno para o meio rural. Na própria história da família, relata, foram expulsos do campo para morar na cidade, onde não havia terra para plantar. Vivenciaram ter que começar a comer apenas o que vinha de fora da casa, que vinham do mercado da cidade, do supermercado, alterando toda uma alimentação com a qual estavam habituados e toda a história e identidade que tinham "na relação com o produzir" do seu alimento. Depois, conseguiram viver também o processo contrário, na organização dos movimentos sociais e na retomada das terras, das ocupações, da produção do alimento, que se tornou uma pauta política. Na sociedade atual, viver na cidade parece que é a melhor qualidade de vida, que é o lugar ideal da cidadania, na relação entre as ideias de progresso, industrialização e urbanização, mas, na perspectiva da soberania alimentar dos povos, da autordeterminação dos povos em seus territórios e da autonomia das mulheres na sociedade é importante que as pessoas

tenham direitos e cidadania no campo também, e tenham liberdade de escolha acerca de onde querem viver seus projetos de vida, “uma escolha que não é permitida à maior parte da população, a qual vem sendo expropriada, expulsa e despejada de um canto a outro como se fosse por iniciativa própria e nem sempre é assim”, as pessoas devem ter o direito de ir e vir quando querem e também o direito à terra, a se assentar se assim sonharem.

Sobre a agroecologia, a *Agroecóloga da libertação* conta que em seu contexto familiar, quando morava na roça, sempre teve uma alimentação muito baseada no que produzia. Então, ir ao mercado, fazer feira, comprar no supermercado, eram sempre para questões muito específicas e se comprava sempre produtos de limpeza, açúcar branco, sal e farinha de trigo, apenas coisas complementares à produção familiar que empreendiam. Em sua família, o que comiam era produzido sem uso de agrotóxicos, pois, “era a produção agroecológica ainda que não se usasse esse nome na época, em uma cultura alimentar sempre com muitas verduras, muitas frutas, muita produção diversificada da roça, vinculada a uma alimentação saudável”. Hoje, mesmo quando não está na roça por causa do trabalho na cidade, ainda prepara a sua alimentação de forma caseira e artesanal, gosta de fazer a feira para acessar alimentos naturais e não gosta de comer em restaurantes; cuida para ter uma alimentação diversificada, com verduras, com frutas, com as proteínas necessárias. Ela conta que sente falta de ter mais informações sobre o que se está comendo, pois, “não se garante que todos os alimentos não sejam com veneno, agrotóxicos ou transgênicos, não se consegue ter esse nível de controle que se gostaria, mas é o mais diversa e saudável possível e se faz a própria alimentação dividindo as tarefas em casa”. Ela também compartilha que sempre chamavam sua produção de horta e de roça ou roçado e que não usavam esse termo de “quintais produtivos”, mas tinham a própria produção de alimentos e também sempre articulada ao cuidado com as sementes, o qual era, principalmente, feito por sua mãe que até os dias de hoje tem bastante variedades de sementes. Quase toda a produção em sua família é feita à base de sementes crioulas guardadas que elas mesmo reproduzem, multiplicam, guardam e armazenam e, às vezes, trocam. A prática social da troca e da partilha, para ela, é um elemento importante da cultura camponesa relacionada à solidariedade na comunidade. No período da pandemia estava com sua mãe a uns seis meses antes na roça e como não podiam sair e havia o isolamento social, então relata que utilizaram esse momento para investir mais na propriedade rural, fazendo algumas revitalizações, melhorando algumas infraestruturas de galpões, fazendo alguns plantios de mudas frutíferas, principalmente. Como é formada em agroecologia, fez um tratamento e cuidado de plantas nesta linha e sente que foi um momento de poder produzir mais, organizar as plantas, organizar sementes, guardar e multiplicar as variedades. Em sua opinião, o direito à alimentação é central,

assim como a luta pelo direito à água, pelos bens comuns da natureza, pelas sementes enquanto um patrimônio dos povos à serviço da humanidade. Para ela, é fundamental pensar a água enquanto um direito das pessoas e não como bens privados, propriedade de alguém ou de empresas e multinacionais, pois, "estas são lutas que o movimento sempre travou, pois sempre questionou na sociedade a privatização dos bens comuns da natureza. Por exemplo, a luta do MMC na luta contra o novo Código Florestal que teve todo o processo de pensar a privatização dos recursos ambientais via pagamento por serviços ambientais, que levam a esse lugar de tudo mercantilizado, e que tem como precedente a lógica em que a terra se tornou mercadoria. O MMC foi um dos primeiros movimentos novamente a colocar essas discussões, colocar em xeque no âmbito da *La Via Campesina*, como uma questão que precisava ser enfrentada, afirmando que isso era um problema social sério, assim como há cada vez mais concentração da propriedade da terra, há propriedade privada dos bens da natureza e eles devem ser vistos como bens comuns, protegidos pelo Estado, acessíveis aos povos como meios de vida. Estas são questões fundamentais que sempre as mulheres camponesas estiveram à frente também, construindo soberania alimentar em defesa da autonomia, da autodeterminação e da vida nas comunidades e povos". As políticas de alimentação no meio rural geram renda, capacitação, formação para quem produz o alimento, assim como também geram integração, articulação e demandam que se tenha um processo de saída do espaço doméstico, do espaço restrito da propriedade rural, para comercializar, ou seja, as mulheres camponesas além de produtoras de alimentos estão ativas no abastecimento alimentar, pensando sobre comercializar, sobre ter relações com o meio urbano, com as consumidoras nas feiras. As feiras, então, são um espaço coletivo e geralmente autogestionado "em um processo de pensar junto que demanda e gera um processo de autonomia, de tomadas de decisão, de acesso direto ao fruto do seu trabalho, ou seja, ao dinheiro que quando se comercializa depois se decide o que fazer com ele: como usar, quando usar, qual é a prioridade, qual é o foco, que pode ser melhorar suas condições de trabalho doméstico ou de trabalho produtivo, comprar maquinário ou algo que facilite o que é seu trabalho para deixar menos desgastante".

Sobre a construção da agroecologia e da soberania alimentar dos povos a partir das experiências no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a *Revolucionária das flores transatlânticas* nos conta que morou no Assentamento Gabriela Monteiro no Centro de Formação do MST, depois mudou-se para a região do Jardim Botânico, onde havia bastante espaço e, por último, foi para a região de Sobradinho onde também tinha o espaço amplo para plantar o quintal produtivo que sempre sentiu que queria desenvolver. No Assentamento Gabriela Monteiro tinha um espaço coletivo das agroflorestas, com os hortos medicinais, com

temperos frescos que se pegava na hora quando cozinhavam. Não tinham toda a alimentação, mas tinham as ervas e folhagens como cheiro verde e os chás. Em todos os espaços em que morou, sempre foi tentando ter pelo menos as coisas do dia a dia da alimentação. Em Sobradinho relata que foi um empreendimento mais ousado de fazer a horta, tinham também frutíferas como banana, limão, acerola. Pensando para além de sua experiência individual, considera que desde o início do movimento sem terra, a reforma agrária já vinha sendo colocada como "na falta de um melhor termo, uma utilização mais racional da terra e da natureza, ao contrário do modelo que já degradava, já esgotava o solo, usava a água e já a destruía. A reforma agrária também foi se ressignificando à luz da Constituição Federal de 1988, após a ditadura, com a Função social da propriedade. Mais recentemente, na última década, para o MST, a reforma agrária popular foi se ressignificando novamente também no sentido da produção de comida, de ter ali a reserva legal, conservada, de ter as nascentes de água que vai pro rio que abastece o município, ser território de origem dessa produção de comida que chega na feira do município, que chega nas escolas públicas via PNAE, se tornando algo estrutural para o país, nesses dois elementos centrais do meio ambiente/natureza e comida". Ela conta que nos últimos anos a agroecologia foi incorporada como linha política no MST e como ação de vida, na reconstrução e restauração dos territórios degradados pelo agronegócio e contaminações. O debate sobre a alimentação, "para onde essa alimentação tem que chegar, de que forma ela tem que chegar sempre foi muito determinante na superação de uma reforma agrária clássica 'que só divide a terra' para a Reforma Agrária Popular que discute também a função social dos assentamentos e discute para quem produzir comida, como produzir comida, como distribuir essa comida, vinculado à pauta da soberania alimentar dos povos como um direito também de escolha. Mas também a todos que necessitem da comida, sobretudo, aos trabalhadores da cidade, quando hoje em muitos lugares há desertos alimentares pois não chega alimentação fresca, diversificada e de qualidade'. Há muitas mercadorias industrializadas que são comestíveis mas que não são comida saudável, mas pastas de soja misturadas com aditivo químico, conservantes, flavorizantes.

Ela também explica que o MST fala que *"comer é um ato político"*, mas comer tem sido um ato político para quem tem conseguido pagar por esse alimento. Então, é necessário fazer um debate sobre a desigualdade do acesso à renda, à terra, à valorização do trabalho, às políticas produtivas, entre outros direitos que "não pode ficar só no discurso de que é um ato político, mas é pra quem pode escolher e todas as pessoas tem o direito de ter escolhas. Se vincula a esses grandes debates estruturais do porquê que a comida não está chegando lá naquele bairro de forma saudável, porque é uma questão estrutural determinada por esse sistema

capitalista, né, de que essa comida não é pra lá, é para um grupo específico, é pavoroso mas que é um tema importante ao ver que a fome é um negócio para o capitalismo", conforme ela diz. O alimento produzido pela reforma agrária "já é um alimento que tem a luta como embalagem", pois, para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é central a discussão de que a alimentação saudável requer um alimento livre de relações de violência em sua produção, distribuição, acesso. Não menos importante, a produção de alimentos nos territórios de reforma agrária é um processo coletivo e transformador, baseado na agroecologia para reconstrução dos territórios e retomada da relação com a natureza sob novas bases sustentáveis e saudáveis, o que ela percebe como "um debate bem bonito e muito forte, pois, não é só um alimento sem veneno, mas também é alimento embutido de outras relações emancipadas, relações humanas de afeto, de cuidado".



Imagem 36: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a agroecologia e diversidade da alimentação saudável sendo cultivada nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Título: Centro de Formação do MST no Assentamento de Reforma Agrária Gabriela Monteiro. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2021.

Na CPT, a *Jovem da romaria do cerrado* conta que participou de atividades sobre a questão da soberania alimentar e da agroecologia, aprendeu muito em diversos seminários e no encontro com as comunidades em luta nos territórios. Ela compartilha que o tema da agroecologia é bem forte na CPT do Mato Grosso e do Goiás em que se trabalha com a

construção de Bancos de Sementes Crioulas. Também na Paraíba em que as comunidades trabalham as chamadas Sementes da Paixão. Em Rondônia, no Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Sul e no Paraná, ela cita que existem muitas experiências de doações solidárias de sementes, trabalhando a agroecologia diretamente ligada com os povos tradicionais. Na discussão da segurança e soberania alimentar, portanto, as sementes constituem um eixo de ações importantes com que a CPT procura atuar, participando das articulações na Campanha das Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade junto com os movimentos da *La Via Campesina*, e também na questão da incidência política junto ao governo para ampliação dos créditos produtivos para as mulheres rurais, por exemplo. Lembra que na época de Dom Tomás Balduíno, a CPT também teve uma forte atuação na questão da própria Constituição Federal, buscando a garantia da reforma agrária, da titulação dos territórios das comunidades quilombolas, então, ela afirma que para a CPT a questão da alimentação está diretamente vinculada com a questão do direito à terra e ao território, para que as comunidades tenham a sua alimentação e tenham o direito de produzirem aquilo que elas querem, da maneira como elas querem, de um jeito que faz parte do modo de vida comunitário, tradicional, ancestral. Durante o período da pandemia, a CPT também buscou fortalecer as ações de solidariedade entre os camponeses, articulando recursos e projetos para comprar alimentação dos camponeses para posterior distribuição nas periferia urbanas e também empreenderam projetos de compra de sementes entre as produtoras e produtores agroecológicos, cuja distribuição de sementes visava fortalwcer o giro de produção e abastecimento alimentar nas famílias e comunidades, em um círculo virtuoso do direito à alimentação.

Para a *Irmã acampada transformadora*, então, a soberania alimentar "te leva e pensar também o que se vai fazer com o excedente da produção quando se produz mais do que se consome na família, pensar o intercâmbio, o comércio, um outro lado da sobrevivência". Os movimentos sociais do campo no Brasil, como o MST, o MMC, o MPA estão dentro desse processo em construção social, contribuindo coletivamente para avançar nesse conceito de que a segurança alimentar propõe que se tenha acesso a uma comida e a soberania alimentar proporciona construir a possibilidade das pessoas, grupos, familias, comunidades produzirem suas próprias comidas, comercializarem, não dependerem de um supermercado como o meio exclusivo do acesso à comida. Este é o esforço e a contribuição política da CLOC e da LVC, também numa perspectiva de saúde e economia solidária.

A *Lutadora migrante da floresta* conta que os quintais produtivos estão cumprindo esse papel de ser um meio de ação e formação. Recorda que em sua comunidade em Roraima, quando começaram a fazer esse debate sobre a questão da soberania alimentar "chamou muita

atenção que no grupo de mulheres quase todas tinham tomates cerejas em suas hortas no começo, é comum que ele nasce quase espontâneo quando você faz uma roça, depois, em 2007, 2008, somente uma mulher tinha. Então, se foi perdendo essas variedades e não pode se permitir que fique assim, é sempre importante recuperar essas sementes, para que todas possam ter os tomates sem veneno nos quintais". Essa reflexão parte das práticas sociais e solidárias de recuperação e partilha de sementes e alimentos entre as mulheres camponesas e trabalhadoras e tem sido empreendida pelo Movimento de Mulheres Camponesas na incidência política na sociedade, nos governos, nos espaços internacionais, uma pauta que "o movimento de mulheres camponesas trouxe com muita força, no enfrentamento à desertificação, aos monocultivos e também por meio de campanhas", como na primeira campanha de alimentação entre os movimentos do campo da *La Via Campesina* no Brasil que foi a *Campanha Nacional de Alimentação Saudável* do MMC e, nos anos seguintes, a *Campanha Nacional Sementes de Resistência*, trazendo a importância não só do cuidado com as pessoas, mas com a reprodução das espécies nos biomas diversos e com a manutenção das variedades de alimentos e sementes no âmbito da soberania alimentar dos povos em seus territórios.

Por fim, um aspecto bastante presente nas falas das entrevistadas que vem sendo citado, mas vale a pena destacar, é o papel da construção política da soberania alimentar empreendida pelos movimentos sociais no campo para a criação de mercados locais e de dinâmicas de economia solidária, formação política e trabalho de base no diálogo com a sociedade, fortalecendo vínculos na unidade campo-cidade e construindo uma ampla rede de aliados que apoia os repertórios e campanhas dos movimentos sociais camponeses.

Agroecóloga da libertação compartilha que está na região urbana atualmente por causa do trabalho, então faz compras em mercados ou feiras perto da sua casa e também adquire produtos de vendedores locais que passam vendendo alimentos de porta em porta. Pois, hoje identifica maior desenvolvimento de feiras agroecológicas, feiras orgânicas ou feiras livres, o que compreende como um aspecto importante no âmbito da garantia do direito à alimentação rumo a plena segurança e soberania alimentar. Ela diz que "às vezes não todos os produtos são agroecológicos e orgânicos, mas as feiras livres possibilitam que agricultores e agricultoras, camponesas e camponeses possam levar seus produtos, comercializar, como uma forma de criar fonte de renda e levar um alimento saudável e de qualidade para a cidade com um preço também justo para ambas as partes, pois, em muitos supermercados os alimentos são muito mais caros". Em um outro depoimento, a entrevistada identifica que existe uma série de iniciativas de relação direta em vários locais do Brasil, uma relação direta do campo e cidade baseada no vínculo entre produtoras/es e consumidoras/es na perspectiva do consumo consciente, como as Feiras

da Reforma Agrária promovidas pelo MST e que foram feitas em São Paulo, em Brasília e outros locais do país. Ela também cita iniciativas em que "as pessoas podem visitar e plantar em um pedaço de uma propriedade camponesa e depois colher, como o Comunidade Sustenta Agricultura (CSA), deixando um valor mensal para o agricultor, para o assentado, para o camponês e para a camponesa". São iniciativas criativas de solidariedade, geração de renda, aproximação campo e cidade e criação de mercado para escapar da lógica do supermercado tradicional e tornar-se uma alimentação enquanto ação política e coletiva.

> Às vezes a pessoa vai lá só espontaneamente fazendo uma compra meio aleatória sem ter tantas informações e passa a refletir mais sobre aquilo, a se conscientizar mais sobre aquilo e passa a ter aquilo mais como um estilo de vida, como um projeto político. Na verdade, aquilo passa a ser, deixa de ser uma ação individual para ser uma ação política, né. A alimentação quanto uma ação política, né, então eu acho que isso é bem interessante. (Agroecóloga da libertação)

Os conteúdos ou termos das ações sobre alimentação depende de quem está promovendo alguma feira ou debate, mas todos tem sido úteis ao buscar tratar o tema e conscientizar sobre a alimentação como ação e projeto político. Ela diz que "às vezes a construção da feira é de pessoas da universidade, por exemplo, em outros lugares vão ser mais agricultores familiares autônomos ou sindicalizados, em outros vão ser mais grupos ligados a movimentos sociais ou a uma entidade de assistência técnica como a Emater". Em sua opinião, tem sido mais fácil fazer a discussão política sobre a alimentação hoje em dia na sociedade do que debater sobre a reforma agrária e outros temas vinculados aos direitos no meio rural, de modo que o tema ganhou espaço e relevância crescente na sociedade, por exemplo, no âmbito das Feiras da Reforma Agrária do MST e nas Mostras da Produção da Marcha das Margaridas. São exemplos de grandes eventos estaduais ou nacionais ou ainda de importantes experiências locais que criam um espaço de mercado local articulado com formação política e apresentações culturais, atraindo muita gente das áreas urbanas e "furando as bolhas entre as classes sociais para trabalhar a luta pela terra, pela soberania alimentar e pela agroecologia" com o conjunto da sociedade, ou seja, fortalecendo a organização popular no âmbito da própria militância dos movimentos sociais e, ademais, criando uma rede mais ampla de aliados individuais e entidades parceiras que são fundamentais nos momentos de aglutinação e mobilização de forças sociais para o ensejo de lutas, marchas, campanhas, incidências e reivindicações políticas, para citar alguns exemplos. O Brasil ainda possui muitos desafios à sua cidadania, como muitas pessoas em situação de fome, subnutrição e insegurança alimentar. As políticas públicas para

alimentação e as agendas políticas das mulheres em movimentos sociais no campo para a soberania alimentar, portanto, são caminhos que devem se encontrar e se aprofundar cada vez mais, articulando as políticas produtivas com foco nas mulheres rurais e na agricultura familiar, camponesa, tradicional, indígena, quilombola, com as ações de abastecimento alimentar, alimentação escolar, restaurantes comunitários, alimentação em hospitais públicos e onde mais houver demanda.

Esta construção política no âmbito dos territórios locais e nacional também está concectada às lutas, práticas e ações internacionalistas empreendidas pelas mulheres em movimentos sociais no campo. A *Agroecóloga da libertação* conta que sua experiência internacionalista se inicia durante um intercâmbio para cursar sua graduação em um programa de cooperação internacional dos movimentos sociais da *La Via Campesina* na América Latina. Relata que existiam vários cursos em escolas dos movimentos sociais da *La Via Campesina*, que naquele momento do começo do século XXI estava muito bem articulada. Tinham muitos programas juntos, como a escola de formação de técnico agropecuário no Rio Grande do Sul, a escola de agroecologia na IELA no Paraná, entre outras, de onde muitas camponesas e camponeses saíam formados e qualificados para a produção de alimentos saudáveis e agroecológicas e para a construção política da soberania alimentar. Nas iniciativas de formação profissional e política, também haviam políticas de solidariedade internacional e de cooperação internacional como nos cursos de medicina em Cuba e, depois, nos cursos de agroecologia na Venezuela, este último para o qual ela se inscreveu. Foi para a Venezuela por 6 anos, graduou-se em agroecologia e teve contato com militantes de diversos outros movimentos sociais latino-americanos que faziam o mesmo curso, além do contato com a revolução Bolivariana e com o chavismo. Para ela, conhecer as lutas sociais na América Latina, o internacionalismo na luta latino-americana, os diversos contextos, culturas, e bandeiras de outros povos de outros países foi um momento de abertura de sua visão de mundo para novas possibilidades de vida.

> Tinha vários cursos que eram de escolas, dos movimentos sociais, da Via Campesina, que era muito forte naquele momento muito articulada. Tinha muitos programas juntos, então tinha escola de formação de técnico agropecuária no Rio Grande do Sul. Tinha várias. Não é uma só. Aí tinha escola de agroecologia na IELA no Paraná, que estava indo para a segunda turma, tinha acabado de ser fundada. Estava indo para a segunda turma. E também tinha essas políticas de solidariedade internacional não é, de cooperação Internacional que aí no caso, tinha curso de medicina em Cuba, que já o movimento, já enviava militantes e aí começou também as políticas de envio de estudantes nas parcerias com a Venezuela, que no governo Chávez também estava iniciando. Então tinha medicina na Venezuela e ia iniciar uma turma de agroecologia também na Venezuela, né? Então, como não tinha a

> aptidão para a medicina não, nunca pensei em me inscrever, nunca foi, nunca me inscrevi. Aí eu fui uma das poucas meninas jovens do MMC naquela época que se inscreveu para agroecologia. Só eu e outra menina e todas as outras meninas se inscreveram para medicina, né, que todo mundo queria fazer medicina e aí a gente fez e aí acabou surgindo essa possibilidade de estudar na Venezuela. (Agroecóloga da libertação)

Ao voltar para o Brasil, ela foi morar em Brasília, onde ficou por cerca de sete anos. Suas tarefas incluíam funções importantes de direção nacional, coordenação nacional do MMC e do escritório nacional do movimento na capital federal, tarefas internacionais na América Latina junto à CLOC e no mundo junto à *La Via Campesina* Internacional. Ela também atuava na articulação política e incidência com o governo brasileiro sempre fundamentada na construção das atividades de trabalho de educação popular de base no MMC Distrito Federal e Entorno/Goiás. Ela acompanhava também os processos de organização popular de base nos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, em um trabalho ampliado na região sudeste e na região centro-oeste do país. Portanto, participou em vários níveis da militância "desde a formação de base, a militância na juventude do MMC, atividades em comunidades locais, ser estudante do movimento em escolas internacionais e, depois, também como liderança, como dirigente local (no DF), nacional e internacional".

Em sua entrevista ela também empreende um resgate histórico para compreensão do surgimento da dimensão internacional na militância dos movimentos sociais no campo, explicando que nos anos 1990, após o processo de redemocratização e fim das ditaduras militares, impulsionado pelo surgimento de muitas novas organizações populares e a criação da Constituição Federal de 1988, no Brasil, diversos direitos foram reconhecidos e iniciou-se uma fase de luta pela implementação das políticas públicas. No entanto, este foi também um contexto neoliberal, em que houve uma derrota estratégica nas eleições de 1989 e o avanço de programas de ajuste estrutural, privatizações, aumento da dívida externa e captura do orçamento para a implementação das políticas que assegurariam o acesso aos direitos na vida cotidiana do povo. Ao mesmo tempo, houve intensa luta social contra o neoliberalismo. No caso do MMC, ela cita que se vai avançando em diversos níveis de consolidação da organicidade do movimento, desde núcleos de base e lutas locais, aos processos regionais e estaduais, até a articulação de mulheres rurais a nível nacional e a construção política da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), em 1994, e da *La Via Campesina* (LVC) um ano antes, em 1993. Trata-se de um contexto de articulação internacionalista popular dos movimentos do campo na América Latina e no mundo, impulsionado pela *Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, cujo primeiro encontro havia sido em 1989, promovido pelas lutas

democráticas que enfrentaram as ditaduras latino-americanas, pelas resistências e críticas contra-coloniais à narrativa dos "500 anos de descobrimento das Américas" e pelas organizações e mobilizações populares contra o neoliberalismo, a Alca e, mais tarde, também contra a OMC. O MMC, então, foi uma das organizações presentes no nascimento coletivo tanto da CLOC quanto da LVC e também nas ações de enfrentamento aos retrocessos de direitos impostos às classes trabalhadoras e populares pelo paradigma neoliberal. Pode-se compreender que as ações internacionalistas fizeram parte de um processo de consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) a partir da organização de bases locais, não sendo algo que aconteceu depois da nacionalização, como um complemento, mas sim, um elemento no processo de organização e resistência das mulheres em movimentos sociais no campo, possibilitando o entendimento de que o internacionalismo é uma dimensão da luta social tanto quanto a própria vida social é multiescalar, do local ao nacional e ao global.

Não menos importante, os relatos das entrevistadas também propiciam compreender que a solidariedade entre os povos e as atividades de intercâmbio e cooperação internacional nas áreas da educação, saúde e produção agroecológica despontam como elementos importantes em um internacionalismo alicerçado nas atividades de educação popular de base nas comunidades e territórios locais. Esta reflexão também está presente nas falas da *Revolucionária das flores transatlânticas* que conta que os anos 1990 são um período em que a *La Via Campesina* passa a existir e o MST também estava presente contribuindo nesta construção política. O debate da unidade na diversidade e da organização dos povos em todo o mundo, os quais tem sido oprimidos pela mesma força autoritária dos sistemas de dominação imperialista, capitalista, patriarcal e racista é determinante enquanto uma ação internacionalista popular que é também uma ação de solidariedade entre os povos contra as violências e violações de direitos. Em sua leitura, um dos maiores ganhos que fazem o movimento ser hoje o que ele é nessa estratégia nacional e internacionalista, enquanto uma organização popular reconhecida não só na América Latina, mas em todo o mundo, foi seu enraizamento de base em 24 estados no Brasil a partir do qual são feitas as lutas nacionais e internacionais. Disto decorrem muitos desafios para mander uma unidade estratégica em um movimento nacional que é muito diverso entre as regiões e estados, porém, apesar das dificuldades, o MST foi se firmando como referência política internacional na luta das classes trabalhadoras do campo e da cidade, inclusive desde cursos de formação política que realizam na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), onde há vivências e intercâmbios de experiências com movimentos sociais diversos do próprio Brasil e de outros países, da região latino-americana e do mundo, os quais a entrevistada afirma que "ampliam o nosso olhar de mundo, pois, também nas próprias tarefas internacionalistas de ir

para cursos e brigadas internacionais e conhecer experiências pedagógicas e produtivas de outros povos, todas estas vivências contribuem para, ao voltar para casa, aplicar novos saberes, aproveitar algum aprendizado novo, entender como é muito central e animador ser recolocado diante de uma estratágia muito mais ampla do que as tarefas locais e nacionais, apesar de serem sempre processos cansativos que demandam tempo de viagem e organização".

Na fala da *Agroecóloga da libertação*, ela também resgata que em 1997 vai nascer a Articulação de Mulheres da CLOC, pois, quando a CLOC nasce não tinha automaticamente um espaço próprio para as mulheres, então, durante o processo de luta e organização é que as mulheres sentem a necessidade de construir um espaço auto-organizado para aprofundamento de determinadas questões como o próprio enfrentamento às violências contra as mulheres no meio rural. Destas reflexões a respeito da importância da auto-organização das mulheres no campo, vão nascer novos e vários movimentos de mulheres camponesas, indígenas, pescadoras artesanais, negras, de comunidades tradicionais, entre outras, na América Latina que vão fortalecer também a construção de iniciativas internacionais mais amplas como a *"Campanha Internacional - As Camponesas e Camponeses da Via Campesina dizem: Basta de Violências contra as Mulheres"*. A Articulação de Mulheres da CLOC é uma instância de produção de conteúdos e textos para subsidiar processos de educação popular, formação política e campanhas, bem como a construção de muitas cartilhas e documentos políticos que subsidiam as conferências, congressos e assembleias internacionais, por exemplo. Esta contribuição importante se expressou, por exemplo, na construção do livro "Feminismo Campesino Popular: Acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendientes de la CLOC/LVC", divulgado em 2024, que demonstra como a própria construção política do feminismo camponês popular foi uma elaboração coletiva e internacionalista a partir do encontro e diálogo de saberes e práticas sociais diversas das organizações das mulheres do campo - assim como a própria soberania alimentar é também mais uma síntese na história de luta social de muitas camponesas, camponeses, comunidades e povos ao redor do mundo.

Consoante o relato da *Jovem da romaria do cerrado*, as mulheres se encontram de um lugar a outro nos espaços de incidência política e também trocam experiências nos intercâmbios, pois, "é fundamental essas pessoas que conseguem construir consensos nesses espaços, numa concordância daquilo que afeta as mulheres, daquilo que impacta as mulheres, ainda que de formas diferenciadas", portanto, há também uma luta internacionalista por espaço político para as mulheres do campo, para os camponeses e trabalhadores no cenário internacional que tem uma configuração excludente que é desafiada pela luta social feminista casmponesa popular. Há experiências de resistências mais locais - a partir da produção da

alimentação, da organização das mulheres, do cuidado com a casa e o roçado, da educação com as crianças e jovens -, e há também, de forma igualmente importante, esse outro processo, que é das lutas mais amplas, de articulação política regional latino-americana e mundial, de defender e afirmar a importância do direito humano à alimentação saudável por meio do debate da soberania alimentar dos povos, a qual confere centralidade aos povos e às lutas populares no âmbito do cenário internacional. Ela considera a questão da soberania alimentar dos povos como a questão principal da organização *La Via Campesina* e identifica que as mulheres têm um papel fundamental nessa estratégia de superação das relações de dominação.

Na reflexão da *Irmã acampada transformadora*, nas primeiras reuniões da *La Via Campesina* era "tudo de macho" e quem abriu as janelas e as portas para as mulheres e começou a questionar esta estrutura machista do cenário internacional foi uma companheira canadense, "uma camponesa universitária que conseguiu furar algumas barreiras. Hoje nós temos a mesma configuração de paridade de gênero na direção do MST, assim como é na *La Via Campesina* também. E, deste processo de abertura política promovido pelas mulheres, agora a *La Via Campesina* cresceu ainda mais, na sua representação era um homem e uma mulher por região e agora vai ter alguém da juventude também e, se espera que dentre os representantes da juventude não sejam só homens e não se perca o horizonte político da paridade". Portanto, em sua leitura é fundamental a perspectiva internacionalista de trabalhar em unidade na diversidade, para sempre ampliar as articulações populares, "chamar mais gente para o seu processo e trabalho da formação política da consciência que vai permitir avançar, se juntar, sair do isolamento, ir corroendo um pouco quem nos impõe a dominação, conseguir se ajudar. Há muito trabalho por fazer, nos movimentos, nas universidades, nos espaços de trabalho e luta, mas é importante a articulação e o internacionalismo para não ficar isolado. A articulação internacionalista e a solidariedade dos movimentos como um todo é central, pois se vê muita gente caminhando sozinha e quem vai sozinho não consegue sobreviver na históra. Também é fundamental a luta pela paz, contra as guerras que os impérios vão impondo, guerras que matam e que são um negócio para o capital". No tocante à dimensão do internacionalismo feminista camponês popular contra as guerras, na última Conferência Internacional da *La Via Campesina,* realizada em 2023, na Colômbia, a representação do povo palestino foi feita por uma única mulher que estava fora da fronteira de guerra, porque todos os demais representantes das organizações camponesas da Palestina não conseguiram sair do território em conflito para viajar e participar da conferência internacional da LVC na Colômbia. Assim, os movimentos sociais do campo, organizados em La Via Campesina "enviaram sua solidariedade popular às companheiras e companheiros na Palestina" e em suas declarações buscaram visibilizar e

reivindicar internacionalmente o fim do genocídio do povo palestino. A entevistada relata que "a Palestina é um povo que está sendo destruído, que não tem seu território respeitado e isto é muito triste e presente na ação internacionalista popular. Cuba também prossegue existindo porque foi construindo seu internacionalismo. Os povos tem que se juntar, ter essa consciência internacional, e as mulheres tem tido muita sensibilidade para promover estas discussões dentro e fora dos movimentos". Ela explica que os anos 1980 e 1990 foram anos poderosos no país inclusive em termos de sintonia entre as resistências populares na região latino-americana e no sul global, quando após a redemocratização veio o contexto em que os movimentos sociais no campo, em sua maioria, nasceram, pois, "veio uma onda crescente de retomar todas as lutas sociais, por terra ou por direitos sociais ou por organização social e participação política, por direito ao sindicalismo, enfim, de tudo que havia sido negado em termos de cidadania e que vem à tona no pós-ditadura militar e que se propõem a seguir ativo também quando começa o neoliberalismo". Considera que este cenário de luta social e popular, então, não foi algo específico do Brasil, mas foi um período similar nas Américas e, por isso, surgem a CLOC e a LVC em um mesmo contexto internacional e imperialista vivenciado por vários povos ao mesmo tempo, portanto, simultaneamente um desafio e uma janela histórica.

Ela explica que a *La Via Campesina* nasce em 1993 e já começa a ampliar sua articulação para envolver mais movimentos e organizações, realizando seu primeiro congresso já em 1994, se contrapondo ao avanço do neoliberalismo que levaria ao surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, e que buscou impor a lógica das *commodities* em um mesmo embalo conservador que aqui nas Américas se expressou na ofensiva da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), rechaçada pelos povos latino-americanos em luta. Ela também lembra, assim como outras companheiras haviam mencionado, que a década de 1990 foi um momento em que muitos países latino-americanos se colocavam em cooperação internacional com países europeus para realizar comemorações relativas aos 500 anos do "Descobrimento" das Américas, o que também foi amplamente repudiado pelos setores populares latino-americanos que lançaram a *Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* conscientizando e criticando a invasão colonial, o racismo e o genocídio que houve nos territórios dos povos originários, bem como denunciando a escravatura imposta aos povos indígenas e negros que é raiz de diversas desigualdads sociais e raciais até os dias de hoje.

Buscando visibilizar as resistências e lutas populares por libertação na América Latina, este foi o berço histórico de onde foi coletivamente organizada a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), a qual somou forças às muitas outras

experiências de luta e resistência dos povos dos demais continentes do mundo para a articulação da *La Via Campesina*, instrumentos que fazem a luta contra a dependência e superexploração imposta pelo capitalismo, contra a financeirização e mercantilização da terra, dos bens comuns e da vida imposta pelo neoliberalismo e contra as expropriações, violências e violações de direitos impostas pelo imperialismo que vão atualizando historicamente as desigualdades internacionais oriundas da dominação colonial, patriarcal e racista. Ela diz que "a imposição da Alca se conseguiu vencer que não fosse implementada como estava desenhada, porém, a liberalização econômica e os ajustes estruturais foram sendo impostos depois, de outras formas, em decretos, em artigos, em acordos. Mas aquela luta contra a Alca as organizações na região fizeram e conseguiram barrar".

De acordo com a *Agroecóloga da libertação*, os anos 2000 foram um momento de acesso a muitas políticas e programas públicos em muitos países da América Latina com a ascensão de governos progressistas conhecidos como "nova esquerda" que não estiveram livres de contradições neoliberais mas que, em alguns aspectos, como nas políticas de educação, saúde e alimentação, propiciaram melhoria das condições de vida do povo. O Estado nos anos 1990 esteve à serviço das corporações multinacionais e não da garantia dos direitos em uma perspectiva de atendimento das necessidades humanas e sociais, de modo que as lutas populares contra tal modelo se expressaram na eleição de novos governos alternativos. Ela explica que "os governos de esquerda do século XXI na América Latina também tem contradições como resultado de uma política de conciliação de classes que não impediu todas as violações de direitos e que limitou mudanças estruturais mais profundas almejadas pelas organizações populares, porém, foi muito importante esse momento para o povo brasileiro, em capacitar pessoas para serem sujeitas nas políticas, capacitar pessoas para estarem no governo, para estarem nas universidades se graduando e pós-graduando, tornando-se professoras universitárias, servidoras públicas, tendo escolhas sobre seus prórios projetos de vida. Vai havendo uma transformação lenta mas necessária rumo a melhores condições de vida para um povo que vivenciava muitas carências, fome, pobreza".

A *Revolucionária das flores transatlânticas* compartilha também suas impressões a partir de intercâmbios produtivos e brigadas internacionalistas, explicando que as ações que o MST tem de intercâmbios para conhecer e aprender com as experiências de outros povos estão também na origem da constituição do movimento, "porque o movimento ter construído cooperativas de reforma agrária, ele aprendeu com experiências no mundo, como as experiências da CPAs em Cuba, as experiências dos kibutz em Israel, as experiências na Alemanha soviética". Desta forma, ao longo da história do Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra, o internacionalismo popular esteve presente como um princípio que contribuiu para os próprios trabalhadores sem terra se organizarem e para contribuírem na organização de outros movimentos parceiros e outros processos nos demais países em que se vivenciam desafios, contradições e conquistas semelhantes. Ela explica que muitos militantes de diversas organizações do mundo vem ao Brasil para conhecer a Escola Nacional Florestan Fernandes, as experiências das cooperativas de reforma agrária, os projetos produtivos e de restauração na linha da agroecologia, entre outras iniciativas do movimento sem terra. Ela compartilha que "uma ação muito central de solidariedade que o movimento constrói são as Brigadas Internacionalistas com diversas dimensões, como a produção e a educação, como nas campanhas de alfabetização no interior da África, alfabetizando famílias com um método de educação cubana que o movimento aprendeu em Cuba. Então, não é só uma ação de educação e alfabetização para que os camponeses escrevam e leiam que já é significante, mas também, como dizia Paulo Freire, alterar leituras de mundo, vinculada a processos estruturais de transformações daquelas realidades de disputas de poderes e projetos de sociedade, de organização e lutas populares". Considera "bonita essa capacidade de olhar para fora", porque os movimentos no campo poderiam limitar suas ações aos territórios locais e nacionais devido a enorme quantidade de desafios que enfrentam em seus cotidianos, porém, não se eximem em se envolver com China, Cuba, Haiti, sabendo que "o encontro internacionalista cumpre um papel central no fortalecimento da luta dos povos" e que as contradições sociais da sociabilidade contemporânea não podem ser resolvidas plenamente de forma isolada no interior das fronteiras de uma única localidade ou país. Ou seja, a luta feminista camponesa popular pela soberania alimentar dos povos precisa ser um processo de transformação da vida social em múltiplas escalas: local, nacional e internacional. Por último, em seu relato menciona que de todas as experiências internacionalistas que viveu relata que "as mais bonitas foram com as mulheres. Em uma experiência na Índia, foi pra conhecer uma experiência da maior cooperativa de mulheres no mundo e que organizam um banco delas de empréstimo de dinheiros, como uma forma de estratégia econômica e financeira de autonomia, um cuidado com mulheres, seja experiências que eu conheci na Zâmbia, por exemplo, da educação, mas que as mulheres são as principais que estão ali na alfabetização nas comunidades, organizam a maioria da participação, são mulheres na produção de sabonetes também como estratégia de autonomia financeira e econômica para as mulheres. Não como uma forma intencional, mas as mulheres que foram estruturando essas grandes ações nesses espaços em que vivenciou". Relata que não tinha ainda pensado sobre isso e reconhecido o protagonismo das mulheres no internacionalismo antes desta entrevista de pesquisa, mas que agora ela "parou para analisar" e ao buscar lembrar das

experiências internacionalistas com as quais teve contato, acha importante afirmar que ainda que de forma pouco visibilizada e valorizada, as mulheres camponesas sempre estiveram desempenhando protagonismos importantes nos encontros internacionalistas populares entre os movimentos sociais no campo. Ela também compartilha que "estava na escola de bioinsumos na Argentina, e eram muitas mulheres assim entendendo tecnicamente sobre isso. O espaço que participei foi um espaço do debate da questão agrária na América Latina e das lutas e resistência e eram eu e mais duas companheiras fazendo o espaço, a CPP formada a maioria por mulheres, e tinham muitos companheiros, mas muitas mulheres, o que é muito legal, porque é um debate inclusive muito técnico e que poderia ser um espaço só dos homens, mas tinham mulheres e as mulheres estruturam muito a agricultura e a agroecologia e estão nestes espaços internacionais também".

Um outro elemento presente nas vivências e experiências internacionalistas das mulheres em movimentos sociais no campo, identificado pela pesquisa da tese, se reporta às migrações internacionais nas trajetórias de vida, histórias familiares e vínculos ancestrais. Por exemplo, a *Lutadora migrante da floresta* relata que é filha de camponeses, que sua família é ligada à terra, são pequenos agricultores, e foram do estado do Paraná, no Brasil, para o Paraguai, na década de 1970. Viveu lá por cerca de oito anos, se casou com um brasileiro, teve uma filha e voltou para o Brasil para ser assentada da reforma agrária em Roraima. Ouvia rádio de ondas curtas na Amazônia para ter contato com outras comunidades e países, pois, "o mais que chegava de rádio brasileira era a rádio nacional da Amazônia, era a rádio do governo que falava o que eles queriam, mas era a informação que a gente tinha na época da ditadura, então comecei a sintonizar rádios do mundo inteiro, que tinha programação em português para o Brasil, era muito informado, por mais que estava no meio da mata isolada, ajudou bastante a sair desse isolamento. Assim como depois na construção de propostas da constituinte de 1987, gostava muito de ouvir e de leituras e escrever". Assim, ainda que as mulheres em movimentos sociais no campo não se reconheçam ou não sejam automaticamente reconhecidas na luta por direitos nas situações sociais de migração e refúgio, em realidade, os sujeitos do campo historicamente vivenciaram muitos processos sociais de expropriações de seus territórios, de despejos e violências no campo ou de mudanças em busca dos meios de vida que, portanto, se expressam pelas falas das mulheres entrevistadas e que nesta tese propiciam a interpretação de que as lutas e resistências camponesas tem também um significado social importante na luta pelos direitos humanos nas migrações internas nos territórios nacionais e nas migrações e refúgios internacionais.

Outro exemplo está presente na fala da *Revolucionária das flores transatlânticas* quando relata que nasceu em Brasília, mas "a origem da família é de fora. A mãe é angolana e o pai é português, foi para Angola também e lá conheceu sua mãe, se casaram e vieram para o Brasil em 1975, por causa da guerra civil na Angola. Vieram sem nada e aqui reconstruíram a vida em Brasília. Os avós estavam no plantio de café e tinham um comércio também na cidade, outros avós eram criadores de ovelhas no norte de Portugal, mas faleceram antes de ela conhecer". Então, a migração entre o campo e a cidade em sua família foi também um fluxo migratório internacional de sua família, conectando três continentes em torno do Atlântico: Portugal, Angola, Brasil. As migrações internacionais, portanto, são fenômenos sociais complexos que envolvem uma série de fatores e um deles que costuma ser pouco discutido pela literatura do tema é que também podem ser processos sociais de luta por terra e território das famílias camponesas, sendo a política de reforma agrária para a garantia do direito à terra uma perspectiva de luta popular e de solidariedade entre os povos que buscam refúgio e meios de vida.

Uma militante do MST, a *Irmã acampada transformadora,* conta que saiu de casa muito nova para poder estudar, "com onze anos fui morar numa família na Vila, eu e um menino da minha comunidade, da minha geração, os dois foram quem estudaram porque foram para a cidade e depois para a igreja, não tinha condições de fazer três quilômetros e meio a pé para ir à escola, então, morava na cidade e depois ia para o convento". Ela compartilha que fez seus votos perpétuos das irmãs carlistas e escalabrianas que trabalham com imigrantes, mas deixou o convento para trabalhar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, em sua interpretação, entende que "hoje em dia se atua muito mais com a questão das migrações do que se estivesse na vida de antes, porque o povo sem terra é um povo migrante, muitas vezes expulsos, despejados, violentados, lutando por terra e território", a partir de onde vão reconstituir direitos humanos, dignidades e cidadanias oprimidas pela lógica violenta da concentração de terras e da acumulação do capital.

Por último, a *Candanga ancestral* compartilha que possui ascendência negra, indígena e europeia e empreende uma análise sobre o racismo nas relações internacionais. Ela explica que por causa da escravatura, os povos negros perdiam totalmente a ligação com a sua origem e a sua ancestralidade na África e, considera que isto ainda é pouco discutido nos espaços de luta e internacionais. Expressa que "queria a segunda cidadania na África, conforme a classe média e alta no Brasil sempre relata que vai tirar sua segunda cidadania na Europa", mas sente que para os negros nas Américas isto não é uma possibilidade tão acessível, pois, reflete que "é muito mais difícil se localizar na própria história de sua família quando seus ancestrais

chegaram ao Brasil escravizados, e mesmo depois de libertos, ficaram nas ruas e favelas sem apoio público para acesso à terra e trabalho, ao contrário do imigrante europeu que veio fugido da Segunda Guerra Mundial, mas que teve acesso a uma política de Estado para sua estabilidade. Apesar de muito sofrimento também, mas é um sofrimento diferente, em que depois tiveram apoio político pela cor branca, que os povos negros e africanos não tiveram", então, se pergunta quando um apoio político e uma reparação real vão ocorrer nos países e no cenário internacional em relação ao racismo e à desumanização vivenciada pelos povos negros desde o colonialismo, e que até os dias de hoje tem consequências que se expressam em desigualdades sócio-raciais, genocídios e encarceramentos na sociabilidade capitalista. Afirma que "o preconceito no Brasil é cruel e não menor em relação aos Estados Unidos, porque aqui sequer se assume que o preconceito exista e isto impede que as pessoas negras muitas vezes consigam se defender da desigualdade e da violência".

Na *La Via Campesina*, os movimentos sociais levam e trazem propostas, como na elaboração do feminismo camponês popular, no enfrentamento às violências e ao racismo, que são todas questões igualmente importantes das mulheres organizadas nos movimentos sociais ariculados na *La Via Campesina* nas Américas e em outras regiões do mundo. A *Camponesa livre e socialista* conta que está atuando com tarefas das relações internacionais pelo MMC junto à *La Via Campesina*, participando da construção da última assembleia Internacional na Colômbia, em 2023 e contribuindo no livro lançado pela Articulação de Mulheres da CLOC/LVC. Ela diz que tem se desafiado nas atividades em diferentes idiomas como o inglês e o espanhol e que entre os temas fortes na conferência internacional da *La Via Campesina* estão "os retrocessos nos direitos das mulheres que tem sido uma análise global em todas as regiões do mundo, no momento em que o capital ganha força para se recompor de crises eles acontecem, e também o tema das guerras no mundo, a defesa do povo palestino que sofre genocídio e quem levanta sua bandeira também tem sido criminalizado". Existem desafios complexos relacionados também ao avanço do fundamentalismo e do racismo religioso e à criminalização das discussões feministas, da diversidade sexual e de gênero e até do socialismo. A *Irmã acampada transformadora* explica que "se tem buscado estratégias e alternativas, como na *La Via Campesina* estão a falar de 'diversidades' porque a terminologia, ela meio que conduz um pouco a ação e tem muitos países que ser LGBT significa viver em risco de vida, suicídio, morte, prisão e perseguição. Até onde se pode falar sobre o tema, como no Brasil, onde há ações públicas do movimento LGBT, também ainda há risco de vida e este é um problema muito sério também para os sujeitos do campo. Em muitos países do mundo sequer se aceita que exista uma ação pública, existe criminalização. Por isso, para a última Conferência Internacional foi

construído um documento de estudo com vários temas e o pessoal da Ásia e da África pediram para nós mandarmos o arquivo em formato editável porque eles iam ter que modificar alguns textos e até tirar outros, porque as organizações corriam sérios riscos e não podiam nem circular os doscumentos livremente pela sociedade".

Portanto, consoante a *Educadora da mística afro-indígena,* a alternativa em defesa da vida está na perspectiva da unidade latino-americana e internacionalista popular cultivada pelos movimentos sociais no campo que também estão na CLOC e na *La Via Campesina*, os quais se contrapõem ao colonialismo, ao eurocentrismo, ao capitalismo, o racismo, o patriarcado e o imperialismo. Em suas palavras:

> Acho que a alternativa é a gente se juntar, realmente, enquanto América Latina e deixar o eurocentrismo que foi implantado, dos europeus, de fora do país, em especial no Brasil, enquanto esse país continental que muitas vezes não se articula em unidade com os próprios irmãos e irmãs latinos. E começar a fazer algo conjunto, realçar, para que a Via Campesinha, CLOC, ela conseguisse uma unidade. Mas assim, ao mesmo tempo que a gente vê a importância da Via campesina, dos movimentos sociais, é diversa, há ascensão usurpadora de vidas e de tudo do próprio mercado, do imperialismo, da forma dele se auto-organizar, sabe? Então eu acho que é de suma importância, mas, difícil hoje essa alta organização, porque se antes a gente tinha a ditadura e a opressão que vinha assim, dizia na cara da gente o que era pra gente fazer, igual aquela música da Margarida Alves, hoje, a cegueira está constante até dentro dos nossos próprios movimentos e organizações, não é? (Educadora da mística afro-indígena)

O relato da *Irmã acampada transformadora* traz que a ação coletiva como *La Via Campesina* inclusive junto com as universidades "está sendo importante para a universidade também agarrar os temas e contribuir cientificamente para avançar, por exemplo, na produção agroecológica e no movimento, a tarefa é bem importante no sentido de promover uma linguagem que as pessoas entendam e que às vezes exclui o povo de beber nos acúmulos da ciência por causa dos conceitos difíceis". Esta é, portanto, também uma tarefa do internacionalismo popular, em criar um campo de experiências compartilhadas ainda que um determinado conceito ou tradução seja diferente entre um contexto ao outro, porque o fundamental é partir da diversidade de experiências de resistência e luta popular que dialoguem entre si e não impor de cima para baixo uma determinada "saia justa" conceitual. Compartilha que seus acúmulos de militância são "uma mistura de suas experiências no MST e na *La Via Campesina"*, porque está atuando nos dois espaços. No MST, desde 1989, e na *La Via Campesina,* mais diretamente, a partir de 2006. Na última Conferencia Internacional, na Colômbia, identifica que aumentou o número de organizações membras da LVC que são

diversas entidades em cerca de 80 países, ou seja, é uma articulação transnacional de movimentos que forma um movmento internacional e não apenas um movimento sozinho. Considera que na América Latina há uma história de luta e resistência que contribui com o mundo assim como tem articulações internacionalistas que ajudam a gente a entender o nosso mundo, entender a nossa sociedade, pensar ações coletivas e "a gente está carecendo de aprender cada vez mais de outros povos, a não se ver isolado nesse mundo".

> Eu acho que a articulação nossa, aqui no Brasil, na América Latina, ela é bem poderosa, né? Da gente fazer reflexões que talvez muitos lugares desse mundo ainda não conseguiram fazer. Aqui na América Latina a gente tem uma história de luta. Tem uma história da resistência de eu que sou emigrante, você também deve ser. Mas voltando à questão que eu acho que a gente vive numa região que tem lutas, que tem lutas e tem articulações que ajudam a gente nisso, que são internacionalistas e que ajudam a gente a entender o nosso mundo, entender a nossa sociedade, pensar ações coletivas junto. Enfim, é a Via Campesina é só um movimento que nasceu, e talvez o movimento maior hoje, no mundo, que consegue manter uma articulação. Não existe outro movimento que tenha articulação como tem a Via Campesina mundial, né? Eu acho que a gente está carecendo disso, de a gente construir articulações. Mas é que a importância acho que vem disso, não é, da gente aprender de outros povos, a construir os nossos povos da gente não se ver isolado nesse mundo, né? (Irmã acampada transformadora)

Ela explica que a *La Via Campesina* existe por conta da construção da soberania alimentar, para garantir que as pessoas tenham o direito de produzir o que elas vão comer "e não de comer o que nos impõem as poucas empresas que produzem e distribuem alimentos, porque se nós ficarmos na mão de quem produz em grande escala, de quem empacota o alimento, distribui o alimento, vamos continuar com fome e vamos perder a diversidade da alimentação dos povos. O que fez esse mundo existir até hoje foi o povo ao menos ter garantia da sua própria alimentação. Então, um dos grandes objetivos da *La Via Campesina* é a construção da soberania alimentar". Os movimentos do campo têm ajudado a avançar na consciência da soberania alimentar, que só vai existir se for garantido "que cada povo coma do seu próprio alimento, tenha sua própria semente. Grandes empresas, como a Monsanto querem impor a sua semente que não reproduz, e elas não aceitam a semente que não é a sua, tirando soberania dos países aos criar dependência dos produtores e da sociedade". Desta forma, ela cita que as campanhas internacionais da *La Via Campesina*, como a *Campanha Internacional Sementes Patrimônio dos Povos à Serviço da Humanidade*, em defesa da diversidade das sementes crioulas e da autonomia das mulheres e dos camponeses, traz um elemento importante do internacionalismo popular: a crítica ao neoliberalismo e às corporações multinacionais

entendidas como violadoras dos direitos humanos das camponesas/ es e dos povos, em especial, dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA). Assim, a campanha das sementes tem sido um conteúdo permanente junto ao princípio de soberania alimentar, para garantia de que todos os povos tenham condições de viver com com dignidade em seus territórios.

Para a *Agroecóloga da Libertação*, a crítica às corporações multinacionais também deve levar em consideração a crítica à divisão internacional do trabalho e ao imperialismo, bem como aos demais elementos da formação sócio-histórica brasileira e latino-americana à luz dos quais se deve ensejar uma análise crítica das relações de poder no cenário internacional. Ela afirma que:

> O Brasil é historicamente um país colonizado, dominado pelo continente europeu inicialmente e depois sob o domínio da hegemonia imperialista norte-americana, seguindo todos esses pacotes, essas políticas que Estados Unidos construiu para o continente, ao longo da década de 60, as ditaduras e antes, os gastos com divida externa, com uso de dinheiro do Banco Mundial, com dependência, submissão, nessa divisão internacional do trabalho e o imperialismo explicam muito o lugar que foi dado ao Brasil nesse modelo de desenvolvimento econômico mundial, por isso que o Brasil, ele é um país que sempre foi um país agroexportador, né, sempre foi visto como esse lugar da exploração desde lá do início, que se explorou o ouro, nas minas aqui nas gerais, se explorou cana de açúcar no nordeste, a borracha de seringal na Amazônia, você vai ter várias outras explorações e o agronegócio vai se consolidando, principalmente como esse modelo aqui local, né, que de forma de exploração, que dá esse lugar aí ao Brasil no contexto mundial, de um país periférico, de um país dependente, de superexploração dos seus trabalhadores de superexploração dos seus bens naturais, seja da terra. (...) A presença do Estado se altera um pouco aí nos governos do PT, mas que até então nem, você não tinha o Estado como um ente mediador de uma qualidade de vida, de bem-estar social da população brasileira não é, muito pelo contrário, o Estado servindo à esses interesses imperialistas ou ao interesse privado da das corporações, das empresas transnacionais, né, e isso muito vinculado com essa relação com elites locais. Isso explica o lugar do Brasil no mundo, o lugar do povo brasileiro, a constituição do povo brasileiro forma de exploração e todo nosso contexto, então isso está e esteve desde a colonização com suas formas específicas e foi se transformando ao longo do tempo mas é presente até hoje sim. (*Agroecóloga da Libertação*)

Neste sentido, documentos como a *Declaração de Nyeleni da La Via Campesina* e a *Declaração da ONU dos Direitos das Camponesas, Camponeses e Outras Pessoas que Vivem nas Áreas Rurais* são fundamentais para expressar o que os movimentos sociais no campo querem construir também no cenário internacional, em contraponto às violações de direitos impostas pelas corporações multinacionais e as grandes empresas capitalistas que causam

violações de direitos às mulheres camponesas, às trabalhadoras nas cidades, suas famílias, comunidades e povos. De acordo com a Revolucionária das flores transtlânticas, na conjuntura atual, um aspecto importante ao qual os movimentos sociais populares no campo e na cidade devem estar atentos no tocante à dimensão internacionalista das lutas sociais é que o capitalismo e o imperialismo tem buscado se reinventar em uma falsa imagem de ecologia e sustentabilidade, como forma de constituir novos ciclos de acumulação de capital a partir das expropriações dos territórios dos povos do sul global, como no exemplo da mineração do lítio para baterias elétricas. Assim, as lutas sociais feministas camponesas populares se contrapõem ao capitalismo verde e ao imperialismo verde. Em suas palavras:

> (...) temos vivido um novo momento de imperialismo verde, que é esse imperialismo ecológico, sustentável, supostamente ambientalmente correto, o que significa hoje o papel dos países do norte de querer transferir pra cá pros países do sul a responsabilidade sobre os seus atos de poluição, de degradação, de olhar para os territórios do sul como terras disponíveis para compensar os seus projetos poluidores, matadores e degradadores vinculados ao modo de produção e consumo do sistema capitalista. Então, hoje o que significa o Brasil, a América Latina, a África nesses grandes projetos para mim é uma nova forma de imperialismo, de olhar para esses países, é lá que tem territórios que tem povo que conserva esses territórios que são disponíveis ao que eles só vêm como matéria-prima e para os grandes projetos. Os projetos de descarbonização da Europa é a custo do lítio extraído aqui na Bolívia, no Chile e na Argentina, em processo de muita violência e de expulsão territorial, de famílias e comunidades ancestrais. É de algo que, para produzir bateria limpa para os carros elétricos e não emitir carbono na Europa, mas a custo de uma empresa que vem minerar o lítio e deixa todo o dano e todo o problema ali no local, sem responsabilidade, sem nada de riqueza e cuidado nesse território. Os projetos de energia eólica, por exemplo, no nordeste que produz uma energia colocada como limpa devemos nos questionar "é limpa pra quem?" porque para o território ela segue causando violações, degradações, assédios às comunidades nos territórios, mas ela tem um significado contraditório que precisa ser pensado e reconhecido, ela só é limpa para determinados grupos. (...) O debate da unidade, da organização dos povos em todo o mundo, que são oprimidos pela mesma força do sistema capitalista, isto é determinante, isso se faz como uma ação internacionalista que é também uma ação de solidariedade entre os povos. Se a gente tiver povo organizado assim, e eu acho que tem uma relação muito importante que os governos progressistas precisam ter e para mim as eleições mostraram isso, né, que é você, se você não tem gente organizada na cidade, as pessoas vão votar naquilo que ela, que está mais fácil ali, né, do que parece que está mais atrativo que é o que a direita colocou. As revoluções na América Latina mostraram isso, que são as pessoas que defendem esse processo, você precisa ter e aí isso se faz com participação social, isso se faz com atendendo essas necessidades concretas e reais desse povo tão marginalizado. Isso não pode ser feito só de 4 em 4 anos ou de 2 em 2 anos, pensando agora, o que vai ser nas eleições municipais. Precisa constituir um processo organizativo de longo prazo, de pensar estrategicamente para frente, assim, isso é central. (*Revolucionária das flores transatlânticas*)

Neste sentido, interpretam-se também mais algumas críticas em relação ao cenário internacional. Por exemplo, em relação à forma como muitos organismos internacionais com seus tratados, regimes, acordos e declarações, ainda que importantes como formas de visibilizar e cobrar deveres dos Estados para garantia dos direitos humanos, ainda não tem tido condições de coibir as violações de direitos causadas pelas corporações multinacionais nos territórios camponeses, indígenas e dos povos, sobretudo, nos países da periferia global.

Muitos organismos internacionais multilaterais como a ONU, a FAO, entre outras, realizam recomendações ou, no caso de cortes internacionais de direitos humanos, fazem condenações e reparações após uma violação de direito. Os Estados não tem garantido a auto-determinação dos povos sobre seus territórios, como definido pela Convenção 169 da OIT, por exemplo, que mais servem para adiar as externalidades negativas dos grandes projetos do capital do que impedir de fato a entrada, nos territórios dos povos e comunidades, das mineradoras, dos empreendimentos de geração de energia e do agronegócio, entre outros.

Assim, o reconhecimento dos movimentos sociais camponeses e populares como atores das relações internacionais – para além de uma lógica estadocêntrica - e a valorização de um internacionalismo feminista camponês popular se mostram fundamentais para a democratização do cenário internacional, para construção de novos regimes e direitos internacionais em defesa da vida e para a superação das relações internacionais de dominação à luz da construção política da soberania alimentar dos povos.

Conforme afirmou a *Lutadora migrante da floresta, "e*xiste, sim, pessoas em uma ala do governo que tem uma preocupação muito grande em demarcar a terra indígena e quilombola, está sensível a questão da produção de alimentos, sensível à questão ambiental. Mas tem o centro desse governo que ainda pensa muito mais em políticas compensatórias de que não dá para fazer o desenvolvimento se não tiver a mineradora, se não tiver o agronegócio. Pensam em termos de políticas compensatórias a quem está cuidando do meio ambiente, mas tem certas coisas que não podem ser compensadas. Todas as negociações a nível internacional que tem ocorrido esse ano com falas muito bonitas, mas precisamos repensar a matriz energética, precisamos pensar na questão das mudanças climáticas, na reforma agrária, é a tarefa de casa do Estado que não tem sido feita e se deixa as mineradoras avançarem".

Por fim, a *Lutadora migrante da floresta*, afirma que a nível internacional, com a *La Via Campesina e* com a CLOC, se vai levar as bandeiras específicas das mulheres camponesas e trabalhadoras, mas sempre ciente de que também se precisa fazer uma luta para além das mulheres camponesas, ou seja, fazer uma luta de transformação da sociedade e dos projetos de desenvolvimento, pois, "essa luta ela não pode ser só nossa, ela não deve ser só nossa e ela só

vai conseguir de fato ter sucesso o dia em que se fizer uma aliança forte camponesa e urbana, com outras organizações, sendo sempre necessário ampliar essa luta”.



Foto 13: Feiras agroecológicas construindo mercados locais, processo de formação política e redes de aliados na sociedade rumo à soberania alimentar dos povos. Acervo pessoal. MMC em atividade do 8 de março na Feira da Ponta Norte na capital federal. 2023.

4.2 Lutas sociais pela terra e movimentos sociais na Argentina: *Semillas* de Alimentação, agroecologia, políticas públicas e internacionalismo (Categorias II; III; IV e V)

"Ninguém possuirá este corpo de lagos e vulcões
Esta mistura de raças
Esta história de lanças
Este povo amante do milho
Das festas à luz do luar
Povo de cantos e tecidos de todas as cores
Nem ela nem eu morremos sem desígnios nem herança
Voltamos para a terra de onde de novo viveremos
Povoaremos de frutos carnosos o ar de novos tempos"
(Gioconda Belli – A mulher habitada)

4.2.1"¡Arriba las whipalas!": Elementos históricos da luta pela terra na argentina: povos indígenas, camponeses e trajetórias dos movimentos sociais

Uma segunda categoria de análise que emergiu da pesquisa de campo na Argentina foi a história da luta pela terra, desde o reconhecimento dos povos indígenas como referências até o surgimento e trajetória de diferentes movimentos sociais no campo - os quais também mantém articulações com organizações e sujeitos nas cidades. O ponto de partida desta tese é os movimentos sociais no campo integrantes da *La Via Campesina* e, no entanto, durante a pesquisa de campo foi possível também se encontrar com representantes parceiras nas lutas sociais empreendidas pelas organizações da *La Via Campesina*, de modo que se investigou um conjunto mais amplo do que apenas a *La Via Campesina* e a CLOC, conforme também empreendido durante a pesquisa de campo no Brasil. Fazendo uso de uma palavra de ordem dos movimentos sociais andinos que também estão presentes no contexto argentino *"Arriba las whipalas! Abajo las reformas!*" se interpreta que a luta social no campo, por terra e alimentação também apreende a luta pelo direito à diferença, a defesa das expressões de diversidade dos sujeitos no campo, pois, na Argentina, identificou-se a forte presença de uma unidade campesina indígena no âmbito de movimentos sociais que articulam de forma conjunta ambos os sujeitos e identidades. Nesta seção, estão presentes os conteúdos que fundamentam esta reflexão a partir da Categoria II *"Lutas sociais no campo e movimentos sociais"* nas falas das mulheres em movimentos sociais no campo na Argentina.

Um primeiro conjunto dos elementos oriundos das falas das entrevistadas foi sobre os fundamentos históricos das lutas sociais no campo em que estão a luta pela terra, pela soberania alimentar dos povos e, conforme se contatou, também por outros temas como a memória, verdade, justiça e reparação contra a ditadura militar, a ecologia social e a agroecologia, a luta

contra o desemprego, a participação política democrática e a relação com partidos políticos, entre outros.

No relato de uma integrante do MNCI – VC de Buenos Aires, a *Trabajadora de la mirada comunista* explica que a historia dos movimentos campesinos na Argentina tem muitos momentos distintos. A princípio já tinha na Argentina a luta dos povos originários, povos indígenas e também de seus descendentes que eram considerados "criollos" da miscigenação entre indígenas e colonizadores espanhóis. Até 1800 e 1900 continuaram as migrações internacionais que foram povoando a Argentina, principalmente espanhóis mas também portugueses, turcos, italianos, entre outros. O fluxo de migrações também se intensificou depois das Primeira e Segunda Guerras Mundias.

Em um momento posterior, em torno de 1910, a luta pela terra foi empreendida pelos "chacareros" que fizeram o "Grito del Corta" onde todos os chacareros e chacareras, pobres, pequenos produtores rurais e camponeses se nucleiam e se armam para lutar por reformas e direitos, num processo que muito tempo depois vai se desdobrar no surgimento da Federación Agrária em que se nucleiam pequenos produtores e campesinos criollos, pequenas famílias produtoras rurais. Esta seria uma outra forma de organização dos sujeitos no campo que não é voltada ao autoabastecimento alimentar e venda do excedente, mas se dedica à produção de mercado, para comercialização.

Ela afirma que esta perspetiva é diferente da perspectiva dos povos indígenas que praticamente não tem esta relação de priorizar o mercado, a venda, a geração de valores de troca, mas sim lutam por seus territórios e pelo direito aos bens comuns da natureza e ao bem viver. Assim, existem muitas lutas distintas que vão se dando no meio rural argentino. Quando novos movimentos sociais no campo vão surgindo com foco na terra, na alimentação e na agroecologia estão voltados à contemplar as necessidades humanas e sociais de comunidades campesinas e indígenas muito mais referenciados nas experiências, saberes e valores dos povos originários.

Em outra entrevista, uma militante do MCC e MNCI- Somos Tierra, a *Militante de la memória, verdad y justicia* compartilha que ela se envolveu com a luta por direitos humanos porque é filha de desaparecidos políticos da ditadura argentina e no movimento campesino indígena sentiu que houve uma articulação das duas dimensões de lutas com a qual se envolveu desde jovem, pois, ela também desde cedo participou de projetos vinculados à ecologia social e agroecologia durante os anos 1990, quando era estudante, sempre se interessando por esta vinculação entre temas ambientais e sociais. Em sua fala identifica-se a relação com a luta por memória, verdade, justiça e reparação que atravessa as lutas sociais latino-americanas em

diferentes países em que foram implementadas ditaduras militares que promoveram perseguição, desaparecimentos, torturas e assassinatos de militantes nas áreas urbanas e também no campo, ainda que as violações no meio rural sejam menos reconhecidas pela sociedade e os Estados.

Durante a ditadura, houve uma perseguição às Ligas Agrárias e a todas as organizações que estavam fortalecendo a organização popular, defendendo o trabalho e a educação no meio urbano e no meio rural. A repressão abrangeu estes dois territórios, não só a cidade. Ademais, as políticas econômicas que se produziram neste período promoveram uma concentração brutal da terra na Argentina. Ainda que não tenham realizado uma ampla reforma agrária integral, mesmo as políticas de redistribuição de terras que existiam foram se extinguindo, configurando a Argentina como um país em que a maior parte da população vive nas cidades.









Fotos 14; 15; 16; 17: Acervo pessoal. Pesquisa de Campo em Buenos Aires, Argentina, na Macrha das Madres Plaza de Mayo, referências na luta contra as ditaduras na Argentina e na America Latina. Suas marchas acontecem semanalmente toda quinta-feira até os dias de hoje. 2023.

Em sua fala, a entrevistada explica que muitos movimentos sociais que surgiram durante o contexto da ditadura militar argentina estavam envolvidos em algumas questões para além das questões alimentares e de pobreza, estavam em busca de netos e filhos desaparecidos políticos e em luta por memória, verdade e justiça. Esta segue sendo uma marca de todos os movimentos sociais populares argentinos até o dia de hoje, também no sentido de estar sempre

em busca da verdade. Pois, muitos corpos não foram encontrados, assim como muitas crianças filhas e netas dos desaparecidos e lutadores políticos também tem paradeiro desconhecido. Também significa uma luta pela verdade histórica que se encontra ameaçada em tempos de negacionismo e conservadorismos políticos, assim como uma busca pela verdade de si, de suas próprias raízes familiares e comunitárias uma vez que muitos laços foram rompidos e muitas informações e identidades foram silenciadas, inclusive em seus vínculos com o meio rural que foi culturalmente rechaçado e tratado de forma pejorativa como o lugar do atraso Descobrir a verdade é um desconstruir-se da naturalização das discriminações, desigualdades e violências, o que nem sempre é fácil porque buscar romper com assimetrias de poder é transformar as barreiras mas também privilégios sociais.

Da parte dos campesinos, a *Trabajadora de la mirada comunista* explica que houve uma luta muito forte das Ligas Agrárias del Nordeste, em um contexto onde também se construía a Teologia da Libertação em toda a América Latina. Este contexto de efervescência de resistências possibilitou que, no meio rural argentino, surgissem novos movimentos campesinos e indígenas como o Movimiento Agrario de Misiones (MAM) em 1971, de onde também emergiu as Ligas Agrárias Missioneras (LAM) fortemente reprimida pela ditadura militar argentina. Hoje em dia o MAM ainda existe e integra a Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT), organização parceira dos movimentos articulados na *La Via Campesina* na Argentina, como o MNCI- Somos Tierra. Também um pouco depois, em 1994, foi criado o Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) que hoje integra o Movimiento Nacional Campesino Indígena - Via Campesina (MNCI – VC). São lutas territoriais históricas, pelo direito à terra e contra os despejos mas também pelo direito à participação política.

Para a *Vecina vegetariana,* o campesinato argentino seria menor que o campesinato brasileiro não só pelo tamanho do território mas em proporção entre urbano e rural e, no entanto, ela explica que faltam pesquisas públicas e censos demográficos que consigam proporcionar compreensão mais apurada sobre as condições de vida da população no meio rural, o que indica sua invisibilidade e dificuldade de acesso às políticas e serviços públicos. A maioria das universidades e das políticas públicas não fala de camponeses, só de agricultura familiar, e é como se não existissem. Nesta correlação de forças, como são poucos e não considerados significativos para o produto interno bruto são invisibilizados e somente resgatados quando em alguns momentos concretos da política, como nas eleições, se torna interessante resgatar os sujeitos do campo para instrumentalizá-los e não para apoiar a construção de sua autonomia e auto-determinação e nem sua valorização social.

Outro ponto de discussão nas falas das entrevistadas foi a relação com partidos políticos, por exemplo, na Argentina, não se passa o que houve com o Brasil de "perder" a simbologia da bandeira nacional para um candidato de extrema direita posto que o peronismo é muito forte no país e há uma perspectiva nacional e popular para a qual os símbolos pátrios são muito importantes, algo que começou com Perón mas que agora é algo muito amplo no âmbito do Partido Justicialista, que abrange também o kirchnerismo e até mesmo governos neoliberais como foi o de Carlos Menem na década de 1990.

A *Vecina vegetariana* possui origem basca (País Basco/ Euskera) e afirma que as bandeiras nacionais em geral lhe causam aversão, porque a bandeira nacional espanhola não a representa. Ela faz uma comparação com o Brasil e acredita que antes do governo Bolsonaro parecia que a esquerda usava mais a bandeira nacional (como nas lutas das Diretas Já) mas também é verdade que usavam muito o vermelho porque partidos, sindicatos e movimentos como PT, CUT, MST, MPA e outros tem tradição operária e socialista e se expressam com esta cor. Na Argentina muitas mobilizações dos movimentos sociais levam consigo uma forte simbologia nacional, principalmente nas entidades que constróem processos de maior aproximação na incidência e articulação com partidos políticos. E, não menos relevante, também são muito utilizadas bandeiras com simbologias indígenas, como é o caso das bandeiras mapuches e das bandeiras whipalas (de unidade dos povos andinos).

Na fala da *Trabajadora de la mirada comunista*s, ela elucida que também as rebeldias das juventudes constituem um elemento importante que fundamenta as lutas sociais argentinmas. Ela compartilhou que começou sua militância em 1989 a partir dos movimentos estudantis e na década de 1990 os estudantes travaram protestos muito importantes contra o neoliberalismo e as privatizações durante o governo Menem[63], a princípio, em defesa das escolas e universidades públicas mas também estimulando um amplo debate social também sobre o direito à saúde, moradia, trabalho, entre outros temas. Muitos outros setores sociais estiveram em luta contra o menemismo, ainda que muitas privatizações tenham sido feitas durante os programas de ajuste estrutural daquela época. Com o tempo, os estudantes e todo o setor acadêmico e universitário foram percebendo que as propostas neoliberais conseguiram entrar nas universidades públicas de outra forma, por meio da implementação de planos de desenvolvimento de pesquisas voltados ao atendimento das necesidades das empresas e da criação de patentes privadas para as corporações.

[63] Os movimentos de juventudes e estudantis seguem empreendendo lutas sociais importantes em defesa do direito à educação até os dias de hoje, sobretudo, após a eleição de Javier Milei (2023) na Argentina.

Nesta mesma entrevista, a colaboradora de pesquisa destaca também que após as perdas sociais decorrentes da implementação do programa neoliberal da Argentina durante a década de 1990, inclusive de confisco das poupanças da população, em 2001 houve uma crise social profunda que desencadeou lutas urbanas intensas, também muito protagonizadas pelas juventudes como nos "movimientos piqueteros" que nascem nesse momento a partir de um processo de organização de trabalhadores sem emprego. Constróem uma onda de mobilizações que não pode ser desfeita pela repressão policial e fazem ocupações e barricadas nas ruas que duram mais de um mês na Ruta Três de Isidro Casanova.

O presidente da época, De la Rúa, fugiu em um helicóptero, e se instituiu o governo de Duhalde sem que o mesmo tivesse sido eleito pelo povo. Em 2002 se volta a fazer grandes piquetes na ponte Puyerredón, onde a polícia reprimindo as manifestações asassinou os dois jovens Darío e Maxi, gerando muita comoção em toda a Argentina contra Duhalde, com muitos movimentos socoiais doa campo e da cidade construindo marchas, inclusive na Plaza de Mayo em frente à Casa Rosada. Duhalde Ficou deslegitimado e não pode se candidatar nas eleições seguintes, até que foi eleito Nestor Kirschner e se inaugurou uma nova página de construção de cidadania, políticas públicas e direitos na Argentina.

Considera que é sempre importante não deixar de lutar por seus direitos mas também não colocar em risco as conquistas realizadas, acompanhando os processos políticos políticos de maneira crítica, pois, entende que existem horizontes de lutas e que as mudanças não vão acontecer de um dia para o outro, porque a esquerda vai passo a passo, mas cada vez que ganha um governo de direita se retrocede quilômetros em muitas coisas e é importante estar atento para se unir e não deixar o retrocesso de direitos acontecer.

Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE): Lutas dos povos indígenas e das comunidades camponesas



Imagem 37: Bandeira do MOCASE

Uma das entrevistadas, a *Anciana de las raíces originárias,* militante do MOCASE, compartilha que ela é filha de uma família campesina que passou a se organizar na luta pela terra no final dos anos 1980, na comunidade e no território onde desde sempre já estava inclusive seus bisavôs que sempre viveram ali e sempre tiveram que fazer luta para permanecer na terra. São os filhos dos filhos de uma pequena comunidade que, na verdade, é uma comunidade indígena e começou-se a assumir isso a partir de um processo de revalorização das raízes indígenas das pessoas daquela zona que são o Pueblo originário Vilela, que vive na província de Santiago del Estero, uma das primeiras províncias criadas durante o colonialismo.

> Y soy hija de una familia campesina. Una familia que ha empezado en los años finales de los 80 a organizarse por la tierra en la comunidad donde, bueno, continuamos, donde han estado los bisabuelos haciendo pelea por la tierra. Este continuamos ahí, los hijos de los hijos y bueno, somos una pequeña comunidad que con el tiempo ha podido con la organización hacer una revalorización de las raíces indígenas y entonces somos del pueblo originario Vilela es uno de los pueblos indígenas en la zona. En la provincia de Santiago del Estero, una de las provincias que primero se ha fundado con el colonialismo, este ahí es donde se han llegado, han hecho todo el desastre que han podido con las comunidades originarias y que después en el proceso de nacionalización, bueno, han seguido como cazando a los indígenas, buscándolo para someterlo, esclavizarlo o entregarlos a encomienda a patrones y así un poco desarmar toda esa historia, historia impuesta, no. A través de la escuela lo hemos podido hacer en la organización, conversando con nuestros mayores, no, de cómo era antes la vida de ellos, de dónde habían venido y ahí alguno bueno de parte de mi padre, sus padres, su padre era venido supuestamente de España y los padres de mi madre sí son originarios de ellos, traían toda esa memoria de los lugares donde iban como asentándose,

> reasentándose en épocas donde bueno la colonización los quería llevar no y un poco todo eso lo hemos ido construyendo. A mí me ha tocado estar desde jóven, no, integrarme con la familia, la organización, hemos estado como juventud de la comunidad y de las centrales ahí haciendo parte del proceso de construcción del espacio de jóvenes y de comunicación con las radios comunitárias, la FM que hemos podido construir con el movimiento y es un poco la tarea y a veces. (Anciana de las raíces originárias)

Ela explica que o colonialismo foi um processo em que os europeus chegaram e impuseram todo um desastre às comunidades originárias, e durante o processo de nacionalização isso implicou perseguição aos indígenas e escravização, como por meio de serviços de encomenda e entrega de indígenas escravizados a patrões, e esta foi uma história de "descobrimento" imposta à ela através da escola.

Dentro dos processos de organização política e em diálogo com os mais velhos, em seu movimento social se buscou resgatar como era a vida deles antes. O vínculo com os povos originários é por parte de sua mãe e descobriu que, por parte de pai, estavam os colonizadores espanhóis. A parte da família materna trazia a memória dos povos originários, de onde viviam e onde foram se assentando e reassentando, continuamente, fugindo da colonização que os queria capturar e levar. Desde jovem ela está envolvida nesta trajetória de sua família e de sua comunidade e dentro de sua organização começou participando de grupos de jovens, grupos de comunicação e da rádio comunitária FM, que com o movimento social conseguiram construir na comunidade.

Em uma de suas respostas ela relata que em 1998 foi à sua primeira missão internacional, como delegada de sua comunidade e do MOCASE a um curso de militantes de base com o MST, no Brasil, e esta foi a primeira vez que saiu de casa e isso foi um ponto chave para se envolver com a organização e lutar por uma causa secular, pois, são séculos de luta social de seus familiares aos quais agora ela passou a ser parte e dar continuidade com sua vida. Não era comum falar sobre capitalismo e sobre opressão em sua comunidade, então esta formação desarmou olhares e práticas cotidianas para ela "se abrir ao novo" em um processo de formação política.

O Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) nasceu formamelmente em agosto de 1990, após a ditadura militar argentina. Foi um momento em que os movimentos estavam mal vistos porque no tecido social havia um medo enorme da repressão, conforme havia acontecido com as Ligas Agrarias e, nesta província, teve atuação do Sindicato de los Rancheros e também experiências menores na área florestal. Também fazem parte da história de luta naquele território desde as memórias de seus avós os Levantamientos de Caciques, que

foram lutas face as tentativas de submeter os povos da região, e isto faz parte da memória histórica que nutre o movimento camponês por um lado e de outro lado tem a presença da igreja, mas que com a Teologia da Libertação, particularmente ali a presença de padres e missionários e outros jovens que em Santiago del Estero, junto com companheiros de Monte Adentro impulsionaram o MOCASE. Depois, em 1999 fizeram seu primeiro Congresso.

> Sí. El MOCASE es el Movimiento Campesino de Santiago del Estero que formalmente se ha nacido el 4 de agosto de 1990, este pos dictadura militar aquí en el país donde, bueno, estaba como muy no solamente mal visto, sino que ha quedado todo un miedo en el tejido social a partir de la represión, no, y las Ligas Agrarias en ese momento también han sido como blanco de desarme de por parte de la represión y en Santiago del Estero no ha habido mucho la presencia de Ligas Agrarias, pero sí ha habido, no sé, Sindicato de hachero. Ha habido algunas otras experiencias que son más chicas porque era la zona de la forestal, no. Y también en la memoria de nuestros abuelos, de nuestras abuelas, de los levantamientos de repente de cacique, decían ellos así, ante estos intentos de sometimiento que ha habido entonces toda esa memoria histórica de repente que nutre no al movimiento campesino y por otro lado, la una parte que tiene que ver con la iglesia, con la iglesia de la Teología de la Liberación y ahí este bueno, ha hecho a un cura que se llama Ángeles Trapasón, el que ha venido junto con misioneros, otros chicos que hacían eso, misionar y que se han quedado en Santiago del Estero y han empezado junto con los compañeros de Monte Adentro a impulsar al MOCASE. Y después, con el tempo, bueno, en el 1999 hemos hecho nuestro primer congreso ahí (Anciana de las raíces originárias)

A partir de seu primeiro congresso passaram a entrar em contato com diferentes entidades que também já vinham surgindo naquele contexto pós-ditadura, como a Federación Agrária e o Movimiento Agrário de Misiones. Também estabeleceram contato com organizações periurbanas de cartoneros/cirujas. Foram sentindo necessidade de ter um espaço nacional para discutir e projetar nacionalmente sua disputa ante a política agrária argentina, assim como sobre outras políticas no campo como saúde, educação e infraestrutura. Assim, começaram a dar forma ao Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) que em 2005 foi seu momento de ir consolidando e em 2010 realizaram seu Primeiro Congresso Nacional. O processo de organização parte de reuniões que são mais locais e provinciais e assume dimensões nacionais com o MNCI- VC e internacionais com a CLOC e a *La Via Campesina.*

Em sua entrevista, a militante do MOCASE explica que o sistema capitalista vai 800 passos adiante sem perguntar ao povo, depois que já está em execução e já pensaram tudo, sem concultar, sem escutar e isso tem sido uma luta, assim o Malón por la Paz, desde Jujuy, está demandando que *"arriba las whipalas e abajo las reformas"* sobre o lítio. Nós apoiamos a luta porque acreditamos que se esta reforma avança, ela abre precedente para que se passe o mesmo

também em outras províncias, principalmente onde o tecido social organizacional não está tão forte e está fragmentado. Isto implica toda uma luta por conscientização social.

Por fim, ela conclui que a lógica das comunidades campesinas indígenas é conviver com a montanha e com os seres que estão na montanha e isso é uma cadeia de vida no território. Para o empresário a lógica é que isto é improdutivo, então desmontam tudo tiram tudo e colocam monocultivo de soja. Então, desde os anos 1990 tem havido muitos problemas e daí surgem os processos organizativos de resistência e luta face a este modelo.

Afirma que despertaram como organização e como campesinato ante a opressão dos empresários e de uma classe política que tem como método arrastar os povos e comunidades nos momentos de ganhar uma eleição, mas querem que seja diferente, querem construir realmente as pautas políticas que refletem o que querem como povo para transformar as desigualdades e assim despertar e levantar suas vozes.

Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC) e Movimiento Nacional Campesino Indigena – Somos Tierra (MNCI-ST)





Imagens 38 e 39: Bandeiras do MNCI -VC e MNCI – ST, respectivamente. [64]

A Argentina possui uma cultura política de construção de movimentos sociais de províncias, como é o caso de alguns movimentos citados previamente como o Movimiento Agrário de Missiones (MAM) e o Movimiento Campesino de Santiago de Esteros (MOCASE). Tanto Misisiones como Santiago del Estero são províncias do território nacional argentino, semelhantes às unidades federativas (UF)/ estados no Brasil. No Brasil, no entanto, os

[64] Disponível em: http://mnci.org.ar/

movimentos sociais no campo em algum momento de sua história se nacionalizaram, ou seja, partindo de diversas experiências locais e estaduais, se articularam a nível nacional sob uma mesma identidade política para incidir na política do Estado a nível nacional, para além das construções nos municípios e estados. Durante a pesquisa de campo foi possível compreender que na Argentina, no entanto, a organização política em torno das províncias advém da autonomia das mesmas para elaborar constituições próprias, para além da existência de uma Constituição Federal, o que repercute na continuidade de movimentos sociais de províncias que precisam ter uma luta constitucional não apenas nacional, mas também local.

No entanto, existem ganhos políticos significativos em construir movimentos nacionais, como articular estratégias comuns de incidência nas políticas nacionais, além de constituir redes para dar visibilidade às ações e lutas coletivas locais, criar laços de proteção da militância e de denúncia de violações de direitos, além de compartilhar aprendizados em comum, trocas de experiências, entre outros. Por este motivo, em 2006 foi criado o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), um movimento de articulação nacional dos movimentos e organizações sociais das diversas províncias do território nacional argentino, ou seja, criou-se um instrumento e uma nova identidade coletiva a nível nacional sem subsumir as organicidades e identidades das províncias, o que, é importante destacar, não é uma limitação da unidade interna dos movimentos sociais argentinos, mas expressão das particularidades políticas do país.

A *Vecina vegetariana* explicou que na Argentina as comunidades se articulam em movimentos e associações territoriais pequenas, que confluem em movimentos provinciais e logo todos eles confluem para o movimento nacional. Por sua vez, as organizações a nível nacional de diversos países confluem para os movimentos transnacionais como a CLOC e a *La Via Campesina*. Ou seja, são movimentos novos no sentido de serem novos espaços de articulação multiescalar dos processos de organização e luta social que partem dos territórios locais, mas não que sejam movimentos sociais completamente distintos dos intrumentos e identidades que historicamente vem sendo cultivadas, é como uma mesma colcha de retalhos que vai ficando cada vez maior.

Em outras várias entrevistas com militantes do MNCI foi relatado que em 2019, houve uma divisão interna no movimento. Foi possível perceber que esta é uma questão sensível para as mulheres militantes que concederam as entrevistas e, por este motivo, apenas se vai mencionar que 2019 foi o último ano do governo Macri, que implementou um projeto ultraneoliberal de perdas sociais e de grande endividamento externo do país junto ao FMI. Também foi um ano eleitoral intenso na Argentina, em que por meio da construção de frentes

democráticas amplas buscou-se impedir o aprofundamento dos retrocessos de direitos na reeleição de Macri e, então, houve a vitória eleitoral do governo de Alberto Fernandez como presidente e de Cristina Kirchner na vice-presidência. Portanto, foi um momento político bastante intenso para as lutadoras e lutadores sociais, em que houveram diferentes leituras políticas durante o processo e também muitos desafios oriundos de diferentes formas de trabalho e de condução de tarefas nacionais e internacionais.

Assim, um conjunto de organizações como o MOCASE e a SERCUPO, entre outras, constróem atualmente o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC) e outro conjunto de organizações como o MCC, a Red Puna, entre outras, constróem o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI – ST). Foi possível perceber que existem algumas diferenças nas simbologias, nomes e leituras das organizações, mas destaca-se desde já a riqueza e a força política de todas, em ambas as partes, que enfrentando as adversidades, persisitiram estrategicamente na construção política em escala nacional da luta popular mesmo que atualmente a partir de dois instrumentos com organicidade própria e autonomia em relação um ao outro. Ambos os movimentos estão presentes como integrantes argentinos das instâncias internacionais da CLOC e da *La Via Campesina.*

Uma das entrevistadas compartilhou que após a divisão, mesmo em meio ao período da pandemia de Covid-19 em 2020 as duas partes do movimento vivenciaram um processo de se reinventar e reconstruir em escala nacional, o que foi um contexto árduo também considerando todas as limitações às atividades coletivas decorrentes das medidas de isolamento social por questão de saúde, de modo que as atividades virtuais foram muito importantes e é relativamente recente ainda a retomada das atividades presenciais. Existem províncias argentinas em que estão presentes tanto o MNCI – VC como o MNCI-ST e outras em que estão presentes um ou outro, mas, não são organizações que não lutem juntas ou não tenham nenhuma afinidade, pois, se encontram em muitos espaços políticos e lutas em comum até os dias de hoje como em conferências e assembleias da LVC, por exemplo.

Nos relatos de duas militantes da província de Buenos Aires foi explicado que o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina (MNCI-VC) é conformado por um conjunto de organizações provinciais como o MOCASE e a SERCUPO que se uniram para fazer um movimento nacional. A SERCUPO é a organização Servicio de la Cultura Popular, de Esteban Echeverría, em Buenos Aires, conforme nos conta a *Hija de la semilla rebelde*. Começaram a atuar como uma organização não-governamental que trabalhava com jovens usuários de psicoativos que lidavam com questões sociais e de saúde oriundas da relação de vício. Fizeram uma viagem a Santiago del Estero e conheceram o MOCASE e a partir deste

encontro começaram a pensar a construção de um movimento nacional de articulações amplas. Neste processo houve muitos encontros, passeatas, acampamentos em que organizações do campo e da cidade foram se aproximando até o surgimento do movimento nacional que, na verdade, é um processo de mais de 30 anos de história quando consideramos as trajetórias das organizações locais e das províncias.

Relata a *Trabajadora de la mirada comunista* que os jovens e suas mães que se aproximaram do MOCASE começaram uma militância que estava fortemente atravessada pelas origens de seus pais e avós. Assim, começaram a pensar em uma nova possibilidade de projeto de vida que definem como "a volta ao campo", de onde advém o vínculo militante com organizações campesinas e indígenas que também contribuiu para a conformação do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI). Na época em que nasceu o MNCI havia também uma forte incidência de ONGs internacionais que vinham para países da América Latina apoiar especificamente aos povos originários e isto foi promovendo também separações entre organizações indígenas e organizações campesinas e, em algumas regiões, são os mesmos sujeitos que carregam estas identidades, como na região de Santiago del Estero, que foi o território onde há a experiência de organização e luta do MOCASE, que guiou o olhar e entendimento de luta pela terra do MNCI - VC, onde existem comunidades camponesas que puderam reconstruir suas indentidades como povos originários a partir do resgate da memória e do relato de avós e avôs, reconhecendo-se como Pueblo Vilela, isto fomentou a busca da unidade e não a separação política entre camponeses e indígenas e entre o campo e a cidade. Cada um possui suas particularidades mas a luta social uniu o que as divisões e desigualdades sociais separaram.

A *Militante de la memória, verdad y justicia,* integrante do Movimento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST) e do Movimiento Campesino de Córdoba conta que sua organização MCC tem mais de 20 anos de construção da luta campesina a partir de uma organização territorial na província de Córdoba onde não se reconhecia a existência de campesinos e indígenas, apenas se reconhecia o campo do agronegócio pois identifica que houve um branqueamento da história. Então, sua organização nasce para visibilizar e valorizar a identidade camponesa, por meio da qual os companheiros e companheiras se reconhecem como parte daquele território, em sua relação com a terra, desde uma forma de produzir, de ser, de estar em um território, de ter uma cultura que tem um valor e que não é ser "o pobre do campo", daquele que tem falta de desenvolvimento, mas que se identificam como camponesas e camponeses enquanto sujeitos do campo, esta foi uma construção central em sua organização. Destaca-se que as lutas sociais camponesas e indígenas não decorrem da falta de

desenvolvimento mas da força social e política para transformar o projeto de desenvolvimento extrativista e exportador de commodities. Possuem uma forte luta social em torno do tema do lítio porque parte de sua organização que está na província de Jujuy está na zona de pressão para exploração do lítio pela qual foi alterada a constituição da província. Esta mudança coloca em situação de mais profunda vulnerabilidade as comunidades indígenas, sobretudo, no não reconhecimento de seus territórios e de seus direitos. Por isso estão contra a exploração do lítio em seus territórios e todas as diferentes organizações vão se vinculando a esta luta. Na Argentina, conforme previamente mencionado, existe muito forte a característica das organizações que constróem esta identidade campesina e indígena serem provinciais e serem nacionais. Este é um processo muito vinculado também ao que foram as Ligas Agrárias que dentro da ditadura militar sofreram perseguição política para destruição do campesinato, que era um processo de aniquilamento que vinha desde antes mas que se intensificou na ditadura. Assim, nacionalmente sua organização que já tem cerca de vinte anos é o MCC, que também conflui para o MNCI – Somos Tierra junto com outras organizações, e ela diz que "este nome, Movimiento Nacional Campesino Indígena visa valorizar estas identidades camponesas e indígenas que os sistemas de dominação querem apagar. Querem pagar estas identidades camponesas e indígenas, o vínculo com a terra, sua maneira de produzir alimentos, sua maneira de produzir vidas dignas nos teritórios, esta maneira de cuidar das montanhas, de cuidar das vidas e ter vínculo com o território, por isso, um dos elementos que parece ser central ao MNCI – ST, conforme foi bastante citado pelas entrevistadas, é a síntese 'a vida no centro'". Fazem parte do MNCI – ST o Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) na província de Córdoba, a Red Puna nas províncias de Jujuy, San Juan, Misiones, a Mesa Campesina em Neuquén, e a UCT em Mendoza. Por fim, ela também explica que existem algumas comunidades organizadas em La Rioja e em San Juan.

Ni Una Menos e Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT) – Organizações parceiras dos movimentos sociais da La Via Campesina



Imagem 40: Bandeira da UTT.

Por último é importante trazer algumas informações mencionadas pelas entrevistadas de movimentos sociais parceiros da *La Via Campesina*, mais especificamente, acerca da UTT e Ni Una Menos. Durante a pesquisa de campo foi identificado que militantes destas organizações participam como parceiras de mobilizações e ações junto aos movimentos sociais da LVC, ainda que não sejam integrantes da CLOC e da *La Via Campesina*, somam forças na constituição de articulações mais amplas de lutas sociais feministas, agroecológicas, por terra e território e por alimentação saudável.

Em um dos relatos de uma militante da UTT da província de Santiago del Estero, *Lideranza por la vida y la salud* explica que começou a participar em 2016, mas a organização foi criada em 2012 e também articula a nível nacional organizações, associações e movimentos de diferentes províncias da Argentina. Ela compartilha que a UTT é um movimento de luta pela terra e defesa dos territórios que também inclui uma diversidade mais ampla de bandeiras de luta social, por exemplo, apoia os direitos da mulher, o feminismo, a alimentação saudável e a agroecologia. Não menos importante é uma organização voltada à visibilizar a diversidade de sujeitos no campo e enfrentar preconceitos, como em relação às comunidades camponesas e indígenas, além de valorizar o trabalho no campo.

Ela também explicou a organicidade interna de sua entidade, sendo que dentro da organização os grupos de pessoas se dividem por secretarias no Consultorio Tecnico Popular (COTEPO), onde há secretaria de agroecologia, de gênero, de produção e comercialização. Se reúnem todos quando fazem assembleias como a Asamblea Provincial de Santiago del Estero que acontece a cada três meses. Também a cada seis meses participam da Asamblea Nacional

onde se reúnem representantes da UTT de todas as províncias da Argentina, onde se discutem todas estas questões e chegam a acordos coletivos sobre as prioridades táticas e as estratégias políticas de cada período.

A *Vecina vegetariana* que atua no Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra ao abordar sobre as ações de seu movimento afrima que houve lutas por muitas políticas públicas diferentes, por exemplo, foi criado um sistema de compostagem e de recuperação de alimentos que eram descartados mas que foi possível utilizar em projetos de abastecimento popular, pensando as ações a nível nacional junto com outras organizações como a UTT e a Fecofe, que é a Federação de Cooperativas. Também foi criada a Mesa Agroalimentaria Argentina (MAA) a partir da qual as organizações campesinas se uniram para empreender incidência política, apresentar leis e propostas de políticas públicas. Isto não quer dizer que estejam sendo plenamente considerados e contemplados pela política, mas estão desenvolvendo ações participativas neste sentido, formulando com autonomia suas propostas e agendas.

> Entonces ahí también se luchó por políticas públicas diferentes, por, bueno, se hizo todo un sistema de compostaje, de recuperación de todos esos alimentos que se tiraban porque algunos servían, de ahí sí que hubo proyectos para abastecimiento popular para cosas así. Antes estaba pensando más en mi comunidad, ahora estoy más como en lo nacional y junto con la UTT y la Fecofe, que es la Federación de Cooperativas. Se creó la Mesa Agroalimentaria de Argentina y desde ahí se hace incidencia política, se presentan leyes, propuestas de políticas públicas, todo eso no quiere decir que nos hagan mucho caso, pero se hace. (Vecina vegetariana)

Interpreta-se aqui que a descorberta desta relação de parcerias e unidades constituindo também articulações mais amplas de incidência e ação coletiva foi um achado de pesquisa relevante e, portanto, ainda que a tese tenha primeiramente partido da reflexão sobre a história da *La Via Campesina*, não excluiu o diálogo com as parceiras, entendendo que há um protagonismo das mulheres em movimentos sociais da *La Via Campesina* na construção política do feminismo camponês popular, do feminismo campesino indígena y popular e da soberania alimentar dos povos, porém, este protagonismo já se torna também um acúmulo político em torno dos quais outras organizações recohecem como importantes e somam forças em ações e mobilizações conjuntas.

Na entrevista com *Militante de la memória, verdad y justicia,* integrante do Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) e do MNCI – Somos Tierra, ela explica que existem articulações dos movimentos em torno de diversos temas, na questão da terra, alimentação e agroecologia com outras organizações do campo como a UTT e na questão do feminismo em que as mulheres

rurais se articulam com as mulheres urbanas, como nas lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos da Campanha Nacional da Lei do Aborto e nas mobilizações contra os feminicídios e violências contra as mulheres. Ela explica que o MNCI – Somos Tierra é parte da assembleia do Ni Una Menos, foram parte da assembleia de Buenos Aires porque mesmo não tendo base nesta província, trata-se da capital que é uma região central para realização de ações e lá participaram de muitas atividades. Também em Jujuy e Mendoza as companheiras dos movimentos sociais no campo fazem parte de assembleias locais do Ni Una Menos.



Imagem 41: Card do MNCI – ST relacionado à luta conjunta com Ni Una Menos.

Por sua vez, *a Hermana valiente en marcha* explicou que a partir de sua formação profissional na área do Serviço Social trabalha na Fundación Plurales, que foi criada para incidência na realidade social argentina durante os contextos da crise social de 2001.

Imagem 42: Logo da Fundación Plurales[65].

A Fundación Plurales é também integrante da International Land Coalition – Latin America and Caribbean (ILC - LAC), uma rede por meio da qual participaram também como integrantes da delegação internacionalista da Marcha das Margaridas, de 2023, no Brasil. A entrevistada nos contou que é também militante da causa do Ni Una Menos, participou das

[65] Mais informações sobre a Fundación Plurales disponíveis em: https://www.plurales.org/pt/inicio-2/.

ações a favor do aborto e das marchas até que fosse aprovada a lei reivindicada. Isto se passou em plena pandemia e as mulheres estavam em marchas nas ruas, com suas máscaras e lenços, reivindicando seus direitos com muita força e coragem. Ela diz que o Ni Una Menos é um movimento em torno do qual existem grupos não-formais nas provincias aos quais participam ativbistas individuais que difundem seus conteúdos pelos territórios urbanos e rurais e também existe o movimento nacional, o qual articula estes grupos e todas as organizações que se identifiquem com o Ni Una Menos, as quais podem aderir ao movimento como organizações, formando uma rede de diversas sujeitas e formas de participação.



Imagem 43: Bandeira Ni Una Menos

Seu objetivo foi a criação de ações contra os feminicídios que estavam acontecendo na Argentina, que são números altos. Muitas mulheres são mortas por seus namorados, por ex-parceiros ou maridos e são processos em que a mulher chega a um ponto em que diz que basta de uma situação de abuso e então o feminicídio acontece. Então, o Ni Una Menos busca visibilizar os casos e combater as violências machistas e patriarcais que também tem preconceitos de classe e raça. Micaela foi uma jovem assassinada ao sair de um boliche, um tipo de baile, bar com música e dança na Argentina, por supostamente estar com uma roupa muito curta.

As mulheres ainda precisam lutar por sua liberdade, por usar a roupa que queremos, por estar com quem queremos, pois, Micaela pode ser uma de nós em algum momento, pode ser uma filha, uma amiga, uma irmã e precisamos dizer um basta. Não é simplesmente pela roupa, como nos estereótipos de que “feministas são mulheres que queimam sutiãns” em lugares públicos, numa perspectiva liberal ainda limitada. Mas, é sobre lutar contra as violências patriarcais que se utilizam de falsas justificativas para se legitimar e perdurar nas relações sociais, tal como justificar um feminicídio pela roupa que a mulher está usando, no sentido de desresponzabilizar os agressores e culpabilizar as mulheres que vivenciam a situação de serem vítimas de alguma violência em algum momento.

Este entendimento sobre o conteúdo da luta social empreendida pelo Ni Una Menos foi muito importante para envolver organizações diversas, inclusive os movimentos sociais no campo. Graças às lutas das mulheres, muitas articuladas pelo movimento Ni Una Menos foi criada a Lei Micaela para coibir os feminicídios na Argentina, isto tem um impacto importante, porém ainda há muito a avançar para que na sociedade a vida das mulheres tenha igualdades de valor em relação à vida dos homens.

Em um relato da *Compañera de la comunidad* ela explica como o Ni Una Menos vai ganhando novos sentidos e bandeiras de luta no contexto de governos conservadores que promovem retrocesos de direitos às mulheres. Considera espectacular que haja uma lei contra violência cometida contra as mulheres, uma lei contra o feminicídio, considera importante a luta unida dos movimentos de mulheres como junto ao Ni Una Menos, porque sim pode haver mulheres que mintam sobre ter acontecido alguma violação, porém, se todas estivessem mentindo então não existiria mais nenhuma violência e sabemos que ainda há muitas mulheres sendo maltratadas.

Assim também existem as mulheres que não aceitam essas violências, que querem mudanças e isso é o Ni Una a Menos. “Se nós mulheres não tivessemos saído de casa para construir nossos direitos, nossas avós e mães não tivessem lutado ainda estariamos em um tempo de sermos submetidas às violências, ao maltrato físico e à exploração econômica”, ela diz. Faz muito tempo que as mulheres tem começado a sair deste ciclo e o governo de Milei quer jogar fora estas conquistas. Milei quer deixar tudo de lado, quer tirar todas as leis que foram construídas e isto é um pensamento louco. Mesmo que ele faça isso, vai requerer um tempo e existem mulheres organizadas. Então, as mulheres dizem não à violência e dizem não ao governo de Milei.

4.2.2 *“El campo que alimenta”: Plantando alimentação, agroecologia e políticas públicas*

Nesta parte estão rearticulados elementos das falas das mulheres em movimentos sociais no campo da Argentina que se reportam às Categoria III *“Alimentação e agroecologia”* e Categoria IV *“Políticas públicas”*. Destacam-se as reflexões sobre o direito à alimentação (significados, relações com outros temas e denúncia dos contextos sociais de violações), as percepções sobre as políticas públicas e a caracterização das agendas políticas que partem de práticas e saberes coletivos dos movimentos sociais, comunidades e povos do campo. Na Argentina, as entrevistadas relataram um cenário árduo em que praticamente não existem políticas de reforma agrária, políticas de demarcação de territórios indígenas e nem programas e políticas de compras intitucionais de alimentos para abastecimento alimentar, tal como já se verifica no contexto brasileiro. Assim, interpreta-se que a construção política que vem sendo feita no âmbito das agendas políticas internacionais dos movimentos sociais articulados na CLOC e na *La Via Campesina*, em torno da afirmação da produção e comercialização de alimentos saudáveis como significado social e ancestral dos sujeitos do campo em contraponto às ofensivas do modelos de produção do agronegócio, do sistema agroalimentar hegemônico e do projeto conservador de desenvolvimento extrativista exportador de commodities, na Argentina, adquire um sentido peculiar. No Brasil, tal construção política da alimentação visa garantir, ampliar e alavancar as políticas de democratização da terra e território e as políticas para produção agroecológica, agroindustrialização, comercialização, compras institucionais e abastecimento, porém, na Argentina, estas políticas são quase inexistentes, sendo muito recente a Lei Nacional de Agricultura Familiar Campesina Indígena, por exemplo. Deste modo, na Argentina, a construção política da soberania alimentar é uma síntese que dinamiza o desenvolvimento de articulações amplas do “*el campo que alimenta”*, conforme expressão compartilhada pelas militantes do MNCI-Somos Tierra, enquanto uma força social motriz para que esta agenda política de acesso à terra e alimentação saia do papel e se torne realidade de vida nas comunidades e territórios. Esta seção, portanto, traz uma série de conteúdos que foram dando corpo a esta leitura.

Em parte dos relatos há um resgate histórico de que após muitos anos de ditadura militar, em 1983 a Argentina voltou à democracia, mas em uma situação de extrema pobreza e superinflação. Neste contexto, o acesso aos alimentos não era pleno e também requeria ser democratizado, pois, eram muito caros e, para lagumas famílias até mesmo inacessíveis.

A *Hermana valiente en marcha* lembrou que quando era criança ia com a família ao mercado e apareciam funcionários remarcando o valor dos alimentos, mudando os preços para

valores mais altos, levando-os sempre a desistir de levar parte do que necessitavam. É muito difícil ser completamente autossuficiente mesmo quando se tem uma produção, então, os itens que precisavam comprar nos mercados tinham que ser adquiridos sempre o mais rápido possível e estocados quando dava porque já no dia seguinte com certeza estariam mais caros e, no entanto, não havia renda suficiente disponível para ser possível empreender algum tipo de planejamento econômico alimentar. Ela também relata que gostaria de dizer que esta foi uma época que ficou no passado, porém, tem sido algo recorrente porque não há uma política pública de estabilidade de preços, em diversos contextos de crise política ou eleição de governos conservadores há endividamento externo, instabilidade econômica e hiperinflação e, de modo geral, as políticas para alimentação na Argentina ainda podem ofertar comidas com pouca qualidade nutricional ou ainda podem ter caráter assistencialista e emergencial, sem constituir mudanças estruturais mais profundas para superação das desigualdades.

Em um segundo relato, da *Militante de la memória, verdad y justicia,* identifica-se a leitura de que é importante gerar de forma articulada políticas de maior aceso à educação, saúde e alimentação, na perspectiva da intersetorialidade das políticas e serviços públicos. Ela explica que houve políticas importantes para favorecer o direito à alimentação no começo da redemocratização pós-ditadura, tanto no campo como na cidade, como políticas de alimentação escolar e de distribuição de cestas básicas e caixas de alimentos/ caixas de pães. No entanto, nas políticas de alimentação desta época começaram a incluir a soja na distribuição de alimentos, porém, a soja não faz parte da cultura alimentar argentina. O agronegócio produzia predominantemente a soja e, como o povo tinha fome, começaram a usar a situação social para promover a compra da soja por programas de governo, colocando-a nas cestas de alimentos/ cestas básicas. Esta foi uma forma de "justificar a soja socialmente e fazer com que as pessoas falassem bem da soja, mas isto não foi uma demanda da população argentina que a vê como ração para exportação, para alimentar os porcos na China, por exemplo".

Na Argentina foram criando pesquisas de marketing e estudos sobre a alimentação à base de soja e bebidas derivadas da soja, sendo que o povo argentino não a consumia e tinham em sua cultura alimentar comidas muito mais saudáveis que não receberam o mesmo apoio do governo para produção e comercialização. As pessoas jogavam fora a soja que recebiam nas cestas básicas porque não sabiam como cozinhar, posto que a soja requer muitas horas de cozimento. Fizeram muitas campanhas para incentivar o consumo da soja e do milho transgênicos e, o objetivo não era o bem-estar das pessoas mas sim consolidar um determinado sistema agroealimentar, baseado na padronização alimentar e alinhado à exportação de *commodities*. Ou seja, é o mercado internacional de *commodities* que passou a moldar e

padronizar a alimentação da população, deteriorando culturas alimentares diversas na Argentina, baseadas em saberes e práticas dos povos e comunidades em contato com os biomas em seus territórios de vida.

A *Compañera de la comunidad* compartilha que quando era pequena "em sua família passaram muita necessidade porque o dinheiro não era suficiente para comprar o que necessitavam". Esta foi a época do governo de Menem, quando foram implementadas macropolíticas neoliberais que levaram ao aumento do desemprego, a desvalorização da moeda nacional, o endividamento externo e as privatizações dos patrimônios e serviços públicos. Ela lembra que comprar carne pagando um peso já era muito dinheiro e não se tinha, então "usavam a imaginação para ter o que comer, comprando um pouco de batatas e ovos e inventando receitas". Com o passar dos anos sentiu que mudou alguns aspectos, porque agora conseguem poupar, ter crédito, acessar a alimentação com o benefício sacado com o documento nacional de identificação (DNI – igual o registro geral/ RG no Brasil). Ela conta que, ainda que tenha sido um momento de melhora econômica que não durou muito tempo, nas últimas décadas conseguiu até comprar eletrodomésticos e eletrônicos que antes não conseguiam acessar nas periferias e áreas rurais, como um ventilador e uma televisão.

Hermana valiente en marcha também conta que a partir de 2003, com os governos Kirchner passou-se a reconhecer direitos na Argentina, a afirmar que as pessoas tinham direito à participação social, à saúde e aquilo que antes era visto como dádivas do Estado passou a ser difundido como direitos reconhecidos. Para ela, a grande mudança foi que ao reconhecer os direitos se reconhecia os deveres do Estado, assim como o direito de protesto e reivindicação de não aceitar só o governo entregando caixas de alimentos em épocas de eleições. A partir de 2003 muda muito a perspectiva da relação com o Estado para um paradigma democrático e de direito, inclusive dos movimentos sociais sairem às ruas para reivindicar por direito à água, direito à alimentação, direito ao emprego, pois, mencionar e nomear os direitos faz mudar a consiência política e impulsionou processos de organização coletiva, mesmo que na Argentina o direito à alimentação ainda não seja reconhecido pela Constituição Federal.

Durante a entrevista com a *Anciana de las raíces originárias,* militante do MOCASE e MNCI – VC, ela compartilha uma experiência de sua comunidade quando formularam um projeto, em 2007, para um plano nacional que foi implementado pelo governo, voltado a chefes de famílias. Com um grupo de companheiras e companheiros da organização começaram a criação de vacas. Tratava-se de um projeto de transição produtiva e escolheram apresentar este projeto por meio do qual compraram os animais. Depois de terem começado com vacas também inciaram a criação de cabras. Em seu cotidiano de trabalho, ela reveza este trabalho do cuidado

dos animais com um primo, porque ela tem tarefas e trabalhos fora de casa também. Ela analisa que nos últimos anos as comunidades campesinas e indígenas tiveram conquistas políticas relevantes, como no caso da aprovação de legislações que protegem as comunidades em casos de conflitos de terras e também nas leis contra fumigações aéreas de agrotóxicos. Ainda que não sejam as soluções definitivas para o problema, as legislações e políticas são ferramentas de controle ao avanço do agronegócio e são meios para chegar recursos produtivos até as comunidades. Quando a comunidade não está organizada é mais difícil conseguir garantir que haja uma gestão no município e na província que assegure a chegada dos recursos de planos nacionais, o que reforça a questão da importância da atuação política em múltiplas escalas, a nível provincial e local, além das ações nacionais e internacionais. Uma outra conquista importante também foi a criação do Instituto Nacional Campesino Indígena como um espaço para pensar qual agricultura se queria no país, buscando reconhecer o papel da agricultura familiar campesina e indígena e de todos os sujeitos nela envolvidos, ou seja, as juventudes, as mulheres, as pescadoras e pescadores artesanais, as comunidades indígenas, de uma forma integral.

Ela recorda a memória de Cristian Ferreira e que após seu assassinato em 2011, um conjunto de organizações do campo se uniu para a construção de uma lei contra os despejos, algo urgente para os movimentos sociais, povos e comunidades do meio rural mas que vinha sendo deixado de lado pela agenda política do governo. A partir de grande comoção e mobilização as organizações conseguiram fomentar a luta social para alavancar sua própria pauta e agenda de reivindicações e, em 2014, foi aprovada a Ley de Reparación Histórica de la Agricultura Familiar. Ela relata, porém, que a luta continua porque é uma lei que foi aprovada em 2014 mas que somente em 2019 foi regulamentada, um marco legal que "não tem pressuposto", não tem acontecido na prática. Esta é então uma contribuição importante dos movimentos sociais no campo, além de propor a lei, também constituir a força social para a transformação das dinâmicas cotidianas dos povos e comunidades no sentido do acesso àquilo que foi reconhecido pelo Estado como direito dos sujeitos do campo, ou seja, a luta por direitos é uma parte relevante do processo coletivo de luta social, que possui uma dimensão mais ampla de transformação das relações sociais e históricas para superação de desigualdades e violências.

Ela também comaprtilha que uma das desigualdades que tem sido enfrentadas por meio da construção de políticas públicas diz respeito à proposta de uma lei de serviços de comunicação audiovisual que, a princípio parece não ter relação direta com os sujeitos do campo, mas se trata da construção de ferramentas para que as vozes das comunidades campesinas e dos povos indígenas continuem existindo e se façam conhecer pelo conjunto da

sociedade, enfrentando o que denominam ocmo “latifúndio midiático”, que é uma das fontes de poder do agronegócio. Portanto, no MOCASE e no MNCI-VC empreendem um acompanhamento político a partir da organização social nos territórios, para que diversas políticas públicas contemplem as famílias, cheguem no campo, inclusive o acesso à comunicação, informação, internet e tecnologias, com vistas a dar continuidade aos seus acúmulos de luta e experiências de vida.

Em uma parte de seu relato, a entrevistada também explica que estão cientes que o agronegócio faz lobby político dentro do governo, por isso, muitas pautas relacionadas aos interesses do setor seguem muito presentes no funcionamento da sociedade mesmo que estejam prejudicando os demais sujeitos no campo, como na questão dos agrotóxicos, transgênicos e grilagens de terras. Por este motivo, também os movimentos e organizações tem se esforçado para estar presentes nos espaços de gestão de políticas públicas, para que haja voz e participação das comunidades, para que nem tudo seja definido pelo técnico ou o político tradicional que se alia somente à reprodução social dos setores mais ricos. Neste processo de organização, participação e incidência, notaram como os espaços públicos são espaços de disputa e não apenas de disputa de sentido, mas do quê e como fazer política. Por isso, ela nos explica que é importante colocar o corpo em um determinado projeto político, não apenas falar sobre o que você acredita, mas construir ações coletivas. Neste sentido, ela conta que durante o governo de Fernandez e Kirchner, teve a experiência de trabalhar na Direção Nacional de Gênero do Instituto Nacional de Agricultura Familiar Campesina Indígena, na Argentina, atuando com gestão de políticas públicas. Porém, houve a pandemia que impactou os trabalhos do instituto e muitas atividades de acompanhamento e discussão coletiva foram sendo feitas de forma virtual, ainda que, em sua opinião, as ações são melhores quando são presenciais.

Para a *Militante de la memória, verdad y justicia,* militante do MCC e MNCI-ST na província de Córdoba, os governos Kirchner foram um período de muitas políticas públicas, porém, não foram políticas públicas que promoveram a democratização do aceso à terra na Argentina. O tema da terra continua sendo uma “dívida pendente” no país e, na verdade, em todos os governos populares na região latino-americana. Houve a criação de políticas para moradia nas áreas urbanas, mas não foram geradas políticas que promoveram mudanças na concentração de terras do país.

Esta leitura é também encontrada no relato de *Hija de la semilla rebelde*, que também relata que a questão do direito à terra e à moradia são problemas que atravessam tanto as áreas urbanas como as áreas rurais, devido à concentração fundiária na Argentina. Compartilha que seu movimento estava em diálogo com o Instituto de Vivendas no Ministério de Vivienda,

buscando acessar programas de financiamento para aquisição de materiais para construção de casas às famílias nas áreas rurais, infelizmente, este é um ministério que deixou de existir após a eleição do governo de Milei. Esta mesma militante do MNCI-VC explica que mesmo politicas que não são especificamente realcionadas à terra e à alimentação, afetam as condiç~eos de vida da população do campo, por exemplo, quando nos dias de hoje a moeda nacional argentina está desvalorizada há altos índices de desemprego na população argentina em geral. Ela conta que nos anos 1980 e 1990 ainda haviam muitas fábricas na Argentina que depois foram sendo privatizadas ou fechando com as macropolíticas econômicas de perfil neoliberal, assim como também houve mudanças de moedas (austral, patacón, peso, dolars blue, entre outras que vinham sendo usadas) e processos inflacionários que encareciam os preços em geral. Ela afirma que os processos inflacionários são problemáticos até os dias de hoje e nos períodos eleitorais há um agravamento do encarecimento, desde os insumos que os produtores agrícolas precisavam comprar até os alimentos que buscavam vender para as pessoas nas cidades.

Hermana valiente en marcha conta que a Fundação Plurales, em que atua profissionalmente, foi criada a partir da crise social de 2001 e sempre ativa na pauta dos direitos humanos, constatando que se nas cidades já haviam dificuldade de acesso aos direitos, nas zonas rurais devido à distância era ainda mais difícil para as pessoas acessar os serviços públicos. Então o desafio é que as pessoas do campo tenham os mesmo direitos que as pessoas das cidades, pois toda a construção de uma sociedade urbana implicou uma noção de "cidadania" que marginaliza o campo, o que está na própria raiz etmológica da palavra. É um desafio acessar os direitos desde a falata de informações sobre quais são os direitos humanos e a quem devemos reivindicar em casos de violações.

Um outro ascpeto por ela levantado foi que nem sempre existem convocatórias públicas para as organizações interessadas se inscreverem e apresentar suas pautas e demandas no âmbito de programas de governos. Sente que às vezes alguns espaços de participação se dão por meio de convocatórias fechadas, que as organizações só acessam se já conhecem alguém dentro do processo político, ou seja, se tem contatos e acessos privilegiados. Portanto, ainda que o discurso oficial seja de ampla divulgação e convocatórias públicas, o que se tem entendido como participação social nas políticas públicas ainda é um processo de privilégios políticos que opera na continuidade do atendimento paliativo das demandas, nunca realmente promovendo mudanças estruturais. Então, para ela, parte do trabalho das organizações de luta por direitos é também averiguar e buscar informações para apresentar seus trabalhos, experiências e reivindicações em relação à vida rural e ao campo, em incidências políticas para apresentar casos e propostas a nível local, nacional e internacional. Em sintonia com o que outras mulheres

em movimentos socais no campo afirmaram, ela identifica que existem muitas política que ficaram latentes na Argentina, como nos temas da terra e da moradia para os quais não se deu resposta, o que em sua leitura se deve ao fato de que nos processos políticos e eleitoras trocam-se os nomes de quem está no poder, porém, a forma de se fazer política segue sendo sempre dentro do paradigma neoliberal.

A aproximação de alguns políticos a algumas pautas dos movimentos sociais populares no campo e na cidade, muitas vezes, é para tentar tirar algum proveito das lutas e mobilizações ao se anunciar como progressistas e feministas. Tenta-se manter alguns políticos longe, mas para construir as políticas públicas e incidir nas políticas se precisa lidar com eles, portanto, é como uma ambivalência política: há uma dificuldade e aversão aos representantes políticos e ao mesmo tempo a incidência política com eles é uma tarefa estratégica rumo a um projeto de sociedade que os movimentos sociais querem construir. Para ela, é fundamental fazer chegar as propostas das organizações, comunidades e povos que resistem em seus territórios, dialogando com os políticos, independente se individualmente se gosta ou não dos políticos, mas, os movimentos sociais se articulam com quem dá atenção às pautas, quem se dispõe a escutar em uma reunião, quem aceita uma proposta ou um projeto e dá retorno concreto. Ela conclui sua reflexão afirmando que as mulheres tendem a inserir muitos temas nos espaços públicos e nas agendas políticas, que a maioria das pessoas na sociedade e dos representantes políticos considera irrelevante, porém, as mulheres afirmam suas necessidades aportando suas especificidades que vão contemplar necessidades em geral de famílias e comunidades. Assim, o olhar das mulheres faz diferença nos espaços de decisão política e de luta social porque vão alargando as margens da política tradicional para ser mais inclusiva e democrática e, não menos desafiador, quando um novo tema se consolida nas agendas políticas em geral o protagonismo das mulheres sempre corre o risco de ser esquecido.

Um aspecto bastante presente nas falas das mulheres dos movimentos sociais no campo foi sobre o direito humano a alimentação e nutrição adequada e saudável, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos, destacando-se um olhar crítico às violações ao DHANA e a construção de novas ações transformadoras pelos movimentos. Consoante *Compañera de la comunidad*, nos útlimos anos com a pandemia de Covid-19 houve agravamento das situações de violação do direito humano à alimentação na Argentina, principalmente devido ao aumento dos preços dos alimentos, dos combustíveis, das cestas básicas. Os salários não recebem reajustes proporcionais, de modo que têm sido insuficientes para garantir uma alimentação adequada.

Foi identificada uma preocupação com os impactos da questão ambiental sobre a alimentação e também a preocupação e solidariedade com a população nas áreas urbanas. No relato de *Anciana de las raíces originárias,* uma companheira campesina indígena da província de Santiago del Estero, ela explica que em sua comunidade estão aflitos com as mudanças climáticas, principalmente com a seca e o calor intenso, pois, a região noroeste da Argentina é uma zona árida em que tem sido deteriorado os meios de vida das comunidades que estavam adaptadas a lidar com o bioma local. Ela afirma que as mudanças climáticas têm sido provocadas pelas grandes empresas que atuam na região provocando desmatamentos, em um ciclo que afeta a alimentação e a capacidade real de ter soberania em geral, não apenas alimentar, mas, inclusive energética, entre outras. Em seus movimentos sociais, o MOCASE e o MNCI-VC, foram empreendidas ações de solidariedade em relação à alimentação, pois, nos contextos de fome durante a pandemia foram ainda mais afetadas as populações urbanas, que não tem espaço para uma produção, por exemplo, de galinhas para ter ovos ou de vacas para ter o leite, conforme ela tem em sua comunidade. As comunidades índigenas e camponesas não foram tão afetadas pelo isolamento social durante a pandemia porque possuem seus territórios, porém suas condições de vida, saúde e alimentação são ameaçadas quando seus territórios são violados.

Na província de Córdoba, *Compañera de la comunidad* compartilha que às vezes faz muito calor ou chove muito quando está brotando o algarrobo, o mistol e o chañar, que são plantas do bioma local que também costumam comer os animais que sçao cuidados pelas comunidades camponesas. Porém, quando vem uma tempestade muito forte durante o momento da planta estar brotando e florescendo tudo é perdido, assim como quando há muito calor e secas que afetam a produção, pois, o sol queima os frutos das árvores quando não chove o suficiente e os frutos não caem. Desta forma é importante reconehcer que o clima afeta a alimentação das pessoas e dos animais que também não disfrutam as plantas como comida. Ou seja, as mudanças climáticas afetam o ciclo de vida dos biomas de forma geral.

Lideranza por la vida y la salud compartilha que desde que começou a participar dos espaços de sua organização política, seu olhar sobre a alimentação mudou bastante porque agora ela se esforça para se alimentar de forma saudável. Em sua comunidade e em sua família praticam uma alimentação saudável que parte de suas vivências e produções no campo, mas relata que nem todos os lugares chega a alimentação como deveria ser. Ela conta que em sua família fazem todas as refeições porque também possuem uma horta familiar própria, mas nem todas as famílias da comunidade possuem uma horta para si. Assim, tem casas em sua comunidade que não tem acesso às quatro principais refeições diárias como café da manhã,

almoço, lanche e jantar porque a economia está muito comprometida e não há recursos suficientes para conseguir cultivar e comprar o que precisa complementar ao que é produzido. Desta forma é que, infelizmente, se dão as situações sociais de fome e subnutrição no campo, em que os sujeitos que produzem alimentos não têm o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável assegurado. Na prinvíncia de Santiago del Estero, aonde vive, vivenciam a chegada de grandes empresários que promoveram grandes áreas de desmatamento, deixando as comunidades sem montanhas, pois, quando se vai pela estrada dos dois lados só há plantações de cereais como trigo, aveia, milho e não se vê nenhuma árvore como se via antes. Nos limites da província de Santiago del Estero com Córdoba, quase nas fronteiras do chaco, conseguiram fazer um Parque Nacional, mas é um pedacinho de território muito pequeno que precisaria ser ampliado, em sua opinião. A seca e o desmatamento afeta principalmente os pequenos produtores e seus animais que não coseguem ter acesso à água para beber e nem para irrigar sua produção, devido ao desaparecimento das nascentes e também a criação das cercas que não podem mais ser atravessadas para chegar a rios e lagos.

Relata que em sua comunidade fazem doações e se apoiam, porém existem situações de seca, calor e queimadas cada vez mais graves. Por exemplo, conta o caso de uma companheira da organização que teve um incêndio em sua casa e a comunidade toda ajudou a repor aquilo que ela havia perdido de sua colheita. No último ano, também em sua família, tiveram muitas perdas porque trabalham com apicultura e com as altas temperaturas em níveis extremos de calor perderam muitas colmeias e abelhas. Muitos companehiros perderam toda sua colheita também devido ao calor. Os problemas ambientais relacionados às situações de violação do DHANA estão presentes em diferentes movimentos sociais de diferentes províncias da Argentina e, portanto, não são problemas individuais ou isolados, mas uma questão sócioambiental. Em sua partilha, ela também contou que esta não é a primeira vez que a fome se aproxima de sua vida. Durante a crise social de 2001 ela e seu irmão eram crianças e sua mãe era mãe solteira e passaram muita fome, estiveram muito mal, não tinham o que comer e foi muito difícil se recuperar daquele período em todos os sentidos: de saúde e economicamente, mas melhorou durante os governos os Kircheners e voltou a piorar em 2015 durante o governo de Macri. Ela relata que na Argentina ao menos até 2023 ainda existiam programas sociais para a população em geral que eram acessados pelos participantes de sua organização. Por exemplo, ela menciona os subsídios que são entregues às mães de filhos incluídos no Programa Prestación Alimentar, as quais recebem um salário para comprar alimentos. É um programa nacional acessado via Tarjeta alimentaria (cartão alimentar), para assegurar acesso à canasta básica alimentaria (cesta básica de alimentos).

Consoante a *Militante de la memória, verdad y justicia*, desde o ano 2000 constroem o tema do direito à alimentação como um dos eixos de sua luta social, relacionando com a soberania alimentar, a ecologia e a produção de alimentos saudáveis a preços acessíveis. Além disso, este foi um eixo para a articulação do setor de produtores de alimentos em torno da construção da Mesa Agroalimentaria Argentina junto com outras organizações como a UTT, a FECOFE (que é uma federação de cooperativas de pequenos e medios produtores com bases federadas), entre outras que também representam o que eles têm denominado como "o outro campo" ou "o campo que produz alimentos", que é como uma articulação dos movimentos e organizações do meio rural que propõe políticas públicas para a garantia do direito à alimentação do povo, produzindo comida saudável e não *commodities*. Uma das entrevistadas trouxe que a maior parte do que as pessoas comem na Argentina é produzida por este campo de uma agricultura familiar campesina e indígena voltada ao abastecimento alimentar interno e não à exportação de commodities, ainda que este setor seja dono de uma parte muito pequena das terras e muitos não tem plena autonomia sobre suas terras, pois, dependem de contratos de aluguel caros, arrendamentos e títulos precários, sendo submetidos também a violências do sistema judiciário que não reconhece seus direitos em suas terras. O avanço do agronegócio os expulsa de suas terras e territórios, então na luta das organizações articuladas na Mesa Agroalimentaria Argentina há o eixo de garantir o direito à alimentação para as próprias comunidades e famílias campesina e indígenas e também para toda a população que vive nas cidades. Constatam-se graves crises alimentares na Argentina pelo menos desde os grandes processos inflacionários de 1989 em que muitas famílias vivenciaram situações sociais de fome ou de algum grau de escassez. Na década de 1990 houve um recrudecimento das políticas neoliberais em que se venderam muitas empresas nacionais e se aprofundou o processo de concentração fundiária. Muitas políticas desde então favoreceram cada vez mais o agronegócio, gerando a predominância da soja nos territórios argentinos, em um lógica de monocultura e perda da sociobiodiversidade ambiental, alimentar, comunitária. A lógica antibiodiversa do capital se expressa no sistema agroalimentar hegemônico que se fundamenta no modelo do agronegócio.

Em uma reflexão durante uma entrevista com uma militante do MNCI- ST, a *Vecina vegetariana* afirma que o direito à terra esteve presente nas lutas sociais desde o princípio do movimento social, porque sempre houveram muitos conflitos diretos promovidos por pessoas que queriam usurpar as terras camponesas. Assim, reivindicam terras para os camponeses e também é forte a questão da água, especialmente na zona semiárida em que vive. Na região de Paso Viejo passava um rio, mas os empreendimentos do agronegócio construíram uma represa

na parte de cima do trajeto da água e o rio ali secou. Portanto, há uma luta extremamente forte para que ao menos parte desta água seja destinada aos pequenos e médios produtores camponeses. Então, relacionado com o tema da terra e da água é que enquanto movimento camponês também lutam pelo direito à alimentação, a partir de seus setores produtivos, buscando sempre aumentar e diversificar a produção. Com o tempo o movimento também foi intensificando suas iniciativas de fortalecimento da comercialização, passando a construir novas experiências de economia e mercado local. A proposta do governo argentino para a produção de alimentos tem sido hegemonicamente, senão exclusivamente, o agronegócio, cujo enfoque central não é a produção de alimentos para suprir a necessidade do povo argentino, mas a venda de mercadorias para o mercado internacional. Isto se reflete desde as macropolíticas do país que afetam os preços dos alimentos no campo e na cidade até as relações de conflito nas comunidades que ainda possuem territórios ameaçados pelo avanço das fronteiras do agronegócio.

Nas falas das militantes do MNCI-VC, elas explicam que em seu movimento se dedicam a sustentar a mãe terra, mesmo que por meio de um trabalho que seja um grão de areia, porque não querem seguir sofrendo catástrofes climáticas, sentir as consequências do sol cada vez mais forte ou da camada de ozônio se deteriorando. *Hija de la semilla rebelde* cita que é importante superar o consumismo, porque na sociedade capitalista se acredita que quanto mais se consumir, melhor vai ser seus estatus de vida, mas ignoram as consequências do desmatamento, da falta de árvores e de ar puro. Ela compartilha que nos povoados em Salta e Jujuy as comunidades campesinas e indígenas estão passando dificuldades e quase não tem mais territórios devido às expulsões promovidas pela mineração, pelo agronegócio e as madeireiras derrubando as árvores, retirando todo o espaço natural onde vivem os povos, onde caçam, onde fazem suas comidas. Relata que existem muitos casos de derrubadas de suas cabanas e casas, e esta é uma das províncias que mais tem desnutrição infantil. Desde os anos 1990 a fronteira agropecuária na produção de grãos, como a soja, e de uso de sementes transgênicas aumentou muito e quase não há terra que não esteja produzindo no modelo do agronegócio. É pouca terra para os pequenos produtores e camponeses, mas expansão das fronteiras dos grandes projetos exportadores. A mesma coisa se passa com a mineração, todas as privíncias perto das cordilheiras dos Andes possuem muitos minerais e passam por esta ofensiva da mineração em grande escala, como nas discussões sobre o lítio para a produção de baterias numa perspectiva falsa de sustentabilidade ambiental, conforme elucida *Trabajadora de la mirada comunista*

Portanto, identificam que há uma crise alimentar na Argentina nos dias de hoje, onde se discute um pouco mais o que se come e quem produz mas ainda há uma batalha ideológica que

não está ganha. Menos de um décimo da população argentina é rural e produz para alimentar a população urbana, o que é insuficiente para assegurar o direito humano à alimentação e nutrição adequada de uma grande população concentrada nas cidades que, em sua maioria, é completamente dependente das relações de consumo porque não empreende nenhuma atividade produtiva alimentar.

> Muy cara porque el mercado lo rige, digamos, no, o sea, no, no hay uma, hay una política muy pobre hacia la comercialización de lo que producen nuestros compañeros y compañeras del campo. Sacar la producción de cada uno de los territorios cuesta mucha plata, entonces como cuesta mucha plata encarece un montón el producto, entonces hoy justo charlábamos eso, terminan siendo las producciones agroecológicas sanas, qué sé yo, un nicho para el que tiene dinero para comprarlas, pero, no para nuestro pueblo, sí. Sí, entonces, digamos, esa es mi visión hoy de la alimentación, me parece que hay que repensarla. (Trabajadora de la mirada comunista)

> a por lo menos en Argentina hay una crisis alimentaria. Creo que hay, en cierto sentido. Hoy se discute un poco más qué comemos y quién produce los alimentos, pero todavía esa batalla, digamos, ideológica, no está ganada y entonces es muy difícil dar después como la batalla en la calle, porque en la Argentina el 7% de la población es campo, vive en la tierra que produce alimentos para que consuma el pueblo. El resto son...¿Muy poco, no?...Viven en las ciudades. Sí, mucha concentración en la ciudad, vea. (Trabajadora de la mirada comunista)

> Sí, sí, los que tenía es que después de este cinturón de producción verde es como que muchas, muchos son para exportación en esta región de la periferia. (Trabajadora de la mirada comunista)

Desta forma, de alguma forma a própria lógica de separação entre campo e cidade precisa ser repensada para um projeto de sociedade sustentável e saudável. Ao redor da capital, a cidade de Buenos Aires, existe um cinturão de produção verde, porém, para além deste cinturão a maior parte das terras nas periferias das províncias é voltada à produção para exportação, gerando um problema de alimentação muito grave nas cidades.

Um ponto relevante da segurança alimentar e nutricional é que, para além da quantidade, também a qualidade dos alimentos ingeridos é importanto, o que levou muitas entrevistadas a problematizar hábitos alimentares pessoais e culturas alimentares coletivas. *Trabajadora de la mirada comunista* avalia que muito do que se defende politicamente é dificil vivenciar na prática, em termos de alimentação saudável e direito a alimentação. Toda alimentação que hoje se torna predominante na sociedade argentina tende a ser baseada em farinhas brancas refinadas, carboidratos e processados de monopólios industriais alimentares, isto é, não são comidas feitas de forma natural e integral. Até as verduras que se consomem tendem a ser as que dão mais

carga calórica, como batatas, porém, não há grande variedade de nutrientes, ferro, vitaminas que, então, ficam faltando na alimentação que é pouco diversificada e bastante cara. Deste modo, elas caracterizam um quadro de monotonia alimentar e perda da cultura e da diversidade alimentar engendrada pela padronização dos sistemas agroalimentares nos países. A baixa qualidade da alimentação, quando é inadequada e insalubre, é um grau de insegurança alimentar inclusive em situação em que não seja de ausência completa de comida.

Esta perspectiva também está presente na fala de *Hermana valiente en marcha*, quando diz que há um proceso em que cada vez mais está crescendo a consciência coletiva sobre a importância da segurança alimentar e da qualidade alimentar, porém, ainda falta muito para que tenhamos de fato assegurado o direito humano ao alimento. O governo decide unidirecionalmente sobre o tema, age predominantemente só em situações que considera de emergência e sem consultar as pessoas e comunidades locais. Por exemplo, quando distribuiram alimentos durante a pandemia de Covid-19 para pessoas em extrema pobreza, esta foi uma iniciativa importantíssima, porém, é limitada face à questão alimentar que as mulheres em movimentos sociais populares no campo e na cidade tem problematizado. Muitas vezes, governos nacionais e locais também distribuem cestas básicas com alimentos estranhos às pessoas, de forma padrão em diferentes regiões, ou seja, com produtos que muitas comunidades não consomem, não conhecem e nem sabem como cozinhar. O governo demonstra que não conhece a realidade das culturas alimentares das comunidades e nem sua ampla diversidade. Também distribuem alimentos em pacotes fechados, nada de alimentos fescos, nada de carnes, verduras, ovos e lácteos, o que denota a distribuição de mercadorias industrializadas compradas de grandes redes de supermercados, em uma dinãmica de compras institucionais que não fortalecem nem a saúde da população e nem as economias locais. Existem famílias de recursos escassos que recebem caixas de alimentos com farinhas, macarrão, arroz, muitos carboidratos, não proteínas. Também nada de alimentos frescos, mas apenas o que vem empacotado e fechado como farinhas, arroz, macarrão, lentilhas, grãos de bico, leite de caixa. Recebem em periodicidades variadas, algumas recebem mensalmente e outras esporadicamente, de vez em quando, sem regularidade, o que não configura um sistema adequado de assistência social.

Em geral, as distribuições de caixas de alimentos estão relacionadas a parcerias que os governos fazem com as grandes empresas, não tem uma perspectiva de agroecologia e nem de apoiar comunidades produtoras de alimentos agroecológicos. Não existem circuitos para que as famílias produtoras possam intercambiar umas com as outras as suas produções, nem se pode ir a uma feira de trabalho autogestionado porque o governo não impulsiona este tipo de economia local. Para ela, isto não é ao acaso mas um projeto político dentro do Estado, pois, de

modo geral, a muitos governos lhes custa muito investir na perspectiva agroecológica porque isto significa impulsionar um setor da sociedade que eles consideram perigoso, que é o setor do campesinato, o setor indígena, o setor rural de pequenos produtores que as elites entendem que futuramente vão se virar contra eles e, portanto, não vale à pena deixar o Estado apoiar. Então, muitos governos na hora de fazer alianças políticas e econômicas para o abastecimento alimentar, se unem aos empresários que estão focados no lucro e não se preocupam se é antiético a falta de prioridade na saúde e na sustentabilidade sócioambiental. Então, na Argentina, avalia que não há um projeto político de fortalecimento de economias alimentares pequenas e locais, sobretudo dos setores rurais camponeses e indígenas, sendo este um dos eixos centrais de incidência das agendas políticas dos movimentos sociais, comunidades e povos do campo.

Ela afirma que mais da metade da população argentina está empobrecida e, portanto, não tem acessado uma alimentação adequada e saudável. Por mais que existam políticas de entregas de alimentos, merenda escolar e restaurantes comunitários não se está resolvendo o problema da fome porque são ações pequenas e paliativas face um grande problema. Não se pode resolver as contradições sociais com um Estado mínimo, no entanto, gerações e gerações de pessoas, famílias e comunidades tem sido negligenciadas, pois, seus direitos e suas vidas não tem sido prioridades de governo. O problema da fome e da falta de alimentos está relacionada também à falta de emprego e de seguridade social, entre outras políticas. Às vezes, o que se necessita é um emprego e às vezes o que se precisa é acompanhamento técnico do processo produtivo ao qual as pessoas se dedidam por muitas horas e só poderiam avançar de forma mais consistente com apoio para melhorar o solo, ter acesso à água e ferramentas, por exemplo.

Neste ponto é interessante notar que a construção política da soberania alimentar dos povos desponta como um novo caminho para transformação das situações sociais de violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, contribuindo para a transformação da vida social como um todo rumo à superação das discriminações, desigualdades e violências.

Consoante *Trabajadora de la mirada comunista*, responder o que é soberania alimentar parece algo fácil, mas na verdade é difícil porque é um desejo das organizações que o direito a alimentação seja real, mas não há direito à alimentação se nas famílias não se tem dinheiro suficiente para que se possa comer, tampouco há soberania alimentar quando depois de um despejo não tem mais como produzir seu alimento. Cada vez tem menos gente produzindo alimentos e menos relações de direito à alimentação. Para ela, soberania é conseguir produzir alimentos onde se vive, porém, se precisa exportar o que produz além de trazer e transportar de

longe o que o povo for comer então a verdade é que a maior parte da população não vai poder comer, porque o alimento já estará muito caro e o maior acesso é dos setores sociais de rendas mais elevadas. Em sua opinião, a independencia de um país passa por ter asegurada a alimentação de seu próprio povo, pois, se um Estado não tem condições de garantir comida para alimentar o povo então alguém estará o condicionando externamente, contraindo dependências e dívidas externas que implicam uma perda de soberania destas nações. Se como povo você não tem soberania alimentar, então isto também significa que se estará sempre limitado em suas possibilidades de autodeterminação no próprio território nacional, estarão sempre te condicionando no que vai produzir, como vai produzir, em quanto tempo, se tem diversidade alimentar ou não, entre outros aspectos.

Também contribuindo com a discussão da soberania alimentar, *Vecina vegetariana* traz que quando fala de soberania alimentar não está falando da soberania dos Estados. Quando a *La Via Campesina* fala de soberania alimentar ela está propondo a capacidade de decisão dos povos, enquanto um mecanismo de democratização muito interessante. Em realidade, a soberania alimentar pode ser revolucionária porque a partir dela começam muitas mudanças estruturais, posto que não se consegue soberania alimentar sem uma organização diferente dos territórios, sem uma reforma agrária, sem políticas agroecológicas e ecológicas, sem repovoar o campo, sem conceber novamente as cidades de uma forma completamente diferente. E sim, esta é uma possibilidade de voltar a falar de povos e não de Estados. A proposta da soberania alimentar dos povos levada em suas últimas consequências é uma grande possibilidade de transformação social. Por exemplo, ela cita que aprendeu com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Brasil a falar de soberania alimentar, soberania hídrica, soberania energética, e outras, que vão se somando num projeto político que chamam de Plano Camponês e, acredita que a contribuição dos movimentos sociais no campo é intencionalizar que os povos consigam exercer soberania e autodeterminação sobre seus territórios locais e nacionais. Pois, a terra e os bens comuns da natureza tem sido capturados por interesses privados que também instrumentalizam o Estado para reproduzir relações de dominação, numa soberania estatal sem povo, por sobre um território nacional de vidas descartáveis, à serviço de projetos políticos que são antagônicos aos direitos e à vida. Portanto, o princípio da soberania alimentar dos povos é também para ressignificar o que entendemos como as relações sociais políticas e de soberania. Nos processos de construção política da soberania alimentar, é importante que os movimentos sociais levem em conta o que se produz e o que é importante em cada comunidade, sem chegar com um discurso pronto sobre seguridade e soberania alimentar que não foi consensuado coletivamente e que pode não servir para determinadas comunidades. Por isso tem que se

conhecer cada comunidade e a partir desse conhecimento é que a soberania alimentar pode ser considerada, relata *Hermana valiente en marcha*. Ela entende que a discussão de soberania alimentar deve partir do básico, de que não tenha nenhuma pessoa passando fome e a partir disso também discutir segurança e qualidade alimentar, ecologia até a desconstrução das relações de desigualdade em geral.

Por exemplo, em algumas comunidades a soberania alimentar dos povos pode ter um sentido de restauração ecológica, reflorestamento e recuperação de sementes e de espécies nativas que estão desaparecendo com o avanço da degradação ambiental. Em La Rioja, uma das entrevistadas cita que trabalha com uma comunidade que faz recuperação da espécie nativa de algarroba. Em uma comunidade encontraram uma forma de reproduzir a árvore sem precisar comprar sementes, sabem fazer mudas da árvore e conhecem quanto de solo precisa para plantar e quanta água também. Em outra, possuem as árvores de algarroba, mas são poucas e as estão reproduzindo para não perdê-las. E uma terceira comunidade já está fazendo farinha de algarroba. Assim, fizeram um encontro de comunidades para trocas de experiências com a algarroba e compartilharam mudas das árvores e também receitas sobre o que se pode produzir com as folhas e os frutos, em que as mulheres das comunidades eram as que detinham tais conhecimentos, pois, fazem farinhas de algarroba sem agrotóxicos e produzem bolachas muito ricas e também os tradicionais alfajores argentinos em uma receita integral e natural, não industrializada e ultraprocessada, numa versão caseira que sempre foi feita pelas próprias famílias na cultura alimentar do país.

Outro exemplo é que em algumas regiões da Argentina que são muito quentes, como em Córdoba, as mulheres na comunidade começaram a desenvolver tecnologias sociais para a produção agroecológica, por meio projetos de construção de sistemas de captação de água e sistemas de irrigação, como as cisternas e a irrigação por gotejamento que mantém o acesso à água e mantém a terra úmida. Antes somente produziam alimentos para ferver, legumes como abóboras e batatas, mas não alimentos para se consumir diretamente após lavar, como folhosas feito alface e acelga. Agora estão produzindo folhas, ainda que seja em pequena quantidade pois inicialmente tem sido para autoconsumo e não para venda, mas também fazem trocas de alimentos entre si e objetivam conseguir ampliar a produção para comercialização e abastecimento. Atualmente, as vendas tem sido a partir da produção oriunda da pequena produção pecuária, de pequenos animais. Destaca-se aqui o elemento da produção, do autoconsumo familiar e das trocas comunitárias como parte das culturas camponesas e indígenas que substanciam a soberania alimentar dos povos.

Consoante a reflexão de *Anciana de las raíces originárias*, a alimentação também é um espaço de disputa política porque requer por um lado lutar pela terra para que se possa plantar, produzir e com esta produção se alimentar e ter um lugar para intercambiar, trocar e fazer uma comercialização justa. Isto é uma luta constante para que exista a infraestrutura suficiente e para que este ciclo seja autosuficiente para a economia local na comunidade e na região. Para ela, a alimentação é cuidado e também vai além do cuidado porque é a luta constante inclusive para conservar as sementes para a colheita de cada ano. Durante mais de quarenta anos tiveram em sua comunidade uma ampla variedade de sementes, mas, por causa da seca e por causa da fumegação de agrotóxicos restaram apenas dois tipos de determinados alimentos e a maioria se perdeu. Em sua comunidade se aproximaram as propriedades de monocultura de soja em que fazem fumigação com agrotóxicos que afeta a produção da agricultura familiar campesina indígena de base agroecológica. A mesma coisa acontece com a produção das galinhas caipiras, patos e cabras que são afetados por doenças que vêm de "pestes dos animais de curral". Em sua comunidade, muitos animais são também criados de forma mais livre e as tarefas de produção são bastante compartilhadas, sobretudo, no espaço doméstico e dentro dos cercados, mas o manejo em áreas externas com o gado e as vacas são mais os homens que saem, porém, ela é uma das mulheres que vai e tem constatado todas estas questões.

Um outro ponto que emergiu das falas das entrevistadas acerca da soberania alimentar foi sobre a importância de ter acesso á informação adequada sobre o que se está comendo e a crítica à forma como os sistemas agroalimentares hegemônicos impões seus produtos comestíveis à população, inclusive monopolizando os programas de alimentação das crianças e jovens nas escolas públicas. *Hija de la semilla rebelde* pontua que considera inconcebível sentar em uma loja de fast food e comer algo que você nem sabe como foi produzido e que é alguma coisa à base de soja que nem é carne de verdade o que estão te entregando, porque quando mastiga percebe que é algo falso, não natural, artificial, como um chiclete ou um plástico. Falta muito até que a sociedade volte a saber novamente o quê que se está comendo, que saiba realmente que aquilo que você está comendo está alimentando e nutrindo, porque atualmente o que se faz é só encher barriga e isso não é se alimentar de verdade. Hoje em dia nas escolas dão às crianças doces, alfajores, bolachinhas e não dão um copo de leite. Entregam um joguinho de papelão junto com um hamburguer ou milanesa de soja dentro de um pão e isto é almoço ou merenda de crianças nas escolas e isso não é alimentação. A alimentação é muito importante desde cedo para o bom funcionamento do corpo, da saúde física e também da saúde mental, pois, uma criança mal alimentada não pode estudar e viver bem, assim como quando uma pessoa ficar mais velha, anciã, não vai conseguir trabalhar se não tiver ossos fortes,

também para ter resistência às enfermidades, precisa ter reforços imunológicos e isso se consegue com uma boa alimentação. Assim, a alimentação é muito importante e tem que partir de casa. Pois, lamentavelmente o Estado não está assumindo sua parte no assunto, porque se você vai em uma escola pública e estão entregando apenas coisas de soja para as crianças comerem, então não se está pensando na alimentação do povo.

Poder escolher o que se quer comer também faz parte do direito à alimentação, se você come o que dá então existe uma opressão alimentar e não saúde. *Hermana valiente en marcha* diz que durante o contexto da pandemia de Covid-19 sentia que não se tinha o poder de escolha do que você quer ou prefere comer, se comia o que se encontrava, o que estava disponível e mais perto. Em sua casa tem uma pequena horta, comem produtos agroecológicos, conhecem grupos de venda e consumo direto. Porém, durante a pandemia havia o receio de que ia faltar alimentos, então buscaram abastecer a casa com alimentos mesmo sem saber a origem, como leites e ovos. Foi um contexto em que não era possível analisar muito o que se estava comendo, por causa da escasez, comiam o que havia e considera que isto foi muito ruim. Durante a pandemia, falou sobre os cuidados que tentou ter com a saúde, como fez receitas caseiras de sabão líquido para toda a família, uso de álcool e máscaras e cumprimento do isolamento social. Mas, algo que impactou a saúde, em sua opinião, foi terem se alimentado muito mal durante aquele período, por causa da escasez de alimentos. Comiam muitos grãos e faziam muitos pães e conservas, alimentos que podiam estocar e não seguiam uma dieta balanceada entre grãos e vegetais e proteínas. Para ela, se não existe apoio para garantir a alimentação que as pessoas desejam então as políticas públicas de alimentação tem sido muito limitadas, pois, se está aumentando o número de pessoas em situação de pobreza e fome é porque alguma coisa não está sendo bem feita dentro de uma cadeia de relações sociais que violam o direito à alimentação. Se tivesse que dizer bem diretamente, acredita que na Argentina não se garante o direito à alimentação.

Além da crítica à falta de escolhas e falta de informação do que se está comendo também foi problematizado como um elemento da soberania alimentar que é necessário que as pessoas possam ter liberdade de escolha e poder de decisão sobre seu projeto de vida, se querem viver no campo ou se querem viver no meio urbano e, além disso, também poderem exercitar sua cidadania participando politicamente da construção de projetos territorias e comunitários rurais e urbanos que garantam qualidade de vida. *Compañera de la comunida* nos conta que atua como representante de sua comunidade a mais de dez anos e atua com o tema da saúde. Nascida e criada em Córdoba, se mudou para a comunidade rural em busca de tranquilidade e para trabalhar com a produção de alimentos. Ela é doceira, produtora de leite de cabras e de doce de

leite de cabras. A sua tarefa dentro da organização também está relacionada à produção por meio da criação de cabras, ovelhas, frangos e galinhas poedeiras para produção de ovos. Com os ovos também faz tortas e bolos, é confeiteira. Mas o trabalho que ela mais gosta de fazer é na produção de doce de leite de cabras. Com suas vendas, gera renda (entradas financeiras) para si e a família.

Tanto o MNCI-VC como o MNCI-ST foram organizações que contribuiram para a construção da Lei de Agricultura Familiar Campesina Indígena, em 2014, e que foi regulamentada em 2019, tratando-se de uma proposta importante para os camponeses e bastante completa porque abordava desde impedir os despejos à promover a construção de Casas de Semillas para proteção de sementes nativas e criollas. *Hija de la semilla rebelde,* do MNCI-VC, afirma que buscavam constituir acesso a um registro de terras para as famílias e comunidades que se dedicavam à produção de alimentos, constituindo o que ela chamou de "pequenas cidades agrárias" para possibilitar o acesso aos serviços sociais básicos no campo como luz, água potável, telefone, conexão de internet, saúde, educação, uma proposta que parece a política de criação de assentamentos de reforma agrária no Brasil. Ela afirma que o objetivo é garantir direitos aos produtores campesinos que querem viver e produzir na terra para poder parar com o desarraigo dos povos nos territórios. Militantes da organização já trabalharam na Secretaria de Agricultura Familiar e em 2023 tinham militantes trabalhando no Instituto Nacional de Agricultura Familiar Campesina Indígena, como estratégias de ocupação de espaços políticos buscam que o que está previsto na lei aconteça de fato, vire realidade para as comunidades do campo e da cidade, como a criação dos centros comunitários de lazer e refeições, casas de sementes, entre outras propostas. Negociações iniciais começaram a ser feitas em alguns locais para ver onde há terras públicas que poderiam ser destinadas para a produção de alimentos para abastecimento alimentar interno, porém, com o contexto da eleição do governo conservador de Milei não há avanços significativos na pauta.

Hija de la semilla rebelde, que migrou do Paraguai para a Argentina durante a época do governo de Alfonsín, relata também que o período de redemocratização argentina foi muito momento de renovação e pleno funcionamento da economia, havia trabalho e as pessoas mais pobres conseguiam acessar a distribuição de caixas de alimentos da assistência social do Estado. O cenário é muito diferente nos dias atuais em que nos anos eleitorais vivencia-se crises inflacionárias, desemprego e aumento da fome da população. *Hermana valiente en marcha* critica que na Argentina, houve muitos momentos em que políticos doavam alimentos como parte de momentos de campanhas eleitorais, então, este tipo de prática pode ser mal vista, então não é o objetivo e nem a forma de ação central de muitas organizações, apenas se faz isso em

situações muito pontuais para não se confundir o trabalho das organizações com as práicas clientelistas dos políticos e as iniciativas assistencialistas do governo.

Ao que foi possível constatar, as ações de solidariedade alimentar são dentro de um processo e estratégia social mais amplo de politizar a alimentação e as ações de caridade nas comunidades no sentido de afrimação da agroecologia e dos direitos humanos, via processos pedagógicos de acesso à informação e formação política para o pensamento crítico em relação à realidade social. As pessoas vivenciam situações de violação de direitos pelas quais inclsusive são oprimidas no sentido de se sentirem culpadas por isso de acordo com a lógica da meritocracia liberal. Tais situações não são apenas situações inidividuais, são contextos sociais aos quais as pessoas e comunidades não estão presas. Na perspectiva da soberania alimentar dos povos as relações sociais de desigualdades, violências e violações de direitos podem ser historicamente transformadas pelas forças sociais e ações coletivas, para uma perspectiva de bem viver e saúde, com autonomia das mulheres sobre seus corpos e projetos de vida e com autodeterminação dos povos nos seus territórios e projetos de sociedade. Em toda esta construção política da soberania alimentar dos povos, o campo da agroecologia é também um fundamento importante (assim como propostas semelhantes como a ecologia social, a ecologia integral, o ecofeminsmo e o ecosocialismo).

Hija de la semilla rebelde traz que a agroecologia é a forma que ela aprendeu a produzir desde pequena e não concebe outra forma de produzir diferente desta, não é que fale de agroecologia apenas porque sua organização política promove isso, mas é sua cultura, sua identidade, suas raízes. neste sentido, em seu caso, ela não precisou passar por nenhuma transição agroecológica pois nunca se identificaram com a produção convencional porque as pessoas se envenenam usando agrotóxicos. Ela sempre se lembra que desde criança, para pulgões e outros bichinhos, em sua família aproveitavam o que sobrava das águas que usaram para lavar as roupas e que tinham um pouco de sabão branco diluído, jogavam esta água com sabão nas plantas e esta receita era para tirar todos os insetos. Antigamente não havia tantos insetos como hoje em dia, acredita que a quantidade de pragas aumentou com mudanças climáticas e desmatamentos que destroém as matas e bosques para os insetos e os bichos atacam as roças em busca de algo vivo para se alimentar. De acordo com o que aprendeu em sua cultura desde criança, de suas origens no campo, acredita que hoje em dia as pessoas comem mas não se alimentam, porque ela cresceu comento feijões, mandioca, galinhas caipiras. Não tinha muita carne, era mais quando um parente compartilhava sempre um pedaço quando carneava ou compravam no máximo uma vez no mês. Se comia no máximo duas ou três vezes um pedacinho de carne de vaca. Mas galinhas e ovos tinham todos os dias, assim como feijão, locro/feijão

branco, milhos, amendoins, coco, tinha de tudo e se comia de tudo quando era criança. Antes as coisas não era como agora se vê obrigado a ser. Para o lanche na escola levavam torradas de milhos, tostados com amendoim e coco para tomar com leite. E o leite tomavam diretamente da vaca que ficava atada na escola, as crianças levavam uma caneca e ordenhavam a vaca na caneca que você levava. Era assim que ela se alimentava quando era criança.

Sua produção é agroecológica e ainda que se encontre muita formiga e outros insetos as plantas estão saudáveis porque fazem diversificação, ou seja, usam estratégias em que se plantam coisas diferentes uma do lado da outra e no meio tem ervas aromáticas e flores para os insetos. Assim também aprendeu com a agroecologia que você pode alternar um plantio de verdura, de folhas verdes ou tomates com um plantio de leguminosas, raízes ou tubérculos como beterrabas. Além disso é bom também deixar o solo descansar de vez em quando antes de voltar a um novo ciclo de plantios. Ou seja, além da diversificação também é importante a rotação de culturas e descansos para conseguir produzir de forma agroecológica. Na agricultura familiar campesina indígena há diversidade, então parte das primeiras coisas do dia que fazem em sua casa é, além de regar as plantas e verduras, tratar dos animais, pois é necessário alimentar a eles também. Depois gostam de tomar mate e se reunir entre companheiros da cooperativa para ver o que mais falta no dia para se trabalhar. Na roça, ainda que o dia a dia para quem está nas organizações políticas não sejam programações fechadas, todo dia tem que acordar muito cedo para aguar as plantas, no inverno nem tanto, mas no verão tem que começar a regar bem cedo as plantas e verduras e depois mais uma rega no final da tarde, começo da noite. É uma rotina produtiva que precisa ser garantida.

Por fim, ela também compartilha que a cada quinze dias fazem entregas de cestas verdes e uma vez por mês participam de feiras da economia solidária em uma universidade local. Nas áreas produtivas do MNCI-VC não apenas se semeia e se planta os alimentos, mas também se colhe e se preparam as cestas para depois comercializar, o que traz um último ponto central na construção da soberania alimentar dos povos: a agroecologia é uma proposta de produção de alimentos que visibiliza e valoriza os trabalhos, os saberes e a saúde das mulheres, famílias, comunidades e povos do campo e também é uma proposta que transforma as relações de produção e comercialização de forma integrada, no sentido do fortalecimento da economia local e solidária, dos processos de organização de associações e cooperativas com formações políticas e técnicas e da criação de mercados locais com relações justas entre produtores rurais e consumidores urbanos.

Trabajadora de la mirada comunista compartilha que existem poucos cinturões verde de produção de alimentos e os que resistem estão inseridos dentro de organizações e processos

coletivos, ou não se consegue construir uma forma distinta de comercialização e se recai em um processo de exploração total através de um intermediário que paga muito pouco ao produtor por suas alfaces e depois este intermediário coloca o produto no mercado central onde ficam todas as frutas e verduras para abastecer Buenos Aires, Cordoba, Santa Fe, etc. Dali se distribui e colocam um preço alto, que é uma emboscada. Todo o trabalho de plantar, desde guardar a semente, fazer os plantios, preparar a terra, cuidar para produzir, colher, encaixotar para vender, vale cem vezes menos do que levar para o consumidor quando há atravessadores. Os intermediários fixam um preço para comprar do produtor e depois aumentam cada vez num processo inflacionário para chegar ao consumidor final, tal como hoje em dia tem sido feito com o arroz. Neste sentido, a pesquisa foi identificando que a construção de mercados locais para a produção agroecológica dos movimentos sociais tem sido uma das iniciativas dos movimentos sociais no campo dentro da construção política da soberania alimentar dos povos, buscando materializar este princípio na vida cotidiana da população.

Na perspectiva de *Hija de la semilla rebelde*, após a regulamentação de Lei de Agricultura Familiar Campesina Indígena, falta o Estado fazer uma política de compra direta de produtos das organizações da agricultura familiar. Desde a Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economia Popular (UTEP), vem lutando com suas companheiras e companheiros para que haja o fortalecimento dos mercados locais e regionais, para que em cada região seja possível a comercialização dos produtos sem precisar transportar por muitos quilômetros, o que consegue diminuir o custo dos produtos da agricultura familiar campesina e indígena para chegar a um preço justo para o consumidor nas cidades. Na leitura de seu movimento social, o fortalecimento dos mercados locais e regionais podem mudar a realidade das comunidades campesinas, porque o que tem encarecido os produtos é o alto custo dos transportes nos processos intermediários entre produtores e consumidores e as pessoas nas cidades acham que os camponeses querem ficar ricos, que estão se aproveitando. Porém, não é o produtor que ganha com esta situação, mas é o mediador que faz o transporte, ou seja, o Estado precisa gerar consumo local e regional para movimentar as economias locais e regionais sem que os camponeses estejam dependentes dos intermediários para vender seus produtos e sem que os consumidores dependam de atravessadores e redes de supermercado para se alimentarem. Com a política de Estado não se precisa percorrer grandes distâncias para um produto chegar ao consumidor.

Nas cidades, a alimentação é muito cara porque quem coloca o preço são os supermercados, não existe uma política pública consistente de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar camponesa e indígena, diz *Trabajadora de la mirada*

comunista. Deslocar a produção dos territórios é muito caro, o que acaba encarecendo o produto e os alimentos agroecológicos que são os mais saudáveis se tornam uma alimentação de nicho, de privilegiados, só para quem tem dinheiro para comprá-las, não são para todo o povo e, na perspectiva da soberania alimentar dos povos a alimentação saudável e agroecológica precisa ser para todos. Se o Estado possui recursos para subsidiar a produção do agronegócio e outras atividades extrativistas no âmbito da economia nacional que são voltadas à exportação, então, possui condições de investir e subsidiar as políticas produtivas para a agricultura familiar camponesa indígena voltadas ao abastecimento alimentar interno de sua própria população. Não menos relevante, uma luta é que tais políticas produtivas sejam destinadas à mulheres rurais que possuem o olhar voltado à agroecologia e à sustentação da vida das famílias, comunidades e biomas. Por fim, também despontam como relevantes as políticas públicas dos serviços sociais de alimentação que democratizam o acesso, como nas merendas escolares e os restaurantes e cozinhas comunitárias.

Militante de la memória, verdad y justicia explica que a Mesa Agroalimentaria Argentina elaborou um plano integral apresentado ao Estado, propondo 5 leis e 5 políticas. Entre seus conteúdos está a questão do arrendamento, acesso e reconhecimento de terras, ou seja, para reconhecimento e proteção das terras camponesas em geral e direito a títulos comunitários. Também propuseram leis que favoreçam o financiamento de cooperativas, o que implica toda uma política para agricultura familiar camponesa e indígena, para produtores rurais pequenos e médios dos cinturões hortículas que circundam os centros urbanos. Buscam que existam políticas públicas para sustentar, ampliar e favorecer a produção de alimentos, por exemplo, com o Estado se implicando na compra de alimentos para abastecimento alimentar. Também políticas públicas que favoreçam o acesso da população à alimentação, como em restaurantes comunitários com alimentos saudáveis, fortalecendo também a preparação e fornecimento destes alimentos de forma coletiva. Nas comunidades rurais, muitas das dificuldades que vivenciam estão relacionadas à dificuldade de mercado para comercializar sua produção, muitas vezes não conseguem quem a compre e é ainda mais difícil que seja comprado por algum mercado perto que garanta um preço justo. Porém, na leitura de *Vecina vegetariana*, quando o Estado se envolve na compra da produção da agricultura camponesa isto pode sustentar a luta contra o agronegócio, em relação ao qual estão sempre em condições de desvantagem. No governo de Fernandez e Kirchner, avaliam que tiveram conquistas importantes como conseguir que os movimento sociais gestionassem uma parte do mercado central, onde chegam e passam quase toda a alimentação da Argentina; se concentra no mercado central de Buenos Aires e a partir dali se reparte para as demais provinícias também.

Militante de la memória, verdad y justicia relata que desde a década de 1990, quando começa a se envolver com o tema da ecologia social, a alimentação começou a ser um tema importante para ela, quando começou a ter uma produção agroecológica e a tentar produzir aquilo que pudesse. Não pode produzir tanto porque mora dentro de uma área urbana mas ela consegue ter uma pequena horta e gosta de se alimentar daquilo que produz. Sua horta é agroecológica e ela gosta de produzir o máximo possível, mas ainda gostaria de produzir mais do que aquilo que consome. Participa de redes de consumo em que busca consumir produtos que são feitos dentro do próprio território onde vive e quando viaja para outras comunidades traz diretamente produtos que compra das produtoras. Gosta das verduras produzidas por companheiros de outras organizações também, como a Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT) que tem os *"Almacenes de Ramos Generales"*. Nos Armazéns da UTT são comercializados verduras e produtos de organizações articuladas na UTT e de movimentos sociais parceiros da *La Via Campesina* como o MNCI – Somos Tierra, pois são organizações que se unem na Mesa Agroalimentaria Argentina.

Uma produtora da UTT da província de Santiago del Estero, *Lideranza por la vida y la salud,* diz que em sua comunidade fazem geleias com as frutas da estação, usando melões, melancias, laranjas, abóboras. Também fazem cosméticos naturais como talcos, sabonetes, pomadas e estão se deafiando nesta área cada vez mais. Toda produção na lógica da agroecologia, também trabalhando com hortas de ervas aromáticas como a acamomila e outras flores do campo, também com temperos como alecrim, salsinha, alho. Não possuem grande quantidade de terra, mas tudo é feito por meio do trabalho coletivo e voltado principalmente para o consumo das próprias famílias que ali trabalham. Dentre os objetivos de seu movimento está acabar com os intermediários, os quais diz que são os que os exploram, porque eles na comunidade tem todo o trabalho de cultivar as verduras e eles vêm e compram por pouco dinheiro, levam a verdura e vendem por um preço que é o dobro ou o triplo do que compraram de nós. Neste sentido, o que os pequenos produtores buscam com sua incidência e articulação política é eliminar os intermediários e a construção de mercados locais é um ponto importante das agendas políticas dos movimentos sociais no campo em que as mulheres produtoras são parte ativa desta construção. Ainda que os grupos produtivos de mulheres possam ter dificuldades de acesso aos mercados convencionais, as mulheres de diferentes movimentos sociais no campo se articulam para visibilizar e promover o consumo dos alimentos umas das outras, inclusive fazendo oficinas conjuntas de formação em produção e comercialização.

No relato de *Vecina vegetariana*, ela explica que a questão dos mercados locais pode ser pensada dentro da questão do abastecimento alimentar, onde se articula não apenas a relação

entre produção e comercialização mas se visibiliza a dimensão da preparação que possui muita relação com os trabalhos de cozinhar e de cuidado com a família e as comunidades que vem sendo protagonizado pelas mulheres trabalhadoras no campo e na cidade. Ela compartilha que participa do Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) que como todos os movimentos sociais articulados na *La Via Campesina* luta por reforma agrária integral, acesso aos recursos, soberania alimentar, assumindo a agroecologia como caminho. Em sua história passou por diferentes etapas como o enfrentamento para o acesso à terra, a construção de projetos produtivos, em outros momentos buscou avançar mais na comercialização, entre outras ações. Produzir agroecologicamente para ela tem a ver com gestionar o território, tomar suas próprias decisões sobre o seu corpo e sobre o que está ao redor. Cozinhar, por sua vez, é um cuidado e também uma demonstração de afeto para as outras pessoas para as quais ela cozinha. Porém, teve épocas de sua vida em que gostava muito de cozinhar e agora se sente chateada com isso porque é muito custoso pensar o que comer todos os dias em uma zona em que não há muita riqueza alimentar, pois, conforme relata, está em uma zona semiárida onde não há muito acesso às verduras e ela é vegetariana. Desta forma, cozinhar é parte dos trabalhos de cuidado mas é também parte dos trabalhos produtivos, é sobre produzir e elaborar alimentos, dimensões da mesma questão que não podem ser separadas. No MCC estão avançando na discussão sobre comercialização, porém, não estão debatendo tanto sobre abastecimento popular como faz outros movimentos da *La Via Campesina* que ela conheceu, como o MPA, no Brasil, por exemplo. A produção do MCC é muito cara e pequena porque estão muito longe dos centros urbanos o que dificulta o acesso aos insumos e materiais e também encarece o transporte. Neste sentido, tem sido dificil avançar na formulação de estratégias de abastecimento alimentar que sejam mais populares e acessíveis. No Brasil, ela conheceu muitas ações de doações de alimentos nas periferias urbanas, no sentido de promover a produção e o abastecimento popular também. Entende que a longo prazo os movimentos no campo podem incentivar a produção de molhos, pães e doces nas áreas urbanas também, para promover a capacidade do povo de produção e elaboração de alimentos integrais e nutritivos também nas áreas urbanas. Tudo isso possui relação com o direito à alimentação.

Com foco na estratégia do abastecimento alimentar, existe todo um esforço de habilitar lugares de elaboração de alimentos consoante as normas sanitárias, por exemplo, não pode ter nenhum matadouro de animais perto de onde se fazem doces de leite, mel, queijos, que são formas de se aproveitar a alimentação também e com a habilitação pode-se comercializar os produtos legalmente. Relata que a sala de mel da associação está habilitada e também a sala de doce de leite no sítio de uma companheira em Serrenzuela. Em sua região o movimento realizou

cursos profissionais e seminários em parceria com o Ministério do Trabalho para promover atividades de carpintaria, mecânica que são coisas que se necessita muito no campo, e também fizeram muitos cursos de elaboração de conservas, confeitaria, panificação, para ir criando valor agregado à produção do campo, também tendo em vista a dificuldade de comercializar produtos frescos na zona semiárida.

Por fim, *Hija de la semilla rebelde,* relata que, no princípio, a UTEP articulava apenas organizações campesinas e se achava que não tinha que haver aproximação com organizações urbanas, porém, com o tempo foi ficando evidente que precisava haver uma unidade do campo e da cidade porque aquilo que os camponeses produzem é para todos consumirem. Os camponeses precisam vender seus produtos e na área urbana estão os consumidores que precisam comprar alimentos para comer, então sempre teve que existir esta relação e começaram a organizar e participar de feiras. Nas feiras em que participam buscam implementar que só possam vender os produtores, justamente para que haja relação direta com os consumidores, compartilhando como produzem e porquê. Ela exemplifica dizendo que se a acelga estiver furada o produtor pode ensinar aos consumidores que quem fez isto foram as galinhas porque isto é comida saudável e também trocar receitas e alimentos às rotinas alimentares, como o zapallo. Nesta articulação do campo e da cidade vão se dando ferramentas para que as pessoas possam vender e outras possam comprar e possam aprender como preparar de forma caseira as verduras, a acelga, a beterraba a qual se pode aproveitar até as folhas, entre outras informações.

> Sí, la UTEP tiene esa también, te digamos, no me sale la palabra, pero, sí tiene esa, me sale la palabra, pero, creo que es una de las cosas que nosotros trabajamos un montón como parte de, digamos, del campesinado. En un momento determinado dijimos los campesinos con los campesinos solos, no tiene que haber, digamos, un acercamento. Y tiene que haber, digamos, una relación muy estrecha, digamos, que tiene que tener el campo con la ciudad porque entendemos que el campesinado, todo lo que producimos nosotros lo consumimos todos. Nosotros tenemos que venderlo y a quién se lo vendemos, digamos, a la parte urbana como le décimos nosotros a la, entonces, los consumidores lo tenemos en la ciudad, entonces tiene que haber un relacionamiento, a partir de ahí nosotros empezamos como organización a ir a las ferias, pero, dijimos que la feria son solamente pueden ir los productores. ¿Por qué? Justamente para ese acercamiento con los consumidores, de contarle cómo producimos, porque hacemos ese tipo de producción, porque la acelga, digamos, está no sé, agujereada, comida, esto lo hicieron las gallinas, pero, es, decirle y enseñarle a la gente también que es la comida, digamos, tiene que ser sana porque no es solamente comer, sino que hay que alimentarse y que es, de llevar un zapallo se tiene que comer, ver cuál es la forma, digamosd de cocinarla en una comida para que un chico lo coma y que no sea solo un zapallo hervido, o sea, hacer ese acercamiento y también, digamos,

> darles herramientas también a ellos para poder vender, para poder comprar esa verdura. Y hacer algo con la acelga, algo con la hoja de la remolacha que se puede hacer un montón de cosas (Hija de la semilla rebelde)
> No, no hablábamos nosotros, digamos, de soberanía alimentaria y no lo hacemos solamente para quedar bien, sino que lo vamos haciendo todos los días de nuestros territorios y la seguridad alimentaria creo que lo empezamos también a decir, porque sabemos que nuestros hijos necesitan esos, tener asegurado el alimento de hoy y de mañana también para seguir sosteniendo, digamos, al pueblo y al mundo entero en sí, porque si no alimento el pueblo, no oído sin agua y sin comida, si nosotros los campesinos no producimos, no vive nadie. (Hija de la semilla rebelde)

Não apenas falam de soberania alimentar como um discurso que cai bem, mas afirma que desta forma fazem soberania alimentar todos os dias a partir dos territórios. Falam também de segurança alimentar, porque todos, inclusive seus filhos e as próximas gerações precisam ter assegurado o acesso a terra, sementes e alimentos saudáveis hoje e amanhã, para poderem se manter e seguir em frente. Assim, ela conclui que as mulheres em movimentos sociais no campo vão sustentando a alimentação para o seu povo e para o mundo inteiro, porque se os sujeitos do campo não trabalham a terra, não há vida que se renove.

4.2.3 "¡Internacionalizemos la esperanza!": Vivências e ações internacionalistas nos movimentos sociais

O último conteúdo que é relevante destacar das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa na Argentina se reporta à Categoria V *"Internacionalismo"*. Interpreta-se que as relações internacionais, ainda que pareçam ser algo que ocorre sempre fora das fronteiras nacionais, como sinônimo de viagens ao exterior, é uma escala das relações sociais que também constitui o cotidiano de vida das mulheres em movimentos sociais no campo, as histórias de suas famílias e comunidades, além da própria formação sócio-histórica das sociedades nacionais e trajetóricas das organizações populares. Neste sentido, esta seção busca visibilizar e valorizar as diferentes formas de vivências e ações internacionalistas das mulheres em movimentos sociais no campo na Argentina, demonstrando que são também sujeitas de novas relações internacionais tal como as militantes em movimentos sociais do Brasil e de outros países que integram a CLOC e a *La Via Campesina.* Talvez pelo fato de que o internacionalismo é um ponto de encontro em comum nas agendas políticas dos movimentos de ambos os países estudados, posto que eles se encontram nas mesmas articulações, CLOC e *La Via Campesina*, foram identificadas mais complementariedades do que diferenças, percebendo-se a reafirmação de experiências que se expressam no lema *"Internacionalizemos la lucha! Internacionalizemos*

la esperanza!”. Esta seção traz, então, alguns conteúdos que expressão estas interpretações e complementariedades.

Um primeiro aspecto a se destacar pe a questão das migrações internacionais, imigrações e refúgios. Algumas entrevistadas ao contar as hsitórias de suas famílias relataram que seus avós imigraram da Europa, buscando refúgio dos contextos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Em sua ascendência familiar *Hermana valiente en marcha* tem avós europeus que imigraram para a Argentina e residiram na provincia de Santa Fé e depois em Córdoba. A princípio trabalhavam no campo e depois assumiram empregos junto ao governo, se urbanizando. Mas suas raízes são rurais e imigrantes. *Militante de la memória, verdad y justicia* explica que em sua ascendência familiar, sua avó era camponesa e vivia na Espanha, mas toda sua família teve que vender as terras para salvar um dos irmãos que não foi para a guerra e se refugiaram na Argentina. Da parte de sua outra avó, também era camponesa, mas também perderam todas as terras porque se individaram com o banco. Assim, as histórias da vida campesina sempre estiveram presentes, volteando sua própria vida. Em sua família houve migração internacional por causa das guerras na Europa e também houve migração para a cidade por causa da situação de perda das terras. Também vivenciaram migração internacional por causa da ditadura militar argentina, em que vivenciaram o exílio enquanto fugiam para sobreviver.

Uma das entrevistadas, *Vecina vegetariana,* é uma imigrante de origem europeia que escolheu viver na América Latina. Morou durante alguns anos no Brasil, quando atuou com o MPA e durante o contexto da pandemia de Covid-19 se mudou em defnitivo para a Argentina, onde atualmente atua com o MCC e o MNCI – Somos Tierra. Sua origem é o País Vasco, uma região entre a Espanha e a França e faz muitos anos começou sua militância em um movimento camponês de lá, que era membro da *La Via Campesina* Internacional. A partir dalí ela descobriu o internacionalismo e decidiu começar a viajar pela América Latina para contribuir com diversos movimentos sociais latino-americanos. Quando ela conheceu o Brasil, ela decidiu morar por um tempo ali, onde militou durante muitos anos no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Depois, durante o período da pandemia em que houve as limitações de viajar e sair de casa, ela se mudou para a Argentina, onde começou sua militância atual no Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI-ST), mas ela já conhecia o MNCI desde 2006 ainda que tenha começado a contribuir mais ativamente com o movimento argentino em 2020. Quando vivia em País Vasco era campesina, vivia no campo e produzia comida para casa. Desdde que se mudou para a América Latina não está desenvolvendo atividades de produção, também porque esteve morando em áreas do semiárido onde teve

dificuldades de plantar, tanto no Brasil anteriormente como na Argentina atualmente vive em zonas áridas.

Hija de la semilla rebelde, por sua vez, é imigrante do Paraguai, a primeira vez que viajou para a Argentina foi na década de 1980 para visitar parentes e, na década de 1990 se mudou em definitivo para o novo país. A partir de seus relatos foi possível perceber que parte significativa da força de trabalho nos cinturões hortículas na província de Buenos Aires era formada por imigrantes paraguaios e bolivianos, os quais relataram que também vivenciavam discriminações racistas e de classe.

Sua origem é de uma família de camponeses do Paraguai e ela migrou para a Argentina para trabalhar, viveu muito tempo na periferia urbana e relacionada às raízes de sua família, escolheu o modo de vida camponesa como projeto de vida. Quando criança ela viveu no campo, mas seus pais perderam as terras infelizmente porque foram despejados e migraram para a periferia da capital do Paraguai, Asunción, onde viviam os nove mebros de sua família em um bairro muito pobre. Seus pais começaram a trabalhar como comerciantes de frutas e verduras em um mercado local. Nas férias de verão ela se recorda de ir passar com seus padrinhos e tios que ainda estavam no campo, ela se sentia uma filha rebelde porque ela não queria estar na cidade, mas gostava de ficar no campo onde podia semear a terra, plantar, cultivar, eram atividades que ela gostava de fazer,. que sempre chamou sua atenção para este estilo de vida. Quando nasceu sua filha ela decidiu sair de um ciclo de violência doméstica que estava vivenciando e migrou para a Argentina, para se retirar daquela situação no Paraguai. Em 1986 ela já havia passado um período de três meses na Argentina como cuidadora de sua avó que era imigrante e precisou fazer uma operação. A mãe dela não pode estar com a avó, então a enviou. Então, em 192 quando ela quis mudar de vida ela decidiu que iria para a Argentina para trabalhar e começou como empregada doméstica.

Os imigrantes paraguaios e bolivianos estão entre os que mais trabalham no cordão hortícula na província de Buenos Aires e vivenciam muitas violências que não são só no âmbito familiar e doméstico, mas são nos serviços de saúde pública e nas escolas em que são sempre questionados porque não vão se atender nos seus países de origem, como se não tivessem direito ao atendimento e ao serviço público. As crianças e jovens sofrem muito preconceito nas escolas porque sua cor de pele é mais escura, e isto é um tipo de violência racial.

Quando ela se mudou em definitivo para a Argentina foi durante o governo Menem e foi um período muito difícil para os estrangeiros também, no começo foi útil mas depois foi tudo diferente. No começo de seu mandato ele criou a convertibilidade de que um peso valia um dólar, então quando ela enviava dinheiro para seus pais, no Paraguai, lhes rendia bastante e

fazia muita diferença para sua família, porém, logo em seguida começou uma forte crise social, tudo era muito caro para os trabalhadores mais pobres conseguirem comprar e viver e os trabalhadores imigrantes estavam entre os setores sociais que mais sofreram com situações sociais de pobreza, fome e desigualdade, muitos então se envolvendo com movimentos sociais urbanos e rurais de luta por terra e moradia. Também *Lideranza por la vida y la salud* relata que há muitos imigrantes da Africa do Sul na capital de sua província Santiago del Estero, muitos em trabalhos informais que devem ter seus direitos reconhecidos e ampliados.

Uma outra forma de vivência e contrução política do internacionalismo relatado pelas entrevistadas é por meio da perspectiva pedagógica, em processos de educação popular de cursos de militantes e escolas de formação.

Anciana de las raíces originárias participou de um intercâmbio no Brasil, quando ainda era da juventude de seu movimento social (MOCASE). Viajaram num grupo de 12 argentinos e argentinas, em que ela era a mais nova, e compuseram um grupo de 100 pessoas, todas da região do Cone Sul, para participar do Segundo Curso de Militantes de Base, em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, organizado pelo Movimento Sem Terra (MST). Visitaram acampamentos e assentamentos de reforma agrária, organizados pelo MST e foram, inclusive, abordados pela polícia militar. Foi um intercambio de aprendizagem em que tiveram aulas de português e aulas de formação política e ela contribuía na tradução de alguns conteúdos para seus companheiros mais velhos. Estudaram muito e desenvolveram outras atividades (como as visitas nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária). Estes intercâmbios de aprendizagem foram enriquecendo o internacionalismo no MOCASE que dentro do território nacional argentino fica na província de Santiago del Estero. A nivel nacional, constróem o Movimiento Nacional Campesino Indígena, que faz parte da CLOC na América Latina e da *La Via Campesina,* que é a organização de articulação internacional a nível global.

Na história de seu movimento social, o MOCASE, relata que já em 1997 estavam em contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e também estavam participando de algumas atividades da CLOC. Depois, em 1999, fizeram seu primeiro congresso provincial e vieram do Brasil representantes do MST para participar junto, afirmando a unidade e o intercâmbio de organizações da América Latina. Deram continuidade aos intercâmbios desde então por meio dos Cursos de Militantes de Base que em 2010 fizeram a nível Sudamérica. A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do MST, localizada no estado de São Paulo, no Brasil, foi citada como uma referência importante na formação internacionalista entre as organizações dos países latino-americanos e de outros continentes.

Até 2013 foi delegada da juventude da *La Via Campesina* e este foi um período de começar a construção de uma equipe de comunicação em que ela ambém atuou e impulsionou, construir escolas de formação a nível sudamérica, se internacionalizando e, como foi com o feminismo, a juventude foi assumindo uma mística própria da *La Via Campesina.* Ela diz que segue sendo todo um processo a construção feminista e internacionalista entre e com as mulheres nos movimentos sociais no campo, desde quando começaram a organização em seu movimento MOCASE e isto despontou como uma pauta também pelo fato de estarem nos espaços da CLOC e *La Via Campesina* onde se está de acordo com a construção do trabalho com as mulheres, também nos debates políticos e processos de tomada de decisões. Esta construção relacionada ao feminismo camponês popular foi todo um processo que também é latino-americano e internacional e segue sendo. Em abril de 2023 participou do lançamento da Internacional Feminista, um processo onde há mulheres de diferentes países, de organizações sociais, organizações populares, transfeministas e também há originárias. Há um tecido diverso que se vai construindo na luta contra o patriarcado e o capitalismo, para pensar-se em outra sociedade, com outras relações entre os seres.

Enquanto houver tratados e acordos de livre comercio com empresas e grandes transnacionais do capital financeiro nos territórios dos nossos povos, temos que ficar alertas e juntarmos todas e todos com nossas experiências e forças mentais para reverter isso, porque não há outro lugar em que possamos viver e habitar como humanidade além da Terra. Portanto, todo este esforço tem que ser também a nível internacional, como dizemos na *La Via Campesina*: globalizar a luta, globalizar a esperança e temos que também globalizar a solidariedade. A CLOC e a *La Via Campesina*, além das mobilizações contra as situações de repressão e contra o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) esteve sempre coordenando processos de formação e intercâmbio entre as organizações, se articulando também com espaços urbanos e entidades de defesa dos direitos humanos. A construção de um internacionalismo popular a partir de processos de trabalho de educação popular de base, formação política e intercâmbio vai além das ações diretas de çuta que são mais visibilizadas nas mídias, por exemplo, quando há uma ação pública como uma marcha ou ocupação contra a OMC, o FMI ou uma grande corporação internacional do setor do agrinegócio como Monsanto ou Aracruz, entre outras.

Uma produtora do MCC e do MNCI-ST, a *Compañera de la comunidad,* relata que não tinha água onde vivia, mas que por meio de um projeto de seu movimento social, alguns companheiros viajaram em um intercâmbio ao Brasil, onde se capacitaram em novas tecnologias sociais como a construção de cisternas com placas, para captação da água de chuva.

Quando voltaram para a Argentina, construíram estas cisternas em muitos lotes das famílias do território de sua comunidade. Elogia o intercâmbio entre os países e entre os movimentos, a troca de conhecimentos e ideias, entre o que se pode aprender com cada território e replicar em um novo lugar. Relata que tem conhecidas que já viajaram para o Brasil para capacitações, durante um mês, como delegada representande de sua comunidade e movimento. Acredita que poderiam vir pessoas do Brasil para visitá-la e ela ensinar como fazem os doces de leites, assim como quando os argentinos vão ao Brasil eles aprendem coisas que os brasileiros sabem, como foi a respeito das cisternas de captação de água de chuva que ela disz que foi uma benção. Assim ela descreve as relações entre os países, como intercâmbios que são bons caminhos na luta por direitos.

O internacionalismo popular possui relação com compartilhar saberes, experiências, projetos, tecnologias sociais; dialogar sobre leituras de mundo e bandeiras de luta social, construindo consensos regionais e internacionais sobre prioridades políticas para valorização de sujeitos, povos, culturas, trabalhos, saberes e práticas. Não é só um grupo de representantes locais que se reúne circunstancialmente para realizar um encontro e uma ação direta, ainda que estas sejam as que mais tem visibilidade. Também não é um movimento social novo, diferente dos movimentos locais, provinciais e nacionais mas é uma nova dimensão organizativa dos mesmos movimentos, numa articulação internacionalista popular, camponesa, indígena e cada vez mais feminista.

Vecina vegetariana conta que na Argentina participa do MNCI-ST, mas ainda colabora à distância com algumas tarefas para o MPA com quem ela trabalhou anteriormente no Brasil, porque ela gosta de manter contato e relação com os movimentos e pessoas com quem atuou no passado. Também contribuiu com grupos de mulheres em Honduras e possui muito interesse em sempre conhecer as diferentes realidades da América Latina e Caribe. Em sua opinião o internacionalismo é um valor básico para qualquer movimento social, é uma dimensão de esperança que continua viva, pois não é mais possível pensar transformações locais sem pensar transformações globais.

Ela diz que “podemos atuar localmente mas sabemos que não será possível transformar mesmo um território pequeno se ao redor dele tudo segue mal, então, até se for por egoísmo precisamos pensar no bem de todo o mundo e não podemos fazer o que fizeram a Europa que vive muito bem às custas dos demais povos do mundo”. Em sua leitura também existem formas de imperialismo interno na América Latina como empresas do Brasil com o Paraguai ou da Bolívia com a amazonia ecuatoriana. Então, aos movimentos sociais cabe pensar em novas

relações internacionais a partir dos povos, pensar em todos e se contrapor a que um país esteja melhor às custas de que no outro os povos estejam oprimidos.

Portanto, conclui que o internacionalismo é indispensável e espaços como a CLOC e a *La Via Campesina,* para fazer intercambio, conhecer e ver o que está acontecendo nos outros lugares diferentes, constatar que se pode encontrar algo em comum e ser capaz de ter empatia e solidariedade com o que se passa em outro país com os outros povos, pode nos levar a pensar de forma mais humanizada e livre de dominações.



Foto 18: Encontro de bandeiras e militantes do Brasil e da Argentina. Acervo pessoal. Pesquisa de Campo com MOCASE e MNCI – VC. Militantes e companheiras do MMC (Brasil) e de MOCASE, MNCI – VC e UTEP (Argentina). Buenos Aires, 2023.

4.3 Reflexões no processo de pesquisa: Tecendo pensamento crítico latino-americano

"Esos pueblos nacidos para aliarse:
La unión es su deber, su ley amarse:
Igual origen tienen y misión;
La raza de la América Latina (...)
La América del Sur está llamada
A defender la libertad genuina,
La nueva idea,
La moral divina,
La santa ley de amor y caridad.
El mundo yace entre tinieblas hondas:
En Europa domina el despotismo,
De América en el Norte, el egoísmo (...)
Entre dos Océanos arrullada
Y por los altos Andes sombreda,
Deje su voz profética escuchar."
José Maria Torres Caicedo – Las dos Américas

4.3.1 O pensamento social crítico latino-americano

Consoante Arturo Ardao (1980), em *"Genesis de la idea y el nombre de America Latina"*, José Maria Torres Caicedo, autor do poema *"Las dos Americas"* (acima inserido), teria sido um dos primeiros pensadores críticos latino-americanos, responsáveis pela construção política da passagem do termo "latina", enquanto adjetivo, para seu sentido de sujeito histórico, como identidade coletiva e projeto político (com letras maiúsculas): América Latina.

Assim, identificando a Europa como uma área onde predominava o despotismo, a América - cujo nome, expressando a dominação colonial, advém do conquistador e colonizador europeu Américo Vespúcio, suplantando prévias denominações dos povos originários para este território como Abya Yala, Pindorama, e outras - é caracterizada, no poema, como cindida em duas: uma egoísta América do Norte (onde prevalecia a cultura anglo-saxônica) e uma América do Sul (hegemonizada pela cultura latina) comprometida com a construção de uma liberdade genuína para si e toda a humanidade.

Estas leituras, entre outras, oportunizam identificar as raízes históricas e as temáticas fundantes do pensamento social crítico que surgiu na América Latina e Caribe a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX. Entre elas estão: a denúncia da desumanização e violências sofridas durante o passado colonial imposto pelas metrópoles da Europa, a crítica ao racismo como fator estrutural de subalternização dos povos e sociedades

da América Latina e Caribe, o enfrentamento à ingerência econômica, política e militar dos Estados Unidos na região.

Durante a revisão da literatura, também foi possível identificar conexões importantes à luz das análises sobre a formação sócio-histórica latino-americana, as quais apontam para o reconhecimento da centralidade das lutas sociais indígenas, negras e populares para a compreensão das lutas sociais em geral na América Latina. Por exemplo: a relação entre o início do período colonial, no século XVI, com a origem das lutas sociais da região a partir das resistências dos povos originários contra a apropriação privada da terra e as expropriações de corpos-territórios; também o enlace entre o período do final do século XIX e começo do século XX, quando ocorria a abolição da escravatura e se criava a Lei de Terras, enquanto a fase histórica do surgimento da questão agrária, no Brasil, vinculada às lutas dos povos negros e dos trabalhadores pobres. Consoante Sauer (2010):

> As questões relacionadas com a terra e a exploração de seus habitantes fazem parte da história da América Latina desde que os primeiros colonizadores aportaram no continente. Estas questões ganharam relevância e ênfases diferenciadas ao longo desta história, influenciando a própria produção teórica sobre os problemas e perspectivas do campo. (SAUER, 2010, p. 28)

> De acordo com Martins, a "questão agrária" surge no Brasil em meados do século 19 com o processo de abolição da escravidão e criação da Lei de Terras, de 1850, que impediu o acesso à terra àqueles que não podiam comprar, forçando os pobres livres, inclusive os imigrantes europeus, a trabalhar para os grandes proprietários. A questão agrária surge "quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra". (SAUER, 2010, p. 45)

De fato, existe um campo de estudos agrários em que não necessariamente são abordadas as particularidades sócio-históricas, culturais e geopolíticas latino-americanas, focando no estudo de países específicos ou do cenário internacional em geral. Porém, existem muitas autoras e autores que trabalham com uma perspectiva multiescalar e latino-americana, como: Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Maristela Svampa, Alba Carosio, entre outras referências. Nesta seção, percorremos alguns elementos deste acúmulo para aprofundamento e reflexão de alguns pontos destacados nos subtítulos, após a sistematização dos conteúdos das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa nas seções anteriores do capítulo. Entende-se que as experiências, práticas e lutas sociais das mulheres em movimentos sociais no campo que constróem o feminismo camponês popular e a soberania alimentar dos povos na região da América Latina podem também ser contextualizadas como

parte do pensamento social crítico latino-americano, em um encontro que pode propiciar uma construção compartilhada de saberes para avançar na superação das desigualdades sociais, tais como no tocante às violações do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, e do direito à terra e território.

Com vistas a fortalecer a autodeterminação dos povos nos territórios latino-americanos e as soberanias populares, é importante resgatar que as raízes históricas e as temáticas fundantes do pensamento social crítico que surgiu na América Latina e Caribe, naquela mesma época em que Caicedo escrevia, também estão presentes em José Martí, autor que elaborou o *"Nuestra America"*. Nesta obra, Martí explicitou as contradições opressoras da criação de uma Organização dos Estados Americanos (OEA) e de um panamericanismo voltado prioritariamente à subordinação da América Latina e Caribe como área de influência geopolítica dos Estados Unidos, ou seja, sua conformação regional como territórios de realização dos interesses estratégicos da política externa da potência estadunidense em ascensão naquela época. Elucida-se, portanto, o começo do pensar e construir, como projeto político, de uma unidade latino-americana e um latino-americanismo, colocando em pauta pela primeira vez questões como o imperialismo, a integração regional latino-americana e a autonomia, a autodeterminação e soberania dos povos latino-americanos. Estes elementos emergem como aspectos importantes da perspectiva crítica no pensamento social e político da época, relacionado às resistências e lutas populares nos territórios, e que vão ecoar em futuras gerações de pensadores e cientistas sociais na região, constituindo um acúmulo teórico-político relevante para interpretar também os processos sociais de construção da soberania alimentar dos povos.

Desde o início do pensamento social crítico latino-americano, que aqui se identificou como as últimas décadas do século XIX e início do século XX, sua elaboração predominantemente no formato de "ensaios" livres contava com a contribuição de jornalistas, poetas e escritores, lideranças políticas, professores, diplomatas, entre outros. Isto é, seus interlocutores vão além dos atuais teóricos e cientistas sociais acadêmicos, denotando suas raízes e potencialidades nas reflexões interdisciplinares e contextualizadas nas lutas sociais populares da região. Tal diversidade e tradição ensaística é um dos aspectos que leva à denominação geral de um campo de estudos do *pensamento* social crítico latino-americano (CAROSIO, 2017) ao invés de seu reconhecimento como *teoria* social latino-americana.

No entanto, infelizmente, este aspecto foi também utilizado para desvalorizar as elaborações e construções políticas e teóricas na região, vistas como estudos temáticos complementares às produções acadêmicas europeias e estadunidenses que hegemonizam as ciências. Porém, é fundamental afirmar que se em determinadas obras e autorias a

problematização dos temas caros ao pensamento social crítico latino-americano não foi desenvolvido por meio do empreendimento de uma metodologia científica, isso não nega a existência de aportes teóricos e científicos dentro deste campo de estudo. Ademais, pode-se dizer até mesmo que este é justamente um indicador deste campo de estudos como um terreno fértil, portanto, para o desenvolvimento de pesquisas sociais capazes de produzir novos conteúdos sobre temas como particularidades latino-americanas, soberanias populares, imperialismos e, até mesmo, sobre a própria ciência (LANDER, 2005). Assim, o campo de estudos do pensamento crítico latino-americano vêm analisando a realidade social e, concomitantemente, o próprio pensamento científico, suas teorias e abordagens epistêmico-metodológicas, visando enfrentar os silenciamentos e desigualdades estruturais que impedem os povos latino-americanos de ser e de se conhecer. Não se trata de apenas reconhecer a relevância teórica e científica de autorias latino-americanas e caribenhas, mas, afirmar a legitimidade da diversidade de culturas e experiências para superar a dependência imposta por meio de relações de dominação na vida social como o patriarcado, o racismo, o capitalismo e, inclusive, o imperialismo. A imposição da dependência e da dominação têm invisibilizado e limitado o desenvolvimento de processos sociais, políticos e científicos próprios na região, mantendo-a em uma dinâmica de inserções subordinadas desde a divisão internacional do trabalho e a geopolítica da globalização neoliberal até a falta de autonomia técnica e científica.

Portanto, para superação das relações de dominação na vida social nos países da América Latina e Caribe é fundamental conhecer e reconhecer o protagonismo de lutas, autorias e obras latino-americanas e caribenhas, assim como as lutas socais, autorias e obras de mulheres camponesas, mulheres negras e indígenas mulheres na região, a fim de compreender as particularidades de sua própria origem e formação sócio-histórica. Nesta discussão, Alba Carosio (2017) define o pensamento crítico latino-americano da seguinte forma em "*Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamento crítico latino-americano"*:

> Se intenta pensar la realidad desde América como lugar de origen y no como una reinterpretación de pensamientos hegemonicos. Es en la búsqueda de una identidad propia donde radica su potencia y su capacidad subversiva y prefiguradora de futuros posibles. En America Latina hay una rica tradición crítica que se ha desarrollado – basicamente – en torno a dos temáticas: la opresión social, conjugada en nuestros países con la opresión racial, y la condición de dependencia de los países del subcontinente. Este pensamiento crítico en nuestro continente nasció casi paralelamente a la conquista, como respuesta a la depredación de la invasión europea (...). (CAROSIO, 2017, p. 18)

Assim, baseando-se em Carosio (2017), a perspectiva feminista pode ampliar horizontes do pensamento social crítico latino-americano na superação das opressões sociais, que, em sua abrangência, possibilita a interlocução de diferentes grupos, classes, movimentos sociais, comunidades e povos na reflexão crítica das realidades sociais latino-americanas. Deste ponto de vista, compreende-se que as mulheres dos movimentos sociais populares no campo, em luta social pelos direitos à alimentação, à terra e à agroecologia (SEIBERT, 2018), entre outras reivindicações, são sujeitas de novas relações sociais e internacionais a partir dos territórios da América Latina e Caribe e, suas construções políticas para a soberania alimentar dos povos em perspectiva feminista camponesa e popular podem ser apreendidas por meio de pesquisas sociais histórico-comparativas no âmbito do pensamento social crítico latino-americano, fomentando novas concepções de soberanias populares rumo à superação da dependência e de todas as formas de dominação.

4.3.2 Crítica à dependência, ao racismo e ao colonialismo

Para comprender um pouco mais acerca do significado da dependência, as abordagens da teoria marxista da dependência (TMD) são uma das perspectivas importantes desenvolvidas no âmbito do pensamento social crítico latino-americano que contribuíram para elucidar contradições que permeiam as relações internacionais entre os povos e as relações sociais no interior das sociedades nacionais. Entre as contradições problematizadas está a questão da dependência em sua relação com: o imperialismo como sistema de dominação externa; a hegemonia estadunidense na região; o Estado de contra-insurgência; a ausência de plena descolonização e não superação da ordem racial nas sociedades de classes latino-americanas; a superexploração da força de trabalho e; a racionalidade (opressora e autoritária) das elites capitalistas na região, entre outras. Seus teóricos, como Florestan Fernandes (1975), Ruy Mauro Marini (2012), Vânia Bambirra (1977), Theotônio dos Santos (1977), entre outros, evidenciam que as desigualdades contemporâneas entre as nações do mundo são desdobramento histórico da especialização das mesmas como fontes de excedente econômico ou como destino para processos de acumulação de capital às elites externas. Em "*Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina"*, Florestan Fernades (1975) elucida que:

> A incorporação ao mercado mundial e às estruturas internacionais de poder numa posição heteronômica envolve uma forma peculiar de integração

> nacional. Nenhum país possui uma economia homogênea e potencialidades organizadas de desenvolvimento auto-sustentado efetivo. A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder e nos estratos (...) que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes "épocas históricas", mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder. Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema. (...) O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la (...). (FERNANDES, 1975, p. 19-20)

No âmbito da divisão internacional do trabalho, concentra-se nas economias centrais a riqueza acumulada a partir das expropriações nos territórios das sociedades periféricas. Os lucros de bancos e corporações multinacionais monopolistas localizados nos países em desenvolvimento não permanecem nas próprias economias periféricas. Também os recursos financeiros oriundos de serviços da dívida externa e das privatizações sequestram o patrimônio público existente nas economias dependentes. Os recursos são transferidos para as economias centrais, onde há maiores condições de acesso aos bens de alta tecnologia – inclusive, para os cuidados com a saúde, como ficou evidente durante o contexto da pandemia de Covid-19.

Esta lógica de espoliação internacional infligida aos povos latino-americanos e caribenhos tem raízes históricas no colonialismo do século XVI e, mesmo após as mudanças às economias capitalistas modernas durante o século XIX, continua ativa por meio da coexistência de estruturas arcaicas da ordem colonial e racial no âmbito da sociabilidade capitalista dependente (FERNANDES, 1975). São formas de manutenção da concentração de bens, riquezas e poder baseadas na superexploração da força de trabalho da população e na expropriação nos territórios, que, atualmente, encontram-se generalizadas às economias periféricas de todo o mundo. Este debate não visa desconsiderar a existência de regiões centrais e periféricas internas às sociedades nacionais, mas, compreeder tendências histórico-estruturais das assimetrias de poder entre as nações em diferentes territórios nacionais – e, inclusive, como isto repercute culturalmente nos casos de violência contra imigrantes e refugiados, por exemplo.

A inserção internacional das economias latino-americanas durante suas fases de industrialização acabou por reproduzir os padrões e limites democráticos de sua formação sócio-histórica colonial e de escravatura, nos moldes de países que, predominantemente, não fizeram ampla reforma agrária e se mantiveram exportadores de bens primários e de baixo valor agregado e, ademais, politicamente autoritários e violentos, sem universalização do trabalho assalariado devido ao baixo desenvolvimento de seu capital industrial. Esta dinâmica é, portanto, denominada como uma modernização conservadora (SAUER, 2010), incapaz de alterar as estruturas arcaicas de concentração fundiária, de renda e de poder que caracterizam tais sociedades e que estão profundamente relacionadas com os problemas sociais da fome, da subnutrição e da insegurança alimentar da população. De acordo com a obra *"O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil"*, de Darcy Ribeiro (2015):

> A estratificação social gerada historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, cmo objeto de enriquecimento alheio. Esse caráter intencional do empreendimento faz do Brasil, ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas. Essas duas características complementares – as distâncias abismais entre os diferentes estratos e o caráter intencional do processo formativo - condicionaram a camada senhorial para encarar o povo como mera força de trabalho destinada a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos que o de comer enquanto trabalha, para refazer suas energias produtivas, e o de reproduzir-se para repor a mão de obra gasta. Nem podia ser de outro modo no caso de um patronato que se formou lidando com escravos, tidos como coisas e manipulados como objetos puramente pecuniários, procurando tirar de cada peça o maior proveito possível. Quando ao escravo sucede o parceiro, depois o asalariado agrícola, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem na desumanização das relações de trabalho. (RIBEIRO, 2015, p. 160)

Neste sentido, também é fundamental reconhecer que as desigualdades estruturais nas sociedades competitivas latino-americanas e caribenhas criam barreiras e desigualdades sociais, sobretudo, aos grupos sociais, comunidades e povos indígenas e negros, devido à mediação do racismo em suas formações sócio-históricas, sempre enfrentado por estes sujeitos por meio das lutas populares. Em *"Significado do protesto negro",* o mesmo autor, Florestan Fernandes (2017), afirma que:

> No Brasil, infelizmente, a descolonização confundiu-se com os interesses do senhor e foi interrompida nos limites em que o estamento senhorial sentiu-se apto para proteger-se contra as consequências do pacto colonial e para dirigir as estruturas de poder, nascidas com a Independência. O escravo, o liberto, o homem pobre livre permaneceram encadeados à colonização, às suas necessidades imperiosas, que os despojavam de sua condição humana, e às suas consequências materiais e morais, que os privavam de ser gente. Teriam de lutar arduamente, depois da desagregação da ordem escravocrata e da implantação da República, para tornarem-se cidadãos (...) Se o negro lutou contra isso, através de seus movimentos sociais, chegou a fazê-lo porque **tal luta era uma premissa histórica da conquista da condição humana de ser gente, de converter-se em cidadãos de fato e de direito**. (...) no fundo, a superexploração do negro é a condição tanto da desvalorização do trabalho operário em geral quanto do fortalecimento do despotismo das classes burguesas. (FERNANDES, 2017, p. 45-47)

Portanto, mediadas pelas contradições da divisão racial, social e internacional do trabalho, as sociedades latino-americanas experienciam projetos de desenvolvimento econômico e social subordinados aos interesses estratégicos das classes burguesas despóticas no país e das elites das economias centrais. Por isso, a crítica à dependência, ou seja, às estrtuturas do capitalismo dependente que emergiu na região a partir de um sistema imperialista de dominação externa. Ainda consante Florestan Fernandes (1975), define-se que:

> (...) como consequência da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa (...) a transformação do capitalismo na Europa provocou novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina, na direção dos dinamismos das economias capitalistas centrais. (...) as mudanças nos padrões existentes de dominação externa tornaram-se evidentes após a quarta ou quinta década do século XIX e converteram-se numa realidade inexorável nas últimas quatro décadas daquele século. As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. **Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.** (FERNANDES, 1975, p. 16)

Os pesquisadores da teoria marxista da dependência (TMD) elucidam, portanto, que para além das periferias locais no interior dos territórios nacionais – características das dinâmicas de urbanização que acompanham os processos de industrialização capitalista - também entre os Estados-nações, na escala do cenário internacional mundial, se reproduzem profundas disparidades de poder político, econômico e tecnológico capazes de estruturar

discriminações, subalternizações e superexploração de povos e sociedades inteiras forjadas como periféricas e subdesenvolvidas. Portanto, numa perspectiva dialética baseada no pensamento crítico latino-americano, interpreta-se: ainda que a forma social do capitalismo dependente se expresse nas economias das sociedades periféricas e subdesenvolvidas por meio da captura de suas condições de autonomia e autodeterminação, são justamente os privilégios de setores sociais elevados nas economias centrais e desenvolvidas que dependem da continuidade histórica das dinâmicas de espoliação, estabelecendo um cenário internacional profundamente marcado por desigualdades de poder econômico e político que requer a construção de novas relações internacionais (HALLIDAY, 2007).

Tais relações internacionais de desigualdade na região latino-americana, características do capitalismo moderno e contemporâneo, conforme mencionado, possuem suas raízes históricas em fases primordiais da formação sócio-histórica de seus países, isto é, no colonialismo e nas expropriações qe garantiram a acumulação primitiva pré-capitalista. Em *"Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina"*, Aníbal Quijano (2005) aprofunda a explicação desta questão, afirmando a falta de interesse nacional característica das elites capitalistas latino-americanas e o caráter histórico-estrutural da dependência na região que se diferencia de uma dependência externa direta:

> (...) enquanto na Europa e nos Estados Unidos a burguesia branca expandia a relação social chamada capital como eixo de articulação da economia e da sociedade, os senhores latino-americanos não podiam acumular seus muitos benefícios comerciais comprando força de trabalho assalariada, precisamente porque isso ia contra a reprodução de sua condição de senhores. E destinavam esses benefícios comerciais ao consumo ostentoso das mercadorias produzidas, sobretudo, na Europa. A dependência dos capitalistas senhoriais desses países tinha como consequência uma fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Essa mesma colonialidade do poder impedia-os, no entanto, de desenvolver realmente, seus interesses sociais na mesma direção que os de seus pares europeus, isto é, transformar capital comercial em capital industrial, já que isso implicava libertar índios servos e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados. (...) Quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos. (...) Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional. A dependência dos senhores capitalistas não provinha da subordinação nacional. Esta foi, pelo contrário, a consequência da comunidade de interesses raciais. Estamos lidando aqui com o conceito da dependência histórico-estrutural, que é muito diferente das propostas nacionalistas da dependência externa ou estrutural. (QUIJANO, 2005, p. 266)

Desta forma, conforme buscou-se apresentar, esta tese compreende que as categorias de colonialismo (e colonialidade), racismo e dependência (e dominação externa), entre outras, estão historicamente articuladas no âmbito do pensamento social crítico latino-americano, ademais, indicando as potencialidades do diálogo teórico entre as teorias marxistas da dependência também com outras pesquisas e abordagens, como os aportes feministas (CAROSIO, 2017), as teorias decoloniais e sobre a colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005) e muitas outras.

À luz das falas das sujeitas colaboradoras de pesquisa e das perspectivas feministas latino-americanas discutidas no capítulo anterior, agrega-se também a este cenário as contradições da divisão sexual do trabalho, por meio da qual as mulheres camponesas, trabalhadoras, mulheres pobres e, sobretudo, as mulheres racializadas, também vivenciam desvalorização e superexploração de sua força de trabalho, violências e violações de direitos. Deste modo, esta tese vem interpretando como achado de pesquisa a possibilidade de ampliação das abordagens críticas com as quais vem dialogando: 1. tanto das pespectivas do pensamento social crítico latino-americano que já criticam as divisões social, racial e internacional do trabalho: para também ensejarem a crítica à divisão sexual do trabalho e ao patriarcado; 2. como das abordagens imbricacionistas de autoras feministas latino-americanas como Saffioti (1987), que afirmaram que as sociedades competitivas são constituídas por "um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo" (SAFFIOTI, 1987, p. 60): para incluir a crítica ao imperialismo e à divisão internacional do trabalho.

4.3.3 As lutas sociais latino-americanas contra a desumanização

Tal como elucida Eduardo Galeano (2014) em *"Veias abertas da América Latina"*, muitos países da região latino-americana receberam os nomes de colonizadores europeus ou ainda os nomes dos produtos primários que eram daqui levados para o enriquecimento mercantil das metrópoles da Europa - as quais retinham em suas economias toda a riqueza oriunda da espoliação colonial. No caso brasileiro, o pau-brasil que gerava corante vermelho e, no caso argentino, a prata (*argentum*, em latim) que vinha da Bolívia e era escoada pelos portos dos países vizinhos. Brasil e Argentina, mesmo com suas especificidades, são ambos países que compartilham particularidades mais amplas, tal como as características inerentes à formação sócio-histórica latino-americana de base colonial e capitalista dependente, que fundamentam muitos dos problemas sociais vivenciados por suas populações na contemporaneidade.

Durante séculos de dominação colonial, racista e patriarcal, os povos originários da região sofreram a violência da expropriação de seus corpos-territórios, mercantilizados pela mesma dinâmica de acumulação primitiva que expropriava os territórios das comunidades camponesas europeias. Posteriormente, a riqueza espoliada das Américas financiaria, na Europa, as revoluções industriais - as quais são predominantemente vistas, sob a ótica eurocêntrica, como processos sociais próprios dos povos europeus, sem reconhecer a relação modernidade-colonialidade e a importância dos povos originários, negros e latino-americanos na dinâmica internacional. Em *"Espelhos: Uma história quase universal"*, entre alimentos e fomes, histórias e memórias, Galeano (2020) escreve o poema *"Digestões"* em que indaga:

> Potosí, Guanajuato e Zacatecas comiam índios. Ouro Preto comia negros. Em solo espanhol, quicava a prata que vinha do trabalho forçado dos índios da América. Em Sevilha, a prata estava de passagem. Ia parar na pança dos banqueiros belgas, alemães e genoveses, e dos mercadores florentinos, ingleses e franceses, que tinham hipotecado a coroa espanhola e todas as suas rendas. Sem a prata da Bolívia e do México, ponte de prata que atravessou o mar, teria a Europa conseguido ser a Europa? Em solo português, quicava o ouro que vinha do trabalho escravo no Brasil. Em Lisboa, o ouro estava de passagem. Ia parar na pança dos banqueiros e mercadores britânicos, credores do reino, que tinham hipotecado a coroa portuguesa e todas as suas rendas. Sem o ouro do Brasil, ponte de ouro que atravessou o mar, teria sido possível a revolução industrial na Inglaterra? (...). (GALEANO, 2020, p. 170-171)

Nas terras da América, também os povos negros do continente vizinho, a África, foram escravizados nas lavouras e engenhos de produção de bens primários para exportação, tal como nos ciclos do açúcar, café, algodão, minérios, entre outros. Os engenhos que transformavam cana-de-açúcar no pó de açúcar refinado - amplamente utilizado como estimulante para que as pessoas aguentem as jornadas de trabalho e o ritmo de vida capitalista acelerado e extenuante até os dias de hoje - eram então as primeiras fábricas já nos períodos coloniais e pré-capitalistas, porém, sob a escravatura com trabalhos e relações ainda mais desumanizantes e violentas, como explica Silvia Federici (2017) em *"Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva"*. De acordo com as teorias decoloniais no âmbito do pensamento crítico latino-americano, tal como as elaborações de Aníbal Quijano (2005), Edgardo Lander (2005) e Enrique Dussel (2005), é por meio da completa apropriação da riqueza produzida a partir da força de trabalho escravizada dos povos considerados não-brancos e também por meio do saqueio de matérias-primas e bens primários do continente americano que começa o sistema-mundo moderno-colonial em sua fase mercantilista e pré-capitalista. Este período histórico é mistificado pela narrativa eurocêntrica e etnocêntrica da dominação colonial que fala em

"descobrimento das Américas" como um passo rumo a um ideal de progresso e evolução que oculta genocídios, escravaturas, violações de direitos humanos e degradações da diversidade socioambiental, um conteúdo desumanizador que subsiste no cerne do modelo de desenvolvimento extrativista e exportador da sociabilidade capitalista contemporânea.

A dominação colonial ainda é hegemonicamente vista, sobretudo nos países europeus, como uma "jornada épica de descobrimento promovida por corajosos conquistadores em nome da civilização". Do mesmo modo, as revoluções industriais capitalistas e a modernidade não tem sido vistas como relação entre os povos, mas como resultado de uma suposta "superioridade cultural e mais avançada racionalidade das nações europeias sobre os demais povos do mundo", conforme elucida Immanuel Wallerstein (2007), em *"Universalismo europeu: A retórica do poder"*. Em realidade, toda a produção e reprodução social do sistema de dominação capitalista sempre foi de caráter global, conforme apontado pelo trabalhos de Rosa Luxemburgo (1970), em *"Acumulação de capital"*, cuja teorização da reprodução ampliada do capital inspirou as teorias marxistas da dependência e as teorias do sistema-mundo. Consoante Quijano (2005) e Wallerstein (2007) é na dominação colonial do continente americano que surge o racismo, o qual violenta, explora e oprime todos os sujeitos e povos que passaram a ser denominados "não-brancos", negando sua humanidade. Escreve Ailton Krenak (2020), em um sentido ampliado de humanidade, em *"A vida não é útil"*:

> Quando falo de humanidade não estou falando só do *Homo sapiens*, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleias, tiramos barbatana de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele. Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada , que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida, abrigo. (...) esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições -, foram devastando tudo ao redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. (KRENAK, 2020, p.09-10)

Configurando-se historicamente como um sistema de dominação, o racismo explora a força de trabalho e expressa preconceitos, operando estruturalmente por meio de diferentes relações sociais de desigualdades: No encarceramento em massa dos negros e negras, no extermínio da juventude negra e periférica pelos aparatos policiais e militares, na violência institucional contra pretos e pardos (até na área da saúde, em que a violência obstétrica contra as mulheres negras e seus bebês é uma das expressões mais perversas), na destruição dos

territórios comunitários indígenas pelas madeireiras, garimpos, mineradoras, barragens e ofensivas do agronegócio para exportação de *commodities* (SVAMPA, 2008), entre tantas outras. Assim, as estruturas coloniais e racistas que perduram nas formações sócio-históricas na América Latina viola corpos e territórios, silencia as vidas, os vínculos comunitários, as culturas e as subjetividades.

Portanto, tanto a divisão racial do trabalho como a divisão internacional do trabalho operam em simbiose com as divisões social e sexual do trabalho, na reprodução das relações sociais de dominação, desigualdade e desumanização que estruturam o capitalismo em sua forma dependente nas sociedades latino-americanas. Dinâmicas de desumanização, como a superexploração da força de trabalho e as expropriações dos corpos e territórios, sempre foram enfrentadas pelos sujeitos na América Latina, desde o início da empreitada colonial imposta pelos povos europeus. Desde diversos modos de vida e culturas, os grupos e classes sociais oprimidos, as comunidades, povos e nações se organizaram coletivamente para a resistência, para o enfrentamento às espoliações e para a construção de processos sociais de diálogo e fortalecimento de alternativas como as construções políticas dos movimentos sociais populares camponeses, indígenas, negros e populares. É neste sentido que a compreensão das construções políticas para a soberania alimentar, empreendidas pelas mulheres em movimentos sociais no campo, perpassa a reflexão sobre as lutas sociais na região latino-americana e, em especial as lutas sociais pela terra e território protagonizadas por uma ampla diversidade de sujeitos sociais.

A incorporação do princípio da soberania alimentar dos povos no cenário internacional a partir da *Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos das Camponesas, Camponeses e Outras Pessoas Que Trabalham em Áreas Rurais* trata-se de um evento significativo no contexto das lutas sociais por direitos à alimentação, à terra e à agroecologia na América Latina e no mundo. Pois, conforme elaborou Darcy Ribeiro sobre a questão da estrtatificação social (RIBEIRO, 2015), nas economias capitalistas dependentes, a fome, a subnutrição e a insegurança alimentar são oriundas das desigualdades de acesso à terra, à renda e ao poder político, todos traços estruturais marcantes das sociedades nacionais latino-americanas e de outros países periféricos do globo, os quais se fundamentam ainda em uma cultura política de desumanização que precisa ser transformada. Os problemas sociais, como a fome, afetam os grupos e classes sociais em situação de vulnerabilidade social tanto nos meios rurais quanto urbanos, interligados pelas dinâmicas demográficas das migrações, muitas vezes em busca dos meios de vida ou de melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Assim, afirmar e construir regimes de direitos humanos para proteção dos sujeitos que tem sido historicamente submetidos à expropriação de seus corpos e territórios e à superexploração de

sua força de trabalho, é um caminho de desarticulação das estruturas coloniais e raciais, patriarcais, capitalistas e imperialistas, que reproduzem as desigualdades na região latino-americana. Portanto, é fundamental conhecer as lutas sociais pela terra e pelos direitos à alimentação e agroecologia que inspiram os movimentos sociais no campo, observando as correlações entre os conteúdos desumanizantes das estruturas coloniais, racistas e patriarcais e os projetos capitalistas e imperialistas de acumulação de lucros, empreendidos nos marcos da globalização neoliberal e da prevalência dos interesses privados de corporações multinacionais por sobre a sustentabilidade socioambiental e a saúde dos povos.

4.3.4 Expropriações nos corpos-territórios e lutas socioambientais

Atualizando aos dias de hoje os debates fundamentais do pensamento social crítico latino-americano - em torno de novas categorias como movimentos socioambientais, territorialidades em conflito e neoextrativismo -, os trabalhos da socióloga argentina Maristela Svampa (2008; 2019) configuraram-se como referência importante para o desenvolvimento desta tese, trazendo novas chaves de leitura e de interpretação sobre a realidade social latino-americana. Em *"La disputa por el desarrollo: Territorio, movimentos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes",* a autora explica como o tema do desenvolvimento tem sido tratado por diversas abordagens no âmbito do pensamento social crítico latino-americano ao longo do tempo: pelos estudos da marginalização, pelos estudiosos da CEPAL, pelos teóricos da dependência, entre outras. Como tema recorrente de análise científica, portanto, os projetos de desenvolvimento implementados na região têm sido identificados como predominantemente orientados pelas ideias liberais de progresso e integração ao mercado internacional e à civilização, historicamente violando direitos humanos, sobretudo, dos povos originários e negros e das comunidades do campo, florestas e águas. Demonstrando, portanto, as conexões entre temas, agendas políticas e movimentos sociais nas dimensões ambientais, agrárias, sociais e étnico-raciais, Svampa (2008) explica como ocorrem os projetos de desenvolvimento que negam as vidas das comunidades na Argentina, o que também é interessante para a compreensão da realidade social brasileira:

> Así, las comunidades allí asentadas son negadas e impulsadas al desplazamiento o desaparición, em nombre de la expansión de las "fronteras". En um país como la Argentina, el concepto de "territorio vacío" aparece también associado a la idea de "desierto", imagen de fuerte carga histórica y

> simbólica que fue empleada para justificar la expansión de la frontera en la Patagonia, eliminando a las poblaciones indígenas e imponiendo um modelo de Estado-nación, bajo el discurso de un progresso homogeneizador y la integración socioeconómica al mercado internacional. (...) Esta misma estrategia también es utilizada hoy para justificar la venta de extensos territorios en la Patagonia argentina a empresas y propietarios extranjeros, que incluyen, en algunos casos, pueblos enteros así como el acceso exclusivo a ríos y lagos. De modo más reciente, otra de las estrategias encaradas por gobiernos y empresas ha sido el reordenamiento territorial. Así, en Argentina, la llamada propuesta de "zonificación" de los territorios, esto es, la definición de patrones de uso de suelo, apuntaría a definir qué territorios serían eximidos de la actividad extractiva, mientras que otros estarían disponibles para su recepción, todo lo cual remite claramente a la idea de "territorio sacrificables" o "áreas de sacrificio". En resumen, de diversas maneras, la afirmación de que existen regiones marcadas históricamente por la pobreza y la vulnerabilidad social, con una densidad poblacional baja, que cuentan con grandes extensiones de territorios "improductivos" y/o "vacíos", facilita la instalación de un discurso productivista y excluyente, al tiempo que constituye el punto de partida de la conformación de otros "lenguajes de valoración" en torno al territorio, por parte de las comunidades afectadas. La definición de lo que es el territorio, más que nunca, se convierte así en el locus del conflicto. (SVAMPA, 2008, p. 9)

Em continuidade a esta discussão, em outro livro publicado recentemente e intitulado *"As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro eco territorial e novas dependências",* Maristela Svampa (2019) caracteriza mais profundamente o que denomina como expressões do neoextrativismo, a partir dos processos de reprimarização das economias latino-americanas e periféricas em torno de uma nova hegemonia do modelo extrativo-exportador na região (agronegócio, mineradoras, barragens hidrelétricas, por exemplo).

De forma similar, em *"Camponeses e Impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização"*, abordando a maneira como a indústria agroalimentar empresarial promove apropriação dos territórios camponeses, Jan Dowe van der Ploeg (2008), afirma que há um cenário crescente de degradações múltiplas dos meios de vida no campo:

> Em todo o mundo, a agricultura está sendo submetida (...) preços pagos aos produtores são mantidos em baixo ou reduzidos através da reestruturação das inter-relações entre a produção e o consumo de alimentos. Esse *squeeze* [essa pressão] suga uma enorme quantidade de riqueza social do campo a qual é acumulada no Império. De fato, a indústria alimentar é o setor industrial que representa o nível mais elevado de crescimento de valor agregado em toda a Europa. (...) A agricultura empresarial é estratégica neste aspecto. Ela transforma o *squeeze* externo (progressivamente impulsionado pelo Imério para fomentar a acumulação de riqueza) em um *squeeze* interno. O modo empresarial de fazer agricultura representa cada vez mais a conquista à medida que cada vez mais unidades agrícolas vão sendo "usurpadas". A evolução da agricultura empresarial é acompanhada por um processo progressivo de

> degradação múltipla. Além disso, seu impacto nas economias rurais se traduz num processo de empobrecimento induzido. (PLOEG, 2008, p. 149-151)

Portanto, pode-se refletir que quando os movimentos sociais e povos do campo, florestas e águas constroem politicamente a inserção do princípio da soberania alimentar dos povos no cenário internacional, por meio de uma declaração específica dos direitos humanos das camponesas, camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, estão fomentando projetos alternativos de desenvolvimento para a defesa da vida das comunidades nos territórios, em uma perspectiva de saúde integral e sustentabilidade socioambiental. A construção de novas relações sociais de direitos humanos à terra, à alimentação saudável e à produção agroecológica por meio da agenda política de soberania alimentar dos povos visa se contrapor às expropriações capitalistas na contemporaneidade, que atinge ostensivamente os povos latino-americanos e caribenhos e os demais povos do mundo da periferia da economia capitalista global. Conforme afirma Josué de Castro (1968a) em *"Geopolítica da fome"*, a fome como problema social surge por meio do estabelecimento de fronteiras para acumulação e não distribuição das riquezas:

> O problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição. (...) A fome e a guerra só surgiram depois que o homem alcançou um grau de cultura em que começou a acumular reservas e a estabelecer fronteiras defensivas de suas riquezas acumuladas, isto é, quando começaram as dificuldades criadas pelo homem quanto à distribuição das riquezas produzidas. (CASTRO, 1968a, p. 59)

Por isso, faz-se mister apontar que existe um amplo debate sobre as relações sociais de expropriação a partir da teoria social marxiana, de forma resumida é importante elucidar que em Marx, o fenômeno social das expropriações foi estudado como parte dos processos de cercamento dos territórios camponeses europeus, durante a acumulação primitiva que antecedeu o pleno amadurecimento do modo de produção capitalista com as revoluções industriais na Europa. No Livro 1 de *"O Capital",* Karl Marx (2017) escreve sobre a expropriação da terra pertencente à população rural, no Capítulo 24 *"A assim chamada acumulação primitiva"*:

> O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram tantos outros métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proleatriado inteiramente livre. (...) Expulsos pela dissolução

> dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos (...) os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta (...). (MARX, 2017, p. 804-806)

Na obra de Rosa Luxemburgo (1970), por sua vez, e conforme já previamente aqui citado, a autora reconhece que as dinâmicas da acumulação primitiva não aconteceram apenas no continente europeu, de modo que os povos colonizados sofreram processos violentos de genocídio e expropriação de seus territórios à serviço das relações sociais pré-capitalistas. Também em autoras feministas como Silvia Federici (2017), as expropriações foram interpretadas de uma nova forma, isto é, como processos sociais que penalizaram, sobretudo, as mulheres camponesas e as mulheres dos povos colonizados, assassinadas e violentadas como bruxas e como objetos de exploração sexual para ampliação da força de trabalho servil e escrava à serviço das elites proprietárias de terras. As mulheres do campo, florestas e águas tiveram seus próprios corpos expropriados e explorados pela nova sociabilidade colonial e pré-capitalista, também vendo negados cada vez mais seus saberes, culturas e espaços políticos.

Portanto, podemos reafirmar que as formações sócio-históricas latino-americanas se estruturavam não apenas a partir do colonialismo e do racismo, mas também, a partir de um sistema de dominação ainda mais antigo e então reinventado sob novas bases hostis: o patriarcado. Considerando que o patriarcado tem sido um elemento menos discutido no âmbito do pensamento social crítico latino-americano, isto reforça a importância da perspectiva epistemológica feminista sobre o tema da soberania alimentar dos povos, justamente como caminho para conseguir investigar mais profundamente esta dimensão. A leitura de Federici (2017) sobre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho dialoga consideravelmente com o que as mulheres dos movimentos sociais no campo têm construído em torno do feminismo camponês popular, assim como também possui conexões com outras autoras e obras feministas que foram aprofundadas no Capítulo 3.

Demonstrando a continuidade destas contradiçoes nos dias atuais, atualizando o debate para o contexto contemporâneo de globalização do capital, no âmbito da Sociologia da globalização, Saskia Sassen utiliza o conceito de "expulsões" para criticar o que ela denomia como "deslocamentos forçados". Sassen (2015), na obra "*Expulsiones: Brutalidad y complejidad en la economia global"* define que:

> Os diversos processos e condições que incluo sob o conceito de expulsão têm um aspecto em comum: todos são agudos. Embora o caso mais extremo sejam as pessoas que vivem em pobreza abjeta no mundo inteiro, incluo condições tão diferentes quanto o empobrecimento das classes médias nos países ricos, a expulsão de milhões de pequenos agricultores em países pobres em decorrência dos 220 milhões de hectares de terras adquiridos por investidores e governos estrangeiros desde 2006 e as práticas destrutivas de mineração em países tão diferentes quanto Estados Unidos e Rússia. Além disso, existem as inúmeras pessoas deslocadas, armazenadas em campos formais e informais de refugiados, os grupos convertidos em minorias nos países ricos e que são amontoados em prisões e os homens e mulheres em boas condições físicas que estão desempregados e armazenados em guetos e favelas. Algumas dessas expulsões vêm ocorrendo há muito tempo, mas não na escala atual. Há tipos novos de expulsões, como é o caso dos 9 milhões de famílias nos Estados Unidos que perderam a casa por execução da hipoteca durante uma crise de habitação breve e brutal que durou uma década. Em suma, o caráter, o conteúdo e o local dessas expulsões variam enormemente, atravessando estratos sociais e condições físicas no mundo inteiro. A globalização do capital e o aumento brusco das capacidades técnicas produziram enormes efeitos em escala. (SASSEN, 2015, p. 11)

Por último, a fim de concluir esta breve revisão teórica em torno da categoria de expropriação, autores da geografia e da sociologia também discutem estes processos denominando-os como "despossessão" – e em algumas traduções para o português, "espoliação". São eles David Harvey (2003) e o mexicano Marco Antonio Merchand Rojas (2012). Sobre a despossessão, termo também utilizado por Maristela Svampa para caracterizar os fenômenos sociais de violação de direitos humanos aqui em discussão, vemos que a autora afirma:

> En términos de D. Harvey, la actual etapa de expansión del capital puede ser caracterizada como de "acumulación por desposesión", proceso que ha producido nuevos giros y desplazamientos, colocando en el centro de disputa la cuestión acerca del territorio y el medio-ambiente. La nueva etapa también aparece asociada a nuevos mecanismos de desposesión, como la biopiratería o la apropiación de formas culturales y cultivos tradicionales pertenecientes a los pueblos indígenas y campesinos. No es casualidad, entonces, que en este escenario de reprimarización de la economía, caracterizado por la presencia desmesurada de grandes empresas transnacionales, se hayan potenciado las luchas ancestrales por la tierra, de la mano de los movimientos indígenas y campesinos, al tiempo que han surgido nuevas formas de movilización y participación ciudadana, centradas en la defensa de los recursos naturales (definidos como "bienes comunes"), la biodiversidad y el medio ambiente; todo lo cual va diseñando una nueva cartografía de las resistencias, al tiempo que coloca en el centro de la agenda política la disputa por lo que se entiende como "desarrollo sustentable". (SVAMPA, 2008, p. 5)

Portanto, vemos que não são poucas as contradições vivenciadas pelos movimentos sociais, comunidades e povos do campo, florestas e águas na sociabilidade contemporânea em

que persiste o avanço de projetos de desenvolvimento que reproduzem dinâmicas arcaicas de expropriação de corpos-territórios. Assim, as alternativas feministas camponesas populares que vem sendo propostas pelas mulheres em movimentos sociais no campo constróem novas relações sociais de direitos humanos e novas agendas políticas para alimentação, acesso à terra e agroecologia, fomentando também novas relações internacionais para superação das dinâmicas de dominação entre os povos.



Imagem 44: Card “Feminismo Campesino y Popular” do Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), na Argentina.

4.3.5 Movimentos sociais populares: “A vida é o conteúdo da política”

Na literatura dos movimentos sociais existe uma ampla diversidade de definições conceituais e teorias. Um dos elementos importantes a serem tratados em perspectiva crítica é sobre o fato de que alguns aportes diferenciam “velhos” e “novos” movimentos sociais, como apresentado por Regina Bega dos Santos (2008) e Maria da Glória Gohn (2010). Consoante estas autoras, os velhos movimentos sociais são movimentos camponeses, os movimentos sindicais (urbanos e rurais) e os movimentos operários. Por sua vez, a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente a partir da década de 1960, ocorre a emergência (ou aprofundamento) da participação de uma diversidade mais ampla de sujeitos sociais nas arenas políticas: como os movimentos feministas, os movimentos de juventude, os movimentos de contra-cultura e pacifistas, os movimentos ambientalistas e ecológicos, os movimentos negros

e hip hop, etc. Desta forma, em Santos (2005), nota-se que os movimentos sociais identificados como "velhos" se mobilizam em torno de reivindicações sociais resultantes das relações sociais de produção capitalistas, isto é, em torno da demanda por emancipação política e emancipação humana face ao avanço do poder de regulação social do capital. Por sua vez, os movimentos sociais identificados como "novos", se mobilizam em torno de reivindicações distintas das demandas econômicas e sociais, protagonizando pautas e debates que estavam marginalizados na luta social pela democratização do acesso à terra e à riqueza socialmente produzida. Por exemplo: denunciando as opressões machistas e homofóbicas; combatendo as discriminações raciais que fundamentam a violência policial, o encarceramento massivo e o genocídio das juventudes negras e periféricas; enfrentando a destruição ambiental e o aquecimento global, entre outras pautas.

Ou seja, os novos movimentos sociais conseguiriam ampliar os campos da cidadania e da participação democrática, colocando em cena as suas próprias subjetividades silenciadas, enfrentando as subrepresentações nos espaços políticos e científicos, em busca de reconhecimento, direitos e políticas para grupos, classes sociais e povos marginalizados na sociabilidade contemporânea. No livro *"Movimentos sociais urbanos"*, Regina Bega dos Santos (2008) apresenta que para Alain Tourraine (1973) os movimentos sociais são um tipo de ação coletiva, numa interpretação inspirada pela abordagem cultural da sociologia weberiana. A autora também explica a existência de diversos aportes teóricos sobre o tema dos movimentos sociais, apontando a questão da divisão entre velhos e novos movimentos sociais e, também, a divisão entre movimentos sociais rurais/agrários/ do campo e movimentos sociais urbanos/populares. Citando Maria da Glória Gohn, Regina Bega dos Santos explica que existem tipologias dos movimentos sociais e, para além da abordagem culturalista também existem leituras críticas, estruturais, históricas e até neopositivistas, entre outras. Por fim, ela constata que na realidade concreta existe um *hibridismo* nos movimentos sociais. Ela explica que:

> Independentemente da filiação teórica da argumentação apresentada, os movimentos sociais são frutos do desenvolvimento de uma sociedade complexa e contraditória, reproduzindo as características dessa sociedade. Por exemplo, no Brasil, as práticas desses movimentos receberam tanto influências do pensamento marxista ou materialista-histórico – incorporando nas análises elaboradas categorias como dialética, revolução e história – como sofreram as influências de sujeitos ligados à Igreja Católica, procurando valorizar as ações baseadas nas culturas locais e nas relações interpessoais estabelecidas no cotidiano. Quer dizer, as correntes de pensamento e as práticas sociais estão alicerçadas no papel que a cultura tem na sociedade, mas também pelas determinações sociais, políticas e econômicas que exercem

> grande influência sobre os movimentos e a mudança social. (SANTOS, 2008, p. 27-28)

Neste sentido, destacando esta reflexão de Regina Bega dos Santos sobre o hibridismo nos movimentos sociais, é importante notar que nem sempre a divisão entre velhos e novos movimentos sociais faz sentido para a compreensão de seus processos sociais. Portanto, na perspectiva desta tese, estas são conceituações limitadas que estereotipam equivocadamente os movimentos camponeses e as lutas de classes como processos sociais "velhos" podendo suscitar uma noção de serem ultrapassados ou arcaicos, quando, em realidade, a partir da pesquisa social junto às mulheres em movimentos sociais no campo, constata-se sua forte relevância e atualidade em tempos de acirramento das contradições da sociabilidade capitalista, patriarcal, racista e imperialista, que afeta povos e comunidades do campo e da cidade.

A participação das mulheres nos movimentos sociais no campo e nas lutas sociais por soberania alimentar dos povos é um exemplo do caráter híbrido dos movimentos de luta social: não é possível separar as dimensões feministas e camponesas nas ações e experiências destas sujeitas - ainda que nas tipologias e debates típicos da literatura sobre os movimentos sociais seja recorrente a interpretação de que movimentos sociais camponeses são "velhos" e diferentes de movimentos sociais feministas, os quais seriam "novos".

A pesquisadora Maria da Glória Gohn - citada por Regina Bega dos Santos como uma importante referência na literatura sobre movimentos sociais no Brasil -, no livro *"Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo",* explica que os movimentos sociais são capazes de articular uma ampla heterogeneidade de atores coletivos (GOHN, 2010). Neste sentido, Gohn elucida que são capazes de: desenvolver ações de solidariedade orgânica a partir da vivência compartilhada de uma situação de pobreza e desigualdades; construir identidades culturais próprias e diversas forjadas nas experiências de luta social e resistência; formar redes de movimentos sociais que a autora denomina "redes associativas movimentalistas". Maria da Glória Gohn cita a *La Via Campesina* como um exemplo de redes de movimentos sociais, que são capazes de envolver sujeitos políticos até mesmo para além das fronteiras das sociedades nacionais, construindo novas experiências locais que simultaneamente são capazes de expressar incidência política nacional e internacional.

Outra autora que também reconhece e investiga as mediações entre local, nacional e internacional é a já citada socióloga Saskia Sassen (2010), que na obra *"Sociologia da globalização"* define as questões da multiescalaridade e das desnacionalizações nos seguintes termos:

> No nível mais geral, a primeira questão é estabelecer dimensões novas ou adicionais, respectivamente, dos espaços do nacional e do global. Estruturações específicas daquilo que representamos como o global na verdades estão profundamente localizadas dentro dos Estados e outras insituições nacionais e, de um modo mais geral, em territórios encerrados por estruturas legais, administrativas e culturais nacionais. De fato, o que tem sido representado (e, até certo nível, reificado) como a escala do nacional contém uma siultaneidade de escalas, espaços e relações, alguns nacionais no sentido histórico do termo, alguns desnacionalizados ou em processo de serem desnacionalizados, e alguns globais. Um segunda preocupação importante é com análises críticas de como conceituamos o local e o subnacional de maneiras que nos permitam detectar aquelas situações que são, de fato, desnacionalizadas e multiescalares, mesmo quando são representadas e vivenciadas como "simplesmente locais". As versões multiescalares do local (...) têm o efeito de desestabilizar a noção de contexto (...), uma reconceituação crítica do local nessas linhas acarreta pelo menos uma rejeição parcial da noção de que as escalas locais inevitavelmente fazem parte das hierarquias escalares que vão do local ao regional, ao nacional e ao internacional. As localidades ou práticas locais podem constituir sistemas multiescalares, atuando através de escalas e não apenas ascendendo na escala como resultado de novas capacidades de comunicação. Uma terceira preocupação central diz respeito a como conceituar o nacional, especialmente as interações específicas entre a dinâmica global e certos componentes do nacional. (...) certas estruturações do global habitam e parcialmente desnacionalizam o que foi construído e institucionalizado historicamente como nacional. Esse tipo de foco traz à tona as particualridades de cada Estado (...). (SASSEN, 2010, p. 37-38)

Quando os movimentos sociais no campo se articulam em escala internacional eles estão ampliando sua escala de ação coletiva, não significa que há uma ruptura entre "velhos" movimentos sociais de base no nível local e nacional e "novos" movimentos sociais transnacionais, posto que estes últimos são constituídos organicamente pelos primeiros. Aqui cabe uma reflexão sobre a agroecologia também, ainda que ela pareça algo novo como parte da luta ecológica e ambientalista, que emergiu com força política nos anos 1960, ela também se baseia em práticas sociais tradicionais e ancestrais de povos do campo, das florestas e das águas, como as empreendidas pelas camponesas, mulheres quilombolas, pescadoras artesanais, indígenas mulheres, entre muitos outros sujeitos no meio rural. Assim, os debates e práticas da agroecologia promovidos nas agendas políticas das mulheres em movimentos sociais do campo se deparam com novos desafios socioambientais – como as próprias expropriações de territórios e as violências de gênero - criando novas sínteses políticas como a soberania alimentar dos povos, o feminismo camponês popular, as campanhas internacionais em defesa das sementes criolas, mas que se baseiam em uma visibilização e valorização das práticas sociais históricas, ancestrais e tradicionais que promovem a autonomia das mulheres e camponeses bem como a

autodeterminação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais do campo nos seus territórios de vida.

Em *"O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos",* elaborado por Evelina Dagnino, Sônia E. Alvarez e Arturo Escobar, estes autores explicam que a América Latina é um grande celeiro de movimentos sociais, sendo muito importante que os cientistas sociais se dediquem à investigação dos mesmos, sobretudo, reconhecendo sua ampla diversidade de protagonismos e pautas contra a globalização neoliberal na região. Os autores afirmam que as agendas políticas dos movimentos sociais populares em luta por direitos, democracia e cidadania são constituídas tanto pelas ações de incidência institucional na construção de políticas públicas e novos marcos legais para a garantia de direitos, quanto pelas ações de incidência política em comportamentos e práticas sociais, recriando e ampliando os sentidos de novas políticas culturais relacionadas a suas identidades e lutas sociais históricas, pois, "os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento vital do cultural e do político ocorre na prática" (DAGNINO;ALVAREZ;ESCOBAR, 2000, p. 21).

Deste entrelaçamento híbrido é que emergem novas estratégias e táticas de incidência política e de diálogo e mobilização social, por exemplo, no tocante a criação de mercados locais justos e solidários como as feiras e armazéns camponeses que comercializam produtos agroecológicos livres de agrotóxicos, livres de transgênicos e livres de relações sociais de exploração do trabalho e de mercantilização e financeirização dos bens comuns da natureza. Cultiva-se o vínculo do campo e da cidade, o acesso democrático à riqueza socialmente produzida e o fomento de novos sistemas agroalimentares descentralizados a partir da criação de alianças na sociedade. São passos rumo a novos projetos de desenvolvimento saudável e sustentável para os países da região latino-americana e de todo o sul global, cujos povos não podem simplesmente querer promover o crescimento econômico por meio dos mesmo erros de desumanização, degradação ambiental e expropriação promovidos pelos países das economias centrais. Consoante Schneider (2010) em *"Situando o desenvolvimento rural no Brasil: O contexto e as questões em debate",* podem ser identificados quatro fatores decisivos para a emergência do debate do desenvolvimento rural sustentável e saudável no Brasil. Ele explica o seguinte:

> O primeiro e talvez o mais importante fator a ser destacado está relacionado com a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e seu potencial como modelo social, ecnômico e produtivo para a sociedade brasileira. Por certo, tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim

> denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990 que esta noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade. (...) O segundo fator importante no processo de emergência do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil resultou da crescente influência e ação do Estado (...) o papel do Estado vem crescendo e se expandindo desde meados da década de 1990 inclusive diversificando seu enfoque, agora não mais apenas ao apoio aos assentamentos de reforma agrária e ao crédito para a agricultura familiar, mas tratando de temas como políticas se segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio às populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial. (...) O outro [terceiro] lado desta mudança de caráter político e ideológico está no fato de que na década de 1990, lentamente, foi sendo construída uma argumentação que visava descortinar as diferenças fundamentais existentes entre o universo de produtores da agricultura brasileira. A base destes argumentos assenta-se na ideia de que existe uma oposição e uma polarização entre a forma familiar e a patronal-empresarial, cuja distinção estaria no fato de uma ser destinada mais para a produção de produtos de consumo local ou para o mercado interno e a outra produziria commodities, sobretudo, para exportação. (...) a própria discussão sobre o desenvolvimento rural ergue-se como uma alternativa e uma oposição à noção de agrobusiness e agronegócio. O quarto e último fator importante que vem contribuindo nas discussões sobre desenvolvimento rural no Brasil está relacionado ao tema da sustentabilidade ambiental. (SCHNEIDER, 2010, p. 515-517)

Assim, os movimentos sociais no campo são instrumentos de lutas sociais para suprir as necessidades imediatas da diversidade de sujeitos no campo e também são meios da ação coletiva que visa transformar a sociablidade contemporânea capitalista, patriarcal, racista e imperialista que é a raiz dos desafios sócioambientais enfrentados pelos povos em seus territórios. Tais lutas sociais buscam contribuir para novos projetos de desenvolvimento rural baseados na sustentabilidade ambiental e na construção de mercados locais para garantia do acesso da própria população aos alimentos saudáveis, sendo esta uma das principais contribuições da construção política dos movimentos sociais. Isto pode ser interpretado a partir dos conteúdos oriundos das falas das mulheres em movimentos sociais no campo já apresentadas nesta tese, as quais se contextualizam no âmbito de uma perspectiva de movimentos sociais de luta de classes contra as desigualdades sociais - oriundas da divisão social do trabalho, da divisão sexual do trabalho, da divisão racial do trabalho e da divisão internacional do trabalho. Assim, nesta tese, fechamos com a definição de Charles Tilly (2010) em *"Movimentos sociais como política"* quando ele conceitua os movimentos sociais como uma combinação de repertórios políticos e de demonstração de valores, unidade, número de participantes e comprometimento em torno de campanhas coletivas, referenciando-se nas lutas dos trabalhadores:

> (...) no último quartel do século XVIII, na Europa Ocidental e na América do Norte, as pessoas começaram a criar um novo e promissor fenômeno político. Elas começaram a criar movimentos sociais. (...) Trata[-se] os movimentos sociais como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda. (...) essa versão específica de política contenciosa requer compreensão histórica. A história ajuda na medida em que explica porque os movimentos sociais incorporaram algumas características cruciais (por exemplo, a marcha disciplinada pelas ruas) que os distinguiram de outras formas de política. (...) Se os movimentos sociais começarem a desaparecer, seu desaparecimento será um indicativo de estar chegando ao fim um importante veículo de participação das pessoas na política. A ascensão e a queda dos movimentos sociais marcam a expansão e a contração das oportunidades democráticas. Em seu desenvolvimento no Ocidente após 1750, o movimento social surgiu como uma influente e inovadora síntese de três elementos. (...) Nenhum elemento singular, mas a **combinação do repertório com as demonstrações de valores, unidade, número [de participantes] e comprometimento, no interior das campanhas, criou a característica distintiva do movimento social.** (...) **Em vários momentos do século XIX, nos países capitalistas, os trabalhadores geralmente adquiriram os direitos de organizar-se, reunir-se, fazer greve e expressar-se coletivamente, algumas vezes conquistando esses direitos** por meio de campanhas, atuações e demonstrações de valores, unidade, número e comprometimento. (TILLY, 2010, p. 139)

Conforme também elaborado por Charles Tilly (2020): "No século XXI, as pessoas ao redor de todo o mundo reconhecem o termo 'movimentos sociais' como um apelo e um contrapeso ao poder opressor, como uma soma de ações populares contra uma ampla gama de injustiças.[66]" (TILLY, 2020, p. 5). Concluindo com Enrique Dussel, a América Latina se desafia a sair do paradigma da modernidade -colonialidade de *"encobrimento do outro"* (DUSSEL, 1993) para um presente de *"primavera política"* (DUSSEL, 2006) quando reafirma: "Nas intituições existem três esferas[67]. Uma delas é a esfera material e é a que os liberais deixam de lado. Esta esfera é tudo que diz respeito a afirmação, reprodução e desenvolvimento da vida. (...) **A vida é o conteúdo da política.** A sobrevivência da humanidade, a ecologia, se transforma no centro da política" (DUSSEL, 2006, p. 10). Assim, as mulheres em movimentos sociais no campo estão reinventando a política ao resgatar tudo o que tem sido deixado de lado pelo (neo)liberalismo, afirmando a centralidade de alimentar a vida como centralidade da política.

[66] Tradução livre de: "By the twenty-first century, people all over the world recognized the term "social movement" as a clarion call, as a counterweight to oppressive power, as a summons to popular action against a wide range of injustices."

[67] Ele cita: a material, a legitimidade e a factibilidade.

4.4 Considerações histórico-comparativas

"Essa a América Latina na qual se inventam o Paraíso e o Eldorado,
a Civilização e a Barbárie, o escravo e o senhor, o gringo e o criolo,
o homem cordial e a antropofagia, a raça cósmica e a democracia racial,
a teologia da libertação e o realismo mágico, o golpe de Estado e a revolução socialista,
Martin Fierro e Macunaíma, Próspero e Caliban."
Octavio Ianni

Iniciamos este último capítulo após a proposição de que o trabalho na alimentação tem sido uma atividade central das mulheres em movimentos sociais no campo para a transformação dos sistemas de dominação patriarcado, racismo, capitalismo e imperialismo que operam de forma imbricada na sociabilidade contemporânea, tendo em vista: a centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social; a constatação de múltiplas desigualdades e violências existentes na vida social, tal como a fome; a dimensão de trabalho na alimentação, tendo em vista que a necessidade de se alimentar é um instinto humano que requer uma atividade econômica e política para sua realização, denotando sua relevância na produção e reprodução da vida e; por fim, o reconhecimento de que o trabalho com a alimentação saudável e a construção política da soberania alimentar dos povos são temas centrais nas agendas políticas feministas camponesas populares das mulheres nos movimentos sociais no campo. Neste sentido, o quarto capítulo buscou compreender de foma aprofundada os conteúdos no âmbito das agendas políticas para a soberania alimentar dos povos, partindo do estudo em torno das últimas quatro categorias investigadas durante a pesquisa: Lutas sociais pela terra e movimentos sociais; Alimentação e agroecologia; Políticas públicas e; Internacionalismo. Os resultados da pesquisa confirmam as reflexões acima e possibilitam a identificação de um internacionalismo feminista camponês popular que amplia o reconhecimento e valorização dos movimentos sociais do campo como sujeitos de transformação social e como atores de novas relações internacionais.

Primeiramente, na seção 4.1 foram abordados os conteúdos oriundos destas categorias no Brasil. Foi identificado que as lutas sociais no campo são por terra, território e direitos no campo (como o próprio direito à alimentação, entre outros como saúde, educação), destacando-se que a produção e distribuição de alimentos a partir do trabalho no campo, sobretudo, das mulheres camponesas, são fundamentais para o abastecimento alimentar no campo e nas cidades, denotando que a defesa dos meios de vida no campo é importante tanto para os sujeitos do meio rural como do meio urbano, com os quais os movimentos sociais no campo se articulam e formam parcerias para o acesso aos direitos e à cidadania. Assim, as lutadoras e lutadores do

campo nos ensinam que *"a luta é para valer",* posto que suas resistências e ações coletivas são mais do que a busca para contemplar necessidades específicas e imediatas pelos meios de vida no meio rural, mas também têm um sentido de transformação da ordem social excludente, em que as violências e violações de direitos, as expropriações e os autoritarismos conservadores são traços da formação sócio-histórica dos países da região latino-americana.

Nesta trajetória, acumulam politicamente que a superação da fome por meio da construção de novas relações sociais de alimentação saudável é mediada pelo enfrentamento às contradições do sistema agroalimentar hegemônico, conectados aos antagonismos e conflitos socioambientais e fundiários que promovem concentração da terra e dos meios de produção no campo e na cidade - revelando as conexões entre questão agrária, questão socioambiental e questão alimentar na sociabilidade contemporânea. Portanto, quando as mulheres em movimentos sociais no campo reafirmam que *"a terra guarda a raiz da planta que gera o pão",* apontam que a realização da reforma agrária popular e da demarcação dos territórios dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das demais comunidades tradicionais como passo fundamental tanto para a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável quanto para a superação das desigualdades sociais e das ameaças oriundas da degradação ambiental e das crises climáticas que impõem novos desafios à sobrevivência de toda a humanidade e de toda vida nos biomas. Nesse cenário, o avanço do conservadorismo e dos golpes políticos tem sido um grave problema que interrompe e limita os avanços democráticos em construção quando, por exemplo, não cria e nem investe em novos assentamentos de reforma agrária ou quando impõem um Estado mínimo, neoliberal e burocratizado que desmonta as políticas produtivas para as mulheres camponesas, quilombolas e indígenas ou dificulta o acesso aos programas e serviços sociais no campo. Face a tais desafios em escala global, a produção agroecológica, o fortalecimento da cultura camponesa de solidariedade e trocas, a construção de mercados locais justos, entre outros eixos, têm sido estratégias importantes que estreitam os laços entre produtores e consumidores, entre campo e cidade, construindo autonomia produtiva, acesso à alimentação saudável e processos de formação de consciência crítica e luta social, como nas feiras da reforma agrária, na distribuição de cestas verdes, na construção de cozinhas solidárias e populares, no construção de iniciativas locais (como o Armazém do Campo, do MST, e o Raízes do Brasil, do MPA) para citar alguns exemplos.

Tendo em vista a dimensão dos impactos causados pelo modelo do agronegócio, pelo sistema agroalimentar hegemônico e pelos projetos conservadores de desenvolvimento baseados no (neo)extrativismo exportador de *commodities*, as mulheres em movimentos sociais

no campo tem sido parte de uma força social importante na construção de novas respostas às encruzilhadas sociambientais contemporâneas. Por exemplo, por meio de um internacionalismo feminista, camponês, popular, de base, enraizada nos territórios comunitários e que amplia as escalas das lutas sociais locais e nacionais ao promover a articulação no âmbito de movimentos transnacionais como a CLOC e a *La Via Campesina*, reafirmando que é tempo para que todos *"internacionalizemos a luta"*.

Por sua vez, na Argentina, foi possível apreender como a luta pela terra e pela alimentação também dialoga com a luta social pelo direito à diferença, a partir da identificação da perspectiva campesina indígena que chama para a luta popular a partir das palavras de ordem: *"arriba las whipalas, abajo las reformas"*. Deste modo, identifica-se uma defesa da diversidade socioambiental que perpassa também a defesa das sementes crioulas e da alimentação variada e vinculada à valorização da diversidade de culturas e povos.

Uma outra síntese importante foi a afirmação do lema *"el campo que alimenta"* – compartilhado pelas lutadoras sociais do MNCI- Somos Tierra - para caracterizar a agricultura familiar campesina indígena na Argentina, perpassando uma série de conteúdos que elucidam que sua prioridade é garantir a saúde, o bem estar e a autonomia das mulheres, dos camponeses e do povo, que deve ter acesso à informação e ter condições de fazer suas próprias escolhas produtivas, alimentares e de modos de vida, de forma que os alimentos agroecológicos e livres de transgênicos e agrotóxicos sejam acessíveis às trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade. Neste sentido, as mulheres em movimentos sociais populares e no campo constróem a soberania alimentar dos povos por meio da criação de novas articulações e parcerias, voltadas a fomentar ações coletivas (como a construção de armazéns agroecológicos, feiras, cestas verdes etc.) e incidência política no âmbito do Estado, posto que identificam uma grave falta de políticas estruturais de acesso à terra, produção e distribuição - comercialização e abastecimento.

No âmbito do internacionalismo, foram observadas, em sintonia com os relatos no Brasil, como existe uma multiplicidade de vivências e experiências internacionalistas das mulheres dos movimentos sociais no campo. Quando afirmam *"Internacionalizemos la esperanza!",* suas ações vão além da participação nas conferências mundiais e regionais dos movimentos sociais, como, por exemplo, quando relatam suas dinâmicas de migração internacional, de trabalho e intercâmbios junto a movimentos de outros países, de solidariedade entre os povos nos contextos de ofensivas imperialistas que se expressam em golpes políticos e econômicos, ditaduras e guerras.

Buscando evidenciar algumas complementariedades e diferenças de trajetórias entre o Brasil e a Argentina, também é importante percorrer e aprofundar mais alguns aspectos.

Na segunda categoria, sobre *"Lutas sociais pela terra e movimentos sociais"*, tanto as entrevistadas do Brasil quanto da Argentina problematizaram os elementos da formação sócio-histórica latino-americana como o colonialismo, o papel do latifíundio e do agronegócio na expropriação dos camponeses, o racismo e o genocídio dos povos indígenas e negros. Interpreta-se que estes aspectos possuem relação com elementos de suas trajetórias políticas mencionados durante a análise da primeira categoria no capítulo anterior, a respeito da presença das identidades e lutas sociais campesinas junto às indígenas, negras, afro-indígenas e imigrantes latino-americanas, revelando a ampla diversidade de sujeitos e protagonismos do campo em luta social contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e o imperialismo no âmbito das sociedades e territórios nacionais.

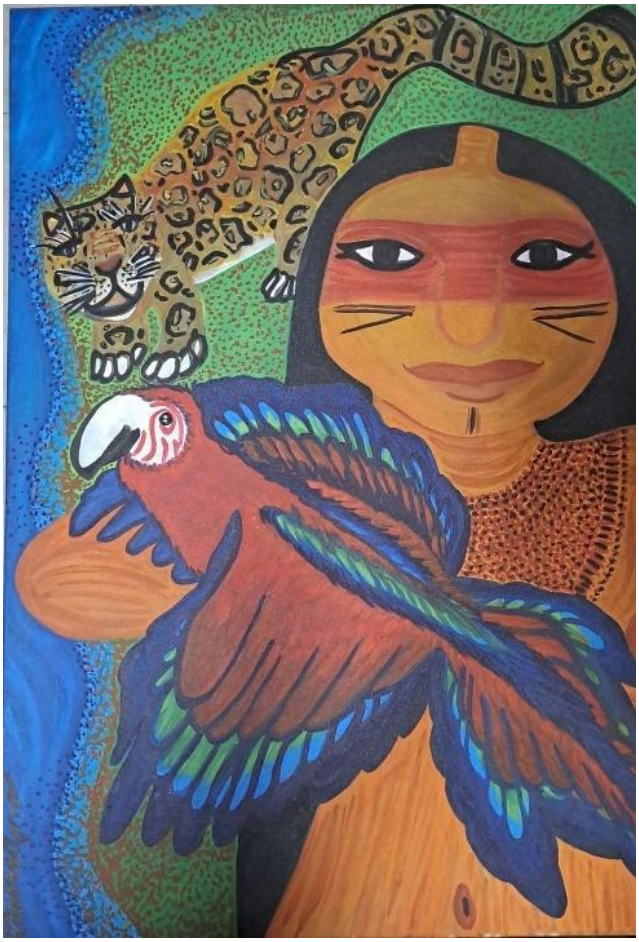


Imagem 45: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, abordando a valorização das lutas do povos originários e das indígenas mulheres. Título: Em defesa da vida do povos originários, do corpo território das indígenas mulheres e do bem viver. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2020.

Também é interessante destacar que foi identificado na trajetória das lutas sociais pela terra, na Argentina, o movimento Ligas Agrárias, próximo às experiências das Ligas Camponesas no Brasil, indicando a complementariedade das lutas camponesas de ambos os países na democratização da região latino-americana, inclusive durante o contexto das ditaduras militares na América Latina.

Existem desafios na afirmação da existência de uma identidade politica e cultural latino-americana que consiga agregar conjuntos de países tão diversos, inclusive, que possuem idiomas diferentes e que carregam dentro de si também diversidades regionais, porém, em sintonia com reflexões do pensamento social crítico latino-americano, interpreta-se que é possível afirmar a existência deste sujeito político *América Latina*, assim como afirmamos que existe um Sul global - como categoria política e que vai além da região latino-americana. Aqui lembramos Octavio Ianni (2005) que em *"Enigmas do pensamento latino-americano"* explica de forma poética os muitos sentidos de nosso continente como, para além de uma identidade política, uma realidade geo-histórica:

> América Latina vertebrada e invertebrada, na qual se movem indivíduos e coletividades, etnias e classes sociais, movimentos sociais e reivindicações, protestos e revoltas, em busca de emancipação. Este é o enigma: a América Latina se configura como uma realidade geo-histórica, político-econômica e sócio-cultural complexa, heterogênea, contraditória e errática. A despeito dos diferentes nomes que tem recebido, ou ostente, continua parecendo volátil, atravessada por situações e acontecimentos que não cabem neste ou naquele conceito, ou que o extrapolam: América Latina, Ibero-américa,Indo-américa, Afro-américa, Hemisfério Ocidental, Nuestra América; depois de ter sido Índia Ocidental, Novo Mundo, Paraíso, Eldorado, América. Chamou-se América em homenagem a Américo Vespúcio, quem teve a clareza sobre o "descobrimento" que Cristóvão Colombo não soube nomear (...). São muitas as denominações com as quais se busca constituir esse continente. Multiplicam-se os nomes, no infindável esforço de taquigrafar e constituir um ente geo-histórico simultaneamente evasivo e evidente. (IANNI, 2005, p. 6)

Assim, buscou-se evidenciar elementos das trajetórias nacionais de movimentos sociais no campo que constróem o sujeito político América Latina, por exemplo, quando desenvolvem a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) junto à *La Via Campesina*, a partir do que foi a experiência da *Campanha 500 anos de Resistências Indígenas, Negras e Populares* na região latino-americana.

No Brasil, os movimentos entrevistados citaram que durante os contextos de avanço do conservadorismo após o golpe de 2016 houve um aumento significativo da violência no campo,

da criminalização e dos retrocessos de direitos e serviços sociais por meio do desmonte institucional de políticas públicas e orçamentos públicos. Por sua vez, na Argentina, as lutadoras sociais relataram que nos governos conservadores há um avanço da desregulamentação do Estado, do endividamento externo e da inflação no preço dos alimentos, conforme se verificou nos contextos da eleição de Macri e de Milei. Ambos os contextos, no Brasil e na Argentina, portanto, elucidam os conteúdos que sustentam algumas correlações iniciais propostas pela tese de que o avanço do conservadorismo, do neoliberalismo e dos governos de direita está relacionado ao aumento das violações do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável na região latino-americana.

Na Argentina, conforme já mencionado na seção sobre feminismos, há uma articulação orgânica entre campesinato e povos indígenas no mesmo movimento social nacional, algo que se expressa de forma diferenciada no Brasil. No contexto brasileiro, por exemplo, existe a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) que participa na articulação Campo Unitário e na Via Campesina Brasil, de modo que ambos os setores sociais, do campesinato e dos povos indígenas, se unem em determinados contextos de luta: como quando o MST assumiu a cozinha e a alimentação das ações nacionais de lutas indígenas nos Acampamentos Terra Livre (ATL), com produtos agroecológicos dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. No entanto, não necessariamente existe no Brasil um mesmo movimento social de base que se nomeie e se articule de forma conjunta em torno dos dois setores, conforme vemos na Argentina com o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra e o Movimiento Nacional Campesino Indígena – Via Campesina. No Brasil, existem ações conjuntas de movimentos e comissões específicas, por exemplo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) enquanto um organismo próprio em relação ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Também foi identificado que no âmbito do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ainda que a identidade "campesina indígena" não esteja presente da mesma forma que na Argentina, onde se identificou inclusive a síntese do "feminismo campesino indígena y popular", existem lutadoras sociais que se identificam como mulheres negras e afroindígenas, o que denota a relevância da pauta da diversidade no Brasil também, além da importância das lutas sociais das comunidades negras e dos movimentos e feminismos negros. Igualmente importante, em muitos conteúdos das falas das entrevistadas, no Brasil, se fez referência às lutas das comunidades quilombolas e das demais comunidades tradicionais como parte fundamental das lutas sociais no meio rural brasileiro e, no âmbito da Via Campesina Brasil, também está presente a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

Também na Argentina há uma trajetória de movimentos sociais de províncias, que a partir das primeiras décadas do século XXI vão conformar articulações nacionais, sem implicar o desaparecimento de nomes, bandeiras e simbologias locais. Por exemplo, quando surgiu o MNCI, tanto o MOCASE como o MCC, para citar dois exemplos, não deixaram de existir, mas integram o MNCI, nacionalmente, na mesma lógica de *articulação* com a qual operam na CLOC e a *La Via Campesina,* internacionalmente. No Brasil, o processo tem sido diferenciado. Quando os movimentos sociais se nacionalizaram nos anos 1980, e conforme foram surgindo movimentos novos nas décadas seguintes, sempre foram adotando uma mesma bandeira e *simbologias unificadas*, além de um mesmo nome para diferentes estados - ao invés de articular sob uma bandeira em comum um conjunto de diversas bandeiras e simbologias diferentes e provenientes de estados diferentes.

Durante a pesquisa de campo, foi possível compreender que isto não significa que uma experiência e trajetória política seja melhor que a outra. Há uma diferença na própria organização política argentina em que além da existência de uma Constituição Federal e também as províncias possuem maior autonomia para terem suas próprias normas consitucionais, algo que não acontece no Brasil acerca do papel da Constituição Federal para a União e as unidades federativas/ estados. Por este motivo, parece ser também estratégico aos movimentos sociais argentinos manter este tipo específico de organicidade para conseguirem intervir de forma mais assertiva tanto nos processos nacionais como nos provinciais (estaduais).

Nas demais categorias, se averiguou semelhanças como a afirmação da centralidade da democratização do acesso à terra, das relações produtivas agroecológias e da defesa dos bens comuns da natureza para a construção da autonomia das mulheres camponesas e dos sujeitos do campo, da autodeterminação dos povos nos territórios e da soberania alimentar dos povos.

Nos dois países, os projetos do capital - como mineradoras, agronegócios e integrados, grandes empreendimentos de geração de energia -, foram identificados como fontes de violações dos direitos humanos, incluindo o direito humano à alimentação e nutrição e adequada e saudável. Assim, na interpretação desta tese, as falas das mulheres em movimentos sociais no campo evidenciaram como as expropriações causadas pelo avanço de um projeto de desenvolvimento conservador, (neo)extrativista e exportador impactam suas vidas e o meio ambiente e se agravam em tempos de crises socioambientais e extremos climáticos, atualizando contradições excludentes e desumanizadoras da formação sócio-histórica dos países e da região latino-americana – como a dependência e o racismo.

Desta forma, na seção 4.3, de articulação da reflexão teórica, o cultivar do pensamento social crítico latino-americano perpassou a afirmação da América Latina como sujeito político

e fonte de pensamento crítico sobre os elementos de sua formação sócio-histórica (como colonialismo, racismo e capitalismo dependente) e, também afirmou as lutas sociais da região como enfrentamentos às desumanizações, às expropriações e aos desafios socioambientais em que as práticas sociais e ações coletivas de alimentação saudável, baseadas na agroecologia, tem sido um caminho importante nas agendas políticas dos movimentos sociais no campo que buscam a transformação da ordem social destrutiva.

Ainda que existam complementariedades importantes nas agendas políticas dos movimentos sociais do campo no Brasil e na Argentina, no tocante às políticas públicas existentes em cada um dos países há algumas diferenças de trajetórias que é interessante destacar. Tanto no Brasil como na Argentina, as entrevistadas identificaram que os períodos de maior inovação na criação de marcos legais para agricultura e alimentação foram durante os anos dos governos da "nova esquerda latino- americana", como os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef (Partido dos Trabalhadores), no Brasil, e de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner (Partido Justicialista), na Argentina, confirmando similaridades nas trajetórias de criação dos marcos legais de políticas para alimentação e agricultura dos países, apresentadas na Introdução da tese. Em ambos os países também ficou evidente a crítica à continuidade de contradições neoliberais, conservadoras e fundamentalistas religiosas nos governos da região, assim como a crítica à existência de golpes políticos e econômicos nos países - que engendram retomada das desigualdades, desmontes institucionais e retrocessos no acesso aos direitos sociais e à cidadania. Por exemplo, no Brasil, esteve muito presente a crítica ao golpe político de 2016, percebido como expressão de interesses das elites internacionais em ampliar seus projetos neoliberais e (neo) extrativistas na região latino-americana. Na Argentina, por sua vez, foram muito lembradas as crises sociais de 2001 e o endividamento externo no final de 2019, durante o governo Macri, afirmando que na Argentina não houve um golpe político nos mesmos moldes em que houve no Brasil, mas a sociedade argentina teria sofrido um golpe econômico via Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim, em ambos os países foi relatado como expressão dos golpes e retrocessos conservadores, o desmonte institucional de ministérios e secretarias, o desaparecimento de políticas e programas públicos e o corte drástico de orçamento público. Não menos relevante, as mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, os camponeses, os povos indígenas, as comunidades negras e quilombolas, os trabalhadores terceirizados do sul global, entre outros sujeitos de luta social, são vistos como os principais afetados e, inclusive, como as principais vítimas do projeto conservador que engendra a fome do povo para atender os privilégios das elites locais e a ganância das elites internacionais, sobretudo, durante o contexto da pandemia

global de Covid-19, em que a garantia da sáude e dos meios de vida eram ainda mais urgentes para a sobrevivência da população.

Neste sentido, observa-se que as agendas políticas das mulheres e dos movimentos sociais no campo avançam para lidar com desafios globais e socioambientais cada vez maiores, ampliando suas diversidades internas (hibridismos) e suas escalas de ação (multiescalaridade). Porém, as trajetórias de políticas públicas em seus países não demonstram crescimento acompanhado de estabilidade das inovações, o que e também desdobramento das mudanças nas correlações de forças sociais nos países. Interpreta-se, então, que talvez o que sustenta de fato a continuidade de uma agenda política e popular pela alimentação saudável na região latino-americana não são os governos da nova esquerda latino-americana em si, os quais são mediados por contradições e limites neoliberais e que sofrem os golpes políticos e econômicos, mas, são mesmo as lutas e movimentos sociais populares que possibilitaram os avanços democráticos e de cidadania, que resistem nos contextos conservadores e que reconstróem seus direitos buscando ampliá-los continuamente ao logo da história da América Latina, sendo o internacionalismo uma dimensão fundamental de solidariedade popular e fortalecimento das resistências nacionais e locais que estão enfrentando as relações de dominação capitalistas, racistas, patriarcais e, não menos relevante, também as relações de dominação imperialistas, conforme se buscou apresentar ao longo de toda a tese.

Nota-se que as mulheres são uma forte presença nos movimentos sociais no campo que sustentam esta agenda política pela alimentação saudável e agroecológica, enfrentando não só todo o desmonte de direitos e retrocessos políticos em tempos de conservadorismo, mas também enfrentando as violências e desigualdades múltiplas sobre as quais tratamos de forma aprofundada no capítulo 3, posto que o conservadorismo se expressa nas violências estruturais no campo e também nas violências domésticas de gênero, classe e raça e nos feminicídios.

Nas falas das mulheres em movimentos sociais no campo do Brasil há menção a uma diversidade mais ampla de políticas e programas aos quais bucam a consolidação, ampliação e avanço de direitos, por exemplo, quando falam das políticas de reforma agrária, do PAA, do PNAE, do Pronaf e das políticas de assistência técnica rural. No entanto, no caso das mulheres em movimentos sociais no campo da Argentina, parece existir maior relato acerca de programas de transferência de renda e de distribuiçao de cestas básicas de alimentos e merendas escolares, as quais ainda sãos compostas predominantemente por alimentos industrializados e processados. Ou seja, parece predominar um perfil de políticas para alimentação mais emergenciais, nos moldes da assistência humanitária e ainda pouco articulada com programas de compras insitucionais de alimentos da agricultura familiar campesina indígena para

abastecimento alimentar, algo que está por vir no contexto argentino. As mulheres entrevistadas afirmaram terem conquistado, a partir da luta dos movimentos sociais populares campesinos indígenas, a Lei de Reparação Histórica da Agircultura Familiar Campesina Indígena, por meio da qual empreendem incidência política, cobrando o Estado e dialogando com a sociedade argentina - para que a lei frutifique em políticas e programas públicos para o acesso aos direitos e superação das relações sociais de desigualdade que afetam o cotidiano de vida dos povos do campo e da cidade.

Assim, esta pesquisa aponta para a importância emancipadora da construção compartilhada de saberes e práticas na América Latina, a partir de importantes trocas de experiências e aprendizados conjuntos entre as mulheres em movimentos sociais no campo do Brasil e da Argentina, com vistas a avançar coletivamente na construção política da soberania alimentar dos povos na região latino-americana e no mundo face aos desafios impostos pelas corporações multinacionais no contexto da globalização neoliberal. Em ambos os países veio muitas falas em defesa da agroecologia e da criação de mercados locais contra o que foi denominado em algumas falas como *capitalismo verde* e *imperialismo verde*, que geram: concentração fundiária e escassez de terra, moradia e alimentos; mercantilização, financeirização e degradação da terra e dos bens comuns. Às mulheres camponesas e trabalhadoras, aos povos e comunidades têm ficado a fome, a escassez, o adoecimento e a terra arrasada enquanto as elites nacionais e internacionais destróem os corpos-territórios e expandem seus lucros, ou seja, não interessa mais este tipo de projeto de desenvolvimento conservador e extrativista exportador que impõe um modelo produtivo e um sistema agroalimentar hegemônico que segue uma lógica antibiodiversa.

Portanto, as camponesas e trabalhadoras do Brasil e da Argentina, da América Latina e do mundo dizem que já basta de dominação e que é tempo de se "fortalecer a luta em defesa da vida" (como afirma o MMC) e de se "poner la vida em el centro" (como nos ensina o MNCI – ST), pois, como dizia também Enrique Dussel, "a vida é o conteúdo da política". Do ponto de vista da agroecologia e da construção de novas relações sociais e internacionais de emancipação e bem viver entre os seres humanos e a natureza, cabe pensar de forma integrada a questão agrária, a questão socioambiental e a questão alimentar, para fomentar a unidade das forças sociais no enfrentamento à necropolítica das grandes corporações multinacionais capitalistas, patriarcais, racistas e imperialistas.

A construção de agendas políticas para acesso à terra e alimentação também perpassa a formação de alianças entre os movimentos e organizações populares do campo e da cidade, face ao avanço do neoliberalismo que transforma direitos em privilégios e serviços adquiridos a

crédito e endividamento, substituindo a participação política por uma artificalização da cidadania via consumo. Tudo isto reforça a pertinência das experiências de mercados locais construídos pelos movimentos sociais no campo, pensando em produtos de uma economia solidária e feminista que se propõe superar a lógica social em que tudo é mercadoria. Identificou-se que os elementos da formação sócio-histórica dos países da região possuem em seu conteúdo as lógicas da desumanização e da expropriação de corpos e territórios, a qual se atualiza na divisão internacional do trabalho e se expressa nas dinâmicas de mercantilização, financeirização e globalização neoliberal por meio das quais os modelos (da revolução verde), sistemas (agroalimentares hegemônicos) e projetos (de desenvolvimento extrtativista e exportador de *commodities* primárias) conservadores do capital engendram a produção e reprodução social das questões agrária, socioambiental e alimentar na sociabilidade contemporânea capitalista, patriarcal, racista e imperialista.

Assim, as contradições da divisão internacional do trabalho sobre a qual problematizamos na introdução da tese é componente desta sociabilidade, se expressando por meio de uma sistema de dominação imperialista alicerçado em relações produtivas (neo)extrativistas exportadoras e (neo)coloniais. Nas divisões sexual, racial, social e internacional do trabalho, os sistemas de dominação patriarcado, racismo e capitalismo se imbricam com o sistema de dominação imperialista, em uma sociabilidade que precisa emprender ciclos cada vez mais ampliados e profundos de desumanização e expropriação para sua reprodução. Desta forma, as contradições do sistema agroalimentar hegemônico e dos projetos políticos conservadores afetam cada vez mais pessoas, suas saúdes, subjetividades e corpos e chegam em cada vez mais territórios dos povos, ampliando suas fronteiras de negócios a serviço dos lucros privados. Também chegam de forma cada vez mais profunda e perversa na totalidade das relações sociais e internacionais para captura dos patrimônios públicos e dos orçamentos públicos, oprimindo a participação social e o controle democrático do Estado (inclusive com esquemas como o do “orçamento secreto” no Brasil). Também chegam cada vez mais profundamente nas relações interpessoais cotidianas por meio da desinformação da sociedade, do fundamentalismo e racismo religioso e do negacionismo histórico e científico, fomentando ódio social e violências contra as diversidades e promovendo uma alimentação envenenada, um meio ambiente contaminado e uma vida social adoecedora e dissociada dos vínculos comunitários e com os bens comuns da natureza que são essenciais à vida.

Neste cenário, interpreta-se o internacionalismo popular como um componente fundamental da construção política do feminismo camponês popular e da soberania alimentar dos povos. A luta social pela soberania alimentar dos povos, por sua vez, é a estratégia central

das camponesas e camponeses contra o imperialismo, reconhecendo-se também a alimentação em sua dimensão de trabalho e sua importância contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo.

O internacionalismo popular se expressa em ambos os países a partir da participação das mulheres e sujeitos do campo nos congressos, assembleias e conferências internacionais da CLOC e da *La Via Campesina*, mencionados no Capítulo 1 da tese, que são elementos importantíssimos da construção de agendas políticas populares e coletivas para avançar na democratização das sociedades na América Latina no contexto neoliberal de enfrentamento ao aumento das desigualdades sociais como as violações do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável. A partir de tal constatação, esta tese buscou também demonstrar como uma perspectiva internacionalista feminista camponesa popular está presente no todo das organizações e como ela se expressa de outras formas (menos visibilizadas e valorizadas) que confirmam e reforçam a legitimidade das mulheres camponesas e dos sujeitos do campo como atores de novas relações sociais e de novas relações internacionais, ampliando a participação popular no cenário internacional.

As entrevistadas relataram vivências de migrações internacionais, experiências de formações políticas baseadas na perspectiva da educação popular, intercâmbios para conhecer cooperativas e projetos dos movimentos sociais uns dos outros, além de ações coletivas como marchas, encontros, ocupações, trocas de informações e de manifestações de solidariedade entre os povos em contextos de conflitos políticos e guerras, crises econômicas e ambientais, entre outos.

Deste modo, o internacionalismo feminista camponês popular das mulheres em movimentos sociais no campo também não se limita a ser sinônimo de "uma viagem ao exterior", como pode ser aparentemente percebido em um primeiro momento, mas se expressa na multiescalaridade das lutas sociais por soberania alimentar dos povos contra o sistema agroalimentar hegemônico que atua em escala global, ou seja, partindo dos saberes e práticas sociais cotidianas e locais desenvolvidos pelas mulheres camponesas e trabalhadoras, se reconhece e valoriza a dimensão do trabalho na alimentação e se afirma a centralidade das lutas sociais por emancipação humana como enfrentamentos à imbricação de múltiplas relações sociais de dominação oriundas da divisão sexual do trabalho, da divisão racial do trabalho, da divisão social do trabalho e, não menos importante, também da divisão internacional do trabalho.

Por exemplo, quando as mulheres em movimentos sociais no campo, a partir de seus grupos produtivos nos territórios comunitários, se contrapõem ao domínio das corporações multinacionais sobre a terra, as sementes crioulas e os bens comuns da natureza e, inclusive,

denunciando as falsas soluções do capitalismo e do imperialismo verde. Assim, o internacionalismo popular e a militância na CLOC e na *La Via Campesina* é de todas e todos que são integrantes da luta social coletiva nos movimentos sociais e organizações populares face às violências e violações de direitos da expropriação, da desumanização e da dependência promovidas pela globalização neoliberal e o imperialismo, que se imbrica e aprofunda as contradições capitalistas, patriarcais e racistas que estruturam a sociabilidade contemporânea.

Por fim, conclui-se que a partir do aprendizado junto às vozes feministas camponesas populares na soberania alimentar dos povos, as experiências das mulheres em movimentos sociais no campo dão centralidade à vida de corpos-territórios de bem viver, com alimentação saudável de base agroecológica, sem perder de vista a transformação estrutural da realidade social de desigualdades de classe, de sexo/ gênero, de raça/etnia e também internacionais, possibilitando observar a sociabilidade contemporânea como resultado da imbricação não apenas do capitalismo, do patriarcado e do racismo, mas também, do imperialismo. Este olhar pode ser útil para compreender a realidade social desde novos pontos de vista, assim como para cultivar novos processos de lutas populares, saberes e práticas sociais de emancipação humana, livres de violações de direitos e de violências.



Imagem 46: Acervo pessoal. Pintura autoral feita durante a elaboração da tese, arte síntese da tese. Título: A dimensão de trabalho na alimentação e as mulheres nas lutas sociais feministas, camponesas populares contra o patriarcado, o racismo, o capitalismo e o imperialismo. Autoria: Laura Lyrio Gonçalves. Data: 2024.

4.5 Síntese do capítulo

"Eterna ou perecível, a esperança esgueira furtiva,iluminando o cercado das indignações.
Brota arraigada entre passadas,pisoteada pelo resvalo de vento e o pé esquecido dos caminhos.
E faz vida num relance de improviso, onde nada mais havia além de improvável possibilidade."
Consuelo Gontijo – A esperança (Na saga dos tempos)

No quarto e último capítulo da tese, nomeado "*Vozes na soberania alimentar dos povos no Brasil e na Argentina"*, foram apresentados os conteúdos que substanciam as categorias de análise II *"Lutas sociais no campo e movimentos sociais"*; III *"Alimentação e agroecologia"*; IV *"Políticas públicas"* e V *"Internacionalismo"*. Na seção 4.1 foram apresentadas as reflexões referentes ao Brasil, interpretando que as lutas sociais das mulheres em movimentos sociais no campo por soberania alimentar dos povos são também lutas pela conquista da terra e defesa dos territórios de comunidades e povos face aos latifúndios, monoculturas, (neo)colonialismos e autoritarismos que constituem a formação sócio-histórica de seus países e da América Latina, de modo que não são lutas novas, mas novas sínteses de lutas históricas por transformação estrutural da ordem vigente. Não menos relevante, o ponto de vista das entrevistadas revela uma leitura em que, na sociabilidade contemporânea, a questão fundiária (que impacta tanto o meio rural como o meio urbano) está articulada à questão alimentar e à questão socioambiental, de modo que todas revelam problemas e contradições sociais profundas nas quais as lutas sociais tem igual relevância e, portanto, tem sido trabalhadas em conjunto pelas organizações do campo, as quais também cultivam alidados nos meios urbanos. Por fim, identificou-se uma ampliação importante na visibilização e valorização das experiências e ações internacionalistas das mulheres camponesas e dos movimentos sociais no campo, uma vez que, seus relatos denotam intercâmbios, escolas de formações internacionais, trocas de experiências e informações entre as organizações dos países e também vivências de migrações e refúgios em suas histórias familiares e trajetórias de vida, o que propicia afirmar uma experiência internacionalista popular que vai além de percepções iniciais do internacionalismo como viagens para participação em conferências, assembleias e congressos internacionais da CLOC e da *La Via Campesina* - que, portanto, são fundamentais, mas são uma parte de um acúmulo de experiências muito mais rico e diverso que visa democratizar o cenário internacional a partir da crítica às corporações multinacionais e aos limites de participação nos Estados e organismos multilaterais.

Em seguida, na seção 4.2 foram apresentados os elementos referentes às Categorias II; III; IV e V no caso Argentino. Buscou-se evidenciar que no contexto argentino há uma forte presença da unidade campesina indígena no âmbito de movimentos sociais no campo, de modo

que ambos os sujeitos e identidades se articulam em conjunto dentro dos movimentos sociais, o que denotou a valorização do direito à diferença e das diversidades como elemento importante na luta social das mulheres dos movimentos sociais no campo por soberania alimentar do povos. Destarte, no atual momento da trajetória argentina, a construção política da soberania alimentar tem sido uma síntese importante não apenas para avançar em políticas e direitos já existentes, mas para criá-los, tendo em vista que muitas iniciativas relatadas pelas militantes no Brasil não foram identificadas na Argentina (como nas políticas de reforma agrária, os programas de compras institucionais da agricultura familiar, entre outras). Assim, a bandeira de luta pela alimentação suadável fortalece laços e reivindicações existentes na luta pela terra e fomenta novas iniciativas e incidências articuladas entre as organizações do campo e da cidade. Concluindo a seção, foram identificadas similaridades entre o caso brasileiro e argentino no tocante ao que podemos chamar de um internacionalismo feminista camponês popular, alicerçado em processos de trabalho de educação popular de base e fundamentado nas lutas populares dos países estudados. Assim, o internacionalismo e a militância junto à CLOC e à *La Via Campesina* é um elemento orgânico das organizações do campo, de modo que mesmo na dimensão local há uma identificação relevante com a dimensão internacionalista das lutas sociais e com uma perspectiva de solidariedade entre os povos. Assim, a militância dos movimentos sociais no campo, desde sua vida cotidiana no âmbito dos territórios locais e nacionais, é também um conjunto de lutadoras e lutadores sociais internacionalistas participando dos movimentos sociais que compõem articulações internacionais como a CLOC e a *La Via Campesina*. Assim, não apenas os representantes que estejam com alguma tarefa específica nas organizações transnacionais, que sejam especialistas no tema ou que façam viagens ao exterior, por exemplo, são internacionalistas, mas o conjunto de lutadoras e lutadores sociais. Assim, há uma valorização da participação popular e de base como elemento democratizante das relações internacionais a partir da ampliação do reconhecimento sobre quais são os atores e agendas relevantes no cenário internacional contemporâneo.

Na sequencia, na seção 4.3, foi empreendida uma reflexão teórica instigada pelos elementos oriundos da análise de conteúdo apresentada previamente no capítulo, interpretando que as vozes por soberania alimentar dos povos estão *"Cultivando pensamento crítico latino-americano"*. Buscou-se discutir mais profundamente os sentidos deste pensamento social latino-americano e os conceitos de colonialismo, racismo e dependência nas formações sócio-históricas dos países na região latino-americana, afirmando que as lutas socioambientais na região tem um caráter de enfrentamento às lógicas da desumanização e das expropriações dos corpos-territórios, as quais, na atualidade, se expressam na globalização neoliberal por meio do

avanço da mercantilização e financeirização da terra, dos bens comuns e meios de vida. Neste sentido, como caminho alternativo para reafirmar a vida como conteúdo da política, foi reafirmada a importância das agendas políticas para a alimentação saudável empreendidas pelas mulheres em movimentos sociais no campo, que se contrapõem às desigualdades capitalistas, racistas, patriarcais e imperialistas.

Por fim, encerra-se o capítulo tecendo algumas considerações comparativas nas diferenças de trajetórias nas agendas políticas para alimentação no Brasil e na Argentina. Enquanto no Brasil se vivencia um processo de "retomada" após os governos conservadores pós-golpe de 2016 – por exemplo, com reconstrução de políticas e programas de compras institucionais, de recomposição de orçamento público para a agricultura familiar e camponesa -, na Argentina o quadro tem sido diferente, destacando-se certa preponderância de políticas públicas com perfis mais emergenciais e de assistência humanitária, como a distribuição de cestas básicas. Porém, isto não se dá pela falta de formulação, incidência e luta social dos movimentos sociais no campo argentinos que propõem democratização do acesso à terra, políticas sociais no campo, políticas produtivas agroecológicas e de abastecimento alimentar, tendo logrado a conquista da Lei Nacional de Agricultura Campesina Indígena e tendo iniciativas importantes de construção de mercados locais, feiras, "feriazos" e "verdurazos". Neste sentido, conclui-se que são principalmente os movimentos populares, por meio de suas iniciativas de organização transnacional e participação coletiva que sustentam a continuidade de uma agenda política para o direito à alimentação saudável na região latino-americana, sobretudo, nos contextos de governos conservadores nos países, destacando-se as vozes feministas camponesas populares por soberania alimentar dos povos, atuando em todas as dimensões da vida social e da política: do local e estadual/provincial, ao nacional e ao internacional (regional latino-americano e global).





Fotos 19;20: Acervo pesoal. Armazém da UTT-produção agroecológica e bandeira whipala. Buenos Aires. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Até que nos tragam frutos,
Teu amor, teu coração (...)
Refazendo tudo,
refazenda
Refazenda toda,
guariroba"
Gilberto Gil

Nas considerações finais de *"Vozes feministas camponesas populares na soberania alimentar dos povos: Agendas políticas para alimentação saudável com mulheres em movimentos sociais no Brasil e na Argentina"*, serão retomados os *Objetivos e passos da tese*, seguido pelo resgate das hipóteses para reafirmação das *Conclusões* do trabalho.

Objetivos e passos da tese

Nesta tese, assumimos algumas definições e perguntas para a realização do estudo, as quais se relacionam com os objetivos apresentados na *Introdução.* Assim, a partir das definições de pesquisa, esta tese compreendeu a fome, a subnutrição e a insegurança alimentar como problemas sociais que, mundialmente, possuem maior incidência sobre as mulheres, maior prevalência proporcional sobre os sujeitos do meio rural e maiores índices nos povos e nações da periferia global. Não menos relevante, dados do IPEA (2024) sobre o contexto brasileiro também apontaram a incidência do racismo nas violações do direito à alimentação, tendo sido identificado maior índice de insegurança alimentar nos domicílios cujos responsáveis são pessoas declaradas pretas e pardas.

Deste modo, observou-se que a questão alimentar é estruturada por desigualdades sociais múltiplas, oriundas de uma totalidade social patriarcal, racista, capitalista e imperialista. Assumiu-se como objeto de análise científica e sociológica as experiências, lutas sociais e construções de agendas políticas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos na região latino-americana; e, em seu recorte de caso, elencou como sujeitas colaboradoras de pesquisa as mulheres em movimentos sociais no campo, no Brasil e na Argentina.

Isto posto, nos perguntamos: Quais experiências de vida e de lutas sociais as mulheres brasileiras e argentinas desenvolvem a partir de seus movimentos sociais populares no campo para a construção do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável em seus

países e na região latino-americana? De que modo estas experiências e lutas sociais constróem processos sociais e internacionais de criação de novos marcos legais nas agendas políticas para alimentação? Como os processos sociais e internacionais de construção das agendas políticas para alimentação se assemelham e se diferenciam no Brasil e na Argentina e quais seus desdobramentos nas relações sociais e internacionais? E, por fim, quais tendências histórico-estruturais da particularidade latino-americana podem ser visibilizados a partir do estudo comparado das experiências de vida e lutas sociais das mulheres em movimentos sociais no campo em Brasil e Argentina e como incidem nas relações sociais e internacionais de direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar dos povos?

Para o trajeto de pesquisa voltado a responder as perguntas ensejadas, afirmou-se como objetivo geral da tese: analisar em perspectiva histórico-comparada as experiências e lutas sociais feministas camponesas populares de mulheres em movimentos sociais no campo, participantes do processo social e internacional de construção de agendas políticas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar dos povos em Brasil e Argentina, nas primeiras décadas do século XXI.

Ademais, os objetivos específicos foram: a. Compreender de que maneira as experiências, lutas e construções políticas de mulheres em movimentos sociais no campo contribuem para a formação das agendas políticas para alimentação no Brasil, estudando a literatura do tema e realizando pesquisa de campo para coleta de dados e análise em diferentes regiões do país; b. Entender como experiências, lutas e construções políticas das mulheres em movimentos sociais no campo contribuem para a formação das agendas políticas para alimentação na Argentina, estudando a literatura sobre o tema e realizando pesquisa de campo para coleta de dados e análise em diferentes regiões do país; c. Identificar semelhanças e diferenças entre as realidades sociais brasileira e argentina e seus desdobramentos nas relações sociais e internacionais, para promover uma noção aprofundada do tema que considera a diversidade de expressões nacionais e locais do problema social geral; d. Apreender e interpretar tendências histórico-estruturais da particularidade latino-americana no processo social e internacional de enfrentamento às desigualdades de acesso ao direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar dos povos.

Assim, ao longo da *Introdução*, foram delineados os primeiros alicerces do presente trabalho, na sequência da apresentação do *Memorial* e do ensejo do *Histórico e justificativa do*

tema e da *Problematização*. No *Memorial*, foram apresentados os elementos que fundamentaram a iniciativa e interesse em realizar este estudo.

No *Histórico e justificativa do tema*, discutiu-se as dinâmicas de industrialização, desenvolvimento e democratização nos países latino-americanos, os quais foram insuficientes para a garantia do acesso ao direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável de toda a população, denotando a relevância das lutas sociais nesta pauta.

Na *Problematização*, por sua vez, evidenciou-se que existem violações ao direito humano à alimentação nos países da região que cabem ser mais profundamente estudados por meio de pesquisas sociais, pois, partindo-se dos dados macrossociológicos da FAO/ONU, que atestam a existência da subnutrição e das inseguranças alimentares, ainda é necessário refletir sobre os conteúdos e causalidades que constituem os problemas sociais em questão, ou seja, cabe analisar dimensões da questão que são tratadas de forma sucinta nos relatórios dos organismos multilaterais, mas em relação às quais os estudos científicos – como os empreendidos nos programas de pós-graduação das universidades públicas - tem muito à contribuir com vistas ao devido aprofundamento, sobretudo, a partir da proposição das mulheres camponesas e dos movimentos sociais populares como atores sociais e internacionais relevantes na interlocução sobre o tema.

Assim, retomamos as sínteses dos quatro capítulos da tese. No *Capítulo 1: "Direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável na América Latina"* foi dado continuidade e aprofundamento às discussões e revisões teóricas e documentais que subsidiam a tese, mais especificamente, sobre a questão do direito à alimentação, a partir do qual a problemática de pesquisa foi desenvolvida – as construções políticas das mulheres em movimentos sociais no campo para o acesso ao DHANA, à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar dos povos.

Primeiramente, abordamos que a fome e a insegurança alimentar possuem sentidos diversos, tal como o apetite ou ainda a impossibilidade de comer devido às situações de pobreza e desigualdades. Destacou-se que a alimentação está relacionada ao único instinto humano que requer uma atividade econômica para sua satisfação, isto é, requer a produção, acesso a alimentos e preparação, ou seja, está fundamentalmente relacionada ao trabalho e sua compreensão científica demanda contribuições de diferentes áreas de estudo nas ciências da saúde e também nas ciências sociais.

Assim, a fome é um problema social, requerendo ações políticas coletivas e públicas de intervenção na questão com vistas a sua superação, sobretudo, no contexto de conformação de um sistema agroalimentar hegemônico oriundo das transformações produtivas da Revolução

Verde, que promoveu padronização, monotonia alimentar e inseguranças alimentares com base em produtos ultraprocessados, sementes transgênicas e uso de agrotóxicos, todos deletérios à saúde humana e à sustentabilidade sócioambiental.

Neste quadro, também vimos como as formulações políticas sobre o tema da alimentação foram se transformando das perspectivas de segurança nacional e alimentar à perspectiva dos direitos humanos, chegando ao princípio da soberania alimentar dos povos construído politicamente pela *La Via Campesina*, o qual é fortemente vinculado com a ideia da autodeterminação dos povos em seus territórios e a autonomia das mulheres e dos camponeses.

Por último, foram destacados agendas e processos políticos relevantes da trajetória da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e da *La Via Campesina* (LVC), evidenciando um fato que aludimos na seção introdutória: a importância de visibilizar e compreender os movimentos sociais no campo também como atores das relações internacionais, partindo de lutas sociais locais e nacionais que democratizam as arenas políticas em suas sociedades e também o cenário internacional, por meio da criação de espaços políticos como conferências e assembleias internacionais em que se promove a participação popular dos sujeitos do campo em sua diversidade - incluindo as resistências indígenas, negras e populares, as mulheres camponesas, as juventudes do campo, os sujeitos da diversidade sexual e de gênero, entre outros.

Na sequência, no *Capítulo 2: "Percurso teórico-metodológico e sujeitas colaboradoras de pesquisa"*, abordamos o percurso teórico-metodológico da tese, apresentando elementos que fundamentaram o desenvolvimento do estudo. Primeiro, falamos sobre os componentes da abordagem científica empreendida, a qual consistiu na análise qualitativa, crítica e interdisciplinar, compreendendo os fenômenos sociais como processos coletivos, históricos e dinâmicos.

Assim, discutiu-se a contribuição da matriz teórico-metodológica da teoria social de Marx e a centralidade das leituras feministas críticas para uma perspectiva crítica da realidade social. Foram apresentadas as técnicas de pesquisa utilizadas, sendo elas a pesquisa documental e a pesquisa de campo – nesta última realizando entrevistas com roteiro semiestruturado e anotando observações e desenhos em um diário de campo.

Foram discutidos os documentos utilizados na fase de leitura flutuante da tese, que incluíram tanto documentos de organismos internacionais como a FAO/ONU quanto documentos de movimentos sociais populares do Brasil e da Argentina. Também foram apresentados os movimentos sociais entrevistados em cada país e a quantidade de entrevistas.

Em seguida, argumentou-se acerca dos fundamentos teóricos que subsidiaram a análise de dados, mais especificamente os estudos comparados latino-americanos e a análise de conteúdo.

Os estudos latino-americanos dizem respeito à compreensão das particularidades nacionais na região, suas semelhanças e diferenças. Por sua vez, a análise de conteúdo se reporta ao passo a passo da análise de dados proposta por Laurence Bardin, sendo suas etapas: a pré-análise após a coleta de dados, a unitarização, a categorização, a descrição e a interpretação, finalizada com a apresentação dos resultados e inferências de pesquisa a qual foi realizada por meio da ideia de um "mosaico de vozes" e com utilização de recursos imagéticos (fotos da pesquisa de campo, simbologias dos movimentos sociais, pinturas autorais da pesquisadora).

Por fim, foram apresentadas as sujeitas colaboradoras de pesquisa, seus nomes completos e os codinomes aqui adotados para preservar sua privacidade e segurança, acompanhados de uma breve descrição com retratos feitos pela própria pesquisadora a partir de conteúdos das entrevistas e das observações registradas em diário de campo.

Na segunda metade da tese, partimos para a apresentação dos dados oriundos da pesquisa de campo. No *Capítulo 3: "Vozes feministas camponesas populares no Brasil e na Argentina"*, foram apresentados os conteúdos sistematizados a partir dos dados primários categorizados na Categoria I. *"Feminismos, trabalho e saúde das mulheres"*. Na seção 3.1 foram apresentados os conteúdos referentes ao Brasil e na seção 3.2 foram apresentados os conteúdos referentes à Argentina.

Em um segundo momento foi desenvolvida uma seção de reflexão teórica instigada pelo processo de pesquisa, *"Repensando teorias e epistemologias feministas"*, cujas seções buscaram destacar o papel das práticas e teorias feministas para ampiação das concepções e dos reconhecimentos dos sujeitos de saber, trabalho e participação política, destacando a relevância das mulheres camponesas, trabalhadoras, negras e indígenas para compreensão dos processos de formação sócio-histórica dos países e da região latino-americana. Foram abordadas as seguintes seções: Interpretações a partir das vozes feministas camponesas populares; Mulheres e abordagens feministas latino-americanas; Contribuições latino-americanas às abordagens imbricacionistas; Mais de 500 anos de resistências indígenas, negras e populares; Mulheres camponesas nas "perspectivas feministas para ampliar horizontes". Por fim, também foram delineadas algumas considerações comparativas entre os casos de Brasil e Argentina na seção 3.4, buscando evidenciar suas diferenças de trajetória em que, por exemplo, se destaca a perspectiva do *feminismo campesino indígena popular* na Argentina.

No útimo capítulo da tese, *Capítulo 4: "Vozes na soberania alimentar dos povos no Brasil e na Argentina"*, foram apresentados os conteúdos sistematizados a partir dos dados das

Categorias II. *"Lutas sociais no campo e movimentos sociais"*; III. *"Alimentação e agroecologia"*; IV. *"Políticas públicas"* e; V. *"Internacionalismo"*. Na seção 4.1 foram apresentados os dados sobre o Brasil e na seção 4.2 foram apresentados os dados sobre a Argentina.

Na sequência, foram apresentadas reflexões teóricas empreendidas no processo de pesquisa a partir da interpretação dos conteúdos das falas das entrevistadas, constituindo a seção 4.3 *"Cultivando pensamento crítico latino-americano",* que abordou: o pensamento social crítico latino-americano; a crítica à dependência, ao racismo e ao colonialismo; as lutas sociais latino-americanas contra a desumanização; as expropriações nos corpos-territórios e lutas socioambientais e; os movimentos sociais populares: "A vida é o conteúdo da política". Por fim, foram desenvolvidas algumas considerações histórico-comparativas entre os casos brasileiro e argentino na seção 4.4, apontando seus aspectos em comum e destacando algumas de suas especificidades.

Conclusões

A partir do resgate das definições, perguntas, objetivos e passos da tese, resgatam-se as hipóteses que haviam sido delineadas. Na seção *Hipóteses da tese*, se propôs que a contribuição das mulheres em movimentos sociais no campo para a construção do direito à alimentação saudável advinha de lutas sociais e construções políticas que partiam de seu cotidiano de trabalho produtivo e de trabalho reprodutivo e de cuidados. Ademais, foi esboçado que os estudos histórico-comparativos das agendas políticas de mulheres em movimentos sociais no campo do Brasil e da Argentina propiciariam compreender tendências histórico-estruturais da formação sócio-histórica destes países e da particularidade latino-americana, por meio das quais se estrutura a realidade social de violações e lutas sociais pelo direito humano à alimentação, à terra e território e à agroecologia.

Foi proposto que seria possível compreender a alimentação em sua dimensão de trabalho e evidenciar o internacionalismo das lutadoras sociais feministas camponesas populares, destacando suas contribuições para o enfrentamento de múltiplas desigualdades e sistemas de dominação que se imbricam na sociabilidade contemporânea. Isto é, para o enfrentamento ao patriarcado (e a divisão sexual do trabalho), ao racismo (e a divisão racial do trabalho), ao capitalismo (e a divisão sócio-técnica do trabalho) e, não menos importante, como contribuição deste estudo, também afirmando a necessidade de enfrentamento ao imperialismo (e a divisão internacional do trabalho).

Ademais, foi pensado que a investigação dos fatores causais das situações de violação do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, bem como dos conteúdos das lutas sociais pela soberania alimentar dos povos propiciaria a construção de novas contribuições teóricas, práticas e metodológicas no âmbito das lutas populares, do pensamento social crítico latino-americano, dos aportes feministas críticos e das Ciências Sociais.

Portanto, neste ponto avaliamos: cumprimos com os objetivos da tese e respondemos nossas perguntas? E, confirmamos ou refutamos as hipóteses formuladas? Respondendo a tais indagações, avalia-se que os objetivos da tese foram cumpridos, tendo sido sustentadas as definições do objeto de estudo e tendo sido desenvolvida uma análise de conteúdo e histórico-comparativa que trouxe respostas às perguntas formuladas. Acerca das hipóteses, averigua-se que as mesmas se confirmam, mas, com certeza com o levantamento de uma série de elementos e reflexões que ampliaram e aprofundaram as percepções incialmente ensejadas.

Neste sentido, podemos resumir algumas conclusões da tese. A vida social é um complexo composto pelo trabalho, pela linguagem e por outras categorias que constituem o conjunto das relações sociais que formam a sociabilidade contemporânea. No entanto, ainda que o trabalho seja a categoria fundante do ser social, o trabalho subordinado ao capital assume a forma do trabalho abstrato, de onde advém a mais-valia, o estranhamento e alienação, as relações de exploração. Porém, além disso, consoante abordagens feministas imbricacionistas como as de Heleieth Iara Saffioti (2013; 1987) no feminismo marxista e as de Lélia González (2020) no feminismo negro, entre outras autoras acionadas ao longo da tese, na sociabilidade capitalista contemporânea também estão imbricados mais de um sistema de dominação, como o racismo e o sexismo (GONZÁLEZ, 2020), gerando além de relações de exploração da força de trabalho, também outras expressões como as relações de opressão da autonomia e das escolhas, as relações de apropriação do trabalho e as relações de expropriação do corpo-território.

Na perspectiva da simbiose entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo (SAFFIOTI, 1987), a qual promove a subordinação do trabalho, se agrega às contradições da divisão social do trabalho também as contradições da divisão racial do trabalho e da divisão sexual do trabalho. Nesta tese, portanto, para compreensão da realidade social, busca-se articular tais perspectivas, da teoria social de Marx, das abordagens imbricacionistas dos aportes feministas críticos e do pensamento social crítico latino-americano em sua crítica à divisão internacional do trabalho, de modo que, esta tese interpreta a totalidade social como estruturada por todas estas divisões do trabalho (social, sexual, racial e internacional).

Assim, esta tese conclui que as lutas feministas camponesas populares são lutas sociais que se contrapõem simultaneamente ao capitalismo, ao patriarcado, ao racismo e ao imperialismo e interpreta-se a construção política da soberania alimentar dos povos como uma estratégia central das camponesas e dos camponeses contra o imperialismo e demais sistemas de dominação, enfrentando o sistema agroalimentar hegemônico (extrativista agro-exportador).

Neste sentido, buscou-se demonstrar que as lutadoras sociais feministas camponesas populares protagonizam a construção política da soberania alimentar ao cultivar junto com suas famílias, comunidades e povos: 1. a visibilização e valorização do trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidado nas relações sociambientais de alimentação saudável realizadas pelas mulheres camponesas e trabalhadoras, para as quais a terra, as sementes e os alimentos são bens comuns e não mercadorias; 2. uma forma de se relacionar em equilíbrio com a natureza no âmbito da perspectiva agroecológica; 3. a importância das relações comunitárias e coletivas que à luz do princípio camponês fortalecem a autonomia, a solidariedade popular no campo e na cidade, as alianças e parcerias em torno de mercados locais e a esperança na vida em sociedade; 4. a afirmação das camponesas e camponeses como sujeitas e sujeitos de saberes, práticas, direitos, agendas políticas autônomas que desafiam e transformam a ordem vigente e; 5. a afirmação da autonomia das mulheres sobre seus corpos-territórios e a afirmação da autodeterminação dos povos em seus territórios coletivos por meio das ações e agendas políticas dos movimentos sociais no campo – compreendidos, então, simultaneamente, como atores de novas relações sociais e novas relações internacionais.

Interpreta-se o internacionalismo (feminista camponês) popular como um componente fundamental da construção política do feminismo camponês popular e da soberania alimentar dos povos, presente nas ações das lutadoras sociais dos movimentos sociais no campo - em seus repertórios, valores, campanhas e alianças com diferentes setores da sociedade, do campo e da cidade. O internacionalismo feminista camponês popular é mais um caminho de construção de novas relações sociais e internacionais de emancipação humana e bem viver dos povos, afirmando em igualdade de importância: as lutas feministas críticas ao (neo)liberalismo, aos conservadorismos e aos fundamentalismos religiosos que oprimem mulheres, sujeitos da diversidade sexual e de gênero e toda a sociedade; as lutas de classes e anticapitalistas pela emancipação humana e contra a exploração da força de trabalho; as lutas antirracistas e contra-coloniais empreendidas durante mais de 500 anos de resistências indígenas, negras e populares e; as lutas internacionalistas populares e antiimperialistas em defesa do bem viver dos povos e da solidariedade entre as nações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é fome?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). *O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, Guilherme S. C.; SILVA, Marcelo J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. *Saúde debate.*Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, outubro-dezembro 2014.

ALMEIDA, Itamara. *Vizinhas:* Pequenos contos de rosas e outros espinhos. Natal: Escribas, 2021.

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos.* In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ANDERSON; Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

AMORETTI, Juliana. *A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente*: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia. Tese de doutorado – Universidade de Brasília. 2010. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/34331.

ARDAO, Arturo. *Genesis de la idea y el nombre de America Latina.* Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegas, 1980.

BALESTRO, M.; NEGRI, C.; OLIVEIRA, L. Org.). *Qual legado?* Um balanço crítico das experiências recentes do papel do Estado no desenvolvimento nas Américas. Curitiba: CRV, 2017.

_____.; SAUER, Sérgio. (Orgs.) Agroecologia e os desafios da transição ecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BAMBIRRA, Vânia Bambirra; SANTOS, Theotonio. Nacionalismo, populismo e ditaduras. In: CASANOVA, P. (Org.). *América Latina*: História de medio siglo – America del sur. México: Siglo veintiuno editores, 1977.

BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n.2, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo – Vol. I* (Fatos e mitos). São Paulo: Círculo do livro S.A., 1949a.

_____. *O segundo sexo – Vol. II* (A experiência vivida). São Paulo: Círculo do livro S.A., 1949b.

BELLI, Gioconda. *A mulher habitada.* São Paulo: Record, 2000.

BEZERRA, Islândia. *Soberania e segurança alimentar e nutricional*. In: DIAS, Alexandre et alli. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In.: _____. (Org.). *Teoria da reprodução social:* Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In.: _____. *Feminismo e política:* uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Elefante, 2023.

BORÓN, Atílio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. *Limitações do Estado Social capitalista contemporâneo*: expropriações, acumulação, exploração e violência. Journal of Management & Primary Health Care, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília: Ministério da Sáude, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia alimentar para a população brasileira.* 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: Entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, novembro, 1995.

_____; et. alli. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In.: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). *Autonomia e cidadania:* Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). *Autonomia e cidadania:* Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011.

_____. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In.: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). *Autonomia e cidadania:* Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistêmico de las mujeres indígenas feministas comunitárias de Abya Yala. In: CABNAL, Lorena; ACSUR – Las Segovias. *Feminismos diversos:* El feminismo comunitario. Madrid: ACSUR, 2010.

CAICEDO, José Maria Torres. *Las dos Américas*. (poema). 1857. Disponível em: https://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm.

CALAÇA, Michela; TABORDA, Noeli; CONTE, Isaura. Divisão sexual do Trabalho. In: MEZADRI, Adriana [et. alli.]. *Feminismo camponês popular:* Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, M. *Retrato da repressão política no campo Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos.* Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAROSIO, Alba. Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latino-americano. In: *Feminismos, pensamento crítico y propuestas alternativas em América Latina.* Buenos Aires: CLACSO, 2017.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa.* São Paulo: Gaia. 2010.

CARVALHO, Joênia Bastista – Wapixana. In: ARAÚJO, Ana et. alli. *Povos indígenas e a Lei dos "Brancos"*: O direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

CARVALHO, Karina de Paulo. *Justiça alimentar: para além dos alimentos no sócio espaço*. Segur. Aliment. Nutr., Campinas, v. 29, p. 1-12. e022032. 2022.

CASTRO, Josué. *Geopolítica da Fome:* Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população – Primeiro volume. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968a.

_____. *Geopolítica da Fome:* Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população – Segundo volume. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968b.

_____. *Fome, um tema proibido:* Últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

_____. *Geografia da fome* - O dilema brasileiro: pão ou aço. São Paulo: Todavia, 2022.

CAVALCANTI, Maria; RODRIGUES, Maria Lucivanda; FREFTA, Noemi. Alimentação saudável: Somos o que comemos! In: MEZADRI, Adriana [et. alli.]. *Feminismo camponês popular:* Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

CERVO, Amado; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil:* Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Os atuais desafios para o feminismo materialista – Entrevista com Jules Falquet. *Revista Temporalis*, Brasília: ABEPSS, ano 14, n. 27, p. 245-261, jan/jun.2014.

COÊLHO, Denilson Bandeira. Mecanismos políticos e institucionais da difusão de políticas. In: Faria, Carlos Aurélio Pimenta; Coêlho, Denilson Bandeira & Silva, Sidney Jard. (eds.).: *Difusão de políticas públicas*. Editora da UFABC, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento.* São Paulo: Boitempo, 2019.

CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Mulheres camponesas na luta por seguridade social: saúde, previdência e assistência social. In: PULGA, Vanderleia Laodete; et al. *Mulheres camponesas:* semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. 2002. Disponível:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf.

CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: MENDIA,Irantzu., et. al., (eds) *Otras formas de (Re)conocer.* Reflexiones, Herramientas y

Aplicaciones desde la Investigación Feminista. Donostia-San Sebastián: SIMReF, Universidad del País Vasco. 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da CNV: Volume I, Parte II.* 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Último acesso em: 08/02/2024.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: Um estudo da reflexão agrária. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/WkvT5yVVdhZGprdCGmQfHqk/

_____. *O agronegócio e a política brasileira*. 2018. Disponível em: https://cimi.org.br/2018/09/o-agronegocio-e-a-politica-brasileira/

DESMARAIS, Annette Aurélie. *A Via Campesina: A globalização e o poder do campesinato*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DIAS, Alexandre et alli. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

DUSSEL, E. *1492: O encobrimento do outro* – A origem do "mito da modernidade". Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *Vivemos uma primavera política.* 2006. Disponível em: https://iela.ufsc.br/vivemos-uma-primavera-politica/

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. *Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica*. In: El Cotidiano, Ciudad de México, n. 184, pp. 7-12. 2014.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *O que é ser mulher?* O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. 1997. Disponível em: http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/13/f1119o-que-e-ser-mulher-e-homem---nalu-faria-e-miriam-nobre.pdf

FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade:* História, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1994.

_____; et. alli. *Interdisciplinaridade na pesquisa científica.* Campinas: Papirus, 2015.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa:* mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. *O patriarcado do salário*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *O significado do protesto negro.* São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana:* formação histórica e problemas contemporâneos. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços.* 9 ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. *As veias abertas da América Latina.* Porto Alegre: L&PM, 2014.

_____. *Espelhos:* Uma história quase universal. Porto Alegre: L&PM, 2020.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. *Pedagogia da semeadura: A construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas.* São Paulo: Dialogar, 2018.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais:* Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Sociologia dos movimentos sociais.* São Paulo: Cortez, 2014.

GONTIJO, Consuelo. *Na saga dos tempos*. Curitiba: Kotter Editorial, 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano:* Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano:* Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano:* Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano:* Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAÚNA, Graça. *Canto mestizo.* Rio de Janeiro: Blocos, 1999.

GRISA, Catia. *Sistemas alimentares, cidades e capacidades estatais*. In.: In: BURLANDY, L.; MALUF, R.; REIS, M. (Orgs.) Ceresan 20 anos: Trajetória de pesquisa e perspectivas do campo temático da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Curitiba: CRV, 2024.

GUEDES, Moema de Castro et al. Vídeo "Mesa redonda: a participação feminina na pesquisa em diferentes áreas científicas". *I Simpósio brasileiro sobre maternidade e ciência* (maio/2018). Disponível em: https://youtu.be/vwde_kA9vJM. Acesso em: 20/11/2019.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre et alli. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato.* 3 ed. São Paulo: Expressão Popular; Via Campesina Brasil, 2005.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HARVEY, David. *O novo imperialismo.* São Paulo, Edições Loyola, 2005.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça:* Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. São Paulo: Tempo social revista de sociologia da USP. Junho /2014.

_____. *O Cuidado:* teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos:* O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOOKS, bell. *Mulheres negras: Moldando a teoria feminista*. Revista brasileira de Ciência Política, n. 16, Brasília, janeiro-abril de 2015.

IANNI, Octavio. *A crise dos paradigmas na sociologia:* Problemas de explicação. 1990. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/2229. Último acesso em: 29/08/2024.

_____. *Enigmas do pensamento latino-americano.* São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. *Origens agrárias do Estado brasileiro.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Agenda 2030:* objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 2: fome zero e agricultura sustentável. Brasília: Ipea, 2024. (Cadernos ODS, 2).

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada.* São Paulo: Ática, 2014.

KERGOAT, Daniéle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.* 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFsF85kk/

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto.* São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUNIN, Johana; CASTILLA, Maria Victoria; ESMORIS, Maria Florencia Blanco. Pandemia y nuevas agendas de cuidados. 2020. Disponível em: https://unsam.edu.ar/escuelas/eidaes/docs/Doc8-Investigacion-CastillaKuninBEsmoris.pdf

LA VIA CAMPESINA. *Derechos Humanos: Hacia uma Convención Internacional sobre los Derechos de los Campesinos y las Campesinas.* Jacarta: LVC, 2009.

_____. *Mujeres: Declaración de las mujeres por la soberanía alimentaria – Nyeleni 2007.* Jacarta: LVC, 2009.

_____. *Declaración del Foro Mundial de la soberanía alimentaria – Nyeleni, 2007.* Jacarta: LVC, 2009.

_____. *Las luchas del campesinadoen el mundo.* 2009. Disponível em: https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2009/10/La-via-campesina-Ehne-ES-min.pdf

_____.; ARTICULACIÓN DE MUJERES DE LA CLOC/LVC. *Feminismo Campesino Popular: Acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendientes de la CLOC/LVC.* CLOC/ La Via Campesina, 2024. Disponível em: https://viacampesina.org/es/feminismo-campesino-popular-accion-y-pensamiento-de-lucha-de-las-mujeres-del-campo-indigenas-y-afrodescendientes-de-la-cloc-lvc/

LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens:* trabalho e ser social. 3 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LYRA FILHO; Roberto. *O que é direito?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

LOSURDO, Domenico. Hegel, Marx e a tradição liberal: Liberdade, igualdade, Estado. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Muchhausen:* Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994.

LUGONES, María. Colonialidade y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter et. al (org.). *Género y descolonialidad.* Buenos Aires: Del Signo, 2014.

LUKÁCS, Gyorgy. Para uma ontologia do ser social I. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital:* estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MALUF, Renato S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S. P. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade; UFRGS, 2001.

_____. *Sistemas alimentares multiescalares e a política dos alimentos*. In: MALUF, R.; BURLANDY, L.; REIS, M. (Orgs.) Ceresan 20 anos: Trajetória de pesquisa e perspectivas do campo temático da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Curitiba: CRV, 2024.

_____. ; BURLANDY, L.; REIS, M. (Orgs.) *Ceresan 20 anos:* Trajetória de pesquisa e perspectivas do campo temático da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Curitiba: CRV, 2024.

MARINI, Rui Mauro. *O Estado de contrainsurgência.* Revista de estudos e Pesquisas sobre as Américas. Volume 12, n.º 3, 2008.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução.* Florianópolis: Insular, 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *La tarea americana.* Buenos Aires: Prometeo Libros/ CLACSO, 2010.

MARQUES, Paulo. *Críticas a justificações em torno da soberania alimentar: fundamentações com vistas a um sistema agroalimentar justo*. 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4050094/mod_resource/content/1/Soberania%20alimentar%2026032014.pdf

MARTÍ, José. *Nuestra América* (Antologia). 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A história dos homens. In.: FERNANDES, F. *História.* São Paulo: Ática, 2007.

_____. *O Capital* – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *O Capital* – Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política.* São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDINA FILHO, Antonio Luiz. Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social. Psicologia & Sociedade, 25 (2), 263-271 pp. 2013.

MEZADRI, Adriana et alli (Orgs.). *Feminismo camponês popular:* Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MINAYO, M. *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

_____. (Org.). *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORLINO, Leonardo. *Introducción a la investigación camparada. Madrid: Alianza Editorial,* 2010.

MUMBUCA, Ana. *O voo das abelhas da terra.* 2020. Disponível em: https://chaodafeira.com/catalogo/caderno117/ .

NEGRI, Camilo; GUACH, H. Hegemonia e restrição do espectro ideológico: a nova esquerda latino-americana e seus significados. In: BALESTRO, M.; NEGRI, C.; OLIVEIRA, L. Org.). *Qual legado?* Um balanço crítico das experiências recentes do papel do Estado no desenvolvimento nas Américas. Curitiba: CRV, 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. T*eoria das Relações Internacionais:* correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

O'DONNEL, G. *Antecedentes teóricos e históricos para el estudio del Estado Burocrático Autoritario.* In: GRIMSON, A.; CAGGIANO, S. (Orgs.). Antología del pensamiento crítcio argentino contemporâneo. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A longa marcha do campesinato brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.* In: STEDILE, J. (Org.). A questão agrária no Brasil – Vol. 9: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PAREDES, J; GUZMÁN- ARROYO, A. *El tejido de la rebeldia:* Qué es el feminismo comunitário? La Paz: Comunidad de mujeres creando comunidade, 2014.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual.* Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. *O peso do trabalho leve*. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf. 1987.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

PEREIRA, Potyara P. *Necessidades humanas:* Subsidios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2011.

PRIMAVESI, Ana. *Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio.* São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PREBISCH, Raul. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.* 1962.

PULGA, Vanderleia; MEZADRI, Adriana. Promoção da autonomia e saúde das mulheres camponesas a partir da prática agroecológica. In: PULGA, Vanderleia [et.al.] (Org.). *Mulheres camponesas:* Semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAGIN, Charles. *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies.* Berkeley: UoC, 2014.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil* (I VIGISAN). 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/

_____. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil* (II VIGISAN). 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro:* a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

_____. *As Américas e a civilização:* Formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

ROJAS, Marco Antônio Merchand. *Estado neoliberal y acumulación por desposesión a favor del capital glocal financiero.* Apuntes del CENES, v. 31, n. 54, p. 74-100.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. .

_____. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015

_____. *O poder do macho.* São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, B. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.* 2002. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF

_____. *Pensamento crítico e movimentos sociais: Diálogos para uma nova práxis. In:* LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). *Os novos movimentos sociais.* 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Regina Bega. *Movimentos sociais urbanos.* São Paulo: Editora Unesp, 2008

SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação de uma nova ordem internacional.------. (Org.). *História das Relações Internacionais contemporâneas:* Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes; SAUER, Sérgio. Violência, repressão e resistências camponesas: Reflexões e (re)construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade. In.: *Retratos de Assentamentos* - Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA. Araraquara- SP-Brasil, v. 18, n. 2, 2015.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização.* Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. *Expulsiones:* Brutalidad y complejidad en la economia global. Buenos Aires: Katz Editores, 2015.

SAUER, Sérgio. *Terra e Modernidade: A reinvenção do campo brasileiro.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: O contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010.

SEGATO, Rita Laura. *Genero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. E-Cadernos CES, vol. 48, 2012.

_____. *La crítica de la colonialidad em ocho ensayos y una antropologia por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SEIBERT, Iridiani Gracieli. *Feminismo camponês popular:* Contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social. Dissertação de mestrado – Universidade de Brasília. 2019. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/35503.

_____.; LORENZONI, Carmen; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Campoensas: Veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana et alli (Orgs.). *Feminismo camponês popular:* Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

_____.; GUEDES, Lizandra; MAFORT, Kelli. Por um feminismo camponês e popular. 2021. Disponível em: https://outraspalavras.net/feminismos/por-um-feminismo-campones-e-popular/.

_____; et alli. *Por um feminismo transformador, insubmisso e autônomo contra o capital e o patriarcado*: "Estamos com as lutas de todas as mulheres e dos povos que lutam". In: Revista Biodiversidade – Sustento e culturas. Número 96, abril de 2018.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BRASIL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *PAA:* 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: MDS, 2014.

SILVESTRE, Helena. *Notas sobre a fome.* São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Rusia and China.* Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. *American democracy in an age of rising inequality.* Task force on Inequality and American Democracy. APSA, 2004.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos.* São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 159-169, jan./jun. 2014.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. Soberania alimentar (verbete). In:_____. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo.* 2012

_____; FERNANDES, Bernardo. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Perseu Abramo; Expressão Popular, 2012.

SVAMPA, Maristela. *La disputa por el desarrollo: Territorio, movimentos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes.* 2008. Disponível em: http://www.maristellasvampa.net/archivos/ensayo43.pdf.

_____. *Cambio de época:* Movimientos sociales y poder político. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

_____. *Feminismos del sur y ecofeminismo.* 2015. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/_1.pdf.

_____. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism.* New York: Cambridge University Press, 2005.

TIERRA, Pedro. *Poemas do povo da noite.* 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons.* New York: Russel Sage, 1984.

_____. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

_____; CASTAÑEDO, Ernesto; WOOD, Lesley. *Social movements, 1768-2018.* New York-London: Routledge, Taylor&Francis, 2020.

VARGAS, Maria; SILVA, Nívia. *De onde vem nossa comida?* São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. *Torto arado.* São Paulo: Todavia, 2019.

VIEIRA, Nanah; ALMEIDA, Tania; MELO, Vitor. *'O Brasil não reconhece os Brasis': Interpretações em prosa e verso de Graça Graúna.* 2022. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/16074.

VOLKMER, Antonio Carlos; CAOVILLA, Maria Aparecida Lucca (Orgs.). *Temas atuais sobre o constitucionalismo latino-americano*. São Leopoldo: Editora Kariwa, 2015.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu:* a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.
_____. *Después del liberalismo.* 5 ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, S.A, 2003.

WEBER, Max. A 'objetividade' do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais* – Parte 1. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher.* São Paulo: Boitempo, 2016.

ZANOTTO, Rita. *Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia*. Dissertação de mestrado – Unesp. 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/8a0cd40f-c543-4d85-aea4-9b062f2c2f3e.

- **Documentos publicados pela ONU:**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e Outras pessoas que trabalham nas áreas rurais.* Genebra: ONU, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *El derecho a la alimentación en la práctica: Aplicación a nivel nacional.* Roma: FAO, 2006.

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 1999. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2000. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2001. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2002. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2003. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2004. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2005. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2004. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2005. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2006. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2007. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2008. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2009. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2010. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2011. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2012. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2013. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2014. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (*The state of food insecurity in the world*). 2015. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório sobre Alimentação e Agricultura no Mundo (*The state of food and agriculture in the world*) 2016. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*) 2017. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*) 2018. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*) 2019. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*) 2020. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*) 2021. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*) 2022. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

_____. Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (*The state of food security and nutrition in the world*) 2023. Disponível em: https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA PESQUISA SOCIAL QUALITATIVA

a. Entrega dos termos de consentimento livre e esclarecido; apresentação do roteiro de entrevista da pesquisa;
b. Início das gravações após posicionamento dos equipamentos;
c. Início do questionário.

Parte I: Histórias de vida, cotidianos das mulheres e perspectivas feministas

1. Primeiramente, você poderia se apresentar, falar seu nome e nos contar um pouco sobre sua história de vida? Existem histórias de migração na sua vida, na de sua família ou em sua comunidade?

2. Como é o seu cotidiano de vida e o seu trabalho? Existem semelhanças e diferenças em relação às mulheres na sua família ou na comunidade ou entre diferentes gerações?

3. Como é sua relação com a alimentação no seu cotidiano de vida? Você vê a alimentação como um trabalho de cuidado? Como foi na época da pandemia de Covid-19?

4. Possui quintais produtivos e perspectiva agroecológica? O que seria agroecologia para você?

5. O que é ser mulher para você? Você se identifica com esta identidade ou alguma outra? Você acha que possui relação com alguma questão de preconceito, de desigualdade ou de violência? Considera que isso afeta o acesso ao direito à alimentação de alguma forma?

6. Você acha que as mulheres possuem alguma contribuição especial ou específica no tema da alimentação? Você acredita que a participação das mulheres em políticas produtivas pode ser um caminho para a superação de desigualdades?

7. O que seria o feminismo para você?

Parte II: Participação em movimentos sociais e em políticas para alimentação no seu país

8. Você poderia nos contar o nome do movimento social em que você participa? Como você começou sua atuação e de que tipo de atividades você participa? Como é a participação de outras mulheres?

9. Você poderia nos contar sobre a história do seu movimento social? Como surgiu, quais bandeiras de luta, suas simbologias, seus desafios e perspectivas? Ele possui relação com a luta social pela terra?

10. Possui relação com a luta pelo direito humano à alimentação? Que tipo de ações realizam? O que significa a alimentação e a soberania alimentar dos povos nesse processo?

11. Você identifica que seu movimento social participa da construção de políticas públicas relacionadas à alimentação? Se sim, quais políticas? Como é a participação (ações diretas, por meio de fóruns e conselhos, entre outras)?

12. Avaliando esta agenda política no seu país, qual sua opinião sobre os alcances e/ou limites das políticas para alimentação no seu país? Você diria que elas têm garantido o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável? Como interpreta o papel do Estado na alimentação?

13.Em seu movimento social, vocês realizam ações de solidariedade relacionadas à alimentação, como doações? Vocês desenvolvem atividades pedagógicas e de educação popular relacionadas ao tema da alimentação?

14. Existem outras ações em campanhas, redes ou em frentes com outras organizações? Existe articulação entre as áreas urbanas e rurais ou como você vê esta relação campo-cidade?

Parte III: Vozes nos processos de lutas sociais dos povos do campo, florestas e águas e nas relações internacionais

15. Para compreender um pouco mais sobre o histórico dos processos de lutas sociais em seu país, como foram as condições de vida e de participação política nos anos 1980? Como seu movimento social atuava no período de redemocratização? Como foi o acesso ao direito à alimentação?

16. Como foi nos anos 1990? Como seu movimento atuava durante o período de ajustes neoliberais? Como foi o acesso ao direito à alimentação?

17. Como foi durante as primeiras décadas do século XXI em seu país? Como atuava seu movimento social neste período que ficou conhecido como uma primeira onda de governos progressistas? Como foi o acesso ao direito à alimentação?

18. Como foi em seu movimento social nos últimos anos em que muitos países latino-americanos têm vivenciado avanço da polarização política e dos conservadorismos

(fundamentalismos, criminalização, fake news, etc.)? Isso também se passou no seu país? Como foi o acesso ao direito à alimentação? Como foi para as mulheres?

19. Você identifica que houve algum período nas últimas décadas de maior avanço ou de maior retrocesso nas agendas políticas para o direito à alimentação? Quais as perspectivas para os próximos anos? Alguns interpretam que estaríamos vivenciando o começo de uma segunda onda de governos progressistas e de integração na América Latina. Você acha que esta é uma boa caracterização?

20. Você identifica o avanço de grandes empreendimentos do capital e de corporações multinacionais como o agronegócio, as mineradoras e os empreendimentos de geração de energia no seu território e/ou no seu país? Em sua opinião isto afeta o direito à alimentação de alguma forma? Isso afeta as mulheres?

21. O seu movimento social participa de articulações internacionais ou de algum tipo de espaço no cenário internacional? Você já participou de alguma destas atividades e o que seria o internacionalismo para você?

22. Como você vê as experiências das mulheres dos movimentos sociais no campo na construção da soberania alimentar dos povos? Identifica alguma relação entre o internacionalismo e a soberania alimentar dos povos? Você considera que estas iniciativas se contrapõem ao avanço dos grandes projetos do capital nos territórios ou que têm tido uma dimensão internacionalista?

26. Por fim, esta última pergunta é aberta para caso haja outros elementos que você considera importante abordar nesta pesquisa mas que não esteve presente nas perguntas e respostas anteriores.

QUADRO: ESTUDO DE DOCUMENTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Quadro 07: Estudo de documentos públicos e internos dos movimentos sociais	
Documento	**Movimento social e contexto**
Declaración del Foro Mundial de la Soberanía Alimentaria, Nyeleni 2007	La Via Campesina (Internacional)
Declaración de las Mujeres por la Soberanía Alimentaria, Nyeleni 2007	La Via Campesina (Internacional)
Hacia una Convención Internacional sobre los derechos de los Campesinos y las Campesinas, 2008	La Via Campesina (Internacional)
Síntese da reunião do Comitê da Campanha das Sementes – Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade, Caaguaçu – Paraguay, 2003	La Via Campesina (Internacional)
IV Conferência Internacional da Via Campesina – Documentos preparatórios	La Via Campesina (Internacional)
As camponesas e camponeses da Via Campesina dizem: Basta de violência contra as mulheres – Campanha Internacional da Via Campesina, 2012	La Via Campesina (Internacional)
VIII Conferência Internacional – Documento de debate interno La Vía Campesina, 2023	La Via Campesina (Internacional)
Las luchas del campesinadoen el mundo. 2009	La Via Campesina (Internacional)
Feminismo campesino popular: Acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendientes de la CLOC/LVC, 2024	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) – La Vía Campesina (Internacional)
Declarações e Deliberações V Congresso da CLOC – Contra el saqueo del capital y del imperio, por la tierra y soberania de nuestros pueblos: America lucha!, Quito - Equador, 2010 - 2011	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) – La Vía Campesina (Internacional)
Declaração da IV Assembleia da Articulação de Mulheres do Campo da CLOC – Via Campesina – Declaração de Quito	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) – La Vía Campesina (Internacional)
A situação Internacional da Agricultura, 2004	La Via Campesina (Internacional)
Soberania Alimentar, os Agrocombustíveis e a soberania energética – subsídios para estudo, 2007	La Via Campesina (Internacional)
El caminar del feminismo campesino y popular en la Vía Campesina, 2021	La Via Campesina (Internacional)
El caminar del feminismo campesino y popular en la Vía Campesina – versão resumida FEMGARABAT, 2021	La Via Campesina (Internacional)
Género, clase y proyecto popular: Compreender más para luchar mejor, 2004	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) - Brasil e Coordenadoria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI) – Paraguai (Internacional)

Las propuestas en marcha para salir de este callejón sin salida: soberanía alimentaria, defensa de los territorios, semillas campesinas y ciencia digna, 2020	Acción por la Biodiversidad (Internacional)
Argentina: Movimiento Nacional Campesino Indígena: Somos todos parte de la tierra porque sentimos que la tierra no tiene dueños, 2009	Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI – ST) (Argentina) Integrado por: Movimiento Campesino de Córdoba (MCC); Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza (UST); Red Puna; 5. Movimiento Campesino Misionero y el Encuentro Calchaquí.
El feminismo campesino indígena y popular pone la vida em el centro, 2023	Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI – ST) (Argentina)
Notas para pensar la economía feminista y campesina, 2022	Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI – ST) (Argentina)
Apuntes para talleres de economía feminista, 2021	Movimiento Nacional Campesino Indígena – Somos Tierra (MNCI – ST) (Argentina)
Memoria de los orígenes de la Central Campesina de Pinto, 2010	Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) (Argentina)
Memoria de los orígenes de la Central Campesina de Productores del Norte, 2016	Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) (Argentina)
No al desalojo – Basta de justicia clasista y patriarcal, 2020	Ni Una Menos (Argentina)
Amistad política + Inteligencia coletiva – Documentos y manifiestos 2015/2018	Ni Una Menos (Argentina)
XXIV Encuentro Nacional de Madres de Plaza de Mayo, 1990	Asociación Madres de Plaza de Mayo (Argentina)
XXV Encuentro Nacional – a pesar de todo seguimos luchando, 1991	Asociación Madres de Plaza de Mayo (Argentina)
Junto a toda la clase postergada nos autoconvocamos – 27º Encuentro Nacional, 1993	Asociación Madres de Plaza de Mayo (Argentina)
Carta abierta al país, 1994	Asociación Madres de Plaza de Mayo (Argentina)
XL Encuentro Nacional, 2001	Asociación Madres de Plaza de Mayo (Argentina)
El porvenir de la memoria – 2º Coloquio Interdisciplinario de Abuelas de Plazo de Mayo, 2005	Abuelas de Plaza de Mayo (Argentina)
Feminismo Camponês e Popular, 2018	Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Economia (in)visível das mulheres camponesas, 2012	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Mulheres camponesas produzindo alimentos saudáveis, 2015	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Movimento de Mulheres Camponesas: Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação (2007)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Mulheres camponesas construindo autonomia através da produção de alimentos saudáveis (2011)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC (2005)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas (sem data)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)

MMC Brasil: Gênero, sexualidade e direitos das mulheres (2008)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência (2005)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Mulheres camponesas caminhando rumo à superação da violência (2008)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Arte das camponesas – Catálogo de produtos artesanais (sem data)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Avançando a partir de uma perspectiva feminista para a construção da soberania alimentar no Brasil: Fortalecimento do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC (2013)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira (2011)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida (2008)	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Brasil)
Mulher Sem Terra, 2000	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil)
Caderno de Formação do Setor de Gênero – A conspiração dos gêneros: Elementos para o trabalho de base, 2017	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil)
I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra: Mulheres em luta, semeando resistência - Orientações políticas e práticas, 2020	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil)
Organização e Trabalho de Base – Caderno de Formação n.º 39, 2015	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil)
Jornada Nacional de Formação e Trabalho de Base – Lutar, construir Reforma Agrária Popular- Caderno de Formação n.º 50, 2019	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil)
Programa Agrário do MST – Lutar, construir Reforma Agrária Popular, VI Congresso Nacional do MST, 2014	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil)
Elementos sobre a teoria da organização no campo (Clodomir Santos de Moirais), Caderno de Formação n.º11, 2 ed, 2015	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil)
A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente – História do MST, 2015	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Turma Eduardo Galeano do Curso de História ITERRA/UFFS (Brasil)
Alimentação saudável: Um direito de todos! Jornada Cultural Nacional, Boletim da Educação Número 13, 2015	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Brasil)
Mulheres em luta por uma vida sem violência, 2015	Marcha das Margaridas – Coordenada pela Conferência Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e Sempreviva Organização Feminista (SOF) (Brasil)
Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência, Marcha das Margaridas, 2019	Marcha das Margaridas – Coordenada pela Conferência Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) (Brasil)
As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres – Mapeando experiências (Sara Deolinda Cardoso Pimenta), 2018	Marcha das Margaridas – Coordenada pela Conferência Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) (Brasil)

El modelo energético brasileño y la violación de derechos humanos en la vida de las mujeres afectadas por represas, sem data	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (Brasil)
Rumo ao Encontro Nacional do MAB – Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular, 2013	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (Brasil)
Plataforma Operária Camponesa de Energia - Propostas para um Projeto energético popular: Com soberania, distribuição da riqueza e controle popular, 2014	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (Brasil)
A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética – Água e energia não são mercadorias! 2008	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (Brasil)
As lutas dos atingidos por barragens por direitos humanos, 2013	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (Brasil)
Movimiento de los pequeños agricultores: su historia, luchas y logros, 2013	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Brasil)
Plano Camponês: Por soberania alimentar e poder popular - Da agricultura camponesa para toda a sociedade, 2012	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Brasil)
O campesinato e a agricultura camponesa no Brasil: Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular – Caderno de Estudo III, 2013	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Brasil)
Mulheres do Cerrado: Construindo resistências, 2021	Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Brasil)
Revista Cerrados – Impactos dos agrotóxicos nos territórios e modos de vida dos povos do Cerrado, vol. 2, 2020	Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Brasil)
Monopólio da terra no Brasil: Impactos da expansão de monocultivos para a produção de agrocombustíveis, 2010	Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Brasil)
Campanha contra a violência no campo: Em defesa dos povos do campo, florestas e águas, 2022	Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Campanha Contra a Violência no Campo (Brasil)
Qual é a questão agrária atual? 2007	Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) (Brasil)
II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB): Transformando o mundo pelo feminismo, 2011	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) (Brasil)
III Encontro Nacional de Agroecologia – Carta política, 2014	Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (Brasil)
IV Encontro Nacional de Agroecologia – Carta política, 2018	Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (Brasil)
Soja no Brasil: Pobreza, violência e insegurança alimentar	Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (Brasil)
Diálogos feministas: Desafios do feminismo frente ao crescimento da onda fundamentalista, 2019	SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia (Brasil)
Diálogos feministas: Ativismo na internet e coletivos online no atual contexto político, 2019	SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia (Brasil)

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

TRAJETÓRIA PRESIDENCIAL EM BRASIL E ARGENTINA (MATERIAL DE APOIO)

Quadro 08. Trajetória presidencial em Brasil e Argentina	
Argentina	**Brasil**
Bartolomé Mitre (1862 – 1868)	Deodoro da Fonseca (1889-1891)
Domingo F. Sarmiento (1868 – 1874)	Floriano Peixoto (1891-1894)
Nicolás Avellaneda (1874 – 1880)	Prudente de Morais (1894-1898)
Julio Argentino Roca (1880 – 1886)	Campos Sales (1898-1902)
Miguel Juárez Celman (1886 – 1890)	Rodrigues Alves (1902-1906)
Carlos Pellegrini (1890 – 1892)	Afonso Pena (1906-1909)
Luis Sáenz Peña (1892 – 1895)	Nilo Peçanha (1909-1910)
José Evaristo Uriburu (1895 – 1898)	Hermes da Fonseca (1910-1914)
Julio Argentino Roca (1898 – 1904)	Venceslau Brás (1914-1918)
Manuel Quintana (1904 – 1906)	Delfim Moreira (1918-1919)
José Figueroa Alcorta (1906 – 1910)	Epitácio Pessoa (1919-1922)
Roque Sáenz Peña (1910 – 1914)	Artur Bernardes (1922-1926)
Victorino de la Plaza (1914 – 1916)	Washington Luís (1926-1930)
Hipólito Yrigoyen (1916 – 1922)	Getúlio Vargas (1930-1945)
Marcelo T. de Alvear (1922 – 1928)	José Linhares (1945-1946)
Hipólito Yrigoyen (1928 – 1930)	Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)
José Félix Uriburu (1930 – 1932)	Getúlio Vargas (1951-1954)
Agustín P. Justo (1932 – 1938)	Café Filho (1954-1955)
Roberto M. Ortiz (1938 – 1942)	Carlos Luz (1955)
Ramón S. Castillo (1942-1943)	Nereu Ramos (1955-1956)
Arturo Rawson (1943 – 1943)	Juscelino Kubitschek (1956-1961)
Pedro P. Ramirez (1943 – 1944)	Jânio Quadros (1961)
Edelmiro J. Farrell (1944 – 1946)	Ranieri Mazzilli (1961)
Juan Domingo Perón (1946 – 1952)	João Goulart (1961-1964)
Juan Domingo Perón (1952 – 1955)	Ranieri Mazzilli (1964)
Eduardo Lonardi (1955 – 1955)	Humberto Castelo Branco (1964-1967)
Pedro E. Aramburu (1955 – 1958)	Artur da Costa e Silva (1967-1969)
Arturo Frondizi (1958 – 1962)	Emílio Médici (1969-1974)
José María Guido (1962 – 1963)	Ernesto Geisel (1974-1979)
Arturo Umberto Illia (1963 – 1966)	João Figueiredo (1979-1985)
Juan Carlos Onganía (1966 – 1970)	José Sarney (1985-1990)
Roberto M. Levingston (1970 – 1971)	Fernando Collor de Melo (1990-1992)
Alejandro Lanusse (1971 – 1973)	Itamar Franco (1992-1994)
Héctor J. Cámpora (1973 – 1973)	Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Raúl A. Lastiri (1973 – 1973)	Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Juan Domingo Perón (1973 – 1974)	Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006)

M. E. Martinez de Perón (1974 – 1976)	Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010)
Jorge R. Videla (1976 – 1981)	Dilma Rousseff (2011-2014)
Roberto Viola (1981 – 1981)	Dilma Rousseff (2015-2016)
Leopoldo Galtieri (1981 – 1982)	Michel Temer (2016-2019)
Reynaldo Bignone (1982 – 1983)	Jair Bolsonaro (2019-2022)
Raúl Alfonsín (1983 – 1989)	Luís Inácio Lula da Silva (2023-)
Carlos Saúl Menem (1989 – 1995)	
Carlos Saúl Menem (1995 – 1999)	
Fernando De la Rúa (1999 – 2001)	
Federico Ramón Puerta (2001 - 2001)	
Adolfo Rodríguez Saá (2001 – 2001)	
Eduardo Camaño (2001 – 2002)	
Eduardo Duhalde (2002 – 2003)	
Néstor Kirchner (2003 – 2007)	
Cristina Fernández de Kirchner (2007 – 2011)	
Cristina Fernández de Kirchner (2011 – 2015)	
Mauricio Macri (2015 – 2019)	
Alberto Fernández (2019 – 2023)	
Javier Milei (2023 -)	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações dos sites oficiais públicas argentina e brasileira. Dados disponíveis em: http://adminpublica.org.ar/#!/-presidentes-argentinos/ e http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes .

QUADRO: PREVALÊNCIA DA SUBNUTRIÇÃO E INSEGURANÇA ALIMENTAR NA POPULAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA (%)

Quadro 09: Prevalência da subnutrição e insegurança alimentar na população em Brasil e Argentina (%)						
	BRASIL			ARGENTINA		
Período de tempo (Ano de publicação do relatório)	Prevalência Subnutrição	Prevalência Insegurança alimentar grave	Prevalência Insegurança alimentar grave e moderada	Prevalência Subnutrição	Prevalência Insegurança alimentar grave	Prevalência Insegurança alimentar grave e moderada
2020-2022 (2023)	4.7	9.9	32.8	3.2	13.1	36.9
2019-2021 (2022)	4.1	7.3	28.9	3.7	13	37
2018-2020 (2021)	<2.5	3.5	23.5	3.9	12.6	35.8
2017-2019 (2020)	<2.5	1.6	20.6	3.8	12.9	35.8
2016-2018 (2019)	<2.5	-	-	4.6	11.3	32.1
2015-2017 (2018)	<2.5	-	-	3.8	8.7	-
2014-2016 (2017)	<2.5	0.3	-	3.6	-	-
2014-2016 (2015)	<5.0	-	-	<5.0	-	-
2012-2014 (2014)	<5.0	-	-	<5.0	-	-
2011-2013 (2013)	6.9	-	-	<5.0	-	-
2010-2012 (2012)	6	-	-	<5.0	-	-
2006-2008 (2011)	6	-	-	-	-	-
2005-2007 (2010)	6	-	-	-	-	-
2004-2006 (2009)	6	-	-	-	-	-
2003-2005 (2008)	6	-	-	-	-	-
2001-2003 (2006)	8	-	-	-	-	-
2000-2002 (2005)	9	-	-	-	-	-
2000-2002 (2004)	9	-	-	-	-	-
1999-2001 (2003)	9	-	-	-	-	-
1998-2000 (2002)	10	-	-	-	-	-
1997-1999 (2001)	10	-	-	-	-	-
1996-1998 (2000)	10	-	-	-	-	-
1995-1997 (1999)	10	-	-	1	-	-
1990-1992 (1999)	13	-	-	2	-	-
1979-1981 (1999)	15	-	-	1	-	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados dos relatórios da FAO/ONU – *"The state of food insecurity in the world"* (dos anos de 1999 a 2015) e "*The state of food security and nutrition in the world"* (dos anos 2017 a 2023).

ANÁLISES DE TRAJETÓRIAS DOS MARCOS LEGAIS DE POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA NO BRASIL E NA ARGENTINA

- Tabela de dados elaborada para análise da trajetória da criação do marco legal das políticas relacionadas à alimentação e agricultura no Brasil

Brasil: Ano\Categoria	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1908	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1909	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1910	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1911	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1912	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1913	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1914	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1915	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1916	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1917	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1918	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1919	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1920	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1921	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1922	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1923	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1924	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1925	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1926	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1927	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1928	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1929	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1930	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1931	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1932	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1933	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1934	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
1935	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1936	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1937	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1938	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1939	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1940	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1941	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
1942	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1943	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1944	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1945	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
1946	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1947	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1948	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
1949	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

1950	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
1951	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1952	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1953	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1954	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1955	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
1956	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1957	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1958	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1959	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1960	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
1961	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1962	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
1963	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1
1964	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
1965	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0
1966	1	0	0	0	1	1	1	2	0	0	2	0	0	0	1	1	1
1967	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1968	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1969	1	0	0	0	0	3	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0
1970	1	0	0	0	2	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1971	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1972	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0
1973	0	0	0	0	1	4	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0
1974	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0
1975	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2	0
1976	0	0	0	0	3	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0
1977	0	0	0	0	1	2	3	0	0	0	1	2	0	0	1	1	0
1978	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
1979	0	0	0	0	2	5	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0
1980	1	0	1	0	4	4	0	0	0	0	2	1	0	0	1	1	0
1981	0	0	1	0	3	6	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0
1982	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1
1983	1	0	0	0	3	12	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1
1984	1	0	1	0	1	13	0	3	0	0	2	1	0	0	0	0	0
1985	0	0	0	0	6	5	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0
1986	0	0	0	0	4	4	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0
1987	2	0	1	0	9	10	0	0	0	0	2	1	1	0	2	2	0
1988	4	0	3	0	5	7	1	9	0	0	3	2	4	0	1	1	0
1989	0	0	1	0	7	12	1	8	0	0	4	0	0	0	4	4	2
1990	0	0	3	0	8	10	2	6	0	0	1	1	0	0	0	0	2
1991	3	0	2	0	6	4	0	5	0	0	2	1	0	0	4	4	0
1992	4	0	4	0	7	14	4	10	0	0	1	1	0	0	3	3	0
1993	3	0	1	0	6	19	3	4	0	0	3	2	1	1	2	2	0
1994	0	0	4	0	13	11	4	10	0	0	1	0	2	0	6	6	0
1995	1	0	2	0	5	10	1	11	0	0	1	1	1	0	3	3	0
1996	2	0	2	0	8	9	0	11	0	0	3	1	3	0	7	7	1
1997	3	0	5	0	8	4	4	1	0	0	0	0	2	0	9	9	1
1998	1	1	8	0	4	0	4	9	0	0	4	3	1	0	5	5	0
1999	4	0	6	0	4	1	7	11	0	0	1	6	1	0	4	4	1
2000	4	1	6	0	13	2	5	6	0	0	0	2	1	0	7	7	0
2001	11	0	2	0	8	5	9	17	0	0	4	4	1	0	12	12	2
2002	3	0	3	0	10	4	11	6	1	1	31	5	0	0	7	7	2

2003	8	0	4	0	9	4	10	5	0	0	18	5	0	0	5	5	4
2004	10	0	7	0	9	6	6	3	0	2	62	3	3	1	4	4	5
2005	1	0	7	0	9	6	3	5	0	0	1	5	4	0	8	8	4
2006	12	0	14	0	28	4	7	8	0	1	2	5	2	0	7	7	2
2007	5	1	1	0	15	0	5	8	0	2	3	3	3	0	4	4	5
2008	5	0	7	0	12	4	8	6	0	0	1	4	2	0	3	3	2
2009	6	4	7	0	22	7	4	13	0	10	14	3	0	0	10	10	5
2010	4	3	4	1	23	2	7	12	0	3	1	2	0	0	11	11	4
2011	17	3	7	0	18	7	17	5	0	1	3	16	3	0	3	3	4
2012	17	1	10	0	20	12	8	8	0	9	11	14	1	0	4	4	7
2013	11	1	19	0	18	11	9	14	0	2	1	12	3	0	12	12	4
2014	20	1	23	1	76	16	31	32	1	2	4	57	0	1	15	15	4
2015	8	1	13	1	30	5	18	11	0	0	2	25	4	0	13	13	6
2016	22	1	8	0	15	7	11	19	0	1	2	13	2	0	16	16	4
2017	19	3	9	0	32	5	25	7	0	1	5	16	3	2	9	9	11
2018	20	3	7	0	25	9	28	7	0	1	7	14	1	0	16	16	7
2019	19	3	9	0	24	9	21	14	1	1	5	16	1	0	15	15	7
2020	2	1	0	2	7	2	6	1	1	1	1	1	0	2	1	1	0
2021	0	0	1	1	9	3	3	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1
2022	2	0	0	0	6	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0

Legenda:
A - Agricultura e desenvolvimento
B - Mudanças Climáticas
C - Cultivos
D - Gestão de riscos de desastres
E - Meio ambiente
F - Pesca
G - Alimentação e Nutrição
H - Florestas
I - Gênero
J - Povos Indígenas
K - Terras e solos
L – Gado
M – Mar
N - Proteção social
O – Água
P – Espécies selvagens e ecossistemas
Q – Outros

Gráfico 01: Trajetória da criação do marco legal das políticas públicas para alimentação e agricultura no Brasil (Análise de trajetória de políticas públicas em perspectiva comparada)



- Tabela de dados elaborada para análise de trajetória da criação do marco legal das políticas relacionadas à alimentação e agricultura na Argentina

Argentina: Ano\Categoria	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1886	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1887	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1888	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1889	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1890	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1891	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1892	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1893	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1894	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1895	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1896	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1897	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1898	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
1899	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
1901	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1902	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1903	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1904	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1905	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1906	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1907	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1908	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1909	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1910	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1911	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1912	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1913	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1914	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1915	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1916	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1917	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1918	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1919	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1920	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1921	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
1922	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1923	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1924	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1925	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1926	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1927	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1928	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1929	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1930	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1931	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

1932	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1933	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1934	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1935	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1936	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1937	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1938	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1939	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1940	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1941	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1942	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1943	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1944	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1945	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1946	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
1947	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1948	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0
1949	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0
1950	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1951	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1952	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1953	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1954	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	0
1955	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
1956	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
1957	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1958	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1959	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1960	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	4	0	0
1961	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
1962	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1963	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1964	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
1965	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
1966	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
1967	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
1968	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
1969	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0
1970	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1971	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1972	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	2	1
1973	0	0	1	0	1	2	2	0	0	0	0	1	0	0	1	2	1
1974	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3	0	0
1975	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0
1976	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1977	0	0	2	0	1	2	0	1	0	0	1	0	1	0	2	1	0
1978	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1979	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
1980	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	0
1981	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	2	2
1982	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2	0	0	1	0	0
1983	1	0	0	0	1	0	2	2	0	0	0	1	0	0	1	2	0
1984	1	0	1	0	0	0	6	1	0	0	2	1	1	0	2	2	1

1985	2	0	1	0	2	0	7	1	0	1	3	3	1	0	1	3	0
1986	0	0	0	0	1	1	6	0	0	0	2	1	0	0	0	4	1
1987	1	0	1	0	2	2	0	0	0	2	2	1	0	0	0	1	0
1988	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	3	1	0	0	1	2	1
1989	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	3	1	0	0	1	4	1
1990	1	0	1	0	5	0	0	0	0	0	2	1	0	0	3	4	0
1991	0	0	2	0	7	0	0	2	0	0	3	1	1	0	2	10	2
1992	1	0	2	0	14	0	0	0	0	1	3	0	1	0	3	2	1
1993	0	1	1	0	14	2	2	1	0	0	2	3	2	0	2	2	2
1994	0	0	2	0	10	1	1	1	0	0	0	2	0	0	2	9	4
1995	2	0	4	0	12	2	4	1	0	0	3	3	0	0	2	5	0
1996	1	0	2	0	19	2	1	2	0	0	4	2	0	1	8	8	1
1997	1	0	2	0	5	12	3	5	0	0	1	3	0	0	4	7	4
1998	1	0	9	0	12	18	3	1	0	0	1	7	1	0	4	12	1
1999	0	0	4	1	16	4	3	10	0	0	1	12	0	1	5	3	3
2000	2	0	5	0	14	7	3	11	0	0	3	8	2	0	2	11	2
2001	2	2	5	0	9	9	6	4	0	1	2	13	0	0	6	9	3
2002	2	1	6	0	20	4	9	3	0	0	3	15	0	0	4	9	0
2003	0	1	11	0	18	8	7	3	0	0	1	17	0	0	4	7	1
2004	5	0	13	0	19	13	17	4	0	0	6	12	1	0	7	11	3
2005	5	0	12	0	27	6	20	8	0	0	1	15	2	0	3	9	1
2006	2	0	14	0	21	16	31	2	0	2	5	27	0	0	5	8	8
2007	2	0	19	0	17	22	42	12	0	2	6	19	0	0	11	12	7
2008	5	0	12	0	14	23	29	3	0	0	0	13	3	0	6	12	8
2009	6	1	15	3	16	48	27	11	0	0	7	15	0	0	8	8	3
2010	7	0	25	0	17	29	32	10	0	2	3	16	1	0	12	18	3
2011	7	2	30	0	20	22	50	11	0	0	4	25	0	0	11	21	10
2012	10	0	26	0	20	34	51	10	0	0	4	17	3	0	15	22	10
2013	6	0	24	0	21	32	38	8	0	2	4	25	1	0	7	13	4
2014	8	1	30	1	10	46	37	3	0	1	0	16	0	2	6	9	8
2015	12	0	21	2	3	34	25	4	0	0	3	25	1	0	3	6	3
2016	10	2	22	2	21	27	22	8	0	1	3	20	0	1	8	4	11
2017	10	1	16	0	16	36	44	6	0	1	6	27	1	1	15	6	5
2018	9	0	20	0	13	15	16	5	0	0	4	7	2	0	3	12	6
2019	5	2	18	0	23	28	28	2	0	0	1	17	4	2	13	16	4
2020	2	1	3	1	8	5	10	1	2	2	0	3	0	5	0	1	0
2021	6	1	3	2	8	3	5	2	1	1	3	8	0	0	2	6	2
2022	4	2	9	1	5	7	8	2	3	1	0	7	1	2	2	5	2

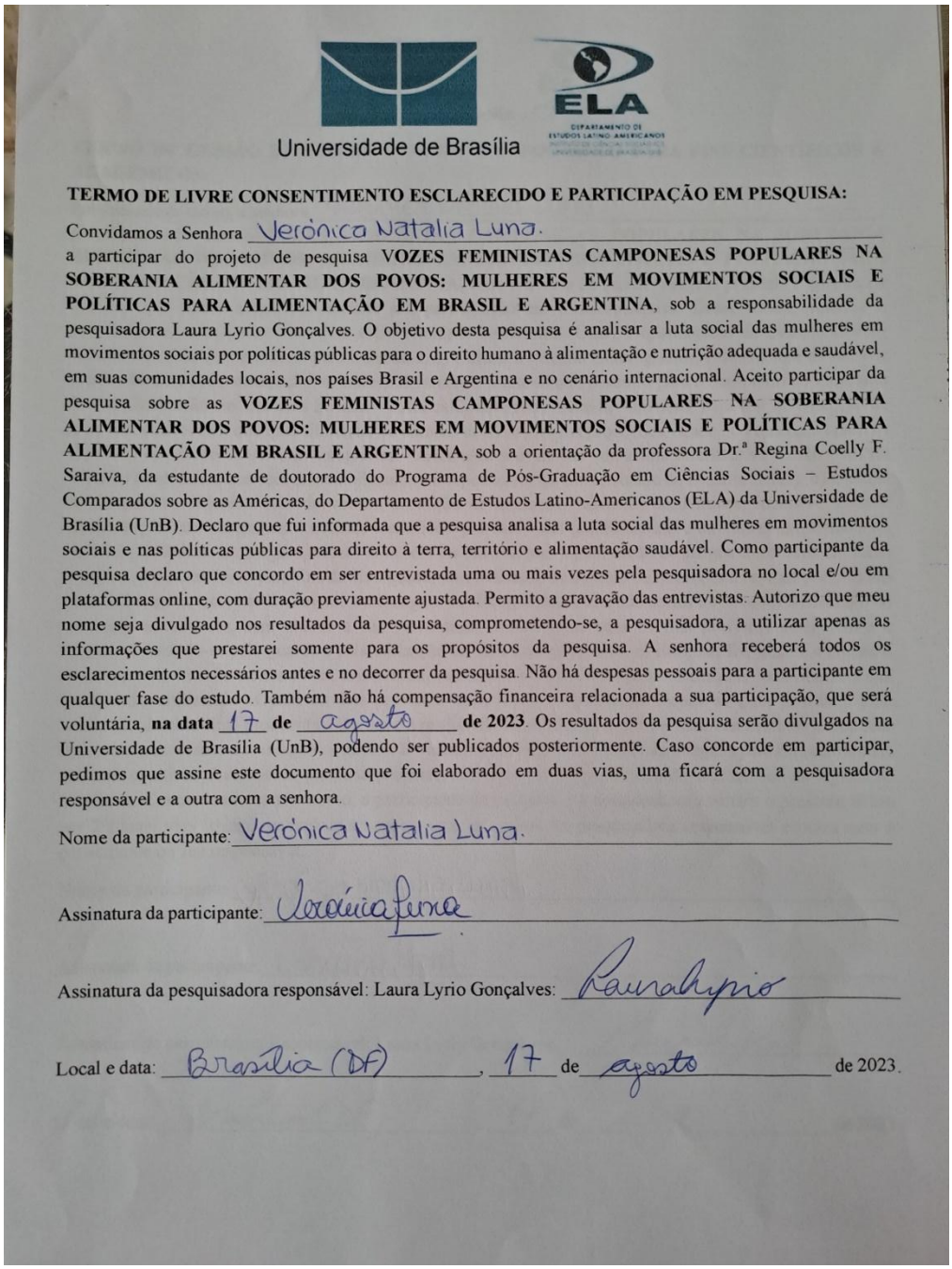
Legenda:
A - Agricultura e desenvolvimento
B - Mudanças Climáticas
C - Cultivos
D - Gestão de riscos de desastres
E - Meio ambiente
F - Pesca
G - Alimentação e Nutrição
H - Florestas
I - Gênero
J - Povos Indígenas
K - Terras e solos
L – Gado
M – Mar

N - Proteção social
O – Água
P – Espécies selvagens e ecossistemas
Q – Outros

Gráfico 02: Trajetória da criação do marco legal das políticas públicas para alimentação e agricultura na Argentina (Análise de trajetória de políticas públicas em perspectiva comparada)



TERMOS DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA E TERMOS DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS



Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora Verónica Natalia Luna.
a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 17 **de** agosto **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: Verónica Natalia Luna.

Assinatura da participante: Verónica Luna

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Brasília (DF), 17 de agosto de 2023.

Universidade de Brasília

ELA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora Verónica Natalia Luna., participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: Verónica Natalia Luna.

Assinatura da participante: Veronica Luna

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Brasília (DF), 17 de agosto de 2023.

Traducción en español:

CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y PARTICIPACIÓN EN LA INVESTIGACIÓN:

Invitamos a la Sra. Luna, Verónica Natalia. a participar del proyecto de investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, a cargo de la investigadora Laura Lyrio Gonçalves. El objetivo de esta investigación es analizar la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales por políticas públicas por el derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas y saludables, en sus comunidades locales, en Brasil y Argentina y en el escenario internacional. Acepto participar en la investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, bajo la orientación de la Profesora Dra.ª Regina Coelly F. Saraiva, estudiante de doctorado del Posgrado en Ciencias Sociales – Estudios Comparados sobre las Américas, del Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) de la Universidad de Brasilia (UnB). Declaro haber sido informado que la investigación analiza la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales y las políticas públicas por el derecho a la tierra, al territorio ya la alimentación saludable. Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en sitio y/o en plataformas en línea, con una duración previamente ajustada. Permito la grabación de las entrevistas. Autorizo a que mi nombre sea divulgado en los resultados de la investigación, comprometiéndome el investigador a utilizar únicamente la información que le proporcionaré únicamente para los fines de la investigación. Recibirá todas las explicaciones necesarias antes y durante la investigación. No hay gastos personales para el participante en ninguna etapa del estudio. Tampoco hay compensación financiera relacionada con su participación, que será voluntaria, en la fecha 17 de AGOSTO de 2023. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia (UnB), y podrán ser publicados posteriormente. Si acepta participar, le solicitamos que firme este documento, el cual se elaboró en dos copias, una se quedará con el investigador responsable y la otra con usted.

CESIÓN DE USO DE IMAGEN Y TESTIMONIO PARA FINES CIENTÍFICOS Y ACADÉMICOS:

Mediante este término, la Sra. Luna, Verónica Natalia., participante del estudio VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, otorga el derecho de uso de imágenes personales y el sonido de su voz que fueron adquiridas durante su participación en un estudio/investigación. Así, autorizo a la investigadora Laura Lyrio Gonçalves y a la Universidad de Brasilia (UnB), Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) responsable del trabajo a: a) Utilizar y transmitir las fotografías, videos y sonido de su voz obtenidos durante su participación en la entrevista relacionada con este estudio/investigación para el doctorado en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales - Estudios Comparados sobre las Américas, con el fin de obtener un grado académico, sin limitación alguna en el número de inserciones y reproducciones, siempre que sean indispensables para el objetivos del estudio. Transmitir fotografías, videos y/o sonido de su voz mencionados anteriormente en la versión final del trabajo académico, que estará disponible (en depósito) en la Universidad de Brasilia (UnB); b) Utilizar las fotografías, videos y sonido de la voz en la producción de cualquier material académico, incluyendo clases y presentaciones en congresos y eventos científicos, de forma oral (conferencias) y/o impresa (carteles o paneles); c) Utilizar las imágenes, videos y/o sonido de su voz para la publicación de artículos científicos en medios impresos y/o electrónicos con fines de divulgación, sin limitar el número de inserciones y reproducciones; d) En el caso de imágenes, ensamblar libremente las fotografías, efectuando los cortes y correcciones de brillo y/o contraste necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolas para los fines previstos en este término y siendo responsable

de la custodia y uso de los mismos. trabajo final producido; e) Editar y ensamblar libremente extractos de la entrevista audiovisual, efectuando los cortes y correcciones necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolos para los fines previstos en este término y siendo responsable de la custodia y uso del trabajo final producido. No habrá reembolso económico de ningún tipo en este momento ni en ningún momento por la transferencia de imágenes y audios. El investigador tiene prohibido utilizar las imágenes para fines comerciales o para fines distintos a la investigación propuesta, bajo pena de responsabilidad en los términos de la legislación brasileña. Concordando con el término, el participante de la investigación y el investigador firman el presente término en 2 (dos) copias iguales, una de las cuales debe quedar en posesión del investigador responsable y la otra con el participante o su responsable.

Nombre del participante Verónica Luna.

Firma del participante Veronica Luna.

Firma del investigador responsable: Laura Lyrio Gonçalves Laura Lyrio

Lugar y fecha Brasília (DF), 17 de agosto de 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora DEOLINDA CARRIZO a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 27 **de** outubro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: DEOLINDA CARRIZO

Assinatura da participante: Deolinda Carrizo

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: FLORENCIO VARELA, 27 de outubro de 2023.

Universidade de Brasília

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora DEOLINDA CARRIZO, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: DEOLINDA CARRIZO

Assinatura da participante: DCarrizo

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: FLORENCIO VARELA, 27 de outubro de 2023.

Traducción en español:

CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y PARTICIPACIÓN EN LA INVESTIGACIÓN:

Invitamos a la Sra. DEOLINDA CARRIZO a participar del proyecto de investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, a cargo de la investigadora Laura Lyrio Gonçalves. El objetivo de esta investigación es analizar la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales por políticas públicas por el derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas y saludables, en sus comunidades locales, en Brasil y Argentina y en el escenario internacional. Acepto participar en la investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, bajo la orientación de la Profesora Dra.ª Regina Coelly F. Saraiva, estudiante de doctorado del Posgrado en Ciencias Sociales – Estudios Comparados sobre las Américas, del Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) de la Universidad de Brasilia (UnB). Declaro haber sido informado que la investigación analiza la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales y las políticas públicas por el derecho a la tierra, al territorio ya la alimentación saludable. Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en sitio y/o en plataformas en línea, con una duración previamente ajustada. Permito la grabación de las entrevistas. Autorizo a que mi nombre sea divulgado en los resultados de la investigación, comprometiéndome el investigador a utilizar únicamente la información que le proporcionaré únicamente para los fines de la investigación. Recibirá todas las explicaciones necesarias antes y durante la investigación. No hay gastos personales para el participante en ninguna etapa del estudio. Tampoco hay compensación financiera relacionada con su participación, que será voluntaria, en la fecha 27 de outubro de 2023. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia (UnB), y podrán ser publicados posteriormente. Si acepta participar, le solicitamos que firme este documento, el cual se elaboró en dos copias, una se quedará con el investigador responsable y la otra con usted.

CESIÓN DE USO DE IMAGEN Y TESTIMONIO PARA FINES CIENTÍFICOS Y ACADÉMICOS:

Mediante este término, la Sra. DEOLINDA CARRIZO, participante del estudio VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, otorga el derecho de uso de imágenes personales y el sonido de su voz que fueron adquiridas durante su participación en un estudio/investigación. Así, autorizo a la investigadora Laura Lyrio Gonçalves y a la Universidad de Brasilia (UnB), Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) responsable del trabajo a: a) Utilizar y transmitir las fotografías, videos y sonido de su voz obtenidos durante su participación en la entrevista relacionada con este estudio/investigación para el doctorado en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales - Estudios Comparados sobre las Américas, con el fin de obtener un grado académico, sin limitación alguna en el número de inserciones y reproducciones, siempre que sean indispensables para el objetivos del estudio. Transmitir fotografías, videos y/o sonido de su voz mencionados anteriormente en la versión final del trabajo académico, que estará disponible (en depósito) en la Universidad de Brasilia (UnB); b) Utilizar las fotografías, videos y sonido de la voz en la producción de cualquier material académico, incluyendo clases y presentaciones en congresos y eventos científicos, de forma oral (conferencias) y/o impresa (carteles o paneles); c) Utilizar las imágenes, videos y/o sonido de su voz para la publicación de artículos científicos en medios impresos y/o electrónicos con fines de divulgación, sin limitar el número de inserciones y reproducciones; d) En el caso de imágenes, ensamblar libremente las fotografías, efectuando los cortes y correcciones de brillo y/o contraste necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolas para los fines previstos en este término y siendo responsable

de la custodia y uso de los mismos. trabajo final producido; e) Editar y ensamblar libremente extractos de la entrevista audiovisual, efectuando los cortes y correcciones necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolos para los fines previstos en este término y siendo responsable de la custodia y uso del trabajo final producido. No habrá reembolso económico de ningún tipo en este momento ni en ningún momento por la transferencia de imágenes y audios. El investigador tiene prohibido utilizar las imágenes para fines comerciales o para fines distintos a la investigación propuesta, bajo pena de responsabilidad en los términos de la legislación brasileña. Concordando con el término, el participante de la investigación y el investigador firman el presente término en 2 (dos) copias iguales, una de las cuales debe quedar en posesión del investigador responsable y la otra con el participante o su responsable.

Nombre del participante Dedinda Carrizo

Firma del participante

Firma del investigador responsable: Laura Lyrio Gonçalves

Lugar y fecha FLORENCIO VARELA, 27 de Outubro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora CARINA DEL VALLE REYNOSO a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 29 **de** outubro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: CARINA DEL VALLE REYNOSO

Assinatura da participante: [signature]

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: [signature]

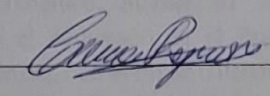
Local e data: SERREZUELA, 29 de outubro de 2023.

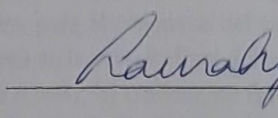
Universidade de Brasília

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora CARINA DEL VALLE REYNOSO, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: CARINA DEL VALLE REYNOSO

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: 

Local e data: SERREZUELA, 29 de Outubro de 2023.

Traducción en español:

CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y PARTICIPACIÓN EN LA INVESTIGACIÓN:

Invitamos a la Sra. CARINA DEL VALLE REYNOSO a participar del proyecto de investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, a cargo de la investigadora Laura Lyrio Gonçalves. El objetivo de esta investigación es analizar la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales por políticas públicas por el derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas y saludables, en sus comunidades locales, en Brasil y Argentina y en el escenario internacional. Acepto participar en la investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, bajo la orientación de la Profesora Dra.ª Regina Coelly F. Saraiva, estudiante de doctorado del Posgrado en Ciencias Sociales – Estudios Comparados sobre las Américas, del Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) de la Universidad de Brasilia (UnB). Declaro haber sido informado que la investigación analiza la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales y las políticas públicas por el derecho a la tierra, al territorio ya la alimentación saludable. Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en sitio y/o en plataformas en línea, con una duración previamente ajustada. Permito la grabación de las entrevistas. Autorizo a que mi nombre sea divulgado en los resultados de la investigación, comprometiéndome el investigador a utilizar únicamente la información que le proporcionaré únicamente para los fines de la investigación. Recibirá todas las explicaciones necesarias antes y durante la investigación. No hay gastos personales para el participante en ninguna etapa del estudio. Tampoco hay compensación financiera relacionada con su participación, que será voluntaria, en la fecha 29 de octubre de 2023. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia (UnB), y podrán ser publicados posteriormente. Si acepta participar, le solicitamos que firme este documento, el cual se elaboró en dos copias, una se quedará con el investigador responsable y la otra con usted.

CESIÓN DE USO DE IMAGEN Y TESTIMONIO PARA FINES CIENTÍFICOS Y ACADÉMICOS:

Mediante este término, la Sra. CARINA DEL VALLE REYNOSO, participante del estudio VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, otorga el derecho de uso de imágenes personales y el sonido de su voz que fueron adquiridas durante su participación en un estudio/investigación. Así, autorizo a la investigadora Laura Lyrio Gonçalves y a la Universidad de Brasilia (UnB), Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) responsable del trabajo a: a) Utilizar y transmitir las fotografías, videos y sonido de su voz obtenidos durante su participación en la entrevista relacionada con este estudio/investigación para el doctorado en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales - Estudios Comparados sobre las Américas, con el fin de obtener un grado académico, sin limitación alguna en el número de inserciones y reproducciones, siempre que sean indispensables para el objetivos del estudio. Transmitir fotografías, videos y/o sonido de su voz mencionados anteriormente en la versión final del trabajo académico, que estará disponible (en depósito) en la Universidad de Brasilia (UnB); b) Utilizar las fotografías, videos y sonido de la voz en la producción de cualquier material académico, incluyendo clases y presentaciones en congresos y eventos científicos, de forma oral (conferencias) y/o impresa (carteles o paneles); c) Utilizar las imágenes, videos y/o sonido de su voz para la publicación de artículos científicos en medios impresos y/o electrónicos con fines de divulgación, sin limitar el número de inserciones y reproducciones; d) En el caso de imágenes, ensamblar libremente las fotografías, efectuando los cortes y correcciones de brillo y/o contraste necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolas para los fines previstos en este término y siendo responsable

de la custodia y uso de los mismos. trabajo final producido; e) Editar y ensamblar libremente extractos de la entrevista audiovisual, efectuando los cortes y correcciones necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolos para los fines previstos en este término y siendo responsable de la custodia y uso del trabajo final producido. No habrá reembolso económico de ningún tipo en este momento ni en ningún momento por la transferencia de imágenes y audios. El investigador tiene prohibido utilizar las imágenes para fines comerciales o para fines distintos a la investigación propuesta, bajo pena de responsabilidad en los términos de la legislación brasileña. Concordando con el término, el participante de la investigación y el investigador firman el presente término en 2 (dos) copias iguales, una de las cuales debe quedar en posesión del investigador responsable y la otra con el participante o su responsable.

Nombre del participante CARINA DEL VALLE REYNOSO

Firma del participante

Firma del investigador responsable: Laura Lyrio Gonçalves

Lugar y fecha SERREZUELA, 29 de outubro de 2023

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora FLORENCIA NAHIR GEREZ a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 29 **de** outubro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: FLORENCIA NAHIR GEREZ

Assinatura da participante: [signature]

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: [signature]

Local e data: PASO VIEJO, 29 de outubro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora FLORENCIA NAHIR GEREZ, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: FLORENCIA NAHIR GEREZ

Assinatura da participante: [signature]

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: [signature]

Local e data: PASO VIEJO, 29 de Outubro de 2023.

Traducción en español:

CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y PARTICIPACIÓN EN LA INVESTIGACIÓN:

Invitamos a la Sra. FLORENCIA NAHIR GEREZ a participar del proyecto de investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, a cargo de la investigadora Laura Lyrio Gonçalves. El objetivo de esta investigación es analizar la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales por políticas públicas por el derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas y saludables, en sus comunidades locales, en Brasil y Argentina y en el escenario internacional. Acepto participar en la investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, bajo la orientación de la Profesora Dra.ª Regina Coelly F. Saraiva, estudiante de doctorado del Posgrado en Ciencias Sociales – Estudios Comparados sobre las Américas, del Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) de la Universidad de Brasilia (UnB). Declaro haber sido informado que la investigación analiza la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales y las políticas públicas por el derecho a la tierra, al territorio ya la alimentación saludable. Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en sitio y/o en plataformas en línea, con una duración previamente ajustada. Permito la grabación de las entrevistas. Autorizo a que mi nombre sea divulgado en los resultados de la investigación, comprometiéndome el investigador a utilizar únicamente la información que le proporcionaré únicamente para los fines de la investigación. Recibirá todas las explicaciones necesarias antes y durante la investigación. No hay gastos personales para el participante en ninguna etapa del estudio. Tampoco hay compensación financiera relacionada con su participación, que será voluntaria, en la fecha 29 de octubre de 2023. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia (UnB), y podrán ser publicados posteriormente. Si acepta participar, le solicitamos que firme este documento, el cual se elaboró en dos copias, una se quedará con el investigador responsable y la otra con usted.

CESIÓN DE USO DE IMAGEN Y TESTIMONIO PARA FINES CIENTÍFICOS Y ACADÉMICOS:

Mediante este término, la Sra. FLORENCIA NAHIR GEREZ, participante del estudio VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, otorga el derecho de uso de imágenes personales y el sonido de su voz que fueron adquiridas durante su participación en un estudio/investigación. Así, autorizo a la investigadora Laura Lyrio Gonçalves y a la Universidad de Brasilia (UnB), Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) responsable del trabajo a: a) Utilizar y transmitir las fotografías, videos y sonido de su voz obtenidos durante su participación en la entrevista relacionada con este estudio/investigación para el doctorado en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales - Estudios Comparados sobre las Américas, con el fin de obtener un grado académico, sin limitación alguna en el número de inserciones y reproducciones, siempre que sean indispensables para el objetivos del estudio. Transmitir fotografías, videos y/o sonido de su voz mencionados anteriormente en la versión final del trabajo académico, que estará disponible (en depósito) en la Universidad de Brasilia (UnB); b) Utilizar las fotografías, videos y sonido de la voz en la producción de cualquier material académico, incluyendo clases y presentaciones en congresos y eventos científicos, de forma oral (conferencias) y/o impresa (carteles o paneles); c) Utilizar las imágenes, videos y/o sonido de su voz para la publicación de artículos científicos en medios impresos y/o electrónicos con fines de divulgación, sin limitar el número de inserciones y reproducciones; d) En el caso de imágenes, ensamblar libremente las fotografías, efectuando los cortes y correcciones de brillo y/o contraste necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolas para los fines previstos en este término y siendo responsable

de la custodia y uso de los mismos. trabajo final producido; e) Editar y ensamblar libremente extractos de la entrevista audiovisual, efectuando los cortes y correcciones necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolos para los fines previstos en este término y siendo responsable de la custodia y uso del trabajo final producido. No habrá reembolso económico de ningún tipo en este momento ni en ningún momento por la transferencia de imágenes y audios. El investigador tiene prohibido utilizar las imágenes para fines comerciales o para fines distintos a la investigación propuesta, bajo pena de responsabilidad en los términos de la legislación brasileña. Concordando con el término, el participante de la investigación y el investigador firman el presente término en 2 (dos) copias iguales, una de las cuales debe quedar en posesión del investigador responsable y la otra con el participante o su responsable.

Nombre del participante FLORENCIA Nahir GEREZ

Firma del participante

Firma del investigador responsable: Laura Lyrio Gonçalves

Lugar y fecha PASO VIEJO, 29 de Octubre de 2023

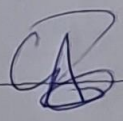
Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora MARIA CAROLINA LLORENS a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 29 **de** outubro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: Maria Carolina Llorens

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Córdoba, 29 de outubro de 2023.

Universidade de Brasília

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora MARÍA CAROLINA LLORENS, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: María Carolina Llorens

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Córdoba, 29 de outubro de 2023.

Traducción en español:

CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y PARTICIPACIÓN EN LA INVESTIGACIÓN:

Invitamos a la Sra. MARIA CAROLINA LLORENS a participar del proyecto de investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, a cargo de la investigadora Laura Lyrio Gonçalves. El objetivo de esta investigación es analizar la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales por políticas públicas por el derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas y saludables, en sus comunidades locales, en Brasil y Argentina y en el escenario internacional. Acepto participar en la investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, bajo la orientación de la Profesora Dra.ª Regina Coelly F. Saraiva, estudiante de doctorado del Posgrado en Ciencias Sociales – Estudios Comparados sobre las Américas, del Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) de la Universidad de Brasilia (UnB). Declaro haber sido informado que la investigación analiza la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales y las políticas públicas por el derecho a la tierra, al territorio ya la alimentación saludable. Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en sitio y/o en plataformas en línea, con una duración previamente ajustada. Permito la grabación de las entrevistas. Autorizo a que mi nombre sea divulgado en los resultados de la investigación, comprometiéndome el investigador a utilizar únicamente la información que le proporcionaré únicamente para los fines de la investigación. Recibirá todas las explicaciones necesarias antes y durante la investigación. No hay gastos personales para el participante en ninguna etapa del estudio. Tampoco hay compensación financiera relacionada con su participación, que será voluntaria, en la fecha 29 de outubro de 2023. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia (UnB), y podrán ser publicados posteriormente. Si acepta participar, le solicitamos que firme este documento, el cual se elaboró en dos copias, una se quedará con el investigador responsable y la otra con usted.

CESIÓN DE USO DE IMAGEN Y TESTIMONIO PARA FINES CIENTÍFICOS Y ACADÉMICOS:

Mediante este término, la Sra. MARIA CAROLINA LLORENS, participante del estudio VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, otorga el derecho de uso de imágenes personales y el sonido de su voz que fueron adquiridas durante su participación en un estudio/investigación. Así, autorizo a la investigadora Laura Lyrio Gonçalves y a la Universidad de Brasilia (UnB), Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) responsable del trabajo a: a) Utilizar y transmitir las fotografías, videos y sonido de su voz obtenidos durante su participación en la entrevista relacionada con este estudio/investigación para el doctorado en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales - Estudios Comparados sobre las Américas, con el fin de obtener un grado académico, sin limitación alguna en el número de inserciones y reproducciones, siempre que sean indispensables para el objetivos del estudio. Transmitir fotografías, videos y/o sonido de su voz mencionados anteriormente en la versión final del trabajo académico, que estará disponible (en depósito) en la Universidad de Brasilia (UnB); b) Utilizar las fotografías, videos y sonido de la voz en la producción de cualquier material académico, incluyendo clases y presentaciones en congresos y eventos científicos, de forma oral (conferencias) y/o impresa (carteles o paneles); c) Utilizar las imágenes, videos y/o sonido de su voz para la publicación de artículos científicos en medios impresos y/o electrónicos con fines de divulgación, sin limitar el número de inserciones y reproducciones; d) En el caso de imágenes, ensamblar libremente las fotografías, efectuando los cortes y correcciones de brillo y/o contraste necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolas para los fines previstos en este término y siendo responsable

de la custodia y uso de los mismos. trabajo final producido; e) Editar y ensamblar libremente extractos de la entrevista audiovisual, efectuando los cortes y correcciones necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolos para los fines previstos en este término y siendo responsable de la custodia y uso del trabajo final producido. No habrá reembolso económico de ningún tipo en este momento ni en ningún momento por la transferencia de imágenes y audios. El investigador tiene prohibido utilizar las imágenes para fines comerciales o para fines distintos a la investigación propuesta, bajo pena de responsabilidad en los términos de la legislación brasileña. Concordando con el término, el participante de la investigación y el investigador firman el presente término en 2 (dos) copias iguales, una de las cuales debe quedar en posesión del investigador responsable y la otra con el participante o su responsable.

Nombre del participante María Cadiz Lloveras

Firma del participante

Firma del investigador responsable: Laura Lyrio Gonçalves

Lugar y fecha CÓRDOBA, 29 de octubre de 2023

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora ESTIBALIZ REDONDO a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 30 **de** outubro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: ESTIBALIZ REDONDO

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: BUENOS AIRES, 30 de outubro de 2023.

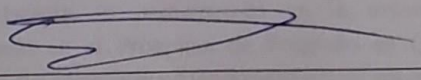
Universidade de Brasília

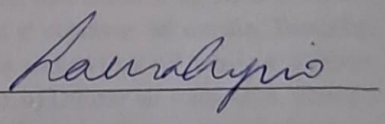
ELA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora ESTÍBALIZ REDONDO, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: ESTÍBALIZ REDONDO

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: 

Local e data: BUENOS AIRES, 30 de Outubro de 2023.

Traducción en español:

CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y PARTICIPACIÓN EN LA INVESTIGACIÓN:

Invitamos a la Sra. ESTÍBALIZ REDONDO a participar del proyecto de investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, a cargo de la investigadora Laura Lyrio Gonçalves. El objetivo de esta investigación es analizar la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales por políticas públicas por el derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas y saludables, en sus comunidades locales, en Brasil y Argentina y en el escenario internacional. Acepto participar en la investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, bajo la orientación de la Profesora Dra.ª Regina Coelly F. Saraiva, estudiante de doctorado del Posgrado en Ciencias Sociales – Estudios Comparados sobre las Américas, del Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) de la Universidad de Brasilia (UnB). Declaro haber sido informado que la investigación analiza la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales y las políticas públicas por el derecho a la tierra, al territorio ya la alimentación saludable. Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en sitio y/o en plataformas en línea, con una duración previamente ajustada. Permito la grabación de las entrevistas. Autorizo a que mi nombre sea divulgado en los resultados de la investigación, comprometiéndome el investigador a utilizar únicamente la información que le proporcionaré únicamente para los fines de la investigación. Recibirá todas las explicaciones necesarias antes y durante la investigación. No hay gastos personales para el participante en ninguna etapa del estudio. Tampoco hay compensación financiera relacionada con su participación, que será voluntaria, en la fecha 30 de octubre de 2023. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia (UnB), y podrán ser publicados posteriormente. Si acepta participar, le solicitamos que firme este documento, el cual se elaboró en dos copias, una se quedará con el investigador responsable y la otra con usted.

CESIÓN DE USO DE IMAGEN Y TESTIMONIO PARA FINES CIENTÍFICOS Y ACADÉMICOS:

Mediante este término, la Sra. ESTÍBALIZ REDONDO, participante del estudio VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, otorga el derecho de uso de imágenes personales y el sonido de su voz que fueron adquiridas durante su participación en un estudio/investigación. Así, autorizo a la investigadora Laura Lyrio Gonçalves y a la Universidad de Brasilia (UnB), Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) responsable del trabajo a: a) Utilizar y transmitir las fotografías, videos y sonido de su voz obtenidos durante su participación en la entrevista relacionada con este estudio/investigación para el doctorado en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales - Estudios Comparados sobre las Américas, con el fin de obtener un grado académico, sin limitación alguna en el número de inserciones y reproducciones, siempre que sean indispensables para el objetivos del estudio. Transmitir fotografías, videos y/o sonido de su voz mencionados anteriormente en la versión final del trabajo académico, que estará disponible (en depósito) en la Universidad de Brasilia (UnB); b) Utilizar las fotografías, videos y sonido de la voz en la producción de cualquier material académico, incluyendo clases y presentaciones en congresos y eventos científicos, de forma oral (conferencias) y/o impresa (carteles o paneles); c) Utilizar las imágenes, videos y/o sonido de su voz para la publicación de artículos científicos en medios impresos y/o electrónicos con fines de divulgación, sin limitar el número de inserciones y reproducciones; d) En el caso de imágenes, ensamblar libremente las fotografías, efectuando los cortes y correcciones de brillo y/o contraste necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolas para los fines previstos en este término y siendo responsable

de la custodia y uso de los mismos. trabajo final producido; e) Editar y ensamblar libremente extractos de la entrevista audiovisual, efectuando los cortes y correcciones necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolos para los fines previstos en este término y siendo responsable de la custodia y uso del trabajo final producido. No habrá reembolso económico de ningún tipo en este momento ni en ningún momento por la transferencia de imágenes y audios. El investigador tiene prohibido utilizar las imágenes para fines comerciales o para fines distintos a la investigación propuesta, bajo pena de responsabilidad en los términos de la legislación brasileña. Concordando con el término, el participante de la investigación y el investigador firman el presente término en 2 (dos) copias iguales, una de las cuales debe quedar en posesión del investigador responsable y la otra con el participante o su responsable.

Nombre del participante ESTÍBALIZ REDONDO

Firma del participante

Firma del investigador responsable: Laura Lyrio Gonçalves

Lugar y fecha BUENOS AIRES, 30 de outubro de 2023

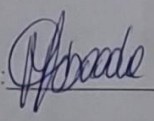
Universidade de Brasília

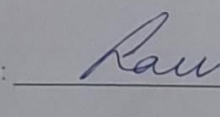
ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora MERCEDES NATIVIDAD TABOADA SANABRIA a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 01 **de** NOVIEMBRE **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: MERCEDES NATIVIDAD TABOADA SANABRIA

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: 

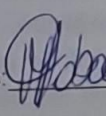
Local e data: FLORENCIO VARELA, 01 de NOVIEMBRE de 2023.

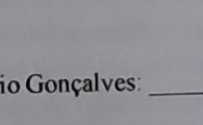
Universidade de Brasília

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora MERCEDES NATIVIDAD TABOADA SANABRIA, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: MERCEDES NATIVIDAD TABOADA SANABRIA

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: 

Local e data: FLORENCIO VARELA, 01 de NOVIEMBRE de 2023

Traducción en español:

CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y PARTICIPACIÓN EN LA INVESTIGACIÓN:

Invitamos a la Sra. MERCEDES NATIVIDAD TABOADA SANABRIA a participar del proyecto de investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, a cargo de la investigadora Laura Lyrio Gonçalves. El objetivo de esta investigación es analizar la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales por políticas públicas por el derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas y saludables, en sus comunidades locales, en Brasil y Argentina y en el escenario internacional. Acepto participar en la investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, bajo la orientación de la Profesora Dra.ª Regina Coelly F. Saraiva, estudiante de doctorado del Posgrado en Ciencias Sociales – Estudios Comparados sobre las Américas, del Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) de la Universidad de Brasilia (UnB). Declaro haber sido informado que la investigación analiza la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales y las políticas públicas por el derecho a la tierra, al territorio ya la alimentación saludable. Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en sitio y/o en plataformas en línea, con una duración previamente ajustada. Permito la grabación de las entrevistas. Autorizo a que mi nombre sea divulgado en los resultados de la investigación, comprometiéndome el investigador a utilizar únicamente la información que le proporcionaré únicamente para los fines de la investigación. Recibirá todas las explicaciones necesarias antes y durante la investigación. No hay gastos personales para el participante en ninguna etapa del estudio. Tampoco hay compensación financiera relacionada con su participación, que será voluntaria, en la fecha 01 de NOVIEMBRE de 2023. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia (UnB), y podrán ser publicados posteriormente. Si acepta participar, le solicitamos que firme este documento, el cual se elaboró en dos copias, una se quedará con el investigador responsable y la otra con usted.

CESIÓN DE USO DE IMAGEN Y TESTIMONIO PARA FINES CIENTÍFICOS Y ACADÉMICOS:

Mediante este término, la Sra. MERCEDES NATIVIDAD TABOADA SANABRIA, participante del estudio VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, otorga el derecho de uso de imágenes personales y el sonido de su voz que fueron adquiridas durante su participación en un estudio/investigación. Así, autorizo a la investigadora Laura Lyrio Gonçalves y a la Universidad de Brasilia (UnB), Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) responsable del trabajo a: a) Utilizar y transmitir las fotografías, videos y sonido de su voz obtenidos durante su participación en la entrevista relacionada con este estudio/investigación para el doctorado en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales - Estudios Comparados sobre las Américas, con el fin de obtener un grado académico, sin limitación alguna en el número de inserciones y reproducciones, siempre que sean indispensables para el objetivos del estudio. Transmitir fotografías, videos y/o sonido de su voz mencionados anteriormente en la versión final del trabajo académico, que estará disponible (en depósito) en la Universidad de Brasilia (UnB); b) Utilizar las fotografías, videos y sonido de la voz en la producción de cualquier material académico, incluyendo clases y presentaciones en congresos y eventos científicos, de forma oral (conferencias) y/o impresa (carteles o paneles); c) Utilizar las imágenes, videos y/o sonido de su voz para la publicación de artículos científicos en medios impresos y/o electrónicos con fines de divulgación, sin limitar el número de inserciones y reproducciones; d) En el caso de imágenes, ensamblar libremente las fotografías, efectuando los cortes y correcciones de brillo y/o contraste necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolas para los fines previstos en este término y siendo responsable

de la custodia y uso de los mismos. trabajo final producido; e) Editar y ensamblar libremente extractos de la entrevista audiovisual, efectuando los cortes y correcciones necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolos para los fines previstos en este término y siendo responsable de la custodia y uso del trabajo final producido. No habrá reembolso económico de ningún tipo en este momento ni en ningún momento por la transferencia de imágenes y audios. El investigador tiene prohibido utilizar las imágenes para fines comerciales o para fines distintos a la investigación propuesta, bajo pena de responsabilidad en los términos de la legislación brasileña. Concordando con el término, el participante de la investigación y el investigador firman el presente término en 2 (dos) copias iguales, una de las cuales debe quedar en posesión del investigador responsable y la otra con el participante o su responsable.

Nombre del participante MERCEDES NATIVIDAD [illegible] GANABZIA

Firma del participante [signature]

Firma del investigador responsable: Laura Lyrio Gonçalves [signature]

Lugar y fecha FLORENCIO VARELA, 01 DE NOVIEMBRE DE 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora Eleonora Pedot

a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 2 **de** Noviembre. **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: Eleonora Pedot.

Assinatura da participante:

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Buenos Aires, 2 de Noviembre de 2023.

Universidade de Brasília

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora Eleonora Pedot, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: Eleonora Pedot

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Buenos Aires, 2 de Noviembre de 2023.

Traducción en español:

CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y PARTICIPACIÓN EN LA INVESTIGACIÓN:

Invitamos a la Sra. ELEONORA PEDOT a participar del proyecto de investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, a cargo de la investigadora Laura Lyrio Gonçalves. El objetivo de esta investigación es analizar la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales por políticas públicas por el derecho humano a la alimentación y nutrición adecuadas y saludables, en sus comunidades locales, en Brasil y Argentina y en el escenario internacional. Acepto participar en la investigación VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, bajo la orientación de la Profesora Dra.ª Regina Coelly F. Saraiva, estudiante de doctorado del Posgrado en Ciencias Sociales – Estudios Comparados sobre las Américas, del Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) de la Universidad de Brasilia (UnB). Declaro haber sido informado que la investigación analiza la lucha social de las mujeres en los movimientos sociales y las políticas públicas por el derecho a la tierra, al territorio ya la alimentación saludable. Como participante de la investigación, declaro que acepto ser entrevistado una o más veces por el investigador en sitio y/o en plataformas en linea, con una duración previamente ajustada. Permito la grabación de las entrevistas. Autorizo a que mi nombre sea divulgado en los resultados de la investigación, comprometiéndome el investigador a utilizar únicamente la información que le proporcionaré únicamente para los fines de la investigación. Recibirá todas las explicaciones necesarias antes y durante la investigación. No hay gastos personales para el participante en ninguna etapa del estudio. Tampoco hay compensación financiera relacionada con su participación, que será voluntaria, en la fecha 02 de NOVIEMBRE de 2023. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia (UnB), y podrán ser publicados posteriormente. Si acepta participar, le solicitamos que firme este documento, el cual se elaboró en dos copias, una se quedará con el investigador responsable y la otra con usted.

CESIÓN DE USO DE IMAGEN Y TESTIMONIO PARA FINES CIENTÍFICOS Y ACADÉMICOS:

Mediante este término, la Sra. ELEONORA PEDOT, participante del estudio VOCES POPULARES FEMINISTAS CAMPESINAS EN LA SOBERANÍA ALIMENTARIA DE LOS PUEBLOS: LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y LAS POLÍTICAS ALIMENTARIAS EN BRASIL Y ARGENTINA, otorga el derecho de uso de imágenes personales y el sonido de su voz que fueron adquiridas durante su participación en un estudio/investigación. Así, autorizo a la investigadora Laura Lyrio Gonçalves y a la Universidad de Brasilia (UnB), Departamento de Estudios Latinoamericanos (ELA) responsable del trabajo a: a) Utilizar y transmitir las fotografías, videos y sonido de su voz obtenidos durante su participación en la entrevista relacionada con este estudio/investigación para el doctorado en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales - Estudios Comparados sobre las Américas, con el fin de obtener un grado académico, sin limitación alguna en el número de inserciones y reproducciones, siempre que sean indispensables para el objetivos del estudio. Transmitir fotografías, videos y/o sonido de su voz mencionados anteriormente en la versión final del trabajo académico, que estará disponible (en depósito) en la Universidad de Brasilia (UnB); b) Utilizar las fotografías, videos y sonido de la voz en la producción de cualquier material académico, incluyendo clases y presentaciones en congresos y eventos científicos, de forma oral (conferencias) y/o impresa (carteles o paneles); c) Utilizar las imágenes, videos y/o sonido de su voz para la publicación de artículos científicos en medios impresos y/o electrónicos con fines de divulgación, sin limitar el número de inserciones y reproducciones; d) En el caso de imágenes, ensamblar libremente las fotografías, efectuando los cortes y correcciones de brillo y/o contraste necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolas para los fines previstos en este término y siendo responsable

de la custodia y uso de los mismos. trabajo final producido; e) Editar y ensamblar libremente extractos de la entrevista audiovisual, efectuando los cortes y correcciones necesarios, sin alterar su veracidad, utilizándolos para los fines previstos en este término y siendo responsable de la custodia y uso del trabajo final producido. No habrá reembolso económico de ningún tipo en este momento ni en ningún momento por la transferencia de imágenes y audios. El investigador tiene prohibido utilizar las imágenes para fines comerciales o para fines distintos a la investigación propuesta, bajo pena de responsabilidad en los términos de la legislación brasileña. Concordando con el término, el participante de la investigación y el investigador firman el presente término en 2 (dos) copias iguales, una de las cuales debe quedar en posesión del investigador responsable y la otra con el participante o su responsable.

Nombre del participante Eleonora Picolet

Firma del participante

Firma del investigador responsable: Laura Lyrio Gonçalves Laura Lyrio

Lugar y fecha Buenos Aires, 2 de noviembre 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora Ividiani Graciele Seibert a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 16 **de** setembro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: Ividiani Graciele Seibert

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Betim - Minas Gerais, 16 de setembro de 2023.

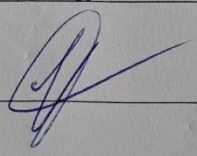
Universidade de Brasília

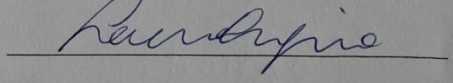
ELA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora Ividiani Graciele Seibert, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: Ividiani Graciele Seibert

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: 

Local e data: Betim - Minas Gerais 16 de Setembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora ISOLETE WICHINIESKI a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 20 **de** setembro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsavel e a outra com a senhora.

Nome da participante: Isolete Wichinieski

Assinatura da participante: Isolete Wichinieski

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Luziânia (GO), 20 de setembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora ISOLETE WICHINIESKI, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: ISOLETE WICHINIESKI

Assinatura da participante: Isolete Wichinieski

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Luziânia (GO), 20 de setembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora BÁRBARA LOUREIRO BORGES a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 25 **de** setembro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: Bárbara Loureiro Borges

Assinatura da participante: Bárbara Loureiro Borges

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Brasília (DF), 25 de setembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora BÁRBARA LOUREIRO BORGES, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: Bárbara Loureiro Borges

Assinatura da participante: Bárbara Loureiro Borges

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Brasília (DF), 25 de setembro de 2023.

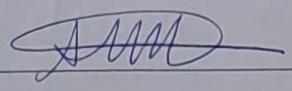
Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora ADRIANA MARIA MEZADRI a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 16 **de** novembro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: Adriana Maria Mezadri

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Chapecó, 16 de novembro de 2023.

Universidade de Brasília

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora ADRIANA MARIA MEZADRI, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: Adriana Maria Mezadri

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Chapecó, 16 de novembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora Edcleide da Rocha Silva a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 24 **de** novembro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: EDCLEIDE DA ROCHA SILVA

Assinatura da participante: Edcleide da Rocha Silva

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora Edelvide da Rocha Silva, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: Edelvide da Rocha Silva

Assinatura da participante: Edelvide da Rocha Silva

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇAO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora Juçara Martins Ramos a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 07 **de** dezembro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: JUÇARA MARTINS RAMOS

Assinatura da participante: Juçara Martins Ramos

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Brasília, 7 de dezembro de 2023.

Universidade de Brasília

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora Jucara Martins Ramos, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: JUCARA MARTINS RAMOS

Assinatura da participante: Jucara Martins Ramos

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Brasília, 7 de dezembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora RITA ZANOTTO a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 14 **de** dezembro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: Rita Zanotto

Assinatura da participante: [signature]

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: [signature]

Local e data: Brasília, DF, 14 de dezembro de 2023.

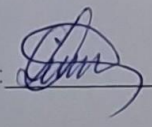
Universidade de Brasília

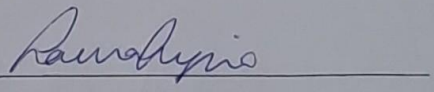
ELA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora RITA ZANOTTO, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: Rita Zanotto

Assinatura da participante: 

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: 

Local e data: Brasília, DF, 14 de dezembro de 2023.

Universidade de Brasília

ELA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA:

Convidamos a Senhora ROSANGELA PIOVIZANI CORDEIRO a participar do projeto de pesquisa **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a responsabilidade da pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves. O objetivo desta pesquisa é analisar a luta social das mulheres em movimentos sociais por políticas públicas para o direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável, em suas comunidades locais, nos países Brasil e Argentina e no cenário internacional. Aceito participar da pesquisa sobre as **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA**, sob a orientação da professora Dr.ª Regina Coelly F. Saraiva, da estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Declaro que fui informada que a pesquisa analisa a luta social das mulheres em movimentos sociais e nas políticas públicas para direito à terra, território e alimentação saudável. Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora no local e/ou em plataformas online, com duração previamente ajustada. Permito a gravação das entrevistas. Autorizo que meu nome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar apenas as informações que prestarei somente para os propósitos da pesquisa. A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa. Não há despesas pessoais para a participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária, **na data** 17 **de** dezembro **de 2023**. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília (UnB), podendo ser publicados posteriormente. Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável e a outra com a senhora.

Nome da participante: Rosangela Piovizani Cordeiro

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora responsável: Laura Lyrio Gonçalves: _____

Local e data: Governador Valadares, 17 de dezembro de 2023.

Universidade de Brasília

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO PARA FINS CIENTÍFICOS E ACADÊMICOS:

Por meio deste termo, a senhora ROSANGELA PIOVIZANI CORDEIRO, participante do estudo **VOZES FEMINISTAS CAMPONESAS POPULARES NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PARA ALIMENTAÇÃO EM BRASIL E ARGENTINA,** cede o direito de uso de imagens pessoais e do som da sua voz que foram adquiridas durante sua participação em estudo/pesquisa. Dessa forma, autorizo a pesquisadora Laura Lyrio Gonçalves e Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) responsável pelo trabalho a: a) Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e som da sua voz obtidas durante sua participação na entrevista referente a este estudo/pesquisa para o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, para fim de obtenção de grau acadêmico, sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo. A veicular fotografias, vídeos e/ou som da sua voz acima referidas na versão final do trabalho acadêmico, que será disponibilizado (em repositório) na Universidade de Brasília (UnB); b) Utilizar as fotografias, vídeos e som da voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) e/ou impresso (pôsteres ou painéis); c) Utilizar as imagens, vídeos e/ou som da sua voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções; d) No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida; e) Executar livremente a edição e montagem de trechos da entrevista audiovisual, realizando cortes e correções necessárias, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. Não haverá restituição financeira de qualquer natureza neste ou a qualquer momento pela cessão das imagens e áudios. É vedado à pesquisadora utilizar as imagens para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. Concordando com o termo, a participante de pesquisa e a pesquisadora assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse da pesquisadora responsável e outra com a participante ou seu responsável.

Nome da participante: Rosangela Piovizani Cordeiro

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora Responsável: Laura Lyrio Gonçalves: Laura Lyrio

Local e data: Governador Valadares, 17 de dezembro de 2023.